BOLETIM

DA

SEGUNDA CLASSE

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

BOLETIM

DA

SEGUNDA CLASSE

ACTAS E PARECERES
ESTUDOS, DOCUMENTOS E NOTICIAS

VOLUME XVI

1921-1922

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1926

I

ACTAS E PARECERES

Sessão de 10 de Novembro de 1921

Presidente: o sr. Cândido de Figueiredo.

Presentes: os sócios efectivos srs. António Baião, Artur Montenegro, F. M. Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Júlio de Vilhena e Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes srs. Antonio Ferrão, Augusto Vieira, Felix Alves Pereira, Ferreira Lima e Victor Ribeiro.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O *Secretário* leu uma carta do sr. Mário Monteiro, pedindo autorização para vir ler à Academia um trabalho seu manuscrito em que diz provar que foi um português quem descobriu a Argentina, o Paraguai e a Bolívia;

— dois ofícios do sr. Caldeira Coelho, enviando três livros do sr. Pinto da Rocha para servirem de título de candidatura do autor;

— um ofício do sr. Gennaro Perriello, manifestando desejo de ser sócio da Academia;

— um ofício do sr. J. Henrique Ulrich, agradecendo a sua eleição a sócio correspondente;

— uma carta do sr. Luís Galhardo, consultando a Academia, nos têrmos do art.º 32.º do Decreto de 10 de Maio de 1919, que remodelou o Teatro Nacional, sôbre a enscenação do *Monólogo do Vaqueiro* e do *Auto da Inês Pereira* de Gil Vicente;

— uma carta do sr. Navarro de Paiva, dando parte de que tem sido por motivo de doença que não tem comparecido nas sessões;

— uma carta do sr. Sousa Mendes, conselheiro da Legação de Portugal em Berlim, pedindo o vol. IV do *Boletim da 2.ª classe,* em que vem publicada a comunicação do sr. Pedro de Azevedo sôbre a Lex Wisigotorum, para o professor da Faculdade de Direito de Heidelberg, o sr. Leopoldo Perels;

— uma carta do sr. Toríbio de Medina, agradecendo a sua eleição a sócio correspondente estrangeiro;

— dois ofícios da União Académica Internacional, enviando alguns extractos de sessões daquela corporação.

O sr. Presidente ofereceu um exemplar da sua última publicação *Linguagem de Camões.*

O sr. *Júlio de Vilhena* manifestou o seu prazer pelo oferecimento que o sr. Presidente fêz do seu trabalho, tanto mais que tal acto é raro. Há sócios que recebem obras da casa, conforme manda o regulamento, mas não oferecem as suas para a nossa Biblioteca, sendo preciso comprá-las no mercado.

O caso merece uma providência regulamentar.

O sr. Presidente disse que o assunto será levado à Assembleia Geral.

Foi eleito por unanimidade sócio correspondente nacional o sr. Joaquim Leitão.

Também foi eleito por unanimidade sócio correspondente estrangeiro o sr. George Dumas.

Como título de candidatura do dr. Agostinho de Campos a sócio correspondente, fôram presentes as 17 obras seguintes: *Fernão Lopes,* I; *Bernardes,* I, II; *Jardim da Europa; Paladinos da Linguagem; Herculano,* I; *Lucena,* I; *Trancoso; Educação e ensino,* I; *Fr. Luís de Sousa,* I; *Barros* I; *Junqueiro; Educar; Casa de Pais,*

Escola de Filhos; Mil trovas; Europa em guerra; Gramática alemã.

Irão para a respectiva secção afim de obter parecer.

O sr. Cristóvam Aires apresentou o seu *Dicionário Bibliográfico Militar da Guerra Peninsular*, a fim de ser publicado pela Academia, caso assim o entenda. Disse que êsse trabalho representava muitos anos de investigação e estudo.

Resolveu-se mandar à respectiva secção a fim de obter parecer.

Fôram apresentados como título de candidatura os seguintes livros do sr. Abel de Andrade: *A vida do Direito Civil; Influência do cartesianismo sôbre o racionalismo; Administração e Direito Administrativo; Evolução política em Portugal; Princípio das Nacionalidades; Caducidade dos onus reaes; Direito comercial*; *Comentário ao código civil português* e *Critica financial.*

O sr. *Antonio Baião* congratulou-se com a publicação, feita pela Academia, da obra do sr. Júlio de Vilhena àcerca de *D. Pedro V e o seu reinado.* Classificou-a de modelar e disse que ela vem lançar ampla luz sôbre essa grande figura da nossa história contemporânea. A correspondência de D. Pedro V, na qual o sr. Júlio de Vilhena principalmente se firmou, é curiosíssima e inédita.

Referiu-se o sr. Baião especialmente ao provimento do lugar de guarda-mór da Tôrre do Tombo em Costa de Macêdo, o que muito desgostou Alexandre Herculano, e propôs um voto de louvor ao sr. Júlio de Vilhena, por têr prescindido dos seus direitos de autor em benefício do cofre académico, e por fim fêz ardentes votos para que o eminente académico consiga dentro de breve espaço publicar o seu trabalho anunciado àcerca da rainha D. Estefânia.

O sr. *Júlio de Vilhena* agradeceu as palavras do sr. Baião, que atribuiu mais à amizade que à justiça,

Discorreu por algum tempo àcerca do modo como organizou o seu trabalho, e sôbre a figura de D. Pedro V, cuja psicologia, na parte intelectual, analisou, mostrando que êle possuia em grau iminente a faculdade a que os modernos psicólogos chamam *presentificação* ou *adaptação imediata ao real.* Esta faculdade, que representa uma função sintética de conjunto de *processos* cerebrais, nervosos e psiquícos do indivíduo, é superior à inteligência e foi ela que constituiu a individualidade de D. Pedro V. Referiu muitos exemplos em que a *presentificação* (a que êle chamaria *juizo in re*) preside manifestamente à função cerebral do rei. Por fim afirmou que o estudo a fazer sôbre D. Pedro V está apenas principiado: acha-se reconstituída històricamente a sua figura com materiais genuinos, a maior parte dos quais até agora desconhecidos. Agora que venha a sciência e a literatura apossar-se dela em todos os seus interessantes aspectos.

Não havendo maisque tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 24 de Novembro de 1921

Presidente: o sr. Cândido de Figueiredo.

Presentes: os sócios efectivos srs. António Baião, F. M. Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Júlio de Vilhena, Pedro de Azevedo, Lopes de Mendonça, Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes srs. Ferreira Lima, Vieira da Silva.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

Foram apresentados os seguintes livros para servirem de título de candidatura a sócio correspondente estrangeiro de seu autor, o sr. Pinto da Rocha: *Lusitânia, O Jury e a sua evolução, História Diplomatica do Brasil.*

O sr. *António Baião* leu o parecer favorável à publicação do trabalho do sr. Cristóvão Aires, intitulado *Dicionário Bibliográfico da Guerra Peninsular.*

Foi lido o parecer redigido pelo sr. Júlio de Vilhena favorável à candidatura a sócio correspondente do sr. Abel de Andrade.

O sr. *Júlio de Vilhena* propôs um voto de sentimento pela morte do sr. Conselheiro Mateus dos Santos, cujo elogio fêz, sendo unânimemente aplaudido. Aprovou-se igualmente que se comunicasse esse voto à família do falecido.

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer a respeito do trabalho intitulado « Diccionario Bibliográfico da guerra Peninsular » do sócio efectivo sr. Cristóvam Ayres

« *L'histoire se fait avec des documents* » ; assim começa o sr. Langlois a «*Introduction aux études historiques*». A página 13 da mesma obra escreve : « *Pas de documents, pas de histoire. Pas de bons inventaires descriptifs des dépôts de documents cela équivaut, en pratique, à l'impossibilité de connaître l'éxistence des documents autrement que par hasard. Disons donc que les progrès de l'histoire dépendent en grande partie des progrès de l'inventaire général des documents historiques.* »

Tudo isto, exposto pelo douto professor da Sorbona, são profundas verdades scientíficas; mas não são no entanto verdades completas.

Para se estudar um determinado capítulo de história é, antes de tudo, indispensável inteirarmo-nos do que acêrca dêle há publicado : numa palavra da sua bibliografia.

E essa necessidade é tanto mais instante quanto mais tem aumentado a publicidade, a fecundidade dos prelos.

Que diremos nós hoje se há mais de um século escrevia José Carlos Pinto de Sousa no Prólogo da primeira edição da sua *Biblioteca Histórica de Portugal:* « ... A falta de notícia de escritores que tratem da História de Portugal, concorre em grande parte para a ignorância desta, e para o atrazamento do seu conhecimento; a fim de ocorrer áquela, e precaver êste, me deliberei a pôr a última demão à presente Biblioteca Histórica ».

A obra, acêrca da qual me incumbe dar parecer, é das destinadas a obviar a tamanho óbice. O *Dicionário Bibliográfico da Guerra Peninsular*, cujo original temos presente, representa um alto esfôrço do sócio efectivo d'esta Academia, sr. Cristóvam Aires, esfôrço de larga informação a todos os estudiosos. Abrange um capítulo da nossa história na sua parte bibliográfica, isto é, uma enumeração, o mais possivel completa, alfabéticamente disposta, de todas as obras impressas, quer nacionais, quer estrangeiras, relativas á guerra peninsular.

Parece-nos pois muito digna de ser publicada pela nossa Academia.

Sala das Sessões em 24 de novembro de 1921.

Pedro de Azevedo.
Francisco Maria Esteves Pereira.
José Maria Rodrigues.
António Baião (relator).

Parecer acêrca da candidatura do sr. dr. Abel Pereira de Andrade a sócio correspondente

Foram presentes à secção de jurisprudência os livros de que é auctor o sr. dr. Abel Pereira de Andrade, lente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a fim de esta os apreciar para o efeito da candidatura do mesmo illustre professor a sócio correspondente da nossa Academia.

Esses livros intitulam-se : *a*) *Influência do Cartesianismo sôbre o Racionalismo; b*) *Princípio das Nacionalidades; c*) *Direito Comercial; d*) *Critica Financial; e*) *Evolução política em Portugal; f*) *Administração e Direito Administrativo; g*) *Caducidade dos Onus reaes por virtude da arrematação e adjudicação*; *h*) *Comentario ao Código Civil Português* (art. 359.º e seg.); *i*) *Vida do Direito Civil Português, compreendendo cinco opúsculos sôbre diversos pontos jurídicos.*

Raras vezes se terão apresentado nesta Academia candidatos com tantos e tão valiosos títulos. O exame de cada um destes livros levar-nos ia longe, e nenhum há que, por si só não seja suficiente para legitimar a candidatura. Desde o estudo sôbre Descartes até ao dos fenómenos jurídicos que revelam a vida do direito civil, todos manifestam a invulgar erudição do auctor, o seu elevado critério e a sua moderna orientação. O candidato gosa de uma reputação incontestada, como advogado, como professor, assignalando a sua presença agora na Universidade de Lisboa, como já a tinha marcado notàvelmente na sua passagem pela Universidade de Coimbra.

Entende, por isto, a secção que o sr. dr. Abel Pereira de Andrade seja proclamado sócio correspondente desta Academia.

Sala das sessões em 24 de Novembro de 1921.

José da Cunha Navarro de Paiva.
Visconde de Carnaxide.
Artur Montenegro.
Candido de Figueiredo.
Júlio M. de Vilhena (relator).

Sessão de 8 de Dezembro de 1921

Presidente: o sr. Cândido de Figueiredo.

Presentes: os sócios efectivos srs. Almeida de Eça, António Baião, F. M. Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Júlio Dantas, Júlio de Vilhena, Lopes de Mendonça, Pedro de Azevedo e Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes srs. António Ferrão, Ferreira Lima, Joaquim Leitão, José Joaquim Nunes e Víctor Ribeiro.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O *Secretário* leu um ofício do Reitor da Universidade de Lisboa, o sr. Pedro José da Cunha, convidando o presidente e os sócios a assistir à sessão solene inaugural do novo ano lectivo de 1921-1922, que se realizará no dia 10 do corrente às 14 horas.

O sr. *José Maria Rodrigues* leu o parecer favorável à candidatura a sócio correspondente nacional do sr. Agostinho de Campos.

O sr. *Esteves Pereira* leu o parecer favorável à candidatura a sócio correspondente nacional do sr. Afonso de Dornelas.

O sr. *Esteves Pereira*, em nome do sr. Rodolfo Dalgado, leu uma comunicação acêrca da tradução inglesa anotada do *Libro de Duarte Barbosa* por Mansel Longworth Dames (2 volumes).

Em conseqüência desta comunicação o sr. Esteves Pe-

reira propôs que o sócio correspondente Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado fôsse encarregado de dirigir uma edição do texto português do *Libro de Duarte Barbosa,* convenientemente corrigido e anotado. Esta preciosa obra consta de 141 páginas de um volume em quarto.

Esta proposta foi unânimemente aprovada.

Foi apresentado, como título da candidatura a sócio correspondente estrangeiro do sr. Mansel Longworth Dames, o livro intitulado *The book of Duarte Barbosa,* 2 volumes, 1918.

Foi apresentado tambem, como título de candidatura a sócio correspondente nacional do sr. Vieira Guimarães, os seguintes livros: *A Ordem de Christo,* 1901; *Marrocos e Três Mestres da Ordem de Christo,* 1916. Vai para a sessão respectiva.

O sr. *José Joaquim Nunes* ofereceu um exemplar da 2.ª edição, recentemente publicada, da sua obra intitulada *Crestomatia Arcaica,* 1921.

O presidente agradeceu a oferta, em nome da Academia, dizendo que é bem conhecido o valor do livro do sr. José Joaquim Nunes, o que muito bem dispensa encómios.

O sr. *Joaquim Leitão* agradeceu a sua eleição a sócio correspondente nacional.

O sr. Presidente, julgando interpretar o sentir da classe, disse ter verdadeira satisfação com a entrada do sr. Joaquim Leitão na Academia.

O sr. *António Ferrão* ofereceu um folheto seu intitulado *Fernão de Magalhães e a sua viagem de circunnavegação,* 1921.

Foi votado o parecer favorável à publicação por conta da Academia do *Dicionário Bibliográfico da guerra Peninsular.*

Votado foi também por unanimidade o parecer favorá-

vel à candidatura a sócio correspondente nacional do sr. Abel de Andrade.

Procedendo-se à votação dos cargos da classe foram eleitos: *Presidente* da classe o sr. Júlio Dantas, por nove (9) votos, tendo obtido um (1) voto o sr. Lopes de Mendonça. *Vice-presidente* o sr. José Maria Rodrigues, por nove (9) votos, tendo obtido um (1) voto o sr. Esteves Pereira. *Vice-secretário* o sr. David de Melo Lopes por dez (10) votos (reeleito). *Vogais do Conselho Administrativo* para o ano de 1922 os srs. Vicente de Almeida de Eça, José Maria Rodrigues e António Baião (reeleitos).

O sr. *José Joaquim Nunes* pediu esclarecimentos sôbre o cancioneiro de Colocci Brancuti, que êle vira em Roma uns três meses antes, e que o Govêrno Português se havia proposto comprar.

O sr. *Júlio Dantas* informou que foi votada uma verba de 150 contos, mas que como o câmbio subiu repentinamente, se tem estado à espera de condições mais favoráveis para se efectuar a compra do referido códice.

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 22 de Dezembro de 1921

Presidente: o sr. Lopes de Mendonça.

Presentes: os sócios efectvios srs. António Baião, F. M. Esteves Pereira, Pedro de Azevedo, Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes srs. Abel de Andrade, Victor Ribeiro.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O *Secretário* leu um postal da sr.ª D. Dora de Figueiredo L. Nunes, cumunicando que seu pai o Sr. Dr. Cândido de Figueiredo não comparece à sessão por se encontrar doente.

— um ofício da sr.ª D. Amélia Ribeiro de Lima Mateus dos Santos, oferecendo o exemplar n.º 1 da *Monografia Histórica de Cernache*, obra que serviu de título de candidatura a sócio correspondente a seu defunto marido o Sr. Dr. Henrique Mateus dos Santos.

— uma carta do sr. George Dumas, agradecendo a sua eleição a sócio correspondente estrangeiro.

O sr. *Abel de Andrade* agradeceu a sua eleição a sócio correspondente, prometendo empregar todos os esfôrços por se mostrar digno desta confiança da classe.

O sr. *Presidente* disse que a classe ficaria esperando o cumprimento desta promessa.

Foram apresentados como títulos de candidatura a sócio correspondente nacional os seguintes livros do sr. dr. Joaquim de Carvalho: *António de Gouveia e o*

aristotelismo da Renascença; Leão Hebreu, Filosofo; e *A teoria da verdade e do êrro nas Disputationes Metaphysicae de Francisco Suarez.*

O sr. *Antonio Baião* leu o parecer favorável à candidatura a sócio correspondente nacional do sr. Vieira Guimarães.

O sr. *Esteves Pereira* leu o parecer favorável à candidatura a sócio correspondente estrangeiro do sr. Longwrth Dames.

O sr. *Pedro de Azevedo* leu uma nota sôbre a sepultura de Tomé da Sousa, primeiro governador geral do Brasil. Disse ter encontrado uma notícia de que aquela sepultura se acha no convento de S.to António da Castanheira, parecendo-lhe de alta importância que a respectiva lápide, e talvez ainda os ossos do primeiro governador geral do Brasil, sejam piedosamente recolhidos, o que não deixará de ser feito logo que chegue êsse conhecimento às pessoas que se interessam pela história luso-brasileira.

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão.

Parecer acêrca da candidatura do sr. Afonso de Dornellas a sócio correspondente

A Comissão nomeada pela 2.ª Classe desta Academia para preparar as publicações comemorativas do quinto centenário da tomada da cidade de Ceuta, e do quarto centenário da morte de Afonso de Albuquerque, foi autorizada a agregar a si quaisquer outros eruditos, estranhos á Academia, que quizessem colaborar para o mesmo fim. O sr. Afonso de Dornelas havia empreendido antes disso a publicação de alguns estudos relativos à história pátria e que publicou em vários volumes (atualmente sete) sob o título de *História e Genealogia*. Convidado a colaborar com a Comissão, aceitou o encargo, e ela teve ocasião de apreciar as suas interessantes comunicações relativas á história de Ceuta. Destas comunicações, que ele fez publicar nos volumes da *História e Genealogia*, aqui apenas mencionaremos as principais, cujos títulos são:

1. Uma planta de Ceuta (*H. e G.*, vol. I).
2. Uma lápide de Ceuta (*H. e G.*, vol. I).

3. N. S Conquistadora (*H. e G.*, vol. II).
4. A bandeira de Ceuta (*H. e G.*, vol. II).
5. O brazão de Ceuta (*H. e G.*, vol. II).
6. S. Maria de África (*H. e G.*, vol. IV).
7. Bispos de Ceuta (*H. e G.*, vol. IV).
8. Governadores e Capitães gerais de Ceuta (*H. e G.*, vol. IV e VII).
9. Túmulo do Conde D. Pedro de Menezes, 1.º Governador de Ceuta (*H. e G.*, vol. VII).
10. Cofre dos restos mortais de D. Duarte de Menezes, 2.º Governador de Ceuta (*H. e G.*, vol. VII).

Estas comunicações são não só bem documentadas, mas também pela maior parte ilustradas com desenhos o fototipias muito elucidativas.

Mas não foi sómente com estas comunicações, aliás muito meritórias, que o Sr. Afonso de Dornelas contribuiu para os trabalhos da Comissão. Tendo tido conhecimento que na Biblioteca Nacional de Madrid existia uma cópia manuscrita da obra, ainda inédita, que tem por título: *História da Cidade de Ceuta, seus sucessos militares e políticos, memória dos seus santos e prelados, elogios dos seus capitães generais,* composta em castelhano pelo ano de 1648 por D. Jerónimo de Mascarenhas, que foi bispo de Segóvia, filho de D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, ele obteve a expensas suas uma cópia da mesma obra, que apresentou à comissão, a qual resolveu incluí-la nas suas publicações.

A História de Ceuta é a narração dos sucessos militares e políticos da mesma cidade desde a sua tomada por el rei D. João I em 14 de Agosto de 1415, até ao ano de 1553. Na parte em que se refere à tomada da cidade, resume a narração escrita por Gomes Eanes de Zurara, que cita muitas vezes; para a narração dos sucessos dos anos que decorreram depois da tomada da cidade até ao ano de 1553, o autor aproveitou-se dos documentos existentes nos governos das praças de guerra do noroeste de África, que ele visitou, e dos arquivos da Casa dos Condes e Marquezes de Vila Real, a qual pertencia a capitania da cidade de Ceuta. *A História de Ceuta* é pois um documento de grande importância para a história das conquistas e domínios dos Portuguesês em o noroeste de África, que foi o início das suas empresas de além mar. Ainda que a *História de Ceuta* está composta em castelhano, não deve esquecer-se que foi escrita por um português, e que durante o domínio de Hespanha, que foi a epoca em que o autor viveu, a língua castelhana foi adoptada por muitos escritores portuguêses. A obra foi impressa,

e é um belo volume de mais de 300 páginas em fólio e é bem conhecida da Academia; e pelo modo como o Sr. Afonso de Dornelas fez a sua publicação, é digno de muito louvor.

A 2.ª Classe da Academia certamente não se esquecerá de tributar aos eruditos que foram agregados à Comissão dos centenários, os devidos agradecimentos pela sua efectiva colaboração, com a qual enriqueceram as publicações da Academia; e em quanto o não faz, e sem prejuizo da sua acção, a Secção de História toma a liberdade de propôr à 2.ª Classe que o Sr. Afonso de Dornelas seja admitido como sócio correspondente, servindo de título da sua candidatura a publicação e comunicações que fez como vogal da Comissão dos centenários da tomada de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque.

Academia das Sciências de Lisboa, 6 de Dezembro de 1921.

Júlio M. de Vilhena.
Pedro de Azevedo.
José Maria Rodrigues.
António Baião.
Francisco Maria Esteves Pereira (relator).

Parecer acêrca da candidatura do sr. Agostinho Celso de Azevedo Campos a sócio correspondente

Como título justificativo da sua candidatura a sócio correspondente da Academia das Sciências de Lisboa, apresenta o sr. Agostinho Celso de Azevedo Campos as seguintes obras: *Casa de pais, escola de filhos; Educar; Educação e ensino; A Europa em guerra; Jardim da Europa; Gramática alemã; Antologia portuguesa; Mil trovas*, em colaboração com o Dr. Alberto de Oliveira.

Ocupam-se os tres primeiros livros de questões de educação e ensino. Professor, com longa prática, do magistério secundário oficial, e professor pertencente ao número daqueles que sentem em si o fogo sagrado, a vocação, para o espinhoso munus que exercem; antigo director geral da Instrução Pública, que deixou a sua passagem por este elevado cargo burocrático assinalado por uma administração inteligente, enérgica e sempre bem intencionada, o sr. Agostinho de Campos versa nestes tres livros, com pleno conhecimento de causa, raro bom senso e modelar clareza, vários assuntos

relativos, quer à organização do ensino, quer à pedagogia prática. Sôbre esta, há no primeiro dos livros que ficam enumerados, muitos capítulos que deviam fazer dele o manual de todas as mães e de todos os pais que queiram bem desempenhar a primacial função que nesta qualidade lhes compete : a preparação inicial para uma vida honrada daqueles a quem deram o ser.

Há nele páginas e páginas, que, sem receio. podem competir com o que melhor se tem escrito sôbre assunto tão delicado e tão complexo.

Jornalista de raro vigor, que durante alguns anos ocupou um lugar preeminente na imprensa diária, oferece também o candidato, reunidos em volume, artigos que publicou em jornais de Portugal e do Brasil, sôbre variados assuntos, sempre de leitura interessante.

Trabalhador infatigável, o sr. Agostinho de Campos meteu últimamente ombros à meritíssima empresa de publicar, em volumes por ele prefaciados e anotados, a *Antologia Portuguesa*, isto é, uma colecção ou biblioteca, destinada, não aos eruditos de profissão, mas ao público em geral, em que ficasse arquivada e concentrada a produção literária de muitos dos bons prosadores e poetas nacionaes, de todos os tempos e escolas. Desta colecção já apareceram uns dez volumes, subordinados aos títulos : *Bernardes*, *Fr. Luis de Sousa*, *Herculano*, *Guerra Junqueiro*, *Fernão Lopes*; etc. Os serviços por esta publicação prestados às letras pátrias foram oficialmente reconhecidos e louvados em portaria do Ministério da Instrução Publica, datada de 24 de Abril de 1920.

Em vista do exposto, é esta secção de parecer que o sr. Agostinho Celso de Azevedo Campos pode ser eleito sócio correspondente da Academia das Sciências de Lisboa.

Sala das sessões, 8 de Dezembro de 1921.

Pedro de Azevedo.
Francisco Maria Esteves Pereira.
António Baião.
Cristóvam Aires.
José Maria Rodrigues (relator).

Parecer a respeito da candidatura do sr. dr. Vieira Guimarães a sócio correspondente da Academia

Apresenta-se como título de candidatura de sr. dr. Vieira Guimarães a sócio correspondente da nossa Academia as duas obras

seguintes: *A ordem de Cristo* e *Marrocos e três Mestres da ordem de Cristo.*

A primeira impressa em 1901 e a segunda publicada por ordem da Academia das Sciências de Lisboa, pela comissão dos centenários de Ceuta e Albuquerque.

Agregado a esta comissão nela colaborou o candidato com galhardia, já pela assiduïdade às sessões e comunicações que fez, já apresentando o valioso material da obra a que aludimos. Profusamente ilustrado, diligentemente documentado, ocupa-se este trabalho do sr. dr. Vieira Guimarães de D. Lopo Dias de Sousa, infante D. Henrique e D. Fernando, figuras imortais da nossa história. Tendo percorrido *a maior parte dos lugares das acções* examinou lápides, estudou *in loco* os monumentos.

Procurou numa palavra fazer consciencioso trabalho.

Título portanto de sobejo para a Academia lhe abrir as suas portas, tanto mais que sob a sua valiosa égide publicou a obra referida.

Mas além disso o sr. dr. Vieira Guimarães é professor liceal de história e um apaixonado arqueólogo dedicado ao estudo do passado da sua terra natal, Thomar. Muito lhe devem já os seus monumentos e muito há a esperar ainda da sua actividade intelectual.

Por todos estes motivos é a secção de história de parecer que o sr. dr. Vieira de Guimarães, já colaborador da nossa Academia, deve nela ser admitido como sócio correspondente.

Sala das Sessões em 22 de Dezembro de 1921.

Pedro de Azevedo.
Francisco Maria Esteves Pereira.
António Baião, (relator).

Parecer acêrca da candidatura de Mr. Mansel Longworth Dames a sócio correspondente estrangeiro

Mr. Mansel Longowrth Dames remeteu à Academia das Sciências de Lisboa a sua tradução inglesa do *Livro de Duarte Barbosa*, como título de candidatura a sócio correspondente estrangeiro.

Mr. Longworth Dames foi funcionário superior da Índia inglesa, e é atualmente Vice-presidente da Real Sociedade Asiática de Londres e do Real Instituto Antropológico. Além dêstes títulos oficiais Mr. Longworth Dames é um distinto orientalista; possue vasto

conhecimento das obras dos escritores indianos, persianos e arábicos que escreveram acêrca da história, do comércio e dos produtos naturais da Índia e das ilhas que a circundam; e ainda das obras dos escritores europeus, sobretudo dos portugueses, o que é raro, que trataram do descobrimento e estabelecimento dos portugueses na Índia.

Estas circunstancias fazem limitar a minha apreciação da obra que foi apresentada, a consignar a grande admiração, porque ela é tal como era de esperar de um sábio tão eminente; e que pela fidelidade da tradução, pela explanação dos termos orientais empregados no original, e pelas anotações que a ilustram de modo completo, direi mesmo exaustivo, a tornam um modêlo a imitar na publicação de outras, que se ocupam dos feitos dos portugueses nas terras dalém mar.

Em uma substânciosa introdução Mr. Longworth Dames, servindo-se não só das notícias recolhidas pelo editor do texto português de 1813, mas também de outras contidas nas *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, como nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*, traça a biografia de Duarte Barbosa, na qual refere a sua carreira na Índia, e, depois de regressar a Portugal, a sua ida para Castela, onde se juntou a Fernando de Magalhães, a quem acompanhou na célebre expedição dos mares da América do sul, e a sua morte na Ilha de Sebu em Maio de 1521.

Determina com suficiente aproximação a época em que o livro foi composto, e as modificações que a obra sofreu nas cópias sucessivas, e nas versões castelhana e italiana. Estabelece a relação que existe entre o Livro de Duarte Barbosa e o segundo mapa do Museu Borgia feito por Diogo Ribeiro em 1529, de que ajuntou uma excelente reprodução. Mostrou que o valor actual da obra é principalmente geográfico e etnográfico; e por fim refere-se às diversas gentes que naquela época habitavam a Índia do sul e do ocidente; aos seus usos e costumes, aos seus produtos naturais e das suas indústrias. Mr. Longworth Dames examinou o estado do texto português publicado pela Academia em 1813, e reimpresso em 1867, e mostrou haver nêle um número considerável de erros, que devem ser emendados em futura edição.

A tradução do Livro de Duarte Barbosa é precedida da tradução do prólogo do editor da 1.ª edição da Academia e do prefácio de Ramusio à sua tradução italiana.

A tradução do texto, feita com todo o esmero, é ilustrada com eruditas notas no fundo da página, para completa e perfeita inteligência do texto. No fim é dado o índice remissivo dos nomes pró-

prios do texto e dos nomes comuns de que se dá a explicação em as notas.

O que precede, que principalmente tem em vista chamar a atenção da Academia para uma publicação tão importante, que pelo seu assunto pertence a ambas as classes, parece suficiente para mostrar que a Academia das Sciências de Lisboa se honrará contando entre os seus associados estrangeiros, o sábio eminente que fez a tradução do *Livro de Duarte Barbosa*, e a ilustrou de modo a torná-la compreensivel, e contribuiu para vulgarizá-la entre as nações que falam a língua inglesa.

Academia das Sciências de Lisboa, 22 de Dezembro de 1921.

António Baião.
Pedro de Azevedo.
Francisco Maria Esteves Pereira (relator).

Sessão de 12 de Janeiro de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. Almeida de Eça, António Baião, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Lopes de Mendonça, Visconde de Carnaxide, Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes srs. António Ferrão, Caeiro da Mata, Ferreira Lima, José Joaquim Nunes, Malheiro Dias, Teixeira Botelho, Victor Ribeiro; o sr. António Cabreira, sócio correspondente da classe de Sciências; e os sócios correspondentes estrangeiros srs. Lúcio de Azevedo e Planas Suarez.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Júlio Dantas* agradeceu à classe o tê-lo nomeado seu presidente, dizendo que as maiores honras que tem tido são devidas à Academia. Invocou os nomes de alguns dos mais eminentes sócios, como António Cândido, Henrique Lopes de Mendonça, Conde de Sabugosa, e Júlio de Vilhena, para frisar o alto conceito em que tem a Academia. Terminou dizendo que põe à disposição da Academia todos os recursos que lhe proporciona a sua actual situação pública (Ministro dos Negócios Estrangeiros).

O *Secretário* leu um postal da sr.ª D. Dora de Figueiredo comunicando que seu pai, o dr. Cândido de Figueiredo, não podia comparecer na sessão por continuar doente.

O sr. *Conde de Planas Suarez*, disse:

«Señor Presidente, Señores: -- El cumplimiento de deberes oficiales me alejó de Lisboa despues de la fecha en que me elegisteis Socio Correspondiente Extranjero de esta Compañía de ilustres sabios, secular y famosa en los fastos de la ciencia y cuyo renombre la hace célebre en el mundo.

«Mas espiritualmente no me sentí nunca ausente, antes por el contrario, la inmensa responsabilidad que sobre mi pesa desde el día en que me favorecieron vuestros sufragios, dió a mi pensamiento la preocupación constante de que allegaría la hora de presentarme ante vosotros, y debo confesar que grande ha sido mi temor. No el temor de pronunciar estas palabras para deciros mi gratitud indeleble, sino el de explicarme yo mismo las razones porque ahora penetro en esta gloriosa y noble Casa como Socio de la misma, o como si dijera por proprio derecho, o los motivos porque pueda llamarme Colega de tantos hombres eminentes por su saber, notables por su erudición, insignes por sus talentos, que hoy como ayer dan alto relieve al prestigio de este docto senado y al nombre portugués, nimbado con el brillo de un pasado imperecedero, que a la hora presente es como la luz de la esperanza iluminando el horizonte de un esplendoroso porvenir, digno de la Nación a cuya pujanza debe rutilantes páginas la Historia de la humanidad.

«Pero renuncio a mi intento, porque vano empeño fuera solicitar méritos suficientes para una distinción tan alta, en quien apenas concurren, quizás, condiciones de decidido entusiasmo y amor por las interesantes disciplinas científicas que tan sabiamente cultivais en esta doctísima Academia, que a lo más serviríam para hacerme discípulo capaz de seguir con éxito vuestras fecundas y provechosas enseñanzas.

«Os cabe de consiguiente toda la responsabilidad de mi

elección, mientras a mí me abruma el peso de una deuda de reconocimiento eterna. Soy el primer venezolano, entre los raros americanos, a quienes habeis ofrecido un lugar en la Academia de Ciencias de Lisboa, que comparte con vosotros la gloria y el honor de la más halagadora y ambicionada recompensa a que aspiran en vuestra patria los varones esclarecidos, cuyos méritos los colocan en la cúspide de la celebridad. Permitidme, pues, una íntima satisfacción: que os agradezca en nombre de mi patria, la cuna del Libertador Simón Bolívar y de la Independencia Americana, que habeis querido honrar en la persona del más modesto de sus hijos.

«En hispano América, y especialmente en Venezuela, no se olvida que fué Su Majestad Fidelísima el Rey de Portugal quien abrió la puerta en Europa al reconocimiento de los Gobiernos americanos, ni tampoco que fué el famoso estadista, historiador, filósofo y jurisperito Silvestre Pinheiro Ferreira, el gran Ministro liberal de Don Juan VI, uno de los más ilustres Socios de esta Academia, « o maior pensador portuguez de seu tempo », como lo llamó Herculano, quien propusiera al Libertador Bolívar, en 1822, el Proyecto de una *Confederación de la Independencia de las Naciones*.

«Conocía sin duda alguna el Comendador Pinheiro Ferreira la célebre Carta Profética del Libertador, escrita en 1815, en la que, entre otras cosas, decía:

« Que bello sería que el Istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el de Corinto para los griegos!

« Ojalá que algún día tengamos la fortuna de instalar alli un augusto Congreso de los Representantes de las Repúblicas, Reinos e Imperios, a tratar y discutir sobre los altos intereses de la paz y de la guerra, con las Naciones de las otras tres partes del mundo.

«El Libertador deseaba, « más que outro alguno, ver formar en América la más grande Nación del mundo,

menos por su extención y riquezas que por su libertad y gloria.

«Años más tarde, Pinheiro Ferreira, que se consideraba ciudadano de todo país libre, creia ver en el acto de Confederación que proponía al Libertador Bolívar, « la más segura prenda del triunfo de la Causa de la Libertad de los Pueblos, esclavizados en el ejercicio de su navegación y comercio, de su industria y en el uso de sus derechos.

«Circunstancias invencibles dominaron todos los nobles empeños del insigne estadista lusitano, como luego hicieron imposible el triunfo del ideal internacional de Bolívar, cuando culminó en el memorable Congreso de Panamá en 1826.

«Pero sea como fuere, el nombre del más grande de los Libertadores, del Héroe Epónimo de América, queda unido al del ilustre portugués en una gloriosa aspiración de paz, de justicia, de derecho y de libertad para la vida de los pueblos, aún utopia o ensueño en nuestros mismos dias, pero que me atrevo a considerar como el hilo de oro sutil, imperceptible, que, como poderosa fuerza del espíritu, estrechará eternamente la amistad de Venezuela y Portugal.

«Cuando hace algunos años publiqué un opúsculo a propósito de tan trascendental asunto, refiriéndose al mismo me escribió en síntesis admirable el ilustre jurista y sabio brasileño Clovis Bevilaqua, las palabras con que pongo punto final a las mías :

« Simão Bolívar é uma figura de primeira grandeza, que, dia a dia, melhor se destaca na tela da historia, e Pinheiro Ferreira é um jurisconsulto que faz honra à humanidade, pela elevação de suas ideias. Portugal deve orgulhar-se de um tal filho » .

O sr. *Presidente* disse congratular-se com a presença do ilustre Ministro de Venezuela em Portugal, o sr. Conde

de Planas Suarez, facto que muito honrava a Academia.

O sr. *Visconde de Carnaxide*, dando as boas vindas ao novo académico e felicitando a Academia por entre os sócios estrangeiros ficar contando o ilustre diplomata, jurisconsulto e publicista assinalado pela multiplicidade e importância das suas publicações scientíficas, lisonjeia-se singularmente pela sua parte por haver prestado à Academia um serviço valioso havendo tido a iniciativa da proposta da admissão no seu grémio do nobre ministro de Venezuela em Portugal, o sr. Conde de Planas Suarez, cujas obras divididas por 3 ou 4 autores seriam para cada um deles documentação bastante da sua candidatura.

E além da sua vasta erudição geral acêrca do Direito Público Internacional, sôbre que se póde considerar clássico o extenso tratado de que é autor, o interêsse que lhe tem merecido estudos jurídicos e diplomáticos relativos ao nosso país, nas suas relações com os americanos de origem latina, como o da sua nação, conforme até agora mais uma vez mostrou, aumenta o penhor de quanto o nosso novo confrade, cujo primoroso trato nos será agradabilíssimo, concorrerá para, em afectuosa camaradagem comnosco, ser mantido e dilatado o prestígio e o lustre do nosso velho Instituto.

O sr. *Lopes de Mendonça*, agradecendo as boas palavras do sr. Júlio Dantas, manifestou o seu regosijo em ver S. Ex.ª na cadeira da presidência. Esperando que o sr. Júlio Dantas cumprirá a promessa que pouco antes fizera de pôr o seu valimento público ao serviço da Academia, disse que, como Inspector da Biblioteca Académica, alguns pedidos lhe faria, tendentes a melhorar aquela repartição da Academia.

Em seguida leu a comunicação sôbre a comemoração do centenário de Molière, que se celebrará brevemente em França e propôs que se nomeasse o sr. Augusto de

Castro para representar a Academia naquela solenidade, o que foi aprovado.

O sr. *Carlos Malheiro Dias* diz que um feliz acaso o reconduz, depois de larga ausência, a esta casa ilustre no mesmo dia em que toma posse o novo Presidente da classe de letras. É com o maior júbilo que vê a Presidência ocupada por um escritor glorioso e seu querido amigo, com quem teve a honra, há bem dezoito anos, de entrar no mesmo dia, como sócio correspondente nesta Academia.

Tem a honra de oferecer à Academia os primeiros quatro fascículos da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, empreendimento monumental em que trabalham alguns dos sócios mais eminentes desta ilustre casa e que será um atestado da cultura portuguesa no domínio das sciências histórica e geográfica, a par de uma homenagem aos antepassados e um certificado das capacidades estupendas da nossa raça.

Aproveita o ensejo para informar a Academia que em uma das suas sessões ordinárias do mês de Setembro a Academia Brasileira de Letras votou por aclamação a proposta do professor Afrânio Peixoto para que se inserissem na acta as congratulações daquela Academia com a intelectualidade portuguesa pela sua colaboração em uma obra de tamanhas proporções, publicada como homenagem ao Brasil. O sr. Carlos Malheiro Dias acrescenta que essas saüdações exprimem os sentimentos cordiais que as classes mais representativas da sociedade brasileira professam pelos Portugueses.

O sr. *Presidente* agradeceu as palavras do sr. Malheiro Dias, dizendo que foi com extremo prazer que ouviu a comunicação da Academia Brasileira de Letras. E agradeceu a oferta dos fascículos da *História da Colonização dos Portugueses no Brasil.*

O sr. *António Ferrão*, começa por saüdar o sr. dr. Júlio

Dantas pela sua eleição para o cargo eminente e honroso de Presidente da classe, salientando quanto é justa e grata tal homenagem, pois a sua vida literária tem sido bem laboriosa e intensiva, se bem que como boa compensação haja resultado ainda mais brilhante e gloriosa.

Diz que a ascensão do sr. dr. Júlio Dantas hoje à presidência da classe, amanhã à de toda a Academia, constitue a mais alta distinção académica, e, por isso a suprema consagração intelectual e moral que no nosso país pode ser alcançada. De resto, se há entre nós pessoas que a mereçam, o sr. dr. Júlio Dantas ocupa entre elas o primeiro lugar.

A seguir traça o perfil literário do sr. Presidente e faz o estudo crítico da sua obra, desde o *Nada*, publicado em 1896, até ao seu último trabalho os *Galos de Apolo*.

Termina esta parte do seu discurso por dizer que a elevação do sr. dr. Júlio Dantas à presidência da classe é o mais belo prémio dos 25 anos da sua brilhante carreira de homem de letras e a mais carinhosa manifestação colectiva a que o eminente autor da *Pátria Portuguêsa* podia aspirar na festa das suas bodas de prata literárias.

Depois, sauda o sr. dr. José Maria Rodrigues pela sua eleição para o cargo de vice-presidente da classe, fazendo o elogio de S. Ex.ª como professor, como erudito e como Académico.

Entrando na 2.ª parte do seu discurso o sr. dr. António Ferrão diz que desejaria muito limitar as suas palavras às saüdações festivas que acabava de dirigir aos srs. drs. Júlio Dantas e José Maria Rodrigues, para que esta sessão nada tivesse de triste e lutuoso; mas não o quiz o destino, que acaba de roubar ao nosso convívio dois homens ilustres: o erudito historiador e académico sr. Anselmo Braamcamp Freire e o operoso e sabedor bibliólogo general Francisco Augusto Martins de Carvalho.

Fala largamente da obra de ambos e, referindo-se à 2.ª edição do *Dicionário Bibliográfico Português* de Martins de Carvalho. lembra á mesa a conveniência da Academia diligenciar no sentido da publicação do mencionado trabalho, entrando em relações com a família do falecido general.

O sr. *Presidente* concordou com o alvitre.

O sr. *António Cabreira* fez uma comunicação sôbre Leonardo de Vinci.

O sr. *Presidente* agradeceu.

O sr. *António Baião* diz que no intervalo posterior à última sessão da classe se deu um facto que veio enlutar o país, a nossa Academia e especialmente a classe de Letras. Refere-se ao falecimento de Anselmo Braamcamp Freire. Fala dêle como erudito e como historiador. Tendo começado por investigações genealógicas e heráldicas veio, no último quartel da vida, a tornar-se um dos nossos eminentes historiadores. A êle é bem aplicado o *scripta manent* dos latinos, pois, a sua obra há-de resistir à destruïção dos séculos, firmada como é no granito brônzeo do documento autêntico, abonada, como é, a cada passo, por provas irrefragáveis e indestructíveis. Refere-se ás *Sepulturas do Espinheiro*, ao *Conde de Vila Franca e a Inquisição* e aos *Brasões da Sala de Cintra*, história documentada da aristocracia quinhentista, cujos brazões ornamentam uma das salas do paço de Cintra. Lê à classe a lista das monografias publicadas por Braamcamp Freire no seu *Arquivo Histórico Português*, a algumas das quais se refere especialmente, salientando que a obra de Braamcamp Freire, assim como não conhece especialidade de assuntos, assim também não conhece épocas. É a história literária, com os seus trabalhos acêrca de Gil Vicente, de André de Rezende e de Garcia de Rezende; é a história artística com a publicação e estudo dos inventários reais quinhentistas, etc., e a história econó-

mica com as publicações interessantíssimas das cartas de quitação de D. Manuel I, que pacientemente exhumou da chancelaria real e a dos cadernos de assentamentos, principalmente respigados do *Corpo Chronológico*. Não conhece épocas, pois, estudando principalmente o século XVI, publica documentos inéditos referentes aos séculos XIV e XV. Que grande mésse não oferecem ao ceifeiro estudioso êsses dez pesados volumes — pesados pela matéria que encerram! Ao serviço dos eruditos do nosso país pôs Braamcamp Freire o seu cérebro, as suas faculdades de trabalho e até a sua bôlsa. Da imensa, documentação, conscienciosa e escrupulosamente publicada, quantos estudos históricos não podem brotar! Termina por fim o sr. António Baião dizendo: Anselmo Braamcamp Freire legou-nos dois grandes exemplos, muito para ponderar na hora presente: em vida, o exemplo do trabalho, metódico, persistente, continuado; na morte, o exemplo da humildade e da modéstia. Que êles frutifiquem!

Os srs. *José Maria Rodrigues*, *José Joaquim Nunes*, *Teixeira Botelho* e *Esteves Pereira* disseram congratular-se com a eleição do Sr. Júlio Dantas ao cargo de Presidente da classe, e associaram-se ao voto de sentimento pela morte do sr. Braamcamp Freire.

Foram eleitos sócios correspondentes por unanimidade os srs. Agostinho de Campos, Afonso de Dornelas, Longworth Dames e Vieira Guimarães.

O sr. *Teixeira Botelho* ofereceu um exemplar da sua *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias.*

O sr. *Presidente* agradeceu.

Foram apresentados como título de candidatura alguns trabalhos do sr. Valério Cordeiro.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Sessão de 26 de Janeiro 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos os srs. António Baião, Augusto de Castro, Cândido de Figueiredo, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Lopes de Mendonça, Cristóvam Aires (secretário); e os sócios correspondentes nacionais, srs. Afonso de Dornelas, António Ferrão, Bento Carqueja, Ferreira Lima, Gustavo Ramos.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O *Secretário*, leu:

— um ofício da União Académica Internacional, datado de 20 de Janeiro do corrente ano, em que aquela corporação indica os assuntos de que tratára na sua próxima sessão anual ordinária de 25 de Maio;

— uma carta do sr. Jaime Cortezão, congratulando-se com a classe pela eleição do sr. Júlio Dantas para o cargo de Presidente.

O sr. *Bento Carqueja* pediu que se registasse, como aditamento à acta da sessão anterior, a que não pôde assistir, o seu ardente voto de congratulação pela eleição do sr. Júlio Dantas para o lugar de presidente da classe.

Em seguida propôs que se constituísse a comissão de sócios das duas classes para examinarem os trabalhos que forem apresentados acêrca das 26 teses, sôbre questões económicas e financeiras, por êle propostas na sessão da 2.ª classe de 14 de Abril de 1921.

Propôs mais que, aproveitando o alto valimento do ilustre presidente (o sr. Júlio Dantas é actualmente Ministro dos Negócios Estrangeiros), se procure obter dos poderes públicos a sua coadjuvação indispensável à publicação ou larga propaganda dos trabalhos apresentados.

O sr. *Ferreira Lima*, disse: — Pedi a palavra para me associar à justa homenagem aqui prestada, na última sessão, pelo nosso ilustre consócio o sr. dr. António Ferrão, ao falecido escritor e meu prezado amigo General Francisco Augusto Martins de Carvalho, e para me associar também à proposta, na mesma ocasião apresentada pelo mesmo sr. acêrca da publicação, por esta Academia, da 2.ª edição do seu *Dicionário bibliográfico militar português*, deixada em manuscrito.

O general Martins de Carvalho era um notável investigador e erudito, como, sobejamente demonstrou não só nos importantes trabalhos que publicou, dedicados a assuntos técnicos militares, mas também em outras interessantes e valiosas obras como são: *Subsídios para a história dos regimentos de infantaria e caçadores do exército português; Notícias históricas dos regimentos de infantaria 9 e 16; Dicionário bibliográfico militar português; Guerra peninsular (notas, episódios e extractos curiosos); Algumas horas na minha livraria; A ermida do Corpo de Deus em Coimbra*, e ultimamente em um curioso trabalho de investigação bibliográfica: *As edições do Hyssope*.

Julgo, portanto, digna de aprovação a proposta do nosso ilustre consócio, atendendo também ao facto de que, prestando já imensos subsídios aos estudiosos a 1.ª edição do *Dicionário*, muito maiores os prestará a 2.ª edição, cuja matéria foi grandemente aumentada.

Tendo ficado o sr. Secretário geral de se entender com a família do falecido oficial, a fim de se tratar desta pu-

blicação, eu pediria a S. Ex.ª a fineza de me dizer se já foram iniciadas quaisquer diligências nêste sentido.

O Secretário informou o sr. Ferreira Lima de que se iam tomar as necessárias providências.

O sr. *Cândido de Figueiredo,* disse: — Sr. Presidente, — impedido, por doença grave, que me deteve algumas semanas em casa, não pude assistir à primeira sessão da classe nêste ano e fazer oportunamente as minhas despedidas da presidência, e agradecer a generosidade com que os meus confrades aceitaram a minha inexperiência do cargo, e quaisquer deficiências no exercício das minhas funções.

Felizmente fui substituído por V. Ex.ª que não precisa da indulgência dos seus confrades; e pena tenho eu também de não haver assistido àquela sessão, para me associar rendidamente às saüdações de que V. Ex.ª foi alvo.

Da leitura da respectiva acta se vê que alguma coisa se disse autorizadamente a tal respeito; mas, por muito que se dissesse, muito ficaria por dizer. Efectivamente, V. Ex.ª, além dos seus elevados dotes pessoais, reune as mais raras e brilhantes condições de polígrafo.

Para a glória de um homem, bastaria a *Ceia dos Cardeais*, representada e aplaudida nos principais teatros do mundo, e bastaria talvez a belêza magestosa das *Duas Epopeias;* mas V. Ex.ª não é só grande poeta: é exemplar prosador, que conhece largamente os tesouros da língua e possui as mais variadas e brilhantes aptidões; e ocioso será mencionar os excelentes quadros históricos da *Pátria Portuguêsa*, do *Amor no Século XVII*, do *Outro Tempo;* os predicados do dramaturgo que escreveu o *Reposteiro Vermelho*, a *Santa Inquisição*, o *Viriato Trágico*, e as *Rosas de Todo o Ano*; e a prosa ligeira, mas sempre viva e graciosa, das suas crónicas literárias, crónicas que, segundo creio, deixam a perder de vista esti-

listas como Catulle Mendès, Armand Silvestre, Alfred Capus...

Por todos os motivos, pois, a nossa classe deve orgulhar-se por ter na presidência um eminente e laureado escritor, que não é apenas uma glória académica, mas, certamente, uma glória nacional.

O sr. *Presidente* agradeceu comovido as palavras do sr. Cândido de Figueiredo, dizendo que as considerava muito por virem de tão alto, e que elas lhe serviriam de estímulo na sua vida literária.

O sr. *Lopes de Mendonça* manifestou o seu contentamento pela forma brilhante por que o sr. Augusto de Castro representou a Academia nas festas de Molière, facto que muito o orgulhou, por ter sido êle quem propusera o nome do sr. Augusto de Castro para tal missão.

O sr. *Presidente* associou-se às palavras do sr. Lopes de Mendonça, frizando que lhe foram muito gratas, pela razão de que foi êle quem em Conselho de Ministros propôs o sr. Augusto de Castro para representar Portugal nas festas de Molière.

Entre as pessoas que poderiam desempenhar-se em Paris dessa missão, o nome do sr. Dr. Augusto de Castro impunha-se e destacava-se, não apenas pelo seu talento e pela consideração justíssima de que gosa no meio intelectual francês, mas por um raro conjunto de notáveis e scintilantes qualidades. A forma como o ilustre escritor se desempenhára da sua missão, atraindo para Portugal homenagens honrosíssimas e prestando-lhe um serviço relevante, se não excedera a sua espectativa, porque muito a opinião do país inteiro esperava dêle, honrára notàvelmente as suas tradições e o nome português. Juntava, portanto, em nome da classe, as suas felicitações e os seus agradecimentos ás palavras justissimas do sr. Henrique Lopes de Mendonça.

O sr. *Augusto de Castro*, disse: — vim a esta sessão

para agradecer ao sr. Henrique Lopes de Mendonça, meu ilustre amigo, e a todos os meus eminentes colegas, a honra que, por iniciativa do glorioso autor do *Duque de Viseu,* me foi conferida, entregando-me a representação da Academia nas festas de Paris por ocasião do tri-centenário de Molière.

Recebi em Paris a comunicação da escolha do meu nome para essa alta missão académica e logo comuniquei o facto ao Ministério da Instrução Pública francês, e, no banquete em que, como delegado de Portugal, usei da palavra, frizei, como me cumpria, a representação académica, que me fora confiada.

Devo registar que, àparte a escolha do meu modesto nome, foi muito interessante e honroso para a Academia que a sua nobre tradição intelectual fôsse recordada e representada nas festas de Molière, onde representadas estavam, além da Academia belga, outras várias estrangeiras.

A estas palavras e aos agradecimentos que devia aos meus colegas pela prova de estima e consideração que me deram na última sessão, cumpre-me hoje ajuntar os protestos do reconhecimento mais sincero pelas palavras que acabei de ouvir aos meus queridos amigos os srs. Henrique Lopes de Mendonça e presidente Júlio Dantas, a propósito da forma por que me desempenhei da missão que me foi confiada.

Essas palavras considero-as filhas de uma camaradagem e amizade antigas e sobejamente demonstradas; mas, nem por isso, me penhoram menos.

O sr. *António Baião* ofereceu à Academia um exemplar do seu último trabalho intitulado *A questão da naturalidade de Fernão de Magalhães,* 1921.

Em seguida leu o parecer favorável à candidatura a sócio correspondente do dr. Joaquim de Carvalho.

O sr. *Presidente* agradeceu a oferta do sr. Baião.

Em seguida leu o parecer favorável à candidatura a

sócio correspondente estrangeiro do sr. Afrânio Peixoto (brasileiro).

O sr. *Afonso de Dornelas* agradeceu a sua eleição a sócio correspondente e ofereceu um exemplar do seu trabalho *Em prol de Fernão de Magalhães*.

O sr. *Gustavo Ramos*, depois de apresentar as suas saüdações ao sr. Presidente, leu uma extensa comunicação, que vai publicada adiante, e cujo objecto é: — um estudo elaborado na sua maior parte com elementos colhidos nas bibliotecas de Viena e de Munique sôbre um dos dramaturgos mais notáveis da Alemanha, Kleinst, com que faz acompanhar a tradução da novela *Das Erdbeben in Chile*, inspirado nos trabalhos de Kant sôbre o terremoto de Lisboa de 1755, de que traduziu os passos mais notáveis.

Foi apresentado como título de candidatura do autor a sócio correspondente estrangeiro o livro *Les Royaumes de Neiges* do sr. Charles Eudes Bonin.

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão.

Proposta do socio efectivo Lopes de Mendonça

Não deve passar despreccbida à Academia a comemoração centenária que a França consagrou actualmente a Molière. Sinto que, preocupados com outros assuntos, nós não tivéssemos dirigido a tempo as nossas atenções para êsse objectivo, e para que a voz da Academia fôsse alguma cousa mais do que uma voz perdida no côro universal de aclamações, que exalçam o maior comediógrafo dos tempos modernos. Coincidindo quási a reünião da nossa classe com a época dessa grande homenagem literária, é azado o momento para manifestarmos ao menos a nossa solidariedade espiritual na consagração dessa grande memória. Quando para isso não me faltassem recursos e tempo, ocioso fôsse justificar a nossa homenagem. Seja-me porém lícito apenas recordar que numa das suas obras imortais o génio de Molière não se dedignou receber, directa ou indirectamente, a inspiração de um eminente compatriota nosso. São tão frizantes as analogias entre o *Bourgois Gentilhomme* e o *Fidalgo*

aprendiz, tão evidente parece a prioridade da fôrça do nosso D. Francisco Manuel, que não se me afigura arriscada a afirmativa que acabo de fazer e a qual, sem diminuir um ápice a glória do grande francês, acrescenta certamente a do ilustre polígrafo seiscentista, nosso conterrâneo. Noutro ponto ainda se irmanaram os génios das duas nacionalidades latinas. O mesmo original de Plauto desferiu scentelhas cómicas no estro de Luis de Camões e contribuiu para enriquecer o reportório admirável de Molière. Quem sabe — a medo arrisco a hipótese — se ao comediógrafo de Luis XIV seria sugerida a adaptação do *Anfitrião*, pelo conhecimento de obra idêntica do nosso épico, que um século antes florescera? Longe de assim insinuar qualquer ideia de plágio, aliás afastada pela simples análise dos dois contextos. Mas o que me cumpre afirmar é que, atendendo á diferença de ambientes e ao progredimento do teatro, a obra de Camões não desmerece sôbremaneira, apezar da múltiplice actividade do seu génio, perante a chistosa adaptação do seu sucessor, especializado num género único de produção literária.

Notas são estas que de momento me ocorrem, sem mais pretensão de que a de apontarem de relance teses dignas da atenção dos eruditos, de afirmarem a correlação ou o paralelismo das literaturas europeas, e, no caso sujeito, de acentuarem os pontos de contacto, que transitòriamente houvessem acaso existido entre o supremo espirito de Molière e a mentalidade portuguêsa.

Peza me, repito, que não se tivesse organizado a uma das maiores glórias da raça latina uma comemoração condigna da Academia, onde tantos dos meus eminentes colegas poderiam dar-lhe brilho. Sucede porém, por fortuna, que a escolha do govêrno, para a representação nacional nas festividades projectadas em França, recaiu num eminente colega nosso, por todos os motivos digno dessa honra excepcional. Congratulando-me por êsse facto, parece-me pois que bem andaria a Academia, confiando ao subtil talento de Augusto de Castro o encargo de a representar. Embora à nossa classe não cumpra tomar a tal respeito uma resolução definitiva, seguro estou que a sua iniciativa mereceria o acolhimento favorável da assembleia geral, que não é fácil convocar no reduzido prazo que nos separa da comemoração. Por isso, proponho que o nosso ilustre presidente se entenda a tal respeito com o Presidente da Academia, o qual sem dúvida assumirá a responsabilidade de se antecipar ao voto certíssimo da Academia, incumbindo o nosso ilustre consócio Dr. Augusto de Castro de a representar em todos os festejos, em que oficialmente tomará parte.

LOPES DE MENDONÇA.

Parecer a respeito da candidatura do sr. dr. Joaquim de Carvalho a sócio correspondente

Três obras se apresentam como título de candidatura do sr. dr. Joaquim de Carvalho a sócio correspondente da nossa Academia: *António de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença; Leão Hebreu, filósofo* e *A teoria da verdade e do êrro nas Disputationes Metaphysicae, de Francisco Suárez.* Três volumes distintos é certo, mas todos versando um capítulo da história da nossa intelectualidade, a tão pouco conhecida história da filosofia portuguesa.

Modestamente intitula o sr. dr. Joaquim de Carvalho o primeiro *Um ligeiro subsídio para o estudo da personalidade e da filosofia do humanista António de Gouveia.*

António de Gouveia, *cavaleiro andante da eloqüência e da erudição*, era alentejano, e aos 22 anos foi completar a sua instrução em Paris, possivelmente chamado por seu tio, Diogo de Gouveia, notabilizando-se como jurisconsulto e humanista e sendo até considerado émulo de Cujácio. Sabendo grego, Gouveia estudou decerto Aristóteles no original. É notável a polémica que sustentou com Pedro Ramo, polémica que apaixonou vivamente os intelectuais parisienses quinhentistas e da qual saíu vitorioso, ficando Ramo considerado como *temerário, arrogante e imprudente.*

Séculos já decorreram sôbre essa questão e tão encontrados são os depoïmentos que nos restam, que é preciso o senso crítico do sr. dr. Joaquim de Carvalho para com o seu baixel singrar, sem abalroamento, entre escolhos tão eriçados, fazendo uma exposição cheia de lucidez e — quer-nos parecer — cheia de imparcialidade.

No *Leão Hebreu, filósofo* ocupa-se largamente da biografia de tão notável israelita português, autor dos *Diálogos de Amor*, clássica obra urdida com tanta arte como filosofia.

No terceiro trabalho apresentado ocupa-se o sr. dr. Joaquim de Carvalho da personalidade de Francisco Suárez sob o seu aspecto filosófico. Revela-se, como em todos os outros, profundo conhecedor da filosofia platónica, aristotélica e tomista.

Abalisado Lente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, imprimindo às suas funções de Administrador da Imprensa da Universidade orientação tão proveitosa às letras pátrias,

parece-nos o sr. dr. Joaquim de Carvalho digno de ser admitido na nossa Academia como sócio correspondente.

Sala das Sessões, em 26 de Janeiro de 1922.

José Maria Rodrigues.
Pedro de Azevedo.
Francisco Maria Esteves Pereira.
António Baião (relator).

Parecer favorável à candidatura a sócio correspondente estrangeiro do sr. Afrânio Peixoto

Foram presentes a esta secção as seguintes obras do sr. dr. Afrânio Peixoto, membro da Academia Brasileira de Letras e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como título de candidatura a sócio correspondente estrangeiro da nossa Academia: *Minha terra, minha gente*, 2.ª ed. (1916); *Poeira da Estrada* (1918); *Trovas Brasileiras* (1919); *A Esfinge*, 4.ª ed. (1919).

A primeira destas obras é um compêndio de educação cívica brasileira, escrito com a perfeita clareza e com a exacta simplicidade das obras de Geikie e de Stanley Jevons, e que pode também com proveito ser lido pelas crianças portuguesas, porque nele palpita um sincero amor pela nossa tradição, pela nossa história e pela nossa língua. A segunda é uma admirável colectânea de estudos, discursos e artigos, em que são versadas questões de crítica literária, de filosofia da história e de pedagogia, e em que o sr. dr. Afrânio Peixoto se revela, não apenas um espírito de rara sagacidade e de superior cultura, mas também um dextro, scintilante e primoroso estilista. A terceira é uma colecção de mil quadras da poesia popular brasileira, seleccionada das opulentas colheitas inéditas do autor e das colheitas já publicadas de Sílvio Romero, Pereira da Costa e Carlos Góis, e acompanhadas dum curto e erudito estudo preliminar. Finalmente, a última é um romance, por muitos títulos notável, em que o sr. dr. Afrânio Peixoto, a par de um interessante caso de psicologia amorosa, estuda, com elegância e observação, a vida mundana de Petrópolis e evoca, em tons frescos e vivos de aguarela, a maravilhosa paisagem do Barro Branco. Nestes trabalhos, que constituem os seus títulos apresentados, o eminente professor, hoje um dos mais altos expoentes do Brasil mental, afirma-se simultâneamente um pedagogo,

um crítico, um filósofo, um estilista e um romancista de primeira plana.

É, porém, como mestre do romance brasileiro que o sr. dr. Afrânio Peixoto mais se tem imposto à admiração dos dois países em que se fala a língua portuguesa. A *Esfinge*, que alcançou em pouco tempo as honras de 4.ª edição, sucederam-se mais dois romances que a nossa Biblioteca não possui: *Maria Bonita*, estudo subtil e intenso de psicologia feminina, e *Fruta do Mato*, em que o romancista encara, com clareza e com desassombro, o problema etno-político do Brasil. Êste último pode considerar-se o mais completo dos três, pelo vigor de desenho dos tipos, pela lógica perfeita da acção, pela forma por que é apresentada a questão social que nêle se debate. Em cada um dos seus romances estuda o sr. dr. Afrânio Peixoto, duma maneira notável, uma alma de mulher. Depois da figura sensual de Lúcia *(A Esfinge)*, depois da figura ingénua de *Maria Bonita*, dá-nos o eminente escritor da Joaninha das Cajáseiras *(Fruta do Mato)* o tipo da «mulher funesta», espécie de Hedda Gabler sertaneja, fruto do mato selvagem, ressumante de veneno e de sol, pequenina fêmea de pele doirada, de olhos negros redondos, polidos e enormes, produto histeróide duma pesada hereditariedade de roceiros baianos. Subtil analista de almas, a païsagem interessa-o menos; poucas vezes encontramos nos romances do dr. Afrânio aquelas ofuscantes pinturas da natureza brasileira em que tanto se compraz o génio verbal de Coelho Neto O que o preocupa é a acção interior, o estudo de consciência, a vida moral das suas figuras — às vezes possivelmente enigmáticas para quem não saiba interpretá-las sob o ponto de vista patológico. Na evolução do romance brasileiro, que vem desde o ingénuo e pastoral António Gonçalves Teixeira de Sousa, ainda influenciado pelas novelas do século XVIII, até à exaltada, à *d'annunzianna* Albertina Berta, «impressionista à maneira de Turner», «maravilhosa intoxicada de amor», nas expressões exactas de Araripe Júnior, — o romancista insigne da *Fruta do Mato* tem um lugar que, nem por estar ainda imprecisamente determinado, deixa de ser brilhantíssimo. A delicada e penetrante sagacidade com que Afrânio Peixoto analisa almas femininas, faz-nos pensar em Manuel de Macedo, o observador gracioso da *Moreninha*, romancista por excelência da mulher carioca; por vezes, os seus processos aproximam-no do naturalismo brunetièriano de Aluízio de Azevedo; os intuitos sociais das suas obras (especialmente da *Fruta do Mato*) permitir-nos-iam integrá-lo no movimento crítico-filosófico em que pontifica o sr. Graça Aranha.

É esta secção de parecer que a Academia, recebendo o sr. dr. Afrânio Peixoto como seu sócio correspondente estrangeiro, só tem motivos para se sentir honrada. Essa justa homenagem é devida ao homem ilustre que, representando no seu país um grande valor mental, tão carinhosamente tem enaltecido o nome, as glórias e a língua portuguesa.

Henrique Lopes de Mendonça.
Augusto de Castro.
Vicente Almeida de Eça.
Cristóvam Aires.
Candido de Figueiredo.
Júlio Dantas (relator).

Sessão de 9 de Fevereiro de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. Almeida de Eça, António Baião, Artur Montenegro, Augusto de Castro, Cândido de Figueiredo, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Lopes de Mendonça, Pedro de Azevedo, Visconde de Carnaxide, Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes nacionais: srs. Afonso de Dornelas, Bento Carqueja, Ferreira Lima, Jaime Cortesão, Víctor Ribeiro, Vieira Guimarães; da 1.ª classe, sr. António Cabreira.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O *Secretário* leu uma carta do sr. Francisco de Miranda Martins de Carvalho agradecendo os pêzames que lhe foram enviados, pelo falecimento de seu pai o general Martins de Carvalho.

Apresentou à classe um manuscrito que o sócio Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado ofereceu à Academia, para ser aproveitado para um trabalho futuro completo. O manuscrito é intitulado *Para um glossário Luso-Africano.*

Em seguida o *Secretário* propôs que fôsse o sr. David Lopes agregado à secção de História e Arqueologia, emquanto não fôr preenchida a vaga deixada pelo sr. Braamcamp Freire. Esta proposta foi aprovada.

O sr. *Bento Carqueja* propôs que fôsse publicado no *Boletim* da classe o discurso pronunciado pelo sr. Au-

gusto de Castro em Paris, por ocasião da celebração do tri-centenário de Molière. — Foi também aprovada esta proposta.

O sr. *Vieira Guimarães* agradeceu a sua eleição a sócio correspondente.

O sr. *António Cabreira* ofereceu os seus trabalhos: *VI Centenário da Ordem de Cristo, Homenagem á Universidade de Coimbra, A questão do mausuleu de Tomás Cabreira, Estatuto da Ordem de Santa Maria do Castelo* e *Estatuto e Regulamento Geral da Liga de Defesa Social,* que abrange a organização dos Voluntários da Pátria, referindo-se, a propósito, à origem destas duas últimas colectividades, a primeira das quais promoveu o Congresso Arqueológico Nacional de Tavira; à projectada Ordem *Gloria Crucis,* seu antecedente psicológico, e à idea da Congregação Nacional dos Institutos Scientíficos. Depois realizou a seguinte comunicação sôbre um problema jurídico-social:

— A característica do homem é a consciência moral; em tudo o mais, êle constitui uma simples função dos diversos agentes da Natureza, tendo, entretanto, aquela própria, dentro da liberdade em que se move a sua lógica, o seu nexo, o seu evoluir, conforme as leis fundamentais dos mundos cósmico e biológico. Ora, tôda a transformação dêsses mundos segue, como directriz suprema, a selecção, isto é, a anulação das fôrças de menor resistência, o aniqüilamento dos seres inferiores em face dos mais pujantes, que na dinâmica e na economia orgânica constituem ou tendem para a perfeição.

Nas sociedades civilizadas, essas fôrças de menor resistência, êsses seres inferiores são aqueles em que a consciência moral é insusceptível de alimentar as noções do Bem e da Justiça, do Amor e do Sacrifício, que elevam o homem até Deus. O impulso espontâneo, a tendência natural dessas sociedades será, pois, eliminar tais seres

que, pela fatalidade da sua estrutura, tentam perturbá-la e conspurcá-la, entravar a sua marcha e opôr-se à selecção que carece de produzir-so, como condição essencial do seu progresso.

E, assim a lógica da sciência pura não só autoriza, mas conduz á necessidade de expurgar a sociedade de todos os assassinos, criminosos que acusam a mínima consciência moral.

Outro aspecto da questão.

Segundo os tratadistas e os códigos, a pena varía na razão directa do dano causado ou a causar. Logo, ao crime de assassínio, que representa o máximo dano para a vítima, deve corresponder a pena máxima. Resta determinar tal limite.

O Direito, no sentido mais amplo, deve ser a expressão da necessidade colectiva. É a profilaxia social, naturalmente indicada.

Ora, um assassino, que o é por estrutura psicológica, constitui um perigo permanente para todos os indivíduos e, portanto, para a sociedade. Alêm disso, estabelece o contágio que chega a todos os indivíduos aptos para a concepção criminosa, a qual conta sempre com a impunidade, umas vezes dada pela Psiquiatria, outras pela Amnistia ¡e quantas vezes até pela influência política e pelo dinheiro!

Mas, o objectivo das leis é evitar o mal, o que se consegue reduzindo ao mínimo as suas determinantes e embaraçando ao máximo a sua acção. A existência da pena contém em respeito os impulsos da perversidade. Além disso, quem atenta contra qualquer qualidade alheia é, em regra, ávido dela. Se, portanto, houver uma pena que implique a perda dessa qualidade, e essa qualidade fôr a vida, o crime só se perpetra quando o agente despreze o instinto de conservação, facto apenas possível em casos muito restritos.

A pena de morte será, pois, na lógica social, a que convirá estabelecer-se para o crime de assassínio.

¿E poderá, igualmente, justificar-se na lógica da moral jurídica?

Certamente, e por dois motivos: 1.º se as leis não condenam os que matam nas guerras e nas revoluções, o critério a que a elas obedecem não pode colidir com o da pena de morte para casos taxativos; 2.º se os códigos dão ao indivíduo o direito de matar em legítima defesa, hão-de, por maioria de razão, reconhecê-lo á sociedade, em casos idênticos.

É que a razão do Estado e o direito de legítima defesa, que, na essência, coincidem, têm uma fôrça que excede a do próprio direito à vida, por mais útil que esta seja, como é a daqueles a quem a Pátria ou um ideal político exigem o seu sacrifício, e, conseqüentemente, como no caso sujeito, quando ela representa apenas uma aberração moral e um cruel instrumento de maldade.

O sr. *Presidente* agradeceu.

O sr. *Augusto de Castro* agradeceu ao sr. Bento Carqueja e à classe a resolução tomada de se publicar no *Boletim* o seu discurso.

Em seguida apresentou os livros do sr. José de Azevedo e Menezes: *Ninharias*, e *Camilo Homenageado*.

O sr. *Afonso de Dornelas*, pedindo a palavra e referindo-se a um pedido feito pelo chefe da Missão Sociológica de Marrocos sôbre a decifração de umas inscrições encontradas em Mazagão e sôbre a resposta dada pela Academia sôbre as inscrições e um brazão, propõe que se mandem uns aditamentos a essa resposta, conforme a memória que apresenta e donde consta a existência duma carta de brazão que identifica o brazão encontrado em Mazagão, como tendo pertencido a Gaspar Roiz Tôrres de Abreu, de quem foi encontrada também a lápide sepulcral.

Como a Missão Sociológica é francesa, junta à referida memória uma tradução em francês da carta referida de brazão, tradução obsequiosamente feita pelo distinto heraldista Guilherme Luís dos Santos Ferreira.

Aproveitando estar no uso da palavra, apresenta o VIII volume da sua *História e Genealogia*, que acaba de publicar e que é preenchido por artigos publicados em jornais e boletins e por comunicações feitas em sociedades scientíficas.

O sr. *Presidente* leu o parecer favorável à candidatura a sócio correspondente estrangeiro do sr. Charles Eudes Bonin.

O sr. *Jaime Cortesão* leu uma extensa comunicação intitulada *A expedição de Pedro Alvares Cabral e a família dos Marchioni*, em que analiza a figura tão interessante de Bartolomeu Marchioni e estuda o carácter cosmopolita dos nossos descobrimentos.

O sr. *Presidente* agradeceu a comunicação do sr. Jaime Cortesão, fazendo o elogio do trabalho.

O sr. *Almeida de Eça* disse que, em primeiro lugar, lhe cumpria satisfazer a incumbência de que o encarregara o sr. Bento Carqueja, o qual, tendo necessidade de retirar-se, lhe pedia para declarar que muito sentia fazê-lo antes de se concluir a leitura da comunicação do sr. Cortesão, da qual diria que lamentava não a ter ouvido há mais tempo, pois muito lhe tem servido para completar certas noções expostas no seu livro *O Capitalismo*.

Falando agora em seu nome, o sr. Almeida de Eça disse que considerava o trabalho do sr. Jaime Cortesão como digno do maior louvor, não só pela sua estrutura, mas também porque êle é um elemento muito valioso para destruir o êrro propalado por escritores estrangeiros de que Portugal, no tempo dos descobrimentos, foi xenófobo. Esta afirmação, feita ou por ignorância ou de propósito,

é absolutamente errada e convém que ela seja destruída; para isso muito concorre o belo trabalho do sr. Jaime Cortesão.

O sr. *Cortesão* agradeceu as palavras do sr. presidente e do sr. Almeida de Eça.

O sr. *Cândido de Figueiredo* ofereceu os seguintes livros: *Novas reflexões sôbre a língua portuguesa, Amores de um marinheiro, Da Cosmografia, Dr. Cândido de Figueiredo, A gramática das crianças, Gramática sintética da língua portuguesa, História de Portugal, Subsídios para um dicionário geográfico, Rudimentos de literatura* pelo Dr. Campos Fiel, *Rimas selectas* por M. Angélica de Andrade, *Contos, Sífilis da glândula tiroideia* por Octávio Cândido de Figueiredo, *Revista da língua portuguesa*, ano II, n.º 10 (brasileira).

Foram eleitos sócios correspondentes os srs. Joaquim de Carvalho (nacional), e Afrânio Peixoto (estrangeiro).

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Discurso pronunciado pelo Dr. Augusto de Castro, representante desta Academia, no banquete offerecido pela sociedade de Autores Dramáticos de Paris aos delegados estrangeiros, nas festas da comemoração do tricentenário de Molière

Venho trazer a esta festa, tão sugestiva do Espírito Francês, de que Molière foi uma das mais gloriosas expressões, a homenagem de Portugal e, por amavel delegação dos meus colegas, da Academia das Sciências de Lisboa. Na hora da ansiedade, quando a sinistra ameaça da negra águia alemã caia, ensanguentada, sôbre a sagrada terra francesa, em agosto de 1914, a Nação Portuguesa — nunca é demais recordá-lo — não hesitou um instante em erguer, primeiro o protesto da sua voz, e, pouco depois, o protesto do seu sangue, vindo sôbre

as planícies heróicas da Flandres combater, vencer ou morrer ao vosso lado. O meu país foi um dos primeiros povos do mundo — e êsse é o seu orgulho — a compreender que o seu lugar era nos campos de batalha onde, com os destinos de França, se decidiam os destinos da nobre Civilização Latina. *(Aplausos repetidos e prolongados).*

A sombra das horas incertas passou; entre nuvens, que o luto e a inquietação ainda não deixaram dissipar, o sol da Paz doira hoje o solo de Neuve Chapelle que o sangue português ensopou. E nesta hora em que a França vitoriosa e liberta, celebra no Génio de Molière, uma das mais vivas fulgurações do seu Génio Latino — Portugal vem trazer à Glória da França a homenagem da solidariedade que não recusou à sua Dôr. *(Apoiados)*

Exaltar o génio de Molière é exaltar, nas suas mais belas virtudes de clareza, de ordem, de bom senso e de equilíbrio, o próprio génio francês. Nenhuma raça possuiu ainda, como a vossa, em tão alto grau, o poder simultâneo de criar e de realizar, o dom da imaginação e a intuïção da realidade — essa surpreendente prodigalidade e comunicabilidade de espírito que fizeram, através da história e fazem ainda hoje da França a mais precisa e luminosa expressão da inteligência e da beleza universais. O temperamento francês é, por sua natureza, o temperamento *expressivo* — e ninguem, na vossa soberba e luminosa língua, exprimiu ainda, melhor do que Moliére, com uma mais abundante espontaneidade e uma mais eloqüente *verve*, os sentimentos humanos e imortais. É, por isso, que o espírito do autor do *Misantropo* e do *Tartufo,* sendo essencialmente francês, é, na repercussão da sua obra, um génio universal, como o próprio génio da França. E é preciso chegar á sobre-humana e incomparável fôrça criadora de Shakespeare ou à engenhosa imaginação de Cervantes, para encontrar, sob outros aspectos, essa

universalidade maravilhosa de concepção e de verdade.

Eis porque, meus senhores, Molière é a mais nacional e, ao mesmo tempo, a mais universal das vossas grandes Figuras Literárias. Mais do que Racine, mais do que Corneille, mais do que o próprio Voltaire, nenhuma das altas figuras da vossa literatura se presta melhor, por uma forma mais acessível, do que Molière á compreensão de tudo quanto há de fôrça nacional, de influência geral e humana, de vasta nitidez, bom senso e elegância na alma gaulesa. E, ao mesmo tempo, dentro dessa forma e dessa expressão profunda e eminentemente francesas, ninguém conseguiu moldar num mais sugestivo barro humano a eternidade dos grandes sentimentos naturais e sociais: a hipocrisia, a avareza, a mentira, o vício, a inveja e o fanatismo.

Despojai Molière das suas qualidades da raça, do seu temperamento nacional, isolai-o do seu meio e do seu tempo — e tudo isso são fôrças do seu génio! — e, transplantando o seu espírito a outros lugares e a outras épocas, reduzidas, despindo-as da forma original, as suas criações, ao que nelas ha de instável e de abstrato, o grande «poeta contemplador», como lhe chamaram os seus contemporâneos, fica ainda dominador e imortal. Eu posso trazer a êste aspecto da glória do escritor do *Tartufo* o depoïmento dum curiosíssimo exemplo. Um notável poeta portuguos do século passado, António Feliciano de Castilho, não se limitou a traduzir as obras de Molière: adaptou-as completamente, vestindo-as, em versos livres, de caracteres e tipos portugueses. E Molière ficou ainda Molière; — a porção de eternidade que o génio deixou nas suas obras, como uma rija planta que nenhum clima estiola, resistiu e resistirá sempre, a tôdas as transplantações e acomodações do tempo e do espaço. Molière esculpiu em bronze — e se o génio, que animou as suas

divinas mãos criadoras, foi o da própria França, o bronze em que êle moldou a vida pertence á Humanidade. *(Aplausos).*

Eis porque nós aqui estamos, senhores! Molière abriu uma janela da alma humana — janela por onde entrou e ainda hoje entra o sol vivificador da alegria, da verdade e da justiça. A essa grande fôrça da Natureza, que foi a sua glória, nós vimos, de tôdas as partes do mundo, trazer o tributo dum ramo de flores.

Mas não estamos aqui apenas por isso. «Amar Molière — escreveu o vosso Sainte-Beuve — é amar a saúde e a justiça nos outros, como em si próprio». Amar Molière — direi eu hoje — é amar tôdas as grandes virtudes que, através da História, fizeram da vossa Pátria admirável a segunda Pátria imortal de todo o homem que ama a Beleza e a verdade na vida. A França é a Pátria da Consciência Humana — e Molière foi um dos obreiros dessa Consciência.

Tudo quanto constitui, em todos os tempos, a fôrça da vossa alma latina existe no riso e na alma de Molière: o ódio e o combate, cujo facho vós acendeis no mundo, a tôdas as tiranias e a tôdas as intolerâncias; o sentimento da liberdade, cuja história é a vossa própria história; o espírito emancipador de tôdas as mentiras, que vós representais na Civilização; a generosidade, a alegria, o prazer de viver, o encanto e a poesia da existência. Tudo isso são virtudes vossas, que a França nos tem ensinado, cantando e batalhando — e são essas virtudes de independência, de orgulho, de piedade e de sugestiva grandeza que inspiraram, em tôda a sua vida nómada, êsse grande lutador do Ideal que foi o comediante de «Ilustre Teatro», que nós hoje aqui vimos honrar.

Esta é a lição que nos dá êsse humilde cómico ambulante que, como o nosso Gil Vicente — o Molière quinhentista português — *fazia os aitos a El-rei.* A sua voz er-

gue-se ainda, falando-nos do Povo, da Verdade, da Simplicidade — contra as grandezas e as mentiras da Terra.

E, através dessa voz, é a voz da França que nós ouvimos — e a emancipadora poesia da sua grande alma que nos ilumina.

Amar Molière é amar a França — escreveu um vosso comentador do Poeta. E, nesta hora, mais do que em nenhuma outra hora humana, amar a França é amar a Liberdade, a Beleza e a Justiça. *(Aplausos calorosos e apoiados).*

Eis o que, a três séculos de distância, Molière significa ainda.

Depois de ter saüdado a França e Molière, consintam, visto que nos encontramos numa festa de homens de letras, que eu termine saüdando os que representam a glória literária da França, os herdeiros de Molière.

Ouvi V. Ex.ª na Sorbonne, sr. de Flers, com um incomparavel prazer espiritual. Que diliciosa comedia de ternura, de graça e de espírito o seu discurso sôbre Molière e como V. Ex.ª o disse maravilhosamente! Ouvi-o falar e pensava no prazer que Molière experimentaria ouvindo o vosso *Le Roi,* essa deliciosa sátira aos costumes políticos modernos. Certamente que êle o teria aplaudido com o maior entusiasmo, e, se êle aqui estivesse hoje, como lamentaria não vêr ao lado de V. Ex.ª o ilustre Caillavet, morto pela patria!... *(Aplausos entusiásticos e muito repetidos).*

Então, o sr. Augusto de Castro evocou, piedosamente, a memoria dos escritores e artistas mortos no campo da honra, no meio das ovações vibrantes da assistência, e, depois, voltando-se para o sr. Maurice Donnay, e exaltando a sua obra literária, disse:

— Ah! não! Molière não morreu! As qualidades de bom gôsto, delicadeza e equilíbrio continuam a ser glória

da vossa literatura, pois que a literatura francesa continua a ser a inspiradora, a mãe espiritual de tôdas as literaturas do mundo *(Ovação entusiastica e exclamações de aplauso).*

O dr. Augusto de Castro terminou, no meio de frenéticos aplausos:

Em nome de Portugal, saúdo a imortalidade do génio francês e a glória de Moliére! Em meu nome pessoal e em nome da Academia das Sciências de Lisboa, que represento, bebo, sr. de Flers, pela glória pessoal de V. Ex.ª, de todos os autores, artistas e compositores franceses!

Uma ovação estrondosa, envolvendo os srs. de Flers e Augusto de Castro, fez-se ouvir por tôda a sala, misturada com aclamações entusiasticas a Portugal.

Parecer acêrca da candidatura do sr. Charles Eudes Bonin a sócio correspondente estrangeiro

A esta sessão foi presente, como título de candidatura do sr. Charles Eudes Bonin, actual ministro de França em Lisboa, a sócio correspondente estrangeiro, a obra intitulada *Les Royaumes de Neiges*, 304 páginas, com três cartas e seis pranchas *hors texte.*

Mr. Charles Bonin é um historiógrafo, um economista, um orientalista, um etnólogo muito distinto, que os felizes acasos da vida diplomática trouxeram como chefe de missão para o nosso país. As suas viagens de estudo e o longo tempo que permaneceu no Extrêmo Oriente e na Ásia Central determinaram as predilecções do seu espírito curioso e eminentemente observador. Em 1897 apresentava ao *Congrès International dos Orientalistes* um manuscrito desconhecido e inédito, livro religioso do povo tibetano, escrito nos hiero-

glifos coloridos dos *tong-pa*, acompanhado dum interessante estudo sôbre os *mossos* e os seus manuscritos sagrados em cuja grafia se encontram os animais místicos e as representações familiares do budismo do Extrêmo Oriente. Em 1899 publicava um notável trabalho de geografia histórica, *Le Mont Omei*, que lhe mereceu os maiores e os mais justos louvores. Encarregado de missões diplomáticas difíceis, ocupando postos honrosos que abriam ao seu espírito horizontes sempre diferentes, deu à estampa em seguida uma importante série de trabalhos económicos, produzindo em 1811 a sua obra mais vasta e mais completa, o belo volume que se intitula *Les Royaumes des Neiges*, e que hoje constitui título de candidatura académica do ilustre diplomata.

Les Royaumes de Neiges contém, nas suas trezentas páginas, seis magníficos estudos acêrca da história política e económica dos estados himalaianos. No primeiro trata o sr. Bonin da situação da fronteira indiana do lado do Afganistan e do Pamir; no segundo faz a história do Bhoutan, desde as lendas dos reis místicos do século VII até aos factos recentes que determinaram a transformação política dêste estado; no terceiro fala-nos da conquista do Ladakh, ou Pequeno-Tibet, pelos exércitos do Maharadja de Kashmir; no quarto revela-nos (é a palavra) a história do Alto Assam e das tríbus da fronteira, que opõem uma barreira sangrenta à extensão da influência inglesa para a China; nos dois últimos e admiráveis capítulos, *La papesse du Lamaïsme* e *Le tueur de Lamas*, consagra a sua atenção erudita à história e ás religiões do reino misterioso do Tibet, que já tinham motivado as obras notáveis de Sen Hedin e de Waddel. Em apêndices elucidativos estuda ainda o autor, sob o aspecto económico, as regiões da neve branca e dos homens amarelos; sob o aspecto geográfico, as origens do Ganges; e, sob o ponto de vista etnográfico, as pinturas de Li Long-mien, que tão preciosos subsídios oferecem para a história dos costumes e dos produtos das regiões com as quais a China se encontrou em contacto comercial na segunda metade do século XI. Basta esta rápida enumeração dos assuntos tratados na obra do sábio orientalista, para se avaliar da sua extensão erudita e do seu real valor. Acresce, porém, que a matéria é versada, não apenas com rigor scientífico, mas com a mais perfeita elegância literária, sendo notável por vezes a elevação da linguagem e o poder descritivo de muitas páginas poderosamente evocadoras.

Esta secção é de parecer que deve ser recebido, como sócio correspondente estrangeiro, na Academia das Sciências de Lisboa, mr. Charles Eudes Bonin, scientista e homem de letras ilustre, que

na qualidade de ministro de França no nosso país, se tem revelado um grande e sincero amigo de Portugal.

Sala das sessões, em 9 de Fevereiro de 1922.

Candido de Figueiredo.
Cristóvam Aires.
Augusto de Castro.
António Baião.
Henique Lopes de Mendonça.
Vicente Almeida de Eça.
Francisco Maria Esteves Pereira.
Júlio Dantas (relator).

Sessão em 23 de Fevereiro de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. António Baião, Artur Montenegro, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Leite de Vasconcelos, Lopes de Mendonça, Júlio de Vilhena, Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes, srs. Afonso de Dornelas, Agostinho de Campos, Ferreira Lima, Jaime Cortesão, Teixeira Botelho, Víctor Ribeiro e Vieira da Silva.

Lida à acta da sessão anterior foi aprovada.

O *Secretário* leu:

— uma carta do sr. Francisco de Miranda Martins de Carvalho, pondo à disposição da Academia o manuscrito do *Dicionário bibliográfico militar português*, do falecido General Martins de Carvalho, para ser editado;

— um ofício do Comissariado do Govêrno na Exposição Internacional do Rio de Janeiro;

— uma carta da Sr.ª D. Maria Luísa da Cunha Braamcamp Freire agradecendo os pêsames que a Academia lhe enviou pelo falecimento de seu marido Anselmo Braamcamp Freire;

— uma carta do sr. Joaquim de Carvalho, agradecendo a sua eleição a sócio correspondente;

— um convite da Sociedade Asiática de Paris, para que a Academia envie representantes seus para as festas do duplo centenário da fundação daquela Sociedade (1822)

e da decifração dos hieroglifos por Champolião, festas que se celebrarão em Paris em 13 de Julho próximo;

— um ofício da Residência Geral da França em Marrocos agradecendo a decifração que se lhe enviou de umas inscrições portuguesas achadas em Mazagão. E comunicou que o sr. Cândido de Figueiredo não comparecia na sessão por se encontrar doente.

O sr. *Esteves Pereira* disse que, tendo sido encarregado pela Biblioteca Nacional de Lisboa de dirigir a reimpressão do livro conhecido pelo nome de *Marco Polo*, participava que estava concluída a reimpressão e que julgava do seu dever dar conta à classe da maneira como desempenhara aquele cargo.

Em seguida leu diversos períodos da introdução que precede a reimpressão, em que tratou os assuntos que lhe parece conveniente esclarecer acêrca do livro, dos autores, tradutores e impressor.

O sr. *Presidente* agradeceu tão interessante comunicação.

O sr. *António Baião* leu o parecer favorável à candidatura a sócio correspondente do sr. Visconde de Faria.

O sr. *Lopes de Mendonça* mandou para a mesa o livro de D. Mario Mendez Bejarano, intitulado *Vida y Obras de D. José M.ª Blanco y Crespo (Blanco-White).* Foi considerado refôrço de candidatura.

O sr. *Leite de Vasconcelos* pediu desculpa de ter faltado ás sessões anteriores, explicando que à hora destas costuma ter uma aula em Belém.

Em seguida fez três comunicações:

Na primeira mostrou que o apelido *Vaz* vinha do genitivo patronímico medieval *Velasci*, para o que citou exemplos de indivíduos chamados *Vaz*, filhos de outros chamados *Vasco*. A propósito citou *Velásquid* e *Velásquida*, em que alguém poderia ver um sufixo patronímico greco-latino.

Na segunda explicou alguns nomes de pessoas terminados em *-indo* ou *-inda,* de três tipos: *-sindo,* por ex.: *Ermesindo; -linda: Deolinda;* e simples *-indo: Arlindo.* Segundo o conferente, a maior parte dêstes nomes devem ter chegado até nós, directa ou indirectamente, por bôca germânica.

Na terceira mostrou as vicissitudes da palavra latina *palatinus,* portuguesa *paço.* Explicou os modernos termos geográficos *Paçans, Padinho* e *Padins,* como emanados de nomes próprios: *Palatiana, Palatinus, Palatini,* e deu, às avessas, exemplos de nomes de propriedades que se tornaram nomes de pessoas.

O sr. *Agostinho de Campos* disse:

«Sendo esta a primeira vez que assisto a uma sessão da Academia das Sciências de Lisboa, como seu sócio correspondente, cumpre-me agradecer a minha eleição, o que faço com sincero reconhecimento da honra que assim me foi conferida.

«Essa honra aprecio-a e agradeço-a, como quem vê nesta Academia uma corporação de grandes tradições, rica de bons serviços à Nação, e tão cuidadosa de manter um renome secular, como de prosseguir na sua tarefa útil.

«Sinto, porém, que nunca poderei, por insuficiência de dotes pessoais, ajudá-la ùtilmente, como tanto precisa, num país e num tempo em que tudo ou quási tudo lhe é hostil: o desapêgo vulgar do passado; a urgência e agudeza das preocupações materiais na sociedade ambiente; o predomínio sufocante, e oxalá que momentâneo, das sensualidades sôbre o espírito; a falta de fé robusta no estudo e na sciência; o desamor do trabalho paciente e tenaz nas classes que se dizem ou supõem pensantes; o deslaçamento já tão grave do vínculo moral colectivo; a inaptidão portuguesa para as obras de associação e solidariedade construtiva, sem as quais não pode haver nem

educação, nem sciência, nem riqueza, nem paz social que não seja precária.

«Mas consola-me a idea de que, já em mais de uma faze da sua longa existência, a Academia das Sciências de Lisboa tem lutado e vencido, contra obstáculos, agudos ou crónicos, tão grandes como êstes. E ainda esta manhã exultei, ao ler no novo livro *Portuguese Literature,* do ilustre crítico inglês sr. Aubrey Bell, que esta corporação benemérita *raramente prestou, se é que jàmais prestou, à literatura portuguesa, serviços maiores que os que lhe está fazendo hoje em dia.*

«Êste serêno e imparcial depoïmento prova-me confortadoramente que a Academia resistirá e perdurará, apesar da hostilidade dos tempos, e sem embargo de se enganar uma vez ou outra na escolha que faz dos seus sócios, como aconteceu com aquele que neste momento lhe agradece a distinção recebida».

Foi eleito, por unanimidade, sócio correspondente setrangeiro, o sr. Charles Eudes Bonin.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Parecer a respeito da candidatura do sr. Visconde de Faria a sócio correspondente

Apresenta-se como título de candidatura do sr. Visconde de Faria a sócio correspondente da nossa Academia, entre outras, a obra seguinte: *Portugal e Itália,* Leorne, 1901.

Nesta obra publica o seu auctor a interessante narração da viagem do Grão Duque da Toscana a Portugal em 1668, e notícia de muitos outros manuscritos existentes em Itália e respeitantes a Portugal. Além disso são muito dignos de nota os seus volumosos estudos históricos e genealógicos acêrca do prior do Crato.

D. António, o célebre pretendente infeliz que teve pela prôa um rival invencível, representou então, e a sua memória representa ainda hoje, a idea da independência nacional.

Sob êsse tão patriótico prisma a figura do prior do Crato é muito digna de estudo e admiração. Tendo passado o último quartel

da sua existência exilado, não admira que nos arquivos e bibliotecas estrangeiros se encontrem abundantes documentos, que o sr. Visconde de Faria tem investigado com actividade e entusiasmo e aproveitado copiosamente nos quatro volumes presentes. E não só os arquivos públicos lhe forneceram os elementos, como também os particulares, sendo extraordinàriamente valiosa e rica a documentação iconográfica.

Tem pois o sr. Visconde de Faria prestado relevantes serviços à historiografia nacional, que lhe dão jus à entrada no nosso grémio. Acresce que o candidato foi já incluído no número dos concorrentes admitidos a concurso em 4 de abril de 1919, sendo então classificado pelo ilustre relator, sr. Visconde de Carnaxide, como tendo produções e mérito absoluto para a secção pela qual fui incumbido de dar parecer.

Parece-nos por tudo isso o sr. Visconde de Faria digno da honra de ser admitido nesta Academia como seu sócio correspondente.

Sala das sessões, em 23 de Fevereiro de 1922.

Francisco Maria Esteves Pereira.
David Lopes.
Pedro de Azevedo.
José Maria Rodrigues.
António Baião (relator).

Sessão de 9 de Março de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. Almeida d'Eça, Artur Montenegro, Augusto de Castro, Esteves Pereira, José Leite de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, Júlio de Vilhena, Lopes de Mendonça, Visconde de Carnaxide, Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes nacionais: srs. Afonso de Dornelas, António Ferrão, Ferreira Lima, Gustavo Ramos, Joaquim Leitão, José Joaquim Nunes, Martinho da Fonseca, Queirós Veloso, Vieira Guimarães, Vieira da Silva; sócios correspondentes estrangeiros: srs. Charles Eudes Bonin e Conde de Planas Suarez.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O *Secretário* leu uma carta do sr. Charles Eudes Bonin, agradecendo a sua eleição a sócio correspondente estrangeiro da Academia.

O sr. *Presidente* congratulou-se com a presença do novo sócio, o sr. Charles Bonin, fazendo-lhe, em rápidas palavras, um fervoroso elogio.

O sr. *Esteves Pereira* disse: — A Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa elegeu, na sua última sessão, sócio correspondente estrangeiro mr. Charles Eudes Bonin, Ministro de França em Lisboa. Esta eleição foi uma justa homenagem prestada ao ilustre diplomata, que representa uma nação amiga, com a qual Portugal mantém tantas e tão íntimas relações scientíficas e literá-

rias, sugerida pela circunstância excepcional das suas viagens pelas regiões situadas na parte norte da Índia, e cujas observações e impressões pessoais êle divulgou em diversas publicações, nas quais se revela perspicaz observador e distinto orientalista, especialmente naquela que tem por título *Os Reinos das Neves*.

Neste livro mr. Charles E. Bonin dá uma idea do sistema geográfico das mesmas regiões, da divisão política actual, das diversas gentes que as habitam, da forma por que se governa cada estado, dos usos, costumes e religião, e do comércio, tanto de importação como exportação. Mas das notícias contidas na relação das suas viagens, aquelas que mais nos interessam são certamente as relativas ao Tibet e ao Lamaimismo. Nesse país misterioso, e separado da Índia pelas altíssimas serranias do Himalaia, foram missionários portugueses os primeiros európeus que ali penetraram e a êles se refere o livro de mr. Charles E. Bonin. Em 1624 o P.e António de Andrade e o Irmão Manuel Marques, Religiosos da Companhia de Jesus, partindo de Agra, chegaram a Chaparangue; e as Cartas de P.e António de Andrade, que a Academia mandou imprimir, e que contêm as duas viagens dos mesmos Religiosos, são as primeiras notícias certas acêrca daquele país recebidas na Europa, e dão testemunho da coragem e intrepidês dos obscuros viajantes. Agora, depois de quási três seculos, apraz reconhecer que a relação das viagens de mr. Charles E. Bonin esclarece, completa e confirma muitas das notícias dadas pelo P.e António de Andrade; e assim se justifica, por mais êste motivo, a eleição de mr. Charles E. Bonin como sócio correspondente desta Academia.

Em seguida o sr. *Charles Bonin* leu o seguinte agradecimento.

«Monsieur le Président, Messieurs.—Veuillez permettre

tout d'abord que je m'excuse de ne pas répondre aux paroles si éloquentes et si flatteuses qui viennent de m'être adressées dans votre belle langue portugaise, que je puis déjà lire, mais pas encore parler comme je le voudrais, c'est-à-dire d'une façon digne de l'illustre Académie qui veut bien m'accuellir aujourd'hui. Mais je sais qu'en me servant de mon parler natal je serai compris de vous tous, Messieurs, tant sont grandes les sympathies qui unissent nos deux pays et tant la connaissance de la langue et de la littérature française est répandus parmi vous.

«C'est donc en français que je puis vous remercier de l'honneur exceptionnel qui m'est fait par votre Compagnie et qui s'adresse moins à mes propres travaux d'histoire et de géographie qu'à la France, l'alliée du Portugal dans la Grande Guerre, et l'amie de toujours, que je suis si heureux de représenter à Lisbonne.

«De cette sympathie réciproque le Gouvernement Français vient de vous donner de son côté une nouvelle preuve, puisque j'ai eu le très-grand plaisir de faire savoir à votre éminent Président, Son Excellence le Dr. Júlio Dantas, qu'il est nommé Grand-Officier de notre ordre National de la Légion d'Honneur précisément en sa qualité de Président de l'Académie des Sciences: Par là mon Gouvernement a entendu rendre hommage à la fois à votre Académie qui, depuis sa fondation remontant à plus d'un siècle et demi a tant fait pour la gloire de l'esprit portugais, et en même temps au grand écrivain dont le nom et les oeuvres sont connus bien au-delà de vos lfrontières.

«Il ne m'appartient pas de faire ici l'éloge de Son Excellence Mr. Dantas comme Ministre des Affaires Etrangères, mais je puis dire qu'après avoir signé avec lui notre récent accord économique j'ai gardé de nos reations officielles le précieux lien de l'amitié, et je tien

à associer dans l'expression de ma reconnaissance les collègues éminents qui ont bien voulu se joindre à lui pour présenter mon nom à vos suffrages et être en quelque sorte mes parrains et mes garants.

«Laissez-moi vous dire, Monsieur le Président, Messieurs, qu'en me choisissant pour être des vôtres, vous avez élu en ma personne um sincère ami et un admirateur du Portugal.

«Si pendant plus de trente années les circonstances m'ont permis de parcourir le monde et d'ajouter ma modeste pierre à l'édifice de nos connaissances historiques et géographiques, j'ai plaisir à rappeler que partout où j'ai été j'ai retrouvé les traces glorieuses de vos ancêtres: il n'est pas un pays lointain que j'ai visité ou habité qui ne porte encore la marque des découvertes, des travaux, des luttes et du génie des Portugais. L'Extrême-Orient encore aujourd'hui est plein de leur souvenir: Le Japon, la Chine, où persiste le colonie de Macau, l'Indochine, oú le grand Camoëns fut sauvé du naufrage, la Malaisie toute sonore des exploits des conquérants lusitaniens avec l'Ile si riche de Timor, l'Inde avec ses ports où flotte encore votre drapeau, le Golfe Persique où j'ai salué au passage les remparts toujours debout de votre forteresse d'Ormuz, celle d'Aden où vos flottes ont combattu les Arabes, la Mer Rouge d'où, vos explorateurs ont atteint les premiers l'Ethiopie, et dans cette même Afrique le Maroc, la Guinée et ces véritables empires que vous avez conservés en Angola et au Mozambique et que j'espère bien visiter aussi un jour.

«Et je ne parle pas des Iles de l'Atlantique, de cette perle qu'est Madère et de l'Amérique elle-même où vous avez également reconnu les premiers: Terre-Neuve, le Groënland et la côte de Labrador, dont le nom semble encore évoquer votre langue, mais surtout le Brésil où un immense état de plus de vingt milions d'hommes

atteste aujourd'hui, avec plus d'éclat et de vigueur que jamais, la valeur de la race et de la civilisation portugaise.

«Quand on parcourt cette merveilleuse épopée qu'est l'histoire de votre expansion à travers la terre entière du quinzième siècle à nos jours, on ne sait ce qu'on doit le plus admirer : l'audace et la science de vos navigateurs, le courage de vos soldats, l'expérience et la douceur de vos administrateurs envers les populations indigènes soumises par vos armes ou conquises par votre généreux esprit».

«Si je me suis permis de faire revivre un instant devant vous ces grands souvenirs, c'est qu'ils m'ont semblé tout particulièrement à leur place dans cette demeure historique où se concentre, en quelque sorte, le cerveau du Portugal, où se perpétuent ses plus nobles traditions de science, de travail et de goût littéraire, et c'est pour moi le meilleur moyen de vous exprimer combien je suis conscient de l'honneur qui m'est fait en m'élisant parmi les vôtres afin que vous sachiez toute la reconnaissance que je vous en garde et toute l'amitié que mes compatriotes et moi-même ont pour votre pays, si grand par son histoire, si riche par sa pensée, que l'Académie des Sciences représente avec tant d'éclat.»

O Sr. *Leite de Vasconcellos* leu um artigo acêrca de apelidos portugueses modernos provenientes de patronímicos medievais. Êste artigo é extraído de uma obra extensa que está escrevendo. Começou por expôr o sistema medieval dos patronímicos, já vindo da antigüidade. Os nomes construídos com patronímico têm origem latina, germânica ou outra. Nos mais antigos documentos, séc. IX a XI, predominam nomes germânicos : depois vão abundando outros nomes, e com o tempo o sistema dos patronímicos desorganizou-se e aparecem apelidos de várias espécies, geograficas, alcunhas, etc. Nas Inquirições de

1220 já não há nomes germânicos com tanta freqüência como nos primeiros documentos; mas a par de nomes germânicos que se conservaram até hoje, há nomes latinos, grêgos, hebraicos, seguidos de patronímico ou sós. Com o uso do patronímico concorem apelidos geograficos e alcunhas.

Nas Inquirições de 1258 abundam nomes em-*i*. O patronímico, que tinha de comêço significação percisa, perdeu-a com o tempo. ¿Quando foi que isto aconteceu? Do estudo de muitos nomes do séc. XV e XVI, o conferente concluíu que o uso do patronímico como tal estava ainda em pleno vigor nos meados do séc. XV, e que tanto dominava em nobres como não-nobres; êsse sistema está já porém desorganizado no séc. XVI.

As razões da desorganização são muitas: confusão que havia desde princípio, mas que aumentou com o acréscimo da população; o século XV é entre nós muito movimentado, e se iam populações para fóra, outras vinham das nossas possessões ultramarinas e de várias partes da Europa para cá; nomes novos que apareceram, como *Leme, Pessanha.* Também havia nomes que não tinham tradicionalmente patronímico, como *André*, *Denis*, *Afonso*, etc. ¿Quem ousaria juntar o sufixo *-ez* a nomes cavalheirescos como *Lancelote*, *Persival*, apesar dêsses nomes receberem sobrenome patronímico? Tudo isto, e não serão tais razões as únicas, fazia que as gentes se vissem forçadas a deixar o sistema antigo, e a substituí-lo.

O sr. *Presidente* agradeceu tão valiosa comunicação.

O sr. *Joaquim Leitão* mandou para a mesa os exemplares das 2.as edições dos seus livros *Varre-Canêlhas* e *Cabeça a Prémio,* e aproveita estar no uso da palavra para significar a s. ex.a o sr. Presidente, Dr. Júlio Dantas, o pezar que teve em não estar presente á sessão com que s. ex.a inaugurou a sua presidência, com que todos nós nos sentimos honrados.

Associa-se hoje às homenagens que então lhe foram dirigidas, tão merecidamente, pois que à sua brilhantíssima obra literária, glória das nossas letras, ajuntou agora uma verdadeira obra de estadista, no incidente diplomático de Janeiro último, em que não sei o que admirar mais, se a dignidade patriótica com que o enfrentou, se o tacto com que o tratou e resolveu.

O sr. *Lopes de Mendonça* leu o parecer favorável à candidatura a sócio correspondente estrangeiro do sr. Jaime Fitzmaurice Kelly.

O sr. *Dornelas* ofereceu o IX volume da sua *História Genealógica*.

O sr. *Montenegro* manifestou o seu regosijo pelo facto do govêrno francês haver condecorado o sr. Júlio Dantas nomeando-o grande oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra, honra que pertence tambem à Academia, visto que ela foi conferida ao sr. Júlio Dantas como presidente da Classe de Letras da Academia.

O sr. *Júlio de Vilhena* associou-se às palavras do sr. Montenegro, propondo que se agradecesse ao govêrno francês.

O sr. *Antonio Ferrão* propôs que se aprovasse a proposta do sr. *Júlio de Vilhena* por aclamação. Foi aprovado.

O sr. *Esteves Pereira* disse: — Tenho o pezar de participar á segunda classe da Academia que em Janeiro do corrente ano faleceu Mr. Mansel Longworth Dames, membro que foi do Conselho da Sociedade Asiática de Londres, e sócio correspondente estrangeiro desta Academia, eminente orientalista, que há pouco tempo tinha publicado a tradução inglêsa do livro de Duarte Barbosa, acompanhado de erudito comentário. Proponho por isso que se lance na acta da sessão um voto de sentimento pela morte deste sócio da Academia, e que se comunique à Sociedade Asiática de Londres, pedindo que o faça constar à família.

Foi eleito por unanimidade sócio correspondente da Academia o sr. Visconde de Faria.

Foi presente a candidatura a sócio correspondente do sr. dr. Cunha e Costa.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Parecer de secção de literatura sôbre a cândidatura do Prof. Fitzmaurice-Kelly a sócio correspondente estrangeiro

O sr. Jaime Fitzmaurice-Kelly, ilustre professor das Universidades de Liverpool e de Londres, membro da Academia Britânica e da Academia Espanhola, apresenta como títulos de candidatura a sócio correspondente da nossa Academia os seguintes livros: *História de la literatura española, Miguel de Cervantes Saavedra*, *The Oxford Book of Spanish Verse,* além de outros opúsculos, todos igualmente concernentes à literatura espanhola.

Do seu valor como hispanista, sobretudo manifestado na primeira das obras citadas, dá autorizado testemunho o eminente Menendez y Pelayo nas seguintes frases que trasladamos: «Fitzmaurice-Kelly não é um árido erudito, senão um fino e delicado homem de letras, dotado de bom gôsto e de alma poética, que sente com viveza o belo e o original, e expressa com elegância, e até com calor, o seu entusiasmo estético». E mais adiante, no mesmo prólogo á história aludida: «Versado em todas as literaturas modernas, e muito especialmente na francesa e na da sua pátria, ameniza o seu trabalho com curiosas comparações, com reminiscências familiares aos leitores britânicos; e traça indirectamente, a par da história da literatura espanhola, a da sua influência na Europa e suas relações com as outras literaturas, oferecendo neste ponto novidade, singularmente para os próprios espanhois.»

Um tal conceito bastaria para fortalecer o nosso, se não nos ocorresse ainda ampliá-lo, ou antes especializá-lo nesta última parte, assinalando a particular atenção que ao insigne professor merece incidentalmente a literatura portuguesa; facto êste aliás bem natural, em vista da íntima afinidade entre as literaturas peninsulares e da mútua correlação que nas duas se observa, singularmente exemplificada, na obra do sr. Kelly. pela influência do nosso Gil Vicente sôbre o génio dramático de Lope de Vega e de Calderon de la Barca.

A biografia de Miguel de Cervantes é mais uma demonstração do culto dedicado pelo sr. Fitzmaurice Kelly aos grandes nomes da Espanha literária, e servido por uma cuidadosa investigação e por um critério seguro. Mais sóbria porventura sob o ponto de vista crítico do que a obra idêntica do seu compatriota Henry Edward Watts, esta nova biografia do autor do *D. Quixote* oferece talvez um quadro mais fiel da sua vida aventurosa, e certamente se lhe avantaje em virtude da cópia de documentos e trabalhos subsidiários, vindos á luz pública durante os vinte anos decorridos entre a elaboração dos dois trabalhos passageiramente confrontados.

O livro *The Oxford Book of Spanish Verse*, como antologia de poetas, não pode ser considerado, segundo a praxe estatutária, titulo de candidatura. Mas na sua introdução, que é um quadro luminoso da evolução da poesia castelhana, assim como nas monografias sôbre Boscon e Gongora, sôbre os curiosos sonetos tendo por assunto o próprio soneto, e especialmente na conferência que acêrca de Cervantes e Shakespeare pronunciou na Academia Britânica' novos ensejos teve o professor Kelly de patentear a sua vasta erudição e o seu requintado gosto literário.

Justo parece pois que aos honrosos diplomas com que o distinguiram as Academias Britânica e Espanhola, o sr. Fitzmaurice Kelly ajunte o de sócio correspondente da nossa Academia, pela classe das letras. É isso que temos a honra de propôr.

Sala das sessões, 9 de Março de 1922.

AUGUSTO DE CASTRO.
JÚLIO DANTAS.
DAVID LOPES.
JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS.
HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA (relator).

Sessão de 23 de Março de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. António Baião, Artur Montenegro, Cândido de Figueiredo, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo, Visconde de Carnaxide, Cristóvão Aires (secretário).

Correspondentes: os srs. Afonso de Dornelas, José Joaquim Nunes, Teixeira Botelho, Vieira Guimarães, Vieira da Silva.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O sr. *António Baião* manifestou o seu pezar por não haver assistido à sessão anterior, em que se declarou oficialmente à Academia ter sido o sr. Presidente condecorado com a Legião de Honra; por motivo de doença não pudera comparecer, e por isso disse desejar que ficasse exarado na acta o voto da sua congratulação.

O sr. *Cândido de Figueiredo* associou-se às palavras do sr. Baião, dizendo que foram motivos de doença que fizeram que não pudesse assistir à sessão anterior.

O sr. *Presidente* comunicou que em 18 do corrente faleceu o sócio correspondente o sr. Visconde de Sanches Frias, e propôs um voto de sentimento.

O sr. *Cândido de Figueiredo* associou-se a êste voto de sentimento, dizendo que o fazia por ser amigo do falecido e porque respeitava muito o seu saber.

O sr. *Esteves Pereira*, disse: Participo à segunda classe

da Academia que terminou a impressão da memória em separado — *O descobrimento do Tibet* — pelo P.e António de Andrade, tendo já sido recebidos os 600 exemplares de que consta a edição.

Pelo artigo 1.º do decreto de 4 de Junho de 1866 pertencem ao autor 300 exemplares; mas eu, com satisfação, cedo em benefício da Academia 200 (duzentos) exemplares, retendo sómente 100 (cem) para mim, como tenho feito nas outras publicações, que são o *Livro da Montaria*, a *Vingança de Agamemnon*, o *Auto do Físico*, e o *Auto das Regateiras*.

Em seguida leu o parecer favorável à candidatura a sócio efectivo do sr. Sebastião Rodolfo Dalgado.

O sr. *Presidente* agradeceu a oferta do sr. Esteves Pereira.

O *Secretário* leu o parecer da secção de jurisprudência favorável à candidatura a sócio correspondente do sr. José Soares da Cunha e Costa, de que é relator o sr. Júlio de Vilhena.

Foi eleito por unanimidade sócio correspondente estrangeiro o sr. Fitzmaurice-Kelly.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Parecer acêrca da candidatura do sr. dr. José Soares da Cunha e Costa a sócio correspondente

Pelo sr. dr. José Soares da Cunha e Costa foram enviadas a esta Academia, como título de candidatura a sócio correspondente, as seguintes obras:

As Pedras da Batalha, conferência pronunciada em 12 de Fevereiro de 1916; *Le Professeur Luis Renault*, éloge historique, prononcé à la conférence solennelle de l'Association des avocats de Lisbonne, le 29 mai 1918; *A Belgica*, conferência proferida no salão nobre da Liga Naval Portugueza, na noite de 13 de março de 1915; *A Egreja católica e Sidónio Paes; O Douro internacional*, conferencia realizada em 20 de fevereiro de 1920; *Paisagens, perfís*

e polemicas; O perfeito advogado; Projecto da Constituïção para a República Portugueza.

Além dêstes escritos ofereceu também o sr. Cuuha e Costa três minutas impressas sôbre causas debatidas nos tribunais do país.

Como a parte principal destas obras compreende assuntos de jurisprudência, foi o parecer solicitado à secção respectiva. E esta:

Considerando que o candidato é justamente reputado como eminente orador e jurisconsulto;

Considerando que o projecto da Constituïção Portuguesa revela o conhecimento completo do direito público, tanto nacional como estrangeiro;

Considerando que a Conferência feita na Associação dos advogados, e públicada com o título de *O Perfeito Advogado*, é um excelente trabalho de crítica jurídica, e ainda atendendo às demais circunstâncias de ordem literária e scientífica que se dão no candidato;

É de parecer que o sr. dr. José Soares da Cunha e Costa seja eleito sócio correspondente desta Academia.

Sala das sessões em 11 de março de 1922.

Artur Montenegro.
Candido de Figueiredo.
José da Cunha Navarro de Paiva.
Visconde de Carnaxide.
Júlio de Vilhena (relator).

Sessão de 27 de Abril de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. António Baião, Artur Montenegro, Esteves Pereira, Júlio de Vilhena, Lopes de Mendonça, Pedro de Azevedo, Cristóvão Aires (secretário); os sócios correspondentes nacionais srs. Afonso de Dornelas, Agostinho de Campos, António Ferrão, António Viana, Bento Carqueja, Ferreira Lima, José Joaquim Nunes, Martinho da Fonseca, Moreira de Almeida, Sousa Costa, Queiroz Veloso, Teixeira Botelho e Vieira da Silva. Sócios da 1.ª classe: os srs. Alfredo Bensaúde, Frederico Oom, Silva Amado.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O *Secretário* leu a seguinte correspondencia: — dois cartões do sr. Gelásio Dalgado, um em que comunica a morte do irmão, Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, e outro em que agradece os pêsames que se lhe enviaram.

— uma carta do sr. Jaime Fitzmaurice Kelly, em que agradece a sua eleição a sócio correspondente estrangeiro.

— um ofício da Academia Brasileira de Letras congratulando-se com esta Academia pela recente eleição do sr. Afrânio Peixoto.

— um ofício do testamenteiro de Monsenhor Dalgado, comunicando que êste académico legou à Academia cêrca de 400 volumes.

O sr. *Presidente* comunicou à Classe que havia autorizado que à presente sessão assistissem algumas pessoas estranhas, afim de ouvirem a comunicação do sr. Agostinho de Campos, sôbre Fernão Lopes, que estava dada para ordem do dia.

Em seguida comunica à classe o falecimento dos sócios correspondentes Jean Finot e Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, fazendo o elogio de ambos e referindo-se especialmente a êste último que, por uma triste coincidência, decorreu precisamente quando os seus confrades íam elevá-lo à categoria de sócio efectivo da Academia. Monsenhor Dalgado foi um filólogo, um lexicólogo e um orientalista eminente, cujos trabalhos sôbre lexicólogia oriental, e, em especial, sôbre a influência da lingua portuguesa na Ásia meridional, e de Ceilão ao Japão, não receiam confronto com as obras similares estrangeiras de Marre, de Schuchardt, de Murákami. Podem o restos do nosso império da India desaparecer amanhã; pode o tempo demolir os padrões e as fortalezas que o nosso génio e a nossa audácia espalharam na Ásia inteira; uma só coisa perdurará, como expressão do nosso domínio ao Oriente: é a influência imortal da lingua portuguesa. Para o seu estudo muito contribuiu Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado; e pena foi que a doença e a morte não lhe permitissem, como tanto desejava, legar-nos mais vasto trabalho sobre toda a lexicologia colonial. Deve-lhe gratidão a pátria; deve-lhe especíalmente reconhecimento a Academia, para cujo esplendor ele muito contribuiu. Julga interpretar os sentimentos da classe, propondo que se lance na acta um voto de condolência e que se comunique esse voto á família do extinto.

O sr. *Joaquim Nunes* associou-se ás palavras do sr. Presidente com respeito ao sr. Dalgado.

O sr. *Lopes de Mendonça* ofereceu o seu trabalho « *Capa e Espada* ».

O sr. *Presidente* disse: Já a primeira classe desta Academia, pela palavra do seu presidente, sr. dr. Almeida Lima, prestou a devida homenagem aos heróicos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que, tentando a viagem aérea Lisboa-Rio, chegaram a águas brasileiras. É natural que a 2.ª classe deseje associar-se também às homenagens prestadas pelos nossos confrades, com tanta maior oportunidade quanto é certoqne sai hoje do Tejo o hidro-avião em que essa viagem deve ser completada, desde os rochedos de S. Pedro e S. Paulo até ao Rio de Janeiro. Julga desnecessário acentuar, perante tão ilustre assembleia, a importancia dêste cometimento, não só no que êle tem de heróico (exaltar a bravura portuguesa é já hoje um lugar comum), mas no que êle representa de acquisição definitiva para o progresso da sciência, sob o ponto de vista da aéro-navegação. Propõe que se lance na acta um voto de congratulação com a pátria e de louvar aos dois grandes portugueses.

O sr. *Bento Carqueja* usou da palavra para apoiar a proposta do Ex.^mo Presidente, como não podia deixar de ser, atendendo à alta procedência dessa proposta e à magnitude do assunto dela.

A viagem dos dois ilustres aeronautas é um feito memorável na História de Portugal e tem enorme importância, especialmente sob o ponto de vista scientífico. Fica, pois, muito bem à Academia das Sciências de Lisboa saudar o grande feito.

Provado como está que os dois aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral trouxeram factos novos e novas regras à arte de percorrer os ares, é justo que de Portugal parta um impulso no sentido de dar à navegação aérea o cunho scientífico por ela requerido.

A melhor forma de realizar êsse impulso seria criar-se uma Escola de Aeronautica, em que fôssem profes-

sadas as novas doutrinas sôbre o modo de percorrer os ares, com inteira certeza de rumo e a maior segurança de transporte.

Desta maneira, portugueses e estrangeiros poderiam familiarizar-se com os progressos da arte de navegar nos ares, da mesma forma que outrora, na Escola de Sagres, sob a égide do Infante D. Henrique, portugueses ensinaram a arte de percorrer os mares.

Tenho, pois, a honra de propôr que esta Academia se dirija aos poderes públicos propondo a criação de uma Escola de Aeronáutica em Portugal, sob a direcção de Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

O Sr. *Presidente* disse que esta proposta seria levada à Assembleia Geral.

Foi eleito por unanidade sócio correspondente nacional o sr. José Soares da Cunha e Costa.

Em seguida tomou a palavra o sr. *Agostinho de Campos,* que desenvolveu uma longa comunicação sôbre Fernão Lopes.

O sr. *Presidente* agradeceu, em nome da classe, a brilhante comunicação feita pelo sr. Agostinho de Campos, considerando-a digna dos seus créditos de pedagogo e de crítico muito ilustre. Lamenta que o adiantado da hora não permita que os seus confrades, ou êle próprio, Presidente, analizem mais detidamente alguns pontos de doutrina versados pelo sr. Agostinho de Campos, que, pela sua natureza especial, se prestam à controvérsia. Lembra que, tendo o conferente feito referência a todos os autores nacionais e estrangeiros que se ocuparam da obra de Fernão Lopes, não foi entretanto citado um, o nosso eminente consócio Conde de Sabugosa, autor duma interssantíssima conferência sôbre os historiadores portugueses, onde há pontos de vista que se harmonizam com os do sr. Agostinho de Campos. O sr. Presidente, concordando com as aspirações formuladas pelo ilustre con-

frade que acaba de usar da palavra, considera realmente necessário: 1.º que se organize e publique uma edição crítica completa das crónicas de Fernão Lopes; 2.º que se façam edições de vulgarização da obra do patriarca dos nossos historiadores: 3.º que se traduza em português, e se publique, o livro do sr. Aubry Bell. Dalguns dêsses trabalhos poderia encarregar-se, por delegação da Academia, o sr. dr. Agostinho de Campos, a cujas qualidades de inteligência, de competência e de cultura presta homenagem.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Sessão de 11 de Maio de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. António Baião, Artur Montenegro, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Júlio de Vilhena, Pedro de Azevedo, Visconde de Carnaxide, Cristóvam Aires (secretário).

Sócios correspondentes: os srs. Afonso de Dornelas, António Ferrão, Bento Carqueja, Cunha e Costa, Ferreira Lima, Moreira de Almeida, Victor Ribeiro, Vieira da Silva.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O Secretário leu a seguinte correspondência:

— uma carta do sr. Gelásio Dalgado, agradecendo o voto de sentimento desta Academia pelo falecimento de Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado.

— uma carta do sr. Cunha e Costa, agradecendo a sua eleição a sócio correspondente.

O sr. *Júlio de Vilhena* apresentou à classe alguns trabalhos inéditos do engenheiro sr. Adriano Augusto Monteiro, por oferecimento dêste.

Em seguida propôs que a Academia se associasse à manifestação pública que se está preparando em honra do sr. Cardeal Patriarca.

O sr. *Presidente* propôs que o alvitre do sr. Júlio de Vilhena fôsse submetido à Assembleia Geral.

O sr. *Montenegro* ofereceu um trabalho seu inédito,

intitulado: — *A luta pelo direito na sociedade romana*, para que a Academia o mande publicar, se assim o entender.

O Sr. *Cunha e Costa* agradeceu a sua eleição, proferindo o seguinte discurso:

Senhor Presidente e meus ilustres confrades: — Ignorando a praxe desta casa e supondo que ao sócio correspondente, na primeira sessão a que assiste, apenas cumpriria agradecer, em breves palavras, cortezes e gratas, as boas vindas da presidência, V. Ex.ª Sr. Presidente, na meritória intenção de me pôr no bom caminho e no gentilíssimo propósito de me ser pessoalmente agradável, vai fazer com que esta classe troque alguns minutos do seu precioso tempo por um mau discurso. É uma operação, que embora não tenha os perigos de certas operações da Bolsa, não deixa, contudo, de ser má.

A satisfação que tive com a minha eleição para sócio correspondente da Academia das Sciências de Lisboa, continuadora da gloriosa Academia Real das Sciências, consta do ofício que o meu ilustre amigo, o snr. Cristóvão Aires, Secretário Geral, teve a bondade de ler. No decurso de uma vida já longa, e, à falta de outros predicados, muito laboriosa, não me lembro de gesto que tanto me houvesse lisongeado o amor próprio. Nunca olhei para esta casa como a raposa para as uvas. Nos meus remoques de polemista não encontro nenhum dirigido à Academia. Sempre a respeitei, amei, e dela desejei fazer parte, sem grande esperança, aliás, de ver realizado o meu desejo, não só por falta de título, mas ainda porque tudo na vida me tem sido tardio e penoso. Veio, porém, o sr. conselheiro Júlio de Vilhena, sócio efectivo desta casa, que tanto honra, acudir-me com a sua iniciativa, com um afecto, cuja duração e intensidade não afrouxa, desde a adolescência de meu pai, e abrange já duas gerações, e, finalmente, com os seus doutos supri-

mentos, como se diz no remate das minutas forenses. Convém ainda acrescentar que os meus fracos méritos anteriores à guerra lucraram sensìvelmente com a extraordinária valorização de tôdas as cousas, de então para cá, embora a valorização dos produtos intelectuais não tivesse acompanhado a dos produtos do solo, e, na escala dos valores nacionais, o da palavra esteja muito àquem do da bolota.

Ao sr. conselheiro Júlio de Vilhena e aos ilustres membros da secção de jurisprudência, que benèvolamente subscreveram o seu lisongeiro parecer fico comovidamente grato.

A classe e à Academia direi que uma das horas mais aflitivas da minha vida foi aquela em que o eminente relator me pediu, como título de candidatura, as minhas obras. Não porque na minha bagagem o papel impresso escaceasse: nêle abundavam com efeito as brochuras forenses. Mas essas — ¡ Santo Deus ! — melhor serviriam de título de candidatura à primeira classe, à de sciências, por constituirem um novo específico contra a insónia, incomparàvelmente mais eficás do que os vários derivados do ópio. ¿¡Se muitas dessas brochuras fizeram dormir juízes togados e afeitos a afrontar todos os avatares da massada, como não fariam cabecear os aliás doutíssimos membros da secção de jurisprudência, desprovidos daquela resistência a que chamaremos profissional?!

Afinal, com duas ou três dessas brochuras, de aspecto tipográfico cavilosamente insinuante, com algumas conferências, e memórias lidas à minha querida Associação dos Advogados de Lisboa, e com uma colectânea político-literária, lá consegui arranjar uma bagagem, que a generosidade desta casa reputou suficiente, decerto na esperança de que, futuramente, eu vá encurtando, à fôrça de trabalho e assiduidade, a distância, que no meu caso muito grande é, entre o favor e a justiça.

¿Que prova, sr. presidente, essa modesta bagagem? Que sou, que nunca deixei de ser, um modesto advogado, que muito ama a sua língua; que sou, que nunca deixei de ser, um latino incorrigível, fiel à altíssima missão que desde os pródromos da civilização mediterrânea a Providência assinalou à nossa raça; que, desde que me conheço, incansávelmente prégo a constituïção do bloco Bélgica-França-Espanha-Portugal como sendo o único capás de garantir à velha Europa e, porventura, ao mundo, uma paz duradoura. Henry Bordeaux exclama algures, nos *Roquevillard:* — «Não há destino individual, verdadeiramente belo, senão na servidão. Serve-se a família, a Pátria, Deus, a arte, a sciência, um ideal. Ai daquele que só a si próprio serve». Pouco de mim tenho tratado, sr. Presidente: o meu tríplice ideal tem sido, depois do cumprimento dos deveres comuns a todos os cristãos, a minha profissão, a minha língua e a exaltação da minha raça.

Nunca percebi que entre o culto do Direito e o das letras houvesse qualquer antinomia, e que àquele aproveitasse a ignorância destas. Entre a essência das cousas e a sua forma deve a harmonia ser perfeita. Barboux, um dos maiores civilistas que a França jámais teve e a quem a Academia Francesa abriu as suas portas de par em par, abriu com estas palavras o seu discurso de recepção: — « *Voulez-vous bien plaider? Lisez les poetes!* » Quanto mais complexa fôr a tese jurídica, tanto mais clareza e elegância requer na sua exposição e glosa. A língua do Direito, em Roma, e também na Grécia, foi sempre, de tôdas, a mais bela. Em França, ninguém perdoaria ao advogado mais sabedor, ao que vai até ao fundo das questões, exgotando-as, a ignorância da sua língua. O menos que se consegue com o emprêgo de uma forma bela é conquistar a atenção dos juízes para o fundo, e isso é já meia vitória. De resto, a língua é,

de tôdas as condições de sobrevivência das nacionalidades através do tempo e do espaço, a que mais resiste aos maiores embates do destino. ¡São a sua perfeição e a sua nobreza que nos tem salvo nas viragens da História, em que tudo parece perdido, até a Honra!

Ás Academias coube sempre a conservação dêsse patriotismo precioso; e porque esta casa se presume congregar a *élite* dos valores espirituais da nação, é evidente que, além dessa guarda (e bem entregue ela está, em última instância, a V. Ex.ª, sr. Presidente) lhe cabe também conservar e valorizar aquele capital ideal, de que fala Henry Bordeaux.

E hoje, mais do que nunca, sr. Presidente, nesta Europa e nesta Pátria, tão divididas por preocupações, que nada acrescentam, decerto, àquilo que constitui a razão e a alegria de viver, as Academias são dos raros logares onde ainda é possível trabalhar pelos ideais patrióticos e pelos ideais humanos, sem que o debate cheire a pólvora ou saiba a sangue.

No meu pobre conceito, sr. Presidente, a função da Academia das Sciências de Lisboa, nesta quadra tão antipàticamente agressiva da vida nacional, e tão esquiva à Verdade, à Justiça e à Beleza, seria valorizar perante o mundo os nossos valores espirituais, intensificando as relações internacionais desta casa num sentido francamente favorável à latinidade a que pertencemos, à Espanha nossa vizinha, ao Brasil nosso irmão, e à generosa ascendência francesa, a que històricamente não podemos fugir.

V. Ex.ª pessoalmente, sr. Presidente, sabe o quanto prezo, desde longos anos, a sua amizade, e também sabe que nunca lhe regateei o preito da minha mais sincera admiração.

A V. Ex.ª, pois, ao sr. conselheiro Júlio de Vilhena, aos ilustres membros da secção de Jurisprudência, a esta

classe e à Academia, reitero os protestos da minha gratíssima consideração.

O sr. *Vieira da Silva*, disse: «Em conseqüência de um facto de grande interêsse e glória nacional tem-se vulgarizado o emprêgo de duas palavras que aos meus ouvidos se afiguram ser de uma construção excessivamente bárbara. Refiro-me às expressões *amarrissagem* e *aterrissagem*, usadas para exprimir o facto ou a manobra de os aviões ou aeroplanos pousarem na água ou na terra.

«Peço licença para chamar a atenção da classe para o assunto, preguntando-lhe se não será ocasião de desde já criar, adaptar ou adoptar as expressões que, em harmonia com as regras da formação das palavras portuguesas, melhor servirem para exprimir aquele facto ou manobra dos modernos meios de transporte aéreos, e escolhidas umas expressões se tentasse que elas fôssem adoptadas pelos técnicos, oficialmente, e por meio de comunicações à imprensa pois que, a autoridade com que saíssem revestidas da douta corporação desta Academia, poderia talvez evitar que se introduzissem na nossa língua mais aqueles termos de construção tão arrevezada».

O sr. *Presidente* disse que assim que se chegasse a um acôrdo na escolha das palavras, se dariam as providências pedidas.

O sr. *António Ferrão* ofereceu dois folhetos seus intitulados: *A educação intelectual e a função que nela devem desempenhar a família, o município e o Estado*, e *O teatro e o Animatógrafo na educação.*

Em seguida propôs um voto de sentimento pela morte do sr. Ducherne, membro do Instituto de França.

O sr. *Afonso de Dornelas* leu o seguinte:

Está em Portugal o Comité holandez delegado da grande «Fernão de Magalhães Comissie» a que honorà-

riamente presidiu o Príncipe Henrique da Holanda e scientìficamente o eminente sábio Prof. Dr. H. Blink.

O Comité que se encontra entre nós é composto pelos srs. K. Marang van Ysselveere, Presidente — Henry Wattel, Vice Presidente e E. Hartmann, Secretário.

Atravessaram a Espanha, onde passaram treze dias no meio duma enorme apoteose, daquelas que a Espanha sabe fazer aos seus hóspedes quando ilustres e muito principalmente quando delegados dum país por todos os motivos notável, e encarregados de demonstrar a simpatia e o apreço pelo facto histórico, por tantos princípios dos mais memoráveis do mundo, como foi a volta ao globo por um português ao serviço da Espanha; entregaram ali um presente, que a Holanda destinou, como recordação comemorativa do IV centenário de tão extraordinário feito, acabando por El-Rei Affonso XIII os convidar para, como hóspedes do Estado, voltarem em Setembro próximo à Espanha, para em S. Sebastian assistirem à inauguração da estátua de Sebastião Del Cano, que conduziu, de volta do mar das Índias, a última das caravelas da esquadra de Fernão de Magalhães.

Chegou o Comité holandês a Lisboa em 5 do corrente, tencionando retirar na manhã de 13 próximo, tendo tido, como únicas manifestações, uma sessão de expediente na Sociedade de Geografia, presidida pelo Chefe do Estado, e na qual o referido Comité fez entrega a Portugal do presente que a Holanda lhe mandou, para manifestar o seu apreço à terra mãe de Fernão de Magalhães, sendo-lhes depois oferecido um almoço pela Direcção da mesma Sociedade e hoje recebidos pelo Chefe do Estado.

São estas as únicas manifestações que recebeu a missão de carácter scientífico, que retira no meio duma frieza que, fora de dúvida, é extraordinàriamente agravada pelo calor das manifestações que tôda a gente, tôdas as classes e tôdas as instituïções, lhe fizeram em Espanha.

Em compensação foram ao Mosteiro da Batalha, colocar uma corôa no túmulo dos soldados desconhecidos. Mas foram sós.

Quis o acaso que um dos membros referidos dêsse Comité fôsse o meu velho amigo Sr. H. Wattel, com quem de há muito me correspondia e que me enviou várias referências à organização e vida de « Fernão de Magalhães Comissie», enviando-me, entre outros elementos interessantes, o discurso pronunciado pelo sábio holandês H. Blink, que depois de traduzido, facultei à imprensa, com outros elementos referentes às manifestações da Holanda por êste facto, e que foram publicadas na íntrega no jornal *O Século* da noite de 6 do corrente.

É muito interessante êste pequeno discurso de Blink, por ser uma grande opinião sôbre o extraordinário feito scientífico de Fernão de Magalhães.

É extraordinário como ainda se está comemorando um facto de carácter scientífico de proveito mundial, praticado ha quatro séculos por um português, exactamente no momento em que outro facto extraordinário praticado pelos portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, está admirando o mundo, pelo efeito scientífico de colossal utilidade.

É para nós, portugueses, digna do maior reconhecimento a forma como os Países Baixos se manifestaram comemorando o 4.º centenário da primeira volta ao mundo. A Holanda, entusiasmada pelo feito referido, para o qual Portugal deu o principal elemento, a pessoa de Fernão de Magalhães, e a Espanha os restantes elementos, como foram cinco embarcações e o necessário dinheiro para essa aventura scientífica, organizou uma comissão que ofereceu a Portugal um vitral representando vários passos da viagem de Magalhães até à morte, e à Espanha um quadro representando a saída da expedição do pôrto de Sevilha, em San Lucar de Barrameda.

São duas obras primas dos notáveis artistas holandezes John Toorop e John Ruys, o primeiro, exímio pintor de vitrais, de notabilíssimos vitrais que ornamentam várias igrejas da Holanda, e o segundo, eminente pintor bem conhecido e que foi encarregado de executar o quadro destinado à Espanha, seguindo o plano do brilhante pintor F. Joogerward, que morreu antes de acabar esta obra.

Foram estes dois primores de arte expostos na Haya e em Amsterdam, revertendo o produto das entradas para a Cruz Vermelha Holandesa. Na Haya foi a exposição dêstes objectos feita no «Pulchri Studio» e aberta em 17 de Janeiro passado, sendo inaugurada por S. Alteza Real o Príncipe Henrique dos Países Baixos, com a assistência dos Ministros da Espanha e de Portugal e da élite intelectual holandesa. Em Amsterdam foi inaugurada em 4 de Fevereiro seguinte no «Stedelyk Meseum», com a assistência do Comissário de Sua Magestade a Rainha dos Países Baixos.

É do seguinte teor o interessante e erudito discurso do Prof. Dr. H. Blink, pronunciado na inauguração referida, na Haya:

«Transportemo-nos em pensamento a Sevilha, antigamente chamada Hispalis, essa cidade alegre e encantadora nas margens do Guadalquivir, no centro da Andaluzia encantadora também.

Há quatro séculos, Sevilha era ainda meio mourisca, pôsto que tivesse sido reconquistada pelo rei Fernando de Castela em 1248, e ficasse depois nas mãos dos cristãos.

Esta cidade, florescente durante a posse dos mouros, voltou a atrazar-se depois da derrrota dêstes, mas retomou um esplendor novo a seguir à descoberta da América, por causa do monopólio do comércio com as colónias espanholas do novo mundo.

A 6 de Setembro de 1522 chegava a esta cidade um navio que foi recebido com uma alegria extraordinária;

contudo era apenas um navio gravemente avariado, com os mastros partidos e sem grande riqueza a bordo, apesar de trazer noz moscada, canela, cravos da Índia e outras especiarias. A alegria em Sevilha, e mesmo em todo o país, foi enorme, por que êsse navio era o único da frota das cinco naus, que tinha partido a 20 de Setembro de 1519, de San Lucar, com uma equipagem de 265 marinheiros, para descobrir um caminho para o arquipélago das Índias orientais, passando o ponto meridional da América do Sul.

Foi Fernão de Magalhães quem teve a iniciativa desta expedição audaciosa, mas que não pôde completar a viagem inteira, sendo morto em 27 de abril de 1521 num combate com os indígenas na Ilha de Mactan, uma das Filipinas. O seu companheiro de viagem, Sebastian del Cano, vasconço de origem, retomou o comando. Mas não conseguiu reconduzir senão um dos cinco navios para Espanha, passando o Cabo de Bôa Esperança e seguindo rumo ao ponto de partida.

Com êste navio, o «Victoria», chegaram nêsse dia, dezoito navegadores que anunciavam a notícia feliz de terem completado a primeira viagem à volta do mundo. Depois duma ausência de apròximadamente três anos tinham percorrido uma distância de 38:000 milhas sôbre mares ainda desconhecidos. Além disso, a expedição descobrira o estreito entre a Patagónia e a Terra de Fogo, chamado desde então o estreito de Magalhães.

Os nomes do português Fernão de Magalhães e do espanhol Sebastian del Cano ficaram sempre ligados a esta grande viagem, a mais importante das viagens marítimas de exploração. Magalhães foi o iniciador principal e intelectual da expedição e guiou-a sôbre as águas completamente desconhecidas, desde as embocaduras do Rio da Prata até às Filipinas. É sobretudo à sua memória que nós rendemos homenagem como ao explorador mun-

dial mais importante, que derramou uma luz nova sôbre a geografia.

Fernão de Magalhães nasceu por 1480 e era filho duma fidalga família portuguêsa. Bem cedo sem pai, foi levado à Côrte, segundo os usos dêsse tempo, onde aprendeu humanidades e a sciência náutica.

Em 1495 foi nomeado pajem do rei D. Manuel, sendo instruído pelo célebre astrónomo Martin Béhaim, de Neurenberg, o construtor do primeiro glôbo. Era no tempo em que Colombo acabava de descobrir o novo mundo para o rei espanhol, e que Vasco da Gama fazia para Portugal as suas descobertas, viajando para o ponto meridional da África do Sul, na direcção das Índias orientais.

Educado nesta esfera de grandeza e de heroísmo, Fernão de Magalhães tomou parte nas conquistas portuguêsas às Índias orientais. Trocou cartas com seu amigo Serrão, que se encontrava nas Molucas. Êste julgava a distância destas ilhas a Malaca demasiado grande, de maneira que colocou essas ilhas na carta, muito longe para Este, ainda para além da linha que a bula do Papa Alexandre VI tinha fixado em 1494 a uma distância de 370 milhas para o Oeste dos Açôres. Todos os países ao Oeste desta linha seriam destinados à Espanha e os países ao Este a Portugal. Segundo as ideas dêste tempo, as ilhas das especiarias encontravam-se a Oeste desta linha e na área fixada à Espanha pelo tratado de Tordesillas, o que não constituia a justa realidade.

De regresso a Portugal, Magalhães foi invadido pela idea de atingir estas ilhas, fazendo a viagem para Oeste.

Portugal não podia fornecer-lhe os meios para pôr êste projecto em execução, e então dirigiu-se a Espanha, a concorrente de Portugal no comércio das Índias.

Em 20 de Outubro de 1517 chegou a Sevilha, um mês depois da chegada de Carlos da Áustria, mais tarde Carlos V, como herdeiro da corôa espanhola. Êste rei executou de bom grado os seus projectos e, para fazer concorrência aos portugueses, pôs-lhe à disposição cinco navios, que partiram a 20 de Setembro de 1519 e dos quais apenas um voltou, desmantelado, mas vitorioso.

É notável que os contemporâneos tivessem festejado a realização desta viagem com mais alegria do que as viagens de Colombo e de Vasco da Gama. Tratava-se duma nova espécie de navegadores, aqueles que faziam a volta ao mundo. O primeiro imitador de Magalhães foi Francis Drake, mas a realização da sua viagem foi um mero acaso.

O quarto foi o holandês Oliver van Noort, sôbre o túmulo do qual, na igreja de Schoonhoven, se vê a seguinte inscrição, em latim: « Aqui jaz Oliver van Noort, o quarto que fez a volta ao mundo após Magalhães ».

Foi Magalhães quem descobriu, de facto, o Pacífico, a-pesar-de já ter sido visto por Balboa, na América Central. O nome « Mar do Sul » é de Balboa, o nome de « Pacífico » deu-lhe Magalhães, que aí encontrou as águas extremamente tranqüilas.

¿ Seria possível que a Holanda deixasse passar a comemoração dêste grande acontecimento sem glorificar os nomes de Magalhães e de Del Cano ? ¿ Não estão também ligados à história das descobertas marítimas no Pacífico os nomes dos holandeses, como Schouten, le Maire Roggeveen, Abel Tasman, Oliver van Noort, para nomear apenas alguns?

A nação neerlandesa quis tomar parte nas festas comemorativas dêstes grandes navegadores e exploradores de Portugal e da Espanha, e para isso foi organizado o « comité » de Fernão de Magalhães, para oferecer duas peças de arte, puramente holandesas, às célebres Socie-

dades de Geografia de Lisboa e de Madrid: à primeira, um vitral pintado por Y. Toorop, e à outra, um quadro pintado por J. Ruys, que completou a obra de F. Hoogerward.

Estas duas obras primas da arte holandesa — o vitral de Toorop, que expõe em vários quadros a vida e a viagem de Magalhães, e a tela de Ruys, que nos representa a partida da frota de San Lucar — serão oferecidos, respectivamente, à Sociedade de Geografia de Lisboa e à Sociedade Real Geográfica de Madrid. Expostos nas salas dêstes célebres institutos, serão aí os testemunhos de que as grandes acções dum povo são de grande importância e interêsse internacional e que a sua recordação é apreciada com reconhecimento mesmo nos países longínquos, visto que contribuíram largamente para o progresso e para a civilização do mundo inteiro».

E assim terminou o Prof. Blink o seu interessantíssimo discurso, sendo pena que o Comité que veio a Lisboa trazer o vitral referido não seja, como lhe sucedeu em Espanha, não só recebido com grandes demonstrações de carinho, mas até convidado para cá voltar como hóspede do Estado para assistir à inauguração, já não digo duma estátua, mas ao menos, dum busto de Fernão de Magalhães, que, se ficava bem nas salas da Sociedade de Geografia, também fica bem na Academia de Sciências de Lisboa, visto que Fernão de Magalhães foi de San Lucar às Filipinas, não como aventureiro e ao acaso, mas como sábio e scientìficamente.

Seja-me permitido pois solicitar da classe da Academia das Sciências de Lisboa, a que tanta honra tenho de pertencer, que na acta desta sessão fique exarado o nosso profundo reconhecimento, como estudiosos e como portugueses, para com a «Fernão de Magalhães Comissie», e que tal facto se comunique à Embaixada Scientífica que foi enviada a Portugal e ao seu Presidente de

Honra, Sua Alteza o Príncipe Henrique da Neederlândia.

Foram nomeados os srs. António Baião e Afonso de Dornelas para irem cumprimentar a comissão holandesa.

Foram apresentados, para título da candidatura a sócio correspondente estrangeiro, os livros do sr. Medeiros de Albuquerque intitulados *Marta, Graves e Fúteis, Fim.*

Foram apresentados, como oferta do autor, os livros do sr. Gustavo Ramos: *Três obras literárias alemãs sôbre Camões, Uma novela alemã sôbre Salvador Correia de Sá.*

O sr. *António Baião* refere-se a um manuscrito literário quinhentista inédito, apresentando o fac-simile de algumas linhas do manuscrito, que pertence ao oficial de marinha D. Carlos de Sousa Coutinho.

Leu o prefácio dêle, o índice dos capítulos e o epílogo.

Por ser referente ao vice-reinado de D. João de Castro compara-o com a obra clássica de Jacinto Freire de Andrade e, para lhe fixar o nome do autor, leu à classe o prefácio da *Crónica de D. João de Castro* por Leonardo Nunes.

Referiu-se à biografia dêste, que se encontra na Biblioteca Lusitana, e conclui que o manuscrito, pertencente a D. Carlos Coutinho, é o *Tratado do cêrco de Dio* do já citado Leonardo Nunes, manuscrito valioso, cuja narração diverge muito da clássica de Jacinto Freire de Andrade, à qual acrescenta uma curiosa lista dos fidalgos que morreram no cêrco de Dio e outros dados, manuscrito cujo paradeiro completamente se ignorava e cujo valor histórico é enorme por se tratar da narração, embora sem grande merecimento literário, de uma categorizada testemunha presencial.

Finalmente o sr. Baião anuncia para a próxima sessão a notícia de uma colecção de cartas no género das de Soror Mariana Alcoforado, cartas vibrantes de paixão e de poesia.

O sr. *Esteves Pereira* disse: «pela notícia dada pelo sr. António Baião, parece que seria muito interessante publicar a relação contemporânea do segundo cêrco de Dio, sendo capitão desta cidade D. João de Mascarenhas, e governador da Índia D. João de Castro. — Proponho por isso que o sr. António Baião seja encarregado de tratar com o actual possuidor do manuscrito afim de saber se êle quererá ceder à Academia a publicação e as condições da concessão». Esta proposta foi aprovada,

Não havendo mais que tratar, encerrou-se a sessão.

Sessão de 25 de Maio de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. António Baião, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Lopes de Mendonça, Visconde de Carnaxide, Cristóvão Aires (secretário); os sócios correspondentes nacionais: srs. Cunha e Costa, Ernesto de Vasconcelos, Queirós Veloso, Teixeira Botelho, Victor Ribeiro; e os sócios correspondentes estrangeiros: sr. Lúcio de Azevedo.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *António Baião* deu parte à classe da missão, de que foi incumbido na sessão anterior, de ir cumprimentar, em nome da Academia, a missão holandesa «Fernão de Magalhães».

Em seguida informou de que já deu alguns passos para que seja cedido pelo Sr. D. Carlos de Sousa Coutinho, para ser publicado por conta da Academia, o manuscrito literário quinhentista inédito, a que se referiu na sessão anterior, e que, segundo o orador, é o «Tratado do cêrco de Dio», de Leonardo Nunes.

O sr. *Visconde de Carnaxide* leu o parecer favoravel à publicação do trabalho inédito do sr. dr. Artur Montenegro, intitulado «A Luta pelo Direito na Sociedade Romana».

Em seguida ofereceu um exemplar do seu último livro de versos, intitulado *No fim do Outono*, do qual leu à classe a composição «Académicos».

O sr. *presidente* agradeceu esta oferta do sr. Visconde de Carnaxide, enaltecendo o valor da sua competência e da sua vasta obra.

O sr. *Ernesto de Vasconcelos* apresentou uma cópia da «Relação dos capitães mores e naus que vierão do Reyno a êste Estado da India desde o seu descobrimento». Disse mais que procuraria extrair do mesmo volume, donde tirou aquela relação, a *História do Japão,* que muito interessa a Portugal.

O sr. *Queirós Veloso* fez uma larga comunicação sôbre o *Arquivo Geral de Simancas e os manuscritos relativos a assuntos portugueses* em que, depois de ter feito a história da vila e do castelo, mostrou a importância e a riqueza dos documentos referentes a Portugal, que são muitos milhares, e ocupam todo o longo período da nossa história, entre os reinados de D. Fernando e D. Maria I.

Referiu-se às espécies compreendidas na secção denominada «O Patronato Real», cujo catálogo concluiu, e apontou os principais assuntos de que tratam os documentos das outras secções, mencionando aqueles de que tirou cópia e que esclarecem diversos pontos obscuros da história nacional.

O sr. *Presidente* elogiou muito a comunicação do sr. Queirós Veloso dizendo, que o seu trabalho é um excelente guia para quem quiser fazer investigações no Arquivo de Simancas.

O sr. *António Baião,* a propósito desta comunicação, leu um fragmento de uma obra do Visconde de Santarém, em que êste diz terem sido tirados da Tôrre do Tombo e enviados para Simancas, no tempo dos Filipes, cinco caixotes com documentos.

Como êle, orador, nunca encontrou na Tôrre do Tombo vestígios a respeito da notícia dada pelo Visconde de Santarém, pediu ao sr. Queirós Veloso que o informasse sôbre se existem em Simancas ou não tais cópias.

O sr. *Queirós Veloso* disse que no Arquivo de Simancas se encontram muitos maços de cópias de documentos da Tôrre do Tombo, mas não originais.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Parecer da secção de sciências morais e jurisprudência redigido pelo Visconde de Carnaxide acêrca duma obra inédita do dr. Artur Montenegro

Tendo a secção de sciências morais e jurisprudência recebido o manuscrito da obra *A Luta pelo Direito na Sociedade Romana* do dr. Artur Montenegro e por êle apresentada na última sessão de classe, para o fim de emitir parecer se ela contém mérito para a Academia lhe dar publicidade, vem essa secção prontamente desempenhar-se do honroso encargo, expondo e justificando o seu voto pela seguinte maneira:

Apesar de ser quási de ontem ainda o tempo, em que do quadro dos estudos jurídicos fazia parte, e fundamental, uma cadeira para o ensino do *Direito Natural,* para cujas lições, servindo-lhes de texto, se notabilisara na Bélgica e na França a didática obra de Ahrens e em Portugal a de Vicente Ferrer, a acelerada evolução dêsses estudos nos dá a ilusão de que na mentalidade de remotas gerações é que se houvera criado o conceito, que determinara uma tal preparação para a sciência das relações das coisas, como sintèticamente Montesquieu chamara às leis humanas, que as traduzem.

Sendo a noção do direito correlativa à do dever, exercido aquele e cumprido êste na vida em comunidade, não se compreende, como diz Léon Duguit na Introdução às *Transformations du Droit Public,* que o homem possa ter direitos naturais individuais, pois que, sendo um ser social por natureza, é como indivíduo, no trato do meio a que pertence, um ente de pura abstração, criado pelo espírito ùnicamente.

As necessidades da sua conservação e do seu sucessivo aperfeiçoamento, para as conquistas de ordem económica, moral e política, nunca poderiam ter meios de satisfação sugeridos pelo conhecimento dos atributos psíquicos de cada um.

Uma base metafísica para a organização jurídica da sociedade, logo que começasse a aluir, tinha, com efeito de prontamente se desfazer.

Como as instituições e as leis dão forma apenas às ideias, senti-

mentos e costumes da alma colectiva das raças, em vez da psicologia dos indivíduos, aquela base, pois, estava destinada a ser de todo substituída pela das multidões, desde que os filósofos, como Gustave le Bon, lhe observassem os fenómenos para os surpreenderem uniformes e reduzirem a postulados tão imperativos para o sociólogo, como de diferente natureza são outros para o geómetra, e no considerável número memorado, há pouco, pelo extraordinário matemático, que fôra Henri Poincaré.

Sem o conhecimento da trajectória daquela organização, o Direito nunca seria uma sciência, mas simplesmente um amontoado de textos que dessem fórmulas a meras noções empíricas.

Afirmando-o no Prefácio dos seus *Études d'Histoire du Droit*, refere Rodolphe Dareste que, denunciando-se da comparação dessas investigações o paralelismo, entre povos mais desconhecidos entre si, das mesmas concepções jurídicas e seu desenvolvimento, tal fenómeno, na falta duma origem e tradição comum, só pode explicar-se por as mesmas causas produzindo os mesmos efeitos, manifestados em egual coordenação de regras e quási palavra por palavra, através as maiores distâncias e os maiores intervalos de tempo.

Quando, alêm do *corpus juris*, só se conheciam as leïs dos bárbaros, a civilização europeia, ainda na primeira metade do século passado, era atribuída a duas origens, uma romana, outra germânica; mas depois dos estudos históricos para o Direito, como os de filologia para as linguas, mal pode ser reivindicada por algum povo da Europa — Gregos, Romanos, Celtas, Slavos, Germanos — qualquer criação jurídica nacional e original.

Tendo, porém, o Direito romano atingido aquela grande pefeição, que como monumento de sabedoria o fizera justamente apelidar da própria razão escrita, não só entre nós, onde êle fôra como lei nacional, depois subsidiária, e ainda hoje de educação forense dominante, mas nos mais países, sobretudo, também da tradição legislativa latina, a sua história é como foco de intensa luz, que ilumina desde o vestíbulo todo o grandioso edifício, que o jurisperito tenha de percorrer, das codificações civís, desde a francesa de 1804, através da nossa de 1867, até à brasileira de 1916, sem se lhe subtraírem à influência as próprias da Alemanha de 1896 e da Suíça de 1907.

Apenas sendo a base, em que assentava, do respeito ilimitado pelo incondicional *jus utendi et abutendi* do indivíduo, com o trono do seu poder despótico e absoluto bem cimentado em brocardos e preceitos, como o que de lá haurira o art. 13.º do nosso código, o

espiríto de solidariedade, que a êsse secular Direito faltava, é que posto ainda em fermentação tumultuária, o vai agora dissolvendo precipitadamente, partindo, há pouco, do Código Alemão, e depois do Suíço, o brado, mais sonoro do que preciso, de que não é lícito o uso do direito, quando só por abuso fôr exercido.

Ora o trabalho de exegese histórica da *Luta pelo Direito na Sociedade Romana*, de que foram promanando a Família, a Casta, a Comuna, o Estado e a Emancipação do indivíduo, agrupando as investigações respectivamente quanto às origens e organização do patriarcado, á patrícios e plebeus, á igualdade jurídica, à extensão do direito de cidade à Itália e às Províncias, e à condição das mulheres, dos filhos e dos escravos, torna a obra submetida ao nosso exame, do ilustre sócio efectivo Doutor Artur Montenegro, de tal interêsse, não só para legistas e historiadores, mas para todos os cultores das boas letras, pela feição literária com que foram tratados alguns dos seus vários aspectos (por exemplo, o luxo, a casa, o vestuàrio e joias, a alimentação, os festins e os espectáculos) que méritos sobejos recomendam a sua publicação à Academia.

Nem o nosso distinto confrade, tendo o brio e consciência das responsabilidades, além de académico, de professor consagrado na Faculdade de Direito, primeiro em Coimbra e depois em Lisboa, deixaria de as honrar, tirando a lume tal fruto do seu labor, tão integrado na cadeira que professa.

A completar o valor do original do consciencioso escritor, contém ele em copiosas notas a documentação concludente dos factos, que o historiador teve de invocar, e a indicação das melhores autoridades, que o jurísconsulto houvera de referir.

Sala das sessões da secção, 16 de Maio de 1922.

Júlio M. de Vilhena.
Candido de Figueiredo.
Visconde de Carnaxide (relator).

Sessão de 8 de Junho de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. António Baião, Esteves Pereira, José Maria Rodrigues, Lopes de Mendonça, Visconde de Carnaxide, Cristóvão Aires (secretário); os sócios correspondentes srs. Cunha e Costa, Ferreira Lima, Gustavo Ramos; José Joaquim Nunes e António Cabreira da 1.ª classe.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O sr. *Secretário* apresentou os seguintes livros oferecidos pelo sr. Agostinho de Campos: *Educação e ensino; O homem lobo do homem; Portugal em campanha.*

Apresentou também para título de candidatura do seu autor a sócio correspondente estrangeiro, os seguintes livros do sr. Pinto da Rocha: *Luzitânia; História diplomática do Brasil; O júri e a sua evolução.*

O sr. *Lopes de Mendonça* leu a seguinte proposta:

A Academia já se manifestou — nem podia deixar de o fazer, correspondendo assim ás suas patrióticas tradições — nas aclamações entusiásticas que, de uma a outra margem do Atlântico, saúdam a travessia aérea, levada a cabo por aviadores portugueses. A sua ultimação realizou-se, porém, agora que os nautas do espaço puseram pé em continente americano. Julgo pois ensejo adequado para reiterarmos as nossas ardentes congratulações pelo grande feito, que marca um lugar proeminente para Por-

tugal na história do século XX, o mesmo pôsto de honra que o século XVI lhe assinalou nos anais da Humanidade.

Sinto que a rotação estatutária das sessões académicas não me permita associar as duas classes numa proposta que, estou firmemente convencido, seria votada por aclamação. Mas a primeira classe já teve ocasião de consagrar devidamente os dois heróis, honrando a Academia com a sua inclusão no nosso elenco scientífico. Por isso me parece adequada a manifestação do nosso júbilo, hoje que se realiza a primeira sessão académica em seguida ao transcendente acontecimento. E só me pesa ter de me limitar à singela expressão do meu desejo, para que a Academia felicite calorosamente os dois aviadores e o Sr. Presidente da Rèpública, como supremo representante da nação portuguesa, pela façanha que gloriosamente reata a nossa missão histórica e abre novos horizontes ao futuro nacional.

Folgo que conveniências de momento encaminhem os aviadores para a baía Cabrália. Sem entrar na discussão, agora importuna, sôbre o ponto preciso a que aportou a frota de Pedro Alvares Cabral, é certo que são aquelas as paragens em que as ondas do Sul Atlântico pela vez primeira enguliram âncoras europeias, ferros preparados em Portugal. A actual viagem aérea perderia um pouco do seu significado sentimental, se não tivesse aquele ponto de escala demarcado pelo Monte Pascoal, o primeiro viso da terra brasileira que se deparou aos portugueses.

De sôbre aquele magestoso cume, parafraseando a arrojada imagem de Bonaparte, quatro séculos de glória contemplam os novos paladinos da pátria da civilização. É como se os dois Cabrais ali se apertassem as mãos numa confraternidade heróica, e a figura épica de Duarte Pacheco se jungisse à de Gago Coutinho, seu admirável continuador na iniciação scientífica.

Por todos estes motivos, e na impossibilidade de apresentar agora a minha proposta em sessão conjunta da Academia, proponho que a segunda classe consigne na sua acta um voto de calorosas congratulações e que faça chegar ás mãos do Chefe do Estado a expressão dos seus sentimentos.

O sr. *Presidente* disse que a classe ouvira com satisfação as palavras do sr. Lopes de Mendonça, e que considera a proposta aprovada por aclamação.

O sr. *Secretário* propôs que se enviasse cópia do discurso do sr. Lopes de Mendonça aos aviadores. — Foi aprovado.

O sr. *Lopes de Mendonça* leu o parecer favorável à candidatura a sócio correspondente estrangeiro do sr. Francisco Rodrigues Marin. Foi relator dêste parecer o sr. David Lopes.

O sr. *António Cabreira* leu a seguinte comunicação:

— Conforme é sabido, Pero Vaz Caminha, escrivão da Frota de Pero Álvares Cabral, em carta dirigida a D. Manuel, informa que as terras do Brasil foram avistadas à hora das vésperas de 4.ª feira de pascoela.

Damião de Goes assinala o dia 24, tendo-se, por último, consagrado, para o efeito, a data de 3 de Maio.

Voltando a discutir-se novamente o assunto, devido ao distinto investigador Lacerda Machado sustentar a veracidade da informação de Caminha, o Instituto Histórico do Minho preguntou-me em que dia caiu a 4.ª feira de pascoela de 1500.

Consultando as respectivas tábuas dos meus *Calendários Solar* e *Lunar Perpétuos*, vi imediatamente que a 4.ª feira de pascoela de 1500 foi a 22 de Abril.

E, desde que os portugueses chegaram pela segunda vez ao Brasil por caminho — nunca dantes percorrido — pareceu-me oportuno comunicar à classe o depoïmento seguro de astronomia no referido pleito histórico, para

que se consigne, com exactidão, a data autêntica da maior glória de Portugal.

[Neste momento estão-se ouvindo os estampidos dos morteiros, lançados em sinal de que os aviadores chegaram à Baía: faltam 20 minutos para as 5 horas da tarde].

O sr. *Ferreira Lima* ofereceu os seguintes livros: *Medalhas e condecorações concedidas pela Junta do Pôrto em 1847; Os ex-libris de Garrett; O ex-libris de Gerard de Visme.*

O sr. *José Joaquim Nunes* leu alguns trechos de um trabalho seu intitulado *A Fauna na Toponímia Portuguesa.*

Êste trabalho vai adiante inserto no «Boletim.»

O sr. *Júlio Dantas* leu o parecer favorável à candidatura a sócio correspondente estrangeiro do sr. Medeiros e Albuquerque.

Foi votado por unanimidade o parecer redigido pelo sr. Visconde de Carnaxide acêrca da publicação do trabalho do sr. Artur Montenegro, intitulado *A Luta pelo Direito na Sociedade Romana.*

O sr. *António Baião* fez uma comunicação sôbre uma colecção de cartas do século XVIII, do género das de Soror Mariana Alcoforado. Leu algumas das cartas, primorosas sob o aspecto literário. Foram escritas por uma senhora que internaram num convento e são dirigidas a um certo Josino. Encontram-se nelas conceitos verdadeiramente filosóficos e imagens felizes de retórica.

O sr. Baião leu finalmente à classe as palavras com que precede a publicação daquele, tão delicado, produto da literatura feminina, às quais deu a forma de uma *epístola à Autora.*

O sr. *Presidente* agradeceu esta comunicação do sr. Baião, dizendo que considera êste trabalho uma notável contribuïção para a história da nossa literatura, especialmente no que toca à interessante amorografia monástica portuguesa.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Parecer acêrca da candidatura do sr. Francisco Rodrigues Marín a sócio correspondente estrangeiro

O sr. Marín tem o culto de Cervantes. Ele tem sido o pregoeiro da sua fama e posto o melhor da sua inteligência e do seu esfôrço a aclarar a vida e a obra dêle. Tôda a sua actividade literária tem convergido para aí. É uma tarefa grande e bela. Cervantes é representativo da sua nação e *Dom Quijote* a obra prima do espírito espanhol; merece bem, pois, todo o carinhoso estudo que os bons engenhos lhe dediquem. Exaltá-lo é honrar nele o espírito da pátria; estudá-lo, comentá-lo é fazê-lo amar e por isso praticar um acto de justiça. A Academia Real espanhola premiou o seu labor nesse campo fazendo-o seu sócio efectivo e pela boca de Menéndez y Pelayo louvou o seu tenaz empreendimento. As suas edições críticas das *Novelas Ejemplares* e, principalmente, de *Don Quijote; Nuevos documentos cervantinos hasta ahora inéditos*, *El andalucismo y el cordobesismo de Cervantes; Cervantes estudió en Sevilla; Cervantes y la ciudad de Córdoba; El Loaysa de «El celoso extremeño»*, e outros trabalhos sôbre o grande século, como *Luís Barahona de Soto*, as obras de Pedro Espinosa e estudo sôbre o mesmo, as poesias de Baltasar del Alcazar, etc., mostram-no-lo sempre preocupado de Cervantes. Esse amor pelas cousas cervantinas, sendo o seu pensamento constante, é que permitiu o trabalho de restituïção inteligente que é a sua edição crítica de *Don Quijote*, apresentada como título de candidatura a sócio correspondente da nossa Academia.

Marín não é filólogo no sentido restrito do termo. Se o fôsse, o seu comentário não teria perdido, com isso, se se mantivesse em limites razoáveis. O estudo de um texto ganha sempre com êsse saber especial. Todavia, o comentador supre essa falta, se o é, com o estudo comparativo dos contemporâneos do egrégio escritor e dos autores anteriores, àlem do conhecimento da linguagem peculiar de Andaluzia, de que há forte influência na obra de Cervantes. São abundantíssimas as fontes consultadas, mesmo as portuguesas do nosso século áureo, para o seu comentário. O século XVII é o século mais rico da literatura espanhola, e tão rico que inundou de luz os países vizinhos, a França sobretudo que na sua dramática bebeu sôfregamente. Todo o comentário atesta um grande conhecimento dessas fontes, leituras pacientes para esclarecer e ilustrar o texto de Cervantes. O resultado é surpreendente. Pontos obscuros, que muitos comentadores tinham deixado na sombra ou haviam com-

preendido incompletamente, estudados através dessas fontes, ficam em plena luz e permitem saborear a ironia e o pensamento de Cervantes. Porque, sem comentário, *Don Quijote* é hoje muitas vezes incompreensivel; para deixar de ser, é preciso que o leitor se coloque no tempo do autor e conheça a sociedade de então· Quer isto dizer que *Don Quijote* não é leitura para o vulgo, mas para os homens de bom saber; o vulgo verá na obra apenas uma caricatura, rirá, mas não verá nela mais nada. O sr. Marin queixa-se que até os homens cultos muitas vezes se confundem com o vulgo nêste respeito. Em Espanha lê-se pouco esta obra prima do génio espanhol. Não é, talvez, bem assim. Atestam o contrário as inúmeras edições espanholas da obra de Cervantes. A maioria da gente culta contenta-se com algumas apreciações de segunda mão. Não é só culpa dela, mas também da obra, como dissemos O sr. Marín tem feito muito para levantar essa dificuldade. Demonstra-o cabalmente, primeiro a sua edição anotada na grande colecção *Clásicos Castellanos*, da *Lectura*, destinada a um público mais amplo, e agora esta edição crítica para um público mais escolhido, e por isso mais ricamente documentada. É filha esta de um grande esfôrço e aturado trabalho. Durante 15 anos foi o seu pensamento de todos os dias; e conseguiu, na verdade, erguer um monumento de erudição e de luz ao compatriota imortal.

A secção de literatura julga-o, mercê do seu labor douto e perseverante, digno de ser eleito sócio correspondente estrangeiro da nossa Academia e assim vô-lo propõe.

Lisboa, sala das sessões da Academia das Sciências, 8 de Junho de 1922.

Augusto de Castro.
Henrique Lopes de Mendonça.
Francisco Maria Esteves Pereira.
Júlio Dantas.
David Lopes (relator).

Parecer ácerca da candidatura do sr. Medeiros e Albuquerque a sócio correspondente estrangeiro

Foram presentes à secção de Letras, como título de candidatura a sócio correspondente estrangeiro, as seguintes obras do sr. Medeiros e Albuquerque, escritor brasileiro ilustre e membro da Aca-

demia Brasileira de Letras: *Martha*, romance (1920); *Páginas de Critica* (1920); *Graves e Futeis* (1922); *Fim*, poesias (1922).

Estes quatro volumes do eminente polígrafo apresentam-nos, sob cinco aspectos diferentes, a sua complexa individualidade: o romancista, o crítico, o conferencista, o cronista, o poeta.

Medeiros de Albuquerque não é, como Coelho Neto, um neo-romântico de ofuscante poder verbal, deslumbrado pela formidável paisagem brasileira; não cultiva, como Graça Aranha, o romance de intuitos sociais; é antes um naturalista à maneira de Machado de Assis, discreto, sóbrio, elegante. O seu romance, *Martha*, pode definir-se numa simples frase: uma situação dramática excelente, admiravelmente posta em acção. Com efeito, êle reduz-se a uma série de acontecimentos lógicamente preparados, conduzindo a uma situação de pungente conflito moral. Um pai, o dr. Leopoldo Braga, vê-se, em determinadas condições, na necessidade de se casar com a propria filha, que não sabe que é filha dêle, para evitar a deshonra do ente a quem mais ama. Não podendo consumar, senão pelo incesto, o casamento que fez, mete uma bala na cabeça na própria noite de núpcias. Essas «condições» são tão bem preparadas e conduzidas, que o paradoxo de sentimento apresentado pelo autor parece-nos perfeitamente lógico. A figura de Margarida Seixas Gomes, a mãe da segunda Martha, é a melhor do livro, a mais palpitante, a mais humana. O estilo é simples, nítido, aparentemente despreocupado, sem grande riqueza de colorido e de expressão, mas duma precisão e duma sobriedade notáveis. Estamos em presença dum forte e equilibrado temperamento de romancista.

Nas *Páginas de Critica*, Medeiros e Albuquerque, dispondo duma visão sagaz e duma vasta cultura humanista, analisa a obra dalguns prosadores e poetas brasileiros contemporâneos, como Afonso Arinos, Machado de Assis, Raul Azevedo, Paulo Barreto, Vicente de Carvalho, Humberto de Campos, Luiz Murat, Gilka Machado, Júlia Lopes de Almeida, Fernando de Magalhães, Hipólito Pujol, Solidónio Leite, Hermes Fontes, Guilherme de Almeida, Martins Fontes. A crítica é elevada e o comentário por vezes scintilante. «Não procurei fazer obra de demolição e de desânimo contra ninguem» — diz o eminente escritor. Com efeito, êste livro é, sob muitos aspectos — e ainda sob êsse — uma nobre e perfeita lição.

No belo volume recentemente publicado, *Graves e Futeis*, revela-se-nos, ao mesmo tempo, o cronista e conferencista. As duas conferências que Medeiros e Albuquerque recitou na Policlínica do Rio de Janeiro e na Sociedade de Cultura Artistica de S. Paulo, a primeira sobre *Freud e as suas teorias sexuais*, a segunda sobre

Terra de Santa Cruz, podem considerar-se modelos no género. Na crónica, essa criação vivaz de Eugène Guinot, espécie de soneto dos jornalistas, nota rápida, cujo assunto, como uma vêspa de ouro, zumbe, passa e se colhe no ar, genero subtil em que só triunfam os observadores penetrantes, os finos psicólogos, os verdadeiros artistas da palavra, há muito que Medeiros e Albuquerque é considerado um mestre, como Wolf, como Capus, como Gomes Carrilo.

Finalmente, o poeta aparece-nos na admirável colectânea de sonetos que acaba de dar à estampa — *Fim*. Medeiros e Albuquerque pertence à velha escola; nunca o tocou, nem de leve, o simbolismo de Verlaine, de Malarmé, de Rimbaud; é um parnasiano perfeito, sóbrio, cujas composições nos dão a impressão que não camafeus romanos, nitidos na cinzeladura e no corte. Sonetista exímio, como muitos dos poetas brasileiros contemporâneos, distingue-se pela originalidade do conceito, pela harmonia de proporções na distribuïção do assunto, pela facilidade de expressão que não exclui a rigorosa técnica do verso, pelo imprevisto do *mot de la fin*, pelo humano e forte sentimento que impregna muitas das composições. O poeta viveu, amou, sofreu, embranqueceram-lhe os cabelos, esgotou a taça de ouro do prazer, sentiu o amargo travor das desilusões, e, como Goëthe, fez da sua dôr um poema. O seu livro é humanamente sentido e fortemente pessoal. Muitas das poesias que contém impressionam até às lágrimas.

O sr. Medeiros e Albuquerque é justamente considerado, nas letras do seu grande país, como um alto expoente e uma grande figura. A Academia Brasileira conta-o entre os seus membros mais prestigiosos. A secção é de parecer que a Academia de Sciências de Lisbôa, recebendo-o e consagrando o como seu sócio correspondente estrangeiro, presta uma justa homenagem ao eminente polígrafo.

Sala das sessões, em 8 de Junho de 1922.

Vicente Almeida d'Eça
Augusto de Castro
Bernardino Machado
Cristóvam Aires
Henrique Lopes de Mendonça
Júlio Dantas (relator).

Sessão de 22 de Junho de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. Cândido de Figueiredo, Esteves Pereira, Lopes de Mendonça, Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes srs. Afonso de Dornelas, Ferreira Lima, Gustavo Ramos, Vieira da Silva.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Secretário* leu uma carta do sr. A. J. Armstrong (Head of the Department of English), pedindo informação sôbre se existem em português algumas versões das poesias do poeta inglês Robert Brouning.

O sr. *Presidente*, disse: — Festejando-se hoje as bodas de ouro de Teófilo Braga no professorado português, e sendo o eminente sábio um dos nossos mais prestigiosos consócios e uma das mais altas figuras nacionais, historiógrafo, etnólogo, poeta e didata notável, que às letras pátrias tem prestado serviços de excepcional valor, tenho a honra de propôr que se exare na acta um voto de saüdação ao venerando sócio emérito desta Academia.

Esta proposta foi aprovada.

O sr. *Esteves Pereira* leu a seguinte nota sôbre o livro de Duarte Barbosa:

Na sessão da 2.ª Classe de 8 de Dezembro de 1921 foi lida uma comunicação de Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado acêrca da tradução inglêsa com erudito comen-

tário, do Livro de Duarte Barbosa, feito pelo sócio correspondente estrangeiro Mr. Mansel Longworth Dames. Aquela comunicação terminava por fazer votos por que se fizesse uma nova edição do texto português, corrigindo-o onde manifestamente fôsse necessário, e ajuntando-lhe breves notas para completa compreensão do texto.

A Segunda Classe adoptou a indicação de Monsenhor Dalgado; e, por proposta de um dos sócios presentes, foi convidado a dirigir a nova edição Monsenhor Dalgado, que possuia extensos conhecimentos das linguas e costumes da Índia. Monsenhor Dalgado aceitou de bom grado o encargo, e começou o seu trabalho, propondo em um exemplar da 2.ª edição da Academia um número considerável de correcções a fazer no texto, e redigindo em papéis separados muitas notas para esclarecimento do texto. Infelizmente Monsenhor Dalgado não pode concluir este trabalho. O exemplar corrigido e os papéis que aqui estão presentes, por determinação sua, escrita na capa, foram-me entregues a mim «para dispôr dêles como entendesse». Eu entrego-os à Segunda Classe, para que ela se digne deliberar o que tiver por mais conveniente.

O texto português do *Livro de Duarte Barbosa* foi publicado pela Academia no tomo II da *Colecção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas* (1.ª ed. 1813, 2.ª ed. 1867), segundo um Códice manuscrito pertencente ao editor, e escrito pelos anos de 1558. No texto não era dado o nome do autor; mas o editor atribuiu a obra a Duarte Barbosa conforme a declaração feita no prefácio da versão italiana, publicada por Ranuzio no tomo I das *Navegações e viagens*, impresso em Veneza em 1563. Esta atribuïção é confirmada pelo testemunho de Gaspar Correia, em duas passagens das *Lendas da India*, que são:

«Não escreuerei nada das terras, gente e trato porque

houve alguns que nisso se ocuparão, de que vi alguns volumes, e mormente hum livro que disso fez Duarte Barbosa escriuão da feitoria de Cananor. (Prologo aos Senhores Lectores, *Lendas da India*, tomo I, p. 2–3).

«Porque minha tenção he nom escreuer nada destas, terras e seus costumes, como houve alguns que o fizerão em que foy hum delles Duarte Barbosa, sobrinho do feitor de Cananor Gil Fernandes Barbosa, que fez hum Tratado, que eu vi, de todalas terras, gentes, leis, costumes, e tratos, começando dos Lequeos, correndo todo o mar que acabou no Cabo da Boa Esperança». *(Lendas da India,* tomo I, p. 357).

Recentemente (1920) a Real Sociedad Geografica de Madrid publicou a mesma obra em castelhano com o titulo: *Descripcion de los reinos, costas, puertos e islas que hay desde el Cabo de Buena Esperanza hasta los Leyquios* por Fernando de Magallanes piloto português que lo vió y anduvo todo, conforme um manuscrito da Biblioteca Nacional de Madrid, que parece ter sido escrito no seculo XVI; e no prólogo o editor esforça-se por confirmar a atribuïção da mesma obra a Fernão de Magalhães.

A isto pode acrescentar-se as seguintes indicações que me parecem importantes. O manuscrito n.º 846 da Biblioteca Nacional de Lisboa contém uma cópia do texto português da mencionada obra, onde tem por titulo: Em este liuro se trata das causas e partidas da India e da conquista e navegação del Rey nosso Senhor. [Descobertas te' o anno de 1539]. O tratado ocupa as fôlhas 1*r* a 69*r*; não é dado o nome do seu autor; e a subscrição é datada de 12 de Janeiro de 1539. Além desta cópia do texto do Livro de Duarte Barbosa, existe outra na Biblioteca Publica do Porto, a qual parece ser um traslado feito em 1539 sôbre uma cópia do ano de 1529; e que apresenta algumas diferenças do texto publicado

pela Academia. O códice que serviu para a edição da Academia e as duas cópias precedentemente mencionadas parece não conterem a mesma redacção, mas terem resultado de uma redacção original que foi sucessivamente interpolada.

Parece pois que é ocasião oportuna para fazer uma nova edição do precioso livro atribuído a Duarte Barbosa, adoptando o texto dado no ms. 846 da Biblioteca Nacional de Lisboa, e aproveitando para comentar os trabalhos recentemente publicados, que são a tradução inglesa de Mr. Longworth Dames, a tradução castelhana atribuída a Fernão de Magalhães e as notas de Monsenhor Dalgado, o que seria de algum modo uma manifestação de aprêço dos trabalhos literários do mesmo erudito académico.

O sr. *Lopes de Mendonça* propôs que fôsse o sr. Esteves Pereira encarregado pela classe de continuar os trabalhos encetados pelo falecido sócio Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, da publicação de uma edição portuguesa do livro de Duarte Barbosa.

O sr. *Presidente* disse que, sendo o sr. Esteves Pereira o presidente da Secção de História, talvez fôsse escusada a aprovação da proposta do sr. Lopes de Mendonça, pois que, desde o momento em que a classe aprovou já a publicação de uma edição portuguesa do livro de Duarte Barbosa, compete agora ao presidente da Secção a escolha da pessoa que deve ser incumbida de tal missão.

O sr. *Esteves Pereira* agradeceu as palavras do sr. Lopes de Mendonça e do sr. Presidente, dizendo que lamenta não poder ser tão competente como o seu falecido antecessor.

O sr. *Ferreira Lima* apresentou dois volumes, um *Os Deportados de Amazona*, do sr. Francisco de Ataíde Machado de Faria e Maia, como oferta do autor, e outro

Galleria dos vice-reis e governadores da India Portuguesa, de José Maria Delorme Colaço, também oferta do orador.

A propósito dêstes dois livros disse o seguinte:

Os Deportados d'Amazona (Monografia histórica), 1810 -1826, por Francisco d'Athayde Machado Faria e Maia, Ponta Delgada, 1918, in-8.º de xxx-281 pág.

Esta interessante monografia histórica é «elaborada principalmente sôbre os papéis do dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa», amigo de Bocage, de quem, neste volume, se reproduzem, em fac-simile, duas poesias. A *Amazona* era uma fragata que em setembro de 1810 transportou de Lisboa para a Ilha Terceira cêrca de sessenta individuos que ali iam ficar degredados, pelo motivo de serem considerados como jacobinos, isto é, afeiçoados às ideias francesas e como conspiradores contra a casa de Bragança. Esta conspiração é conhecida pelo nome de *setembrisada*. O dr. Vicente Cardoso, avô do autor da monografia, foi um considerado jurisconsulto e autor de vários escritos políticos e literários, que Inocêncio menciona no seu *Dicionario bibliografico*. Nasceu no Brasil em 5 de Abril de 1765, faleceu em Ponta Delgada, onde contraiu matrimónio, em 6 de Abril de 1834. Entre os deportados iam, além dêle, o dr. Manuel Alves do Rio, o poeta João Vicente Pimentel Maldonado, o pintor Domingos Pelegrini, autor de vários retratos, entre êles o de D. João VI e o do conde da Barca, Sebastião José de Sampaio, José Sebastião de Saldanha, etc. A ida dêstes personagens para os Açores deu em resultado o propagarem-se as ideias liberais, naquela parte dos domínios de Portugal. Tendo triunfado na metrópole, sem derramamento de sangue, a revolução de 1820, dá-se a seguir, em 1821, uma revolução em S. Miguel e na Terceira, sendo destituido de governador o matemático e poeta, sócio desta Academia, o

general Francisco de Borja Garção Stokler. Para estes movimentos revolucionários muito concorreram os deportados do Amazonas. As mudanças sucessivas de regimen na mãe Pátria, devidas à restauração absolutista de 1823 (Vilafrancada), à Abrilada, à fuga de D. João VI para bordo da nau inglesa *Windsor Castle*, ao destêrro de D. Miguel, etc., tiveram as suas repercussões nos Açores, onde o referido general Stokler, absolutista dos quatro costados e temível perseguidor dos liberais, teve horas de triunfo e outras de desprestígio. O dr. Vicente Cardoso da Costa procurou sempre naquela época calamitosa reprimir os actos violentos e os excessos daquele governador e, também, as ideias mais avançadas dalguns dos seus próprios correligionários.

O autor transcreve muitos escritos de seu avô, que dão bem a conhecer a sua acção benéfica e moderadora naqueles tempos revoltos. Representa pois êste livro um valioso subsídio para o estudo da nossa história política, no período que decorre desde a luta para a expulsão dos franceses de Portugal até à implantação do regimen liberal.

Galleria dos vice-reis, e governadores da India Portuguesa dedicada aos illustres descendentes de taes heroes, por José Maria Delorme Colaço, Lisboa, 1841 (1)

Contem esta obra 18 retratos litografados, cujos desenhos originais foram possuidos pelo bibliófilo Jorge César Figanière, segundo informa Teixeira de Aragão, a pág. 76 e 77 do 3.º vol. da *Descripção histórica das moedas*, acompanhados de ligeiras notas biográficas. Os retratos são copiados dos quadros em tela que compõem a galeria existente no palácio do governador em Nova-Gôa.

---

[1] Há exemplares de duas espécies; formato grande e pequeno. Êste pertence aos segundos.

Esta notável galeria histórica foi principiada em 1547, no vice-reinado do heróico D. João de Castro, sob a direcção de Gaspar Correia, e foi retocada, com maior ou menor perícia, em diferentes épocas. O nosso ilustre consócio o sr. dr. Luis da Cunha Gonçalves largamente se lhe refere no seu interessante livro publicado em 1898: *Telas e esculturas da cidade de Gôa*, e o sr. José Ferreira Martins, erudito autor da *Chronica dos vice-reis*, a descreveu num artigo da *Revista de história*, de 1915: *A galeria de retratos dos vice-reis da India*. Estes quadros tem sido reproduzidos em diversas obras: nas *Lendas da India* de Gaspar Correia, que para elas debuxou vários retratos, na *Asia Portuguesa* de Faria e Sousa e no *Breve tratado ou epilogo de todos os vice-reis*, por Pedro Barreto de Rezende, manuscrito de que existe uma cópia na biblioteca desta Academia, mas sem os retratos.

A obra que ofereço ficou interrompida, por impossibilidade física do autor, no 18.º governador Francisco Barreto. Existem, porém, em meu poder os originais dos retratos dos vice-reis e governadores seguintes até ao 98.º, D. Diogo de Sousa Coutinho, Conde do Rio Pardo, copiados também por José Maria Delorme Colaço, meu tio.

Tenho o prazer de mostrar aos meus ilustres consócios o volume em que reuni estes curiosos desenhos.

O *Presidente* agradeceu ao sr. Ferreira Lima a sua oferta à Academia.

O sr. *Cândido de Figueiredo* pediu desculpa de não ter comparecido às últimas sessões da classe, explicando que foi a isso obrigado por motivo de doença.

O sr. *Presidente* disse que não podia ser estranho ao sr. Cândido de Figueiredo a consideração em que é tido pela classe, e que por isso sua excelência é sempre de ante-mão absolvido de qualquer falta.

Disse mais: — proponho que a classe envie as suas saüdações à Academia Brasileira de Letras, pelo vigéssimo quinto aniversário da sua fundação.

Os laços que unem as duas pátrias, hoje mais que nunca estreitas, ligam mais intimamente ainda as duas Academias, supremas expressões da cultura de dois povos que provêem da mesma ascendência, que teem a mesma língua como orgão de pensamento, e que justamente se desvanecem do seu comum património de glória.

Por isso não podia passar despercebido ao nosso grémio a celebração das bodas de prata de uma sua irmã mais nova, que tanto afecto lhe tem merecido.

Esta proposta foi unânimemente aprovada.

Foi eleito, por unanimidade, sócio correspondente o sr. Medeiros e Albuquerque (brasileiro).

O sr. *Cândido de Figueiredo* pediu informação acêrca da candidatura do brasileiro António Austragésilo.

O sr. *Presidente* explicou que sendo êle o encarregado de dar o respectivo parecer, se sentiu embaraçado em presença da circunstância de ser o sr. Austragésilo um distinto médico, a par de ser um brilhante literato, o que o levou a hesitar sôbre se devia pertencer à 2.ª ou à 1.ª classe.

Se os ilustres consócios entenderem que deve ser eleito pela 2.ª classe, na próxima sessão trataria de trazer já feito o parecer. Ficou resolvido afirmativamente.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Sessão de 13 de Julho de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. António Baião, Cândido de Figueiredo, Esteves Pereira, Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes srs. Ferreira Lima, Gustavo Ramos, José Joaquim Nunes.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O sr. *Secretário* leu uma carta de Mr. Bonin agradecendo o diploma de sócio correspondente estrangeiro.

O sr. *António Baião* leu o parecer favorável à publicação, por conta da Academia, de um manuscrito inédito sôbre a *História do cêrco de Dio*, pertencente ao oficial da marinha, o sr. D. Carlos de Sousa Coutinho.

O sr. *José Joaquim Nunes* leu uma longa comunicação em que procura demonstrar que o animal chamado zêvro nos antigos documentos e subsistente ainda em muitos nomes toponímicos do nosso país e da Espanha, corresponde ao que hoje é conhecido pela designação de *veado* em Portugal, e *venado* em Espanha. (Vai adiante publicada).

O sr. *Presidente* agradeceu a comunicação do sr. José Joaquim Nunes, cujo alto interêsse filológico acentuou, fazendo algumas considerações sôbre o assunto.

O adjectivo *zebrum,* aplicado a determinada qualidade de calçado, aparece em muitos documentos medievos, em especialidade nas posturas municipais de Coimbra

(século XII) e, salvo êrro, nos próprios «degredos» de Afonso III, preciosos para o estudo da história das indústrias primitivas portuguesas, e verdadeira mina para os filólogos.

Sapatos *zebruns*, osas *zebrunas*, gramaias *zebrunas*, são designações vulgares em forais, posturas e leis dos séculos XII a XIV; e aquelas peças de calçado eram consideradas menos valiosas que as manufacturadas com *bezerrum:* donde parece inferir-se que na idade média se chamava couro *zebrum* ao couro de boi.

Chamou a atenção para alguns outros vocábulos freqüentes nos inventários e enxovais do século XV e XVI, como *taupla*, *forcarete*, etc., que estão por identificar com as peças que designavam.

O sr. *Esteves Pereira* disse que no Livro da Montaria feito por el-rei D. João I, com o conselho dos melhores monteiros, são mencionados como animais de caça grossa sómente o porco montês, o cervo e o urso, não se encontrando nele nomeado o animal que nos forais é designado pelo nome de zêbro; e que se êste animal fôsse comum em Portugal não deixaria de se fazer alguma referência a êle naquele livro.

O sr. *José Joaquim Nunes* agradeceu os esclarecimentos do sr. Presidente e do sr. Esteves Pereira.

Foi eleito, por unanimidade de votos, sócio correspondente estrangeiro (espanhol) o sr. Francisco Rodrigues Marin.

O *Secretário* apresentou uma comunicação do sr. Vieira Guimarães, intitulada «O Brasil e Santa Iria» (vai publicado adiante).

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Sessão de 27 de Julho de 1922

Presidente: o sr. José Maria Rodrigues.

Presentes: os sócios efectivos srs. Esteves Pereira, Pedro de Azevedo, Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes srs. António Ferrão, Ferreira Lima e José Joaquim Nunes.

Assistiram à sessão os sócios da 1.ª classe os srs. Silva Amado e Betencourt Ferreira.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *Esteves Pereira,* disse: — A sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, sócio correspondente desta Academia, encarregou-me de entregar o presente exemplar do seguinte escrito: *Autos Portugueses de Gil Vicente e da Escola Vicentina,* que é a introdução à edição em fác-simile de dazanove autos impressos no século XVI existentes na Biblioteca Nacional de Madrid, e recentemente publicados pelo Centro de Estudios Historicos.

O alto conceito, em que merecidamente é tida a nossa erudita consócia, dispensa-me de acrescentar outras palavras, senão que à 2.ª classe da Academia foi muito grato registar o aparecimento dêste notável estudo, e que por êle felicita a autora.

A mesma senhora me encarregou de comunicar à 2.ª classe que ela de bom grado daria, para serem incluídos nos *Monumentos da Literatura Dramática Portuguesa*, o *Auto de D. Luis* e o *Auto de D. André*, quási

conhecidos só de nome; eu julgo que a 2.ª classe deverá apressar-se a aceitar e agradecer a valiosa oferta da ilustre escritora.

O sr. *Presidente,* em nome da Academia, agradeceu a oferta da Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

O sr. *Esteves Pereira*, a propósito da comunicação feita pelo sr. José Joaquim Nunes na sessão anterior àcerca da palavra *zêvro*, disse: Em diversos documentos portugueses, anteriores ao século XV, sobretudo nos forais escritos em latim, encontra-se a menção de um animal do país, denominado *zebrum*, *zêbro*, *zêbra* (zêvro, zêvra).

Viterbo, no seu *Elucidário* (tom. II, pág. 279), transcreve do *Livro dos forais velhos* o seguinte passo: «Dent de foro de vaca 1 denarium, et de zêbro 1 denarium, de coriis boum, vel zebrarum, vel cervorum dent medium morabitinum».

Êste animal não era bravio dos montes de Portugal, porque no *Livro da Montaria*, concluido antes de 1431, não são mencionados como caça grossa se não o porco montês, o urso e o veado; e da citação precedente parece resultar que pelo nome de *zêbro* se designava um animal, cuja carne era utilizada para a alimentação da gente, e cujo couro era empregado na manufactura de calçado e arreios das bestas.

O animal designado pelo nome de zêbro foi identificado por Viterbo com o boi ou vaca; por J. Pedro Ribeiro com a *zêbra* e pelo sr. José Joaquim Nunes com o veado. A mesma citação acima transcrita invalida, pela enumeração dos animais nela feita, a identificação com o boi e com o cervo.

A zêbra *(equus zêbra)* é um eqùídeo, cuja habitação são as planícies e matos do sul da África. Encontra-se na Abissínia, em Moçambique e no vale do Zambeze. Por isso o animal nomeado nos forais não é certamente a zêbra *(equus zêbra)*.

Na Edade Média a carne da cabra e do bode (capado, chibato) era a mais usualmente empregada na alimentação dos povos do sul da Europa, como dão fé as denominações *boucher de bouc* e *beccajo de becco;* e ainda hoje na parte sul de Portugal, sobretudo no baixo Alentejo, a carne de capado é a mais comum.

Do latim *cĭbus* derivam-se em italiano *cibo* e *zêba* (cabra); em castelhano *chibo* (cabrito); e em português *cibo* (pequeno pedaço de carne ou de pão) e *chibo* (cabrito).

Em vista do que fica exposto, conjecturo que o nome *zêbro*, que se lê nos antigos documentos portugueses, equivale ao italiano *zêba*, e que o animal designado pela mesma palavra era a cabra e o bode (capado, chibato).

O sr. *José Joaquim Nunes* disse: Aprecio a comunicação do sr. Esteves Pereira, a qual, contudo, não invalida a minha opinião de que o antigo *zêvro* corresponde ao actual veado.

Quanto a êste nome *veado* (e não *zêvro)* só aparecer na *Montaria* de D. João I, poderá explicar-se o facto, admitindo que já então a antiga designação geral de veado se achava especificada, pois a citação mais antiga, que até hoje conheço, da palavra *zêvro*, acha-se na tradução do fôro de Lisboa, publicado nos *Anais do Município* desta cidade, referentes ao ano de 1856.

A explicação do *zêvro* como evolução do latim *cibus*, que àliás não designava um animal, oferece grandes dificuldades fonéticas pela falta do *r*, e pela correspondência que se pretende ver entre o *chi* português e o *ci* latino, embora alguns nomes haja, como *chicharo* e outros, em que parece existir.

O sr. *António Ferrão* ofereceu o seu livro *Sôbre a Teoria da História.*

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Sessão de 9 de Novembro de 1922

Presidente: o sr. José Maria Rodrigues.

Presentes: os sócios efectivos srs. António Baião, Augusto de Castro, Esteves Pereira, Lopes de Mendonça, Visconde de Carnaxide, Cristóvam Aires (secretário); os sócios correspondentes srs. António Ferrão, Afonso de Dornelas, Bento Carqueja, Cunha e Costa, Ferreira Lima, Joaquim Leitão, Martinho da Fonseca, Moreira de Almeida e Vieira da Silva.

Sócios da 1.ª classe: os srs. Filipe de Figueiredo, Marrecas Ferreira e Silva Amado.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O sr. *José Maria Rodrigues* depois de declarar aberta a sessão, disse que ao chegar à Academia soube, com grande mágua sua, que o sr. Júlio Dantas se achava impossibilitado por doença de vir presidir à sessão. Com grande mágua, não só pelo motivo que privava a classe de ouvir a palavra eloqüente do ilustre académico, mas também porque se via assim obrigado a sentar-se naquele lugar, para o substituir. Diz em seguida que a sessão era destinada à comemoração do Dr. António Cândido, há pouco arrebatado pela morte. Os ilustres académicos que estão inscritos para falar vão ocupar-se da personalidade do glorioso extinto sob os seus variados aspectos. Êle referir-se há apenas a um dêles. Foi bastantes anos colega de António Cândido no Con-

selho Superior de Instrução Pública e o que sôbre tudo nele o impressionou foi a sua grande bondade, o desejo que sempre mostrava de atenuar os rigores da justiça, até onde fôsse possível, sem quebra das boas normas. Daí proveio a sua grande consideração, a profunda estima que por êle professava.

Em seguida usaram da palavra sucessivamente os srs.: Visconde de Carnaxide, Henrique Lopes de Mendonça, Augusto de Castro, Moreira de Almeida, Cunha e Costa, Bento Carqueja, António Ferrão, e Joaquim Leitão.

Os discursos vão adiante publicados, tendo o sr. José Maria Rodrigues dito ainda:

A classe ouviu com religiosa atenção os ilustres académicos que se ocuparam de António Cândido, considerando-o sob os seus variados aspectos, e agradece-lhes a hora de intensa comoção que acaba de viver. Apesar da falta de aparato, talvez por isso mesmo, foi uma sessão digna daquele a quem foi consagrada.

Se aos espíritos que já não pertencem a êste mundo é dado conhecerem o que nêle se passa, a alma gentil de António Cândido deve ter experimentado uma grata emoção.

O *Secretário* leu uma carta do sr. Júlio Dantas em que S. Ex.ª comunica estar doente, de cama, razão por que não pôde comparecer na sessão, o que muito o penalizou.

Na sua carta o sr. Júlio Dantas propôs que se consignasse na acta um voto de sentimento pelo falecimento dos irmãos dos srs. Condes de Sabugosa e Carlos Bonin (Ministro de França em Portugal) e que após os discursos se encerrasse a sessão em sinal de pesar.

Foi aprovada a proposta e cumprida a segunda parte após a leitura de outra carta do sr. Júlio de Vilhena.

Nesta, além de justificar a sua falta por motivo de

saúde, o sr. Júlio de Vilhena declara associar-se à homenagem que se prestasse à memória de António Cândido, e propõe que se mandasse fazer um busto do eminente orador, por subscrição entre todos os sócios, o qual será colocado na sala da Biblioteca.

Além da cota de contribuïção, o sr. Júlio de Vilhena declara na carta que contribuirá também «com o donativo do produto da parte que, pelos regulamentos da Academia lhe pertence na publicação dos dois livros, prestes a sair do prelo: *Suplemento* ao livro *D. Pedro V e o seu Reinado*, e *Cartas da Rainha D. Estefânia*, reservando apenas para ofertas particulares 50 exemplares de cada obra».

E termina a carta assim: «E se em mais alguma coisa eu puder colaborar com os nossos consócios na glorificação do eminente orador, comigo conte a Academia, que êle tanto engrandeceu».

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

DISCURSOS

O *Visconde de Carnaxide,* disse:

Ao primeiro tributo de saüdade e veneração que à memória de António Cândido presta, na sessão imediata ao seu passamento, a classe a que êle pertencera nesta Academia e tão extraordinàriamente honrára, me associo bem devotamente, com o quinhão de que disponho, desprovido doutro valor que não seja o do afecto e da justiça.

Exalçando-lhe as virtudes e admirando-lhe os discursos, pois que nêle se igualavam, e no mais alto expoente, o carácter e a eloqüência, exemplificando singularmente aquele «vir bonus dicendi peritus», que no dizer de Catão o Antigo, e por Quintiliano adoptado, deve ser o orador, foi de certo, tudo dito, e em grande parte já repetido, em

suas várias notações, na celebração recentíssima, realizada quando já tão perto o esperava a morte no caminho da vida, duma espécie de jubileu literário, como em Agôsto de 1818 Ruy Barbosa havia tido no Brasil, em que se convertera o assentimento entusiasta das muitas individualidades, que acudiram a uma feliz solicitação do ilustre director do *Diário de Notícias* e nosso excelso confrade Augusto de Castro.

E começando pelas numerosas cartas de apoteose na adesão a tão nobre e edificante propósito, nesse jornal publicadas, prosseguira com a sessão solene desta Academia glorificando na sua presença o seu prestigioso sócio emérito, que a sua consagração já com débil voz agradecera na tribuna, onde o destino o fizera subir pela última vez; e terminara pela compilação, que está a imprimir-se, de adequadas composições de crítica elogiosa de diversos Académicos, como um album de homenagem, que só já o seu espírito desencarnado há-de ler.

Representando uma delas o meu concurso modesto e ligeiro, e nela consignando que, de tudo quanto por cada um fôsse escrito ou documentado, a conclusão seria por certo, a que eu antecipadamente havia formulado, quando na primeira página dum meu livro por esta indicação substituíra o nome da pessoa, qual era oferecido, *grande orador sempre filósofo e grande filósofo sempre literato*; agora, para alguma coisa nova poder referir na comemoração de personagem tão estudado e conhecido, só algumas ocorrências ou pormenores inéditos do meu particular conhecimento poderei trazer para o quadro da grandiosa figura a contornar.

Além de que, como eu já notára no elogio histórico, que aqui tive de proferir, de Veiga Beirão, vem do próprio Plutarco, a propósito da vida de Alexandre, a advertência de que para fazer conhecer o carácter ou as virtudes e os vícios dos seus varões ilustres aproveitara

menos os seus grandes e preparados feitos, que os seus gestos ou lances, anedotas ou palavras.

Conheci António Cândido já padre, não lhe tendo o sacerdócio sido profissão, no dia da abertura da Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1871-1872, que fôra o último da minha formatura e o primeiro da dêle, por ter como patrono de proteger o *novato*, a pedido dum seu e meu amigo, cobrindo-o conforme a praxe contra a troça com a minha pasta vermelha de quintanista na temida passagem da celebrada porta férrea.

Começadas as nossas relações, que em poucos dias se tornaram afectuosas; mantidas nalgumas visitas que êle fizera à minha terra, que o Marão separava da sua aldeia de Candemil, tendo duma vez sido por dias ali meu hóspede com Mariano de Carvalho e Emídio Navarro, que lá foram numa excursão política; vieram a estreitar-se, quando ambos nos estabelecemos em Lisboa, e a se fortalecer em cada dia com os sentimentos comuns de correlegionários, combatentes lado a lado no parlamento nas fileiras do partido progressista, em algumas legislaturas sucessivas.

Assisti a seus triunfos oratórios tanto nas Côrtes como fora delas, e para os quais evitava as improvisações, afim de nunca a si mesmo se desigualar.

Quanto, porém, a louvores, se recebia, sim, como carícias voluptuosas os que espontâneamente lhe eram tributados, nunca na conversa preparava em ocasião alguma aliciá los de modo a sugerir a lisonja e admiração, que lhe prestassem.

Só uma vez falando de si palestrando comigo transgrediu a sua disciplinada modéstia referindo sorridente, com a consciência do contraste, que o estranho caso oferecia, que tinha ficado reprovado no exame de Retórica!

Fôra como o condor, a ave que se eleva a maiores

alturas, que mofasse de igual reprovação, que tivesse na arte de voëjar.

Mas, artista da palavra, pôsto que servindo-lhe como roupagem deslumbrante a vestir conceitos os mais profundos e sentimentos os mais nobres, desinteressava-se sempre, ávido aliás de tudo mais saber, dos fenómenos espiristas da mediunidade, afastando-se obstinadamente do assunto, quando para ele era chamado, parecendo ter receio de que a religiosidade, que brotava das suas afirmações e dos seus arroubamentos, perdesse a fluidez da sua noção ou a beleza do seu ministério.

Cheguei-lhe mesmo a pedir que lêsse sequer um único e pequeno livro de Gabriel Delane, o que eu lhe fornecia, em forma didáctica acêrca do estado verdadeiramente scientífico de tais revelações escrupulosamente verificadas, para me comunicar as suas impressões, que muito desejava conhecer; mas não o demovi do seu propósito.

Se a arte existe para estimular a emoção e a iludir, como diz H. Dussause; se tem para seu domínio o ideal e o sonho, inscrevendo para sua divisa *ôse te tromper et rêver,* conforme escreve Schiller; se o próprio êrro tem a sua poesia, e o belo, desde que nos revelasse o seu nome e os seus segrêdos, se afastaria talvez para sempre, como Lohengrin arrebatado pelos cisnes, segundo se exprime M. Guyau; António Cândido opondo-me resolutamente, que não queria reconstituir com coisas, de que nunca tinha cogitado, tôda a sua educação mística e religiosa, subalternava aqui o filósofo ao artista, preservando o seu espírito dum abalo que temia.

Noutra ocasião tendo-lhe referido — declarando que me parecera aberração única — a resposta de Th. Gautier a seu amigo Ern. Feydeau, o que eu acabara de ler no livro dêste com o título do nome daquele, à pergunta se acreditava numa segunda vida, para com essa crença o consolar já quando estava quási na agonia, resposta

que sendo afirmativa, como convicção que dissera sempre haver tido, fôra assim acrescentada, mas *malheureusement, dans ma pensée, la seconde vie est pire que celle-ci*, António Cândido, como que assombrado, e reagindo apenas aqui como filósofo, aceitando do adversário a sua primeira confissão, impetuosamente lhe opôs «não, se existe tem por fôrça de ser melhor».

António Cândido, perdido o seu logar na administração do Crédito Predial e aposentado pelo Govêrno, já da República, no de antigo Procurador Geral da Corôa, cessando de exercer a sua actividade nos dois únicos cargos ou misteres, que quotidianamente desempenhava; abatido, com sensível diminuïção de recursos económicos, sem disposição de ânimo para substituir por outros labores os que até ali lhe tomavam todo o tempo; fôra por mim concitado por vezes a vencer a sua inércia com produções scientificas ou literárias, que lhe serviriam de higiene para o espírito, de acrescentamento à sua glória, e ainda de compensação para a perda monetária, que sofrera.

Insistindo, eu tão contumaz no meu empenho como êle na sua recusa, por último — não tendo êle nunca vestido a toga, e havendo-me eu há anos retirado do fôro, que muito freqüentara — disse-me, sem que eu tal coisa pudesse esperar, «só se ambos juntos abrissemos um consultório jurídico, sem ir pleitear aos tribunais».

Acedi imediàtamente, muito contrariado aliás, o propósito, que me estava agradando manter, seduzido pela honrosa companhia; chegando a assentar ambos em que anunciaríamos a nossa emprêsa, aditando simplesmente ao nome dêle a declaração de antigo Procurador Geral da Corôa e Fazenda, e ao meu a de antigo Secretário do Tribunal do Comércio de Lisboa.

Quando voltei a sua casa, talvez até logo no dia seguinte, tudo estava desfeito.

Um jornal républicano insinuára, que para acudir às

crescentes insuficiências do Tesouro, se viria oferecer naturalmente como uma das cessações de despesas a extinção dos vencimentos das classes inactivas para aqueles que doutra proveniência auferissem os meios de viver.

A intimidação, que a ameaça nêle produziu, conheci logo que seria invencível.

Tratando-se de António Cândido, como a sua feição dominante era a de orador, e como tal a que da grande maioria dos seus admiradores era conhecida pela divulgação de suas orações fúnebres, académicas, parlamentares, etc., que um critério comum podia apreciar, no muito que se lêra e ouvira em seu justo louvor, tanto em sua vida como depois da sua recente morte, embora lhe fôsse asssociada para as referências elogiosas também a qualidade de igualmente notável jurisconsulto, dos seus trabalhos jurídicos o desconhecimento se revelara geral, quando aliás, até como académico êle pertencia à secção de Sciências Morais e Jurisprudência.

Lente de Direito em Coimbra, onde se tornaram de grande notoriedade as suas prelecções na cadeira de Direito Penal, não podia deixar, para o seu doutoramento e depois para o concurso daquele magistério, de apresentar e trazer à publicidade produções sôbre temas da sciência que professava, vindo assim a enriquecer a nossa literatura jurídica com os *Princípios e Questões de Filosofia Política* e com as do regime do sufrágio.

Se nunca advogara, tendo vindo a competir-lhe pelo seu alto cargo de chefe da magistratura do Ministério Público, representá-lo perante o Supremo Tribunal de Justiça, veio também a assinalar-se no fôro com o brilho, que a tudo imprimiam os seus talentos, nas causas em que, quer orando, quer escrevendo, tivera ali necessàriamente de intervir.

Pertencera também, e desde Janeiro de 1911 até ao

seu falecimento, à imprensa jurídica do país, como um dos redactores da *Revista de Jurisprudência, O Direito,* onde o seu director ao tempo José Luciano de Castro, a quem nessa função sucedi após a sua morte em 1914, dera jubilosamente aos seus leitores a boa nova da conquista de tão grande valor para o ensinamento a prestar-lhes.

Mas, o que deve constituir um repositório opulento de exegese e interpretação dos diplomas legislativos atinentes a delicadas questões a resolver pelos Govêrnos, são os pareceres que tenha dado às consultas de cada Ministério para si seleccionadas na Procuradoria Geral.

A compilação, que dos mais interessantes se fizesse para serem publicados, como têm sido outros, e nomeadamente dos que fôram redigidos por Martens Ferrão, representaria um bom serviço prestado não só à jurisprudência, quanto à verdade da doutrina, como ainda à administração, quanto às cautelas do conselho.

Como êle, estando de posse dos princípios dum instituto jurídico, os fazia incidir com precisão nas suas aplicações concretas, temos, entre outros exemplos nesta Academia, o seu parecer sôbre o meu livro *Sociedades Anónimas,* parecer sob o qual eu entrara nesta casa como sócio correspondente, não sonhando semelhante cousa, quando o seu autor entrara debaixo da minha pasta de quintanista no pátio da Universidade de Coimbra.

Com tal invocação da mocidade nestas saùdosas notas ponho ponto.

Henrique Lopes de Mendonça, disse:

«Breve foi o intervalo entre os clarões de apoteose e as tristezas do necrológio. As palavras que há poucos meses se proferiram nesta Academia molham-se hoje de lágrimas, em vez de florirem em sorrisos. Então, nesses sorrisos ia envolta a esperança de uma revivescência,

embora efémera, dessa fulgurante fôrça verbal que deslumbrara a nossa mocidade e deixou um rasto imorredouro nos fastos da oratória portuguesa. Agora, não há disfarçá-lo; essa esperança foi em grande parte iludida. O velho que nós vimos na tribuna académica não era já o mesmo António Cândido, cujo verbo inflamado repercutiu uma voz sonora e vibrante, cujo gesto poderoso ritmava harmònicamente as ondulações do elevado pensamento. A beleza de palavra era por certo a mesma, mas a voz era apagada, o gesto frouxo, o olhar amortecido, e só o íntimo sentimento lograva por instantes avivar essa alma enternecida e acabrunhada ao pêso dos louros e das rosas que lhe arremessavam. Desenganemo-nos, senhores. O passado não volta. A vida humana é um monte de áspera subida e de rápido declívio. Quando chegamos à fatal descida, baldados são os esforços para retrogradar, um instante que seja, a caminho da cumiada. Para o túmulo resvalavam os passos de António Cândido. E aquela esplêndida apoteose só lhe deu a consolação de assistir a uma hora da própria imortalidade.

Celebrámos o seu génio, entoámos louvores à sua mágica eloqüência. Todo o país vibrou em unísono conosco, exaltando essas faculdades prestigiosas. Mas no íntimo, por muito que as admirassemos, o que mais nos comovia os corações, era a sua bondade. Êle bebera desde o berço, no dizer magnífico de Shakespeare, o doce leite de ternura humana. Eram as gôtas dêsse leite, ungindo-lhe os lábios, que deram a suprema radiação ao seu verbo. Porque ninguem soube porventura como António Cândido confundir êsses dois polos de alma humana: a beleza e a bondade. E todo êste povo sentiu que só em tal conjunção poderia encontrar o ambiente propício do futuro.

A crise temerosa que o mundo atravessa, crise de uma

civilização a pique de desabar, só a resolverão o génio e a sciência, se forem amparados pela bondade. O amor salvará a humanidade, como há vinte séculos anunciou a voz de um deus moribundo no Gólgota.

Isso pressentiu o povo, e em António Cândido viu sobretudo o protótipo da bondade. É preciso com efeito um grande amor de justiça e uma caridade extrema para se atravessar, em situações de relêvo, um período revolto de história, sem concitar ódios nem despertar malquerenças.

Êsse o facto que, acima de tudo, iluminou a biografia de António Cândido. Poderoso como era, o seu génio não chegaria ao coração das turbas, se não o impulsionasse o amor. E daí deriva a maior amargura da nossa saüdade; se bem que destituídas dos encantos da voz, do olhar, da gesticulação, suas palavras ficaram.

Elas atestam às gerações a sua glória, entretecida na glória de Portugal. São uma parte nobre do seu espírito que êle nos legou. Mas a pura essência da sua alma, a bondade, essa é que se evolou para sempre.

Para sempre, não. Permanece a sua memória, como um grande exemplo e uma admirável lição. Que aproveitem os vindouros. Génio e eloqüência são dons naturais que nem a mais tenás vontade pode suprir. Mas à disciplina da bondade pode amoldar-se o espírito humano. ¡Que o exemplo do nosso chorado consócio estimule as almas, como a luz do seu génio encantou os espíritos! ¡Será essa a mais fecunda, a mais benéfica das suas heranças!

O dr. *Augusto de Castro:*

Começou por dizer que não contava falar naquela sessão, à qual viera apenas assistir como académico e amigo e admirador de António Cândido. A amabilidade da mesa, dando-lhe de surpresa e espontâneamente a palavra, não podia, porém, corresponder negando-se a

associar-se às homenagens prestadas, após a morte, àquele cuja glória, naquela mesma casa, êle tivera a honra de modestamente saüdar, numa das mais belas celebrações ali realizadas.

Nêsse momento, há seis meses, a voz de António Cândido estava de há muito silenciosa; mas estava viva. Só o irremediável da morte nos faz sentir o desaparecimento de certas figuras, mesmo daquelas que, voluntàriamente, se exilaram ou apagaram em vida, como sucedera ao grande orador no último quartel da sua admirável existência. Só agora, por isso, sentimos a falta dessa alta expressão de beleza e de sumptuosidade que a eloqüência de António Cândido representava.

Evoca, em seguida, a comemoração de Março último, recordando que foi esta Academia que teve a honra de recolher o testamento, não apenas literário, mas nacional, do ilustre morto. As suas últimas palavras foram pronunciadas naquela casa e foram ainda palavras de fé, de patriotismo, de ideal. Recordava-as com emoção, como o último ensinamento, dado já quási à beira do túmulo, por êsse grande espírito.

E o orador conclui por evocar o quadro simples e comovente dêsse humilde funeral, realizado num pálido e triste dia de Outubro, numa das faldas do Marão, conduzindo da casa modesta onde há setenta e três anos nascera, o corpo frio de António Cândido. Acompanharam-no à última morada figuras rudes do povo, meia dúzia de amigos, meia dúzia de homens de letras apenas. Encerrara-se, como começara, na simplicidade e na modéstia, o destino dêsse homem, cuja trajectória de glória conhecera tôdas as magnificências do triunfo e todos os esplendores da Beleza. A terra sagrada do Marão ser-lhe-há leve e amiga, como florída e dôce é a nossa votiva saüdade pela sua memória.

O sr. *José Moreira d'Almeida*, disse:

— Senhor Presidente; Ilustres confrades: — Se eu tencionasse falar nesta sessão acataria o rito académico e leria aqui as palavras de homenagem que viesse tributar à memória de António Cândido. Mas foi sempre meu desejo assistir num piedoso recolhimento a esta luctuosa consagração; e nêle persistiria se, a despeito da respeitosa recusa que opuz às afectuosas instâncias do ilustre Secretário Geral, me não fôsse dada a palavra sem que a houvesse pedido, o que importa da parte de V. Ex.ª Sr. Presidente, a indicação dum dever que me impõe e ao qual nestas circunstâncias me submeto; porque além de ter sido dos que de perto estiveram no inolvidável convívio espiritual de António Cândido e dos que mais se orgulharam com o lugar que lhes deu no seu coração, não posso esquecer também aqui que lhe devo a minha entrada nesta douta Academia.

Deu-me êle essa honra insigne nessa satisfação incomparável, quando ainda eu estava na minha já agora distante mocidade.

Entrei aqui por sua iniciativa, sob o seu alto patrocínio; e de tantos testemunhos da sua benevolência e da sua estima, que durante longos anos recebi, nenhum podia como êsse gravar-se tanto na minha grata lembrança.

António Cândido ascendera aos seus mais rutilantes triunfos como tribuno e como estadista e na Academia era astro de primeira grandeza, numa pleiade de homens dos mais ilustres do seu tempo e que formavam a galeria insigne desta sala, de tão históricas e tão nobres tradições.

A todos recorda a minha saüdade e dentre êles evoco António Enes e Sousa Monteiro. ¿Para que ir buscar mais nomes como êstes às sombras dos túmulos?

Muitos anos decorreram, e a última vez em que António Cândido, após longuíssima ausência, aqui reentrou, nêste

velho convento de Jesus, onde tudo fala de eras distantes e que se afiguram cada vez mais incompreendidas, foi — ¿quem o não recorda? – na noite triunfal de 30 de Março último, para a celebração magnífica do seu jubileu. Curiosa coïncidência: nessa manhã de primavera, resplendente o sol sôbre o Tejo a cortar a neblina da madrugada, levantavam vôo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, demandando o caminho aéreo para terras de Santa Cruz. Iam realizar um grande sonho de glória.

¡Pois nessa noite, quando brilhavam no ceu as estrêlas que guiavam nas alturas os audazes navegadores do ar que, com os olhos postos no signo de Cristo, iam realizar um feito de universal fama, a Academia de Sciências recebia e aclamava aqui a *Águia do Marão*, que tão alterosos vôos soltára outrora e vinha despedir-se de nós na tribuna a que pela vez derradeira subia, aureolado também já pela luz deslumbrante da Imortalidade!

¡Já então se elevou para os Aviadores o seu pensamento: e as últimas palavras, que pouco depois escreveu para se publicarem, celebravam, num cântico de entusiasmo, o êxito explendido da travessia!

¡Estou a vê-lo, nessa festiva noite de Março, envolto nas suas vestes doutorais — aquelas que por expressa disposição teriam de ser e foram agora a sua mortalha — emergindo a sua bela cabeça, que os anos já nevavam, do seu capelo vermelho que deixava ver sôbre o peito em que pulsava, já cançado, o seu diamantino coração, a grã-cruz de São Tiago, com que outrora só os eleitos do saber e do talento se galardoavam. Resoavam em volta dêle as aclamações de tudo o que podia representar mais altamente a mentalidade portuguesa. António Cândido subia em vida à apoteose!

¡Falou então, depois de terem celebrado o seu valor as vozes eloqüentes do douto Presidente desta Academia o Professor Almeida Lima e dos Académicos ilustres

que são Henrique Lopes de Mendonça, Júlio Dantas, Eduardo Burnay, e Augusto de Castro. As nossas almas iluminaram-se com a scentelha divina, escutando a dôce harmonia da sua voz no cântico supremo da despedida, hino fervoroso de fé nos destinos da Pátria!

Ao descer da tribuna iniciava a marcha para a morte: déra-lhe a Primavera a glorificação, aguardava-o no Outono a sepultura. Dentro do mesmo ano, a ascensão ao triunfo e a descida à terra sagrada do cemitério da sua aldeia.

Neste final duma existência torturada por um íntimo e jámais revelado martírio, Deus concedeu-lhe simultâneamente a glória que mais merecera e a paz eterna que bem conquistara. ¡Choramo-lo os que o amámos: mas êle, se pudesse escolher a hora da paz tumular, tê-la hia ambicionado assim!

Pelo muito que valeu, também pelo muito que sofreu, com estóica resignação, sentindo-se amortalhado em vida na solidão do sacerdócio, êle que tinha toda a exuberância do sentimento com que dignificaria um lar, nunca manchou o seu nome com uma apostasia, e ainda quando se afastara do púlpito, sem abandonar a Igreja, em cujo grémio santamente morreu, não se esquecia do que era e do que devia a Deus e a si próprio.

Talvez por isso mesmo foi sempre mais um orador de sentimento do que um orador de combate: a Arte seduzia-o sempre mais do que as agrestes refregas. Assim os seus discursos lhe sobrevivem e com êles pode erguer-se-lhe um monumento, que as gerações futuras admirarão com respeito. O orador exclusivamente político vive e triunfa na hora acêsa do combate, mas quando é lido muito mais tarde, já extintas as paixões que o envolveram, jà distante *o meio* onde se destacou, não póde impressionar-nos, porque se nos não transmitem as vibrações que o impulsionaram. Exumâmo-lo — e não revive!

¡O tribuno, como foi António Cândido, alando-se em vôos magníficos nas mais altas regiões do pensamento, visando o Ideal, não se apaga, não se diminue, não acaba: eterniza-se na admiração íntima dos que o lêem e seguem os contôrnos perfeitíssimos da sua estatura colossal, embora não tenham tido o sumo encanto espiritual de o escutar!

Aqueles que como eu se entregam à agitada luta do jornalismo, são os que mais podem ser atingidos pela magia dum talento oratório como o de António Cândido; é que o orador e o jornalista teem as afinidades da aspiração comum de impressionar e comover os que os escutam ou os que os lêem: um e outro, o orador que do alto da tribuna arrasta as multidões sob o sugestivo influxo do seu verbo, o jornalista que procura com a fôrça convincente da sua pena dominar e guiar a opinião do seu país, teem entre si muito maior contacto do que pode ter com um grande artista da palavra aquele que num observatório ocupa a vida a prescrutar com os telescópios os segredos dos mundos que brilham no espaço, ou os que num laboratório estudam os infinitamente pequenos, ou os que nos arcanos duma biblioteca arrancam das sombras do passado os velhos documentos que à luz de hoje o reconstituem e retratam.

Mas António Cândido não foi só um orador com a beleza suprema da forma; êle foi também um pensador, e os estudos filosóficos e sociais interessaram-no profundamente.

E a propósito vem contestar aqui a errada suposição de que êle não tivesse sido, embora espiritualista como sempre se revelou, um defensor da obra admirável da Igreja Católica e das suas Verdades.

Foi-o sempre: e tanto erram os que assim o não viam, como os que o supunham alheado das concepções concretas dos grandes problemas políticos do seu tempo.

Tenho aqui as *teses* que brilhantemente defendeu na Universidade do Coimbra ao doutorar-se em Direito, actos grandes que ali ficaram memoráveis. Delas destacarei estas que vou lêr à Academia e comprovam o que lhe afirmei:

«A centralização, que a Igreja católica elevou ao maior auge no Concílio do Vaticano, é a conseqüência lógica da evolução histórica do Catolicismo.

«A Sociedade de Jesus é a última e a mais assombrosa forma do misticismo cristão.»

*

«Reputando grande perigo para o Ocidente as modernas tendências pangermanistas e panslavistas, entendemos que deve opôr-se-lhe desde já:

«1.º a mais apertada aliança dos povos neo-latinos.

«2.º a reforma do seu estado militar, no sentido de serviço obrigatório e de mais rápida mobilização dos seus exércitos».

As duas primeiras *teses*, a cuja doutrina invariàvelmente se mostrou fiel, demonstram o que eu disse sôbre a sua conformidade com a organização do catolicismo. A terceira, se a confrontarmos com o que se deu na Europa em 1914 na declaração da Grande Guerra e depois dela ocorreu, tem um alto valor profético e mostra, à longuissima distância de dezenas de anos que separa êsse anunciado dos factos que tão retumbantemente o confirmam, a sua bela visão da política mundial do seu tempo.

Quem assim pensou e assim acertou era realmente um homem de Estado e não só um artista da tribuna, o que, aliás, bastaria — porque nella foi gigante — para perpetuar-lhe o nome.

... Mas eu não devo fatigar mais os que tão benevolamente escutam êste meu simples preito de homenagem, que não aspira a ser um elogio académico de António Cândido, como os que hoje lhe foram eloquentemente feitos e ainda vamos ouvir, e todos êles ainda o prólogo daquela soleníssima consagração que um dia, e com toda a pompa da nossa liturgia, a Academia ha de prestar-lhe, como é dos seus Estatutos.

Antes, porém, de concluir, lerei uma carta do ilustre académico e dedicadíssimo amigo de António Cândido, o glorioso escritor Antero de Figueiredo, que profundamente me emocionou e que, encerrando o que por mim fica sendo guardado como relicário preciosíssimo e devo a tão requintada delicadeza do seu privilegiado espírito, descreve nos termos mais comovedores o enterro daquele que nos foi tão querido. Cometo, eu o sei, inconfidência, lendo-a aqui. ¡ Mas espero que o nosso ilustre confrade, que considero uma das maiores figuras das letras portuguesas em o nosso tempo, há de perdoar-ma, pela intenção que tenho de trazê-la assim aqui, a esta comunhão espiritual em que misticamente nos aproximamos neste momento da sua alma, que personalizou as mais altas virtudes morais da raça!

Eis essa admiravel carta que religiosamente leio e toda ela rescende efluvio de ternura e de saüdade:

«Cadouços, Foz do Douro, 27 de Outubro de 1922. — Meu bom amigo, lá foi hontem a Candemil acompanhar, da modesta casa ao modestíssimo adro da pequena igreja serrana, o cadaver do nosso querido, muito querido, António Cândido — o talento mais gentil que tem dado a terra portuguesa.

«Na câmara ardente chorei e rezei, ante os despojos daquela formosura morta!

«Entre velas, a urna estava coberta de flores. Medi-

tando sôbre tanta coisa dolorosa, que me amarfanhava a alma, pensei nos muitos amigos de António Cândido, que longe, deveriam ter passado o dia de hontem na reza de recordar.. Então, lembrei-me do meu caro Moreira de Almeida, que tanto o amou como o admirou, e tirei de cima da urna um botão de rosa-chá para si. Aqui vai esta beleza morta, símbolo daquela outra Beleza por quem hoje choramos. É uma magoada recordação que nos liga a êle.

¡Querido António Cândido! ¡Se o meu amigo visse como todos nós chorámos aquela alma gentilíssima, fidalguissima como outra não há! Também as coisas da sua aldeia o choraram: hontem ao crepúsculo todos aqueles altos montes em redor, violáceos, compungidos, silenciosos, pareciam derramar sôbre o seu caixão vagas de pesar; e, ao mesmo tempo, expressões de agradecimento, áquele filho do Marão que o honrou, vivendo na Beleza e na Bondade que a serra ensina aos homens, mas a quem só os espíritos afeiçoados de Arte e de Bem, como o do nosso adorado amigo, ouvem e seguem...

«Abracemo-nos comovidos, Moreira de Almeida; e acredite sempre na gratidão e admiração deste seu — *Antero de Figueiredo.*»

Beijei e guardei, molhada nas minhas lágrimas, a rosa-chá que estivera debruçada sôbre as mãos frias de mármore do nosso grande Amigo e quis trazer hoje esta carta, só para lê-la particularmente aos nossos confrades, se pudesse na sessão guardar o silêncio que tanto se conciliava com a minha dôr. Mas desde que tive de usar da palavra deixo-a inscrita assim na acta da Classe, porque ela é também a mais formosa flôr que sobre o túmulo académico de António Cândido, que estamos erigindo, poderá simbolisar a Beleza que tanto amou e cantou, e da qual Antero de Figueiredo, nas páginas

esculturais da sua obra literária é hoje, e para mim, o sumo artífice.

!A estas horas adiantadas da tarde desce o sol sôbre o adro da remota Igreja de Candemil, no recôndito cemitério da aldeia onde êle dorme serenamente o sono derradeiro, e que será daqui em diante o logar santo para as romagens dos portugueses que ali irão, agora e nas gerações que nos sucederam, levar ajoelhada, numa prece sentida, a alma grata da Pátria! Mas, a sombra que neste crepúsculo envolve a sua sepultura, nunca a mergulharia nas trevas, mesmo que sôbre ela não scintilassem miríades de estrelas ou a não acariciasse o luar, que descendo das serranias do Marão, irá beijar-lhe ternamente a campa. É que sôbre essa sepultura há-de fulgir a luz deslumbrante da História.

¡E aqui, na Academia das Sciências, onde neste momento sentimos que está connosco o espírito de António Cândido, êle não desapareceu: ressurge, viverá sempre, entre a imarcessível saüdade dos que muito o amaram, na radiosa glorificação do Imortal!

O sr. *Cunha e Costa*, disse:

Senhor Presidente; Ilustres Consócios; Meus Senhores: — O Académico que se vos dirige, no cumprimento de um dever, que não tolera escusas — pois êste é dos casos em que o coração manda — exerce uma profissão que se propõe, essencialmente, convencer, por via da palavra falada ou escrita. O exercício da advocacia, a menos que de todo descuremos a beleza da forma como veículo do fundo, obriga, portanto, ao estudo dos logares selectos da eloqüência e das letras. São poucos os grandes oradores cujos discursos, lidos, fazem vibrar os nervos do leitor. A eloqüência concional, a forense, e até a sagrada, vivem, sobretudo, da acção oratória. No orador predestinado

para as vitórias retumbantes do Verbo tudo fala: o porte, o gesto, o olhar, a mascara, as comissuras dos lábios, as mãos, o timbre da voz, o riso, o pranto. Não há na história militar capitulação sem condições, nem na mais apertada regra monástica obediência que igualem a total renúncia de um auditório embalado pelo Verbo ou sacudido por êle, como se o Verbo fôra berço ou pé de vento. O autor, porém, de tais prodígios, se apenas possuir a scentelha, que deslumbra mas passa, terá a sorte do raio, do terramoto ou da faúlha. Fulminava como um raio; arrazava como um terramoto; incendiava como uma faúlha. ¡Porém, se êle não deixou a palavra, que lida, ainda hoje sugere o baque da carvalheira fulminada, o abalo sísmico, a labareda e a fumarada do incêndio, que ficou do orador, desaparecida que seja a geração que o ouviu? ¡Bem pouco ficará, senhores!

Dias Ferreira — é Antonio Cândido quem fala — disse com verdade que a vida do orador era intensíssima, mas fugaz e efémera. É certo. ¡Ainda não está pronunciada a última palavra, e já todo o discurso é morto! A memória humana conserva alguma cousa do que se produziu; mas o éco não é o som, o reflexo não é a luz, a imágem não é a realidade. A estatuária e a pintura para pouco servem, de pouco valem neste caso. A eloqüência oratória, que é a mais viva e pessoal de tôdas as artes, não é representável por símbolos e figuras, como um sentimento simples ou qualquer pensamento abstracto: a sua essência, inseparável da forma, é a dicção, a voz, o gesto, a figura, a alma feita verbo, o frémito, o ruído, o aplauso ou a cólera dos outros, o entusiasmo comunicativo, a indignação inflamada e inflamável — ¡tudo isto, meus senhores, que não pode ser traduzido pelo pincel mais poderoso, nem pela mais perfeita estátua, em bronze ou em marmore, de nobre atitude, cabeça erecta e braço estendido! Miguel Angelo, batendo com o escôpro na estátua de Moisés,

ordena-lhe que fale, e a estátua fala: diz tudo o que tem a dizer-nos a alta razão de um legislador, o génio dum político, a exaltação dum iluminado; mas as estátuas de Demóstenes, Mirabeau ou José Estêvão só Deus poderia vivificá-las, descendo a elas, habitando-as de novo...

É certo, em tése; mas a obra oratória de António Cândido resistirá ao tempo, porque foi também uma obra literária. António Cândido, lido, é ainda bastante grande para que o seu vulto se projecte desmarcadamente na história pátria. Os logares selectos da sua palavra falada, são logares selectos da literatura portuguesa. Bem sabemos que o éco não é o som, o reflexo não é a luz, a imagem não é a realidade; mas há tanto som no éco, tanta luz no reflexo, tanta realidade na imagem, que bastal ê-lo, diante do seu retrato, na tribuna para sentir o encantamento da sua palavra prodigiosa.

O seu estilo oratório, inconfundível, possuía uma sobriedade, uma plasticidade, uma propriedade, um ritmo, e, sobretudo, uma harmonia, que na leitura sobrevivem e o perpetuam. A sua definição da língua portuguesa; a sua síntese da Idade Média (a mais perfeita que conheço); as razões que justificam, através do tempo e do espaço, dos maiores contratempos e das maiores desventuras, o nosso incorregível sebastianismo; a exaltação da nossa epopeia trágico-marítima; o seu conceito da sociedade futura; tudo isso pouco perde na leitura e, daqui a cem anos, será lido com doce arrebatamento, pelo menos pelos Académicos que nesta casa guardarem com santa avareza as tradições da nossa língua.

Ninguém mais digno da imortalidade da sua palavra falada, porque poucos terão tido tanto amor à sua terra e à sua língua. Cada vocábulo era para êle um ser vivo, e vós sabeis, senhores académicos, com que ternura êle amou tôda a gente que do seu coração se abeirou. Assim êle quis aos vocábulos da nossa língua, e se não abusou

do seu emprêgo é porque só empregava os próprios. Vêde com que parcimónia usou do adjectivo e do advérbio e como de entre os substântivos se servia sempre do mais luminoso e do mais forte. Quando o lemos temos, por vezes, a impressão de ouvir o éco da nossa própria voz. ¡É a impressão que sempre fica de tôda a obra de génio! ¡Se êle é universal!

A falta que o orador nos faz provém, principalmente, da unção e da nobreza que a sua alma, verbalizando, emprestava à já preciosa peça literária que mentalmente (a sua preparação era tôda mental!) arquitectava. Lembram-se — ¡se lembram! — do seu acesso à tribuna, sempre precedido daquela angústia, que nunca abandona os que deveras valem. É a garganta num tôrno; a bôca sêca; o corpo como que tomado da gripe; a memória varrida pela amnésia; um suor gelado; as extremidades frias; nos dedos uma tremura importuna, e o desejo — oh! ardente desejo, de um cataclismo que tudo arrebate, auditório e orador. Mas logo êsse fluido impalpável e incoercível, que faz comunicar as almas afins, expresso no aplauso, ostensivo ou mudo, o sossegava. Então, erecta a fronte, aprumado o busto, levemente coloridas as faces, senhor de si, o orador descerrava os lábios, e logo, às primeiras palavras, dir-se-ia que o Espiríto Santo descera sôbre a sala.

Também vos lembrais — ¡se lembrais! — da sua formosíssima fealdade. É que êle possuía, como nenhum outro orador, o encanto, o *charme*, que da beleza moral provém, e que, nas mulheres e nos oradores, cuja afectividade é tôda femenina, explica a sedução. De resto, ouvi-o na lição que, ainda novato de Direito, deu perante o Imperador do Brasil. Ouvi-o bem:

«Todos nós sabemos o que vale uma mãe. Sabemo-lo por nós e sabemo-lo pela história. . . .

«Dois homens figuraram na scena do mundo de modos bem encontrados. Um tinha os lábios engatilhados num sorriso de desdem para tudo o que fôsse bom e augusto e divino; o outro tinha na alma um hino para tôda a desgraça. Voltaire e Lamartine!...

«Um e outro, sabe-o a França, sabem-no todos, nada mais foram do que o translado das qualidades de suas respectivas mães.

«Para a Sr.ª de Lamartine tem a história corôas de perpétuas. Para a outra .. Ainda há o apêlo da história para Deus».

A bôca e as mãos, sinais de raça e de eloqüência, eram lindas. A bôca, que tantas vezes paternalmente me beijou, parecia ungir, no seu recorte suavissimo, as palavras de afago e de indulgência, e atenuar a aspereza das palavras duras.

Poucos, com efeito, se recordam do seu discurso, que foi, como tantos outros, o de um vidente, em resposta ao crudelíssimo ataque de D. António Aires de Gouveia, na sessão de 1891. Recordá-lo é dever e é lição.

«O período que atravessamos é temerosamente sombrio; na nossa história, desde muito decadente, não há muitos assim.

«Temos a questão colonial, que ou ha-de transformar a nossa habitual indolência numa actividade que venha resgatar longos anos de incúria e indiferença, ou veremos sacrificados os sentimentos fidalgos que herdamos dos nossos avós, dividindo com estranhos uma soberania que não sabemos exercer. Temos uma questão económica a resolver, e ou se resolve depressa ou nos mata depressa, inevitàvelmente. Temos o problema da coesão moral da família portuguesa; o dever de reduzir as malquerenças

que nos separam, a necessidade de combater esta ruim desconfiança que lavra por tôda a parte — desconfiança perigosa, que amanhã pode transformar-se em guerra inevitável, em extermínio certo dos que nasceram nesta pequena porção de terra, onde poderíamos viver em paz, e em comum, debaixo dêste céu azul e claro de que não são dignos os que trazem no sangue a febre do ódio e no coração a sêde da vingança!

«Era para isto que eu queria o formosíssimo engenho do sr. bispo de Betsaida. Um conselho positivo podia ser uma lição utilíssima; uma palavra de bondade, como a sua artística eloqüência podia dizê-la, seria uma consolação abençoada no ardor das nossas desvairadas contenções. Quem tem no cérebro um lampejo de luz, e quem sente uma energia inflexível de vontade não deve faltar nesta hora — disse o digno par. E o digno par veio, apareceu, não faltou, mas a luz que relampejou no seu discurso foi a de uma espada cruel e não a de um entendimento sereno, e a sua inflexibilidade sòmente se mostrou no propósito feito de arguir e maguar, com dureza inverosímil, até aqueles que nunca desmereceram do respeito da sua consciência!

. . . .

«Á minha conta tenho uma acusação que quis ser tremenda, horrìvelmente flageladora; fui nomeado par do reino, quando era ainda ministro da corôa!

«Não supliquei a carta de par, snr. presidente; recebi-a de quem, segundo a constituïção do país, podia oferecer-ma e dar-ma. Nem esta nomeação, nem outra qualquer com que haja sido honrado, me custou nunca o mais leve sacrifício da minha consciência, a mínima fracção da minha dignidade de homem...

. . . .

«Ah! ainda uma cousa. Perdôo ao digno par os agravos que me dirigiu; para recordação dêles não tem fôrça, a

minha memória, que só para outras impressões é resistente e fiel.

«Mas não lhe perdôo, não lhe perdoarei nunca o ter-me collocado na violenta necessidade de o contrariar, de o maguar talvez!»

As mãos, que no orador são muito, que são muitíssimo, e num prelado também, tinha-as António Cândido extremamente belas. Não eram *the languid hands* de lord Balfour; eram mãos a um tempo delicadas e rijas, distribuïdoras de graça e de veemência. E, na verdade, durante cinqüenta anos, em tôrno de si espalharam a granel, veemência e graça, pôsto que mais graça que veemência.

As mãos, só por si, ou colaborando com o olhar, o sorriso e o porte, são uma linguagem. Ajudando a palavra, dão-lhe um relêvo, uma cadência, uma leveza ou uma energia, que singularmente a valorizam. Por vezes, completam-na ou rematam-na, pois períodos há que, sem ella, ficariam imperfeitos ou inexpressivos.

Entre a palavra e o gesto há uma íntima correlação. As mãos sofrem o choque reflexo do vocábulo, desde o sub-consciente até a sua explosão verbal; e há vocábulos que fazem corpo com o gesto, até ao ponto de com êle simbòlicamente se confundirem. A ogiva, que é o motivo fundamental do gótico puro, nasceu do gesto tão simples, mas tão eloqüente, de duas mãos erguidas para o Céu.

As mãos, no orador, também aceleram ou retardam o ritmo, contribuindo grandemente para a harmonia da elocução; e são elas, na verdade, que fazendo, pôsto que imperceptìvelmente, ondular todo o busto, fazem com que da acção oratória todo o corpo participe. Perde assim a figura aparente uma rigidez importuna, e tôda ela, em vez de envólucro precário de uma alma imortal, com esta se confunde. Alma nos olhos, alma nos lábios,

alma no porte; mas, sobretudo, alma no gesto. Há tanta alma nas mãos que, por via delas, podem os cegos suprir todos os sentidos. Os cegos, e também os namorados, que cegos são.

As mãos de António Cândido diziam tudo, ou melhor, dir-se-ia que a cada vocábulo davam aquele supremo retoque que as mulheres dão no vestido, no penteado, no veu ou na palavra com que se despedem do homem que amam. Nas revoadas líricas, o gesto era de benção; às veementes apóstrofes servia de salvo conduto. Ás interrogações em aberto, servia de resposta; e era empre o gesto que supria o desdêm.

A fronte era alta, vasta, com largas entradas. Cabiam nela, à vontade, tôdas as filosofias. Na sua máscara havia traços da máscara de Herculano; mas sem aquela dureza que no solitário de Val de Lobos afugentava os tímidos. No entanto, não me recordo de quem o excedesse em nobreza sem bastardia. E, na verdade, nunca dali saiu termo que não descendesse, por linha recta e sempre pura, dos clássicos da nossa língua. Nunca ouvi a êsse plebeu uma expressão plebeia.

Dos olhos, janelas da alma, nem falemos. Muitas vezes a minha alma, em horas bem amargas, esqueceu, no consolador afago das suas pupilas, outros olhares que o mais injusto furor abrazava. Olhar líquido, que era um bálsamo; olhar severo, que supria o mais doloroso castigo; olhar profundo, que era um mundo: tudo êsse olhar significava, como espelho, que era, de uma alma formada à imagem e semelhança do Criador.

Assim, o orador lido e não ouvido, não é integralmente o orador; mas pela simples leitura, e sobretudo, pela leitura em voz alta, se poderá julgar daquele a quem Alves Mendes chamava «a voz eloquentíssima de Portugal»; Mariano de Carvalho «o primeiro orador da Península e do século»; Pinheiro Chagas (e que orador

êle foi!) «o nosso primeiro artista da palavra falada»; Hintze Ribeiro «que êle possuía o segrêdo das palavras eloquentes»; Luís de Magalhães que êle era «o primeiro orador do seu tempo». Aquêle, em suma, que conseguiu ser o *primus inter pares*, numa época e num parlamento onde mais de uma dúzia de oradores de raça disputavam o primado da eloqüência; numa época e num parlamento que, além de António Cândido, ouviram Latino Coelho, Casal Ribeiro, Pinheiro Chagas, João Arroio, José Maria de Alpoim, Hintze Ribeiro, Júlio de Vilhena, João Franco, Carlos Lobo de Ávila, Antonio Enes, Marçal Pacheco, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, José de Azevedo Catelo Branco, José Luciano de Castro, João Pinto Rodrigues dos Santos, J. A. Moreira de Almeida, Conde de Paçô Vieira, Conde de Penha Garcia, Fernando Martins de Carvalho, Aires de Ornelas, Luís de Magalhães e tantíssimos outros, que para não alongar esta já longa citação omito.

Compreende-se que êsse altíssimo espírito fôsse o enlêvo e o desespêro de quantos, por temperamento ou por ofício, cultivam a palavra falada. Assim, o Académico que vos fala teve por António Cândido um culto, que êle retribuiu com uma afeição verdadeiramente paternal. Fui — ¿porque não dizêl-o? — um devoto de António Cândido; e não tem conta as páginas que lhe dediquei, nem as palavras em que lho disse.

Calou-se o orador no dia 5 de Outubro de 1910, e só tornou a falar, que me lembre, para se despedir de José Luciano de Castro, seu grande amigo e também seu chefe político.

As razões do seu silêncio constam, em parte, de um seu discurso, pronunciado, muitos anos antes, na Câmara dos Pares.

«Se o digno par quer que eu fique com a designação

de conservador, fico; fico de boa vontade. Conservador, sou, conservador liberal. E até lhe agradeço o ensejo de fazer esta profissão de fé, nesta hora, quando a alguem parece que os ventos sopram de outro lado do horizonte...

«Não é às causas triunfantes, ou que o pareçam, que o meu coração se apega mais; nas horas de incerteza e de perigo é que mais podem contar com a minha dedicação as instituïções e os homens».

Todos, porém, compreendemos, sem maiores explicações, as razões do seu silêncio.

Na política portuguesa dêstes doze anos tão agitados, e, desgraçadamente, cada vez mais agitados, não havia, nem há logar, para um orador como António Cândido. Nem êle entenderia os auditórios de agora, nem estes o entenderiam. Falaria uma vez, se o ousasse, e é muito provável que o não tivessem deixado concluir o seu discurso.

Não há eloqüência sem liberdade. Os rouxinois, presos, emudecem; quando muito cantam de noite, esquecidos das grades da gaiola, que não vêem.

A desmarcada envergadura das águias do Marão não se compadece com o acanhado recinto de uma jaula. Demóstenes e Cicero, perseguidos e a monte, não falaram, fugiram. A eloqüência é a mais alta expressão da liberdade, o seu expoente, o seu símbolo. Onde a liberdade periclita, ou é apenas a «*palavra*» e não a «*cousa*», a eloqüência passa a mão à retórica. A Constituinte foi, por excelência, a assembleia eloqüente; na Legislativa, sem Mirabeau, mas ainda com Vergniaud e a Gironda, já a eloqüência empalidece; no dia em que às mãos do jacobinismo triunfante a Convenção descamba em carnífice da liberdade, a Eloqüência é morta. Robespierre nunca passou de um abominável retórico.

Por ora, emquanto a nova ordem política se não estabilizar e, com ela, não fôr insofismàvelmente garantida a liberdade da tribuna, a nobre estirpe de oradores, a que António Cândido pertenceu, terá que contentar-se com um auditório de sombras, até que a liberdade ilimitada de que fruíram restitua à tribuna portuguesa o seu antigo e, por vezes, incomparável explendor.

Muita gente estranhará que as serranias do Marão tivessem sido bêrço de uma alma tão delicada, que abrangeu tôda a lira do sentimento. Não sei porquê, mas é certo que a serra é propícia à eloqüência. Tôda a Ática é um Cerro, e de lá veio Demóstenes. Não tem conta os grandes oradores da França que nasceram nos Vosges. Poincaré, o mais perfeito orador da actualidade, é loreno, da Meuse. ¡¿Será porque da desagregação dos terrenos graníticos resultam, simultâneamente, as terras e as almas mais férteis?! Deixo a incógnita dêste problema aos ilustres geólogos e psicólogos desta douta Academia.

Consola-me, Senhor Presidente e Senhores Académicos, a certeza moral de que descança em paz. Essa certeza provém da inabalável confiança que a Suprema Justiça me inspira. Poucas almas terão chegado tão bem documentadas perante êsse Tribunal onde não há nem juízes concussionários, nem juízes cobardes. O *dossier* dêsse honrado Procurador Geral da Corôa, que só a amizade salvou da fome, desafia o mais rigoroso inquérito. E se não houver no Céu, além da balança ordinária, uma balança de precisão, mais sensível que uma sensitiva, não sei como poderão pesar o mal que êle fez. Tenho dito.

O sr. *Bento Carqueja*, disse:

Meus senhores: Está vasia a Tribuna de Portugal!...

Creio dizer melhor assim do que dissesse: — ¡Está de luto a tribuna portuguesa!...

A morte de António Cândido, o orador máximo, não é acontecimento que marque na Eloqüência portuguesa apenas dias de luto: É perda formidanda que abre na tribuna da nossa terra um vácuo imenso e que tão cedo não poderá ser preenchido.

Para o preencher será preciso que surja na raça portuguesa uma alma feita de luz, como foi a alma de António Cândido; que se crie um patriota amando tão fervorosamente a sua Pátria, como a Pátria amou António Cândido; que reapareça um português em quem brilhe a scentelha do génio de Demóstenes e de Cícero, de Solon e de Bruto, de Homero e de Quinto Curcio. Só essa personalidade, hoje para nós apenas ideal, será capaz de preencher o logar que António Cândido deixou vago, sem haver em Código algum do mundo preceito de lei, ou fórmula de direito, que lhe estabeleça herdeiro forçado.

O Génio não se herda: ¡O Génio cria-se, como se cria a própria Imortalidade!

Não cabe trazer para aqui, para o seio desta Academia, neste momento, a figura plurifacetada, com o rútilo brilhante, do grande português arrebatado pela morte, que traiçoeira e fulminantemente o feriu no que em seu sêr havia de mais tenro e de mais terno, de mais dôce e de mais vibrátil, de mais atraente e de mais sedutor, de tão colossal, como o seu cérebro, de tão nobre, como a sua alma — o *coração!*

Como, em resumidas palavras, falar de António Cândido, pensador, sábio académico, mestre, jurisconsulto, orador, filósofo, poeta, prosador, sacerdote, patrióta. ¡Impossível!...

Seria excessiva tarefa para uma só pessoa; demasiado assunto para restrito tempo.

Contentar-me hei, pois — ¡e não singela, nem isenta de responsabilidade é a emprêsa! — contentar-me hei em encarar neste logar a ática figura de António Cândido,

como patriota, figura em que luziam muitos dotes que Lísias, Tucídides e Calvo não desdenhariam reconhecer e sublimar.

¡Como era altiva e nobre, generosa e sã, a compreensão que António Cândido tinha da verdadeira Política, dessa Política dignificante e prolifera que se deve escrever com P maiusculo!... ¡Como era alta e nítida a sua noção de Política!...

Assim afirmou, peremptòriamente, que não sabia estabelecer distinção entre homem honrado e político honrado.

São suas estas palavras memoráveis: — ¡Distingue-se, e convictamente, entre dignidade pessoal e dignidade política! Póde esta correr sangue, ferida pela justiça mais evidente, que isso não impede a outra de se ostentar e impôr eficazmente, com o mais exagerado melindre. ¡Como se a honra não fôsse individual e simples! ¡Como se, na consciência moral, pudesse haver solução de continuidade!

¡Que pureza de ideas aí fica, em tão singelas palavras!...

¡Como a sua alma generosa e fundamentalmente boa se sentia magoada, perante as atitudes macabras e desbagradas que a política, às vezes, toma!...

As palavras que vou evocar valem por formidável tagante puxado por musculoso montanhês do Marão sôbre a cabeça dos falsos políticos: — ¡Meter todos os interêsses da grande multidão numa fórmula, constituída em partes iguais, de justiça e de sentimento, é um ideal soberbo! Mas as grandes ideas precisam dos grandes homens, e, em vez disso, é a política de negócios, sem intenção e sem alcance, a que está de cima, neste momento. A finança egoista, exploradora, irracional, triumfa em tôda a linha. Na tribuna não resoam já as grandes palavras que apaixonaram e comoveram a geração que nos pre-

cedeu ; as vozes que mais valem são as que mais retinem, como metais, no cálculo de operações fabulosas.

¡ Não era um scéptico — muito longe disso — quem assim falava!

¡ Não era!...

. Tinha fé ardente na reacção contra êsse virus político, origem de um grande mal social.

Forte evangelização de um crente é, na verdade, o que estas palavras encerram : — Poucos podem salvar muitos. Há contágio no mal ; mas há simpatia no bem.

Esta fase tão mórbida, tão desalentadora, há-de passar, cedendo a outra melhor. ¿ Como?... ¿ Quando?... Não sei ; mas uma das mais belas faculdades da organização humana é a de sentir e praticar o dever, sem a visão directa do seu fim útil.

Foi ao calor de tão generosas ideas e de tão nobres aspirações que se caldeou a alma do patriota insigne, revelada no *credo* admirável da monumental oração, pronunciada no Pôrto, pelo centenário da descoberta do Brasil.

¡ Creio, finalmente, — é o fecho dêsse *credo* — que a terra onde nasci, esta adorada Pátria nossa, que tão grandes coisas fez, êste Portugal, a que a humanidade e a civilização é devedora do que a raras nações do mundo deve, se a alguma deve tanto... tem ainda amplos estadios a percorrer, a lustrar com honra, cuja duração, que póde ser dilatadíssima, só da nossa vontade depende! — tal o juramento, por assim dizer, de um maravilhoso cavaleiro na conquista do Graal, de um romance da Távola Redonda.

¡ Mais puro amor da Pátria não saberiam exprimir lábios humanos! Mais puro amor ao seu Portugal não eram capazes de dizer outros lábios portugueses que não

fôssem os dêsse, por tantos títulos, privilegiado português.

Volvidos quási vinte e dois anos, de novo, em Março de 1922 — ¡há bem poucos mezes ainda! — essa mesma língua de oiro, como outrora denominada foi a de Santo Agostinho, exteriorizava por outras palavras, nesta Academia, ideas idênticas de amor à Pátria, quando falava assim: — Amei-a sempre a nossa adorada Pátria; e amei-a com amor místico e pagão, na beleza inexcedível do seu torrão bemdito, na excelsa grandeza do seu génio histórico, na profunda e veneranda tradição em que filham as raízes da nossa alma colectiva, na anciada e indefinida aspiração de um futuro melhor e maior, sem limite de extensão e de tempo —.

Quem assim pensava e assim cria merecia bem que a Pátria lhe quizesse muito.

Permitiu Deus que tal sucedesse, que o amor devido pela Pátria a êsse filho dilecto e ilustre se revelasse providencialmente.

António Cândido morreu na sua modesta casa do Marão, do seu Marão amado, que providencialmente ficou sendo forte e monumental pedestal granítico, pela própria Natureza erguido para suportar a figura excelsa do grande português, tão alterosa como a estátua de Vercingetorix, a dominar as colinas do Pui-Dôme.

António Cândido tem como túmulo a campa raza do cemitério da sua aldeia, com a terra-mãe em breve aconchegada ao seu peito, a sorver-lhe êsse dôce coração, com que êle tanto a amou e a beijar-lhe êsse sólido cérebro, com que êle tanto a dignificou.

¡Como foi feliz na morte o excelso português!...

Se lhe fôra dado ressurgir para a Eloqüência, nós todos quantos o amamos e admiramos, e quantos hoje o veneramos na imortalidade do seu nome, havíamos de ouví-lo repetir, consolado, como sua aspiração máxima,

como seu testamento espiritual, estas palavras da sua oração de há sete meses, na noite da sua consagração dentro desta Academia.

— Soado o momento suprêmo, o momento de Deus... acabar na graça, na ternura e na piedade de uma Pátria que se adora, é o melhor destino sôbre a terra.

¡ Assim sucedeu!... ¡ Ainda bem!...

¡ António Cândido acabou na graça da Pátria, porque a sua singular personalidade ficou na admiração de todos os seus concidadãos!

António Cândido acabou na ternura da Pátria, porque quem sabe ler português, e até quem o sabe ouvir, acostumou-se a amar o grão-senhor da nossa língua.

António Cândido acabou na piedade da Pátria, porque, de longe e de perto, lágrimas de saüdade foram rociar a sua sepultura, para de cada aljofar brotar uma flôr e se tapetar de flôres o solo duas vezes sagrado dêsse formoso canteiro do campo santo.

¡ Ditoso morto, António Cândido!

¡ Realizaste na morte a tua derradeira aspiração na vida!...

António Ferrão, disse:

Muito Ilustre Presidente! Presadíssimos confrades! — É com extrema comoção que vou falar de António Cândido — expoente máximo da eloqüência portuguesa, índice supremo de patriotismo e bondade, condensação admirável das mais preclaras virtudes da raça. Mas, se é comovente o motivo que me faz erguer neste momento, é também consolador ver que nesta hora sobremaneira aflitiva, em que impera uma mórbida descrença nos destinos da Pátria, e em que, até, predomina um doentio pessimismo sôbre o futuro da civilização, não falta quem, como num protesto vivo, venha prestar homenagem à memória daquele que foi um dos portugueses mais amantes das belezas da

nossa terra e da bondade do nosso povo; dos crentes mais fervorosos da grandeza da nossa raça; enfim, dos mais profiados convictos no futuro da nossa nacionalidade.

Meus Senhores! — Tem sido levantadamente, e justamente, apreciada a obra oratória de António Cândido.

E como um flébil arroio, confluindo num magestoso estuário, permitido me seja que eu venha prestar a minha sincera homenagem à memória do doutor António Cândido, ocupando-me dêle como pensador, como filósofo.

Tem-se afirmado que à raça portuguesa faltam aptidões especulativas, e sustentado que se os portugueses são mais ou menos aptos para fazerem sciência, que — como dizia Spencer — é o conhecimento parcialmente unificado, lhes falta o poder de analizar e decompôr até o irredutível, de comparar e diferenciar, de criticar e explicar, de generalizar e induzir, enfim de praticar a filosofia — que é o saber totalmente unifeito. Nada de mais falso, nada de mais erróneo!

Vai já longe o tempo em que a etnologia servia de capa à política imperialista de certos Estados, e em que, invocando-se os caracteres físicos do ser humano, a conformação craneana e a pigmentação, se queria daí concluir que havia raças superiores, eleitas para a dominação e para o mando — como as nórdicas, as dólico-louras; e raças inferiores, de réprobos, de párias, como os dolicomorenos — simples salsugem humana, destinada à servidão. E, assim, explicado ficava que os Leibnitz, os Kant, os Fichte, os Schelling, os Hegel e os Herbart, os Wilhelm Wundt, como os Bacons, os Hobbes, os Locke e os Berkeley, os Spencer e os Mill eram delicadas plantas só vicejantes nos encantados jardins da Semiramis nórdica. Quanto aos Giordano Bruno e Campanella, a Descartes e aos cartesianos, a Spinosa e a Condillac, a d'Alembert, e Condorcet, a Comte e a Taine, ou dêles se abstraia com indiferença, ou se lhes procurava, às suas pessoas e às suas

idéas, por um malabarismo genealógico, origens germânicas.

Mas, eis que surge e que termina a guerra, tendo como conseqüência próxima o mais imprevisto e movimentado dos seismos políticos e sociais da humanidade, e logo como por encanto, os profetas da raça eleita, que formavam uma coorte aguerrida e bulhenta, vindo desde o famoso diplomata — etnólogo Gobineau, com Ammon e Chamberlain, Galton e Haycraft, Lapouge R. Collignon, Nott e Gliddon, estacam e pasmam, calam-se e desaparecem.

Não era uma teoria scientífica, fundamentada e honesta, que havia feito bancarrota: era um efémero castelo de cartas, construido com inconfessáveis fins políticos — que, ameaçado pelas arremetidas sòlidamente scientíficas de Manouvrier e pelos sarcasmos de Jean Finot, derruia, miseravelmente, com o sôpro fustigante da vitória dos aliados.

Na verdade, nada mais falso que tal teoria. Para fazer estudos de psícologia étnica, e especialmente de psícologia colectiva, o que menos importa são os caracteres físicos dos indivíduos, pois é hoje facto bem averiguado, é, mesmo, princípio axiomático que não há raças antropológicamente puras, e, ao contrário dos gobinistas — que punham o factor físico da raça em primeiro lugar, chegando alguns a considerá-lo como factor único, — essencial é para o estudo da psicologia colectiva colocar no primeiro plano a evolução histórica dum povo.

Assim, um povo é psicológicamente, isto é, intelectual e moralmente, o que as circunstâncias de lugar e de tempo determinam. Ao contrário do que pensava Augusto Comte, não há factores estáticos porque só existem determinantes dinâmicas. As concepções celtistas e ligúricas nada têm de positivo, de scientífico, são simples concepções metafísicas.

Não há raças superiores nem inferiores: há fases da vida colectiva, há estádios da evolução dum povo, que mais se aproximam ou mais se afastam dum índice estalão fixado no quadro dos valores duma civilização ou duma época.

Assim, nada de menos scientífico, nada de mais aberrante que a concepção gobinista querendo limitar a história universal à história das variantes de estructura e conformação cerebrais. Está cada vez melhor comprovado pelos estudos *à-posteriori* da antropogeografia que não há agrupamentos antropológicos: há aglomerados étnicos constituídos pela identidade da língua, dos interêsses económicos, sociais ou políticos. E Portugal é um exemplo vivo dum dêsses aglomerados.

Uma nação não se pode limitar a ser, empìricamente, uma reunião de dolicocéfalos ou de braquicéfalos, de louros ou de morenos. Uma nação é, acima de tudo, uma unidade espiritual, uma unidade de cultura, um produto das fôrças convergentes do passado, enfim, um produto de tradições, e a corporização dum grande objectivo, dum ideal colectivo ou nacional.

Posta, assim, completamente de parte a existência de raças bem fadadas para as altas especulações filosóficas, e a de outras inteiramente condenadas, como os Sudras da Índia, a vegetarem no mais crasso obscurantismo, resta insistir no modificador essencial da vida dos povos: a evolução.

Dêste modo, para fazer um estudo sério imprescindível é aplicar o método histórico, essencial é determinar com positividade os factos históricos, e, depois, agrupá-los numa síntese scientífica. E quando se aplica tal processo de estudo, que bem pode chamar-se o *método de interpretação psicológica por analogia,* chega-se à conclusão que o povo português é tão apto como qualquer outro para os trabalhos de especulação filosófica. Simplesmente lhe

dificultaram tais trabalhos o seu apartamento dos fócos mais intensivos da civilização, e o longo período do sequestro inquisitorial durante a época das maiores e mais fundas transformações morais da humanidade, e que se deram nos fins do século XVI, no século XVII e na primeira metade do XVIII [1].

Assim, as razões porque o nosso país não tem fornecido à história da civilização grandes individualidades no campo filosófico são todas exteriores e nada têm com a compleição psicológica da raça, sendo a mais importante — como já dissemos a opressão inquisitorial, e, depois os excessos das comissões de censura literária e das represões policiais.

As únicas razões de ser da inibição especulativa da raça residem nas coerções, ou, melhor, nas coacções e perseguições violentas que se fizeram sentir desde os meados do sec. XVI, e, logo contra Fernão de Oliveira, Diogo de Teive, e Damião de Góis, e, depois, sôbre Baltazar Estaço, António Homem, Tomé Vaz, André de Avelar, Francisco Vaz ou Velasco, Vicente Nogueira, P.e António Vieira, Serrão de Castro, Bento de Moura Portugal, José Anastácio da Cunha, o Cavaleiro de Oliveira, Filinto Elisio, Curvo Semedo, Bocage, Morais e Silva, Pereira Caldas, etc., enfim entre todos aqueles onde vicejava o perfume duma ideia tida por irreverente ou dum juízo considerado temerário ou audacioso.

E, são ainda as violências do poder que forçam ao exílio o eminente abade Correa da Serra — um dos fundadores

[1] Diz Frederico Jugler, citado por Lopes Praça: «Os lusitanos por causa de não terem liberdade de pensar, a custo tocam as Disciplinas Philosophicas». Também, Pascoal de Mello Freire, na sua *Historia do Direito Civil Português*, referindo-se aos estudos filosóficos em Portugal diz que a filosofia «só muito tarde no tempo de D. João V, se introduziu entre nós». Ver Lopes Praça — *Historia de Philosophia em Portugal*, 1868, pág. 224.

desta valiosa instituïção, — e que desconsideram em 1797 a figura eminente de Silvestre Pinheiro Ferreira.

Sendo a filosofia — como diz Abel Rey — a reflexão crítica sôbre tudo o que sabemos, bastava atestar nos escritos de Spinosa, de Francisco Sanches, de Ribeiro Sanches, de Jacob de Castro Sarmento, do Cavaleiro d'Oliveira e de alguns outros expatriados ilustres para mostrar que não foram as deficiências psicológicas da raça, mas a acção coerciva ou obscurantista do poder clerical e do poder civil que obstaram à eclosão das concepções de análise, de síntese e de crítica filosóficas.

CAPÍTULO I

A filosofia europeia no século XIX

Quando se contempla a intensa vida sciêntífica que caracteriza a segunda metade do século XVIII — tão cheia e exuberante que extravása para o seguinte, continuando sempre enriquecida através dos Lagrange, dos Laplace, dos Herschel, Priestley e Lavoisier; dos Cavendish e Berthollet, dos Buffon e Adanson, e de tantíssimos outros durante o século XIX, não é de admirar que múltiplos sejam os sistemas filosóficos que teem aparecido com a ambição fagueira de encerrarem no âmbitó das suas sínteses e nos quadros das suas classificações todo um riquíssimo património de invenções e descobertas, de ideas e teorias.

Efectivamente, depois da morte de Kant, em 1804, Fichte já havia escrito as principais obras da sua filosofia idealista; o complexo Schelling deixa de estar sob a influência de Spinoza e do neo-platonismo para sentir a inspiração do misticismo de J. Boehme, do século XVII; e Hegel prepara a sua *Fenomenologia do espírito.*

E, se bem que — como diz um moderno historiador da filosofia — o hegelianismo seja indubitavelmente a mais

vasta e completa síntese que haja sido tentada pelo espírito humano, e se apresente, como uma verdadeira enciclopédia filosófica propulsionada por uma idea central e sustentada pelo forte esqueleto dum método muito seguro e confiante em si, quando se chega ao meado do século XIX, e já, mesmo, antes, quando aparéce Herbart — o discípulo de Kant, de Fichte e de Hegel, — mas reagindo igualmente contra o idealismo transcendental do primeiro, místico do segundo, e lógico e ontológico de Hegel, o famoso pensador de Stuttgard entra, não no ocaso, mas numa relativa obscuridade donde, de resto, vai influenciar mais ou menos poderosamente David Straus, o historiador da igreja Baur, Rosenkranz, Prantl, Zeller, Kuno Fischer, etc.

Mas, o destino sempre fiel à maxima do *ceci tuera cella*, não deixa viver, por muito tempo, na plenitude das suas concepções, e também das suas contradições, o edifício filosófico construído por Herbart, se bem que a influência da sua *Psicologia sciêntífica*, seja manifesta na actual orientação dos estudos psicológicos e pedagógicos [1].

Com Schopenhauer dá-se uma completa inversão no conceito dos valores psicológicos. A inteligência deixa

---

[1] A influência de Herbart sobre a sciência da educação tem-se exercido, principalmente, por intermédio da sua *Pedagogia geral, deduzida do objectivo da educação*. Se bem que a sua *Filosofia prática geral*, o seu trabalho — *Da educação feita com o concurso dos poderes públicos*, de 1810; a sua obra *Acêrca das relações entre a escola e a vida*, de 1818; e, até ao seu *Bosquejo de lições pedagogicas*, todos os seus escritos sôbre a sciência da educação tendam a completar e a propagar as suas ideas sôbre o magno problema de Kant, foi, incontestàvelmente, a *Pedagogia geral* o principal arauto da doutrina herbatiana. Todos os anos aparecem numerosas obras de apologia, comentário, vulgarização e crítica das publicações pedagógicas de Herbart não só nos paízes de língua alemã como nas nações latinas, pertencendo a êste numero os de Credaro, de Compayré, Cellerier, Dugas, M.elle Joteiko, F. Guex, etc.

de ter a primasia entre as aptidões do espírito, passando a ser um fenómeno secundário, um simples acidente, uma conseqùência, da vontade. Se bem que em Kant já se possa ver salientada a importância da vontade especialmente no trabalho especulativo, Schopenhauer aumenta tão desmedidamente a importância dela que para êste pensador a vontade chega a ser o princípio de tudo o que existe, a própria substância do universo, a essência do universo. E, assim, ao passo que a vontade é inconsciente, cega, fatal, *pura,* no mundo inorgânico e entre os seres vegetais e animais, torna-se consciente no indivíduo humano.

É de calcular até onde êsse pensador será conduzido pela sua concepção hiper-volontarista: até ao mais estreme pessimismo. Se a vontade é um desejo constante do ser, a origem perpétua da vida, ela é, por isso mesmo, a causa de todos os males, de todas as desgraças. E, dêste modo, identificada com ela a vida, é esta um sofrimento eterno e constante, e tanto mais intenso e extenso quanto maior é a consciência, a cultura, o talento, o génio do indivíduo. Schopenhauer é, pois, um panteista, mas, ao passo que para Spinosa, Leibnitz e Hegel panteismo e optimismo são sinónimos, para o filósofo de Dantzig o mal está identificado com a vontade, e esta é um dado da experiência, acima da qual se não alteia a filosofia dêsse pensador. Daqui se conclui que essa filosofía é uma verdadeira *metafísica experimental*, isto é, tem por objeto a essência do ser, eleva-se ao universal; e, é experimental porque conclui por indução e baseia-se nos factos, sendo por isso realista e quási materialista, mas não deixando, também, de ser crítica e idealista por negar a realidade intrínseca ao mundo dos fenómenos, pois êste só é exacto como percepção — *vorstellung.*

Foi essa dualidade de caracteres e atributos opostos, essas antinomias, que proporcionaram, na Alemanha, o sucesso à filosofía de Schopenhauer.

Deixemos Eduardo Hartmann com a sua *filosofia do inconsciente*, discípulo um tanto condicional do sugestivo inspirador do princípio do aniqüilamento tão propagado no 2.º acto do *Tristão e Isolda*, de Wagner, e passemos em silêncio aqui dois outros discípulos de Schopenhauer e seus mais ou menos fieis seguidores: Frauenstaedt — com as suas duas colecções de *Cartas sôbre a filosofía de Schopenhauer;* e Frederico Nietzche — que, longe de defender o princípio da renuncia à vida, tão querido ao seu mestre, pugna pelo gôso da vida em toda a sua exuberância e plenitude, defendendo o predomínio do *génio* como a fôrça tendendo para a potência máxima, e provando que, ao contrário do que pensava Schopenhauer, volontismo e pessimismo são cousas muito diversas.

Mas, detenhamo-nos!

Quando, remontando a Kant, se faz o balanço do caminho percorrido, aqui, na filosofia alemã, vê-se que esta veio perdendo pouco a pouco o seu caracter racionalista, a sua ligação com a sciência [1]. Efectivamente, a *Crítica da rasão pura* que — como diz Abel Rey — «é a justificação da matemática moderna e da física newtoniana», procura demonstrar que a intuição moral permite colocar a metafísica, não só filológica como logicamente, acima dessa física newtoniana. Em Fichte e Hegel nota-se a mesma tendência racionalista, o mesmo acatamento da sciência [2], mas em Schelling e Schopenhauer, como em Hartmann já — e cada vez mais — se admite o inconsciente, o irracional. Com estes a filosofia torna-se anti-intelectualista, chegando a ser mística [3].

---

[1] Abel Rey, *La Philosophie moderne.* 1908, pág. 23.

[2] Ver um artigo de Federico Enriques — *La métaphysique de Hegel considerée d'un point de vue scientifique*, in *Revue de Métaphysique et de Morale,* 1910, pág 1 a 24.

[3] É curioso que o historiador alemão Ludwig Stein, numa obra notabilíssima aparecida em 1908, acêrca das correntes da filosofia

E, se bem que a Alemanha visse surgir uma série de pensadores mais vulgarizadores que originais, mas todos muito confiantes na sciência, e utilizando-a bastante — como Fuerbach, Moleschott, Büchner e Carl Vogt — necessário se tornava que um forte espírito de objectividade viesse injectar na filosofia uma orientação e uma metódica scientíficas. Foi o que sucedeu com o aparecimento da obra de Darwin — *Da origem das espécies*, em 1859, — que veio provar à saciedade a verdade da teoria transformista de Lamarck, completada pelas suas concepções e idéas sôbre a antropogénia, expostas na sua obra de 1871: *The descent of man* [1].

Quando se chega, pois, aos meados do século XIX duas grandes correntes filosóficas, além de pensadores mais ou menos isolados, e de pequenas escolas, dominavam dentro e fora das Universidades: a espiritualista e a positivista.

Por isso, Taine ao escrever a sua obra de crítica, *Les Philosophes classiques du XIX^e siècle en France* — que é, a par de um magnífico estudo de síntese, uma espirituosa *charge* filosófica contra os pensadores tradiciona-

---

alemã contemporânea, censura os novos filósofos do seu país pelos seus excessos de cultura scientífica, quando, na verdade, o que desacreditou a filosofia alemã depois de Kant, ou melhor, logo depois do Leibnitz, com excepção de Wolff, foi precisamente a separação, e, até, a hostilidade, entre os homens de sciência e os filósofos.

[1] A influência das ideas de Darwin foi enorme não só directamente e imediatamente sôbre as sciências biológicas como já, por reflexão, sôbre a filosofia e as sciências sociais. A êste último respeito ver: C. Bouglé, *La Darwinisme en sociologie*, in *Revue de Métaphisique et de Morale*, 1910, pág. 79 a 92.

Ultimamente, tem vindo a dar-se uma forte reacção contra a interpretação darwinista das sciências sociais, pertencendo a esta corrente a importantissima obra de Novicow — *La critique du Darwinisme*, de 407 páginas, aparecida em 1917, e que é um compacto libelo contra o transformismo em sociologia.

listas franceses — caracteriza pela seguinte forma essas duas correntes:

« Duas grandes filosofias dominam hoje em França e se encontram com pequenas variantes na Alemanha e na Inglaterra: uma para uso dos homens de letras; a outra para uso dos sábios; uma chama-se entre nós espiritualismo; a outra chama-se positivismo ».

Depois, procurando caracterizar a diferença das duas escolas quanto ao problema das causas, escreve: « Os espiritualistas (entendo os que pensam) consideram as causas ou fôrças como sêres distintos, diferentes dos corpos e das qualidades sensíveis, semelhantes à fôrça interior que designamos dentro de nós por vontade, de tal modo que abaixo do mundo extenso, palpável e vísivel há um outro mundo invisível, intangível, incorporal, que produz o outro e o mantém.

« Os positivistas consideram as causas ou fôrças, especialmente as causas primárias, como cousas colocadas fora do alcance da inteligência humana, de forma que nada se pode afirmar ou negar acêrca delas; suprimem as investigações da sciência sôbre tais questões, limitando-a ao conhecimento das leis, isto é, dos factos gerais e simples aos quais se podem reduzir os factos complexos e particulares.

« Os espiritualistas, por exemplo, dizem que a causa da vida é a fôrça vital, espécie de ser incorporal, unido à matéria para a organizar, e que a causa do universo é um ser distinto, espiritual, subsistindo por si e muito análogo à alma que em nós apercebemos.

« Os positivistas, pelo contrário, declaram que nada sabem nem sôbre a causa da vida, nem sôbre a causa do universo. Eles limitam-se a notar a soma e a direcção das reacções químicas e as acções físicas que compõem a vida, e a agrupar as leis experimentais que resumem todos os factos observados no nosso universo ».

Se é certo o que diz Taine quanto á característica das suas principais correntes filosóficas, não ha dúvida que, mesmo em França, o espiritualismo já na 2.ª metade do seculo XIX atravessou uns períodos de crise que, longe de melhorar antes foi constantemente aumentando. É, corporizando tal tendência anti-espiritualista, sucessivamente preponderante, que o próprio Taine escreve a obra de que vimos falando, e onde critica asperamente até à *troça*, o eclètismo de Laromiguière, de Royer-Collard e de Victor Cousin; o espiritualismo volontista dêsse fino autor de análises psicológicas que se chamou Maine de Biran; e a ortodoxia espiritualista franco-escocesa de Teodoro Jouffroy — o discípulo e tradutor do Tomás Reid.

Quando se chega a 1891 escreve Roberty: « A filosofia é notoriamente representada hoje por três escolas principais: o criticismo que se vai ligar a Kant, o positivismo que tem Comte por fundador e o evolucionismo introduzido e patrocinado por Spencer ». Mais adiante, insiste: « O século XIX é inaugurado pela filosofia de Kant e os grandes sistemas-satélites do idealismo alemão. É continuado pelo positivismo nascido em França sôbre a impulsão imediata das doutrinas negativas do século passado, e também pelo materialismo franco dos pensadores-naturalistas dos quais a maior parte, sobretudo na Alemanha, reeditam simplesmente as ideas dirigentes do século XVIII. Enfim, termina por uma filosofia essencialmente conciliadora das duas grandes filosofias precedentes, pelo evolucionismo darwino-spenceriano cujo caracter profundamente biológico e os pontos de partida sensualistas não poderiam um só instante ser postos em duvida » [1].

Se bem que o criticismo não seja bem como o idealismo que «intelectualiza os fenómenos», e muito menos se aproxime de Locke que «sensualisa todos os nossos con-

---

[1] E. de Roberty, *La Philosophie du siècle.*

ceitos», e antes procure ser, por sua natureza, uma filosofia ecléctica, o certo é que se aproxima mais do idealismo, não faltando, até, quem diga que êste constitui «a nota dominante da filosofia crítica», e forma o seu «verdadeiro fundo».

Com o positivismo já o mesmo se não dá. Êste, sendo claramente uma reacção contra a metafísica, tem o seu aparecimento em grande parte condicionado pelo progresso das sciências. Tem razão Roberty quando, a abrir a sua *Filosofia do século*, escreve: «A lei geral que estabelece uma estreita correlação entre a soma de conhecimentos adquiridos numa dada época e o uso que dela fazem os inventores de sínteses universais, rege tanto o conjunto como as diferentes partes da filosofia contemporânea».

Foi, precisamente, essa correlação essencial entre a actividade analítica do espírito humano e a necessária aptidão sintética que fez aparecer o positivismo. Por isso, êste «é como género uma filosofia, uma concepção ou uma interpretação do mundo e, como espécie uma interpretação scientífica».

Não falta, contudo, quem negue o aparecimento, por geração espontânea, do positivismo, indo filiá-lo no materialismo e, especialmente, nas concepções dos pensadores do século XVIII como Hobbes, La Mettrie, d'Holbach, Diderot, d'Alembert, Condorcet, Condillac e Cabanis. E não falta, até, quem queira ver tal ligação da filosofia positiva com o materialismo mesmo nos pensadores do século XIX desde Feuerbach a Dubois-Reymond.

No estabelecimento de tal parentesco há manifesto exagêro, se bem que não seja de admirar que o positivismo tenha antecedentes, havendo até quem queira ver em Protágoras um precursor de Comte. De resto, êste próprio não nega que a sua filosofia seja «o resultado necessário da combinação de duas evoluções prepara-

tórias», referindo-se a Descartes e a Francisco Bacon [1]. Mas, não há dúvida que o aparecimento do positivismo foi condicionado pela necessidade duma grande síntese que procurasse envolver todos os conhecimentos humanos da época. É, principalmente, desde então que a filosofia passa a ser considerada uma *sciência geral,* tendo como objectivo coordenar, ordenar, e classificar os resultados das sciências particulares.

Era, efectivamente, chegado o momento das grandes sínteses que enquadrassem a gigantesca obra de porgresso scientífico que se havia realizado desde os fins do século XVIII. Como diz G. Heymans, professor eminente da Universidade de Groningue, numa pequena obra, cheia de ideas e de princípios originais, acêrca da psicologia no próximo século — *Das Künftige Jahrhundert der Psychologie* — o século XIX foi o século das sciências exactas por excelência, pois nenhuma época assistiu a tantas e tão notáveis invenções e descobertas em todos os campos das sciências e das técnicas, e nas aplicações destas.

Mas, pergunta Heymans, admirado, ¿como se explica que a-pesar-de todos êsses progressos e do conseqüente bem-estar material que êles proporcionam à vida, a alma moderna existe cada vez mais torturada e discordante, e que o pessimismo, longe de ser o estranho produto de pensadores exóticos, como Schopenhauer e Hartmann, faça, dêstes, exactamente, os condensadores mais marcantes do espírito duma época, da alma duma sociedade ansiada e psìquicamente doente? [2].

---

[1] Ver a 58.ª lição do *Cours de philosophie positive,* de A. Comte.

[2] Não confundir tal estado de espírito colectivo com a crise psicológica individual conhecida por *timidez.* A timidez — que alguns, como Hartenberg — caracterizam como um fenómeno de *hiper-emotividade* — é de todos os tempos e de todos os meios. Atacou Marco Aurélio, Amiel, João Jacques Rousseau, Maine de Biran, o nosso Latino Coelho, etc. Ver sôbre o assunto as obras de Harten-

E Heymans, que estuda a questão em 1911, como já antes o havia feito um filósofo e matemático inglês — William Kingdon Clifford, — põe em destaque a mobilidade incessante da nossa vida interior, a falta de unidade e de estabilidade psíquicas, emfim, a incoerência do nosso ser íntimo e do nosso viver exterior, social, que levaram a sociedade a esta situação. E, continuando a expor as causas de tal pessimismo, acrescenta o pensador alemão que o especialismo extrêmo na sciência ou na indústria tem rebaixado o indivíduo à simples condição de utensílio, privando-o do que constituía outrora a beleza do homem integral [1].

E, depois de dizer, com muita verdade, que tal crise agrava-se devido à falta duma concepção filosófica do mundo, capaz de dar a cada um dos nossos actos uma significação superior, nota que a sciência é impotente para tal, porque sendo especializada não abrange o real em toda a sua vastidão e complexidade, e isso põe em acção uma parte da nossa actividade psíquica, com exclusão e prejuízo de tudo mais.

¿Mas onde está o remédio para todos estes males? Segundo Heymans reside êle nos progressos e nas aplicações de uma sciência: a *Psicologia* [2].

Deixemos o ilustre filósofo de Groningue entregue à exposição, aliás convincente, dos benefícios da sua terapêutica psicológica, e digamos, que o anseio e o mal-estar da alma moderna, produto da crescente mobilidade e da incoerência da vida psíquica, já em outras épocas têm aparecido, se bem que muito moderados [3].

---

berg e de Dugas sôbre a timidez, e um magnífico artigo de L. Dupuis na *Revue Philosophique*, Agôsto de 1912, pág. 140 a 160.

[1] Ver o nosso trabalho: *A Educação intelectual*, 1922, pág. 4 e 5.

[2] Ver o artigo de M. Salovine, in *Revue Philosophique*, Maio de 1912, pág. 516-518.

[3] Tratando também das contradições que atingem e atormen-

Efectivamente, quando se chega a 1839, se a onda de pessimismo não avassalava tão extensa e profundamente a sociedade do tempo, como no momento actual, não há dúvida que no mundo da sciência e da filosofia sentia-se a falta dum sistema coordenador dos progressos enormes que as sciências já então haviam atingido.

Veio realizar êsse desígnio o aparecimento, entre 1839 e 1842, do *Cours de philosophie positive,* de Augusto Comte, com a sua famosa classificação das sciências [1].

Na verdade, a filosofia positiva, desde o seu aparecimento, apresentou-se logo como uma síntese scientífica, uma coordenação sistemática do saber humano. Seguido por Littré, que dedica ao *Cours* de A. Comte uma *Analyse raisonnée*, onde procura concretizar as ideas do mestre na sua *Application de la philosophie positive au gouvernement des sociètés*, e escreve outras obras de divulgação das ideas de Comte, o positivismo é também seguido por Sofia Germain — que escreve umas *Considérations* sôbre a história das sciências e da literatura, e por Cournot, como

---

tam a alma moderna, F. Paulhan publicou, em 1909, uma obra intitulada *La morale de l'ironie.* Mas, ao contrário de Heymans, o autor francês nas 170 páginas da sua obra, sem cair no lúgubre pessimismo de Schopenhauer, e muito menos enfileirar no optimismo de H. Spencer, depois de estudar o problema moral nos seus diversos aspectos, origens e aplicações, conclui que a moral, longe de realizar a sua função de estabelecer a coerência social, e sempre de dominar a sociedade, pelo contrário, subordina-se, impotentemente, a esta.

Por isso, longe da revolta devemo-nos contentar com o que se passa, e submeter-nos aos factos, limitando-se a reflexão a criar um *terceiro espírito* que, vendo quanto são irracionais o *eu* individual e o *eu* social, procure atenuar os conflitos entre estes, não os podendo evitar nem solucionar.

[1] Como diz Roberty: « A filosofia positiva foi precedida e preparada por um movimento scientífico dos mais consideráveis e que durou dois séculos ». In *La Philosophie du siècle,* 2.ª ed., pág. 19.

se pode ver percorrendo o *Essai sur les fondements de nos connaissances et sur les caractères de la critique philosophique*, aparecido em 1851, e principalmente, o *Traité de l'enchainement des idées fondamentales dans les sciences et dans l'histoire*, publicado em 1861 [2].

Mas, não tem faltado quem pergunte se o sistema de conceitos e teorias de Comte forma uma verdadeira filosofia, pois, ainda ùltimamente E. Naville na sua obra — *Les philosophies affirmatives,* falando do objectivo e fins da filosofia, dizia que esta tem por objecto a descoberta dum primeiro princípio que na medida do possível forneça a inteligência do universo. E, assim, entendendo que tôda a especulação que tenha em vista conceber ou analizar um tal princípio é uma filosofia, Naville, com o demasiado simplismo dum pensador ecléctico da escola de Maine de Biran, e, principalmente, de Cousin, Jules Simon e Paul Janet, conclui que há duas maneiras de compreender um tal princípio: ou se duvida ou nega que o espírito humano possa conhecer o absoluto ou se admite que êste seja acessível ao homem. A primeira hipótese caracteriza as *filosofias negativas,* como o scepticismo, o criticismo e o positivismo; a segunda distingue as *filosofias afirmativas*, como o espiritualismo e o idealismo.

Não há dúvida que o positivismo de Comte, reagindo contra o eclectismo que então dominava, pode filiar-se nas concepções dos pensadores materialistas e sensualistas do século XVIII, se bem que êle seja — quanto a nós — muito mais uma interpretação scientífica que uma concepção do mundo, quere dizer, êle é, principalmente, uma *sciência geral* destinada a classificar e coordenar os resultados das sciências particulares. Mas, a filosofia positiva, a-pesar-de se poder filiar nas ideas de La Mettrie e d'Hol-

---

[2] Acêrca das ideas de Cournot, sôbre a metodologia histórica, ver a nossa obra: *A Teoria da História*, 1922, pág. 352-354 e 410.

bach, bem como nas de Diderot, d'Alambert, Condorcet, Condillac ou Cabanis, constitui um progresso sôbre o materialismo e sensualismo do século XVIII, porque, procurando basear-se exclusivamente nas construções scientíficas e reagir contra as especulações metafísicas, erige em princípio básico do seu sistema o do relativismo do conhecimento.

A tendência especulativa de Comte, o seu gôsto das generalizações apressadas, o pêso morto da influência do materialismo e sensualismo do século XVIII — de que já falámos — faz cair, por vezes, o positivismo numa metafísica inconsciente — como lhe chama Clay.

É como reacção aos exageros e temeridades de Comte que surge o *Sistema de lógica dedutiva e indutiva,* de J. Stuart Mill, e o evolucionismo de Herbert Spencer.

Sincrònicamente ao aparecimento das obras de Spencer, desde os *Primeiros princípios,* surgem na Alemanha diversos pensadores neo-kantistas ou neo-criticistas, como Eugénio Dühring, J. H. Kirchmann, Laos, e, mesmo, Alberto Lange, emquanto que em França o mais notável dos neo-kantistas era Charles Renouvier. Coevos de Renouvier, ou mesmos anteriores a Scherer e a Taine, apareceu em França, tôda uma geração de espíritos brilhantes, espiritualistas ou ecléticos, muito agarrados a Reid, entre os quais se encontravam Royer-Collard, Maine de Biran com Felix Ravaisson, Teodoro Jouffroy e Victor Cousin.

Traçado o quadro da filosofia europeia no século XIX, já estamos habilitados a compreender as influências que essas escolas e os seus mais notáveis representativos apresentam no nosso país, e, especialmente, na obra de António Cândido.

Como tanta outra cousa que nos falta não dispomos ainda de uma, sequer, regular história da filosofia em Portugal, pois Antoro de Quental tanto na sua *Philosophia*

da natureza como nas *Tendencias geraes da philosophia na segunda metade do seculo XIX*, é muito mais um crítico penetrante e um brilhantíssimo comentador que um historiador sistemático e um coordenador serêno dotado dum grande poder de abstracção e de comparação para distinguir e caracterizar escolas e filiar nestas os pensadores [1].

CAPÍTULO II

O século XIX filosófico em Portugal

Dissemos já que à mentalidade portuguesa não falta nenhuma das características que destinguem a aptidão especulativa [2]. Mas, deve-se insistir que se esta, através a história da civilização, não se tem exercido, entre nós, por uma forma tão marcante como em outros países, isso tem resultado de causas puramente exteriores, como o nosso afastamento da área de maior intensidade de cultura, e o nosso alheamento desta pelo predomínio do clericalismo no govêrno e no ensino, não só não facultando às novas gerações que iam passando pelas escolas, e, especialmente, pelas Universidades, o conhecimento das novas correntes filosóficas e dos avanços da sciência, como ainda tornando impossível, pela fiscalização rigorosa e pela repressão funesta do Santo Ofício, qualquer veleidade do pensamento crítico [3].

---

[1] Pelo que se refere á *Historia de philosophia* em Portugal, de Lopes Praça, a-pesar-de ser a melhor — porque é a única — obra que possuímos no género, não podemos deixar de dizer que é muito incompleta e elementar.

[2] Êste interessantíssimo ponto tem sido ùltimamente abordado, e com muita competência, pelo prof. dr. Joaquim de Carvalho, e pelo dr. Fidelino de Figueiredo. Ver dêste: *Para a historia da philosophia em Portugal*, 1922, pág. 5-8.

[3] O que sucedeu em Portugal deu-se em outros países, como a Itália. Por isso diz Alf. Fouillée: «As ameaças da Inquisição

Assim, desde cedo não só nos faltou uma tradição de trabalho especulativo que se tornasse o incentivo de novas actividades em tal sentido, como todos os interêsses ideais da raça se limitaram à teologia e à dogmática cristãs. Acresce, ainda, que a especulação filosófica livre e a cultura das sciências da natureza longe de serem incitadas, dignificadas, e premiadas, eram apertadamente *censuradas*, vituperadas e proíbidas, exercendo-se o mesmo rigorismo com as pessoas cultas e os livros provindos do estrangeiro.

E tanto têm sido puramente exteriores as causas de inibição especulativa da raça, que os portugueses dos séculos XVII e XVIII que viajaram pelos países mais cultos da Europa, e, especialmente, os que nêles permaneceram logo demonstraram tão acurado espírito crítico e tão prefunda aptidão especulativa como se lá tivessem nascido. Por isso, o que caracteriza os nossos diplomatas do século XVII ao início do XIX, desde Duarte Ribeiro Macedo, ou antes, até D. Luís da Cunha, Sebastião de Carvalho e Melo, Encerrabodes, Cipriano Ribeiro Freire, morgado de Mateus, D. Domingos Sousa Coutinho e Araujo de Azevedo e à sua aptidão crítica e visão larga — o que tantas vezes os fez estar em conflito com os detentores do poder em Portugal.

Alfred Fouillée tem razão quando escreve: «As raças europeias são parentes muito proximas, susceptíveis tôdas

---

exerceram sôbre a alma de tôda a Itália o mesmo efeito que sôbre a alma de Galileu: êste foi feito prisioneiro e abjurou. O filósofo foi reduzido ao silêncio: o sábio positivo teve só, em estreitos limites, a permissão de falar. Também diz M. Bazelloti, depois do suplício de Bruno e da prisão da Campanella «não tivemos em Itália, com excepção de Vico, senão experimentalistas e homens de escola». As sciências morais foram asfixiadas pela atmosfera romana». In *Esquisse Psicologique des Peuples Européens*, 1903, pág. 71.

do mais elevado desenvolvimento intelectual e social, além disso, as suas proporções relativas não vão até o ponto de produzir consideráveis diferenças de composição étnica; não se pode, pois, considerar nenhum dos grandes povos europeus como afectado duma nativa incapacidade, nem dizer-lhe antecipadamente: *Tu não irás mais longe* ».

Porém, isto não quere dizer que as formas da actividade mental não mudem dum para outro povo, e, num mesmo povo, duma época para a outra, dando assim origem a manifestações não só diversas como, por vezes, antitéticas da sua vida especulativa. É êsse o caso da Alemanha — país que todos hoje consideram como o viveiro privilegiado das mais potentes águias do pensamento, — e onde a alta aptidão especulativa só começa a aparecer com Leibnitz nos fins do século XVII e princípios do XVIII, e onde o pensamento crítico só se manifesta a partir da *segunda maneira* filosófica de Kant, em 1770, com o seu *De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principis*.

De resto, não é só à família portuguesa que se tem negado o poder da sistematização filosófica. Fouillée, tratando da psicologia do povo italiano, depois de negar-lhe tendências para a especulação transcendental, nota-lhe a falta de aptidão sistemática, escrevendo: « Mais eclécticos e conciliadores que sistemáticos, os Latinos e os seus sucessores não podiam quási elevar-se a estas grandes construções da filosofia que são o desenvolvimento duma única idea principal. Foi um celta, Scot Erigeno, o primeiro a dar impulsão ao neo-platonismo da idade média; foi um germano, Nicolau de Cuss que com o seu neo-platonismo iniciou a metafísica da Renascensa. As três grandes doutrinas relativas à natureza das ideas gerais tiveram por iniciadores três franceses: Roscelin, Guilherme de Champeaux, Abeilardo. Os ita-

lianos não separam nunca qualquer espécie de inspiração filosófica geral da faculdade poética. Dante, Leonardo Vinci, Miguel Angelo, Petrarca, Bruno são disso os mais gloriosos exemplos [1]. Em lugar de reduzir pela análise o processo artístico às mais fundas condições do pensamento e do sentimento, a filosofia italiana, como já tinha feito a grega, tende a erigir o processo artístico em meio de explicação universal; ela concebe o mundo inteiro à maneira de Platão, como uma obra de inspiração poética, imitação e realização do belo » [2].

Mas, ¿que admira que Fouillée diga isto do país que tem visto nascer e reflorir inteligências verdadeiramente notáveis, indo, entre os contemporâneos, de Garofalo, F. Gabotto, Carle, Barzellotti, os Ferri, Pascual Villari até Guilherme Ferrero e Benedetto Croce, quando os próprios italianos o dizem também? Efectivamente, Barzellotti, na sua importante obra *Hippolito Taine*, escreve a pág. 284: « Não nos faltam hòmens iguais, em génio e em erudição profunda, aos melhores dos outros países; mas sofremos da falta desta vida ideal que, segundo Goethe, é necessária para dar à sciência vitalidade e realidade. Em nenhum outro país se encontram tão poucos homens dedicados às sciências morais, filosóficas, religiosas, a tudo o que está acima dos fins puramente materiais ». E, acrescenta que tais estudos encontram « a indiferença ou o desdenhoso sorriso daqueles que se imaginam (e constituem legião sobretudo entre os homens

---

[1] A tese oposta tem sido apresentada, e com sucesso, isto é, Gentile e outros têm procurado mostrar que a Italia tem, por vezes, pressentido o aparecimento dos grandes sistemas filosóficos, os seus pensadores têm antecedido os das outras nações. Assim, Telesio precede Locke; Campanela antevê Descartes; Giordano Bruno adivinha, com muita segurança, Spinosa; e Vico parece prever a nova metafísica de Kant.

[2] Alf. Fouillée, in *ob. cit.*, pág. 103.

de sciência...) que a orientação do pensamento moderno é essencialmente materialista e exclui, como inútil, tôda a consideração dos problemas últimos da consciência »[1].

O que o prof. Barzellotti diz da aptidão especulativa dos italianos repetem-o, quási em idênticos termos, acêrca da sciência e da filosofia espanholas, Angel Ganivet e Guardia. Este último chega a escrever: « É pelos sábios e pelos filósofos que as nações produzem, que se reconhece a saúde mental destas. Certamente, não faltam à Espanha sábias corporações e cursos de filosofia. ¿Mas onde estão os sábios, onde estão os filósofos espanhóis? Conhecidos no mundo oficial, de que fazem parte, não tem notoriedade fora da esfera administrativa...».

Que admira, pois, que a mesma falta de vida ideal e igual carência de pensadores e de sábios se atribuam a Portugal — pois, aliás muito mais pequenos que os que

---

[1] A-pesar-do que diz Barzellotti, a vida intelectual italiana, no que respeita às sciências filosóficas, é intensa e importante, bastando para o demonstrar seguir a publicação das Revistas de filosofia, como a *Revista filosofica*, fundada por Carlo Cantoni, a *Revista de Filosofia e Scienze affini*, dirigida por G. Marchesini, e que em 1909 apareciam fundidas na *Rivista di Filosofia*, tendo à sua frente Adolfo Faggi, Erminio Juvalta, Alessandro Levi, Giovanni Marchesini, Luigi Valli, Bernardino Varisco. Esta Revista ficou sendo o orgão da Sociedade Filosófica Italiana, sendo de lembrar que, além da *Rivista de Filosofia* com uma orientação positivista e criticista, ali têm existido modernamente outras publicações periódicas sôbre filosofia, como a *Cultura Filosofica* — espiritualista à maneira de Lotze e Wundt, — e a *Critica*, aquela dirigida por F. de Sarlo e esta por B. Croce. A êste movimento filosófico contemporâneo estão ligados nomes eminentes como Roberto Ardigo, Adolfo Rava, Rodòlfo Mandolfo, Croce, Giovani Gentile, etc. E tudo isto sem falar da *Rivista pedagogica*, de Credaro, onde têêm aparecido estudos sôbre sciências filosóficas; da *Rivista di Filosofia neo-scolastica*, aparecida em Florença e destinada à propaganda e polémica da filosofia religiosa, cristã, tendo sempre em vista a tradição filosófica do catolicismo ligado a Aristóteles, etc.

acabamos de apontar, mais desviado da área de mais intensa civilização da Europa, e, por tudo isso, com uma vida política e espiritual muito mais concentrada, limitada, particular, e muito menos internacional.

Entretanto, deve notar-se que logo que o Marquês de Pombal criou a Real Mesa Censória, entregando a censura dos escritos a espíritos cultos e tolerantes, e reformou a Universidade de Coimbra em 1772, a cultura filosófica e scientífica progrediu, constituindo uma inegável prova disso a fundação e o funcionamento da Academia das Sciências de Lisboa [1].

Ninguém, já se sabe, deve procurar no nosso país os criadores de escolas filosóficas, os organizadores de sistemas originais, ou os inventores de teorias especulativas, porque se arrisca a não encontrá-los. Demais, se — como já vimos — é negado à Italia e à Espanha tal dom da originalidade, ¿como podia êle ser conferido a Portugal?

Porém o que importa aqui considerar é que durante o século XIX o nosso país soube reflectir — e por vezes com enorme brilho, e, até esplendor — as correntes filosóficas que percorreram e agitaram essa época.

Se bem que logo ao abrir o século XIX encontremos os escritos de António José de Oliveira Leite: *Preparatório universal ou arte de lógica, que contém sòmente as regras nécessárias, escolhidas dos melhores autores,* aparecido em 1800 [2], seguido, em 1802, do trabalho de

---

[1] Vid. o nosso trabalho *A Academia das Sciências de Lisboa e o movimento filosófico, scientífico e literário da segunda metade do século XVIII*, 1923.

[2] Trata-se dum modesto volume de 197 páginas úteis, terminando por um pequeno *Índice* alfabético. Trata da lógica, começando por um prolegómeno onde se define a alma e a razão, se classificam as propriedades da alma, definindo cada uma — entendimento, percepção, juízo, raciocínio, memória, liberdade, vontade,

Fr. Manuel de Santa Ana: *O filosofo discursivo ou sobre a historia da philosofia, e principios fysicos do composto natural* [1], pode dizer-se que o nosso século XIX filosófico só se iniciou em 1813 com o aparecimento, no Rio de Janeiro, da obra de Silvestre Pinheiro Ferreira: *Prelecções philosoficas sobre a theoria do discurso e da linguagem, a esthetica, a diceosyna e a cosmologia*, havendo que notar, ainda antes, o aparecimento, em 1805, dum opúsculo de D. Benevenuto António Caetano [2]. Tratemos, porém, das *Prelecções philosophicas*, de Silvestre Pinheiro

---

desejo e paixões. No primeiro livro, trata das causas da ignorância e dos erros em geral. No segundo, ocupa-se das ideas, e dos seus objectos e sinais, juízo, raciocínio, e método; no terceiro, trata da forma de medir a inteligência, de adquirir e conservar a atenção, e dos critérios da verdade. Emfim, no quarto livro ocupa-se da «Authoridade interna e externa, e da Arte critica, c Hermeneutica, do modo de disputar, e das qualidades dos raciocínios falsos, a que chamamos sofismas». Aqui acaba o livro que é um tratado elementar com fins didáticos e por isso, com muitas definições, regras, etc.

[1] Fr. Manuel de Santa Anna escreveu, além de *O Filósofo discursivo*, as *Dissertações theologicas medicinaes*, 1775, as *Dissertationes morales de naturali statu hominum*, 1772; um pitoresco *Exame teologico em que se impugna o sistema proposto na dissertação... sobre o juro de dinheiro*, 1787; e uma *Historiae ecclesiasticae elementaria*, 1804. O volume citado no texto trata, em forma dialogada, da *Historia da Filosofia*, começando pelo estudo da filosofia dos hebreus, caldeus, egípcios, e outros povos, passando ao da filosofia clássica, ao da filosofia dos primeiros oito séculos do cristianismo, saltando ao XIII, e vindo até à filosofia moderna, e tratando de Descartes, Newton, Leibnitz, etc. Depois, estuda os sistemas filosóficos a partir de Aristóteles, etc., expondo o autor os seus pontos de vista.

[2] *Os Elementos de Filosofia moral ou dissertação filosofica sobre as paixões*, de D. Benevenuto António Caetano, aparecido em Lisboa, em 1805, conta apenas 51 páginas, e consta de um «Discurso sobre a natureza das paixões, e das paixões em particular». Se bem que seja muito mais uma obra literária que um tratado didático é interessante e bem escrita.

Ferreira, sendo, desde já, de notar que a actividade filosófica de Pinheiro Ferreira não se circunscreve a essa obra, pois, logo em 1814, aparece dêle a tradução das *Categorias,* de Aristóteles.

As *Prelecções philosophicas* são um manual de filosofia, destinado ao ensino desta matéria, contendo todos os caracteres expositivos das obras de tal natureza, isto é, apresenta-se cheio de definições, axiomas, problemas, teoremas — como era então moda, — e de classificações e teorias. Assim, a primeira prelecção destina-se a justificar a necessidade da lógica, da gramática, retórica, cosmologia e diceósina, da eloqüência, da estética, etc.; define a filosofia como « o complexo das diferentes doutrinas que todas teem por objecto dirigir o Espirito humano nas suas diferentes operações ». Segue-se, depois, uma série de definições de classe, espécie, género, secção, família, ordem, sistema, metodologia, psicologia, estética, ética, cosmologia, teologia natural, etc. Nas seguintes prelecções trata da sensibilidade, da inteligência, do raciocínio, das ideas simples e associadas; da memória e imaginação; da substância, essência e natureza; da matéria e dos corpos, e das qualidades e propriedades daquela; da qualidade, da divisibilidade da matéria, da gravitação, do movimento, etc.

O que há a notar nas *Prelecções* de Pinheiro Ferreira é uma certa falta de coordenação nos assuntos das prelecções, e no método da exposição, de forma que duma prelecção para outra os objectos de estudo mudam muito, sendo estes bastante variados, até, dentro da mesma prelecção. Assim, a sexta prelecção começa por notar a diferença entre a sensação, a percepção e a idea; e, depois de definir a certeza e a dúvida, diz, sucessivamente, o que é o hábito, a atenção e a contemplação, reflexão, aplicação ao estudo, indagação, aprender, golpe de vista, etc. « hábito, desteridade, destreza, capacidade,

experiência, prática e exercício [1], e, ainda, «habilidade, talento, capacidade, tacto, instincto, conhecimentos inatos...». Pois, a sétima prelecção começa logo por uma exposição de natureza gramatical.

Na nona prelecção começa o estudo das categorias de Aristóteles expondo e explicando, até à décima terceira, os cinco aforismos. Emfim, até à vigésima segunda e última prelecção os assuntos sucedem-se variados, abrangendo os mais diversos objectos da filosofia e das sciências, desde as judiciosas considerações sôbre a nomenclatura de cada sciência, considerando-a como índice do progresso das sciências, até à análise da doutrina botânica de Lineu. Pinheiro Ferreira faz seguir esta obra das *Categorias de Aristoteles, traduzidas de grego e ordenados conforme a hum novo plano* [2]. Em 1826, aparecia o primeiro grande trabalho filosófico de Ferreira — o *Essai sur la Psychologie* [3]. A Academia das Sciências de Copenhague havia, por essa época, aberto um concurso de Memórias tendo por tema: «Quelle est la véritable notion de la Psychologie, et quelle est la relation de cette science avec celles qui s'y rapportent? Doit-on admettre la distinction que des savants ont voulu établir entre la psychologie empirique et la psychologie rationnelle ?» Obstáculos insuperáveis não consentiram — e foi pena — que Pinheiro Ferreira concorresse, tendo aparecido, depois, o *Essai* que êle escreveu para êste concurso.

Dissemos que foi pena que Pinheiro Ferreira não tivesse podido concorrer, pórque o seu *Essai de Psychologie* é uma obra notável para o seu tempo, constituindo

---

[1] A obra termina por um excelente índice analítico, ocupando 101 páginas, das matérias tratadas nas vinte e duas prelecções, dando-se até uma idea sucinta de cada objecto de estudo.

[2] Esta obra, aparecida em 1814, tem VI + 45 páginas.

[3] Esta obra foi redigida em 1824, e teve a sua 2.ª ed. em 1826.

mesmo, sob certos pontos de vista, um trabalho marcante, um estudo precursor de muita idea, que mais tarde veio a ser tida por nova e original em obras estrangeiras. É lamentável que os historiadores da filosofia e os bibliógrafos da psicologia hajam desconhecido, no estrangeiro, esta notável obra dum português [1]. Não quere dizer que esta obra responda precisamente ao tema do concurso, e que, ao findarmos a 126.ª página do seu texto e as 326 páginas das *notas* e *citações,* fiquemos com « a verdadeira noção da psicologia », e se manifestem bem claras as relações entre essa sciência e as suas afins, ou ainda, que fique descriminada a diferença entre a psicologia empírica e a racional [2]. Mas, não há dúvida que no *Essai* ha muito de aproveitável, denotando um fundo conhecimento da história da filosofia, das concepções das diversas escolas, e das ideas dos pensadores e tratadistas [3].

---

[1] Nesta obra notam-se, ainda, vestígios das *Prelecções philosoficas*, na maneira de tratar « des sciences en général », onde não faltam os parágrafos sôbre os factos, a nomenclatura, sistema, teoria e método; no estudo « des sciences psychologiques », a divisão destas, a teoria da definição, e as espécies de definições; e as considerações sôbre « des idées », isto é, sôbre a associação das ideas, as sensações, a memória, o juízo, a comparação, as sensações simples e complexas, as ideas abstractas, etc. Esses vestígios continuam a aparecer no decorrer do *Essai*, ficando, por vezes, a impressão que certas passagens desta obra são, com pequenas variantes, a versão francesa de vários parágrafos das *Prelecções,* como o que se refere à nomenclatura nas sciências matemáticas e naturais, de páginas 65 a 80, etc.

[2] Efectivamente, nem na *Primeira parte,* que tem por título: «*Da classificação das sciencias psichologicas*», se trata de tal classificação, nem na *Segunda parte*, sob a designação « *Da psicologia em geral* », se define esta, se relaciona ela com as outras sciências, e se fixa a diferença entre a psicologia empírica e a racional, pois o que se sintetisa na « *Conclusão* », é muito pouco.

[3] Na verdade, procurando as *Notas* e as *Citações* fica-se admi-

São, também, de Pinheiro Ferreira as *Noções elementares de Philosophia geral e aplicada ás sciências morais e políticas. Ontologia, Psicologia, Ideologia,* que apareceram em Paris, em 1839 [1]. Esta obra é de pura exposição, pois — como diz na *Advertencia* — é um « *Compendio* », que o A. oferece « á estudiosa mocidade portuguêsa » ; mas, no seu género, prestou durante muito tempo inapreciáveis serviços aos estudiosos [2]. Os intuitos de Pinheiro Ferreira ao publicar a sua *Philosophia Geral* ressaltam do que diz na *Advertencia,* e que é o seguinte:

« Julgamos conveniente dar à luz estes três tratados (Ontologia, Psicologia e Ideologia), sem esperar pelos que hão de versar sôbre a Ethologia,/a Grammática geral e a Estética; porque nos pareceu urgente desafrontar o ensino da Philosophia do insignificante Compêndio que ha mais de meio seculo, em vez de desenvolver, entorpece ou perverte a nascente inteligencia da mocidade portu-

---

rado da grande erudição de Pinheiro Ferreira sôbre a filosofia greco-romana, medieval e moderna, até Condillac.

Tanto nesta obra como, já, nas *Prelecções* nota-se a influência que no seu espírito operaram as lições de Karsten e Werner sôbre mineralogia, quando Pinheiro Ferreira esteve na Alemanha, e os seus estudos sôbre química e as sciências naturais. Quanto à sua cultura matemática o A. demonstra-a em diversas passagens das suas obras, apresentando-se um entusiasta admirador de José Anastácio da Cunha — que várias vezes cita, e sempre com elogio.

[1] O Dr. Lopes Praça, na sua elementaríssima *Historia da Philosophia em Portugal,* 1868, fez uma rápida resenha das *Noções elementares de Philosophia,* do *Ensaio sobre Psychologia,* de Pinheiro Ferreira, e das suas *Prelecções philosophicas,* transcrevendo diversas passagens dessas obras, mas não pela ordem cronológica que acima seguimos — e que é a exacta. Lopes Praça tem, por vezes, razão na sua crítica das ideias de Pinheiro Ferreira, mas outras, a sua análise é incompleta e acanhada, faltando-nos aqui o espaço para o exemplificar. Vid. pág. 213-218.

[2] Vid. a crítica de Lopes Praça, *ob. cit.,* pág. 216.

gueza[1]; sendo o seu único merecimento o tê-la preservado do tenebroso barbarismo dos Heraclitos da Alemanha e da brilhante phantasmagoria dos da França». E, prosegue: «Educados com os princípios de Aristoteles e seos continuadores Bacon, Leibnitz, Locke e Condillac, tomámos a sciência no ponto em que a deixaram aqueles grandes philosophos e procurámos adiantá-la até onde alcançassem nossas tenues fôrças[2]».

Em 1841, aparecia, em Paris, o *Précis d'un cours de philosophie elémentaire. Ontologie, Psychologie, Ideologie.* Esta obra, á qual Lopes Praça se não refere, é a versão francesa das *Noções elementares de Philosophia*, seguida, quási, parágrafo a parágrafo, com ligeiras variantes, as quais consistem em alguns desenvolvimentos e aditamentos na edição francesa. Trata-se, por tanto, de mais um Compêndio, aliás metódicamente disposto e que satisfaz às quatro condições que o A. indica no *Avertissemant*, isto é, deve conter todos os princípios fundamentais

[1] Trata-se da obra de António Genovesi — *Institutiones Logicae et Metaphysicae* — que entre nós foi muito seguida nas aulas de lógica, da qual o professor Bento de Sousa Farinha publicou, em 1770, uma tradução em dois volumes — as *Lições de lógica e metaphysica de Genuense* —; Guilherme Coelho Ferreira fez aparecer, em 1787, outra tradução — as *Instituições logicas e metaphysicas de António Genuense* —, com muitas anotações; e o professor Miguel Cardoso, também, publicou outra versão portuguesa sob o título: *As instituições de metaphysica de António Genuense acomodadas para uso dos principiantes.*

Apesar da *Philosophia geral* de Pinheiro Ferreira se apresentar como uma reacção às *Instituições* de Genovesi, não há dúvida que conheceu muito bem a obra do A. italiano, tendo sido por ela, talvez, que êle tomou conhecimento com o sistema de Locke.

[2] Como se vê, Pinheiro Ferreira não só deixa de citar como seus educadores, em filosofia, John Toland, Hartley e Priestley, mas nem ali faz figurar David Hume, não obstante encontrarmos, aqui e ali, nas suas obras a influência da leitura daquele eminente seguidor, atenuado, de Locke.

da sciência, aplicá-los às principais questões, responder às objecções que possam abalar as convicções — «la croyance» — dos alunos, e tornar conhecidas dêstes as diversas doutrinas patenteadas pelos principais escritores.

Resumindo: ninguém deve ver em Pinheiro Ferreira um pensador criador de sistemas ou doutrinas de filosofia, mas um vulgarizador muito sabedor, muito erudito, e dispondo duma inteligência mais metódica do que crítica, e, sem dúvida nenhuma, o primeiro sistematizador dos conhecimentos filosóficos que em Portugal nos patenteia o século XIX [1].

Efectivamente, jà antes de Pinheiro Ferreira haviam aparecido os trabalhos filosóficos de José Agostinho de Macedo, de Rodrigo Ferreira da Costa, de Francisco Paulo Murta, de Manuel Pires Vaz, e de Luiz Caetano Altino. Mas, nenhum dêsses trabalhoso oferece uma vista de conjunto dos conhecimentos filosóficos. Assim, José Agostinho de Macedo figura na historia da filosofia portuguesa, principalmente, com três obras: as *Cartas filosoficas a Attico*, aparecidas em 1815; O *Homem, ou os limites da razão*, publicada no mesmo ano; e a *Demonstração da existencia de Deus,* dada à publicidade em 1816 [2].

---

[1] Acêrca de Silvestre Pinheiro Ferreira, ver: *O Elogio Historico*, por José António Lisboa, *in Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro,* vol. XI, pág. 195-198; Teixeira de Vasconcelos — *Glorias portuguezas*, tom. I, pág. 1 a 60; Melo Morais — *Brazil Historico,* tom. I, n.º 46; Inocêncio Francisco da Silva — *Dicionario Bibliográfico*, tom. VII, pág. 259, etc., e tom. XIX, pág. 213; *Diccionario Popular,* tom. V, pág. 303-305; *Diccionario Portugal*, tom. V, pág. 774, e o *Novo catalogo das obras do publicista portuguez Silvestre Pinheiro Ferreira,* 1849, que saiu anónimo, mas que é da autoria de Filipe Ferreira de Araujo e Castro — que foi íntimo amigo de Pinheiro Ferreira.

[2] José Agostinho de Macedo já antes, em 1814, havia publicado

A primeira, é muito mais uma obra de moral e literatura que um trabalho filosófico pròpriamente dito, pois o autor trata ali, principalmente, mas sempre de fugida, das questões morais, como a apologia da modéstia e do estoicismo de B. Spinosa, se bem que também ali apareçam algumas lucubrações acêrca das ideas dos Bacons, de Descartes, de Leibnitz e de Malebranche, sôbre o desenvolvimento da inteligência segundo Locke e os espiritualistas, e a respeito de outros pontos de lógica, metafísica, estética, etc., sem esquecer as alusões de carácter literário às obras dos escritores latinos, e de Racine e Corneille, de Boileau, de Milton, de Young, etc.; de natureza artística — sôbre pintura; de natureza social — sôbre a obra de Montesquieu e João Jacques Rousseau; e de ordem política — contra a Revolução francesa.

O Homem, ou os limites da rasão, é, como sub-intitula o autor, uma «tentativa filosofica», sob um critério naturalmente deïsta, espiritualista. Trata-se de uma apologia da revelação contra as incertezas da sciência, fazendo realçar os limites das possibilidades do conhecimento humano.

Aparecem, no decorrer da pequena obra, breves, mas interessantes, comentários críticos às ideas de Descartes, Locke, Leibnitz, Condillac, Mallebranche, Helvecio, etc., ocupando-se o autor, em matéria pròpriamente filosófica, dos orgãos e do mecanismo da sensibilidade e da inteligência normal e doentia — fantasia, sonho, delirio, etc.; «da razão, unica faculdade do espírito»; da memória; «dos effeitos diversos das varias modificações das potências, e faculdades do homem» — sendo muito interessantes nêste capítulo, pela sagacidade e agudeza

uma outra obra de crítica e apologética: *A verdade ou pensamentos philosophicos sobre os objectos mais importantes á Religião e ao Estado.*

de talento analítico e crítico, os seus comentários e definições acêrca do génio, do bom senso, do bom gôsto, do engenho ou espírito, da diferença entre o espírito penetrante e o espírito profundo, dos chamados espíritos fortes, etc. [1]

Na *demonstração da existencia de Deus* José Agostinho de Macedo combate o ateismo, tendo em vista provar que a sciência é impotente para nos esclarecer acêrca da essência das cousas, das causas primárias e finais dos fenómenos e da forma como se passa uma infinidade de transformações, pois, só admitindo a revelação e crendo na divindade se podem compreender tais cousas. E, depois de manifestar que o homem tem uma irresistível sêde de conhecer o porquê das cousas ataca aqueles que, como de d'Holbach, no seu *Sistema da natureza*, procuram ver tal causa na matéria eterna, classificando essa concepção de «hum horrendo monstro de idéas». Igualmente combate aqueles que querem ver no acaso tal porquê, sustentando que a causa de tudo reside em Deus, e defendendo largamente o seu ponto de vista deista, espiritualista e, até mesmo, por excesso: panteista. Seria interessante, mas ficaria aqui um tanto deslocado, o estudo atento dos capítulos X e XI, e as relações da sua doutrina com o espinosismo [2].

Em 1815, havia aparecido o pequeno trabalho de F[rancisco] P[aulo] M[urta], *Thesouro descoberto; Luzes elementares de logica; Theoria pratica mercantil*, de 132 páginas, e que é um pequeno manual de educação moral e religiosa para uso dos comerciantes. Ahi o autor aborda, duma forma elementar, expositiva, didática e apologética, e sob um critério deista, algumas questões

[1] *O Homem ou os limites da rasão*, de José Agostinho de Macedo, tom. 182 págs.

[2] Êste trabalho tem 93 págs. de texto.

de filosofia, como as que se referem à «origem e grandeza e origem do homem», às faculdades da alma, aos êrros do juízo, aos processos de raciocínio, ao critério da verdade, etc., estabelecendo, depois, regras acêrca da educação e da conduta do comerciante, e terminando por umas interessantes «reflexões sobre o commercio».

No ano seguinte, 1816, Rodrigo Ferreira da Costa publicava, dedicado ao marechal de campo Manuel de Brito Mousinho, uma elementar *Theoria das Faculdades, e operações intelectuaes, e moraes*, com 82 págs. — que nada tem de importante ou característico, pois não passa duma série de definições e exposições sôbre os assuntos anunciados no título da obra.

Em 1819, Manuel Pires Vaz, que mais tarde nos há de vir a dar obra de maior tomo e muito mais discutível, publicava no *Jornal de Coimbra* uma *Breve preparação para os compendios de Philosophia racional, e moral de Genuense, e Heinecio.* Começa Pires Vaz por notar que o ensino da filosofia não deve ser precedido do estudo sistemático da sua história, pois os estudantes sem o conhecimento da lógica, da metafísica e da moral não poderiam compreender tal história. Mas, esta deverá ser ensinada no fim dos estudos filosóficos, o que não quere dizer que os professores deixem de expôr «aqui, e alli aquelles pedaços da História que confirmão, illustrão, e desenvolvem as proposições, ou paragrafos, que intenta fazer-lhes comprehender». E, acrescenta: «Procedendo desta sorte terá o Professor ensinado a seus Discipulos no fim dos Compendios uma larga e proveitosa História».

Depois, explica a definição de filosofia, ocupa-se das divisões e sub-divisões desta, e da ordem porque devem ser estudadas as suas partes, seguindo o processo então mais ou menos em uso, segundo o qual se devia iniciar tal ensino pelo estudo da lógica, seguindo umas após

outras: a ontologia, a psicologia, a teologia, a metafísica, a ética e a física [1].

Como já dissemos, Pires Vaz escreveu outra obra — um *Discurso filosofico e theologico, juridico e politico sobre a liberdade humana* [2]. O prefacio inicia-se logo com um vivo requisitório contra « a liberdade humana » que o autor considera sinónimo de licença, falando logo da «tenebrosa, anti-filosofica e anti-catholica sabedoria, concebida no coração corrompido, apoiada pela razão hallucinada, ensinada pelas bocas, e publicada pelas pennas fratricidas e deicidas dos *Rousseaus*, dos *Voltaires*, e dos *Diderots*, e dos mais seus socios e discipulos, cujos nomes infames tem sido desde o Seculo passado, e são ainda agora tão celebrados sobre a terra por todos os seus infelizes sectarios, e serão eternamente execrados e anathematizados no inferno, aonde soffrerão todos (mestres e discipulos) a mais dura e vergonhosa escravidão...». Adiante, escreve: «Na verdade não é necessario ler com demasiada reflexão os impios e anti-sociais escriptos dessa praga de Filosofos, que o inferno vomitou em os ultimos tempos... para reconhecer logo que a Liberdade Humana... é por elles só no seu ser fysico, e não no seu ser moral...». E, depois de notar que os seguidores daqueles filosofos classificam de «ignorantes e estupidos» quem os não acompanha, diz que «o Tribunal Supremo aonde será dada a ultima e irrevogavel Sentença, é o Verdadeiro, e Unico Deus, Juiz Rectissimo e Omnipotente dos Justos...», sendo êste quem há-de decidir se os ignorantes e estúpidos são os que atacam tais filósofos ou se o serão estes e os seus seguidores.

Pelo que deixamos transcrito já será facil compreender

---

[1] Ver *Jornal de Coimbra*, 1819, N.º LXXV, parte II, pag. 85-88.

[2] Consta de dois volumes, aparecidos em 1823, com XI-109 pag., e 174 pag.

qual o objecto da obra, os fins que o seu autor teve em vista ao redigi-la, e o critério que o orienta, sendo o 1.º volume o desenvolvimento destas ideias. Quanto ao 2.º volume ou «discurso» começa por tentar demonstrar «a necessidade e utilidade da Censura Prévia á Impressão dos Escriptos Nacionaes e á Introducção dos estrangeiros nos Dominios Portuguezes...», procurando, mais adiante, demonstrar os: «males causados em Portugal por meio dos livros impios estrangeiros, que nelle se introduzirão fortuita e cautelosamente contra a lei da Censura Prévia, e que produzirão por fim a infausta Revolução de 24 de Agosto de 1820, executada pela Sociedade Maçonica», e, depois de continuar a tocar, em 108 pag., o mêsmo bordão, expõe o «Plano geral de uma Lei, para regular a Censura Prévia, Religiosa e Politica, assim dos Escriptos Nacionaes, antes da sua Impressão, como dos Estrangeiros, antes da sua Publicação, e da Licença para poderem correr e ser lidos uns e outros nos Dominios Portuguezes» [1].

Esta obra aparecida — como dissemos — nos fins de 1823 constitui bem a representação espiritual, moral, filosófica da reacção política e religiosa miguelista. Daqui em diante a filosofia cartesiana e sensualista que entrára em Portugal já no tempo de D. João V, e mais ainda, no período pombalino com a criação das cadeiras menores de filosofia racional, com a reforma da Universi-

---

[1] Além das obras citadas são ainda de notar: — *Sciencia dos costumes ou ethica resumida por um anonymo português* — o qual é Manuel Lopes da Matta, 1813; as *Theses de psychologia racional e experimental sobre a origem dos conhecimentos humanos,* por Fr. José de Almeida Duarte, 1814; o trabalho de [Luiz] C[aetano] [Altino] de Campos, *Les rêves des philosophes dévoilés par l'examen de la science de la nature.* Paris, 1820 — que não conseguimos encontrar na nossa Biblioteca Nacional; e o estudo do P.e Inácio José de de Macedo, *Elementos de philosophia moral e racional,* publicados em Faro, em 1843, — que, também, não encontramos.

dade, 1772, e mercê da benevolência da Mesa Censória pombalista, ia sofrer uma viva perseguição, porque as ideias que Pires Vaz apresenta na sua obra não indicam uma mera opinião pessoal, mas sim representam o ponto de vista da classe dominante na época. Se essa obra como a *Dissertação sobre a alma racional*, de Fr. José Maynes, aparecida em 1778 — e que era uma obra de polémica e de combate, contra a filosofia moderna — manifestasse a simples opinião pessoal de seu autor, êle seria impotente — como foi a do trinitário — para sustar a evolução da filosofia em Portugal no primeiro quarto do século XIX. Mas — como já dissemos — tal não se dava, pois Pires Vaz era bem no campo filosófico, o representativo da reacção absolutista.

Por isso, a *Arte de pensar*, de Condillac, que surgira traduzida em português, em abril de 1794, e fôra publicada em 1818, desapareceu, ficando lado a lado, para o ensino, as *Instituições de Lógica*, de Genuense, e as *Instituições de philosophia pratica* de Eduardo Job [1].

A decadência da filosofia torna-se, então, entre nós cada vez mais manifesta, concordando tal decaïmento com os progressos do miguelismo [2]. Contra essa decadência só mais tarde, e muito poucos, procuraram reagir, sendo de salientar entre os espíritos progressivos da sua época Cunha Rivara, professor de filosofia, isto é, «de

[1] A primeira tradução portuguesa da obra de Eduardo Job é de João Baptista Correia de Magalhães, e apareceu em 1846. No ensino da filosofia, nas Escolas Regias, usava-se o compêndio de Genuense, para a lógica e metafísica; e o de Heinecio para a ética ou filosofia moral, sendo, depois, êste último substituído pelo de Eduardo Job. Em 1852 aparecia ainda um *Elencho da Philosophia pratica de Job*, por Ferreira Tavares.

[2] Silvestre Pinheiro Ferreira livra-se da censura aos seus livros e atenua as perseguições à sua pessoa fazendo sair as suas obras filosóficas em Paris.

ideologia, grammatica geral, e logica» — como então se dizia — do liceu de Evora.

Cunha Rivara escreveu uma *Memoria sobre a insufficiencia do Ensino da Philosophia Racional pelo methodo ordenado no decreto de 17 de novembro de 1836* — escrito êsse notável e que marca uma época. Começa o seu autor por notar que uma nação onde só se atendesse ao progresso das sciencias matemáticas e físicas com prejuizo das sciências morais e políticas — «cujo objecto é o estudo abstracto do homem e o aperfeiçoamento social» estaria em plena decadência, porque «o que constitue a nacionalidade, isto é, a força virtual de um povo: não são tanto as suas riquezas, como o pensamento commum, que o impelle e faz querer e obrar, como se fôra um só homem, para alcançar o fim que a Providencia assignou à sua actividade». E, depois de insistir que existem «a par dos interesses materiaes outros interesses d'uma ordem superior, que tem por base o conhecimento das nossas faculdades intellectuaes, e por remate a indagação das causas finaes da sociedade, a exaltação da dignidade e da moralidade dos homens, e o aperfeiçoamento do mechanismo dos governos», traça um breve quadro da evolução da filosofia no nosso país, desde a reforma das escolas menores, de 1759, e da criação do ensino da filosofia nas Escolas Regias pombalinas. E, depois de fazer notar que o ensino da filosofia, segundo o Decreto de 17 de Novembro de 1836, não se pode fazer pelo método de Genuense, diz ter-se visto forçado a seguir mais ou menos os *Elementos de Ideologia*, de Destutt de Tracy, se bem que logo observe que tal obra está antiquada.

A seguir, faz uma interessante digressão sôbre a evolução da filosofia europeia, a partir de Locke e até Laromiguière — de quem já tratámos, e, referindo-se às duas grandes correntes filosóficas da sua época, traça

a marcha do criticismo alemão desde Kant a Fichte, Scheling e Hegel, que osmoseou para França devido a V. Cousin, e ocupa-se do espiritualismo da escola escocesa que, proclamado por Tomaz Reid e Dugald-Stewart, é importado em França por Royer-Collard e ensinado por Jouffroy — dos quais já falámos. E, após a exclusão que faz dos *Elementos*, de Tracy, por inconvenientes para o ensino filosófico, expõe o plano do seu curso, dividindo-o em duas partes: a *primeira* — a que chama *Historia Analítica do Entendimento* — destinada a estudar os sistemas de psicologia então conhecidos, e «a Cronioscepia, a Phrenologia, e a Ideologia, a Philosophia allemã, a Philosophia escocesa, etc.»; e a *segunda*, destinada ao estudo da lógica. Depois, num aditamento à *Memória*, diz seguir, como base das suas lições, os *Elemens de Psichologie, d'Idéologie et de Logique,* ou *Art de Penser*, por P. J. Jacquier, de 274 págs. aparecido em 1825, em Paris, sumariando a obra.

Mas, o tempo não corria fagueiro, entre nós, para inovações nos sáfaros campos da filosofia, e só mais tarde haviam de germinar e frutifazer as sementes lançadas à terra no tempo de Pombal, e depois.

Assim, não admira que ás Memórias e representações de Cunha Rivara o Conselho Geral director do Ensino primário e secundário — que então funcionava em Coimbra — responda dizendo-lhe que deve ensinar a filosofia racional e moral pelos compêndios de Genuense e Heinecio ou Job, suprimindo o professor as imperfeições e omissões daquelas antiquadas obras.

Como se vê, o ensino da filosofia atravessava, aqui, uma grave crise de inércia, de estagnamento, de imobilidade, ao passo que lá fóra apareciam, por essa época uma reedição das obras de David Hume; as edições Hartenstein, Rosenkranz e Schubert, das obras de Kant; dez anos antes Edgar Quinet publicara, em três volumes,

a tradução das *Idéas sobre a filosofia da historia da humanidade,* de Herder; mais dum decénio antes haviam aparecido as obras completas de Jacobi; a última obra de Fichte — os *Discursos á nação alemã* — tinha já trinta anos; e anos antes haviam surgido as edições das obras de Schelling e Hegel; Herbart e Schopenhauer começavam já a ser bastante lidos e a *Vida de Jesus*, de D.-F. Strauss já era conhecida desde 1835; etc. O próprio espiritualismo promanando das duas fontes diferentes na origem, mas mais ou menos similares nos objectivos — Th. Reid e Kant, — e que tão bem se haviam ajustado à defeza dos dogmas do catolicismo, era conhecido aqui, só individualmente pelo estudo das obras de Royer-Collard, de Maine de Biran, das *Mélanges*, do Th. Jouffroy, e outro tanto sucedia ao espiritualismo eclético de Vitor Cousin de quem eram, ao que parece, lidos, por cá, o *Cours de l'histoire de la philosophie moderne* e os *Fragments philosophiques* (1815-1826) [1].

Quanto à filosofia oficial no nosso país, continuava-se — como acima vimos — apegado ao Genuense, pois, ainda em 1843 certo Anónimo publicava umas *Noções elementares de philosophia racional e moral, acomodadas às «Instituições de Antonio Genuense»*, aparecendo, também, nêsse ano a obra de Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo, *Noções elementares de psychologia, ideologia e grammatica geral, servindo de correcção e ampliação ao compendio de*

---

[1] É de notar que em França o ensino oficial da filosofia a par das obras de Cabanis, de Volney e de Destutt de Tracy, seguia, e cada vez mais, o espiritualismo, sendo os chefes de escola acima citados os professores e autores mais ouvidos e acatados. Não quer isto dizer que cedo não se elevassem vozes discutindo o ecletismo, pois elas ecoaram muito regularmente, sendo de citar entre os principais críticos do espiritualismo: Bordas-Demoulin com as suas *Lettres sur l'éclectisme et le doctrinarisme,* aparecidas em 1834; e Pierre Leroux com a *Réfutation de l'éclectisme,* publicada em 1839,

logica de A. Genuense; em 1845 surgiam os *Elementos de logica de Genuense (Subsidio),* por José Correia da Silva e Melo e Manuel Joaquim Afonso Cirne; outro Anonimo — que era José Maria Pacheco de Aguiar —, não muito precoce, aparecia, em 1849 com uns *Elementos de metaphysica, segundo Genuense,* além de vários outros autores mais discretos que continuam a expor nas páginas das suas obras as ideas de Genuense e de Heinecio sem o declararem na capa.

Contudo, aqui e além iam surgindo vozes discordantes dos métodos de Genuense, classificando-os de obsoletos, e procurando libertar-se dêsse tradicionalismo filosófico. Em 1845, Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo — de quem já falámos — publicava as suas *Noções elementares de ontologia, psycologia racional e theodicêa,* notando-se nesta obra a influência das idéas e conceitos de Laromiguière sôbre psicologia [1]. Porém, a primeira obra completa destinada a substituir o Genuense, se bem que ainda neste se inspira bastante, é a do médico e professor de filosofia em Faro, Manuel António Ferreira Tavares, *Lições de Philosophia,* em 2 volumes, aparecidas de 1846 a 1848, e que trata da psicologia, lógica, teologia natural, da filosofia prática e da ética.

Por êsse mesmo tempo, apareciam os dois pequenos volumes de Domingos Pinto Ribeiro, médico e professor de filosofia no seminário e liceu de Lamego, sob o título *Elementos de philosophia racional e moral,* 1848-1850, divididos em três partes, tratando a primeira, da lógica; a segunda, da metafísica; a terceira, da ética. Mas, ainda

---

[1] Esta obra deu origem a um estudo de Silvestre Pinheiro Ferreira intitulada: *Juizo critico sobre as «Noções elementares de Ontologia e Psychologia racional» por Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo,* e que apareceu, em 1845, nas *Questões de direito publico e administrativo, philosophia e litteratura,* vol. III, pág. 106.

aqui ao tratar da lógica o autor segue as ideas de Genuense.

Em 1850, Ferreira Tavares aparecia com o seu *Compendio de moral, seguido dum appendice dos principios de direito natural. Contendo em resumo todos os ramos da filosofia pratica* [1]. Trata-se de um pequeno manual elementar de moral, aliás muito bem redigido e próprio para «os meninos que estudam na instrução primaria».

A influência do Genuense continuava a desaparecer, pois os nossos tratadistas e expositores atentavam cada vez mais nas obras francesas sôbre o espiritualismo eclético, não esquecendo as críticas cada vez mais vivas às ideas do nacionalisado Genovesi. Entre estas é de destacar, pela importância que revestiu e pelas circunstâncias em que foi proferida e pelo fim que teve em vista, a do Dr. Manuel dos Santos Pereira Jardim. Êste antigo professor de filosofia no liceu de Lisboa tornou público, em Coimbra, em 1851, um *Relatorio e Programma para a reforma da philosophia racional e moral* — que consiste num parecer elaborado a pedido do Conselho da Instrução Pública acêrca da reforma do ensino filosófico. Aí, analiza o autor as principais doutrinas filosóficas; comenta e critica o estado em que se encontravam os estudos filosóficos; dá o seu parecer sôbre a reforma a efectuar no ensino, patenteando um acurado conhecimento das correntes filosóficas mais seguidas no seu tempo, especialmente em França e na Alemanha; e faz uma crítica incisiva da obra de Genuense, classificando as ideas ali expostas não só de obsoletas como falsas. E, depois de indicar os objectivos da filosofia como destinada a *afinar* o espírito, a elevar a alma, a cultivar as faculdades e a iniciar o homem nas concepções e nas idéas que constituem o património

[1] Tem 55 págs.

humano, emite o parecer que o ensino da filosofia racional e moral, com os princípios de direito e um resumo da história da filosofia seja ministrado em todos os liceus do país, devendo criar-se no liceu de Coimbra uma cadeira de filosofia transcendente, com duas partes distintas: 1.ª a filosofia da história; 2.ª a história da filosofia, especialmente nos séculos XVIII e XIX, sendo o exame da tal disciplina obrigatório para a matrícula em qualquer Faculdade da Universidade [1].

O programa de Pereira Jardim é precedido de um desenvolvido *Relatorio,* que preenche 45 págs., onde aquele professor, depois de diversas considerações políticas e sociais emergentes da situação da Europa em 1850 e 1851 e sôbre as reformas por que passou a filosofia até êsse tempo, faz uma «*Breve analise de Genuense*» — que apesar de «breve» ocupa 15 págs., mostrando os êrros e arcaismos daquele autor, e terminando por dizer em referência à obra de Genovesí: «A condenação dêste livro, está na reprovação geral, que elle tem tido. Quanto a mim, até o nome baniria da sciência» [2].

---

[1] Por nos parecer interessante, como afirmação de um critério ainda hoje bastante seguido e para muitas pessoas defensável, não obstante os seus 73 anos, transcrevemos os dois artigos do programa de Pereira Jardim sôbre a filosofia da história e a história da filosofia: «Art. 2.º A philosophia da historia, porisso que é uma sciencia *a priori*, estabelecerá as leis segundo as quaes a humanidade se deve ter desinvolvido; e procurará na historia das nações os dados experimentaes ou os factos, que devem fazer ver, se este desinvolvimento tem seguido um caminho racional conforme á natureza humana, e aos designios da providencia». «Art. 3.º A historia da philosophia comprehenderá as doutrinas das escholas principaes; as relações de similhança e de differença, que teem entre as escholas antigas e as modernas; e a influencia, que estas doutrinas tiveram nos seculos, em que floresceram; tudo provado com exemplos extrahidos da historia da civilização dos povos».

[2] Pereira Jardim ocupa-se, seguidamente, da *Filosofia moral,* traçando, em breve escôrço, uma história da filosofia, entrando, de-

Apesar das arremetidas de Pereira Jardim ainda durante algum tempo o Genuense havia de continuar, *puro ou depurado*, a influenciar o ensino da filosofia em Portugal. Assim, ainda em 1858 Almeida e Azevedo, de quem já temos falado, publicava as suas *Noções elementares de Logica, servindo de correcção e ampliação ao Compendio de Logica, de A. Genuense* [1].

---

pois, no estudo do problema moral, e tratando da idea do bem, da classificação dos actos humanos e do seu critério de classificação, dos sistemas de filosofia moral, seguindo o autor, de perto, a *Philosophia moral*, de Balmes. Termina o *Relatório* por tratar do *direito natural* e da *filosofia da historia.*

[1] Já que falamos novamente de Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo queremos elucidar que êste professor do liceu bracarense foi bastante atacado, contando-se no número dos seus adversários os professores Pereira Caldas, Fr. Manuel da Conceição e Barros, o P.e Antonio Teixeira Leite e o p.e José Ferreira Marnoco e Sousa. Êste último escreveu contra Azevedo um opúsculo de VII–60 págs. que apareceu em Braga, em 1856, intitulado: *Algumas reflexões sôbre certos absurdos ontologicos que se encontram nas «Noções Elementares de Ontologia, Psychologia racional e Theodicea ou Metaphysica Genuense reformada por M. Pinheiro de A. e A.» Escriptas em pró da religião e para desengano da mocidade.*

A esse opúsculo respondeu logo Azevedo com a *A hipocrisia desmascarada ou historia da famosa embuscada, e que se deu por titulo «Algumas reflexões sôbre certos absurdos ontologicos», etc. e a respectiva refutação*, cuja 1.ª parte, com VII-48 pags. apareceu em Braga, em 1856, ao que parece.

Esta questão encheu por muito tempo a opinião esclarecida do norte do país, sendo muito versada — e por vezes com elevação, e à parte uma ou outra frase mais incisiva — na imprensa da época, como o *Bracharense*, a *Instrucção Publica*, etc. Mas, não só aí foi tratada, pois continuou-o sendo em opúsculos. Assim, em 1857, aparecia, em Braga, um folheto de 8 págs. da autoria de Fr. Manuel da Conceição e Barros, antigo professor substituto do liceu de Braga, sob o titulo: *Resposta ao escripto intitulado a hypocrisia desmascarada.*

Pouco depois Almeida e Azevedo publicava a 2.ª parte da *Hipocrisia desmascarada*, à qual se apressou a responder o citado Fr.

Contudo, no mesmo ano em que aparecia o *Relatorio e o programa* do Pereira Jardim surgia dos prélos da Universidade um compêndio de filosofia que, muito mais que o de Ferreira Távares e de Almeida e Azevedo, havia de ir grangear uma influência importante no ensino liceal dessa disciplina. Referimo-nos aos *Elementos de Philosophia racional* de João António de Sousa Dória — que logo ao abrir declara: «Publicamos os nossos apontamentos sobre a philosophia racional, não por odio a *Genuense;* senão por vermos, que este livro deficiente n'umas doctrinas, é demasiado extenso n'outras. Bem

---

Manuel da Conceição Barros com um opúsculo de 31 pags. intitulado: *Resposta á 2.ª parte da Hipocrisia desmascarada.*

No fundo de toda esta questão entre Almeida Azevedo e o frade Barros há o caso da substituïção da cadeira de filosofia do liceu a cargo do Barros e a nomeação dêste para a cadeira de lógica do seminário, vindo aqui substituir o Azevedo, cujos serviços foram dispensados. Mas há mais: os polemistas não eram só *oficiais do mesmo ofício* .. filosófico, eram, também, autores de compêndios da mesma matéria... filosófica. É de notar que ao lado da *roupa suja*, muito pouco filosófica e ainda menos teológica, em cuja lavagem é especialmente exímio o frade Barros, há nesta polémica, por vezes, discussões elevadas, e ponderadas, pertencendo a êste número o *parecer*, sôbre a dissensão, elaborado pelo professor J. N. Seixas, que ao tempo ensinava literatura no Colégio da Conceição, e cujo artigo apareceu no n.º 33, do 1.º de Novembro de 1856, da *Instrução Pública*, vindo transcrito em *A Hipocrisia desmascarada*, 1.ª parte, pag. 35-46.

Por sua vez, a questão entre o professor Azevedo e Pereira Caldas resultou, ao que parece, dêste ter um curso particular de lógica, algo frequentado, fazendo assim concorrência ao seu colega Azevedo, professor oficial dessa disciplina no liceu.

Como já dissemos Fr. Manuel da Conceição Barros também era autor de compêndios, havendo publicado em 1854 uns *Elementos de logica e de metaphisica*, com 119 pags., e uns *Elementos de metaphisica*, com 82 pags., sendo ambos muito inspirados nas ideas de Genuense, e servindo o seu estudo como introdução ao compêndio do famoso tratadista de Castiglione.

fracos para podermos formar um systema inteiramente nosso, preferimos ser *ecleticos* em toda a extensão da palavra».

Assim, falando dos autores cujas obras exerceram influência no seu espírito, escreve Sousa Doria: «Temos bastante franqueza para dizer quaes os auctores, que, entre tantos, que havemos lido, nos serviram de guia nos nossos estudos e lucubrações. Soccorremo-nos com especialidade ao sr. Silvestre Pinheiro, e a Balmes, Ubags, Amadeu Jacques, Julio Simon, Pouelle, Fanjas, Genuense, *e um milhão de factos*».

Efectivamente percorrendo a obra de Sousa Dória lá se encontra a influência de Balmes [1], seguindo o autor, quanto á divisão da filosofia racional, o critério por êsse tempo em uso, e que tivera Silvestre Pinheiro Ferreira, dividindo-a em: psicologia, ideologia, gramática geral e lógica. Por isso, a distribuïção das matérias nessa obra compreende a ontologia intuïtiva, a psicologia empírica, a ideologia; a gramática geral; a lógica — tratando da arte crítica, da arte hermenêutica, do critério do raciocínio, da arte silogística, as regras relativas às argumentações, das argumentações viciosas, das causas dos erros e meios de os evitar; a ontologia demonstrativa; e a psicologia

[1] Entende-se que a influência de Balmes não se exerceu em Sousa Dória pela sua *Arte de alcançar a verdade*, e, muito menos, por intermédio de *O protestantismo comparado com o catolicismo*, mas sim pela sua *Filosofia fundamental*, onde Balmes, reagindo contra o idealismo transcendental de Kant e Fichte vai ligar-se a Descartes, dando por base de todo o conhecimento «a intelegibilidade imediata», isto é, o *eu penso* cartesiano, se bem que, como Maine de Biran, censure o autor do *Discurso do Método* por confundir, se não fundir, dois princípios muito diversos: um facto de consciência com uma proposição ideal, isto é, a relação universal e necessária do pensamento, da idea, com a existência. Seguidor de Leibnitz, no que respeita às concepções sôbre o espaço, o tempo, a natureza dos corpos e as ideas innatas, Balmes é, em moral, discípulo de Malebranche.

racional. Termina por uma muito breve, mas clara, história da filosofia, desde Bacon até Krause. A influência dos filósofos franceses Amadeu Jacques, Júlio Simon e Saisset exerceu-se por intermédio do *Manuel de Philosophie* de Jacques, colaborado pelos outros dois, e aparecido em 1847.

*

A instrução moral estava por essa época muito florescente, mesmo, muito mais do que hoje, havendo nós, nestes últimos 72 anos, regressado bastante sob êsse ponto de vista. São disso prova os compêndios e manuais de moral adoptados não só no ensino secundário, como nas próprias escolas primárias. Assim, em 1850, Ferreira Tavares publicava o seu *Compendio de Moral seguido d'um appendice dos Principios de Direito Natural* [1]; nesse mesmo ano aparecia, no Pôrto, os *Elementos de Ethica ou Philosophia pratica e moral, e principios de direito natural,* segundo Eduardo Job — que é um pequeno, mas muito bem distribuído, compêndio, de 48 páginas, onde os assuntos são tratados com clareza, não obstante a forma abreviada e elementar das definições e exposições; em 1851 apareciam os *Elementos de Moral para uso das escolas,* de Carlos José Barreiros — pequeno opúsculo de 53 páginas mas escrito com muita clareza, e com os assuntos dispostos em boa ordem e com bastante método [2]. Nesse mesmo ano aparece a 2.ª edição dessa obra, «mais adequada a capacidade dos alunos d'instrucção primaria» como se diz no frontispício [3]. Dez anos depois, em 1861, Jaime José

[1] Trata-se de um pequeno manual de 55 págs. destinado aos alunos das escolas primárias.

[2] Êsse compêndio é cheio de *notas*, algumas das quais são excelentes, a-pesar-de elementares, e onde são versados vários assuntos de ordem filosófica.

[3] Efectivamente, nesse opúsculo de 34 págs. os assuntos são tra-

Ribeiro de Carvalho publicava uma *Instrucção moral,* num opúsculo de 48 páginas; quatro anos antes, em 1857, Teodolinda Amélia Cristina Leça da Veiga, publicava, dedicados à infanta D. Maria Ana, uns *Elementos de Instrução Moral*, onde a juvenil autora, que «nem ao menos conta vinte anos» — no seu dizer, com bastante erudição e não menor pretenção, trata, — com numerosas transcripções de Platão, Aristóteles, Voltaire, cardeal de Brienne, Bossuet, Tácito, Filangieri, e do Benjamim Constant do *Ensaio sôbre a instrucção publica dos povos livres*, — da existência de Deus, da religião católica, da liberdade dos cultos, da orígem da sociedade civil, da orígem da soberania e do pacto social, da duração do regimen monárquico e das virtudes dêste, do amor e dos sacrifícios pela pátria «seja qual fôr a forma de governo, e sejam quaes forem os governantes». Termina este interessante trabalho, de 117 páginas, um capítulo contra a «ociosidade e a incontinencia publica».

*

Entretanto, aparecia, em Coimbra, a famosa Revista *O Instituto* que se vai tornar o repositório de importantes e numerosos estudos filosóficos. Efectivamente, essa Revista, cujo artigo de apresentação de A. Forjaz, é datado de 15 de Março de 1852 [1], publica logo a seguir um bom estudo de Levy Maria Jordão sôbre a *A Philosophia do Direito em Portugal* onde o autor traça um rápido quadro da evolução da filosofia em geral, a partir do

---

tados mais elementarmente, não apresentando as *notas* da edição anterior.

[1] Trata-se de Adrião Pereira Forjaz de Sampaio que foi lente de Direito da Universidade de Coimbra e que se dedicou muito à economia política, escrevendo bastante sôbre esta sciência. Ver Inocêncio, *Dicionario...*, tom. I, pág. 6.

seculo XV, para com ela condicionar a gestação e a marcha da filosofia do Direito, estudando a evolução do direito natural desde Grotius e Puffendorf, com Leibnitz, Thomasio e Wolf, Kant e Fichte, etc. [1] A pág. 129 começa um anónimo a publicar os *Elementos de Philosophia racional aproximados do estado actual da sciencia* — que é um interessante estudo de psicologia, à maneira dos escoceses, a começar pela sensibilidade, passando depois, ao estudo dos fenómenos intelectuais, notando «que a dependencia, que os phenomenos intellectuaes teem do organismo encephalico, estende-se a ponto de podermos dizer que o cerebro é o instrumento material d'actividade do ser pensante, e o ponto da sua residencia», acrescentando: «que esta séde do principio do sentimento, e dos movimentos não é circunscripta aos estreitos limites d'um ponto mathematico; antes deve encarar-se como transcendente á quasi totalidade do cerebro». Porém, depois de tais afirmativas o autor, contraditando Condillac e Cabanis, faz a sua profissão de fé espiritualista, admitindo o dualismo do ser físico e moral [2].

---

[1] Tanto neste artigo como no *Relatorio e programa*, de Pereira Jardim, de que já tratámos, fala-se, com elogio, das obras de Vicente Férrer Neto de Paiva, como o *Curso de Direito Natural seguindo o estado actual da sciencia*, e os *Principios geraes da philosophia do Direito*. Férrer segue o sistema de Krause, ou recebido directamente ou por intermédio de Ahrens.

O autor dêstes artigos, Levy Maria Jordão havia-se bacharelado, no ano anterior, de 1852, obtendo primeiros prémios nos três primeiros anos, dedicando-se então bastante aos estudos filosóficos. Além dos seus artigos em *O Instituto*, Levy Maria Jordão fez em Março de 1857, em Coimbra, um curso público de psicologia cujo programa, bem interessante, vem reproduzido a pág. 362 do 1.º vol. daquela Revista.

[2] O culto autor, bastante influenciado pela frenologia de Gall, então muito divulgada, descreve a teoria dêsse fisiologista acêrca das faculdades intelectuais primárias e fundamentais; mas é a Laromiguière e a Beauvais que êsse autor vai buscar a concepção

Nesse mesmo primeiro volume de *O Instituto* encontra-se um artigo bio-bibliográfico de Adrião Forjaz de Sampaio acêrca do filósofo espanhol Balmes[1]. E, além dêstes, outros estudos ali se encontram tocando assuntos filosóficos, como um trabalho de Moniz Barreto, sôbre o divórcio; o programa dum curso público sôbre filosofia transcendente feito pelo ilustre João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens; e uma interessante discussão acêrca da *influencia do romance na familia e na sociedade*, em que tomaram parte Silva Ferrão, Luiz de Vasconcellos, Levy Jordão, Torres e Almeida e outros.

No segundo volume, de 1854, *O Instituto* continua a versar assuntos filosóficos. Pertencem a essa categoria: a análise crítica à obra espanhola de Monlau e Heredia — *Tratado elementar de Psychologia e Logica*; um estudo de M. R. de Mendonça, sob o título de *Defesa da Theoria do Belo* — onde são bem tratados os assuntos de estética e de crítica literária; um artigo anónimo — *A geração na sua subjetividade;* e um interessante estudo de Francisco António Alves — *Gerações espontaneas*. No volume de 1855 figura um artigo anónimo, sobre a *Crise da philo-*

---

das três «e únicas faculdades cardiais»: o raciocínio, a comparação e a atenção.

Estes artigos sôbre a filosofia racional saíram anónimos, não nos parecendo que sejam da autoria de José Julio d'Oliveira Pinto Moreira como opina o professor Fidelino de Figueiredo no seu excelente «subsidio bibliographico» *Para a historia da philosophia em Portugal*, pág. 22. Houve, provàvelmente, confusão com o artigo sôbre *Proudhon e a economia politica*, que, a pág. 134, segue o primeiro capítulo dos *Elementos de philosophia racional*. Aquele estudo é que é de Pinto Moreira, que então se dedicava e escrevia — com muito brilho e saber — sôbre economia política e social, se bem que neste mesmo volume e no seguinte apareça, dêste Oliveira Pinto, um breve estudo sôbre *O cristianismo, a egreja e o progresso*.

[1] De pág. 186 a 190.

sophia allemã, onde o seu autor, tratando principalmente do sistema do Hegel, termina por acentuar a crise da filosofia transcendental escrevendo: «A reflexão chegou. O *absoluto* ou é um puro ente de razão; ou a divindade creadora, fora dos dominios da philosophia natural; ou esse principio animador universal, que Hartly chamou ether». Continuando: «Abaladas as crenças, vai em decadencia essa philosophia transcendental...». No quarto volume, de 1856, aparece o seguinte estudo: *Ensaio sobre principios de Mechanica,* por J. Anastácio da Cunha; no volume quinto, de 1857, figuram, anónimas, valiosas *Notas ao Ensaio sobre os principios de mechanica, obra posthuma de José Anastacio da Cunha* — que, como o próprio *Ensaio* podem entrar na categoria dos estudos de filosofia matemática e filosofia física; e um pequeno artigo assinado A. A. sobre *Hermeneutica.* No vol. VI de 1858, figura uma série de artigos subintitulados: *Apontamentos sobre a Hermeneutica do Direito portuguez;* e no tom. VII, relativo a 1855, aparecem dois artigos do lente da faculdade filosófica Manuel dos Santos Pereira Jardim sôbre *Psicologia,* tratando, sumáriamente, da inteligência e dos instintos, podendo ainda, incluir-se, sob a designação de estudos filosóficos, uma desenvolvida análise de uma obra de teologia, de Francisco António Rodrigues de Azevedo, intitulada *Synopsis sacrae hermeneuticae;* e um excelente estudo de filosofia política, de Edmond Scherer: *Proudhon ou a banca-rôta do socialismo* — onde, abstraindo do carácter sugestivo e polémico, há uma boa análise crítica das ideas de Proudhon e um lúcido comentário ás suas teorias socialístas. No volume VIII, de 1860, figura um estudo do dr. Baptista Calisto sôbre metodologia aplicada, com o título: *Observações sobre o metodo geral d'estudo em anatomia physiologica;* no de 1861, um trabalho sôbre filosofia do direito subintitulada: *Origens dos delictos — Qualidades geraes das penas,* outro de Marcelino Ribeiro

de Mendonça — *O presente nas ideas e nos factos,* outro de J. F. de Macedo Pinto — *Perfectibilidade e degeneração do homem* [1]; e outro de Amorim Viana — *Programa de um curso de moral* — onde a par da influência de Kant e dos eclécticos espiritualistas franceses, como V. Cousin, ainda se cita Job. Também, tocando a psicologia aparece nesse volume IX um estudo do professor Costa Simões sôbre: *Acções reflexas* — que é um trecho da *Physiologia geral* dêsse professor, e onde bastante se fazem sentir as influências de Muller e de Claudio Bernard.

No volume X aparece um artigo do dr. Castro Pilar — *Legitima distincção da psychologia e da phisiologia* — que é todo baseado nas *Novas Miscelaneas Filosoficas,* de Joufroy; e no tômo de 1863 vem um pequeno artigo do dr. Adrião Forjaz — *Algumas lembranças do Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira* — seguido de cinco cartas inéditas de Silvestre Pinheiro Ferreira ao dr. Forjaz, e um muito breve estudo de Fausto de Mantenal, pseudónimo de António Lopes dos Santos Valente, sôbre a *Teoria do Infinito.* Nos volumes XII e XIII, de 1865-1866, surgem diversos artigos, de autor anónimo, sôbre *As gerações espontaneas* — com estudos de filosofia biológica, de filogenia e de microbiologia; figurando, também, no volume de 1866 a tradução dum estudo sôbre a *Equivalencia do calor e o trabalho mecanico,* e vindo já dos anteriores volumes de *O Instituto,* um importante estudo intitulado *Da organogenia.* Ainda no volume XIII vem um artigo, em forma de «*carta ao sr. Anselmo d'Andrade*», ácerca de *O sentimento da imortalidade,* da autoria de Antero de Quental [2],

[1] Trata-se do excerpto de um livro sôbre *Medicina administrativa.*

[2] Trata-se de uma muito interessante página literária, rescendente a deísmo e a espiritualísmo, no sentido de justificar a imortalidade do espírito. Mais adiante lê-se de Antero o lindo poemeto. *O desterro dos deuses.*

seguido de outro, de pág. 185 a 188 do mesmo autor, intitulado: *Espontaneidade* — onde Antero defende a teoria da espontaneidade aplicada às ideas, à linguagem, etc.; e, ainda, de outro, de pág. 234 a 240, sôbre *O Futuro da musica*, no qual o poeta-filósofo trata da estética e da história da música [1].

No volume XIV, de 1871, o dr. J. J. Lopes Praça publicava — de pág. 117 a 120 — um artigo sôbre *Francisco Sanches* — que é uma pequena, mas valiosa, análise descritiva do primeiro tratado de Sanches: *De multum nobili et prima universali scientia — Quod nihil scitur;* e nesse mesmo volume o dr. J. Frederico Laranjo inseria um artigo sôbre a *Conveniencia d'uma eschola de philosophia annexa á Universidade* — onde o A., após um breve estudo sôbre os progressos da filosofia no seu tempo, mostra a conveniência de ser criada em Coimbra, como já propunha Lopes Praça, — na sua *Historia da Filosofia*, — uma cadeira de Filosofia anexa á Universidade.

A abrir o volume XV, de 1872 deparamos, sob o título: *Excerptos d'um livro inedito,* com um estudo sôbre *psycologia racional* que fazia parte duma obra ficada inédita do professor do Funchal, Marcelino Ribeiro de Mendonça, — *Elementos de philosophia racional e moral.* Êsse artigo é seguido de outros com transcrições da mesma obra toda escrita sob o aspecto espiritualista, para a divulgação e defesa dêsse sistema e ataque do materialismo, especialmente em Locke e d'Holbach.

No volume XVI, de 1873, o dr. Frederico Laranjo insere dois artigos sobre filosofia, tratando no primeiro de *Platão,* onde analisa a doutrina dêsse filosofo, põe em destaque a sua refutação do scepticismo apresentada

[1] A *Espontaneidade* e *O sentimento da imortalidade* foram reproduzidos em opúsculos por Rodrigo Veloso, em 1895, tendo aparecido em Barcelos.

nos diálogos do *Sofista e de Parménides*, e expõe as concepções platónicas sôbre a natureza e o homem, a alma, a política, etc. No segundo artigo ocupa-se dos *Sofistas e a reacção de Socrates*, onde estuda, principalmente, as cencepções filosóficas de Sócrates, começando pelos seus métodos de refutação, análise e ensino: o da ironia e o da maiêutica.

Passados em vão os volumes XVII XVIII e XIX, onde os estudos de carácter filosófico cedem o lugar aos de natureza histórica, literária, scientífica, económica, financeira e artística, só no volume XX, de 1874, aparece um estudo de ordem filosófica, e êsse ainda de autoria do alemão dr. Tollens, agregado à Universidade de Goëttingue — com o título: *Bosquejo ou exposição summaria da organisação das faculdades de philosophia nas Universidades da Allemanha*, e que, como tal título indica, é um estudo, sob os pontos de vista pedagógico e administrativo, das Faculdades de filosofia na Alemanha, as quais, então como ainda hoje, compreendem as disciplinas equivalentes ás nossas Faculdades de Letras e de Sciências — isto é, todas as materias que não entram nas Faculdades de Medicina, Direito e Teologia. Ainda nesse volume podemos citar como estudo de carácter filosófico — de filosofia social — uma conferência do Dr. F. Laranjo sôbre as *Origens do socialismo*.

Saltando o volume XXI, vamos encontrar no volume seguinte, de 1776, um estudo de antropogenia e filologia do F. A. Correia Barata, subintitulado: *O homem primitivo e a sua linguagem,* e onde o A. discute, sob o ponto de vista positivista, scientífico, as idéas expostas sôbre esses assuntos por *Abdiel, o Algarvio,* pseudónimo de José Gonçalves da Cruz Vieira, ainda agarrado às concepções moisaicas [1]. No volume XXII, de 1877,

[1] Em resposta a Correia Barata aparece, nesse mesmo ano de

começa o dr. Augusto Eduardo Nunes a publicar uma série de artigos — que se estendem pelo volume seguinte, de 1878 — sob a epigrafe: *A Theologia e a sciência da natureza,* — em resposta ao citado estudo de F. A. Correia Barata, e onde, como é de calcular, o A. procura mostrar que as sciências e a revelação não são imcompatíveis, defende a autenticidade do Genesis, a teologia de S.to Agostinho, a espiritualidade da alma e as afirmativas da Bíblia — tudo cousas que Correia Barata contraditava.

Ninguém, com razão, poderá dizer que Eduardo Augusto Antunes representava, assim, em Portugal o espírito progressivo no ramo da filosofia, pois, precisamente, nesses anos de 1877 e 1878 apareciam aqui — como adiante explanaremos — os *Traços gerais de philosophia positiva* — de Teofilo Braga, a famosa revista filosófica, *O Positivismo,* e os *Princípios e questões de philosophia política* — de António Cândido.

*

* *

Haviamos nós interrompido o estudo da bibliografia portuguesa de filosofia com a rápida análise dos *Elementos de filosofia racional,* de Sousa Dória, para falarmos dos trabalhos especialmente destinados à *Moral,* e para nos informarmos dos principais estudos sôbre filosofia aparecidos na Revista *O Instituto,* desde o seu início, em 1852, até 1878 em que nos começamos a defrontar com as obras de António Cândido. É chegado

---

1876, um opúsculo de 26 páginas de Bento Nasica, sob o título: *O Transformismo e a philosophia positiva, Breves considerações a proposito do artigo publicado no «Instituto» de Coimbra*, intitulado: «O Homem primitivo e a sua linguagem» pelo Dr. F. A. Correia Barata — Crítica sem pretensões.

o momento de volvermos atrás, a cerzir o interrompido fio, continuando agora a nossa análise das obras portuguesas de filosofia até 1878.

Após o aparecimento, em 1851, da obra de Sousa Dória — cuja repercussão foi grande [1] — um Anónimo dá a público, no ano seguinte, o *Florilegio de maximas e sentenças mais notáveis tanto morais como religiosa de todos os povos, ou moral universal. Seguido de uma colecção de pensamentos, proverbios e anexins francezes com as suas competentes versões* [2]; e, ainda, nesse ano aparece, uma obra já póstuma, uns *Rudimentos de Philosophia racional e moral*, de M. C. de Almeida e Albuquerque [3].

Em 1853 era publicado o tratado elementar de João

[1] Os *Elementos da philosophia racional*, de Sousa Dória, tiveram numerosas edições, sendo a 7.ª, de 1868.

[2] O *Florilegio de maximas e sentenças* — que saiu anónimo, mas que se deve atribuir a Paulo Maria Leitão, é um pequeno tratado de moral, com 214 pág. úteis, para uso da mocidade, feito por definições distribuídas por ordem alfabética, seguido de uma colecção de *Pensamentos, proverbios, e anexins francezes com as suas competentes versões*, tendo, ainda, uma terceira secção destinada a *Anecdotas*.

[3] O prof. Fidelino de Figueiredo, no seu trabalho: *Para a historia de philosophia em Portugal*, cita a pág. 22, a obra de J. Praxedes e Pacheco — *L'Histoire expliquée por le philosophie*, 1852, 131 pág. Não a incluímos no texto dêste trabalho por se tratar da obra dum brasileiro, aliás, muito ilustre, muito culto, que tendo vindo á Europa em viagem de estudo, e ouvindo os professores franceses não concordou com muitas das suas doutrinas, se bem que se incline ante a sua erudição. O autor, muito versado na filosofia cartesiana, começa por uma longa crítica de Descartes pelo seu excesso de racionalismo e por « avoir méconnu le côté social des faits de conscience », além doutras razões, redundantemente expostas. Contém a sua obra três capítulos, destinando-se o primeiro « á análise das fontes de consciência donde tira as induções próximas e remotas que constituem a sciência histórica » ; no segundo ocupa-se das « principais fórmulas da história explicada pela filosofia », destinando-se o terceiro a expôr as suas ideas exemplificadas através da história universal.

Felix Pereira — *Logica ou analyse de pensamento*; o [1] na revista *A Peninsula*, 2.º volume a pág. 157, começava a aparecer um trabalho de Pedro de Amorim Viana — *A reacção religiosa e o racionalismo* — onde o eminente matemático, falando do atraso em que o nosso país então jazia sob o ponto de vista filosófico, escreve: «O proprio compendio [de filosofia] que se lê ordinariamente nas aulas é ainda mal avaliado pelos professores das escolas que apenas o sabem soletrar; porque a nossa crassa ignorancia não nos deixa distinguir os diversos elementos, aliás tão heterogeneos e inconciliaveis com que Genovesi compoz a sua inconveniente obra. Enfim, apezar dos esforços benemeritos de um digno professor, a philosophia de Krause ainda não calou suficientemente nos espíritos para que as theorias religiosas da Allemanha possam preocupar a mocidade das nossas escolas» [2]. A seguir, refere-se ao atraso filosófico do nosso clero, recomendando-lhe que estude a valer a teologia para então ver que ela não é incompatível com o racionalismo, escrevendo: «A religião só pode existir apoiada no ra-

---

[1] Apenas como unidade bibliográfica, e regressando um pouco, citamos aqui a *Madrugada brilhante. Discursos philosophicos, moraes, e retoricos. Triunfo pomposo da verdade para uso dos discipulos do commercio theorico-pratico. Estudo unico inventado* por F[rancisco] P[aula] M[urta], publicado em Lisboa, em 1830. Apesar do título muito mais «*pomposo*» que o «*triunfo da verdade*» — como diz o autor, êste modestíssimo opúsculo de 64 páginas não passa dumas divagações ou contemplações — como lhe chama Paula Murta sôbre assuntos morais e religiosos muito bafientos de retorica e esguichados de mitologia.

[2] Já em um artigo da *A Peninsula*, de 8 de Março de 1852, A. V., discutindo com Camilo, escrevia: «No estado de desprezo e prostracção, em que nesta terra jazem os estudos filosoficos e theologicos, uma obra que discutisse as mais graves questões de metaphysica, os dogmas mais essenciaes da religião, não encontraria leitores e permanceceria no mais completo esquecimento».

cionalismo; o racionalismo rejeitará sempre o milagre», e combatendo, como absurda, a idea do milagre traça a evolução histórica de tal idea recorrendo à história da filosofia e à da sciência [1].

No 1.º vol. dessa mesma revista vem um pequeno artigo de vulgarização sobre *Filosofia da Historia,* assinado por C. J. Vieira [2].

Em 1854 surgia nas *Memorias da Academia das Sciências de Lisboa*, Nova série, T. I, Parte I, um estudo, com 29 páginas de António Gil, sob o título: *Considerações sobre alguns pontos mais importantes da moral religiosa e systema de jurisprudencia dos pretos do Continente de*

[1] Pedro de Amorim Viana, era muito conhecido, especialmente no Porto, pelo alcunha de Newton. Foi um grande espírito e um notável matemático, lente da Academia Politécnica do Porto, e muito dedicado aos estudos filosóficos, fundou a excelente revista *A Peninsula,* com Arnaldo da Gama, Delfim Maria de Oliveira Maia e António Ribeiro da Costa e Almeida. Ali colaborou muito, figurando logo no número inicial com o primeiro de uma série de notáveis artigos intitulados *Analyse das contradições economicas de Proudhon.* Depois, apareceu com um bom estudo de história e crítica religiosa: *Do papa e do seu poder temporal* — que Camilo Castelo Branco discutiu primeiro no semanário *Christianismo,* e a quem Amorim Viana replicou com elevação em vários artigos de *A Penisula*: *Aos dois extremos, O chronista e o christianismo.* Mais para diante, na mesma revista, publicou um artigo: *A divindade de Jesus. Fragmento de um livro inédito;* outro sôbre as *Agapetas* ou companheiras — ou amas, como diriamos hoje — dos padres; e uma crítica sôbre as *Conferencias do Padre Ventura* — conferências essas que haviam aparecido traduzidas no semanário religioso do Porto: *A Cruz,* tendo a crítica de Viana o título: *A rasão filosofica e a rasão catholica.* Também, o jornal *O Portugal,* de 1852, discutiu os artigos de Amorim Viana. Em 1865 aparecia de A. V. a *Defesa do Racionalismo* — que é, incontestàvelmente uma obra notável — como o próprio Camilo a considerou, figurando ali alguns dos estudos publicados em *A Peninsula,* como: *A divindade de Jesus, Dos milagres,* a *Reacção religiosa e o racionalismo.*

[2] Ver «*A Peninsula*», 1.º vol. 1852, págs. 425-426.

Africa ocidental portugueza alem do equador, tendentes a dar alguma idéa do caracter peculiar das suas instituições primitivas. Nesse trabalho o A. ocupa-se «do systema religioso e moral destes povos já no tocante á sua vida domestica e já, principalmente, nas suas relações íntimas e indissoluveis com o seu systema de instituições políticas e civis», onde trata da prática do feiticismo nas populações indígenas de Angola, especialmente na região de Loanda, contando, mas dispersivamente, diversos factos sôbre práticas cultuais, morais e jurídicas dos autóctones.

Tendo nós falado já do conflito tão filosófico quanto comercial ocorrido em Braga, e em que intervieram o P.^e^ Manuel Conceição Barros, P.^e^ José Ferreira Marnoco e Sousa, Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo, etc. — o que deu origem como vimos, à publicação de diversas obras, nada aqui diremos sôbre o assunto, passando a citar, já, o pequeno estudo de José Maria de Andrade Ferreira — *Os philosophos da epocha e a poesia do christianismo,* publicado, a págs. 102 a 108 da *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil,* 1.° ano, 1859 — e que é um modestíssimo e supersticialíssimo artígo de quem desconhecia por completo o estado da sciência e da filosofia do seu tempo, e que para encobrir tais deficiências exgrimia, com o aprumo de um Bayard, contra a múmia filosófica do século XVIII, sem sequer ter o engenho de dar a tal filosofia um sôpro de vida para tornar mais interessante tal arremêdo de luta [1].

---

[1] Um dos *fracos* do articulista eram as *peças* de grande espectáculo religioso como a semana santa e a procissão do Corpo de Deus. Desta escreve boqueaberto: «Na festividade de *Corpus Cristi* tambem a mesma physionomia: o estado de S. Jorge, as antigas bandeiras dos ofícios, as basilicas, as charamellas e atabales das eras primitivas, caracterisam n'um quadro nacional, este triumpho processional do Cordeiro Immaculado».

É ainda dêsse mesmo ano um opúsculo, mais de crítica pedagógica que filosófica de autor anónimo, mas atribuído a Francisco Palha — *Breves reflexões sobre a organisação do curso de letras em Portugal,* — e que se ocupa da organização do Curso Superior de Letras então criado.

Posta, então, a concurso a cadeira de filosofia do Curso Superior de Letras surgem em 1860, as teses de dois concorrentes, versando o tema: *Que relação ha entre o eclectismo de Mr. Cousin e a philosophia allemã?* O júri era constituído pelos então lentes do Curso: D. José de Lacerda, Levy Maria Jordão, Luís Augusto Rebelo da Silva, António José Viale, Abel Maria Jordão, José da Silva Mendes Leal, Manuel Bernardo Lopes Fernandes, Gaspar Ferreira da Silva, António Gil e Rodrigo José de Lima Felner.

Os candidatos eram Joaquim Simões da Silva Ferraz e D. José de Almada e Lencastre. A tese de Silva Ferraz, é um trabalho interessante que, naturalmente, se recente do fim para que foi elaborado: um concurso èscolar. Nêle o A. combate, logo de entrada, o eclectísmo de Cousin, da mesma maneira que depois o há-de ir fazer Taine — como já vimos, – e notando o atraso em que estavam por êsse tempo os estudos filosóficos em diversos países, incluindo a França: traça uma rápida história crítica do eclectismo; faz um fugidio esboceto sôbre a filosofia alemã, que resulta com bastantes imperfeições, outro tanto sucedendo com o minúsculo estudo sôbre a «Relação entre o eclectismo francez e a nova filosofia alemã».

A tese de D. José de Almada e Lencastre, sôbre o mesmo tempo tem 24 páginas, e é um trabalho — quanto a nós — um pouco superior ao de Silva Ferraz. Também começa por uma análise do eclectismo de Cousin, mas num sentido favorável ao filósofo francês e acaba por um escôrço crítico da filosofia alemã [1].

---

[1] Por êsse tempo, também foi posta a concurso a cadeira de

É ainda de 1860 a obra de Manuel Pinheiro de Almeida Azevedo — *Compendio de philosophia racional, contendo a psychologia empirica, a ideologia, a gramatica geral e a logica*, cuja 2.ª edição veio a aparecer em 1864.

Três anos depois, em 1863, Joaquim Simões da Silva Ferraz publicava nova tese de concurso para professor de filosofia do Curso Superior de Letras, sob o título: «*Bases fundamentaes da Philosophia de Descartes. Sua influencia no desenvolvimento da Philosophia.* O A. começa por traçar, em resumo, os princípios básicos do sistema de Descartes, e passa a expor a influência que teve tal filosofia sôbre Spinoza, Malebranche, Daniel Huet e Leibniz (2). O outro candidato era Augusto Maria da Costa e Sousa Lobo que, nesse ano, publicou, também, a sua tese sôbre o mesmo tema, e que se intitula: *Memoria sobre as bases fundamentaes do systema philosophico de Descartes...* », e tem 37 pág. (3). Trata-se de um interessante estudo crítico sôbre o método cartesiano, em

---

História, do Curso Superior de Letras, tendo concorrido a ela João Nepomuceno de Seixas que apresentou uma tese sob o título: *Apreciação philosophica dos descobrimentos dos portuguezes e das razões que os determinaram; seus efeitos sobre a civilisação na Europa e no Oriente* — que é um trabalho verdadeiramente medíocre; e José Felix Pereira que sôbre o mesmo tema escreveu uma tese — qne a-pesar de constituir um trabalho interessante tem os assuntos dispostos sem método, dispersivamente, e não se concentra no estudo do ponto.

(2) Com o exemplar de que nos servimos para o nosso estudo — e que é o 6.325 vermelho da secção de Literatura da Biblioteca Nacional — dá-se um facto curioso. Estavam ainda por abrir as págs 26 e 27, não obstante tal exemplar haver pertencido a António José Viale que era vogal de júri e que, naturalmente, votou ácerca dêsse candidato.

(3) Êste trabalho de Sousa Lobo apareceu em 1863 e não em 1853 como já vimos escrito. Como acima dissemos trata-se duma tese para um concurso de filosofia no Curso Superior de Letras — o qual em 1853 ainda nem, sequer, existia.

geral, sôbre a filosofia de Descartes, e ácerca da sua influência no desenvolvimento da filosofia ([1]).

Ainda em 1863 aparecia, na 1.ª Parte do Tomo III da *Historia e Memorias da Academia,* um trabalho de Joaquim Maria da Silva, intitulado: *Primeiros estudos da philosophia racional* — e que é um trabalho de caracter metafísico sobre a natureza e origem da verdade e acêrca do absoluto, etc.

Em 1865, isto é, um ano antes dos seus artigos de *O Instituto* — de que já falamos — aparecia na *Revista do Seculo* um estudo de Antero de Quental sôbre estética: *Arte e verdade. Caracter positivo da arte* [2]. Nesse mesmo ano era publicado em português uma obra de Baguenault Puchesse sob o titulo: *A immortalidade, a morte e a vida,* com um prefácio do tradutor, Camilo Castelo Branco [3].

---

[1] Nesse mesmo ano de 1863 efectuava-se o concurso para o provimento da cadeira de «Historia Universal filosofica» do mesmo Curso Superior de Letras. A essa cadeira concorreram: Eugénio Avelino Matos, João Felix Pereira e Jaime Constantino Moniz, havendo todos tres escrito as téses sobordinadas ao tema comum: «*Naturesa e extensão do progresso considerado como lei da humanidade e sua especial aplicação ás belas artes*». Dos tres trabalhos apresentados o melhor é, — quanto a nós — o de Jaime Moniz — que ali se manifestava, principalmente, como um espírito prometedor de obras de folgo que, de resto, não veio a escrever por se haver deixado absorver pela política — esse horrivel Moloch de todos os tempos e de todos os Estados! Ver: F. M. Esteves Pereira: *Elogio historico de Jaime Constantino de Freitas Moniz,* in *Memorias da Academia das Sciências.* Nova série T. XIV, pag. 6.

([2]) Este artigo de Antero, que foi reimpresso em 1895 por Rodrigo Veloso, é uma quente apologia da Arte feita em belas páginas literárias, com interessantes comparações com a Religião e a Sciência, e sugestivas imagens, terminando por dizer que «A Arte é Verdade feita Vida!».

([3]) O prefácio da apresentação da obra de B. Puchesse é uma pequena apologia da religião da autoria do tradutor da obra, Camilo Castelo Branco.

Em 1866 A. Ribeiro da Costa publicou, no Porto, um *Curso elementar de philosophia, redigido segundo o programa oficial para o ensino dos lyceus do reino.* E nesse mesmo ano Pedro de Amorim Viana — de quem já falamos bastante — publicava, na mesma cidade, um bom trabalho de 364 págs., sobre a *Defesa do racionalismo* ou *analyse da fé christã*, que teve, em 1886, uma 3.ª edição.

Chegámos, finalmente, a 1868 data essa que é assinalada pelo aparecimento da obra de J. J. Lopes Praça — ainda hoje única no seu género entre nós — a *Historia da philosophia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da philosophia.* Ficaria aqui deslocada uma análise cheia de detalhes desta obra — da qual, aliás, já falámos. Por isso, diremos que Lopes Praça ao escrevê-la compreendeu a delicadeza do assunto e a complexidade da empresa a realisar, pelo que entendeu que o seu trabalho é mais um apontoado de estudos de história da filosofia portuguesa que uma verdadeira história dessa especialidade. Efectivamente, a obra de Lopes Praça consta de uma série de subsídios para a nossa história filosófica, tendo o A. seguido o método biográfico combinado com o sincrónico. Assim, depois de rápidas notas biográficas de Pedro Hispano, D. Duarte e Pedro Margalho, fala do ensino da filosofia nas nossas escolas através dos séculos XIII, XIV, XV e XVI, seguindo-se o estudo comparativo da filosofia na Europa até aos fins do século XV. No segundo período, Lopes Praça, seguindo os mesmos métodos, ocupa-se da filosofia em Portugal desde D. João III a D. João V, isto é, desde 1521 a 1706, biobibliografando António Luís, António de Gouveia, Francisco Sanches, Manuel Góis, Pedro da Fonseca, Sebastião do Couto, Baltazar Alvares e Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, além de falar de Baltazar do Amaral, Bento de Macedo, Francisco Soares de Alarcão, Baltazar Teles, Inácio de Carvalho, Abraão

Ferreira e Agostinho Lourenço, e estuda não só o ensino da filosofia entre nós dentro dêste período como o coevo movimento filosófico europeu. O terceiro período abrange a época desde D. João V até Silvestre Pinheiro Ferreira, de 1706 a 1846, ocupando-se de Gregório Barreto de Cantanhede, Bento de Macedo, António Cordeiro, Manuel de Azevedo Fortes, Jacob de Castro Sarmento, P.e Inácio Monteiro, João Baptista de Castro, Luís António Verney, António Soares Barbosa, Teodoro de Almeida e Silvestre Pinheiro Ferreira.

Como é de calcular, uma obra dessa natureza e a primeira, entre nós, encetada no género, está — como não podia deixar de ser — eivada de defeitos: má distribuïção das matérias; falta de nexo lógico dos estudos; fraca crítica dos escritores e das obras filosóficas; ausência de relacionação das ideas dos autores portugueses com as concepções, teorias ou, mesmo, sistemas filosóficos estrangeiros; omissão de autores e escritos importantes; carácter arbitrário das divisões e do *terminus* da obra, etc.

Apesar disso, o trabalho de Lopes Praça veio preencher uma lacuna importante — lacuna essa que se no seu tempo era já lamentável hoje é verdadeiramente deprimente, vergonhosa.

Nesse mesmo ano de 1868 publicava Lopes Praça o primeiro fascículo dos *Documentos comprovativos* da sua *Historia da philosophia em Portugal* — que consta de um opúsculo com 88 págs. onde o A. publica vários « *Documentos comprovativos* », como os Estatutos da Universidade de D. Diniz, D. João I e D. Manuel, D. Sebastião, e dos Filipes, passa ao estudo dos Estatutos da Universidade de Évora, de 1559 e de 1577; e transcreve o « *Regimento que hão-de guardar os lentes d'artes, no Collegio real da Universidade de Coimbra* ».

Ainda em 1868 aparecia a obra do marechal Saldanha — *A Verdade*. Trata-se de um opúsculo de 61 págs.

sôbre filosofia religiosa, onde o A. estuda, comparativamente, as concepções religiosas seguidas na Pérsia, Índia, China, México, Escandinávia, Grécia, Roma e entre os Hebreus, notando em tôdas elas ideas similares, conceitos comuns sôbre o «Deus revelador». E, depois de argumentar que «a antiguidade não realisou o ideal da perfeição humana», e de traçar a «descripção dos signaes de nosso Senhor Jesus Christo enviada ao Senado Romano por Públio Lentulo, Governador da Judéa no tempo em que a fama de Jesus Christo começava a correr pelo mundo», ocupa-se de «algumas ideas sobre a fé», escrevendo: «A incredulidade na sua orgulhosa miséria ruge de desesperação, impelle o homem ao suicidio, é companheira da imoralidade, a mãe de tôdas as desgraças e de todos os crimes vergonhosos que deshonram a espécie humana» [1].

De 1868 é também um trabalho de José Gerson da Cunha — *Introdução ao estudo da sciencia da vida* [2]; uma tese de António Enes — *A Philosophia religiosa do Egypto*, de 96 págs., onde o A. numa curiosa compilação de conhecimentos colhidos em algumas das melhores obras do seu tempo — como as de Bunsen e Rawlinson — traça um breve, mas interessante, quadro da religião do Egipto; e

---

[1] O duque de Saldanha havia publicado, já em 1857, um opúsculo: *Algumas ideas sobre a fé*, onde o A. lançando-se contra «os pseudo-philosophos do século XVIII», especialmente contra Voltaire e Rousseau, defende a religião e a fé dos que as têm atacado. Trata-se de um trabalho medíocre.

[2] Gerson da Cunha, médico muito ilustrado, seguindo os exemplos de Huxley e de M.me Hypolite Meunier, publicou o seu interessante trabalho com intuitos de pura vulgarização — o que não isenta o A. de produzir um pequeno, mas excelente, manual sôbre o corpo humano, os seus orgãos e as suas funções, e as raças humanas, precedido de várias considerações de biologia geral, e seguido de um agrupamento de conselhos e indicações para a conservação da saúde e sôbre a higiene da digestão, respiração, exercício e do casamento.

umas breves considerações sôbre a história da filosofia grega por António José Viale, na *Miscellanea hellenico-litteraria*, especialmente no *Manual historico da litteratura grega*[1].

Não era só com o trabalho, já citado, de José Gerson da Cunha que o nosso Oriente celebrava na produção filosófica dos portugueses, pois, em 1869-1870, F. X. Rondina publicava, em Macau, um desenvolvido *Compendio de Philosophia theorica e practica*, em 2 volumes[2]. Como diz o autor, a abrir o 1.º volume: «As doutrinas contidas n'este compendio teem por base a philosophia de S. Thomaz, exposta na *Summa theologica e philosophica*, e reduzida a methodo por dous eminentes philosophos Gondin e Liberatore ». A-pesar-de escrita num ponto de vista arcaico esta obra é importante pela forma como está elaborada e pela variedade das matérias que contém, se bem que desenvolva muito a lógica, a metafísica, a teodicéa e a ética com sacrifício do estudo da psicologia[3].

---

[1] Também em 1868 apareciam uns *Elementos de moral e principios de direito natural para uso das escolas*, pelo Doutor Bernardino J. D. S. Carneiro — que é um opúsculo de 41 págs. feito nos moldes de tais trabalhos, isto é, por definições.

Já em 1867 havia aparecido, em Coimbra, um *Esboço physico-moral do homem*, por A. S. L. — que é um opúsculo de 30 páginas — onde, após um preambulo sôbre « corpo ou materia », o A. passa a tratar com mais desenvolvimento da Alma e das suas faculdades, manifestando-se muito atrasado em relação aos conhecimentos da época sôbre tais assuntos.

[2] O 1.º volume, aparecido, em Macau em 1869, contem v-539-viii pág., e o 2.º, publicado na mesma cidade, em 1870 consta de ii-371-iv pág.

[3] F. X. Rondina, além da obra acima indicada, é autor doutros trabalhos, como: *Algumas palavras dirigidas aos Romeiros do ano de 1869 sobre o antigo sepulcro de S. Francisco Xavier, na ilha de Sanchoan; A Divindade de Nosso Senhor Jesus Christo revindicada contra Ernesto Renan*, aparecido em 1864, e o *Exame do relatorio*

Com os mesmos intuitos de vulgarização, que vimos na obra de Gerson de Cuhna, aparecia, em 1870, um trabalho de F. M. França e G. A. Pery: *Vida e Alma. Breve exposição de algumas verdades scientificas* [1] — onde os AA. começam por traçar, elementar mas interessantemente, um quadro geral do Universo, sua formação, constituïção e movimentos; entram no estudo da vida, declarando logo: « Não é necessário recorrer à intervenção de ideas abstractas tiradas do sobrenatural, para explicar a vida », para o que, efectivamente, só utilizam os conhecimentos fornecidos pela química mineral e orgânica, e, passam ao estudo da alma, considerando esta « uma propriedade do cerebro ». A tal propósito os autores fazem uma descrição do cérebro e do seu mecanismo. Os autores que não são nem espiritualistas nem materialistas procuram simplesmente basear o seu trabalho nos conhecimentos scientíficos, e por isso escrevem: « É para nós, fora de tôda a dúvida, que não há ideas innatas ». E, continuam: « A idea de Deus, a idea do bello, a idea do bom, não são noções congénitas do cerebro. São concepções humanas produzidas pelas sensações dos objectos exteriores ». E, explicam: « A idea de Deus, é um producto da nossa imaginação, excitada pela admiração que em nós promovem os maravilhosos phenomenos da natureza; é a vaga convicção, pouco a pouco formada no espírito humano, que há uma fôrça suprema governando a materia; força que a ignorancia primitiva revestiu com caracteres e formas similhantes aos do homem ». É pela mesma forma positiva que são explicadas as ideas

---

sobre o Seminario de S. José apresentado ao Ex.^mo Governador da Provincia de Macau e Timor...; e *Pio IX perante a Revolução. Discurso recitado na Sé de Macau.*

Os nossos dicionaristas e bibliógrafos passam-o a silêncio.

[1] Trata-se de um trabalho de 47 pág.

do belo e do bom. Assim, o trabalho tem em vista provar: «que a *vida* nada tem de sobrenatural, é uma propriedade da materia organizada; a *alma* não é um espírito, é uma propriedade do cerebro; as chamadas *faculdades* da alma, são devidas a movimentos moleculares da massa cerebral, são transformações de movimento, são consequencias da vida, propriedades da materia manifestadas com intensidades diversas em relação com o desenvolvimento organico».

Alongámo-nos um pouco mais no estudo dêste trabalho em vista da forma concreta, clara, brilhante — mesmo — como está elaborado, e da maneira como se baseia constantemente na sciência do seu tempo.

Tratemos agora do primeiro trabalho de filosofia de J. M. da Cunha Seixas — *A Phenix ou a imortalidade da alma humana,* publicado em 1870 [1]. A obra consiste num conglomerado de divagações escritas em períodos soltos, e onde trata da espiritualidade da alma, da lei moral, do carácter e aspirações das faculdades humanas, da comparação da vida do indivíduo com a da humanidade, dos atributos de Deus, do assenso universal, da voz do cristianismo, da palavra e morte de Socrates e o ensinamento da filo-

[1] J. M. da Cunha e Seixas tem uma extensa bibliografia, sendo várias das suas obras dedicadas a assuntos filosóficos.

Assim, além de *Uma digressão pela litteratura;* do seu estudo sôbre *A dotação do culto e do clero* — que é uma análise dum projeeto de lei de Levy Maria Jordão; e de uns *Elementos de direito publico constitucional para uso das escolas*, publicou Cunha e Seixas uns *Elementos de moral, segundo os programas das escolas normaes e dos Lyceus*, aparecidos em 1886; uns *Ensaios de critica philosophica ou exposição do estudo actual da philosophia,* publicados em 1883; uns *Estudos de litteratura e de philosophia segundo o systema pantitheista*, de 1884; o *Pantitheismo,* publicado em 1883; os *Principios geraes de philosophia,* aparecido em 1895 e 1897; e o *Programa de philosophia elementar para uso dos lyceus*, aparecido em 1886.

sofia, etc.[1]. Trata-se, pois de um trabalho mais de literatura que de filosofia, pois, sob êste aspecto é mediocre[2].

Em 1871 aparecia um pequeno trabalho de Teotónio Simão Paim d'Ornelas Bruges: *Conferencias sobre Philosophia da Historia*[3] — que é um interessante trabalho escrito com brilho e elevação num ponto de vista mais ou menos liberal e progressivo; e Joaquim Alves de Sousa publicava o seu opulento e pesado *Curso de Philosophia elementar* — que sendo, como diz a *Advertencia*, «destinado ao uso das nossas escholas secundarias», apresenta-se como um dos melhores trabalhos, no género, escritos em português. O seu autor, a-pesar-de se confessar eclético na elaboração do *Curso*, apresenta-nos a filosofia sob um ponto de vista espiritualista. De resto, êle próprio o confessa quando, a pág. VII, escreve: «Na selecção das materias fomos francamente eclectico, tomando sempre pela róta espiritualista sem excessos: convicções, sentimentos, estudos especiaes, as consequencias funestas e irremissiveis dos systemas contrarios, tudo nos levava para esta doutrina grande, nobre e amavel, a que a humanidade ja deve tantos beneficios, e fóra da qual, assim o cremos, nunca se encontrará a ordem, a paz, e a verdadeira civilização[4]». E, continua:

«Em harmonia com estas vistas escolhemos dos au-

---

[1] Ver na *Bibliografia portugueza e estrangeira* (Revista mensal da Livraria Chardron), 1.º ano, 1879, N.º 1, Janeiro, a critica de Camilo Castelo Branco á obra de Cunha e Seixas *Galeria de Sciencias Contemporaneas*, e nos n.os seguintes a polémica que se levantou entre ambos.

[2] Neste ano de 1870 António Júlio de Melo publicava, em Ponta Delgada, uns *Elementos d'Ethica*.

[3] A-pesar-do seu título o opúsculo, de 32 pág., só contém uma conferência feita no Grémio Literário de Angra do Heroísmo

[4] Esta obra de Alves de Sousa, que consta de 554 pág. está tôda escrita com muito método e enorme claresa. Por isso ela resistiu ao tempo, tornando-se objecto de numerosas edições.

ctores nacionaes e estrangeiros com que mais sympathizamos, as doutrinas que por sua verdade e conveniencia nos pareceram mais dignas de ser offerecidas ao espirito e ao coração da mocidade estudiosa; ordenando-as e expondo-as de modo simples e comprehensivel, sem comtudo lhe tirarmos, onde bem parecesse, a conveniente profundidade ».

Efectivamente, a obra de Alves de Sousa, escrita sob o aspecto espiritualista, após uma Introducção sôbre a filosofia, suas divisões, relações e sua utilidade, trata sucessivamente da psicologia com as suas três clássicas faculdades — sensibilidade, entendimento e vontade; da lógica — com os capítulos destinados ao estudo da crítica, metódica, gramática e dialética; da metafísica — com as suas divisões: ontologia, psícologia racional e teologia racional; da moral geral e particular; e do Direito natural.

Dois anos depois, em 1873, António Ribeiro da Costa e Almeida aparecia com o seu corpolento e denso — *Curso elementar de Philosophia*, destinado, ao ensino liceal dessa disciplina, contendo, também, um resumo de história de tal matéria — o que nas edições seguintes é, porem, mais simplificado [1].

Como o compêndio de Alves de Sousa é este tôdo escrito sob o aspecto deista e espiritualista, tratando, na *Introducção*, da origem, objecto, definições e divisões da filosofia, bem como das relações dela com as outras sciências. A seguir, ocupa-se da chamada *psicologia analitica*, para o estudo da inteligência, sensibilidade e vontade; da *Gramatica geral* — onde trata da linguagem falada e escrita, da expressão verbal da idea, do juíso e

[1] Em 1872 havia aparecido um opúsculo, de 38 pág., de Antero do Quental — *Considerações sobre a philosophia da Historia literaria portuguesa.*

do raciocínio, etc.; da *logica* scientífica e prática; da *ontologia;* da *teologia racional* — para o estudo da existência e dos atributos de Deus, das relações de Deus com o universo, e da conservação dos entes; da *psicologia racional* — onde se ocupa da natureza e propriedades da alma, da união da alma com o corpo, da «alma dos brutos», fazendo nesse capítulo a «critica do materialismo moderno»; e da *moral filosofica* — geral e prática. Trata, ainda, o compacto livro de Costa e Almeida do *Direito natural,* dos *Principios elementares do direito publico,* dos *Elementos do direito internacional,* e da *Historia da filosofia,* desde os sistemas indianos até ao criticismo de Renan e Scherer; do positivismo de A. Comte, Littré e Taine; do idealismo de Vacherot, e do evolucionismo e mecanismo [1].

Em 1874 José Pereira de Sampaio (Bruno) publicava a *Analyse da crença christã. Estudos criticos sobre o cristianismo* — que a-pesar-de ser obra dum escritor incipiente sôbre uma matéria complexa e delicada, resultou um trabalho muito interessante de história e crítica religiosas, deixando ver já a inteligência robusta que mais tarde se havia de afirmar tão elevadamente em outras obras de sumo valor [2]. Nesse mesmo ano André Meireles de Távora de Canto e Castro publicava na *Revolução de Setembro* um estudo acêrca de Silvestre Pinheiro Ferreira [3]. Em 1875 aparecia em Coimbra o 1.º fascículo do

---

[1] Nesta rápida análise seguimos a 3.ª edição que apareceu na livraria Magalhães & Moniz, do Pôrto, em 1879, com I-539 pág. úteis. A influência dêsse compêndio, pela sua adopção nos liceus, como o de Pedro Monteiro, foi grande e extensa, chegando até hoje, mais ou menos batidos ambos pelo *Compendio de Filosofia* de Boirac.

[2] O trabalho de Bruno tem xv-334 pág.

[3] Êste trabalho apareceu na *Revolução de Setembro,* de 14 de março de 1874.

Ensaio de Philosophia anthropologica, de Pedro Gastão Mesnier, destinado ao estudo dos *Agentes de transformação e classificação das raças humanas*[1]. Trata-se de um belo estudo de antropogenia e antropologia baseado nas obras de C. Darwin, e H. Spencer, e na *Morfologia geral* de Heckel — obras então muito recentes, e onde o A. começa por analizar a influência dos factores astronómicos, atmosféricos e geográficos, e dos agentes orgânicos e sociais sôbre as raças humanas, concluindo que é a «acção do homem sobre o homem que hoje nos aparece como o agente mais poderoso na distribuição morfológica das varias raças à superficie do nosso planeta». Depois de diversos considerandos sôbre as classificações em geral e, em especial, sôbre as classificações zoológicas e raciais humanas, entra no estudo dos processos de representação gráfica das ideas, classificando os sistemas de escritas em mnemónicos, ornamentais — como a tatuagem, — e imitativos. No terceiro capitulo ocupa-se da classificação das raças «pelas differenças das escriptas, das linguas e das particularidades physicas» ; e, termina o seu trabalho por tratar do progresso das sociedades humanas, representando êste por uma hipérbole em relação as suas asimptotas[2].

Ainda em 1875 Roberto Guilherme Woodhouse publicava tres opúsculos de apologética religiosa e de crítica filosófica. O primeiro tendo por título *A Lenda do Eden*

---

[1] Esta obra ocupa 91 pág.

[2] O trabalho de Gastão Mesnier termina por algumas considerações, inteiramente justificáveis, sôbre a deficiência do vocabulário filosófico, eivado de significações metafísicas e falho, nos seus termos, de sentido concreto e preciso.

Os queixumes do A. são cada vez mais oportunos e de urgente satisfação. Que o digamos nós que, quando escrevemos a nossa *Teoria da Historia*, tanto experimentámos as deficiências do nosso vocabulário filosófico!

apresenta o significativo subtítulo: «*Ou considerações sobre a realidade authentica de catastrophe sucedida aos nossos primeiros pais no paraizo*» — e que é um arrasoado, em 30 páginas, destinado a responder às objecções apresentadas acêrca do Eden e a defender a autenticidade da «descripção biblica da creação do homem, da sua quéda, e da sua rehabilitação pela graça» [1]. Outro opúsculo intitula-se: *A Sciencia hodierna e o dogma christão*, e sub-intitula-se: *Ou considerações breves sobre as principaes objecções levantadas contra o christianismo pelo pseudo-sabios dos nossos dias* [2], e trata, também, de apologia religiosa, defendendo o milagre contra Renan e Littré, «e os livros sinóticos dos historiadores sagrados» dos erros e contradições que lhes apontam, e procurando provar que o dogma cristão nem é incompatível com a inteligência moderna esclarecida pela investigação scientífica e pela razão pura nem com a pluralidade dos mundos habitados. Termina pela apologia fremente do cristianismo — a que chama «o ponto mais transcendente na historia da raça humana».

---

[1] Para se tornar mais intuitiva a defesa do drama do Eden biblíco o opúsculo contem uma interessante fotografia cheia de côr local (?) com o Adão e a Eva. Se não fôsse por uma *pequena e simples* questão de anacronismo o A. certamente apresentaria a tal fotografia com uma prova irrecusável de *autenticidade* da tragédia do paraíso, para responder aos «*soi disants* filósofos de actualidade», com as suas manias, e «á arbitrariedade com que Strauss e os da sua eschola se desfazem das verdades eternas.. ».

Sente-se o A. lamentar, *in-petto*, que no tempo de Adão e Eva não houvesse ainda fotografia para poder com ela desmascarar cs tais «*soi-disants* philosophos». Emfim, cada obcecado... com sua mania.

[2] Êste opúsculo de 98 pág. é destinado à «mocidade intelligente», pois «o nosso unico fim é, precavel-a contra o enganoso canto de sereia... e prevenir a sociedade contra... uma falsa sciencia que infallivelmente a conduzirá ao charco fatal da perdição».

Emfim, Roberto Guilherme Woudhouse é, egualmente, o autor dum terceiro opusculo de 80 pág. intitulado: *O naturalismo ou o dogmatismo applicado à sciencia* — que é, tambem, como o seu título indica, uma obra de defesa religiosa.

Quando se chega a 1877 Teofilo Braga publicava os *Traços gerais de philosophia positiva comprovados pelas descobertas scientificas modernas* — obra essa com que se inicia no nosso país a filosofia moderna numa das suas mais altas e mais promissoras representações: o positivismo de Augusto Comte, — e que abre as fronteiras do pensamento português aos influxos do trabalho especulativo.

Se bem que a influência da filosofia comteana já se houvesse reflectido muito por tôda a Europa, incluindo os países latinos, e tivesse chegado até nós ainda que muito embaciada e até refratada como sucede aos raios luminosos quando atravessam meios de heterogénea densidade, o certo é que o primeiro trabalho de vulgarisação sistematisada do sistema de A. Comte consistiu nos *Traços gerais de filosofiia positiva*, de Teófilo Braga. Essa obra inicia-se pelo estudo da *lei dos tres estados*, onde o A. comenta e crítica os ataques que a essa lei fez Huxley e as inovações de Littré, e trata de a comprovar sob o aspecto psicológico, ocupando-se da constituïção da psicologia positiva e scientífica, que Comte não considerara, para o que recorre às sciências biológicas, assinalando os progressos destas como base essencial dos conhecimentos psicológicos. É êsse todo um capítulo muito importante onde Teófilo Braga descreve, por uma forma coordenada, os progressos de fisiologia, especialmente de fisiologia do sistema nervoso e do seu expoente máximo — o cérebro, — utilisando os trabalhos dessa pleiade notável dos grandes médicos e fisiologistas do século XIX, com Bichat, Cabanis, Luys, Florens, Schiff e Ritti.

Depois de estudar a psicologia e matafísica, isto é, de tratar do conceito da alma e dos seus estados e faculdades através de diversos mitos, cultos e religiões, e das teorias matafísicas de Platão — nos dialogos de *Fedro e Alcibiades*, e, mais recentemente, do *animismo* e do *vitalismo*, Teófilo Braga passa a tratar longamente da fase scientífica da psicologia moderna, assente nas sciências biológicas. O 3.º capítulo é destinado à classificação dos conhecimentos humanos, começando por um estudo sôbre a «*Constituição scientifica dos conhecimentos do mundo objectivo*», passa ao estudo do principio da *generalidade decrescente* dos fenómenos do mundo objectivo na classificação hierárquica das sciências, considerando-o como uma conseqüência da evolução do critério experimental da sciência a partir do século XVI, com Galileu, e do «ponto de vista objectivo iniciado por Descartes». E, considerando como base da classificação do sistema comteano da *generalidade decrescente* o princípio cartesiano da *complexidade crescente*, proclamado no *Discurso do Metodo*, cita a matemática como a sciência mais geral, menos complexa, e mais perfeita ocupando, por isso, o primeiro logar na classificação dos conhecimentos, e tornando-se um exemplo e um modêlo, e, até, um instrumento na metodologia filosófica.

O último capítulo — que é o mais original e importante — é destinado a tratar da *Reorganisação da Sociologia*. Esta sciência que, tendo os seus pródromos na *Sciência nova* — do Vico, no *Tableau des progrès*, etc. — de Condorcet, foi criada por A. Comte, é estudada com suma elevação e grande relevo por T. Braga. Ao contrário de A. Comte — que escolheu para base de nova sciência «o facto historico da *auctoridade* nas suas manifestações de poder temporal e espiritual», T. B. entende que a sociologia assenta sôbre os factos biológicos da *população* — cuja importância já fora salientada por Malthus — e da *lucta pela vida* — fenómeno êste pôsto em es-

pecial evidencia por C. Darwin. Como diz o economista Rossi o fenómeno da *população* engloba todos os aspectos sob que se possa considerar o homem e a sociedade, pois é por êle e para êle que se considera a *moral* a *politica*, a *economia domestica* e a *nacional*. De tal fenómeno emergem e a êle vão ter: o Estado a família e o indivíduo. Por isso, Stuart Mill escolhe também o factor população — como base da Ecónomia política.

Após diversas considerações sôbre a Economia política, a Indústria e o Comércio, o Direito, a Moral e a Política, aborda o problema das fórmas de govêrno, e, depois de uma apologia do federalismo — do qual diz que «é nele que iremos encontrar a base racional da moderna unificação das nacionalidades», termina a sua obra por explicar, à luz do critério positivista e em face da evolução da humanidade, o que seja a *igualdade* e a *liberdade* e qual a transição daquela para esta. Assim, escreveu êle: «A igualdade social não póde ficar um simples fenómeno da consciência individual; é necessário que se realize em factos anteriores... A fórma concreta da igualdade social consiste no mútuo exercício da *liberdade;* assim como os actos de vontade são manifestações normais e reflexas de actos cerebrais, os actos de *liberdade* são igualmente motivados por um certo número de noções que preponderam no meio social». Em seqüência, trata da *liberdade filosofica*, compreendendo nesta a liberdade de consciência, do ensino, da imprensa e de cultos; a *liberdàde politica* — ou liberdade de eleição, representação, reunião, associação; e a *liberdade civil*, abrangendo a liberdade de propriedade, de indústria, de tráfico e de contrato. E, explica:

«A *liberdade civil* é aquella que as sociedades melhor conhecem, e a que maiores violações tem recebido por causa do abandono da *liberdade politica* ao arbitrio ou à falsificação dos governos.

«É só pelo exercicio da *liberdade philosophica*, que as aspirações sociais se converterão em opiniões, e que a sciência virá, como um novo poder espiritual, a emancipar a sociedade do empirismo inconsciênte dos que a governam»[1].

Os *Traços geraes de philosophia positiva* constituiram, para a época em que apareceram, no nosso país, uma revelação, pois foram, entre nós, a primeira obra no género[2]. Êsse trabalho foi geralmente mal ou falsamente apreciado no nosso pais, não faltando quem o interpretasse sob um aspecto muito mais político que scientífico e filosófico. Assim, Teixeira Bastos, depois duma análise descritiva, e não crítica, da obra, escreve:

«Chegamos ao fim da nossa exposição; mas antes de proseguirmos devemos considerar os *Traços geraes*... sob uma outra face. Êste livro é incontestavelmente o de afirmações mais firmes e claras que até então se tinha publicado em Portugal; o seu distincto auctor não se serve de palavras ambiguas, ou de phrases equivocas que possa cada um interpretar o seu bello prazer. Teofilo Braga mostra-nos sem véo algumas verdades deduzidas das sciencias naturaes, ainda quando ellas vão de encontro ás crenças da maioria»[3].

Alexandre da Conceição referindo-se à obra traça uma

[1] Essa confiança na sciência para salvar as sociedades do empirismo dos governantes era própria da época e havia irradiado, principalmente, das obras de Augusto Conte. Veremos, poucas páginas adiante, que essa era também a opinião de António Cândido.

[2] As ideas contidas nesta obra de Teófilo Braga foram, depois, muito desenvolvidas nos seguintes trabalhos do eminente pensador, especialmente nos artigos da Revista o *Positivismo*, no magnífico *Systema de Sociologia*, aparecido em 1884, e nas *Soluções positivas da politica portuguesa*.

[3] Teixeira Bastos — *Theophilo Braga e a sua obra*, 1893, pág. 275.

dúzia de linhas de generalidades superficiais acêrca do autor e do trabalho [1]; e José Leão, falando da obra e do autor em o jornal *A Republica,* do Rio de Janeiro, não esqueceu de a encarar sob o aspecto político republicano [2].

Apesar disso, a influência dos *Traços gerais* foi grande, e a sua publicação preparou excelentemente o aparecimento, no ano seguinte, da revista o *Positivismo* [3].

Ao chegarmos a 1878 a filosofia era representada por três grandes sistemas que, tendo, cada um dêles, as suas origens mais ou menos remotas, foram-se constituindo no decorrer do século XIX. Eram êsses sistemas: o criticismo, o positivismo e o evolucionismo — todos êles constantemente agarrados à sciência, procurando nela os fundamentos dos seus raciocínios, os métodos e processos do seu estudo, e a comprovação dos seus assuntos, pois a «filosofia é — como diz Roberty — uma sistematisação das sciências que se torna cada vez mais perfeita à medida que os seus elementos se coordenam ou se associam duma forma mais intima» [4].

Também, ao chegarmos a 1878 a sociologia estava já constituída, admitindo-se quási unânimemente, entre os homens de sciência, especialmente psicologistas e sociólogos, a estreita relação, senão a dependência dessa sciência abstrata com a psicologia, considerando, até, aquela uma espécie de psicologia colectiva [5]. Augusto

---

[1] Ver a transcrição do pequeno artigo de Alexandre da Conceição no *Quinquagenario. Cincoenta anos de actividade mental de Theophilo Braga,* 1908, pág. 551-553.

[2] Ver *Quinquagenario,* pág. 553-557.

[3] Num trabalho sôbre história da filosofia contemporânea portuguesa onde tratarei do Dr. Teófilo Braga como pensador ocupar-me-ei, muito desenvolvidamente, da revista o *Positivismo* e da sua acção e influência no nosso meio intelectual.

[4] *Obr. cit.*, pág. 115.

[5] Porém, não falta quem admita que a psicologia deve ser su-

Comte, interpretando as ideas de Vico e de Montesquieu, e as concepções de Turgot e Robert Peel, proclamara anos antes que a política é uma sciência, pois a evolução humana, longe de ser obra do acaso, estava subordinada a leis. A Portugal haviam chegado muito refratados tais fascículos de luz nova, bela, inebriante. Os governantes, os velhos, sorriram e continuaram, no empirismo da sua rotina, a fazer política à sua moda, oscilando entre a violência e a corrupção; os novos, sinceros, cheios de ideal e transbordantes de bôa fé, interpretaram à letra o pensamento de Comte, e começaram a defendê-la e a vulgarisá-la. Entre os *novos* dêsse tempo dois se notabilisaram, principalmente: Teófilo Braga e António Cândido.

Êste — que depois se havia de tornar o mais eminente orador do seu tempo — escreve então, como dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra os *Principios e questões de Philosophia politica* — obra essa que além de patentear um grande talento e de assinalar um belo carácter, marca uma época, pois constitui o primeiro trabalho publicado entre nós, com erudição e elevação, sôbre a complexa e delicada questão do sufrágio.

Como se estava já longe — não tanto no tempo como nos progressos da actividade especulativa — da época em que Aristóteles repuxado, desfigurado, caricaturado pelos arabes e pelos escolásticos era, em filosofia, o mentor dos estudantes e dos estudiosos portugueses!

---

bordinada à sociologia. E. de Roberty em o *Nouveau programme de sociologie*, de 268 pág. publicado em 1904, sustenta êsse ponto de vista porque a consciência individual desenvolve-se sob a acção do meio social ou de inter-acção psico-fisiológica — como lhe chama Roberty. Quando se elimina da consciência individual o que provem da sociedade só fica a sensação, a experiência do animal, pois o facto social precede o facto psicológico.

Referindo-se a esse tempo diz Adrien Balbi que a filosofia de Aristóteles mal comentada pelos arabes e desfigurada pelos escolásticos foi pouco a pouco sendo posta de parte em todas as escolas da Europa civilisada. Porém, aqui foi ela conservada e seguida por muito tempo.

Emquanto — adita Balbi — o *Ensaio da inteligencia humana*, de Locke, era conhecido e seguido por todos os sábios da Europa em Portugal continuava a homenagear-se o estagirita. Foi só depois da reforma da Universidade, do marquês de Pombal, que tal filosofia foi abandonada e substituída por uma filosofia racional. Assim, continua Balbi: «podemos assegurar que nos últimos anos do século XVIII já em Portugal se conhecia tudo o que de melhor se havia publicado nos outros paises tanto em lógica como em gramática filosófica». Na verdade as ideias de Locke, Condillac, Helvétius d'Alembert, etc. eram aqui conhecidos; comtudo a-pesar-da elevada cultura de alguns portugueses o compendio da filosofia Genuense continuou durante muito tempo a dominar no nosso ensino, seguido de outros manuais e compendios egualmente atrasados em relação ao progresso dos estudos filosóficos no estrangeiro. É só muito mais tarde, e salteadamente, com as obras de Amorim Viana, F. A. Correia Barata, Teófilo Braga e Antonio Cândido que o país começa a integrar-se nas correntes mais progressivas do movimento filosófico contemporaneo.

CAPÍTULO III

«Os Principios e Questões de Filosofia Politica», de António Cândido

Quando se chega a 1878 dá-se na bibliográfica filosófica portuguêsa um duplo acontecimento. É nêsse ano que aparece publicado o 1.º volume da revista *O positivismo,* dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Matos, e

que António Cândido dá a lume os seus *Princípios e Questões de Filosofiia política* [1].

Meus Senhores! — Falemos agora da aptidão filosófica de António Cândido a propósito da sua obra de sociologia.

António Cândido, se não houvesse sido um notável orador político e académico ficaria na História da Civilização Portuguesa contemporânea como pensador eminente, e, mesmo dentro da sua característica verbal de sumo artista da palavra, êle foi sempre um pensador. A maneira sugestiva, empolgante, como êle na tribuna parlamentar, na Academia ou na sala de conferências versava os assumtos aproximava-o das gerações dos Bacon para quem «*vere scire esse per causas scire*». De resto, assim devia ser.

Se é certo que as influências da raça, do meio e do momento não são tão incisivas, e, muito menos decisivas para explicar as manifestações intelectuais dum povo ou dum indivíduo — como entendia Taine, — pois há sempre na etiologia do genio duma raça ou dum homem um resíduo que nem o teorismo dêsse determinista nem o de Sainte Beuve ou de Hennequin e de outros conseguiram explicar completamente, não há dúvida que a modalidade espiritual de António Cândido como pensador tem uma funda explicação na vida intensiva do pensamento e na grande agitação de ideas que caracterisam o período em que surgiu e viveu o grande orador português.

Disse um pensador muito ilustre — Roberty — que os sistemas filosoficos teem uma vida muito breve nos períodos de grande fertilidade sciêntifica, sendo, pelo contrário, a sua existência mais longa durante os períodos de re-

---

[1] O 1.º volume trata das *Condições scientificas do direito de suffragio*, e tem 190 págs. numeradas.

pouso, durante as épocas de acalmia, que sucedem às fases agitadas da evolução da sciência[1]. Assim é.

Como já dissemos, quando se chega à 2.ª metade do século XIX, precisamente 1878, aparece o 1.º volume de António Cândido tratando dos *Princípios e questões de filosofia política,* e que era a sua dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Essa obra — hoje muito rara e bastante desconhecida — é mais que uma promessa brilhante: é já uma afirmação inegável do talento, do valor e da aptidão crítica do ilustre universitário. Logo a *Introducção* nos prende, nos deslumbra e encanta pelo seu poder de síntese, pelo vigor da crítica, pela subtileza das análises, e pelo brilho do estilo — amplo, coleante e sugestivo em matéria tão árida.

Começando por traçar um rápido quadro do movimento scientífico e filosófico do século XVIII êle, seguindo Littré, vai procurar no *Segundo discurso sôbre os sucessivos progressos do espirito humano,* de Turgot — obra de 1750 — a primeira concepção positiva da política, e encontrando na *Idéa duma história universal no ponto de vista da humanidade* — de Kant, e no *Tableau des progrés de l'esprit humain* — de Condorcet a prova «que há successão natural — como êle escreve — nos períodos da humanidade e perfeita continuïdade no trabalho moral das gerações[2]».

Depois de falar da formação e do desenvolvimento das sciências da natureza, António Cândido chega à constituïção do que chama: a sciência social. Em seguida,

---

[1] E. de Roberty, *La Philosophie du siècle,* 2.ª ed., 1891, pág 20.

[2] Já anteriormente Teófilo Braga, em varias passagens dos seus *Traços de philosophia positiva,* havia notado, não só no que respeita á *lei dos tres estados* como acêrca de outros pontos, como o eminente Turgot precedeu Augusto Comte.

expõe as suas ideas — e cada vez mais actuais elas são — àcêrca dos *grandes homens*, declarando logo que a direcção do movimento social não depende dêles, e acrescentando: «Os grandes homens podem influir, e têm influido, de feito, sôbre a intensidade do movimento social; mas não influem, mas não podem influir sôbre a direcção dêle. São, em parte, causa do futuro, mas são totalmente efeito do passado...». Assim, lògicamente, ao expor o seu conceito sôbre o objectivo da história, mostrando conhecer as concepções de Hegel e os pontos de vista historiográficos de Sybel e de Carlyle, para controverter aquelas e estes, escreveu admiràvelmente: «A história não é, como geralmente se crê, só a lição do que foram os heróis, os sábios, os grandes reis e os grandes mártires»; e, logo, acrescenta: «A história é a consciência do continuo desenvolvimento da humanidade».

Muitos anos depois de António Cândido haver escrito estas palavras alguns historiadores alemães, e especialmente Lamprecht, veem repetí-las, pondo em foco a concepção da história que já antes havia accionado a historiografia francesa e as obras do eminente inglês Buckle. É, efectivamente, contra a escola pragmática e individualista de Ranke que se ergue Lamprecht vindo dizer, como António Cândido o havia feito quarenta anos antes, que os próprios génios que antecedem o seu tempo não estão completamente fora dele, antes são dele dependentes, estão encerrados na sua época [1].

Continuando a tratar das concepções modernas e positivas acêrca da política, depois de notar a complexidade de tal sciência e de fazer remontar esse critério ao século XVIII, escreve muito acertadamente: «A sciência da natureza foi a primeira a entrar afoitamente n'aquele caminho. As vãs entidades com que a escolástica pre-

[1] Ver a nossa obra — *A Teoria da Historia*, pág. 387, etc.

tendia explicar todas as relações naturaes foram desapparecendo umas após das outras, fortemente perseguidas pelo genio de Bacon, e dando lugar à consideração das leis physicas e chímicas como fôrças immanentes ao kosmos». E, depois de notar que «a astronomia depois de Laplace, a chimica depois de Lavoisier, a biologia depois de Bichat estavam constituidas», pergunta a si próprio: «Mas existe realmente uma sciência social?», respondendo logo: «Entendemos que sim. O que não quer dizer que a sciência social esteja inteiramente organisada. Não está... O que está é *constituida;* o que conseguiu, foi delimitar os seus dominios, precisar os seus processos, conhecer a sua indole própria; o que não pode disputar-se-lhe já, é a posse d'um fundamento rigorosamente scientífico».

A seguir, fala das objecções apresentadas contra a sociologia, e cita e transcreve a resposta de H. Spencer a tais objecções. Tratando da filosofia alemã, e destinguindo-a da francesa, escreve: «mas que differença, que enormissima differença entre as faceis demonstrações practicas e claras da philosophia francesa e a selva cerrada das deducções e raciocinios de toda a ordem, que entumecem e difficultam as especulações alemãs». E, após a declaração de respeitar no mais alto grau a memoria de Kant e de salientar a importância scientífica da Alemanha, escreve: «Sabemos muito bem que, sendo [a Alemanha] a ultima a libertar-se das esterilisadoras influencias da escolastica, em pouco tempo chegou, graças aos esforços geniaes de Leibnitz, de Lessing, de Wolf, de Kant e seus successores, a acompanhar e, por vezes, a exceder as nações muito anteriormente despertadas por Bruno, Bacon e Descartes».

Depois de se ocupar do *objectivismo absoluto* de Hegel e Scheling, e de notar a influencia das suas concepções na filosofia da historia, critica especialmente a teoria dos

grandes homens, de que já tratámos. Critica tambem a teoria espenceriana do *incognoscivel*, considerando êste o objecto das religiões, e passa em revista o *positivismo* de A. Comte, o *evolucionismo* de Spencer e o *transformismo* de Darwin «nas suas aplicações á historia».

Quanto ao positivismo de A. Comte, António Cândido analisa e critica as suas bases, e principalmente, a *lei dos tres estados*, expondo os argumentos apresentados por Littré, Wyrouboff e Huxley, contra ela[1]. Acêrca de Spencer, nota as relações lógicas e cronológicas que o pensador inglês estabeleceu entre a filosofia e as sciências consistindo aquela no «conhecimento do mais alto grau de generalidade de todas as sciencias», isto é, no «saber completamente unificado»; assinala as bases do sistema psicologico espenceriano até chegar a expôr o conceito de *evolução* nesse corpo de doutrina[2]. Spencer, que começara por dar ao conceito de evolução um significado restrito só aplicável às modificações orgânicas e tomado das teorias de Milne Edwards, sôb a influência de Baer generalisa a sua concepção e consegue uma fórmula que abraça o mundo orgânico e o inorgânico, considerando a evolução como uma integração da matéria com

---

[1] É interessante notar que algumas das criticas que E. de Robertoy vai apresentar na sua obra — *La Philosophie du siècle* — já se encontram, com uma ou outra variante, nos *Principios e questões de philosophia politica*, de António Cândido.

[2] Já em 1862 Wirchow no seu trabalho — *Vier Reden über Leben und Kranksrein* — nota que a idea da evolução se encontra em Goethe quando este diz: «O ser vivo não é unico, mas multiplo; mesmo quando nos aparece como individuo não deixa êle de constituir uma colecção de seres vivos, distintos, que são iguais idealmente, virtualmente, mas que podem, na manifestação fenomenal, tornar-se iguais ou semelhantes, desiguais ou dessemelhantes. .»

Apesar do que diz Wirchow podemos citar, como precursores do evolucionismo, Hobbes, Locke, D. Hume, La Mettrie, d'Holbach, Volney, etc.

perda do movimento durante a qual ela passa duma homogeneidade indefinida e incoerente a uma heterogeneidade definida e coerente, e durante a qual o movimento conservado sofre uma transformação análoga. António Cândido expõe como o filósofo inglês aplica à sociologia o seu princípio da evolução estudando o progresso das sociedades de diferenciação em diferenciação dos seus órgãos, classes, etc., outro tanto sucedendo com relação aos fenómenos sociais da linguagem e da arte [1].

Após uns breves comentários à filosofia de H. Spencer em que segue, em grande parte, a crítica de Ernest Laugel, o nosso eminente orador-filósofo entra no estudo sintético da doutrina de Darwin [2]. Aí, como reconheça, honesta e briosamente, a sua falta de preparação nas sciências biológicas utilisa, com suma perspicácia e um grande talento, as críticas do *transformismo* emitidas por Littré [3], Quatrefages [4], e Huxley [5], aludindo à aplicação dessa teoria às sciências sociais e à evolução histórica.

Resumindo a sua critica aos tres sistemas escreve como ainda agora se pode, e deve, escrever: «Nenhuma das formulas offerecidas para coordenar e explicar, n'uma synthese suprema, os movimentos sociaes, satisfaz plenamente ás exigencias da logica. Não satisfaz a de A. Comte, nem a de H. Spencer, nem a de C. Darwin. Todas teem alguma verdade, e valem, por essa razão,

---

[1] António Cândido nota que ao tempo em que estudou a obra de Spencer ainda ela estava incompleta, pois só haviam aparecido os *Primeiros Principios*, a *Introducção à Sciencia Social* e o 1.º vol. dos *Principios de Sociologia* do famigerado pensador inglês.

[2] A critica de E. Laugel havia aparecido na *Révue des deux mondes*, de 15 de Fevereiro de 1864.

[3] In *Revue de la Phil. Posit.* T. IX, pág. 368.

[4] Quatrefages — *Charles Darwin et ses precurseurs français, etude sur le transformisme*, de pág. 176 a 178.

[5] Huxley — *Les Sciences Naturelles et les problèmes qu'elles font surgir*, pág. 430.

como leis empíricas d'um certo número de factos ou como hypotheses, mais ou menos plausiveis, no momento actual da sciencia. Mas importa não as considerar d'outra maneira. Teem todas uma base commum, que, a nosso ver, ha de resistir aos ataques dirigidos contra elas, e ficar como resultado definitivamente obtido para a sciência pelos esforços de todo este século: referimo-nos ao méthodo de observação que aquelas escolas professam mais ou menos, e a que devem as suas mais valiosas conclusões, e á compreensão da biologia como antecedente necessário de toda a sciência social».

E, depois de escrever que: «A direcção a seguir no estudo da politica afigura-se-nos perfeitamente determinada», sustenta interessantemente: que a evolução social depende, em grande parte, das condições biológicas; que as grandes conquistas morais da humanidade se transmitem hereditariamente; «que o progresso é um facto natural»; que «é á pura observação que se devem as leis económicas e politicas que a nossa consciencia mais firmemente aceita»: e que todos os sistemas que recorrem a outros processos estão desacreditados por falhos de base scientífica, sucedendo isso aos de Hartmann e Schopenhauer. E, logo insiste: «que é urgente imprimir nos estudos politicos o cunho da mais completa observação, e acabar por uma vez com o insensato propósito de *salvar* os povos a puro esforço de imaginação, ou por meio de expedientes cheios de *habilidade* muitas vezes, mas sempre faltos de sciencia» [1].

Mas, dêmos a palavra ao grande pensador, pois as considerações que se seguem, escritas numa tenra idade,

---

[1] Este juizo de Antonio Candido torna-se não só um principio da sua filosofia política, que muitas vamos encontrar repetido nos seus discursos, como um corrente *leitmotiv* da sua orientação como uma constante norma da sua conduta.

constituem belas manifestações duma inteligência robusta e duma visão grande e precoce. Nas suas palavras não residem apenas os gérmens de pensamentos e de conceitos mais tarde tão notavelmente desenvolvidos; nelas se contem a explicação de futuras atitudes cheias de grandeza moral, e a justificação de gestos nobres e de decisões elevadas. Assim, escreve o dr. António Cândido:

«Uma mulher célebre disse que a politica não era, no presente estado de cousas, mais do *que a arte de subir ao poder*. A definição é, scientificamente, absurda, mas verdadeira como expressão de prática politica em quási todos os povos. Só vivem as nações que teem direito a viver, e só teem este direito as que se colocam por iniciativa propria na corrente de idéas e de factos do seu tempo. A lucta para a existencia tomada esta fórmula no seu mais amplo sentido moral, é uma verdade incontestavel.

«Por um astronomo, por um chimico, por um biologista, pullulam em toda a parte cem politicos. A proporção seria em sentido contrario, se, na consciencia publica houvesse estas duas cousas: a comprehensão scientifica das dificuldades sociologicas, e dignidade moral bastante para se não assumir tão facilmente a suprema responsabilidade dos destinos populares.

«Hoje já ninguem duvida de que a resultante social tem por componentes as acções dos individuos, que são reguladas em grandissima parte pelas leis da vida, e que, para resolver grande numero dos problemas da politica, importa estudal-as muito, consideral-as devidamente».

Mais adiante, em outra página, cheia de fundas vistas e de previsões extraordinárias, escreve António Cândido:

«Para nós, os povos do Occidente, nunca se fez sentir tão vivamente a necessidade de resolvermos com inteira prudencia o problema da nossa politica. As condições actuaes da Europa obrigam-nos, sob pena de perdição

inevitavel, a não preterirmos nenhum dos meios modernos com que se desenvolvem e robustecem as nações. E esses meios só a sciencia os ensina.

« O pangermanismo e o panslavismo são duas ameaças terriveis. A Europa achou-se na edade-media, luctando indefessamente contra as invasões que a ameaçavam. Não ha hoje menos necessidade de nos premunirmos, as nações de origem latina, contra a ambição desmesurada e recrescente da Allemanha e da Russia, nossas naturaes inimigas ». E, depois de falar dos progressos do eslavismo, escreve: « A Prussia, essa reuniu já sob uma só bandeira todos os povos allemães, á excepção dos que vivem sob o dominio da Austria, o qual, de certo, não será muito longo — e tão forte tem sido a corrente dos alemães para a sua almejada unidade que até lhes não serviram de embargo as mais radicais diferenças sociais e religiosas ».

E continuando a falar da expansão da Alemanha e da Rússia, comenta: « Por ora aqueles dois colossos preocupam-se unicamente das suas respectivas nacionalidades; mas, satisfeito esse plano, acredita alguem que está posto um limite ás suas expansões, e que a força adquirida na lucta que temos suscitado não ha de empregar-se no sentido do seu maior dominio, do seu maior engrandecimento?... » Eis a previsão da grande guerra!

Após umas breves, mas interessantíssimas, considerações sôbre os progressos da Alemanha e da Rússia em contraste com a decadência das nações latinas, escreve luminosamente: « mas nós e os nossos visinhos não queremos por forma alguma encravar a roda do nosso infortunio, para que contribuíram, por egual, os excessos do fanatismo religioso, os exageros da monarchia absoluta, e o uso imprudente das nossas faculdades conquistadoras». E, segue, com clarividência:

« Pois urge que nos resolvamos a romper com esta inercia que tão tristemente nos caracterisa, com o empi-

rismo politico que nos domina, com este systema de não pensar no dia do amanhã, com esta indiferença por tudo e por todos, que nos está envenenando lentamente, mas fatalmente.

«*Não ha ordem nas ideias, nem prestigio nas pessoas,* dizia-nos ha pouco um dos mais nobres caracteres que ahi se teem esmaltado neste paiz. Triste verdade, mas verdade innegavel! Poderemos ainda salvar-nos? Não estaremos irremediavelmente perdidos?

«Alexandre Herculano, nos ultimos annos da sua veneravel existencia, descria inteiramente da nossa regeneração nacional. Nós, desalentados, mas não sucumbidos de todo, apelamos ainda para a sciencia. Se ela não fizer o milagre, não sabemos de onde ele venha».

Se Herculano, em vez de se limitar a estudar os vestígios dos acontecimentos históricos muito mais à luz da cronologia, da diplomática, da heráldica, da esfragística, da crítica e do direito foraleiro e outro, que da psicologia colectiva, estudasse nas velhas crónicas, nos vetustos cancioneiros, no nosso *floklore*, e, emfim, nos outros productos da nossa emoção, da nossa inteligência e da nossa vontade a alma do povo português, certamente não chegaria a duvidar sequer, — e muito menos a descrer inteiramente — do futuro da nacionalidade.

Também o dr. António Cândido não sabe quem fará o milagro da regeneração nacional a não o fazer a sciência. E, comtudo não seria difícil convencê-lo que nos momentos mais graves para a existência da Pátria a salvação desta tem resultado muito mais das virtudes da raça, da intuïção popular, que da sciência dos governantes.

Terminada a *Introdução*, de natureza filosófica, onde o autor documenta uma grande extensão de vistas e uma notável acuidade de compreensão na análise dos fenómenos políticos, entra no objecto próprio da sua tese, isto é, no estudo das *Condições scientificas do direito de suffra-*

gio, começando por tratar da sempre, e cada vez mais, complexa *questão da extensão do sufragio.*

O nosso eminente autor inicia o capítulo por traçar, por uma forma resumida, mas muito completa e clara, a história dessa questão desde a promulgação do art. 29.º da *Declaração dos direitos do homem,* de 1789, depois da revolução de 1848 e do golpe de Estado de 1851 — após o qual — escreve António Cândido — o sufrágio universal e directo foi «esmagado sob a mais forte pressão durante o império, sem as grandes luzes que a liberdade recebe do comicio e da imprensa». Tempo depois Napoleão III restabelecia — mas sem a menor sinceridade, antes com propósitos ocultos — o sufrágio universal. A êsse propósito escreve, com elevação, o nosso autor:

«Depois, corrupto até á medulla, facil lhe foi contrastal-o efficasmente com aquillo que elle chamava nos documentos officiaes, *actos protectores da liberdade dos cidadãos!*» E, adita: «Fez escola, e a peor das escolas, este moedeiro falso do suffragio. A violencia no governo, a perseguição systemática, é um expediente brutal, mas dura pouco. A reacção não se faz esperar muito. Sirvam de exemplo a attitude revolucionaria de Portugal contra a dominação imprudente do conde Thomar... Mas a corrupção, a compra de consciencias, a traficancia eleitoral, o cynismo politico são cousas mais terriveis e mais fataes. Quando um povo respira numa atmosfera assim viciada, ou tem contados os seus dias, ou, para salvar-se, ha de passar por provas difficillimas, por comoções violentas, que, sacudindo-o bruscamente, lhe deem a percepção nitida do seu estado e a energia necessária para as firmes resoluções conscientes e dignas». E, logo transcreve uma passagem de Emilio Olivier, onde este diz: «Prefiro a violencia á corrupção; tremer é menos aviltante do que vender-se; contra a violencia resistem as nações, da corrupção, não se erguem, não se salvam nunca...».

Depois de dizer que «o systema representativo é um mal necessario, porque o povo não pode dirigir, elle proprio, todos os negocios da administração publica, tem de dellegar em alguns cidadãos da sua escolha o encargo especial do seu governo», o Autor fala, com a maior admiração, do regime de democracia directa da Suissa, chamando-lhe «o mais perfeito exemplar de democracia pura que conhecemos».

Analisa e comenta as críticas de Proudhon — contidas na *Idée générale de la révolution au XIX.e siècle* — contra o sistema representativo, e, depois de expôr o que é o sufrágio, o que significa a soberania popular e como se chegou a ela, diz que esta «é um perfeito resultado da evolução histórica», insistindo, mais adiante, que a democracia e a instituíção do sufragio «não são um improviso da philosophia; são um resultado da historia». E, inquirindo acêrca dos meios de melhor assegurar a liberdade política, responde êle próprio: «Instruir o povo, levar a educação civil e moral a toda a parte, fazer do estudo uma obrigação juridica, altear o mestre-escola a verdadeiro sacerdote na religião politica, etc.». Efectivamente, em abono da sua opinião sôbre as necessidades da instrução popular cita Laboulaye, Littré, Stuart Mill; mas, declarando que a instrução primária é demasiadamente elementar para fornecer as aptidões necessárias ao uso da liberdade e da actividade política, escreve:

«A confiança nas virtudes redentoras da instrução é, pois, muito bem intencionada, mas vã», e mais adiante, ao aludir à difícil missão política dos cidadãos numa democracia; nota: «que ao inverso do que pensam Laboulaye, Mill e Littré, a resolução das dificuldades não está na instrução e educação do povo, em parte porque isto não é immediatamente realisável, e em parte porque, ainda depois de obtida a instrução exigivel nas actuaes condições económicas dos pequenos proprietários e das classes

operárias, ella não poderia nunca altear o geral das consciencias á comprehensão das grandes exigencias da politica ».

António Cândido passa, então, a expôr o seu modo de vêr que, pela precisão do raciocínio e pela lógica das deduções, bem pode ser elevado à altura dum sistema político. Baseia-se êle na descentralisação administrativa pela qual o povo das freguesias e dos concelhos realisa, nos assuntos que aquelas e a estes respeitam, a sua cultura administrativa e política, e, seguindo o ponto de vista de Ernest Naville — em *La réforme électorale en France*, — e de Wyrouboff[1], propõe a aplicação a Portugal do sistema administrativo da Suissa, com as eleições por dois graus, e remata o capítulo com a seguinte *conclusão*, da qual certamente ninguem discordará. Diz êle: « O suffragio, com a extensão que tem na maior parte das nações cultas, repugna abertamente com a organisação unitária d'ellas; fóra da mais larga descentralisação, é impossivel como cousa séria, é prejudicial, é ridiculo. O povo, ou tem o bom senso de não votar como acontece em França muitas vezes, e como está acontecendo entre nós, e em tal caso o regimen liberal é o absolutismo mascarado, — ou exerce aquella faculdade, e então impõe-se com a sua ignorancia e com as suas illusões ás legitimas exigencias da razão social, como aconteceu durante o segundo imperio, desde 1850 até 1870 ».

O 2.º capitulo inicia-se com uma calorosa defesa da proporcionalidade da representação eleitoral, que continua pelas 30 páginas seguintes. Depois de defender á luz do direito publico a sua tese favorita em matéria de sufrágio, segundo a qual a representação politica deve ser

---

[1] O prospeto da *Associação reformista de Genebra* foi tornado conhecido pelo publicista belga, Jules Senedt in: *Reforme électoral* pag. 21 e seg.[te]

proporcional, salienta o útil papel das minorias nas assembleias políticas como garantia dos interêsses nacionais, cita vários casos chocantes, passados no estrangeiro, derivados da improporcionalidade da representação pelo sistema das maiorias, e explica, pelos vícios dêsse sistema, a abstenção eleitoral. Traça, a seguir, a história da representação política proporcional desde a defesa que dela fez, em 1846, Victor Considerant, e descreve a sua aplicação em França, Suissa, Dinamarca, Inglaterra, América do Norte, Brasil, Espanha e Portugal.

O 3.º capitulo destina-se a «expôr e criticar os principaes sistemas offerecidos para a resolução do problema eleitoral». E, fazendo-o sempre com muita elevação e com muito saber, apresenta uma breve análise crítica dos sistemas eleitorais propostos por E. Naville, Girardin, de Layre, Tomaz Hare Andrae — que António Cândido considéra o mais perfeito; ocupa-se, depois, do sistema de *voto cumulativo* apresentado e defendido na Inglaterra por James Garth Marshall, pelo qual o eleitor dispõe de tantos votos quanto o número de deputados a eleger, podendo dar a cada candidato os votos que quiser até aquele número. Excelente, teòricamente, êste sistema não é prático, pelo que tem sido abandonado, pois necessita que antes da eleição os partidos indiquem com exactidão a fôrça eleitoral de que dispõem, e que os componentes de cada agrupamento sejam disciplinados e obedeçam às indicações do seu partido. Estuda, depois, o sistima do *voto limitado,* segundo o qual o candidato inscreve na lista um número de candidatos inferior ao de deputados a eleger — sistema êste que a-pesar-de alguns incovenientes que apresenta tem sido bastante utilisado, com algumas variantes, no regime de *lista incompleta.* Ocupa-se do sistema proporcional de Th. Furet — que é, na rialidade, um sistema de voto cumulativo; e do sistema de *sufrágio uninominal* de Walter Bailly, — escrevendo,

a propósito da escolha de candidatos segundo as simpatias que inspiram e não pelos méritos pessoais e pelas opiniões que possuem, estas nobres palavras: « É exactamente pela falta d'esta compreensão na maioria das consciencias, que a política anda muito alheia d'aquella seriedade de caracter, d'aquella rigidez moral, que deve ser o esmalte da democracia, e sem o que, ella não vale mais do que as fórmas políticas a que sucedeu ».

No 4.º, e último, capitulo ocupa-se, de inicio, do projeto de representação proporcional apresentado, então pela *Associação reformista de Genebra*, no qual se inspirou José Luciano de Castro na elaboração de duas propostas de lei, sendo uma para as eleições municipais e outra para as eleições de deputados — e que na opinião de A. C. « é contudo aceitável, pelo menos como experiencia a tentar », acrescentando: « Não é perfeito, mas, a nosso ver, sobrepuja em excelências a todos os processos offerecidos para a resolução do problema eleitoral. Comparal-o com o sistema vigente seria uma impiedade ».

António Cândido termina o 1.º vol. dos *Princípios e Questões de Philosophia Política* com as seguintes considerações cheias de verdade e de elevação moral. Diz êle: « Em sciencia social a exactidão absoluta é uma pura miragem da consciencia; pode ser um ideal prestimoso, nunca será uma realidade prática. O bom é o menos mau, o melhor é o menos imperfeito. É assim que responderemos aos que, em boa fé, manifestarem escrupulos de acceitar esta innovação por ela não satisfazer inteiramente às exigências logicas do seu espirito; aos que a impugnarem no interesse do velho systema que nos oprime, aos que se arrecearem dela sómente porque é uma revolução nos habitos e nas instituições vigentes, aos que a não *quizerem* — a êsses diremos com o mais intenso desejo de sermos atendidos.

« Reagir contra o progresso das ideas é como querer

roubar o fogo do ceu: uma empresa ousada e eternamente infeliz. O pensamento da representação proporcional é justo, e contra um pensamento justo não ha vontade que valha, por mais obstinada que ella seja. A historia que o diga».

Assim termina o 1.º volume do primeiro trabalho publicado no nosso país sobre filosofia política e sôbre as questões de sufrágio, sete anos antes que Leon Donnat publicasse, em Paris, o seu tratado sôbre *La politique expérimentale,* onde há tantas passagens que lembram a obra do nosso grande orador.

Mais tarde, em 1881, aparecia o segundo volume dos *Principios e questões de philosophia política,* destinado ao estudo da *lista multipla* e do *voto uninominal* [1]. Num parágrafo preambular ocupa-se o nosso Autor do sufrágio político, expondo algumas das opiniões que sobre tal problema teem sido expendidas, principalmente, por Dupont White, Bluntschli, Wirouboff e Oliveira Martins — manifestando-se todos contra o sufrágio universal. Outro tanto fez A. C. que, ao explicar a perfeição relativa do sufrágio universal na Suissa e nos Estados Unidos, atribui tal progresso à descentralisação administrativa e política que existe nos dois Estados, prestando-se à educação eleitoral do povo. Passa, depois, a tratar da questão da *unidade ou multiplicidade de nomes na lista de cada eleitor;* fazendo uma rápida digressão pelos domínios da filosofia natural e da biologia tendente a demonstrar que a igualdade política concedida aos povos não tem por base a igualdade intelectual e moral, pois esta não existe. Traça uma rapida história da lista multipla — o *scrutin de liste,* dos franceses — em França e em Portugal, e defende, com múltiplos argumentos, êste sistema de lista que é considerado a negação do sufrágio universal,

[1] Trata-se de um fascículo de 47 págs.

mas que o A. apresenta como a mais conveniente à representação das minorias, fazendo, a propósito do sistema que defende, uma excelente digressão acêrca da imprensa e das suas importantes funções de vulgarisação e de propaganda políticas por ocasião dos actos eleitorais, seguindo na crítica dos que argumentam contra a lista multipla. Termina por mostrar, entre as excelências do seu sistema, que êle é o mais próprio para a formação de parlamentos fortes onde os deputados, longe de estarem ilaqueados com as exigências e os caprichos dos seus eleitorados, são representantes da nação e não das suas circunscrições, e para organisação dos govêrnos estáveis, enérgicos e resolutos na execução dos seus programas — o que não sucede no nosso pais onde os govêrnos — diz António Candido — « são debeis, timidos, incoherentes ».

Depois, escreve, lapidarmente:

« Ponderando as antinomias do sufrágio universal, escrevia, ha pouco, Alberto Wolf, o jornalista francez que possue a mais completa formula da política conservadora: *Tout pour le peuple, rien par le peuple.* Sim, mas ha duas pequenas difficuldades: a de convencer o povo de que se deixe governar, e a de apparecer quem lhe inspire confiança. A abdicação obrigada é impossivel, porque elle tem a força: a abdicação voluntaria é improvável, porque elle conhece a historia ».

Mais adeante, falando das « contradições que a liberdade inclue » e das « incertezas gravissimas de que está cheio o mais proximo futuro », escreve, esculturalmente, a fechar o seu trabalho:

« Ha sómente duas soluções: o povo reclama a direcção de si mesmo, ou continua sob tutella. No primeiro caso, será tumulto, anarchia, conflicto permanente o que devêra ser progresso e paz, liberdade e ordem. No outro, quem sabe como elle será dirigido, se o explorará a ambição, se a lisonja o adormecerá nos seus braços insidiosos,

se o despotismo o vencerá por muito tempo, se, por tudo isto, elle terá de recomeçar infinitas vezes a ascenção da suspirada montanha, onde o espirito é livre, amplo o horizonte e o ar purissimo»!

Acabamos de ver o que são os dois volumes dos *Principios e Questões de Philosophia Politica,* onde António Cândido patenteia, além das tendências especulativas do seu espírito, uma vasta cultura filosófica e uma excelente preparação em matéria de história [1].

Ernesto Bernheim, estudando a concepção sociológica ou sócio-psíquica da história na obra mais importante de Lamprecht — a sua *História da Alemanha* — e que constitui a concepção matriz e motriz dessa notável obra, vai procurar a sua razão de ser na influência de Augusto Comte sôbre o eminente historiador alemão. Nós, no nosso trabalho sôbre a *Teoria da História,* remontamos mais além a genealogia de tal concepção, indo entroncá-la no *Esquisse* de Condorcet, sendo também em Condorcet que se inspira António Cândido.

Acêrca da grande aptidão filosófica e crítica do nosso orador é de salientar a forma como êle analiza o princípio da evolução, a lei dos três estados e a classificação das sciências de Comte, utilizando no seu estudo, — mas sempre com independência e individualidade — as idéas e argumentos de Littré, de Wyrouboff e de Huxley; e outro tanto sucede com a crítica da filosofia de Spencer,

---

[1] O aparecimento destas duas obras, escritas sob uma orientação moderna, mostra bem quanto se estava longe da epoca em que a *Vida de Jesus,* de Renan, originou a publicação, aqui, de diferentes obras como a de Joaquim de Almeida Braga — *O christianismo e o século. Resposta á obra de Mr. Renan — Vie de Jesus.* Porto, 1864. VIII–172–I págs. Neste mesmo ano aparecia a *Biografia de Ernesto Renan*, de Adolfo de Caıfort e F. Bazouge, e traduzida em português por J. L. Rodrigues Trigueiros. 93–I pág. Contudo, é de recordar que ainda em 1876 aparecia uma tradução da *Filosofia fundamental,* de Jaime Balmes, por João Vieira, em 3 volumes.

especialmente da obra deste — *Os primeiros princípios,* analizando o problema do *eu* e a teoria da evolução do grande pensador inglês.

O que caracteriza as ideas, as concepções e teorias expostas por António Cândido tanto nêste volume como no segundo trabalho sôbre *Filosofia política* — que é o opúsculo de 47 páginas acêrca da *Lista múltipla e o voto nominal,* aparecido em 1881, — é a extensão dos seus juízos, a precisão dos seus raciocínios, a solidez das suas concepções sempre fundamentadas numa rica e selecta bibliografia, o extranho poder divinitário das suas previsões, emfim, o brilho da forma e a elevação dos conceitos.

CAPÍTULO IV

As tendências filosoficas de Antonio Cândido vistas na sua restante obra

Meus Senhores!

É certo que a obra anteriormente analisada é a que mais directa e imediatamente toca os assuntos de carácter filosófico, demonstrando, com clareza, não só uma grande leitura das obras dos mais eminentes pensadores dos séculos XVIII e XIX, dêsde Locke a Augusto Comte, Littré, Weyrouboff, H. Spencer, Darwin, Huxley e Haeckel, mas ainda uma profunda influência das escolas positivista e evolucionista sôbre o espírito do nosso eminente confrade. Mas, isso não quer dizer que nos seus outros trabalhos, nos seus formosos e opulentos discursos académicos, nas suas notáveis conferências literárias e, até, nos seus brilhantes discursos políticos não surjam, aqui e alem, passagens de caracter filosófico, conceitos, juízos, teorias, emfim, concepções de naturesa especulativa.

Por isso, iremos percorrer a sua obra, e, surpreendendo

neste e naquele período afirmações de ordem filosófica, poderemos, possìvelmente chegar a conhecer a evolução do seu espírito em tão transcendental matéria. Mas, não nos antecipemos!

Não é demasiadamente extensa a obra publicada de António Cândido porque muitos dos seus discursos ficaram inéditos. Mas, o que dêle resta impresso é mais do que suficiente para se aquilatar das suas grandes qualidades de orador eminente. António Cândido não é um daqueles simples discursadores que se fazem artificialmente, explorando uma natural bossa verbalesca, e decorando as regras da composição oratória de qualquer arcáico compêndio de retórica. António Cândido não é um mero produto de uma loquela instintiva, fortalecida pelo empírico estudo das regras da invenção e disposição literária, da elocução oratória e da declamação teatral.

¡Nada disso, e muito mais do que tudo isso!

António Cândido é um orador de raça, da raça dos eleitos, pertence ao escol dos tocados pela divina àsa da arte, dos ungidos pela suprema graça do génio, António Cândido é, emfim, não apenas um grande orador, nem sòmente um grande orador que pensa, mas um grande pensador que ora, que perora, que encanta, que domina, que ensina, que convence, que evangelisa. Não conheço um orador que tenha acêrca da eloqüência ideas mais elevadas, concepções mais nobres. Diz ele: «A eloquência é verdadeiramente uma arte... corresponde a uma faculdade intelectual e a um ideal esthetico... e por isso está subordinada á suprema lei que regula todas as manifestações da Esthetica». E, acrescenta logo: «Esta lei é a Moral».

Ainda nessa autobiografia espiritual, tratando da sua concepção da eloqüência, êle escreve: «Compreendo mas não a *arte pela arte*. Pode um artista ser perfeito, admirável na execução da sua obra, e merecer á critica impes-

soal o louvor que deve conferir-se a quem realisou bellamente o plano ideal do seu trabalho; mas este plano ideal, estranho á jurisdição do critico, pertence á apreciação do philosopho que não pode deixar de o aferir por um principio superior, em que estejam reflectidos os interesses concordantes do espirito e da civilisação. Parece que a orientação da arte moderna é toda para *nos forçar o pensar*, a compreender o sentido profundo e occulto dos acontecimentos».

Assim, para António Cândido sendo a eloqüência uma arte que tem como lei suprema a moral, tem «a intenção de contribuir directamente para os fins elevados e uteis da nossa especie» [1].

E fiel a tais concepções da arte, é sugeito a semelhantes desígnios da moral que António Cândido nos aparece como a mais completa individualisação do *vir bonus dicendi peritus*.

Assim, António Cândido não é um verbal intuitivo, inconsciente, automático, psitacista: ele é um meditativo. Num dos seus discursos diz: «Fala-se muito, medita-se pouco». E, acrescenta: «só a meditação é fecunda».

*

Quando nos propusemos tratar de António Cândido como pensador não quisemos significar que o eminente orador fôsse um filósofo criador de sistemas ou, pelo menos, um intérprete rigoroso, um discípulo fiel de alguma escola de filosofia. Nada disso. As suas ideas filosóficas e sociais descobrem-se aqui e ali — nos seus discursos, surpreendem-se nesta e naquela passagem das suas confe-

---

[1] Vid. António Cândido — *Discursos e conferencias*, 1905, Introducção, pág. IX-XV.

rências, mas sempre fragmentàriamente, interpoladamente dinamisadamente. Vejamos a sua obra.

1.º — CONFERENCIAS E DISCURSOS VARIOS

— Em 1880 aparecia na livraria Magalhães e Moniz, do Pôrto, a obra de António Cândido: *Orações funebres.*

Abre essa obra com o « *Discurso do Enterro, recitado na Egreja dos Congregados da Cidade do Porto no dia 3 de Abril de 1879* » — que é ũm sermão magnífico pelo seu estilo e pelo seu admirável lavor literário, mas sem originalidade, como era natural tratando-se de um acto de semelhante ordem e dum assunto de tal natureza. Depois, vem a « *Oração recitada nas exequias do Senhor Duque de Loulé mandadas celebrar pelo centro historico de Coimbra na Sé Cathedral da mesma Cidade no dia 13 de Julho de 1875* ». Aqui há côr, há expressão, há vida, há sentimento, há erudição histórica, há já grandesa na perspectiva, há já belesa no desenho e na figuração. Trata-se de um magnífico escorço biográfico do duque de Loulé, excelentemente entrelaçado no nascimento e na evolução do constitucionalismo português.

A terceira peça dessa colecção consta da « *Oração recitada nas exequias de Alexandre Herculano, mandadas celebrar pelo corpo comercial do Porto na Egreja da Lapa da mesma cidade no dia 13 de Novembro de 1877* » — onde o grande orador sagrado descreve, a largos, mas ideléveis, traços, com emoção admirável e suma elevação, a vida do famigerado historiador, falando com carinho do período de exílio, durante a dominação miguelista, da influência que teve sôbre a sua ulterior actividade a passagem por Paris onde então pontificavam : Guizot — na história, V. Cousin — na filosofia, Villemani — na crítica literária. E, assim, uns após outros, os diversos passos da vida de Herculano vão sendo expostos com suprema arte, encarados sob um critério liberal e comentados à luz duma

crítica serena, elevada e justa, isto sem esquecer a consagração da obra pulcra do poeta e do romancista e do trabalho gigânteo do investigador, do erudito e do historiador [1].

Numa conferência realisada em Coimbra acêrca das *Relações da politica com a industria,* António Cândido, após classificar o *trabalho* como o principal factor da civilisação e a *questão social* como «a maxima questão de hoje» [2] diz: «Na serie ideal do desenvolvimento humano, a democracia é a phase mais perfeita; é a humanidade na posse intelectual de si mesma, é o direito realisado no interesse de todos, é a justiça plena, a harmonia de tudo. Tendem para ela em todo o espaço e em todo o tempo da história as instituíções e os actos que lhe parecem mais opostos: as velhas religiões crueis e sombrias, a metaphisica vã de todas as philosophias extinctas, os vários systemas politicos que se teem sucedido na terra; e não ha nada tam bello como contemplar, n'uma justa visão das cousas, a direcção das correntes humanas realmente parallelas, que veem êste resultado final, tranzidas por uma vitalidade intrinseca que, ou se chame *Providencia,* ou se chame *Evolução,* é um facto irrecusavel e claro como a materia que se palpa e como a luz que se vê!». Toda essa conferência é recheada de ideas generosas e de belos conceitos baseados numa erudição sadia e moderna desde Vico — com a sua máxima: *o homem fez-se a si próprio,* — até Renan, Augusto Comte, Littré, Laveleye — o autor do *Regimen Parlamentar e a Democracia,* Stuart Mill, Lasalle — «a mais simpathica phisionomia de agitador que tem este seculo», Karl Marx, Spuller, etc.

---

[1] Esta obra de António Cândido termina por uma: «*Oração recitada nas exequias da Ex.ma Sr.a D. Maria da Conceição P. da Silva Forjaz e Menezes mandada celebrar por seus filhos... na Sé Cathedral de Coimbra no dia 27 de Maio de 1879*»

[2] Esta conferência foi feita na Exposição distrital de Coimbra, na noite de 1 de Março de 1884.

Num outro discurso, António Cândido fala da época de egoismo que se está atravessando em contraste com o período de filantropia e altruismo que produziu Raspail, Michelet, Ed. Quinet, Vitor Hugo, e faz a apologia da simpatia, ocupando-se das manifestações que esta tem apresentado através dos tempos, e expondo a sua crença num futuro onde dominem a filantropia, a caridade e o amor [1].

Entre os melhores trabalhos de António Cândido figuram os seus discursos sôbre Vitor Hugo. António Cândido, que era um temperamento de artista pensador pôsto ao serviço duma mentalidade do seu tempo, dum espiríto da sua época, admirava sobremaneira Vitor Hugo, mas não o admirava inconsciêntemente, impressivamente, admirava-o comentando-o, fazendo-o passar pelo crivo exigente da sua crítica. Para êle Voltaire era maior porque: «assimilou e diffundiu uma philosophia nova... ; empregou o theatro, muito intencionalmente, como processo de educação moral; transformou a ironia n'uma arma de combate e o riso n'uma força de talento; revelou a Inglaterra á Europa; mostrou a França a si mesma; fez a Revolução... » [2] Mas Hugo distinguiu-se muito, sobresaiu muito no seu meio e acima duma pléiade de notáveis espiritos, como Goethe, Byron, Chateaubriand,

---

[1] Este discurso foi pronunciado no Asilo do Rato, na noite de 9 de Maio de 1885. Vid. António Cândido — *Discursos e conferencias*.

[2] Não quer isto dizer que num discurso já anteriormente produzido na Camara dos Deputados, justificando uma proposta para ser lançada na acta um voto de sentimento pela morte de Victor Hugo, António Cândido não haja chamado, e justamente, ao poeta do *Legende des Siècles* : «genial espirito», e dito que «Victor Hugo era, com toda a certeza, a maior culminação espiritual da raça latina», e, comparando-o com Eschylo, Juvenal, Lucrecio e Dante, afirma que êle «é muito maior que Rabelais ; é da raça de Shakspeare...» E, já antes lhe chamara o «homem de mais extraordinárias faculdades que produziu este seculo».

Lamartine, Musset, Balzac, G. Sand, Al. Dumas, Humboldt, Hegel — « que reformou a Historia e a Phylosophia », A. Comte « que deu a formula scientifica do naturalismo » ; H. Heine, Michelet, Napoleão, Pitt, Cavour, Lincolm, etc. Depois, analisa, com elevação, à luz dum belo senso crítico, a *Legenda dos Seculos* [1].

O elogio do conselheiro Anselmo José Braamcamp constitui uma página notável da história do nosso constitucionalismo, onde o A. apresenta mais uma vez o ensejo de dizer que « a questão politica, como foi posta pela methaphisica social do seculo XVIII está resolvida... A questão social é que está de pé ». E, aduz: « Foi formulada; ha de resolver-se. Como? Não sei ». E, acrescenta: « Mas não participo do terror enorme que ela infunde em muitos espiritos ». Esclarecendo os seus ouvintes sôbre um ponto depois esquecido, diz: « Anselmo Braamcamp, que tinha uma razão lucida e larga experiencia dos homens, entendia que era preciso fazer concessões graduaes ao movimento anti-capitalista dos nossos dias, sem deixar de empregar a maxima energia na repressão dos crimes contra a ordem » [2].

Numa brilhante conferência sôbre *A moral na politica* traça uma sucinta evolução da política, do período absolutista ao liberal; fala da fascinação provocada por certas palavras, como o vocábulo liberdade, etc., e refere-se à hinologia da revolução liberal; discretêa sôbre as crescentes responsabilidades dos agregados populares com a implantação do regimen parlamentar, sem que o povo, por falta de educação política, se modificasse no seu espírito e

[1] Êste discurso foi pronunciado no Ateneu Comercial do Pôrto na noite de 15 de Agôsto de 1885. In *Discursos e Conferencias*, pág. 93-115.

[2] Discurso proferido no Centro Progressista de Lisboa, na noite de 19 de Janeiro de 1887. Dos *Discursos e Conferencias*, pág. 117 a 145.

nos seus costumes políticos; afirma que a dignidade e a honra devem ser as grandes características do homem de Estado, sendo de repelir tôda a separação entre a dignidade pessoal e a política. Lamenta aqui, como já o tem feito outras vezes, que o espírito interesseiro e mercantil da nossa época abstraia dos grandes ideais; e, depois de tratar da questão do sufrágio eleitoral — que lhe é sempre tão cara — diz que «é preciso refazer o *homem interior*, desmoralisado pela lição contraditória dos livros e dos factos, pela desastrosa influição da doutrina quási sempre falsa e dos exemplos terrivelmente contagiosos.. ». E mais adiante, continua: «O absolutismo não pode educar-nos para a liberdade; o Christianismo, preparando as almas para a receberem, não a organisa, não a disciplina...». Mas, não descrê do futuro da civilisação e dos povos porque: «a Humanidade tem sempre em si um grande reservatório de forças...». E, depois de afirmar «que o nivel moral da politica tem baixado», logo vai dizendo que «esta phase, tão morbida, tão desalentadora, ha de passar, cedendo a outra melhor». E, acentuando que a educação política de Portugal e do mundo ocidental é revolucionária, critica os políticos profissionais e combate a abstenção política e eleitoral, incitando à intervenção da maioria nos negócios públicos.

Ninguem dirá que, decorridos 35 anos, as palavras de António Cândido não têm hoje uma admirável oportunidade, não sejam duma aplicação actual [1].

Em outro discurso pronunciado, em 1888, no salão do Teatro de S. Carlos acêrca do incêndio do Teatro Baquet, do Pôrto, António Cândido começa por criticar vivamente a filosofia e a sciência pessimistas, e por entoar um hino à

---

[1] Esta conferência foi feita no Ateneu Comercial do Pôrto, na noite de 29 de Agôsto de 1887. Vid. *Discursos e Conferencias,* pág. 163 a 189.

natureza — que « é impassivel, mas é admiravelmente bella »; à humanidade — que « é soffredora e boa », e à arte, etc., o vai declamando: « Vale a pena viver, vale », e vai falando no « goso da vida ». Em seguida, mostra que o espírito do nosso povo, pelo estudo da etnologia e da história portuguesa, é incompatível com tal sciência e com tal filosofia pessimistas, esperando que se dê « uma bella reacção de sympathia e de bondade, e os sentimentos... refulgirão ainda em obras imortaes de inspiração e de intenção moral ». Traça a evolução do teatro e de outros divertimentos públicos, e diz: « O povo diverte-se pouco. É um symptoma grave; mais grave do que parece ». E, após uma digressão sobre a assistência pública, incita os assistentes à prática do bem, à mitigação da dôr.

O discurso em homenagem ao infante D. Enrique é uma obra prima de beleza e de erudição, de conceitos elevados e de conhecimentos profundos de história e de sociologia. Após uma introdução acêrca do patriotismo, diz: « O que lamento profundamente é que neste seculo, que já inclina tanto para o seu fim, não possamos contar uma duzia de homens dados de boa vontade á reconstrução, scientifica ou artistica, da nossa vida nacional ». Depois de citar como exemplo o patriotismo de Michelet, profere: « Os nossos historiadores não amam com este amor, sádio e natural, a alma da patria, brilhante nos dias da sua gloria sympathica ainda na sua triste decadencia ». A seguir, fala das nossas navegações e das suas conseqüências muito grandes para o mundo e para a civilisação, pequenas para nós, sob o ponto de vista material. E, para explicar a razão por que o infante D. Enrique não se tornou o heroi de nenhuma tradição lendária, justifica, como causas do aparecimento das lendas: « a heroicidade, e a suprema bondade provada pelo sacrificio », dando como exemplos: Afonso Enriques, Afonso de Albuquerque, o Cid Campeador e Joana d'Arc. Nada disso se deu com o infante de Sa-

gres. A sua acção é muito abstrata para ser compreendida pelo povo — o verdadeiro gerador das lendas. Contudo — diz o orador: « Resumiu, fecundou e realisou, no seu vasto espirito e na sua insignissima obra, a indole d'um povo e a aspiração de um seculo. Dominado por um pensamento unico, a sua atitude moral na vida e na historia, dá a impressão d'uma grande e formosa estatua, feita d'uma só peça! » [1].

Ao número das melhores peças oratórias de António Cândido pertence, sem duvida, o elogio de José Estevão. ¡Como é belo, sugestivo, tocante, ver um grande orador falando do seu par, e um grande carácter exaltando outro imaculado espirito! Nesse discurso não há, apenas, a belesa da fórma envolvendo e lantejoulando pensamentos profundos e manifestações duma inteligência cultíssima. Há, egualmente, o sentimento pela perda dum grande espirito e dum grande coração. ¡E êsse sentimento, êsse pesar evola-se, comunica-se, toca-nos!

¡Como é bela essa página da obra de António Cândido! Dela e do seu autor se pode dizer, com uma variante, o que Esquines disse aos seus discípulos a propósito *da Oração da corôa*, de Demóstenes: *Que faria se o ouvissemos... se o ouvissemos perorar!* [2].

*

Acabámos de ver que António Cândido, tanto nas suas conferências como nos seus discursos, quer literários quer

[1] Esta conferência foi realisada no Palácio de Cristal do Pôrto, na noite de 3 de Abril de 1889. Vid. *Discursos e Conferencias*, pág. 231-259.

[2] A fechar os *Discursos e Conferencias*, de António Cândido, figura um discurso proferido à beira do tumulo do procurador geral da coroa António Cardoso Avelino, no dia 7 de Dezembro de 1889 — onde, apesar da natureza do assunto e do local onde foi proferido, não há apenas sentimento e belesa, há, egualmente profundesa e saber.

parlamentares, não é o autómato dizidor de frazes, o empírico emissor de imagens mais ou menos artificiais, emfim, uma simples, informe e inespressiva ocarina humana. É — sim — bem mais um pensador que sabe falar que um orador que sabe pensar. Nos seus discursos sobrenada sempre o produto das suas meditações sôbre as grandes questões da filosofia e sôbre os períodos, os factos e os homens mais marcantes da história. Enfim, os seus discursos, longe de serem meras paradas de tropos, de imagens e de fantasias, são exposições de doutrina filosófica, sociológica, histórica ou política, onde a erudição bem recheiada de ideas e factos fornece materiais à imaginação criadora, ao talento construtivo, ao génio conceptor!

É rara a sua proposição, a sua narração ou a sua peroração que não encerre uma exposição de princípios e de ideas próprias, pessoais. Assim, no seu discurso parlamentar de 15 de Julho de 1887, êle exclama alto e bom som: «Sou relativista em philosophia; não posso portanto, admitir nada de absoluto na politica nem na administração».

Também no discurso de Amarante, de 16 de Agôsto de 1908, o A. insiste no seu espiritualismo muito mitigado e bastante laivado de positivismo, e no seu teismo, manifestando-se muito contrário ao pessimismo de Schopenhauer e ao super-humanismo de Nietzche.

Referindo-se às concepções da filosofia social e aos partidos avançados crê pouco na eficácia da sua acção revolucionária em proveito da felicidade humana. Mas, longe de desesperar pelo futuro da humanidade, vai dizendo: «o altruismo ateiado por uma propaganda incessante, a bondade humana, associações de caridade e de filantropia... vão incessantemente realizando na terra o bem que é possível... ». E, continuando a manifestar o seu optimismo, exclama:

«A caridade é hoje mais pura, mais frequente e mais

racional; o trabalho, cada vez mais dignificado e mais garantido, o direito, mais certo e mais suave; a justiça... illumina uma maior porção do globo; teem-se disputado e dulcificado os instintos maus da nossa especie; o egoismo de todos vai cedendo pouco á simpathia universal; o ideal da omnimoda bondade humana reina, como nunca sobre a terra».

Insistindo na apologia do optimismo êle exclama embevecido e crente nos destinos de Portugal: «O optimismo é a philosophia dos fortes, deve ser a nossa» [1].

2.º — DISCURSOS PARLAMENTARES

A actividade parlamentar de António Cândido foi, por vezes, grande, mas espaçada, intervalada, periódica. Pelo menos, é isso que ressalta à inspecção do estudioso. Os anos de 1880 a 1887 e o período que vai de 1891 a 1899 constituem épocas de uma grande actividade parlamentar do nosso grande orador. Vejamos.

O seu discurso de 17 de Fevereiro de 1880 versa assuntos eleitoraes, comentando e defendendo um projecto de reforma eleitoral apresentado pelo govêrno progressista. Aí continua a expor e a defender as suas ideas apresentadas anos antes e nas suas teses já atrás analisadas, caracterisando-se êsse discurso pela elevação dos conceitos e defesa dos mais altos princípios cívicos. Comentando a frase de Vítor Hugo, a propósito da abolição da pena de morte entre nós diz — com que suma verdade! — «*não ha pequenos povos; o que ha, infelismente, é pequenos homens*». E, depois de analisar a acção das grandes nações na civilisação, proclama que nós portugueses: «podemos contribuir para o thesouro comum dos interesses humanos com o belo exemplo de um povo que sabe e quer ser honesto, trabalhador e digno. Não

[1] Discurso publicado em 1909, sob o título *Em Amarante*, pág 6-9.

são mais do que isso a Suissa e a Belgica, e estas duas nações valem muito, valem muitissimo no apreço geral, porque... testemunham eloquentemente como as pequenas nações podem ser felizes na manuntenção da paz, no culto do direito, e no amor da liberdade ».

E, continua: « Até este ponto podemos nós chegar. Podemos, digo eu, porque até agora não passâmos de um povo em que a politica, esta suprema direcção de todas as forças sociais, tem sido apenas uma continua e calorosa demanda do poder, sem a consciencia dos deveres a que elle obriga e das responsabilidades que elle importa. E isto por culpa de todos os partidos... todos os partidos são culpados n'esta sensivel degradação do nosso caracter... ».

A 11 de Maio do mesmo ano pronunciava na Camara dos Deputados um discurso de apoio ao govêrno progressista, de então, acêrca da questão do impôsto de rendimento, e, em geral, acêrca da questão fazendária [1].

A 14 de Maio de 1887 António Cândido usa da palavra num debate exclusivamente político, mas a que êle empresta, a par da argumentação certeira e delicada, uma forma elegante, artística. Aí não esquece, a certa altura, de invocar Augusto Comte como um dos seus mais presados mestres, e, depois de falar das tendências políticas da Espanha e da Italia no sentido da consolidação *da ordem* mais que no desenvolvimento da *liberdade*, exclama: « Para se adquirirem certas verdades

[1] Em 1881 António Cândido pronunciou na Câmara dos Deputados um pequeno discurso de elogio ao deputado brasileiro Joaquim Nabuco, e outro justificando um pedido de autorisação para o govêrno gastar até à quantia de 10 contos de reis com o monumento a Alexandre Herculano — e que é um elogio breve e sintético de Herculano, no qual o grande orador não esquece de evocar «o heroico, batalhador, que levou de vencida os êrros e os preconceitos do seu tempo ».

moraes é necessario vêr, de uma vez, de alto a baixo, em toda a sua extensão, o ser multiforme e complexo, em que vivem e luctam as escolas com o seu exclusivismo, as religiões com a sua intolerancia, os systemas políticos com as suas rivalidades, e que se chama *humanidade, raça* ou *nação* ».

No discurso de 15 de Julho dêsse mesmo ano, num debate, também, político e em resposta a José Dias Ferreira, acêrca da acção do govêrno progressista durante o interregno parlamentar — a que as oposições classificavam de ditadura, diz António Cândido ao principiar o seu juíso crítico sôbre o início e a evolução do nosso regime parlamentar:

« A decadencia dos povos, quando tem por origem uma lesão profunda na sua economia ou na sua moral, é inteiramente irremediável ». E, com uma visão muito nítida do nosso étos e uma idéa clara e exacta da nossa falta de educação cívica, diz:

« Sob a acção deprimente e sob a influencia esterilisadora do absolutismo monarchico, do fanatismo religioso e da conquista oriental, o nosso caracter descera a tão baixo estado, que era bem de vêr que não tinhamos força bastante para sopesar os encargos e cumprir as obrigações do novo regimen, que o exemplo da Europa nos recomendava, nos impunha! É este regimen, que tendo a democracia por base, só pode fortificar-se e desenvolver-se pela virtude geral, segundo a bella phrase de Montesquieu; este systema, que transformava subitaneamente o homem mais servil, mais ignaro, mais indigente, n'uma força viva do Estado, dando-lhe o direito de dizer, com uma lista diante da urna, o mesmo que dizia Luiz XIV diante do parlamento da França; este systema, em vez de nos dar milagrosamente a vitalidade, a instrucção civica, a aptidão para o trabalho, o sentimento do dever, a comprehensão clara e viril dos nossos

destinos, veiu apenas provar mais uma vez que elle só é viavel, só é fecundo, só é praticavel e justo, quando se desentranha da propria raça, como na Inglaterra, ou encontra para se estabelecer e aclimar condições especiais de ethnologia e de historia, como na Belgica e na Hollanda ».

Depois, continua: « Até 1851, n'esse periodo constitucional, que nós falsamente consideramos como a idade aurea da liberdade portugueza, a ponto de nos irritarem as palavras severas de Alexandre Herculano e de Oliveira Martins, quando affirmam que não passou do primeiro acto de uma comedia de mau gosto, apenas cortado, uma ou outra vez, por um lampejo de virtude ou por um rasgo de heroismo; n'esse primeiro periodo, o que havia era lucta apaixonada, vehemente de ambições pessoaes e partidarias, travada entre soldados, que tinham o habito da profissão, ou entre ideologos, que tinham a paixão da escola! Nada mais ». E seguindo, na sua bela, lapidar e sintética crítica do nosso constitucionalismo exclama:

« Depois de 1851, o utilitarismo economico substituiu esse estado de cousas, em que a sociedade valia menos e os homens valiam um pouco mais do que valeram d'ahi em diante. Nos dois períodos só o optimismo de uma critica facil deixará de ver que houve tudo, tudo o que quizerem, menos a fundação de costumes adequados ao novo regimen, e sem tais costumes a liberdade é chimerica como os sonhos, a liberdade é inane e vã como uma palavra sem sentido ». E, segue:

« Sucedeu por isso que as ditaduras se repetiram entre nós como em paiz algum da Europa, incluindo a propria Hespanha no tempo dos *pronunciamentos militares*, sem que o espirito popular se rebelasse contra essas infracções, idealmente gravissimas, da nossa lei constitucional ».

Tratando de justificar e explicar a pouca adaptabilidade do sistema parlamentar entre nós, diz com suma justeza de raciocinio: « Sendo uma inducção historica de seculos na Inglaterra, é claro que não podia, n'uma hora, sobrepor-se aos costumes do continente, radicar-se na alma dos povos, frutificar e desenvolver-se como em *meio* proprio. Trazia, é certo, muitos principios aplicaveis, como a divisão e a independencia dos poderes, a liberdade de pensamento, de palavra e de acção, e o que se chama *garantias individuais*, mas isso não era tudo; isso era apenas a forma exterior do systema, o seu prospecto evidente. O essencial faltava. Faltava a vida local, que é o fundamento e a nutrição de todas as liberdades civicas; faltava a imprensa, que não pode ser a tribuna particular, egoista, de um homem ou de uma facção, mas deve ser, como na Inglaterra, a copia impressionada e inspiradora da alma dos partidos; faltava a opinião, que é a atmosphera vivificante do espirito publico: faltava a existencia de orgãos sociaes, bem definidos, com interesses determinados, de cujo movimento e equilibrio podesse resultar o progresso e a variedade da politica ». E, insiste, cheio de verdade:

« Planta sem raiz sufficiente, a germinação do systema representativo tem sido aqui enfezada e doentia; agregado doutrinario de elementos acceitaveis, e de outros repugnantes para a indole e a educação do nosso povo, a sua alma não teve reacção bastante para repellir o que lhe não convinha, não fez, infelizmente, como o mar que expulsa e róla para a terra as impurezas e corrupções que caem nas suas aguas vivas ».

Desta hábil e, infelizmente, exacta crítica do nosso constitucionalismo, á parte um ou outro ponto, à justificação da ditadura vai um pequeno passo. Êsse transpõe-o, logo, António Cândido. Mas, não é sem um grande sentimento que o eminente orador justifica, pela etno-

logia e pela história do nosso povo, a ditadura. Pois êle lá o declara logo: « A minha palavra é desconsolada e triste. Mas não se faz por outro preço o estudo e a meditação da nossa historia constitucional ». E, adita: « O coração vem pesado e caído, com pouca esperança, e nostalgico das velhas illusões », falando, logo, da « grande desgraça » para um temperamento idealista — como o dêle — passar da ilusão à realidade. E, depois de declarar que não nega « a liberdade, o progresso moral, a civilisação politica », exclama:

« Mas é amar e servir a liberdade dizer tudo o que se pensa, e eu penso que, perfeita como facto individual excelente como lei civil, efficaz como negação historica, bella e sublime como aspiração moral — está ainda muito longe de ser, como condição positiva da politica, o instrumento facil e util que se julgou que ella seria »[1].

Depois, procurando caracterizar o génio português, diz: « É bem singular o genio portuguez! Mixto de fé e de scepticismo, de submissão e de revolta, de optimismo e de critica, de aferro ás tradições e de sympathica effusão para tudo que é novo!».

Nesse discurso, por todos os títulos notável, figura, quási a fechar, uma passagem digna de especial atenção e de eterno memento: é a que se refere à instrução pública. Diz António Cândido, a propósito da reforma do ensino de 1886: « Não ha na politica, problema mais complexo do que o da instrucção publica. Para o resolver é preciso conhecer profundamente a pyschologia individual e a psychologia social, a alma do homem e a

[1] António Cândido já num discurso pronunciado na mesma Câmara, em 1885, de ataque à ditadura de Fontes Pereira de Melo, de 1884, havia expressado as mesmas ideas e defendido a mesma tese, isto é, a falta de educação política para tornar eficiente o regimen parlamentar em Portugal.

alma da sociedade. As ideas têm uma hierarchia positiva, e os cerebros uma formação gradual. A relação destes dois elementos dá o methodo. Quem conhece bem a methodologia em Portugal?...

«Depois, a acção do estado combinada com a liberdade de consciencia, questão agitadissima na França desde o famoso ministerio de Ferry; a selecção do pessoal mais apto para o magisterio, e a sua retribuição condigna; a distribuição geographica dos institutos de ensino publico; a organisação burocratica destes serviços, que não pode passar de uma acção mechanica, mas deve ser isso pela melhor forma... todas estas ideas capitaes requerem uma meditação profunda, e só depois podem ser applicadas com gloria para quem as realisa, e com largo proveito para o paiz que as recebe».

Já anteriormente, na sessão de 15 de Abril de 1887, pronunciara um formoso discurso de elogio à memória de Fontes Pereira de Melo — e que é uma pequena obra prima de estilo e de sentimento [1].

Das palavras de António Cândido, que deixamos transcritas, não se deve inferir que êle não tivesse pela liberdade um profundo culto e pela democracia o inteligente respeito e justificado acatamento que se tem por um facto lógico e perfeitamente condicionado, inteiramente explicável. Por isso, várias vezes se refere á democracia, considerando-a um facto histórico infalível e um producto da evolução política e social da humanidade. Assim, uma vez escreve êle da democracia:

«A quadra actual assinála-se por um facto que resume toda a sua indole e apura todos os seus trabalhos: êsse

[1] Como se sabe, António Cândido abandonou a actividade política e, até, o seu próprio partido em 1888, voltando a êste e aquela depois do *Ultimatum*.

facto é a democracia, a democracia que triunfa em toda a parte mais ou menos no regime dos estados, quási totalmente no domínio das consciencias ».

Em 1890, escrevia: « A democracia é o facto mais geral do nosso tempo. É a atmosfera que nos envolve e leva a todos, amigos ou inimigos dela ». E, depois de significar que ela, por emquanto, mais perfeita como uma aspiração de ideólogos que na sua aplicação á vida política, social dos povos, exclama: « Mas é a mais ampla e generosa teoria do destino humano e as suas fórmulas, embora deficientes e anarquícas, representam longos seculos de trabalho, de luta e de sofrimento ». E, confessa, falando ainda da democracia: « Até quando ela contraria a justiça ou se insurge loucamente contra o que é inexpugnável, não posso maldizê-la, e quási sempre lhe perdôo ».

Os discursos parlamentares do início de 1891 são bem diferentes de todos os outros. Nem relêvo literário, nem divagações filosóficas, nem teses sociológicas: nada mais que política, só política. É que António Cândido era então ministro do reino, isto é, ministro da pasta mais política e numa ocasião tétrica da vida nacional: a do *Ultimatum* inglês e a da concomitante revolução de 31 de Janeiro, no Pôrto. Os discursos de António Cândido nessa emergência, e, mesmo depois, são discursos de defeza, — que por vezes se tornam de ataque, — discursos cheios de argumentação, de exemplos, de provas de autoridade, de *costumes oratorios,* e de efeitos patéticos. É que os antagonistas eram de respeito, salientando-se, entre êles, os deputados republicanos Latino Coelho e Manuel de Arriaga e o par do reino bispo de Bethsaida!

Depois, a política continua a absorver António Cândido, que já, ao responder ao bispo de Bethsaida, a 26 de Junho de 1891, era par do reino. A 19 de Janeiro de 1892 profere na sua câmara um discurso de apoio

ao ministério então constituído, traçando o elogio de Oliveira Martins — que era o ministro das Finanças dêsse govêrno. O seu discurso de 17 de Outubro de 1894, na Câmara alta, é um ataque cerrado a Hintze Ribeiro — que então constituíra ministério. O de 24 de Novembro seguinte, no mesmo lugar, continua a ser de vivo ataque ao govêrno regenerador, mas dum puro e simples interêsse político.

Quási tres anos depois, a 9 de Abril de 1897, António Cândido pronunciava na sua Câmara um discurso de homenagem à memória de Canovas del Càstilho. É um pequeno parêntesis, na esterilidade dos debates políticos, onde o nosso insigne orador traça um sintético, mas marcante, perfil de Canovas como político, como orador e como historiador. Chamamos — e com razão — a êsse discurso um breve parêntesis na actividade política de António Cândido, pois logo a 9 de Julho seguinte surge dele um outro discurso político como relator do projecto de resposta ao discurso da corôa, mas onde não esmorece o ataque ao partido regenerador. Aí figura êste período: « Ao contrario do que me parece ser opinião dominante n'esta camara, eu entendo que as questões politicas, que as questões verdadeiramente políticas, sobrelevam em importancia, em utilidade, a quantas podem ser controvertidas nos parlamentos. Foi para a posição e resolução das questões politicas que os parlamentos se inventaram ». Mas, logo vai — e muito bem — dizendo que questões políticas não significam questões de campanário, mas as grandes questões de administração, e, citando os assuntos mais versados no parlamento inglês, alude às questões dos impostos, às económicas e às coloniais. E exclama, com tôda a propriedade: « Estas são, sr. presidente, as verdadeiras questões politicas ».

Depois, António Cândido — sente-se, e compreende-se — vai pouco a pouco libertando-se dos debates de natu-

reza política, ocupando-se, mesmo no parlamento, de assuntos mais em harmonia com a sua indole literária, com o seu temperamento artístico, com as suas tendências de pensador. Assim, num discurso proferido na sua Câmara, a 18 de Fevereiro de 1898, traça um breve elogio do antigo pár, marquês de Sabugosa e o do sucessor dêste, no pariato, o conde de Sabugosa; a 24 de Maio seguinte pronuncia uma sucinta, mas bela e sentida homenagem à memória de Gladstone, traçando, com elevação suma o perfil do grande estadista inglês; e a 3 de Janeiro de 1899 pronunciava na câmara alta o elogio de Barros Gomes, como orador, homem de Estado e grande caracter — discurso êsse que, sendo breve, é verdadeiramente notável.

Eis-nos chegados ao fim da simples e incrítica enumeração dos principais discursos parlamentares de António Cândido. Contudo, do pouquíssimo que sôbre essa obra dissémos ressaltam bem as principais características da oratória inconfundível do nosso saüdoso confrade: a elevação dos conceitos, a extensão e claresa da visão, a profundesa dos raciocínios, o brilho literário, e a opulência de erudição.

3.º — DISCURSOS ACADÉMICOS

Uma das principais justificações desta homenagem reside precisamente na colaboração que António Cândido prestou, com relativa assiduidade, a esta Academia.

Como manifestações dessa actividade há a colocar no primeiro plano o *Elogio histórico do rei D. Luis*. Trata-se de um trabalho sob todos os títulos notável. Aí salienta-se o grande poder de análise de António Cândido aliado a uma grande penetração crítica e a uma funda sinceridade na apreciação do soberano debaixo de diversos aspectos. Depois de falar dos pronúncios de infelicidade do seu reinado e das desditas por que passou

o país, estuda D. Luís como monarca constitucional, classificando-o de « perfeito » sob tal nuance, acrescentando: « reinou ; não governou ». Adiante, o orador pregunta se não andaríamos demasiadamente depressa no que respeita aos progressos morais do país e à sua liberdade política, e responde logo: « Talvez ». Depois de caracterisar a tendência do espírito português para o que é novo e parece melhor, nota os prós e os contras das inovações desmedidas, fala do acendrado amor pátrio de D. Luís, e informa: « Era optimista, sem nímia credulidade » — qualidade essa muito necessária a um homem de acção, a um dirigente, a um rei.

Falando da extensa cultura e das grandes tendências literárias de D. Luís, exclama: « Era, talvez, o monarca mais instruido da Europa », e acrescenta: « Traduziu Shakespeare, *O Mercador de Veneza,* o *Ricardo III,* o *Hamlet* e o *Othello* foram pela sua penna trasladados a portuguez ». E adita, com uma liberdade bem longínqua da tão vulgar lisonja cortesã: « A versão não será perfeita e impecavel... Mas se o Senhor D. Luiz I não atingiu este ideal, e nem foi até onde seria possivel com o temperamento e o idioma pátrio, fez o que vale mais do que isso: tributou rendidamente... a mais publica e amoravel homenagem ao homem de genio. Não precisava d'isto a gloria de Shakespeare, para ser immensa; mas tambem Deus não carece de que o adorem, e é insigne virtude adoral-o ».

No funeral de João de Deus, êle fala em nome desta Academia. ¡E que primoroso é êsse discurso tão breve, tão sintético, mas tão profundo! Ocupando-se do grande poeta das flores e das crianças, depois de lhe chamar uma das graças supremas da natureza, caracterisa assim o génio do poeta: « O seu naturalismo espiritualista, de que elle teve a intuição sentimental, educada e fecundada somente pelo estudo de Camões e pela leitura da

Biblia; a sua compreensão esthética do mundo e da vida, a que applicou as formas de arte mais simples, mais ingénuas, mais perfeitas na sua originaria espontaneidade; a summa facilidade de sentir e significar visões da phantasia ou estados d'alma, que a nós nos pareciam depois imagens d'uma metaphysica subtil, enrolada em nuvens d'ouro, n'um septimo e ultimo ceu: tudo isto ha de ficar na história literaria para sempre, em glorioso relevo, e n'um capitulo á parte que só poderá ter por epigraphe o nome imortal de João de Deus!» [1].

Na trasladação dos restos mortais de Pinheiro Chagas é, também, em nome da Academia que fala e, egualmente, o fez por uma fórma sintética sem por isso deixar de traçar, com suma elegância, o perfil do nosso ido confrade como poeta, jornalista, autor teatral, orador, romancista e historiador, esclarecendo: «mas foi na imprensa e na tribuna que a sua estatura se engrandeceu enormemente, e o vulto se lhe fixou para sempre na admiração incontestada e na gloria definitiva». E, caraterisando o talento de Chagas, exclama: «A abundancia, a facilidade, a eloquencia e a graça foram as qualidades preeminentissimas do seu espirito» [2].

Da mesma fórma, é em nome da Academia que António Cândido acorre ao funeral do conde de Casal Ribeiro, e êsse discurso de condolências é uma obra prima pelo equilíbrio das suas proporções, pela harmonia das suas linhas, pelo seu brilho literário, pela sua elevação! Depois de comparar o conde a Manuel Passos na generosidade e no afecto, e a Sá da Bandeira na meticulosa honestidade, e de falar da sua inteligência e da sua digni-

---

[1] Discurso pronunciado em 16 de Janeiro de 1896. Vid. António Cândido — *Na Academia e no Parlamento.*

[2] Êsse acto teve lugar a 8 de Abril de 1896. In *Na Academia e no Parlamento*, pág. 185-190.

dade, virtude cívica e nobreza moral, profere: «Orador e estadista, foi, n'esta dupla qualidade, igual aos maiores da nossa historia constitucional». A seguir, compara-o com Guizot e fala da sua administração financeira e da sua evolução política, notando que êle foi revolucionário na sua mocidade para alcançar, reconquistar, as liberdades políticas que se haviam perdido, tornando-se, depois, conservador para as proteger e sustentar.

*

Além das obras que deixámos citadas legou o dr. António Cândido às letras pátrias outros valiosos trabalhos que bem atestam a sua vasta cultura, o seu talento criador e o seu temperamento artistico [1]. Porém, do que acabámos de dizer muito fàcilmente se pode e deve, concluir como êle pela sua palavra sugestiva, arrebatadora, e pelos actos da sua vida impoluta, constitui um raro e luminoso exemplo de belesa moral.

Em Abril de 1888 alguem, falando de António Cândido,

---

[1] Entre os trabalhos de António Cândido ainda por citar são de incluir o pequeno prefácio de apresentação da muito interessante obra do visconde de S.^to^ Tirso — *De rebus pluribus,* e a magnifica Introdução do drama «D. Pedro», de José de Sousa Monteiro — Introdução essa onde António Cândido traça o perfil literário de S. M., faz um estudo rápido da dramaturgia portuguesa, e descreve e comenta *o D. Pedro* daquele Académico. Acêrca da vida e obra de António Cândido, ver: *Dicionario*, de Inocencio, T. xx, pág. 186 e 353; T. xxii, pág. 216 e 532; *Diario de Noticias*, diversos números de 1922, especialmente, de 1 de Janeiro e de 25 de Fevereiro a 1 de Abril; Alberto da Silveira Costa Santos — *Discurso e Poesia recitados em Amarante na sessão solene em honra de Antonio Candido, aos 24 de Outubro de 1923*, 15 pág.; Maria Amália Vaz de Carvalho — *Alguns homens do meu tempo,* pág. 165, etc.; Oliveira Martins — *Perfil parlamentar de Antonio Candido;* H. C. Ferreira Lima — *Antonio Candido. Notas bibliográficas,* 1922, 18 pág.

escrevia com grande verdade e brilho; « Preparado por uma vasta cultura, levado por uma predisposição nativa incombativel, aggravada por causas que não são para aqui, o seu espirito é particularmente atraido pelos altos e complexos problemas da Philosophia e da Historia, pelas questões que prendem e se relacionam com a questão suprema do humano destino ».

Mais adiante, continuava: « Para Antonio Candido a vida social tem leis positivas, e a alma humana definitivos ideaes ». E, finalmente: « Antonio Candido não é só um orador brilhante; é o pensador que procura levantar para si o espirito dos que o ouvem, interessar nos problemas universaes a inteligencia dos que o comprehendem, rasgar, deante dos olhos dos que pensam, os horisontes mais amplos da consciencia e do sentimento ».

As transcripções das palavras, de António Cândido, que acima deixámos, e os comentários que da nossa parte a sua obra condicionou e provocou, mostram à evidência que António Cândido foi a par de um grande orador, um pensador muito ilustre que acêrca dos grandes problemas da natureza, do homem e de Deus meditou com profundesa e teorisou com elevação e brilho [1].

Na primeira parte deste trabalho dissémos que a raça portuguesa de modo algum é incompatível com as mais altas manifestações da actividade especulativa, antes é, como qualquer outro grupo etnico de alta civilisação, capaz de rializar tôdas as operações do espirito necessárias ao trabalho filosófico, não tendo por causas geográficas e por motivos meramente exteriores, — o afastamento da

[1] António Cândido em filosofia foi um eclético lendo muito Comte e H. Spencer, ficou, contudo, espiritualista, teista; em política, é tolerante, e liberal, se bem que nos pareça, por vezes, mais ou menos partidário da máxima: mais para o povo e pouco pelo povo; e em religião é inimigo da reação e do ultramontanismo e seguidor do catolicismo liberal.

zona europeia de maior civilisação, a compressão inquisitorial e o formalismo da educação jesuítica — manifestado, senão exporádica e excepcionalmente, as suas aptidões de análise de crítica e de sintese filosóficas. António Cândido, Teófilo Braga e Antero de Quental — para só falar de mortos recentes — vêem comprovar a verdade do nosso acêrto. De António Cândido acabámos de falar; dos outros dois trataremos oportunamente.

Joaquim Leitão, disse:

« A morte veio entregar-nos o testamento de Antonio Cândido. Quebremos-lhe as obreias... É o testamento de um homem pobre e honrado, que todavia lega uma riqueza a nós todos, homens de letras, estudiosos, críticos, comentadores: a propriedade moral da sua obra.

Chegou a hora de entrarmos na plena posse da sua figura filosófica, literária e moral.

Cessou o usufruto que em vida andou encabeçado aos preconceitos partidários e aos condicionalismos sociais.

Agora é nossa toda essa riqueza.

Inventariemo-la.

É a obra de um orador sagrado, de um orador parlamentar e de um conferencista.

Subiu sucessivamente a essas três tribunas, e tôdas elas o viram, com saüdade, descer por seu pé, e de elas se afastar com a magestade da renunciação.

Subiu à tribuna sagrada e foi escutado pelas multidões assombradas. Aquelas trinta e cinco páginas de Sermão do *Enterro*, recitado na Igreja dos congregados, do Porto (1874) bastam para o sagrar orador. São da melhor, da mais elegante, da mais sóbria, da mais helénica literatura e de um tenue realismo, a cuja luz velada um padre cristão pode, sem mau gôsto, traçar

no resumo de uma oração a marcha secular de uma religião.

¿Porque renunciou a essa tribuna, redourada pelo seu calmo talento e a sua eloqüência ática?

Êle nô-lo deixa presentir na *Introdução* dos seus *Discursos e Conferências:*

« *Não me refirirei aqui às razões que me fizeram descer da primeira tribuna que ocupei. Receio não saber exprimir, produzindo essas razões, o profundo, amorável respeito que tenho por aquela tribuna, onde, na minha mocidade, experimentei os gósos espirituais mais intensos, e para a qual tantas vezes volvo ainda os olhos maguados, depois de perguntar a mim mesmo: por que não é ela como eu desejava que fôsse, ou por que não serei eu como ela exige que sejam os que podem aproveitar-se do seu prestígio, ainda hoje tão grande, apezar de diminuido do que foi?!...* (1) ».

Carregado dêsse fardo de glórias que trouxera da tribuna sagrada, pizou o primeiro degrau da tribuna parlamentar, e sentou-se em tremuras, parecendo que não cobraria ânimo para a subir até o tôpo. Mas mal se lhe desselaram os lábios, a mascara transfigurou-se e do estreante, esmagado da emoção que o acometera nos penetrais daquela carreira, surgiu um gladiador que agarrou em pêso em toda a câmara e a atirou a seus pés, vibrante de admiração e rendida de espanto. Assim que êle falou, todos emudeceram. Foi preciso clausurar a sessão para deixar arrefecer as abóbadas esbrazeadas daquela eloqüência e dos entusiasmos que ela solevára.

Sabe-se categóricamente porque se apartou da tribuna parlamentar. As razões porque engeitou esses novos

---

(1) António Cândido, *Discursos e Conferências.* Introdução, pág. XVII e XVIII.

triunfos, dí-las êle por claro também na *Introdução* dos *Discursos:*

« *A outra, a tribuna política, deixei-a também... talvez para sempre. Estava sendo demasiadamente grande para as minhas ambições e extremamente pequena, até angustiosa, para os meus ideais...* ».

Apresenta esta desculpação:

« *Não sou lutador violento, por índole* ».

Produz êsse axioma que é o índice de um carácter:

« *Detesto a intriga, por orgulho* ».

E avisa:

« *Sacrifico voluntariamente uma parte da minha liberdade à disciplina partidaria; mas não lhe sacrificaria nunca a consciência e o coração...* » (1).

Estas palavras são escritas emquanto na rua vai passando a nação escumando os arrebatamentos patrióticos de 1890. ¡Hora rara! ¡hora de pesadêlos e de valores, tão grandes, tão sagrada, tão vibrante que chegou a prometer a Portugal a perdida unidade nacional! Todos pareciam procurá-la. As *élites* entendiam e falavam a voz do Povo. As archotadas académicas alumiavam as ruas e as redacções dos jornais. A geração ia noturnamente arengar aos portões das casernas, e às taboas dos proscénios desfraldar a nossa História, acabando o público, os cómicos, e os legionários do sentimento colectivo, abraçados à Bandeira, a entoar o mesmo hino.

Tôdas as rótulas se entreabriam, a ver passar a alma portuguesa.

Até os Poetas e os Príncipes da palavra andavam pelas praças públicas.

A Águia desceu também do Marão e veio pousar nos capitéis da Pátria...

---

(1) António Cândido, *Discursos e Conferências* — Introdução, pág. XVIII e XIX.

*

Tôdas as tardes, António Cândido assistia na pequenina livraria do seu editor.

Foi nessa hora e nesse cantinho do Pôrto que eu o vi, em 90, pela primeira vez: homem meão, a fronte revendo inspiração, olhos de uma grande e luminosa doçura, mascara romana, já com uma *patine* de desenganada tristeza, gravemente entrajado de preto, casaco abotoado, chapéo de sêda, bengala que tanto podia ser um castão de marechal como um báculo.

Andava êle nos trabalhos da edição dos seus *Discursos*.

Estava em provas o prefácio, página sensacional, documento dos reflexos que a hora colectiva projectára no cérebro e no coração, tão português, de António Cândido... Uma chamada aos conselhos da corôa interrompeu a revisão das provas. A política partidária parece ter, ás vezes, presentimentos materiais que a faz correr á cabeceira do que está em riscos de perder...

O editor esperou muitos meses pelas provas da fôlha que faltava para o volume aparecer, preâmbulado conforme o contrato. Mas o Ministro do Reino não podia rever provas. Cavalheiramente o livreiro concordou com o condicionalismo do ilustre editado. E assim ficou sem estampagem essa flagrante documentação de quanto o movimento nacional do *Ultimatum* impressionára e impulsionára a novas profissões de fé até as mais hieráticas serenidades...

O que seria êsse prefácio?

Não é impossível encontrar-lhe pelo menos o *substractum* mental.

Por tôda a sua bibliografia há para tal elementos que a sua independência se não arreceou de revelar.

Viveu entre a mais alta linhagem da côrte e não tropeçou no medo de a julgar, do alto do púlpito da Sé Catedral de Coimbra.

De um extremo a outro da sua obra, se topam períodos em que galanteia a Democracia:

« *A quadra actual assinala-se por um facto que resume toda a sua índole e apura todos os seus trabalhos: êsse facto é a democracia, a democracia que triunfa em toda a parte, mais e menos no regimen dos estados, quasi totalmente no domínio das consciências. As grandes virtudes cívicas e as grandes qualidades humanas sobrelevam a todas as outras distinções na concorrência da admiração e do respeito público* » [1].

Isso era pensado e dito em 1879.

Em 1890, galanteava-a com o mesmo ardoroso enlêvo:

« *A democracia é o facto mais geral do nosso tempo. É a atmosfera que nos envolve e leva a todos, amigos ou inimigos dela. As suas fórmas políticas não são perfeitas, e parece-me que o seu génio resistirá por muito tempo à construção dum regimen social definitivo e eficaz; o predomínio cada vez maior do seu espírito, nivelando a superfície moral do mundo, fez desaparecer, mais depressa do que convinha, as desigualdades que davam a sensação material da grandeza e punham em relêvo evidente o antigo ideal da vida. Mas é a mais ampla e generosa teoria do destino humano, e as suas fórmulas, embora deficientes e anárquicas, representam longos séculos de trabalho, de lutas e de sofrimento. Até quandò ela contraria a justiça, ou se insurge loucamente contra o que é inexpugnável, não posso maldizêl-a, e quási sempre lhe perdôo* » [2].

Tal era o fundo por onde correu suavemente o das snas orações...

---

[1] António Cândído, *Orações funebres*, pág. 151 e 152.

[2] Idem, *Dicursos e Conferências*, pág. XXIX e XXX.

Viesse uma tormenta patriótica e podia bem ser que o suave fio de água se trasmudasse em torrente rugidora, desalçapremando-se das margens. *A muita sensibilidade que havia naquela razão* por fôrça ouviria e entenderia o rugir da alma colectiva, fôsse para o acompanhar numa demência épica, fôsse para a interpretar no rítmo dum protesto.

Tudo parecia conjugar-se para o favorecimento dessa nova fase política do orador; abandonára o seu partido em 1888, e ao notar o seu prefácio inda se não tornára a juntar aos seus amigos políticos. A hora colectiva encontra essa consciência dissaboreada do partidarismo.

O acaso não é só o protector dos namorados; é também o protector dos partidos e dos regimens.

¿A quem havia o general João Crisóstomo de entregar a pasta do Reino, ao formar gabinete em Outubro de 1890?

¿Quem havia de encontrar-se nas mãos com a liquidação da revolta do 31 de Janeiro?

O homem que supunha, meses antes, ter-se apartado para sempre daquele ambiente político.

Se os acontecimentos se interpozeram no momento decísivo, era certo que nunca mais a alma das multidões leria o protesto que a sua pena chegára a ritmar.

O homem de bem deixa-se muita vez esmagar pela coerência do menor acto da sua vida, com a voluptuosidade de sacrificar a honra.

Emquanto aquele protesto fôsse uma esperança ou um programa, as responsabilidades assumidas em Outubro de 1890 tinham mão nêle, por decência política.

Em sendo sol nado, o seu aceio moral nunca se louvaria em aplaudir concretamente a filosofia, nem se conformaria em se ufanar de ter estado a ponto de ser um Patriarca da Democracia...

Hoje somos senhores de o revelar, se é que não usa-

mos mais do que de um direito, se não cumprimos um dever, dever de contribuir para a documentação de uma figura e de uma obra, dever de falar a verdade à sua memoria, a maior homenagem que prestar se pode a um morto.

Em nada o empequenecemos, nem no talento, nem na razão, que, quanto é o carácter, êsse sai daqui, como de toda a sua vida, confirmado e reconfirmado.

Em vida dêle não o contariamos. Hoje as susceptibilidades políticas já lhe não podem negar solidariedade na apoteose que se lhe fez a primavera passada.

Chegam tarde..... *non est hic!*

*

Nasci tarde de mais para ver o astro no zenith daquelas duas trajectórias.

Já o não ouvi na tribuna sagrada nem na tribuna parlamentar. Só o pude aplaudir comovidamente naquela que *o acaso lhe proporcionou algumas vezes, mais modesta, mas mais livre, adequada, por isso*, diz êle, *ao seu temperamento incorrigìvelmente idealista*, na tribuna dos conferencistas.

Ouvi-o no Pôrto, dez anos depois de o ter entrevisto, no livresco cantinho do seu honrado editor, quando António Cândido foi ao Teatro de S. João contar comemorativamente o descobrimento do Brasil.

Era o orador na plena posse da sua técnica, não lhe faltando sequer as qualidades histriónicas. A forma como êle disse aquêle admirável *credo*, ousado e humilde, com que abre essa conferência!

A estatura menos que meã com que começava a discursar ia crescendo com a elevação do verbo, e, descerrado o preâmbulo, era como se se corresse um reposteiro: a figura deitava as proporções da estátua. De casaca, ligeiramente recostado na borda de um bufete,

toda a marcação do discurso se passava naquele pedaço de palco, esquerda baixa. ¡ Nem os agitados passeios dos tribunos, nem a dança de S. Vito das veemências parlamentares, nem a grita das oratórias festivas! arquitectura helénica, dicção castiça e poliritmica, máscara de alto relêvo sem o tédio dos retratos, a singeleza magestosa sem impertinência, a pureza sem o descarnamento, sempre elevado e sempre humano, sempre pairando nos espaços da Beleza sem despegar os pés do chão, um criador que não se escondesse nas roupagens azuladas do longíquo, uma escultura que respirasse ali junto a nós e désse de si a magestade do olimpo, um semi-deus para o qual se olhava cá de baixo como para os retábulos sácros e para os frescos das catedrais.

Quando o serão acabou, três almas portuguesas, uma delas a de João Roby, fardado de uniforme de gala de 2.º tenente da armada, o valor militar abraçado nêle, já a chorar o massacrado dos Cuamatas, aclamaram António Cândido, arrastando a plateia até a carruagem.

Volveram anos.

Ainda chegou até mim o eco das suas passadas pelo pantéon amarantino, aí por 1908...

Depois, das oito províncias de Portugal surdiram estadistas e oradores, num rumor de aclamação.

António Cândido, parlamentar e político, findou nessa hora. Vimo-lo no enterro de Ramalho Ortigão, viamo-lo de vez em quando numa rua. Era uma sombra. Os seus passos não faziam ruído na calçada. Caminhava, como se fôsse a própria estátua, deslocando-se pelas lages de uma catedral.

A sua presença era rara, a sua voz não incomodava ninguém: nem a vitória, nem os vencidos.

Ao nosso cumprimento de veneração correspondia com um sorriso de tela.

Nunca mais lhe tornamos a ouvir a voz, senão aqui na douta e gloriosa Academia, num dos seus mais belos, enternecedores serões, cúpula da aclamação que a delicada sensibilidade de Augusto de Castro provocou, com uma ternura que contagiou a Pátria, acto que dignifica um jornal e é só por si a obra de um jornalista. Só, então, o País se recordou de que tinha um orador, e se apercebeu de que ainda vivia a Águia do Marão.

Acordado por Augusto de Castro, acorreu o país a aclamá-lo, e a disputar-lhe o nome para os anais da sua solidariedade.

António Cândido chamou-lhe as suas exequias em vida.

Assim foi.

¡Como que a furtar-se a essa solidariedade, como que para lhe não ser pezado muito tempo, António Cândido partiu-se desta vida, resignado e... grato!

Reouço a admirável oração académica de Lopes de Mendonça, o perfumado e vibrante cântico de Augusto de Castro, revejo o vigoroso e riquíssimo painel traçado por Júlio Dantas, e ouço murmurar á minha emoção aquele último resoar do cristal que vinha da voz de António Cândido, que agradeceu a apoteose com uma modéstia e uma humildade sumptuosas.

¿Lembram-se?

Êle estava de capêlo, a máscara encarquilhada a prometer uma conservação incorrupta, e, ao dizer a sua oração de adeus, as mãos arrepanhavam a colcha de damasco que adornava a tribuna, com aquele gesto dos moribundos, sentindo a Morte puxar por êles e tentando agarrar-se à dobra das roupas, para a ceifeira os não levar...

Estivera calado doze anos.

Não tornaria a falar, se Augusto de Castro o não tem posto diante da alma de Portugal, ajoelhada...

A pobreza tem, entre outras prerogativas, a de emudecer...

Nunca se lhe ouviu, nem ouviria lamentar a velhice ou o desamparo.

¡E nunca o orador foi maior, mais eloqüente, mais belo, mais digno!

¡A dignidade do seu silêncio e a sumptuosidade da sua palavra eram da mesma igualha!

Sessão de 24 de Novembro de 1922

Presidente: o sr. Júlio Dantas.

Presentes: os sócios efectivos srs. Esteves Pereira, José Leite de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, Lopes de Mendonça, Pedro de Azevedo, Cristóvão Aires (secretário); os sócios correspondentes srs. Afonso de Dornelas, Almeida Garrett, José Joaquim Nunes, Vieira da Silva.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada.

O *Secretário* leu um ofício da União Académica Internacional, convidando a Academia a nomear um delegado que represente Portugal na pesquiza de documentos inéditos relativos à história do Japão.

— três ofícios, respectivamente da Biblioteca Nacional de Lisboa, da biblioteca de Évora e da Torre do Tombo, em resposta à consulta que a Secretaria lhes fez sôbre a existência de documentos relativos à história do Japão.

— um ofício da Academia Brasileira de Letras, congratulando-se pela eleição do sr. Aloísio de Castro a sócio correspondente estrangeiro da nossa Academia.

— um ofício de um advogado belga sôbre um quadro do missal de Estevão Gonçalves.

— um ofício do sr. Medeiros de Albuquerque agradecendo a sua eleição a sócio correspondente estrangeiro (brasileiro).

— um ofício do Ministério da Instrução Pública, co-

municando que o Ministro da Marinha vai tomar em consideração a proposta do sr. Bento Carqueja ácerca da fundação de uma escola de aeronáutica Naval.

—Uma circular da Sociedade Real de Nápoles sôbre o concurso ao prémio de Peluso (arqueologia).

O sr. *Presidente,* referindo-se ao ofício lido pelo secretário, e que trata das iluminuras do missal de Estevão Gonçalves, disse que o advogado belga (sr. Jean Fontaine), desconhece a obra de Estevão Gonçalves, e propôs que se lhe enviasse um exemplar do estudo que há publicado sôbre o assunto por José Feliciano de Castilho.

A seguir disse julgar estar no ânimo de todos que se lançasse na acta um voto de indignado protesto contra a modo insólito por que um jornal da capital se referiu ao sr. David Lopes, durante as férias.

Esta proposta foi aprovada.

Continuando, o sr. *Presidente* propôs também que se lançasse na acta um voto de sentimento pelo falecimento do cunhado do sr. Aquiles Machado, pai do sr. Forjaz Pimentel, o Sr. Augusto Forjaz de Serpa Pimentel Aprovado.

O sr. *Lopes de Mendonça* mandou para a mesa um livro do escritor espanhol o sr. Mário Mêndez Bejarano, intitulado *Histoire de la juiverie de Seville.*

Em seguida submeteu á apreciação da classe a circunstância seguinte em que êle se encontra: tendo sido nomeado pela assembleia geral para falar na sessão de homenagem e recepção dos novos sócios Gago Coutinho e Sacadura Cabral, vê se em grande embaraço para executar esta determinação da Academia, visto que, em conseqüência de uma catarata já muito adiantada tem dificuldades em ler o discurso, mesmo dactilografado. Por isso, e para obviar a êste mal, pensou em mandar imprimir com caracteres bem visíveis o seu discurso, e para de algum modo recompensar a despesa da impressão, de-

sejava que lhe fôsse permitido pôr no mercado o seu trabalho. Entendeu dever pedir esta autorização, visto que, pelas disposições estatutárias, os trabalhos académicos pertencem à Academia.

O sr. *Presidente* disse que lhe não parecia haver nisso inconveniente, pois que se tratava de um caso excepcional e de inteira justiça. Foi aprovado.

Agradeceu a oferta do livro do sr. Mário Méndez Bejarano, dizendo que servia para reforçar os títulos de candidatura do autor. Por isso ficou determinado que aquêle e os outros existentes na Biblioteca fôssem enviados para a sessão da história para parecer.

Em seguida apresentou, em nome do seu auctor, o livro intitulado: *A Eterna Canção*, oferta feita á Academia.

O sr. *Esteves Pereira* leu uma extensa comunicação sôbre o «Tratado da prática de hum lavrador com Assano rei da Pérsia», feito por Pedro Rufo.

Vai adiante publicada.

O sr. *Presidente* agradeceu a comunicação do sr. Esteves Pereira, a qual lhe pareceu muito curiosa.

O sr. *Pedro de Azevedo* disse associar-se ao protesto do sr. Presidente contra as iniquidades da imprensa de que foi vítima o sr. David Lopes, acrescentando que entre portugueses e brasileiros é o sr. David Lopes quem mais proficientemente conhece e trata as questões semíticas.

Refere-se á acusação de envenenador feito contra o conde de Castelo Melhor, que existe num processo do antigo arquivo da Batalha, a propósito da morte do duque de Saboia, Carlos Manuel. O sr. Dr. Eduardo Burnay foi o primeiro português, que apontou êsse facto ao público, não tendo até agora aparecido mais documentos a êsse respeito. Os extractos do processo são muito comprometedores para a memória do conde.

O sr. *Presidente* agradeceu a comunicação do sr. Pedro de Azevedo, dizendo que ela lembra outra acusação feita ao conde de Castelo Melhor de ter querido envenenar o irmão de D. Afonso VI, facto que vem indicado num manuscrito da Tôrre do Tombo.

O sr. *Leite de Vasconcelos* disse que só naquele momento tivera conhecimento do procedimento de *O Século* contra o sr. David Lopes, por se encontrar no estrangeiro quando o caso se passou. Por êsse motivo se associou também ao protesto, fazendo algumas referências aos méritos do sr. David Lopes como escritor.

Em seguida o sr. Leite de Vasconcelos ofereceu um folheto seu intitulado *Memórias de Mondim da Beira.*

O sr. *Presidente* agradeceu a oferta.

O sr. *José Joaquim Nunes* também se associou ao protesto.

Em seguida deu conhecimento à classe de que recebera um ofício da União Académica Internacional, na qualidade de delegado da Academia perante a *Comissão do Glossário de Ducange,* preguntando-lhe se poderá comparecer em Paris em Janeiro. Por isso desejava saber se a Academia podia ou não custear-lhe as despesas da viagem.

O sr. *Presidente* informou que a Academia não podia tomar tal compromisso, visto que não tem verba especial para viagens em casos semelhantes.

Disse mais que se esforçaria por aumentar a verba de material da Academia, e criar outra para representações académicas.

O sr. *José Joaquim Nunes* disse que consultara o sr. Presidente sôbre tal assunto, afim de saber o que havia de responder à União Académica Internacional.

O sr. *Esteves Pereira* declarou que se associava à

manifestação de simpatia feita pela 2.ª classe em favor do sr. David Lopes e pôz em relêvo o valor das suas publicações: *Peça de Dio, Conquista de Yaman, Crónica de Bisnaga, Os Portugueses no Malabar, Aljamia Portuguesa* e os *Anais de Arzila.*

O sr. *Lopes de Mendonça* associou-se, com palavras de simpatia e admiração pelo sr. dr. David Lopes às considerações feitas pelos oradores que o antecederam.

Continuando no uso da palavra, fez notar que se encontra parada a publicação dos *Monumentos Inéditos,* pela razão de que a tabela das remunerações aos paleógrafos está já muito antiquada. Por isso propôs que se pedisse autorização ao ministério para que a Academia pudesse arbitrar as referidas remunerações. Foi aprovado.

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

Parecer acêrca da candidatura do sr. dr. Antônio Austregésilo a sócio correspondente

Foram apresentadas à classe, como titulo de candidatura a sócio correspondente estrangeiro, as seguintes obras de que é autor o sr. Doutor António Austregésilo, professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e sócio da Academia Brasileira de Letras: *Clinica neurologica; Clinica Medica; Ultimas acquisições no dominio dos reflexos* (relatório apresentado ao 1.º Congresso de Neurologia e Psichiatria do Rio de Janeiro, em 1916); *Pequenos Males; Cura dos Nervosos; Psiconeuroses e Sexualidade.*

Teve a secção dúvidas sôbre se esta candidatura, dada a natureza das obras apresentadas, devia ser processada pela 1.ª, se pela 2.ª classe desta Academia. Submetidas essas dúvidas ao alto critério da classe de Letras, foi ela de parecer que, sendo o nome do doutor Austregésilo duplamente ilustre como criador de sciência e como escritor vernáculo, e distinguindo-se as suas obras médicas e para-médicas pela excelência da expressão literária, o que já valera ao autor a sua eleição para a douta Academia Brasileira

podia o processo respectivo correr indiferentemente por qualquer das classes.

Com efeito, todas as obras de que a secção tomou conhecimento como título de candidatura académica do sr. dr. António Austregésilo, podem considerar-se modelos daquela vernácula literatura médica de que foram patriarcas os doutores Curvo Semedo e Francisco da Fonseca Henriques, mestres da medicina portuguesa do século XVIII, e que ainda hoje é dextramente manejada em Portugal pelo sábio dr. Ricardo Jorge, nosso eminente confrade. Ao contrário do que sucede com as últimas gerações de médicos portugueses, caracterizadas por um frio utilitarismo profissional e pelo desdém olímpico e preconceituoso de toda a cultura filosófica e de toda a educação literária, os médicos brasileiros — e mesmo os profissionais mais ilustres — teem o culto da língua e das suas belezas, uma preparação humanista notável e, quando escrevem, se nem todos são homems de letras de raça, como Afrânio Peixoto, professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio e nosso eminente confrade, ou estilistas perfeitos como Miguel Couto, Aloísio de Castro, António Austregésilo, Ulisses Paranhos, todos parecem obedecer ao conceito admirável do professor Grasset: «*Le medecin complet doit-être un savant doublé d'un artiste.*»

Na obra que apresentou à Academia das Sciências de Lisboa, o sr. dr. António Austregésilo afirma-se, além dum clínico e dum neurologista notabilíssimo, um verdadeiro artista da palavra Essa arte perfeita de lapidar a expressão, essa opulência verbal, êsse sábio e saboroso vernaculismo notam-se já na *Clinica Médica* e na *Clinica Neurológica*, onde ha capítulos, como o da *Uncinariose*, o das *Polineurites escorbúticas*, o dos *Syndromas pluriganglionares endocrinicos*, que mereceram largas citações nas obras de Meuse, da Briançon, de Roussel; mas é sobretudo nos seus pequenos livros, nas *Psiconeuroses e Sexualidade*, onde estuda as várias formas da neurastenia sexual e a sua terapêutica, nos *Pequeons Males*, em que ha páginas literárias admiráveis sôbre o cultivo artificial da dôr, a doença da mentira, a preguiça patológica, a nevrose do mêdo, na *Cura dos Nervosos*, livro escrito para os doentes, no género dalgumas obras de Dubois, de Dégérine, de Payot, de Bernheim, que o professor António Austregésilo se revela na plena posse dum estilo perfeito, sóbrio sem aridês, puro sem afectação, expressão daquela extensa cultura clássica que deve ser nos médicos — na frase de Landouzy — «*une force autant qu'une parure*».

Somos, pois, de parecer que êste ilustre académico e escritor brasileiro, que noutras obras, como *Palavras Académicas* e *Péssi-*

mismo Risonho, tem afirmado o seu culto pelas belas letras, e que na sua vasta obra médica e para-médica mantém as tradições literárias dos velhos arquiatras portugueses, merece, por muitos títulos, ser recebido na Academia das Sciências de Lisboa como sócio correspondente estrangeiro.

Sala das sessões, em 9 de Novembro de 1922.

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS.
AUGUSTO DE CASTRO.
DAVID LOPES.
HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.
CANDIDO DE FIGUEIREDO.
JÚLIO DANTAS (relator).

Sessão de 14 de Dezembro de 1922

Presidente: o sr. José Maria Rodrigues.

Presentes: os sócios efectivos srs. Almeida d'Eça, Antonio Baião, Cândido de Figueiredo, Esteves Pereira, Lopes de Mendonça, Pedro de Azevedo e Cristóvam Aires (Secretário); os sócios correspondentes srs. Bento Carqueja, Martinho da Fonseca e Teixeira Botelho; os sócios da 1.ª classe: srs. Aquiles Machado, Almeida Lima, Frederico Oom, Filipe de Figueiredo, Pedro José da Cunha, Silva Amado e Vergilio Machado.

Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.

O sr. *Esteves Pereira* fez uma longa comunicação sôbre o P.e António de Andrade, comunicação que vai adiante publicada, e que foi sugerida pela apresentação que o Secretário fez de um retrato a óleo daquele missionário, e que foi oferecido pelo sr. Ferreira Lima em nome do sr. Dr. Francisco Rebelo de Albuquerque.

O sr. *Teixeira Botelho* ofereceu os seguintes livros: *The english juvenile reader and grammar II, III, IV e V classes of the lyceums of Portugal* (2.º vol.). *Alguns pontos da história de Moçambique.*

O sr. *Cândido de Figueiredo* apresentou dois volumes oferecidos por Mário Barreto, intitulados *Da Gramática e da Linguagem.*

O sr. *António Baião* ofereceu a sua última publicação intitulada *Cartas Amorosas duma Freira.*

O sr. *Presidente* agradeceu estas ofertas.

Foram eleitos:

— vice-Presidente da Classe de letras o sr. José Maria Rodrigues:

— vogais do Conselho administrativo os srs. José Maria Rodrigues, Almeida d'Eça e Antonio Baião (reconduzidos).

Foi eleito por unanimidade sócio correspondente estrangeiro o sr. Antonio Austregésilo e lido o parecer favorável à candidatura a sócio correspondente estrangeiro Henry Thomas.

Foi votada a publicação do manuscrito sôbre a historia do cerco de Dio, pertencente ao oficial de marinha sr. D. Carlos de Sousa Coutinho.

O sr. *Presidente* apresentou para título de candidatura a sócio correspondente os seguintes livros do sr. João Maria Telo de Magalhães Colaço: *Um Ensaio do registo civil entre nós em 1834; Concessões de Serviços Públicos, sua natureza juridica; Ensaio sôbre a Inconstitucionalidade das Leis no Direito Português; Notas a um Projecto do Codigo Administrativo; Regimen de separação de Egrejas e do Estado.*

Não havendo mais que tratar encerrou-se a sessão.

II

ESTUDOS DOCUMENTOS E NOTÍCIAS

TRADUÇÃO INGLESA ANOTADA DO "LIVRO" DE DUARTE BARBOSA POR MANZEL LONGWORTH DAMES [1]

Dentre as primeiras obras da literatura luso-oriental a que desde logo chamou mais a atenção de nacionais e estrangeiros, por sua especial importância geográfica, etnográfica, histórica e comercial, foi, sem dúvida, o *Livro* de Duarte Barbosa, concluído quási todo em 1516.

Nenhum escritor de nomeada viveu mais em longa intimidade com a gente da Índia meridional, à excepção talvez de Garcia da Orta, descreveu com mais largueza e exacção os portos, as terras, os povos orientais e, em particular, os costumes e as castas do Malabar, e conheceu melhor a língua da costa ocidental, como no-lo atesta Gaspar Correia [2], sendo por isso encarregado de várias comissões como intérprete mais competente.

---

[1] *Tho Book of Duarte Barbosa, translated from the Portuguese text, first published in 1812 A. D. by the Royal Academi of Sciences at Lisbon, by Manzal Longworth Dames.* 2 vol. de pág. LXXXV-238 e XXXV-285. Londres, 1818-1821.

[2] «Este Gil Fernandes tinha hum sobrinho chamado Duarte Barbosa, que estando com elle em Cochim aprendeo tanto a lingoa dos Malavares, que a fallava melhor que os proprios da terra.» — *Lendas*, pág. 335.

A sua obra abrange vasta área, desde o Cabo da Boa Esperança até a ilha Formosa, a Liu-Kiu dos chineses. A maior parte dos seus conhecimentos são produto do seu fino espírito de observação e do seu agudo critério. As informações que alcançou das regiões que não visitou foram passadas pelo cadinho de severa crítica e exaradas com a respectiva ressalva.

Entre os portugueses da Índia corriam cópias do seu manuscrito, como se depreende de Gaspar Correia, de Garcia da Orta e dos autores da *Chronica dos Reis de Bisnaga.* Se por longo tempo ficou inédito, foi provàvelmente por ter o autor tomado parte na circunnavegação de Fernão de Magalhães.

No primeiro quartel do século XVI já era o *Livro* conhecido em Espanha por uma tradução interpolada e alterada. Lord Stanley trasladou-a para inglês, com anotações, do manuscrito de Barcelona de 1624, para a Sociedade Hakluyt em 1866.

Ramúsio deu a sua tradução italiana, também com alterações e aditamentos, na célebre colecção intitulada *Navigationi e Viaggi,* publicada em Veneza em 1563 [1].

Mas o texto português continuou inédito até 1812, quando foi dado à estampa pela Academia das Sciências no tomo II da sua grande *Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas.* Em 1867 foi *reimpresso* o referido tomo, por se ter esgotado a primeira edição.

É êste o texto que traslada para inglês, com cuidadosa fidelidade, o Sr. Manzel Longworth Dames em dois volumes, e o enriquece com uma extensa e interessante introdução e numerosas e eruditas anotações elucidativas: geográficas, históricas, arqueológicas, etnológicas e filológicas; tudo quanto possa corroborar e exalçar

[1] Esta versão parece ter tido por base a castelhana.

o seu valor, rivalizando dêste modo com a notável tradução de Marco Polo por Henrique Yule e com a do Beato Odorico por Cordier.

*
* *

O manuscrito de que se serviram os editores da Academia, e que já não se sabe se existe, além de apresentar muitas lacunas, supridas pela tradução italiana, não foi certamente o autógrafo de Duarte Barbosa; deve êste ter passado, como se infere do contexto, por sucessivas cópias, ficando cada vez mais deturpado em muitíssimos passos, especialmente com referência a palavras estranhas e peregrinas, em que abunda o livro. Disto se encontram diversos especimes no meu *Glossário luso-asiático*.

Sendo o primeiro dever do tradutor consciencioso — para que não seja *traditore* — compreender cabalmente o original com estudo pausado, se o mesmo original está porventura viciado, incumbe-lhe rectificá-lo criteriosamente. Quando porém se trata dum livro antigo, em que figura grande quantidade de termos exóticos, cumpre possuir muita competência, que provém do confronto com lugares paralelos doutros escritores e doutras versões, e do conhecimento das línguas das quais procederam os vocábulos.

O Sr. Dames foi por muitos anos alto funcionário da Índia Britânica, e conheceu terras, idiomas e costumes do país; é abalisado orientalista e vice-presidente da Real Sociedade Asiática; está habituado a estudo atúrado e possui poderosas faculdades de trabalho e paciente espírito de investigação. Estava, portanto, sobejamente qualificado para se desempenhar satisfatòriamente da árdua e enfadonha tarefa, como se evidencia da sua tra-

dução modelar. O confronto com a tradução anterior de Lord Stanley, se bem que seja esta apreciável, faz ressaltar a considerável diferença entre uma e outra e explica o motivo por que a referida Sociedade Hakluyt editou a nova versão.

*

* *

A inteligência e a interpretação do nosso texto oferecem muitas dificuldades, mormente para um estrangeiro. A linguagem é antiquada e a ortografia bastante arrevesada [1]. O autor nunca dobra o *r* nem o *s* mediais, e raras vezes acentua a sílaba final tónica [2]; omite a cedilha, particularmente do *Ç* maiúsculo [3]; aglutina a preposição *de* com a palavra seguinte, ainda que seja nome próprio [4]. Há, além disso, termos estropeados ou desfigurados [5], troca de uma letra por outra [6], omissão de til [7], e falta ou redundância ou transposição de vírgulas [8], etc.

---

[1] Cfr. *cingiletes* = cingidouros, *tangueiros* = tangas ou trapos, *sogiguar* = subjugar, *dragoaria* = drogaria, *leixar* = deixar, *ha ho* = ao, *xpãos* = cristãos.

[2] Como, por exemplo: *caro* = carro, *fero* = ferro, *asas* = assás, *noso* = nosso, *aros* = arroz, *ha ho traves* = ao través.

[3] Assim: *Camide* = Çamide (Samorim), *Coames* = Çoames, *acal* = açal.

[4] Como: *dabafados* = de abafados, *despeciaria* = de especiaria, *Dormus* = de Ormuz, *Dadem* = de Adem.

[5] Por exemplo: Sobrinhos e das Mays = sobrinhos filhos d'irmãs, *acal* = chambaçal, *suruces* = saraças, *zojares* = azorragues, *daros* = de arroz, *jones* = jogues, *Maceru* = Masxu.

[6] Como: *Sedeo* = fredeo, *sinbasos* = sinbafos, *nurcas* = murcas, *parcans* = parcens, *Otisa* = Orissa.

[7] Como: *hua* = hũa, *bargatim* = bargãtim, *madali* = mãdali.

[8] Como: *cacho pucho* = cacho, pucho; *pucho mangiçam* = pucho,

O tradutor nota umas cinqüenta incorrecções, e eu poderia acrescentar mais algumas dezenas, em grande parte devidas a incúria ou ignorância do copista, algumas das quais poderiam os editores ter emendado, como *ostras* por *ortas*, *teras* por *serras*, *ariado* em lugar de *arruado*.

A grande quantidade de anotações e citações de passos paralelos mostram à evidência o vasto conhecimento que o tradutor possui da nossa principal literatura de descobrimentos e conquistas. Tais esclarecimentos serão desnecessários ao leitor português, versado em a nossa história colonial; mas é muito conveniente ao público estrangeiro.

Uma vista perfuntória basta para se avaliar a enorme soma de labutação a que se deu o tradutor para levar a efeito tão brilhantemente o seu empreendimento, consumindo longo tempo e não se poupando a nenhumas pesquizas e consultas.

O Sr. Dames acaba pois de prestar um relevante serviço, que é ao mesmo tempo preito, às letras portuguesas, e indirectamente à nossa Academia, não sòmente pela sua esmerada tradução, mas também pelos seus numerosos e valiosos comentários, cheios de erudição e conspícuos pelo são critério. E tornou-se credor da nossa simpatia e do nosso aplauso, não só pelo seu merecimento literário e scientífico, mas igualmente pela benevolência e lisongeira apreciação da nossa acção e literatura coloniais.

Atendendo a que as publicações da nossa Academia merecem com razão especial aprêço aos sábios estrangeiros, que ùltimamente se têm provido de muitas das suas edições acêrca de assuntos ultramarinos, seria de

---

mangiçam; *açafram, indyo* = açafram indio; *gengibre, belide* = gengibre belide; *Coamerques* = Çoames, que.

suma conveniência que se fizesse uma nova edição do precioso *Livro* de Duarte Barbosa, com o texto judiciosamente rectificado e munido de concisas notas justificativas e elucidativas. Assim, não continuará o paradoxo de ser a tradução mais correcta que o original. O trabalho do Sr. Dames e o meu *Glossário* facilitarão de certo a tarefa.

Rodolfo Dalgado.

A SEPULTURA DE TOMÉ DE SOUSA

Em vários números da *Revista de História* publiquei muitas notícias a respeito de Tomé de Sousa, primeiro Governador Geral do Brasil, conseguindo entre outras cousas determinar o dia e ano da morte do prestigioso funcionário.

Nenhum dos documentos que compulsei e transcrevi fazia referência ao local da sua sepultura. Achei, porém, notícia de que êle constituíu uma capela no convento de Santo António da Castanheira, onde até o dia da extinção do estabelecimento pela morte da última freira se rezava uma missa por sua alma.

Não tendo nunca ido ao mosteiro procurei nas crónicas monásticas menção da capela e se nela estaria enterrado Tomé de Sousa, como era de prever. Foi tudo trabalho baldado.

Últimamente estando a consultar o livro de Lino de Macedo, *Antiguidades do moderno concelho de Villa Franca de Xira*, datado de 1893, deparou-se-me uma notícia pormenorizada do convento de Santo António da Castanheira, o qual já nesse tempo era «um casarão de paredes esburacadas, que promete desmoronar-se dentro de poucos anos. Quando mais tarde o viandante quizer saber onde era o convento de Santo António, apenas encontrará um monte de ruínas».

É entre êsse monte de ruínas que deverá encontrar-se a lápide seguinte:

Sepultura de Tomé de Sousa e de D. Maria da Costa sua mulher [1].

---

[1] Pág. 298.

Lino de Macedo junta as seguintes palavras que transcrevo:

«Este Thomé de Sousa era filho de D. João de Sousa, abade de Rates, onde viveu com muita dissolução e pouca memória do seu estado, porque de Mecia Rodrigues de Faria, mulher nobre dos Farias de Barcellos, teve alguns sete filhos.

«Thomé de Sousa serviu em Africa, matando muitos mouros e captivando outros. No anno de 1555 passou á India, comandando a nau *Conceição* e voltando ao reino foi mandado por Governador e capitão general do Brazil. Regressando a Portugal foi vedor de D. João III e de D. Sebastião, comendador de Rates e d'Arruda, na ordem de Christo. Ainda vivia no ano de 1573, porque se acha com moradia de 300 reis por mez e um alqueire de cevada por dia. Segundo diz D. Antonio Caetano de Sousa na *Historia Genealogica*, tom. XII, p. 2.ª, pag. 1119, era muito cortezão e entendido. D. Maria da Costa, sua mulher, que tambem aqui está sepultada, era filha de Lopo Alvares Feio e de Margarida Vaz da Costa, irmã do cardeal D. Jorge da Costa.

«Deste matrimonio nasceu apenas D. Helena de Sousa, que casou com Diogo Lopes de Lima, mas que faleceu sem descendencia».

Essa lápide, se ainda existe, seria de tôda a conveniência que se guardasse em sítio próprio, porque sob ela repousam os ossos de um homem a quem muito deve o Brasil.

Pedro de Azevedo.

«MONA LISA» PORTUGUÊSA

Leonardo de Vinci foi o primeiro pintor que conseguiu dar vida plena às fisionomias reproduzidas na tela. A causa dessa maravilha não estava só no seu extraordinário génio artístico, mas ainda, e principalmente, nas suas notáveis aptidões scientíficas, tão exuberantemente afirmadas como aquêle. Por isso, os seus retratos são justamente consideradas autênticas obras primas em luz, côr e expressão.

Foi em princípios de 1503 que o célebre florentino compôs o quadro *Mona Lisa, a Joconda*, que enriquece o Louvre e cujas reproduções chegaram a todos os recantos do mundo. Essa imagem de mulher encanta pelo tom inteiramente natural e fortemente sugestivo, sendo talvez o estudo mais perfeito que o autor legou à Humanidade.

Pois, precisamente, ao completarem-se quatrocentos anos sôbre essa inestimável criação, nascia, nas Caldas da Raínha, a *Mona Lisa* Portuguêsa.

Vi ontem, mais uma vez, essa rapariga, nos seus trajos simples; e, para me certificar de que não obedecia a uma auto-sugestão, confrontei-a com a fidelíssima reprodução que possuo, notando, ela própria, a flagrante semelhança, ainda confirmada por outras pessoas que estavam presentes.

A parecença entre dois rostos tem uma significação mais interessante do que muita gente supõe.

Com efeito, sendo limitado o número de elementos

anatómicos que entram na composição fisionómica, torna-se lógico que, em vista de um conhecido princípio algébrico, se reproduzam freqüentes vezes os tipos resultantes da combinação dêsses elementos, independentemente da influência atávica. Mas, numerosas observações a que procedi em Portugal e no estrangeiro, e que já tive o prazer de ver confirmadas por sábios antropólogos, autorizam a admitir a existência de uma relação entre a expressão fisionómica e a estatura, o exercício profissional e, sobretudo, a natureza psicológica do indivíduo. E, sendo assim, a nossa jovem compatriota constitui uma preciosa reprodução, bastante aproximada, de *Mona Lisa*, cujo retrato reverbera, há quatro séculos, a luz divina que a imortalizou.

António Cabreira.

A PROPÓSITO DE UMA NOVELA DE KLEIST INSPIRADA DOS ESTUDOS DE KANT SOBRE O TERRAMOTO DE 1755

CAPÍTULO I

Algumas considerações sôbre a vida de Kleist e o seu labor literário.

A inconseqüência dos românticos. — Sua inadaptabilidade às condições de vida. — Clemente e Cristiano Brentano, Lenau, Kanne, Ritter, Wackenroder e Hoffmann. — Kleist e o seu desprêzo das convenções sociais. — As suas ideas antimilitaristas, a-pesar-de ser oficial. — O patriotismo exaltado dos seus panfletos e da *Hermannsschlacht*, em oposição às ideas que defende na carta ao Prof. Martini. — A sua estada em casa de Wieland. — Kleist e Napoleão. — As ideas religiosas de Kleist e a filosofia kantiana. — O culto da amizade entre os românticos. — Como Arnim e Brentano o julgaram injustamente. — A volubilidade característica dos românticos. — A incapacidade de se fixarem num lugar. — Kleist, criador do drama individualista. — A sua arte comparada com a de Schiller e Goethe. — Influências shakespearianas. — A linguagem dos seus dramas, os caracteres, os problemas versados. — As suas aptidões musicais que se refletem no estilo. — O *Robert Guiscard* — O *Anfitrião*. — Como Kleist e Molière tratam o assunto. — Kleist, autor cómico. — O *Cântaro quebrado*, a primeira comédia alemã de carácter. — Inferioridade dos alemães neste género literário. — Kleist e os realistas conseqüentes. — A *Familia Schroffenstein*, tragédia do fatalismo e do pessimismo. — A *Penthesilea* e a *Catarininha de Heilbronn*. — Correlação que existe entre ambas as peças. — Sua análise rápida. — As questões de magnetismo e sonambulismo na litera-

tura romântica. — O *Princepe de Homburgo*, em que o dramaturgo estuda o problema do individualismo, as lutas do eu com as exigências do mundo [1].

A vida de Kleist é a tragédia do grande idealista que se esforça por harmonizar as dissonâncias, de que tem a consciência, pela oposição entre o mundo subjectivo e objectivo, que luta com as condições de vida e por fim sossobra, por não se dispôr no meio das maiores dificuldades a sacrificar os interêsses superiores do espírito, a convenções, preconceitos ou preocupações de qualquer ordem.

O poeta possuía aquele *egoismo divino*, de que fala Frederico Schlegel, cuja aspiração suprema consiste na formação e desenvolvimento da individualidade; estava de acôrdo com a maneira de sentir geral dos românticos que vivem essencialmente da observação introspectiva, insatisfeitos, inconstantes, ávidos de verdade, solicitados por desejos contraditórios, com alternativas de entusiasmo e desânimo, de actividade excessiva e indo-

---

[1] O presente estudo foi elaborado na sua maior parte com elementos directamente colhidos em Viena e Munich que visitei comissionado pela Faculdade de Letras de Lisboa, à qual deixo aqui por êsse motivo consignado o meu vivo reconhecimento. Só assim poderia compulsar a antiga imprensa austríaca, onde há estudos valiosos sôbre Kleist, dentre os quais destacarei o do Dr. L. A. Frankl (*Wiener Sonntagsblätter*, III. Jahrgang. 1844, pág. 890); o de um autor anónimo que subscreve com a letra B um excelente artigo sôbre o *Principe de Homburgo*, a propósito da sua representação no *Burgtheater*, inserto na *Wiener Zeitung*, 1860, nr. 237; o de Jerónimo Lorm. Heinrich v. Kleist und seine Kritiker (österreichische Wochenschrift fur Wissenschaft, Kunst und öffentliches Leben, 1863, I, 719); o folhetim do *Fremdenblatt* de Viena, de 10 de Outubro de 1876, por ocasião do centenário do nascimento do poeta, etc. etc. Também em Portugal tentei adquirir várias vezes os estudos de Kant sôbre o terramoto, o que só consegui em Munich na edição que adiante cito.

lência, dominados por uma fôrça invencível que Lenau a seu respeito classificava de gravitação para a infelicidade. Wackenroder e Brentano comparam-se a instrumentos, cujas cordas são dedilhadas pelo destino. Carolina de Günderode escreve a Bettina: «Tu dás-me a impressão de barro, a que um Deus deu fórma, amassando-o com os pés». E sôbre Brentano, refere o seguinte que define bem a volubilidade romântica; «Parece-me que tem muitas almas; quando já estou familiarizado com uma, escapa-se e em seu lugar vem outra que me é completamente desconhecida».

Kleist tinha a doença da época, agravada por pertencer a uma geração de artistas; todos os Kleists são poetas. — Alle Kleist-Dichter, — diz um provérbio da Marca. Como os contemporâneos, arrostando com as tradições de família, dominando os seus afectos, odiando o dualismo geralmente aceito entre pensamento e acção, julga desprezível a insistência dos seus que se esforçaram por lhe dar uma situação social definida. «Eu só trabalho de gôsto, para me aperfeiçoar, repete Kleist com freqüência». O fidalgo prussiano desdenha da nobreza, dos seus preconceitos, das suas vistas, que taxa de acanhadas, sôbre religião, arte e política [1].

A inadaptabilidade de Kleist a uma carreira definida que lhe proporcione os meios de existência, é característica dos românticos [2]. Lembremos entre outros, Cle-

---

[1] Vid. Carta a Guilhermina, de 13 de Novembro de 1800. Heinrich von Kleists Briefe an seine Brauthrg von Karl Biedermann. Breslau. Pág. 108–117.

[2] A notável crítica literária dêste período tão curioso Ricarda Huch, na *Ausbreitung und Verfall der Romantik* (vol. II, pág. 138) observa com justeza que aos românticos falta a tranqüilidade que não pode existir, sem um modo de vida determinado, sem família. (Drei Punkte finden sich in den Lebensläufen aller Romantiker, nämlich, die Beruflosigkeit, die Familienlosigkeit und die Heimatlosigkeit.)

mente Brentano que não conseguiu encontrar a felicidade na vida de família, que não poude fixar-se num lugar determinado, vagueando de terra em terra, sem qualquer fim definido, dando largas aos vôos da sua imaginação exaltada, sem nunca pôr em prática os seus planos arrojados.

A seu respeito, quando criança ainda, formulou a mãe de Goethe um juizo que teve plena confirmação: «O teu reino é nas nuvens, não é na terra e sempre que os teus dominios entrem em contacto com o dos outros, choverão lágrimas».

Com o irmão Cristiano deu-se o mesmo: sem cultura ordenada, só a vida de sociedade o entretinha e a propaganda católica supriu-lhe em parte, como a Clemente, a falta de uma profissão. Zacarias Werner, jurista, em breve se enfada dos códigos e aplica a actividade na administração de uma propriedade rural, mas também a nova carreira não lhe proporciona o sossêgo que procura e só na catequese católica realizava as suas aspirações de exercer acção sôbre a humanidade, por meio das ideas. Lenau começa por estudar direito, a seguir dedica-se à filosofia, à agronomia, à medicina, sem se demorar em qualquer dêstes domínios. O arqueólogo Arnaldo Kanne foi alternativamente escritor, teólogo, soldado nas fileiras austríacas e prussianas, professor e até mendigo. Ritter começou a sua carreira como farmacêutico que abandonou, para se dedicar às sciências naturais. Wackenroder, morto tão prematuramente, passa pela mesma situação difícil, pela incapacidade de se sujeitar ao método, à ordem e disciplina de uma profissão. Só E. T. A. Hoffmann conseguiu refrear as suas tendências aventureiras e apesar do seu ódio à regularidade e ao pedantismo da vida burguesa, sem abandonar a profissão, mostra grande variedade de aptidões nos assuntos mais opostos.

No prefácio às obras de Kleist, acentua Tieck que o poeta nunca encontrou na realidade, nem na arte, a satisfação, a paz necessária para vencer os contratempos da sorte; todavia muitos conseguem atenuar essa profunda desarmonia entre as exigências da vida e do espírito, pelas ocupações e distracções diárias. Não foi o caso de Kleist que como artista privilegiado só aspira ao aperfeiçoamento intelectual e moral; o seu talento era de tal ordem que não podia deixar de chocar com os interêsses do vulgo.

De harmonia com as tradições de família que contava no seu seio 18 generais prussianos, segue a carreira das armas e com o seu regimento toma parte no cêrco de Mogúncia em 1793; ao seu desprendimento da vida, à estima dos camaradas, refere-se La Motte Fouqué na biografia do general Rüchel. No entanto, como conta em longa carta ao antigo professor Martini, a vida militar pouco a pouco torna-se-lhe insuportável e mesmo odienta; repugna-lhe a disciplina que a seu ver é uma abdicação dos direitos do indivíduo, os oficiais considera-os mestres de exercícios, os soldados são escravos, o regimento um monumento vivo de tirania.

O seu carácter só era prejudicado com as exigências regulamentares; muitas vezes tinha de punir, quando de boa vontade louvaria e de louvar, quando devia castigar. «Die grössten Wunder militärischer Disciplin die der Gegenstand des Erstaunens aller Kenner waren, wurden der Gegenstand meiner herzlichsten Verachtung; die Offiziere hielt ich für so viele Exerziermeister, die Soldaten für so viele Sklaven und wenn das ganze Regiment seine Künste machte, schien es mir als ein lebendiges Monument der Tyrannei.

«Dazu kam noch dass ch den üblen Eindruck, den meine Lage auf meinen Charakter machte, lebhaft zu fühlen anfing. Ich war oft gezwungen zu strafen, wo

ich hätte strafen sollen und in beiden Fällen hielt ich mich selbst für strafbar. In solchen Augenblicken musste natürlich der Wunsch in mir entstehen, einen Stand zu verlassen, in welchem ich von zwei durchaus entgegengesetzten Prinzipien unaufhörlich gemartet wurde, immer zweifelhaft war ob ich als Mensch oder als offizier handeln musste, denn die Pflichten beider zu vereinigen, halte ich bei dem jetzigen Zustand der Armeen für unmöglich.»

Estas palavras parecem denunciar ideas antimilitaristas, pacifistas; isso não impede que Kleist escreva obras, em que transparece um patriotismo exaltado, como a *Hermannsschlacht*, preconizando o emprêgo dos meios mais violentos, justificando na defesa da Pátria os direitos da mentira e da astúcia, compondo canções guerreiras, sátiras políticas, panfletos nacionalistas, etc. Na sua aspiração de verdade e perfeição ilimitada, esforça-se por abraçar todos os domínios da sciência e entrega-se com ardor na Universidade de Francfort ao estudo da matemática, das sciências naturais, da lógica, da teologia, da literatura, da língua latina, etc. Mas a filosofia kantiana, que lhe mostra a relatividade dos conhecimentos, abála-o na sua sêde insaciável de sciência; uma exaltação demoníaca leva-o para o incerto; persegue-o o descontentamento, sente-se possuído de desejos contraditórios. Influenciado por Rousseau, embora não tão exagerado como êste que no *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*, dizia: — «Si la nature nous a destiné à être sains, j'ose presque assurer que l'état de réflexion est un état contre la nature et que l'homme qui médite, est un animal dépravé.» — afirma Kleist no seu interessante trabalho em prosa — *Ueber das Marionettentheater* — que «à medida que no mundo orgânico a reflexão se torna mais obscura, a graça se revela com maior brilho.»

Em casa de Wieland encontrou, mas só momentâneamente, uma certa tranqüilidade de espírito, algum prazer da vida que a admiração de um homem notável e o amor de uma interessante rapariga não podiam deixar de proporcionar. Não obstante, inesperadamente, sem qualquer razão, abandona a família amiga e depois de passar alguns dias em Weimar, retira para Leipzig. A sua atitude é para êle próprio inexplicável. — «Ich weiss wahrhaftig nicht anzugeben, warum». Acedendo aos desejos de Ulrica, sua irmã e confidente, coloca-se na intendência dos bens nacionais de Koenigsberg, mas em breve se enfastia de trabalho tão árido, pensa dedicar-se à lavoura e até muito a sério em ter uma profissão mecânica, fazer-se carpinteiro. Durante algum tempo, a sua luta feroz contra Napoleão, a que de resto os compatriotas pouca atenção prestaram, incapazes de compreender os seus hinos inflamados, habituados ao estilo chão de Kotzebue e Iffland, dá-lhe a impressão, aliás pouco duradoura, de que vale viver, para cumprir a missão elevada de pugnar pela defesa da pátria.

Kleist ora se nos mostra como um fraco, uma existência passiva, scéptico, resignado, ora com uma exaltação doentia, decidido e animoso que na realização dos seus fins sabe remover os impedimentos que lhe antolham o caminho. O autor do *Aufsatz, den sicheren Weg des Glückes zu finden und ungestört auch unter den grössten Drangsalen des Lebens ihn zu geniessen,* em que defende com grande eloqüência o seu optimismo, chegando a proclamar que nunca poderá ser infeliz, pois a consciência do dever cumprido, a dignidade afirmada em todos os momentos da vida, o desprêzo das seduções e honrarias, a serenidade perante os contratempos, são garantia de felicidade certa, foi um desgraçado sem egual e no suicídio procurou refúgio para os seus males sem remédio.

Kleist, inspirado da filosofia kantiana e principalmente

do seu trabalho — *Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft* — considera a religião invenção puramente humana que varia com as épocas e os povos; não duvida que apareça em breve um novo Lutero que deite por terra tudo o que o primeiro constituiu. «Pouco me preocupa, diz êle, em carta a sua noiva Guilhermina, que haja ou não vida futura. Realizo nesta o meu dever e se me preguntares a razão, respondo, porque é o meu dever».

Em Würzburgo, ao entrar numa igreja católica, afecta-o desagradàvelmente o complicado cerimonial religioso que a seu ver só esmaga o sentimento; a missa em latim parece-lhe um exercício enfadonho, incapaz de comover o mais sensível [1]. Mais tarde, porém, em Dresda, pensa de maneira completamente oposta, reconhece a grandiosidade da liturgia católica; classifica a religião protestante de árida e fria, em comparação com os símbolos variados e tocantes do catolicismo que no seu entusiasmo quási se sente disposto a abraçar.

«Nirgends fand ich mich tiefer in meinem Innersten gerührt als in der katolischen Kirche, wo die grösste erhebendeste Musik noch zu den anderen Künsten tritt, das Herz gewaltsam zu bewegen. Ach, Wilhelmine, unser Gottesdienst ist keiner. Er spricht nur zu dem kalten Verstand, aber ein katholisches Fest... Ich hatte eine unbeschreibliche Sehnsucht mich niederzuwerfen und zu weinen. Ach, nur einen Tropfen Vergessenheit und mit Wollust würde ich katholisch werden» [2].

Kleist revela-se sempre inconseqüente, possuído de uma dúvida cruciante que o leva a actos e afirmações contraditórias. Pelo seu esfôrço para a universalidade, pelo seu ideal de justiça absoluta, pertence àquelas na-

---

[1] Cfr. Carta de 11 de Setembro de 1800. *Ob. cit.*, pág. 65-70.

[2] Vid. Carta de 21 de Maio de 1801. *Ob. cit.* pág., 184-185.

turezas, cujo criticismo e capacidade de ver em cada acção mil possibilidades de proceder, não o deixam chegar a uma resolução definitiva. Os seus ideais generosos e pensamentos alevantados só lhe permitem descobrir no mundo objectivo, o pequeno, o desprezível, o trivial e por isso sofre em extremo [1].

A constante observação da sua pessoa, as suas hesitações eternas, atormentam-no constantemente. Não tem confiança em si, no seu engenho poético que umas vezes classifica de dons do inferno e de que outras fala com orgulho.

Os românticos, como era de prever, em temperamentos afectivos, indivíduos de vontade fraca, cultivaram a amizade, constituindo um cenáculo literário, onde a troca de impressões e o estímulo dos amigos muito os ajudaram a suportar as conseqüências do seu idealismo doentio. Entre êsses grupos merecem referência especial o dos irmãos Schlegel, dos irmãos Grimm, dos irmãos Boisserée e Bertram, de Arnim e Brentano, Tieck e Wackenroder, Kerner e Uhland.

Kleist fez também parte de algumas sociedades do tempo, como da de Zelter e da *christlich-deutsche Tischgesellschaft* que Achim von Arnim e Adam Müller fundaram em 18 de Janeiro de 1811 e a que pertenceram as individualidades de maior destaque de Berlim e principalmente os patriotas prussianos, Clausewitz, Savigny, o Principe Lichnowski, o principe Radzwill, Fichte, v. Pfuel, etc., e onde como de costume se liam trabalhos literários de toda a ordem [2]. Quão pouco, porém, a

---

[1] Kleist chamava a esta maneira, como a natureza se lhe revelava, *traurige Klarheit.*

[2] O autor do Oberon, em cuja casa o poeta esteve aos 26 anos faz-nos uma descrição interessante da sua estranha maneira de ser. «Quando se falava com êle, uma única palavra despertava-lhe no

grandeza de Kleist fôra compreendida e apreciada dos seus contemporâneos, mercê de um feitio concentrado que o alheara por completo do mundo, mostram as impressões injustas, quási desdenhosas, de Arnim e Brentano, ao serem informados do triste acontecimento. O primeiro chama-lhe um pobre diabo que com a sua excentricidade pouca alegria proporcionara; lamenta todavia o seu destino, pois ninguém, como Kleist, tomava a sério o seu trabalho. O segundo reconhece também que mais do que qualquer outro, se propôs uma missão elevada, incapaz de a levar a cabo, porque nunca conseguiu ligar-se pelos laços da amizade a alguém superior, porque era extraordinàriamente vaidoso.

Kleist compreende que as suas preocupações são extranhas à maioria dos homens, mas ninguém como êle pelo seu acanhamento que chegava até à timidez, precisava mais de quem o orientasse na vida. Excitável em extremo, mas de uma moralidade áustera que o obrigava ao cumprimento rigoroso do preceito da castidade, pensa casar-se e em carta à irmã, com aquele tom dogmático, característico da sua correspondência e de que felizmente estão livres as composições poéticas, disserta largamente sôbre a obrigação moral do casamento, pois o homem deve transmitir aos descendentes o precioso dom da vida que recebeu dos seus maiores. Da futura esposa exigia não só dedicação ilimitada, mas comunhão absoluta de vistas. Desconfiado em extremo

---

espírito uma série de ideas que o perturbavam de tal modo que não ouvia o que se dizia em volta; confessou-me que em tais momentos de distracção trabalhava no seu drama e assim vim a saber que pensava em escrever numa tragédia, sem que todavia se julgasse capaz de pôr em prática a sua intensão». A uma distracção externa correspondia uma concentração interna. Com êste feitio, é claro, a solidão devia agradar-lhe mais que a vida de sociedade.

e irresoluto, com a idea da alta responsabilidade do casamento, como era de esperar, tais ligações foram pouco duradouras e assim rompeu quási sem saber porquê, com a noiva, Guilhermina von Zenge [1]. A própria irmã Ulrica, com quem se sentiria orgulhoso de ligar os seus destinos, ao recebê-lo em Francfort, inesperadamente, não lhe oculta o seu desgôsto e desapontamento e evita-o

[1]. Em geral os românticos com a sua volubilidade e exaltação amorosa, não encontraram no casamento a felicidade que esperavam. Pode-se mesmo dizer que dentre êles, só Hoffmann fez um casamento feliz. O pintor Otto Runge que se apaixonara extraordinàriamente por uma rapariga muito nova e que da sua ligação com ela esperava os resultados mais profícuos para a sua productividade artística em breve reconheceu o seu êrro; o próprio Tieck e até Clemente Brentano confessam que a regularidade a que obriga a vida de casado, a necessidade de um chefe de família se preocupar com as cousas terrenas, só prejudica o engenho poético. A posse da mulher desejada fazia perder-lhe o encanto; «eu só posso amar em sonhos» dizia Hölderlin. Sem família, nem profissão, não se fixaram a um lugar determinado. Brentano viveu alternadamente em Heidelberg, Berlim, Viena, Praga, Dulmen, Munich. Zacharias Werner chamava-se um peregrino, vivendo em Roma e em Viena; Lenau, apesar dos conselhos dos amigos, já com o desiquilíbrio do espírito que alguns anos mais tarde chegou à loucura completa, atreve-se a fazer uma viagem à América. A excitação de Kleist exigia-lhe freqüentes peregrinações. Com esta irregularidade, sob o domínio constante de disposições sentimentais e doentias, solicitados por ideas contraditórias, não podiam ter longa existência. «Flores desta natureza, dizia Justinus Kerner, não vão além do verão» e a propósito da morte prematura de Runge, observava Goethe a Sulpício Boisserée. «Quem se aventura a tais alturas, ou morre, ou endoidece». Foi assim que Novalis, Wackenroder, o conde Löben, o pintor Runge, o físico Ritter morreram em plena mocidade, Lenau sucumbiu doido aos 40 anos, Hölderlin morreu louco aos 30 anos, Kleist suicidou-se aos 35; Werner, Kanne, Brentano, Hoffmann, em média, não passaram dos 50. A vida de solidão é caracteristica dos românticos. Também os ingleses Thomsom, Akenside, Shenstone, Collins, Gray e Thomas Warton não casaram.

cheia de medo; receia tratar com um desequilibrado. Á mesa, na presença de uma velha dama, teve de se sujeitar a ouvir as censuras ásperas das irmãs que o alcunhavam de inútil, vadio, sem modo de vida. Mais tarde, a Maria de Kleist que tanto o protegeu junto da côrte, confessa que perdoaria a frieza de recepção, mas era-lhe intolerável que desconhecessem os seus méritos e os serviços prestados, grandes ou pequenos.

*
* *

Tem-se classificado a natureza de Kleist de problemática e patológica, em primeiro lugar, porque na vida não se propunha atingir quaisquer fins utilitários, como a maioria do vulgo, e em segundo, porque delineou figuras como Penthesilea, Catarina de Heilbronn e o príncepe de Homburgo que se afastam sensivelmente das criaturas normais. Mas nesta mesma circunstância, consiste o seu alto valor como poeta. Ao artista, não compete representar exclusivamente o normal, o habitual, o são. Só Kotzebüe e os seus sucessores se esforçaram por fazer valer como regra um princípio tão falso. O trágico consiste fundamentalmente no conflito de um individuo com dotes especiais de sensibilidade e inteligência, com as condições normais da vida, na sua capacidade invulgar de reacção.

Poder-se-iam multiplicar os exemplos de literatos que fizeram nas suas obras o estudo, por isso muito mais interessante e complicado, de caracteres patalógicos. Basta lembrar Hamlet e Torquato Tasso. Ambos com qualidades extraordinárias sofreram o martírio inerente aos grandes génios, incapazes de atender a outras considerações que não fôssem de ordem intelectual ou moral.

Dado o carácter de Kleist, insatisfeito, arrebatado, de uma sensibilidade doentia, é natural que as suas criações artísticas fôssem temperamentos ardentes, apaixonados, grandiosos que sofreram as consequências terríveis da sua superioridade. O ideal de Kleist era criar uma obra unísona com a sua vida, em que transplantasse fielmente tôda a sua maneira de ser, o lado bom e suave, belo e feio do seu carácter, cuja riqueza psíquica e forte arquitectura oferecessem a objectividade mais completa, pois a sua aspiração única era exteriorizar a personalidade, no que tinha de mais íntimo e oculto.

Tôdas as suas obras são por assim dizer confissões do autor que nos deixam penetrar nos recessos mais escuros do seu eu, acompanhar a sua incessante e exaltada aspiração para o ideal. O grande Wieland, no que deu provas de um fino espírito de observação, ouvindo-o recitar os fragmentos de *Robert Guiscard,* profetizou desde logo que a Kleist seria dado preencher na literatura dramática alemã o grande vácuo existente, o que nem mesmo Schiller e Goethe poderiam fazer. E assim sucedeu: Kleist, como criador do drama individualista, abriu o caminho que, passando por Hebbel, chegou a Ibsen e aos realistas conseqüentes. Goethe, segundo êle próprio confessa, pelo seu feitio conciliador, não tratava com agrado assuntos trágicos. A arte de Schiller é completamente oposta à de Kleist. Êste evita o retórico, o estilo declamatório, os monólogos sentenciosos, aquêle dá expressão às ideas elevadas de liberdade, as suas criações correspondem a uma concepção ideal da humanidade; nelas sobressaem os grandes pensamentos (Das gedanklich-Grosse). Kleist, pelo contrário, não é um grande intelecto; predomina nêle o sentimento; é incapaz de criar fria e conscientemente, faz arte por afecto com êxtase e entusiasmo. Não procura descrever o lado brilhante e sereno da vida, mas o escuro, o sombrio, o oculto da alma hu-

mana, principalmente os estados psíquicos, intermédios entre o consciente e o inconsciente, o sonho e a realidade. Daí o encanto, o sonhador, o visionário, o místico da sua arte. Odeia as figuras apagadas, adaptáveis ás circunstâncias; na sua grandeza heróica, as suas criações lembram-nos os heróis shakespearianos; como o seu criador, são inimigos implacáveis de tudo o que se chama convenção; para êles pouco significado teem os ensinamentos religiosos, as leis do estado e da família, se contrariam a livre expansão da individualidade. Só atende às exigências do *eu,* a que reconhece um valor absoluto. Todos os seus dramas e narrativas giram em volta de um motivo fundamental: a maneira, como se comporta o indivíduo perante o problema do amor, do poder, do estado nas suas múltiplas diferenciações e nuances. O que o distingue da maior parte dos contemporâneos e dos românticos, é a impassibilidade, com que descreve as scena mais terríveis, o desencadear das paixões mais tumultuárias.

Tem-se dito da arte de Shakespeare que nela o verdadeiro predomina sôbre o belo. Mais razoável seria aplicar êsse juizo à arte de Kleist que despreza o belo, a não ser que se confunda ou identifique com o verdadeiro. O atrativo das suas obras está menos no *patos,* no calor, no tom de sinceridade das palavras do que na verdade do sentimento.

O seu diálogo zomba da regularidade clássica; é irregular, abrupto, por vezes difícil de compreender; o seu temperamento exaltado reflecte-se na linguagem movimentada, de catadupa. E no entanto, a espontaneidade das suas criações imprime ao estilo um cunho de objectividade extraordinária; a forma no conjunto é admirável. Já a propósito da inimitável jóia literária — *O cântaro quebrado* — Goethe observara «seine Welt drängt sich uns mit gewaltiger Gegenwart». Nas suas descrições

não lhe falta o mínimo pormenor, nas suas figuras não lhe escapa o mais pequeno movimento ou gesto, particularidade física ou psíquica, a sua arte pode comparar-se à de um impressionista moderno; a sua personalidade desdobra-se em criações variadas, sabe encontrar o estilo adequado a cada uma delas, faz alternar a linguagem elevada, ideal de uma Penthesilea, às scenas anedóticas populares, acentuadamente realistas de *Der Zerbrochene Krug*, contrapôr à atmosfera horrível que envolve a família Schroffenstein, o lirismo apaixonado do Conde de Strahl, o amor ingénuo, desinteressado e puro da Catarininha de Heilbronn.

Os seus recursos artísticos são ilimitados e ainda mais do que o seu poder de expressão, é para apreciar a harmonia da linguagem acentuadamente musical. Desde a juventude, segundo êle nos diz, estava habituado a referir os seus pensamentos poeticos a *tons*, como Goethe os comparava a *côres*. Kleist mostrou sempre aptidões não vulgares para a música; todos os seus biógrafos, como Tieck e Rühle, se referem ao facto com admiração. Quando tenente, fez parte em Potsdam de um quarteto que em excursão ao Harz, percorreu várias cidades e aldeias, obtendo um êxito extraordinário, era um *virtuoso* na flauta e no clarinete. As damas, com quem conviveu mais intimamente, eram artistas de merecimento, assim Juliana Kuntz, excelente cantora, Hendel-Schütz também cantora, Henriqueta Vogel, sua desditosa companheira no suicídio, muito versada em questões musicais; sua irmã Ulrica cultivou a música até ao fim da vida.

Nos epigramas que intitula *Musikalische Einsicht*, celebra Kleist o atrativo da música, a acção inebriante que exerce sôbre os sentidos e a tal ponto que a inspiração lhe aparecia sob a fórma de violentas alucinações auditivas, de concertos de grande instrumentação, desde a delicada

flauta até o violão ensurdecedor [1]. O temperamento musical de Kleist reflete-se não só no ritmo do verso, mas ainda na concepção e realização das suas figuras dramáticas. A música desperta nêle estados de alma vagos e indefinidos, quadros fantásticos que se ligam a imagens de acontecimentos, experiências, observações passadas, por isso a antepõe a todas as artes, de que por assim dizer é a origem.

O *Robert Guiscard* é uma sinfonia trágica, é a dignificação do grande herói que sossobra vitorioso, cujo orgulho e fôrça de vontade se quebram de encontro ao destino implacável. O entusiasmo da acção que o absorve, coloca-o à frente de um exército, com que de vitória em vitória, percorre toda a Itália. É grande nos movimentos, nas palavras, nos gestos; sabe exercer e aproveitar o poder da sua vontade inquebrantável que redobra de energia com os perigos; alia as qualidades do aventureiro, do guerreiro e do homem de estado; o seu génio impõe-se a todos com quem priva, admiram-no e estimam-no. Príncepes poderosos aspiram ao seu favor; Condottiere normando, os monarcas do império bisantino não desdenham de procurar a sua aliança; uma filha pelo casamento com o príncepe herdeiro Constantino Dukas, veio a ser imperatriz da Grécia. A sua ambição desmedida não para; quere coroar a vida heróica com um feito que a todos sobreleve: a conquista de Bysâncio que lhe assegura a corôa imperial. Mas antes de realizar esta suprema aspiração, a terrível peste desvasta-lhe os exércitos e êle próprio é atingido de morte. Nesta luta do herói moribundo com a fatalidade, consiste o problema e o conflito da tragédia.

Kleist compraz-se com as antíteses, com a oposição de situações; agrada-lhe pintar a luta do génio, com a

[1] Cfr. Carta de 19 de Setembro do 1800. *Obr. cit.*, pág. 87–88.

fragilidade inerente à natureza humana. O espírito tenta dominar a carne.

Guiscard oculta a sua desgraça. A multidão que sempre o venerara como um Deus, exige o impossível, que êle a liberte dos seus males. Cheia de angústia, dirige-se para a tenda do chefe, dando largas a imprecações e lamentos. O côro descreve a situação geral, pinta em quadros admiráveis, com palavras ciclópicas, os efeitos, medonhos da peste; a revolta aumenta, as exclamações redobram de violência. À agitação segue-se momentânea calma: ouvem-se vozes isoladas de um ou outro guerreiro; um velho avança e com a sua autoridade consegue atenuar o desespêro da gentalha. A maneira como o poeta encaminha a acção, fazendo alternar os contrastes que se sucedem naturalmente, sem serem forçados, até ao aparecimento de Guiscard que todos desejam, mas de que já desesperam, mostra o seu valor, como artista genial. Kleist, inspirando-se de Shakespeare, tomou do mundo antigo tudo o que êle tem de variegado, movimentado e colorido; no entanto, pensa e sente diferentemente dos gregos, nunca deixa de ser o livre criador que pode praticar os maiores anacronismos, mas que fica sempre original e ingénuo.

O fragmento precioso que não conseguiu concluir, a despeito de várias tentativas, é no entanto uma obra, cuja composição mostra a segurança do artista, pelo vigor da linguagem, pela grandeza do quadro, pela precisão do pormenor, pela análise dos movimentos mais ocultos da alma humana, pelo encadeamento da acção que decorre com uma espontaneidade de pasmar [1].

---

[1] Kleist, para quem a música representava a forma algébrica das outras artes, pensou em fazer do *Robert Guiscard* um drama musical e com êste plano que não chegou a pôr em prática, antecipou-se a Wagner, mostrando a grandeza do seu génio complexo.

A arte de Kleist que não tem igual em qualquer outro país, nem mesmo na Alemanha, foi apreciada por Gentz nas seguintes palavras entusiásticas, a propósito do *Amphitryon*:

«A comédia de Kleist proporcionou-me as horas mais agradáveis, devo dizer as únicas verdadeiramente aprazíveis que há muitos anos nenhuma produção literária me conseguiu dar. Com indizível satisfação, lia-a e relia-a, comparando-a com a de Molière e cada vez mais a sua originalidade magnífica se me impunha. Até mesmo alguns passos mais directamente inspirados do modêlo francês, revelam tal perfeição que a meu ver não foi atingida por Bürger, Schlegel, nem mesmo Goethe e Schiller nas suas traduções de peças francesas e inglesas, pois na verdade ser simultâneamente Molière e alemão é cousa extraordinária. A comédia francesa, a-pesar-de tôdas as belezas e do grande interêsse da fábula, termina como uma farça: a alemã é uma comédia shakespeariana, em que se aliàm o cómico e o sublime. Não era tarefa fácil conservar a majestade ao Deus dos Deuses em situação tão difícil e equívoca; só um génio invulgar podia com segurança abalançar-se com êxito a tal empreza».

Kleist aprofundou as figuras lendárias; de simples tipos fez caracteres definidos, individualizou-os, estudou-os no desenvolvimento das suas paixões. Alkmena é uma das criações mais extraordinárias pela simplicidade, candura e pureza; a astúcia de Júpiter, tomando a figura do marido, para conseguir o gôzo dos seus encantos, só lhe faz sobressair a beleza, o amòr cada vez mais puro dignificado pelo desgôsto e atribulações. Quem sai ferido da luta é o sedutor que rende humildemente homenagem à virtude impoluta, iludida, mas não corrompida.

Goethe, que nunca prestou a Kleist a justiça merecida, apreciou desfavoràvelmente a interpretação dada ao mito que a seu ver, só se prestava para uma farça. Parece-lhe

que na alma de Alkmena só se confundem os sentimentos, quando Kleist, pelo contrário, só procura desfazer o conflito proveniente da sua falta involuntária e da sua honestidade ilimitada.

Os românticos católicos deram à obra um significado cristão. Júpiter anuncia a Alkmena que ela dará à luz um filho que se chama Hércules; nestas palavras Adam Müller vê uma alusão ao dogma da Imaculada Conceição.

O *Anfitrião* é sem dúvida um trabalho valioso, pela profundeza do problema psicológico, como pelas impagáveis scenas de um humorismo sem igual entre Sosias e Charis, Sosias e Mercúrio que se podem classificar das melhores existentes em qualquer literatura [1].

É Kleist, autor do *Cantaro quebrado* que conjuntamente com a *Minna von Barnhelm* de Lessing e os *Jornalistas* de Freytag se costuma considerar com razão uma das melhores comédias do teatro alemão, onde de resto êste género literário não tem sido cultivado com grande êxito. Com esta obra deu ao seu país a primeira comédia de carácter, quando até ali só existiam as sátiras, as comédias fantásticas, os imbróglios enfadonhos e incompreensíveis dos românticos. Inspirada pela gravura de Le Veau, *Le Juge ou la Cruche cassée*, cópia de um quadro de Debucourt, *Der zerbrochene Krug* tem a objectividade de uma pintura; o autor é um realista sem igual com estilo próprio e adequado às situações que consegue representar-nos fielmente as scenas populares, sem lhes atenuar a grosseria e a rudeza, pouco preocupado com os senti-

---

[1]. Hermann Hettner no excelente trabalho *Das moderne Drama* explica a decadência do teatro alemão neste género dramático pelo carácter nacional, naturalmente grave, pela separação das classes nitidamente acentuada na Alemanha e também pela interferência nociva do estado que abafa a livre expansão das aptidões e tendências populares.

mentos delicados do público. O protagonista, o juiz Adão que há-de julgar o crime, de que êle é o único réu, é uma personagem animada, grotesca nas suas mentiras, fealdade física e moral e no entanto profundamente verdadeiro. Na sua profissão, é o contrário do que devia ser e daí lhe advêm os conflitos mais penosos que terminam pela sua exautoração. A peça é por assim dizer uma paródia da sociedade, onde muitas vezes mandam e julgam aqueles que deviam obedecer e ser mandados. É o mesmo *Leit-motiv* do *Biberpelz* de Hauptmann que tantos pontos de contacto apresenta com a comédia de Kleist, até pela minúcia descritiva do meio, pintura expressiva de cada uma das personagens, colorido acentuado de cada scena e situação, caracteres estes que os críticos literários costumam definir pelo termo *Niederländerei.*

A Familia Schroffenstein, uma das suas primeiras composições dramáticas, é a tragédia do fatalismo e do pessimismo. O carácter do autor revela-se nitidamente; só podia ter sido escrita por um scéptico que vê o mundo com desconfiança que de tudo duvida e se julga arrastado pelo poder invencível do destino. Os acontecimentos desenvolvem-se e encadeiam-se com uma consequência extraordinária.

A luta implacável de dois ramos da mesma família — os Rossitz e os Warwand — exerce-se furiosamente e só mais tarde a revelação da velha bruxa Úrsula mostra que todo o conflito girava em volta de um equívoco. O estilo oferece a objectividade característica de todos os trabalhos de Kleist; o primeiro acto sobretudo é uma obra prima pela contextura, disposição de cada uma das partes e estudo individualizado das personagens. Não são figuras convencionais, heróis fantásticos, de virtudes ou vícios absolutos, teem as grandes qualidades e defeitos inerentes á natureza humana. Kleist não nos apresenta de começo um carácter completo, desenvolve-o através

da acção; sabe aliar o trágico ao burlesco, o dramático, ao lírico.

A *Penthesilea* e a *Catarininha de Heilbronn* completam-se orgânicamente, tratam o mesmo problema sob dois aspectos; a acção move-se em volta do mesmo fulcro, o amor ilimitado de uma donzela. Em carta ao poeta austríaco Collin, dizia Kleist: «Quem gosta de Kätchen, não pode ser insensível á Penthesilea, pertencem uma á outra como o + e o — da álgebra, são um e o mesmo ser, apenas estudado em condições opostas». Em ambas, a paixão feminina toca o delírio. Catarininha é toda dedicação e sacrifício, escrava do seu senhor; Penthesilea é um mixto de graça e de fúria, tão dedicada a Aquilles como aquela a Wetter do Strahl, mas o seu amor redobra com o prazer da dor e crueldade, quando êle sucumbe ás suas mordeduras. O conhecido psiquiatra Krafft=Ebing na sua *Psycopathia sexualis*, com aquela superficialidade, característica da maior parte dos sciêntistas em questões estéticas, vê na Penthesilea um quadro terrível de sadismo feminino e nas mesmas ideas abunda o crítico Rudolfo Gottschall que classifica o drama de obra grandiosa em alguns passos, no entanto de uma tentativa infeliz de representar poéticamente a ninfomania. As duas figuras afastando-se do vulgar, nem por isso são menos sãs e verdadeiras; o que nelas domina é o sentimento absoluto que arrosta com todos os perigos e leis que leva aos maiores excessos e desvarios. Kleist em arte é um radical; não toma quaisquer compromissos com as conveniências sociais, exprime com rudeza por vezes cruel, tudo o que sente. Penthesilea é a tragédia da sua vida; com vigor extraordinário pinta o seu orgulho desmedido, as oscilações da fortuna, a ância insaciável de glória, entusiásmos e desânimos, amor e ódio. Não há composição que a esta se compare pela violência das situações. A scena final, em que no paroxismo do amor, a heroina

açula os cães contra o seu amado e lhe dilacera as carnes com os dentes, só podia ser escrito por alguem, em cuja alma lutam as disposições mais contraditórias, as fôrças mais conflituosas.

¿Que dramaturgo, a não ser Kleist, poderia criar uma orgia desta natureza, comparável ás peças de Eurípides?

Goethe, a quem o autor enviou o primeiro número do Phebo, onde vinha um fragmento da Penthesilea, não apreciou favorávelmente a obra. Com o seu feitio conciliador e optimista, chocava-o desagradávelmente a arte de Kleist, completamente oposta à sua, impressionava-o o arrojo do jovem poeta que se atrevia a confessar-lhe que a Penthesilea não a destinava ao teatro contemporâneo, esperando por melhores tempos.

Em carta, acusando a recepção da revista, diz-lhe «que o aflige sempre ver jovens de talento e de espìrito, à espera de um teatro que ha-de vir; compara-os ao judeu que está á espera do Messias, ao cristão que espera um novo Jerusalem, ao português que aguarda a vinda de Dom Sebastião».

Das *Kätchen von Heilbronn* transporta-nos ao mundo medieval; uma atmosfera de sonho envolve toda a obra que nos dá a impressão de um conto delicado, com figuras encatadoras pela ingenuidade e pureza, quadros românticos e variados, em que aparece um querubim, uma princesa, uma pobre rapariguinha e até um monstro de crueldade, Kunegunda. Criações desta natureza apreciam-se com a vista e os ouvidos, a fria razão nada tem que ver com elas. Certos espíritos críticos procuraram ver intenções pseudo-democráticas no casamento da filha do armeiro de Heilbronn com o conde de Strahl e até alguns na dedicação ilimitada da heroina que a tudo se sujeita e cujo amor redobra com o desprezo e indiferença do apaixonado, um caso de masoquismo (!!!). Catarina é sem dúvida um dos tipos femininos mais encatadores da

literatura alemã pela sua candura, dominada por um unico sentimento, o amor; lembra-nos a Gretchen do Fausto, como na evocação das eras passadas a obra se pode comparar ao Goetz von Berlichingen, apresentando todos os requisitos do drama cavaleiresco: o *Femgericht*, o rapto da dama, o incêndio do castelo, a cabana do carvoeiro, o claustro, o pai honrado e a graça imperial.

Pode por vezes parecer que as scenas não são bem motivadas, o que de resto se desculpa, visto tratar-se de um conto. O motivo principal da composição foi pedido a uma balada de Bürger « O conde Walter » reprodução de outra de Child Waters, da colecção de Percy.

Também as prelecções do seu amigo Henrique Schubert em Dresda sôbre magnetismo e sonambulismo que tratam de alguns casos de excitabilidade feminina, de sugestões hipnóticas, de relações magnéticas com outras pessoas, despertaram sem dúvida o interêsse de Kleist e a sua curiosidade psicológica. Êle próprio se preocupou a sério com o problema do hipnotismo e é provável que a narrativa citada por Schubert de um magnetopata Gmelin de Heilbronn, sôbre a cura pelo mesmerismo de uma rapariga de 16 anos, sugerisse ao poeta a idea de colocar a acção do drama em Heilbronn.

Kleist trata o mesmo problema no Príncepe de Homburgo.

Já Hoffmann escolhera em parte para tema das suas obras o lado obscuro da natureza. Nos *Elixires do Diabo* e no *Doppelgänger*, estuda casos patológicos de desdobramento da personalidade levada ao extremo.

Assim, por exemplo, de noite, numa floresta ao encontro de Medardus que vai fugindo, dirige-se uma sombra, sorrindo e praguejando; no seu desespêro investe contra as árvores e os rochedos. Num baile, teve Hoffmann a idea de pensar o seu eu visto através do caleidoscópio e de considerar todas as figuras que se mo-

viam em volta de si como outros tantos *eus* que na sua actividade se comportavam como o próprio *eu*. A idea então corrente, de que o sistema nervoso não é propriedade exclusivamente nossa, mas que também pertence a outros seres que o podem utilizar e até em nosso prejuizo, introduziu na literatura os espectros, os fenómenos de magnetismo animal, a acção imediata de um princípio psíquico sobre o homem. Por muito encanto que tenham as narrativas de Hoffmann, são prejudicadas artísticamente pelo cunho sombrio das suas figuras; chocam-nos pelo caracter soturno, são mais demónios do que homens [1].

Não é o caso de Kleist que mais uma vez mostra o seu alto génio artístico. O Príncepe de Homburgo é um jovem valoroso, amável, mas sonhador abstracto que entregue aos seus devaneios, se alheia por completo da realidade. O príncepe eleitor que lhe conhece o feitio, recomenda-lhe a maior calma, pois estão em jogo os altos destinos da pátria e do trono. Ao começar o drama, na hora em que devia tomar o comando da cavalaria, passeia no jardim, sonhando na amada, nos feitos que ha-de cometer, para ser digno do seu amor; entretece uma coroa que espera lhe ornará a fronte como recompensa das suas façanhas. Ao ver Natália, comovido dirige-lhe palavras de afecto; como um sonâmbulo, avança para ela; a princesa julga tratar-se de um doente que requere imediato tratamento. O conde Hohenzollern tranquiliza-a; aquela modalidade esquisita do espírito não contraria

---

[1] Baader sustentava: «Der Mensch denkend ist doch nicht allein; die meisten seiner Einfälle sind nichts weniger als seine Selbstgemächte.» Sôbre os interessantes estudos de magnetismo. a que se entregaram com tanto entusiasmo os românticos, vid, Ricarda Huch, *ob. cit.*, vol. II, pág. 86-124. Cfr. as figuras de Albano e do major dinamarquês no *Magnetizador*, de Hoffmann; do major irlandês O'Malley no *Elementargeist*, e do conde no Unheimlicher Gast do mesmo autor. Todos se entregaram à magia negra.

a grandeza do seu ânimo heróico, como os suecos vão verificar em breve.

No campo da batalha, na ância de vencer, cheio de ardor, arroja-se temerariamente de encontro ás fileiras inimigas, não atende ás advertências do velho Kottwitz, maltrata um oficial que se atreve a opôr-se às suas ordens; a teimosia e desobediência tiveram no entanto a vitória como resultado casual. Mas Homburgo incorrera numa falta gravíssima que podia ter trazido as consequências mais funestas. O príncepe eleitor, como representante da lei, exige observância absoluta das suas determinações; ao receber as novas do triunfo, mostra-se frio e indiferente, quási não olha para o vencedor que no meio dos seus trofeus se apresenta abatido e humilhado. Esta scena é verdadeiramente shakespeariana; Homburgo perante a atitude estóica do soberano, revolta-se contra a injustiça grave, de que se julga vitima.

O conselho de guerra, condena-o à morte, espera no entanto, cheio de confiança, ser perdoado. A amizade e protecção que desde a meninice o príncipe lhe dispensou, dá-lhe a garantia da próxima libertação; ao ver, porém, apróximar-se a hora fatídica, a confiança começa a vacilar-lhe; talvez a sua pretensão à mão de Natália contrarie os planos do eleitor que para fins políticos o deseja consorciar com um príncipe sueco. E o herói que tantas vezes arrostara com a morte, sente agora uma angústia sem igual, perde a serenidade; o mundo tem para êle um atractivo irresistível, rebaixa-se a mendigar a graça do soberano, a renunciar ao seu amor, a todas as honrarias e situações, contanto que o deixem viver.

Esta concepção do herói entusiasmou extraordináriamente Heine que censurando a frieza com que a peça foi acolhida no meio militarista de Berlim, põe em relêvo a corágem de Kleist, ao romper com os preconceitos sociais, para não sacrificar a verdade. «Todos os homens vigo-

rosos amam a vida» e em abono da sua afirmativa, Heine cita o Egmont que se não desprende sem constrangimento dos prazeres da existência e da acção, o Edwin de Immermann que se liga á vida, como uma criança aos seios da mãe, porque a existência é o dom mais alto que possuimos.

A Kleist repugnavam as figuras artificiais; para se ser herói, era preciso sofrer, era preciso cair.

O príncipe eleitor está pronto a revogar a decisão do tribunal, contanto que o reu declare abertamente que é vítima de uma injustiça; êle que decida do próprio destino. Então Homburgo acaba por reconhecer a sua falta: incapaz de ofender os preceitos da honra, sujeitar-se há a tudo, poderá sacrificar a vida que tanto présa, mas não acusa quem no cumprimento da lei, em atenção aos altos interêsses do estado, tem de dominar as afeições pessoais e punir todo o que não obedeça às suas prescrições sagradas. Reconhecendo o êrro, a arrogância, o orgulho que classifica do mais perigoso dos inimigos, recobra a serenidade perdida e está pronto a sofrer-lhe as conseqüências. Acaba por ser perdoado; assim como não há nenhum *eu* absoluto, também não há direito absoluto e como muito bem diz Natalia que com todos os oficiais do regimento implora, quási exige clemência ao soberano, se a lei deve dominar, há a atender igualmente aos sentimentos (liebliche Gefühle).

Com uma conseqüência lógica desenvolve Kleist o problema do individualismo, a luta do *eu* com as exigências do mundo. E êle que proclamava que o *eu* é absoluto, reconhece agora o *dever*, não no sentido vulgar, mas sim como o desenvolvimento das energias individuais pela disciplina[1].

---

[1] Uma das scenas do *Príncepe* de Homburgo que mais criticadas tem sido é a 7.ª scena do último acto O príncipe reconhece perante toda a oficialidade que ofendeu a lei sagrada da guerra e está disposto a expiar a sua falta. O eleitor não lhe perdoa logo e só na

CAPÍTULO II

Kleist como novelista [1].

Kleist, criador da novela alemã, comparável a Boccácio e a Cervantes. — Análise de algumas das suas principais novelas. — A naturalidade e clareza do estilo. — Gôsto do autor em analizar os paradóxos sociais, atribuindo à organização social defeituosa a causa dos males que afligem a humanidade. — O *Miguel Kohlaas*, em que Kleist desenvolve na sua dialéctica pessimista o conflito do direito absoluto, primitivo individual com as leis oficiais. — A *Marquesa de O*, em que o artista consegue tratar superiormente um assunto escabroso. — O tema da *Família Schroffenstein*, tratado na *Verlobung in St Domingo*, — Superioridade da novela sôbre a tragédia de Körner, *Toni*. — A *mendiga de Locarno* e o seu cunho soturno, fantástico e demoníaco. — O *Exposto*, em que retoma o motivo predilecto da vingança. *Die heilige Cecilia oder die Gewalt der Musik*, em que estuda o poder da música no misticismo religioso. — O *Duelo*, em que apresenta um processo com as suas oposições e alternativas de justiça e injustiça. — O *Tremor de terra no Chile*. Objectividade magistral, com que descreve os horrores de um tremor de terra e como na obra se revela o temperamento de

---

scena final, quando Homburgo vai ser fusilado, lhe é anunciado o perdão. Os críticos, em geral, acham êste procedimento do eleitor pouco conforme ao seu carácter e a scena teatral, falha de objectividade.

Jakob Loewenberg aventa a hipótese plausível de que Kleist se inspirou neste passo de um episódio realmente sucedido e a que Bettelheim se refere no seu livro sôbre Maria von Ebner Eschenbach. Carlos v. François por causa de uma falta disciplinar contra um superior foi condenado à morte. O rei confirmou a sentença e só lhe comutou a pena à última hora, quando o oficial em questão ia ser executado.

O facto passou-se em 1808, um ano antes de Kleist começar o seu drama. Mais uma vez Kleist revela a sua objectividade admirável que o distingue tanto dos outros românticos (Cfr. Das literarische Echo. N.º de Março de 1923. Heft 11-12. Págs. 660-661).

[1] Vários críticos tem pretendido encontrar nas obras de Kleist sobretudo nas novelas, pela objectividade inimitável da descrição,

Kleist Fonte provável de que Kleist se inspirou. — A literatura sôbre o terramoto de 1755 e em especial os estudos de Kant sôbre o funesto acontecimento.

Pondo de parte a análise dos artigos políticos, publicados nos *Berliner Abendblätter* e na *Germania*, dos panfletos contra Iffland e a *Gazeta de Voss* e do drama *Hermannsschlacht*, em que dá largas num estilo vigoroso que lembra Shakespeare, ao seu ódio contra Napoleão e os opressores da pátria, apreciemos, embora de maneira sucinta, o valor de Kleist como novelista.

É da época da vida retirada de Kleist em Koenigs

---

encadeamento regular dos períodos, influências de Cervantes, o que de resto não seria de estranhar, pois o genial artista pertenceu a uma geração que como nenhuma outra soube apreciar a Espanha e os seus mais notáveis homens de letras, em especial Calderon, Lopo de Vega e Cervantes. A questão foi abordada por mais de uma vez, mas o que é certo é que, dada a originalidade característica de Kleist, não se pode reconhecer uma inspiração directa. É esta a opinião de Kayka, que me parece bem justificada, pois não há nada de comum entre as novelas espanholas e alemãs, a não ser a verdade com que ambos os autores pintam a natureza humana, se comprazem no estudo dos heróis da acção, em luta com os interêsses mesquinhos da sociedade, a preferência que um e outro teem pelos meios pitorescos e longínquos, exóticos como o dos boémios, etc. (Cf. Kayka — Kleist und die Romantik). Entre os defensores da doutrina oposta, merecem citar-se A. Farinelli (*Revue Hispanique*, 1898, pág. 244); Schmidt que vê no título primitivo das novelas — Moralische Erzaehlungen — uma lembrança de Cervantes e na marqueza d'O o mesmo tema de « La Fuerza de la Sangre », conquanto não se abalance a admitir uma imitação consciente. (H. v. Kleists Werke, Lpz, Wien, Bibl. Institut., s. a. t. III, pág. 130, 146); S. Rahmer que acredita na influência espanhola por razões de verosemelhança histórica (H. v. Kleit als Mensch und Dichter. Berlim, 1909, pág. 66 sg.); R. Günther que no *Findling*, a primeira das novelas de Kleist, descobre o fruto de uma longa comunhão com o poeta espanhol (*Euphorion*, VIII. Ergaenzungsheft, pág. 120 sg.).

berg (1805-1806) e que tão fecunda foi para a sua produtividade literária que data a maior parte das suas novelas. Se como dramaturgo o seu génio é inconfundível, como novelista pode comparar-se aos mais notáveis da literatura mundial, colocar-se a par de Boccacio e Cervantes; ainda mais que nas suas peças revela a sua originalidade. Enquanto os românticos imitaram mais ou menos servilmente o *Guilherme Meister*, Kleist cria a novela alemã, sabendo magistralmente fazer sobressair o extraordinário, o invulgar, pintar numa forte *silhouette* um acontecimento. No *Decameron*, cada uma das novelas é encimada por uma frase, espécie de abreviatura que resume toda a narrativa. Também Kleist apresenta o problema que vai desenvolver num período inicial. Citarei os seguintes:

Em M., importante cidade da Itália superior, a marquesa viuva de O, dama de excelente reputação e mãe de muitos filhos, fez saber pelos jornais que o pai da criança que estava para dar à luz e que ignora quem seja, se deve apresentar, pois está disposta, por motivos de família, a recebê-lo como esposo». *(Die Marquise von O)*.

«Em Port au Prince, na parte francesa da ilha de S. Domingos, vivia no comêço dêste século, por ocasião do grande morticínio, de que os brancos foram vítimas, nas plantações de Guilherme de Villeneuve, um velho e terrível negro, chamado Congo Hoango, originário da Costa de Ouro de África e que pelo seu senhor fôra cumulado de benefícios, como gratidão por lhe ter salvo a vida numa viagem para a Cuba» (Die Verlobung in S.[t] Domingo).

«Em Locarno, junto aos Alpes, na Itália superior, havia um velho castelo, pertencente a um marquez e que hoje se vê em ruínas, quando se vem de S. Gothardo. Numa das espaçosas salas, jazia deitada sôbre palha uma

pobre velha que fôra encontrada à porta a mendigar e recolhida por compaixão, pela governante da casa. O marquês ao voltar da caça, dirigiu-se ao quarto, onde costumava guardar a espingarda e vendo a mendiga a um canto, ficou mal humorado, mandou-a levantar e instalar-se atrás do fogão. A pobre creatura obedeceu sem demora à intimativa mas com tal infelicidade que, escapando-lhe a muleta, caiu desamparadamente no chão e quebrou a espinha, do que veio a falecer logo no meio dos maiores sofrimentos». (Das Bettelweib von Locarno).

«António Piachi, rico proprietario de Roma, viu-se forçado em negocios da sua casa, a fazer grandes viagens. De ordinario, deixava Elvira, sua mulher, entregue aos cuidados dos parentes. Um dia, em companhia de Paulo, rapaz de onze anos, filho do seu primeiro matrimónio, partiu para Ragusa. Ora aconteceu que na cidade rebentou uma terrível peste que espalhou o pavor por toda a região. Piachi que no caminho teve conhecimento do facto, por cautela ficou nos arredores, mas como o terrível mal aumentasse de dia para dia, preferiu prejudicar os seus interêsses comerciais, a correr o risco de perder o filho. Pôz-se a cavalo e partiu». (Der Findling).

Poder-se-iam citar exemplos de todas as novelas que nalterávelmente começam por apresentar as personagens principais, indicando o *Leit-motiv* da narrativa que se desenvolve com a clareza e naturalidade inicial. Impassível, Kleist faz-nos assistir ao desencadear dos factos; em frases curtas e expressivas, consegue manter inalterável a curiosidade do leitor, não introduz sentenças morais, nem considerações estranhas ao assunto. Todo o interêsse se concentra na acção. Depois de a traços rápidos pôr um problema, aprofunda-o e esgota-o, apressa ou retarda os motivos, complica-os, mas sem nunca perder de vista o fim que se propõe. Os caracteres não são inanimados,

artificiais, parados, estão em constante movimento, permanentemente modificados pelas circunstâncias. Os seus heróis vão-nos captando gradualmente a simpatia que atinge o auge nos lances mais trágicos da vida. O seu destino simboliza alguma coisa de típico, geral e humanamente superior.

O assunto do Miguel Kohlaas, uma das novelas mais conhecidas de Kleist, pode resumir-se ao seguinte: Um homem justo e áustero, foi vítima de uma violência e por todos os meios procura que ela seja reparada. Na sua luta pelo direito, encontra os executores da justiça, subornados pela nobreza, a cujas prepotências não procura pôr cobro! A consciência da sua fraqueza perante a arbitrariedade dominante, revolta-o, despertando-lhe energias sobre-humanas, para vingar do agravo feito. «Antes ser um cão, exclama êle, do que deixar-me como homem, pisar a pés impunemente». Sente-se abandonado, perseguido como animal feroz.

«Todo aquele a quem é negada a protecção das leis, a seu ver, como declara a Luthero, é um perseguido, pois como pode entregar-se pacificamente ao seu negócio sem a garantia da justiça?». Miguel Kohlaas que era o modêlo dos cidadãos, pela força dos acontecimentos, converte-se em agitador terrível, assassino, incendiário que põe a ferro e fogo as aldeias, para onde fugiram os seus inimigos, torna-se o chefe de uma quadrilha que por toda a parte espalha a desolação e a morte. Os seus crimes teem a desculpá-los a violência de que são efeito; Kohlaas não desiste de pelos meios mais extraordinários conseguir o cumprimento do dever e assim dar aos concidadãos garantias de tranqüilidade que lhes permitam entregar-se á sua vida. Domina-o uma alta idea moral: é o sentimento da justiça que o leva à prática dos maiores desmandos. Kleist compraz-se em analizar os paradoxos sociais, em mostrar como o poder impera sôbre a

justiça; é a organização social defeituosa a causa dos males que afligem a humanidade. O honesto negociante é oprimido pelo fidalgo orgulhoso, pelas autoridades, pelo soberano, emfim pelo estado e até pela opinião pública. A lei oficial vexa, despreza e oprime o direito absoluto, primitivo, individual. O artista desenvolve a sua dialéctica amargamente pessimista, põe em relêvo, como um indivíduo que recusa qualquer compromisso ou concessão com os preconceitos sociais, exigindo que lhe seja reparada a injustiça sofrida, acaba por sossobrar, depois de perder a família, bens e vida.

A novela apaixonou extraordináriamente o jurisconsulto Rudolfo von Ihering que na famosa obra — *Der Kampf ums Recht* se coloca abertamente a favor de Miguel Kohlaas. Compara-o a Shylock, que também teve a ingenuidade de confiar na lei, até ao momento em que a catástrofe o chama à realidade das coisas, significando-lhe que um judeu da idade média é um proscrito sem direitos. O entusiasmo de Ihering é bem justificado; o destino do protagonista, profundamente trágico, as suas altas aspirações de verdade são contraditadas pelo orgulho dos grandes, pela covardia dos juízes e ainda pela fôrça das circunstâncias, pela ironia da sorte; o cidadão áustero torna-se o inimigo da sociedade, a luta pelo direito converte-se em luta contra o direito. Kleist apresenta um processo, em que como juíz imparcial apesar da simpatia pelo reu, o condena à morte. Evita propositadamente o retórico, o episódico, o decorativo, abstem-se de reflexões filosóficas; esboça em poucos traços o meio; todo o interêsse se concentra na acção, no drama, no conflito, pois reconhece ajuizadamente que a novela se aproxima mais que o romance do género dramático.

Como nenhum outro autor, domina a economia artística, sabe circunscrever o assunto, sem excrescências

desnecessárias, para mais facilmente o esgotar. As suas creações são organismos vivos, evita as narrativas minuciosas; com uma simples frase, um gesto, define o carácter do indivíduo. Possui a objectividade de um grande épico. O seu estilo nada tem de comum com o dos românticos, tanto pela forma, como pela idéa; não é confuso, pelo contrário de uma limpidez admirável. Não imita com Tieck o tom dos velhos livros populares alemães; evita o arcaismo e a indeterminação da forma, peculiar dos românticos, a expressão obscura e vaga. (Sobre as fontes da novela, vid. S. Rahmer — *Heinrich von Kleist als Mensch und Dichter*. Berlim. Verlag von Reimer. II Kapitel, Michael Kohlaas und seine Quellen. Pág. 236-251).

Motivo analogo ao do *Miguel Kohlaas*, desenvolve Kleist na *Marquesa do O*. Inspirou-se da seguinte anedocta, referida por Montaigne, num ensaio sobre a embriaguez: Uma mulher viuva, honesta, apareceu grávida com grande surpresa sua, pois não a acusava a consciência de ter cometido falta que a isso pudesse dar lugar. Depois de se aconselhar com o páróco, declarou estar disposta a perdoar ao desconhecido pai da criança e até a desposá-lo, se fosse pessoa do seu agrado. Então «un sien jeune valet de labourage, enhardy de cette proclamation declara l'avoir trouvée un jour de feste, ayant bien largement prins son vin, endormie si profondement prez de son foyer, et si indecemment qu'il s'en estoit pu servir sans l'esveiller: ils vivent encore mariez ensemble».

O tema não podia ser mais escabroso, mas do mesmo modo que no *Anfitrião*, o artista consegue por assim dizer desmaterializar o assunto, para fazer sobressair o problema psicológico. A marqueza de O sente tão dolorosamente a injustiça humana, como Miguel Kohllaas. As recriminações ofensivas do pai, são comparáveis aos

agravos do fidalgo e á subserviência dos juízes. A justiça que o negociante procura obter por meios violentos, consegue-a a virtuosa fidalga por si, pela confiança absoluta na sua honestidade. Isola-se do mundo; a tranquilidade de consciência dá-lhe vigor para resistir ás censuras, aparentemente justas, de que é vítima. Incapaz de convencer a família, de que está inocente, vendo-se envolvida numa intriga que não compreende, sofre em silêncio a sua dor; com uma passividade heroica, acaba por triunfar, enquanto Kohlaas sossobra, por não saber ser superior ás suas paixões, conseguindo a satisfação íntima pelo reconhecimento do dever cumprido. O orgulho da marqueza manifesta-se na resignação, com que sofre; o de Kohlaas na vingança. Uma sofre, o outro actua. A falta da fidalga é inconsciênte, a do negociante involuntaria.

Na *Verlobung in S.t Domingo,* começada provávelmente em Koenigsberg e concluida no forte de Joux, volta Kleist ao tema da família Schroffenstein. O drama desenvolve-se em volta do amor da jovem mestiça Toni e de um oficial francês; o interesse concentra-se nestas duas figuras principais que se destacam num meio, em que dominam o ódio e a traição, a desconfiança e as orgias sanguinolentas. Depois de em traços rápidos e expressivos descrever a luta feroz dos negros contra os brancos, apresenta-nos a paixão louca destes dois jovens, pertencentes a raças inimigas que se empenham em destruição mútua.

Ninguém, como o grande artista, soube descrever uma noite de núpcias com maior delicadeza. O jóvem oficial declara que o seu amor se manterá inalterável; é um misto de desejos e angustia que o obrigava á posse da mulher requestada. É de um encanto extraordinário, não despido de certa sensualidade, a scena em que o sedutor adverte a negra de que teem de separar-se, porque

já é manhã e como ela nada responda, leva-a nos braços e coloca-a no leito, retirando-se, depois de a afagar com mil carícias.

A nossa simpatia pela formosa Toni, como que redobra, ao reconhecermos que os seus sentimentos se foram modificando. De começo, odiava o estrangeiro e estava até disposta a colaborar com a mãe na sua ruina; acaba agora por ser a sua salvadora. Teodoro Körner dramatizou a novela na tragedia *Toni* que foi representada com grande agrado no teatro de Weimar.

Goethe acolheu-a com palavras de louvor e não fez a mínima alusão á obra de Kleist. E no entanto, a tragédia é muito inferior ao modêlo; resume-se a longas tiradas, no estilo de Schiller, sobre o amor e o heroismo. A animadversão de Goethe para Kleist é uma injustiça flagrante que a crítica moderna não lho perdoa.

A mendiga de Locarno é a novela, em que Kleist se aproxima mais dos românticos, pelo cunho soturno, fantástico e demoníaco que a caracteriza, sendo também de estranhar a conclusão moral, claramente expressa que Kleist em geral evitava — a crueldade do fidalgo foi a sua desgraça, o espírito da desgraçada velha aparece á meia noite no castello, como a acusadora terrível dos perversos sentimentos do seu possuidor, apavorando toda a familia. — No entanto, o estilo está longe de ser superficial, banal ou vago; é interessante a maneira como estuda o desenvolvimento progressivo da loucura, indicando as suas caracteristicas psicológicas, como a psicose do medo é acompanhada de visões e alucinações, até que o atingido num estado de excitabilidade maníaca acaba por se lançar á fogueira que ele próprio ateara. A anedocta inspirou vários dramaturgos e novelistas — Varnhagen, Hoffmann, W. Grimm, Grillparzer, Halm. Existe também uma balada popular sôbre o mesmo assunto (Cf. Rahmer, ob. cit., pág. 252-257.)

No *Exposto,* retoma Kleist mais uma vez o tema predilecto da vingança. Um honrado negociante italiano, Piacchi, recolhe por caridade um rapaz que manda educar e a quem se afeiçoa de tal modo que acaba por lhe fazer doação dos bens. Como paga, recebe a mais negra ingratidão; surpreende Nicolo — assim se chama o protegido — a violentar-lhe a esposa e quando no auge do desespêro o manda sair de casa, obtem como resposta que quem a deve abandonar é êle, pois já não lhe pertence. Louco de dor, procura conseguir que seja anulada a doação, mas por interferência da amante de Nicolo, a freira Xaviera Tartini que também tinha relações de intimidada com o bispo, é publicado um decreto, em que se nega a anulação requerida. Então, o pobre velho faz justiça por suas mãos, agarra no perverso filho adoptivo, esmaga-lhe o crâneo de encontro à parede, acabando por sufocá-lo com o decreto que lhe mete pela boca abaixo.

Kleist, como psicólogo admirável, sabe encontrar as expressões mais brutais e adequadas à violencia da paixão. Condenado à morte, Piachi não se quere reconciliar com Deus, recusa a assistência religiosa, a Santa Cumunhão, prefere ser condenado ás penas eternas, para no inferno poder continuar, exercendo a sua vingança. Morre sem absolvição, procurando justiça, ainda depois da morte.

Na novela — *Die heilige Cäcilie oder die Gewalt des Musik* — em que superficialmente se quere ver a glorificação da igreja católica, estuda o milagre da conversão de quatro irmãos, vítimas das paixões mais violentas em piedosos estáticos, acabando por simbolizar num estilo fantástico e irreal, um acontecimento terrivel e extraordinário.

No Duelo (Der Zweikampf) apresenta-nos como no Kohlaas um processo com todas as suas oposições, alternativas de justiça e injustiça, até que a verdade é descoberta por um acaso. Pela bôca de Frederico von Trote, exprime

um dos pensamentos que lhe é mais querido — o homem não deve desesperar, desde que tenha a consciência tranqüila, ainda que o ceu e a terra contra êle se conjurem.

Propositadamente reservei para o fim a análise do *Erdbeben in Chile*, cuja tradução apresento no capítulo seguinte. Com esta novela, que foi publicada em Setembro de 1807 no *Morgenblatt* de Stuttgart, atinge Kleist a mais alta perfeição no género novelístico; é de todas as composições desta categoria a mais expressiva e ao mesmo tempo, a menos complicada. Reproduz uma scena do tremor de terra do Chile, no ano de 1647. Do cataclismo, desenvolve-se o destino de dois apaixonados e no meio da catástrofe que abalou a cidade e destruiu a ordem e as leis, seguimos as peripécias de uma aventura amorosa, a separação de Josefa e Jerónimo, o seu encontro e triste morte. Como de costume, há um acontecimento funesto. Kleist trata com especial predilecção temas análogos, guerras, revoltas, abalos sísmicos, etc., para estudar a acção que êles exercem no indivíduo. O interesse concentra-se nos dois heróis, a perturbação geral é apenas o quadro em que desenvolve os caracteres. Sabe descrever magistralmente, com uma objectividade sem igual, os horrores de um tremor de terra, como se tivesse sido testemunha presencial; tem a intuição do desenrolar dos factos, em que simboliza a sua maneira de ser pessimista, a organização defeituosa do mundo e da sociedade. Se há obra que melhor nos revele o temperamento de Kleist, é esta. As scenas alegres sucedem-se aos espectáculos hediondos; o desespero alterna com a esperança; os sentimentos perversos de um põem em relêvo a abnegação dos outros. Em toda a narrativa abundam os contrastes: à intolerância religiosa do bispo e do frade dominicano contrapõe-se a bondade da abadessa; aos instintos perversos de Pedrillo, a delicadeza de D. Fernando Ormez; ao dia tormentoso sucede-se a noite mais límpida e serena;

ao desgosto de D. Elvira pela perda em condições tão trágicas do seu pequeno João, serve-lhe de lenitivo ter escapado o filho da sua amiga que adopta como seu. Apesar do tom lúgubre da narrativa, como era próprio do assunto, a impressão final modifica-se, na esperança de que Ormez e a espôsa com o seu novo filho adoptivo ainda terão dias felizes e alegres. Vê-se bem que é Kleist que fala; o autor da novela só podia ser um indivíduo solicitado por desejos contraditórios, com alternativas de entusiasmo e desânimo, ora ávido de gôzo e actividade, ora desiludido em absoluto da vida que para êle representava um terrível martírio. O propósito de Jerónimo em se suicidar, também o têve Kleist em Boulogne e só o acaso o impediu de pôr termo á existência, como faria mais tarde.

Não é conhecida a fonte de que se aproveitou Kleist. Narrativas de testemunhas oculares foram publicadas por Perrey como « Documents relatifs aux tremblements de terre au Chile », nos *Annales des sciences phisiques et naturelles,* 2.ᵉ série I. 6. p. 248 ff. Lyon et Paris, 1854. Também se costumam citar e com fundamento os artigos de Kant sôbre o terramoto de 1755 e cujo assunto resumo no capítulo IV, em que também se alude mais de uma vez aos abalos sísmicos do Chile, como o estudo que mais de perto o inspirou na composição da novela. O próprio Kant que estuda o fenómeno scientíficamente, entendia que se prestava admiravelmente a ser tratado em uma obra literária [1].

Assim a pág. 434: (Ed. da Academia de Berlim, I, 417 ff.) « Tudo o que a imaginação pode conceber de mais terrível se deve evocar para de algum modo reconstituír

[1] Muitas das considerações de Kleist mostram a influência directa do estudo de Kant, sobretudo da conclusão (Der Schluss) que vai também no Cap. IV.

o horror que os homens experimentam, quando sentem a terra agitar-se debaixo dos pés, quando tudo em volta alui e o mar agitado saindo do leito torna com as suas inundações a infelicidade completa, quando o medo da morte, o desespêro pela inteira perda dos bens terrenos e o espectáculo das maiores misérias abalam a corágem mais firme. Tal narrativa deveria ser comovente, poderia talvez pela sua acção sôbre o coração humano contribuír também para o melhorar. Deixo êste encargo a mãos mais hábeis; só descrevo aqui o trabalho da natureza».

De resto a literatura sôbre o terramoto de 1755 era vasta; a grandeza do acontecimento impressionou profundamente todo o mundo. Goethe na *Dichtung u. Wahrheit* alude a êle nos termos seguintes: «Nunca em tempo algum o demónio do terror espalhou, por ventura, por toda a terra com maior rapidez e fôrça o arrepio do medo e bem pequenino ainda ouvira muitas vezes falar do sucedido, não sendo dos menos impressionados». A propósito recorda que não faltaram considerações de almas piedosas, confortos de filósofos e exortações de pregadores.

CAPÍTULO III

O Terramoto do Chile [1]

Foi precisamente no momento do grande terramoto de 1647, em Santiago do Chile e que tantas vítimas causou que o jovem espanhol, Jerónimo de Rugera, resolvera pôr termo á existência, enforcando-se na pilastra da prisão, onde o haviam encarcerado, sob a acusação de um grande crime.

---

[1] Tradução do alemão (H. v. Kleists Werke hrg von E. Schmidt Leipzig u Wien. Bibliographisches Institut. III B. S. 295–312).

Um ano antes, um dos mais ricos fidalgos da cidade, Don Henrico Asteron, havia-o expulso de sua casa, onde estava colocado como professor, por ter conhecimento de certas intimidades com Dona Josefa, sua filha única. Depois de a advertir energicamente, mas sem resultado, de que era preciso pôr côbro imediato a tais desvarios, recolheu-se ao convento das Carmelitas de Nossa Senhora do Monte. Por um feliz acaso, conseguiu Jerónimo reatar as relações antigas e uma noite fazer do jardim do convento o teatro da sua inteira felicidade.

No dia da festa do Corpo de Deus, quando os toques jubilosos dos sinos anunciavam a procissão solene das freiras que as noviças seguiam, caia a infeliz Josefa nos degraus da catedral com as dores da maternidade. Êste acontecimento, como era de esperar, provocou extraordinário escândalo; imediatamente e sem respeito pelo seu estado, arrastaram a jovem pecadora para uma prisão, sendo-lhe desde logo instaurado, por ordem do Arcebispo, o mais rigoroso processo. Na cidade comentava-se indignadamente o sucedido e nem a intercessão da família Asteron, nem mesmo os desejos da própria abadessa, cuja afeição pela noviça se justificava pelo seu comportamento até ali irrepreensível, puderam atenuar a crueldade, com que as leis canónicas puniam desmandos dessa ordem. O mais que se poude alcançar foi que o Vice-Rei lhe comutasse a pena, substituindo a morte pelo fogo, a que fôra condenada, pela decapitação.

Nas ruas, por onde devia passar o fúnebre cortejo, não ficou uma janela por alugar; as devotas meninas da cidade que censuravam asperamente a clemência do Vice-Rei, convidaram as amigas, a assistir em fraternal convívio, ao espectáculo que a vingança divina lhes ia proporcionar.

Jerónimo que entretanto também fôra preso, quasi

perdeu a razão, ao vêr o triste desenlace, da sua irreflectiva aventura. Por mais que meditasse, não descobria meios de salvação; só lhe apareciam impedimentos insuperáveis. Como desesperado recurso, tentou limar as grades da janela, mas sendo descoberto, os rigores do cárcere redobraram de violência. Prostrou-se diante da imagem da Mãe de Deus e com fervor infindo implorou-lhe protecção, mas o dia fatídico aproximava-se e com êle a certeza desesperada de que a situação era irremediável. Ao ouvir os dobres dos sinos, arautos sinistros da próxima execução de Josefa, foi tal o seu desespêro que resolveu suicidar-se.

Na ocasião precisa, em que atava a uma escápula de ferro a corda que o havia de libertar do miserável mundo, com um fragor diabólico, quasi toda a cidade abateu, como se o firmamento se abrisse, sepultando, nas suas ruínas todos os seres viventes. Jerónimo de Rugera, louco de dor, desvairado, agarrou-se, para não cair, á pilastra que lhe devia servir de forca.

O chão vacilava-lhe debaixo dos pés, as paredes da prisão fendiam-se de alto a baixo, todo o edifício ameaçava estilhaçar-se e só o desabamento do prédio fronteiro, servindo-lhe de espeque, impediu que abrisse por completo. Trémulo, com os cabelos hirtos, mal podendo suster-se de pé, fugiu para a rua, pela abertura que o choque simultâneo das duas casas, tinha rasgado na parede fronteira da cela, onde estava. Nem sequer tivera tempo de tomar consciência da sua nova situação, quando um segundo abalo com furia devastadora, acabou por destruir as poucas casas que resistiram ao primeiro.

Através do entulho, encaminhou-se para uma das portas da cidade. A morte, porém, parecia espreitá-lo de todos os lados e como um sonâmbulo foi impelido de rua para rua, pela corrente alterosa do rio Mapocha que saindo do leito, parecia querer tragar toda a cidade.

Era um espetáculo desolador: aqui jazia sob os escombros um monte de mortos, além ainda se fazia ouvir uma voz plangente; acolá de ruínas fumegantes clamava-se socorro, mais ao longe viam-se homens e animais, lutando desesperadamente com a fôrça invencível das ondas; um denodado salvador empenhava-se em socorrer as vítimas; outro pálido, como a morte, estendia as mãos trémulas para o ceu, na convicção da inutilidade dos seus esforços.

Jerónimo conseguiu fugir do mundo sinistro que o cercava e alcançar a colina para além da cidade, mas extenuado de cansaço e comoção, caiu por terra sem sentidos, assim permanecendo um quarto de hora. Ao voltar a si, como se despertasse de um mau pesadelo, sentiu indizivel bem-estar. Parecia que um vento do ocidente, soprando do mar, dissipara o passado e prazenteiro espraiava o olhar em todas as direcções, pela vicejante região de Santiago. Mas a multidão confusa que se espalhava pelos campos, angustiava-lhe a alma, sem compreender contudo, por que se tinha encaminhado para ali. Só quando avistou de novo a cidade destruida, evocou o terrivel momento que tinha vivido; para agradecer a Deus o milagre da existência, abaixou-se tanto que tocou com a fronte no chão, chorando de prazer, por lhe ser dado gozar a deliciosa vida que lhe proporcionava aspectos tão variados.

Reparando na aliança que tinha no dedo, recordou-se subitamente de Josefa e do fatal suplício que ia sofrer, quando se deu o sinistro. Profunda melancolia voltou a conturbar-lhe o espírito e quasi se arrependeu da prece agradecida que dirigira ao terrivel ser que governa sobre as nuvens. Confundindo-se com o povo que atarefado em salvar alguns haveres se precipitava em turbilhão para fora da cidade, timido arriscou-se a preguntar pela filha de Asteron e se a execução sempre fôra levada

a efeito, mas ninguem poude dar-lhe informações circunstanciadas. No entanto, uma mulher que levava aos ombros um fardo enorme e ainda ao colo duas crianças, afiançou como se tivesse sido testemunha dos factos que sim, que tinha sido decapitada.

Jerónimo, perplexo, sem saber o que devia fazer, sentou-se numa floresta isolada, abandonando-se inteiramente à sua dor. Desejaria agora que a destruidora fôrça da natureza fizesse sentir sobre êle os seus malefícios, não compreendia porque fugira á morte que se lhe mostrava neste momento como a única salvadora. Firmemente se dispoz a não arredar pé, esperando que os carvalhos poderosos se dezenraizassem e o sepultassem sob as suas pesadas copas.

Depois de muito chorar, voltou a ter esperanças.

¡ Quem sabe se a informação seria falsa! Percorreu minuciosamente a montanha, parou em todos os atalhos, em que a corrente humana se movia ainda; onde via um vestido de mulher, flutuando ao vento, para lá dirigia os trémulos passos.

A amada filha de Asteron não se via, porém, em parte alguma.

O sol declinava já para o ocaso e com êle a sua esperança, quando da borda de um rochedo descortina um largo vale freqüentado por poucas pessoas. Irresoluto, anda por meio de todos os grupos e ia já retirar-se, quando de súbito, junto á fonte que manava do desfiladeiro, avistou uma mulher ainda nova, ocupada em lavar uma criança.

O coração começou a pulsar-lhe vivamente; cheio de anciedade saltou por cima das pedras, gritando: «Oh! Santa Mãe de Deus!» Reconheceu Josefa que sobressaltada com o ruido, olhava receosa em volta.

¡ Com que felicidade se abraçaram os infelizes que um milagre do ceu tinha salvo! Soube então que Josefa já estava muito perto do cadafalso, quando ao estrondoso

desabar dos edifícios, o fúnebre cortejo se destroçou. Os seus primeiros passos levaram-na á porta mais próxima da cidade; contudo desde logo mudou de intensão, apressando-se para o convento, onde deixara o filhito. Encontrou-o em chamas; a abadessa que solenemente lhe prometera velar pela criança aflita, pedia socorro. Intrépida, abriu caminho através das ondas de fumo que só por milagre a não sufocavam e avançando pelos escombros, como se os anjos do céu a protegessem, conseguiu trazer o fruto querido das suas entranhas para a rua, são e salvo. Ia mesmo desfazer-se nos braços da abadessa em expansões de afecto, quando o tecto desabou sôbre a cabeça da infeliz prelada que com quási todas as freiras sofreu a morte mais horrorosa.

Perante esta scena de pavôr, foge como louca, com receio de perder o ente que o céu acabava de lhe restituir. Logo, ao sair do convento, depara com o cadáver do arcebispo que naquele momento tinham removido do entulho da catedral; o palácio do vice-Rei também se desfizera em ruínas; o palácio da Justiça, onde fôra pronunciada a sentença, era pasto das chamas destruidoras; o local da casa paterna estava convertido num grande lago, donde saía fumo avermelhado. Reconciliando todas as forças, caminhou corajosa, de rua, em rua e já quási fóra da cidade viu aluída a prisão maldita, em que Jerónimo esperava destino igual ao seu. Conturbada, por pouco que não perde a razão, mas o terror dava-lhe novas energias; beijou a creança, conteve os soluços, conseguindo alhear-se por completo do que se passava. Vendo-se em liberdade, ponderou para consigo, pela experiência própria que nem toda a população que habitava em casas destruídas, fôra esmagada sob os seus escombros. No atalho vezinho, esperou resignada que lhe aparecesse quem depois do pequeno Felipe era o ente que mais estimava na vida. Não vendo ninguém, poz-se novamente a andar e banhada

em lágrimas, dirigiu-se para um escuro vale, sombreado pelos pinhaes, para orar pela alma do seu apaixonado. Foi a boa sina que a encaminhou; lá estava Jerónimo, a quem contou tudo o que se passara. Êste pegou na criança que olhava desconfiada e acarinhou-a com os desvelos de que só é capaz um pai estremoso.

Entretanto, a noite mostrava-se límpida e serena, cheia de suaves aromas, com um brilho argênteo, que só parecia existir na imaginação dos poetas. Por toda a parte, à luz do luar, a multidão preparava brandos leitos de musgo e folhagem, para repousar das fadigas tormentosas do dia. Os desgraçados continuavam ainda seus lamentos: este, por que perdera a casa, aquêle a mulher e o filho, um terceiro por que perdera tudo.

Para não aumentarem, com o secreto júbilo das suas almas, o desgosto dos outros, Jerónimo e Josefa ocultaram-se numa espessa mata, em que podiam dar largas á sua felicidade. Josefa com o filho nos braços descansava no colo de Jerónimo que estava sentado no tronco de uma romanzeira que desdobrava os esguios ramos, carregados de deliciosos frutos. O rouxinol fazia ouvir gorgeios voluptuosos. Já a lua ia empalidecendo aos primeiros rubores de aurora e ainda não haviam adormecido. Tinham muito que contar: do jardim, do convento, da prisão e do que haviam sofrido um pelo outro. Comoveram-se intimamente, ao pensar que a sua felicidade tivera origem num cataclismo tremendo. Ficou assente que, melhorando a situação, Josefa iria para La Concepcion, onde tinha uma amiga dedicada e de lá embarcaria para Espanha, onde viviam os parentes maternos de Jerónimo. Por fim, entre muitos beijos adormeceram.

Ao despertarem, já o sol se elevava no horizonte; ao pé, várias famílias ocupavam-se a cozinhar um pequeno almoço; Jerónimo pensa também em arranjar de qualquer modo alimento para si e para os seus, quando um

jovem bem vestido com uma criança ao colo, aproximando-se de Josefa, lhe preguntou a medo se se prestaria por esmola a dar o peito àquele pobre menino que não mamara há muito e cuja mãe ferida se contorcia com dores, debaixo das árvores. Josefa não deu resposta, ficou confusa por reconhecer a pessoa que se lhe dirigia, mas vendo que o seu retraimento fôra mal interpretado, acrescentou: «não acedi desde logo aos seus desejos por outra razão; não foi por falta de caridade; em tempos calamitosos, ninguem se recusa a repartir aquilo que por ventura possua».

Acarinhou a criança, dando-lhe o peito que ela sugou com sofreguidão.

D. Fernando muito grato convidou-os a juntar-se ao grupo e a servir-se de alguma coisa que puderam arranjar. Aceitaram e foram recebidos da maneira mais atenciosa pelas duas cunhadas de D. Fernando que Josefa sempre teve na melhor conta. A mãe da criança, D. Elvira, que estava muito ferida nos pés, tendo de se conservar por isso deitada, passou Josefa para junto de si com muito carinho. Também o sogro de D. Fernando, D. Pedro que estava ferido no ombro, lhe acenou afavelmente com a cabeça.

Pensamentos extraordinários agitavam o espírito dos dois amantes. Tratados com tanta bondade, não sabiam que pensar do sucedido, do lugar do suplício, da prisão e dos sinos. ¿Teriam sido apenas vítimas de algum pesadelo mau? Parecia que a terrível catástrofe que as abalara intimamente, tinha reconciliado todas as almas, fazendo-lhes esquecer por completo o passado. Só D. Isabel que uma amiga convidara a assistir ao espectáculo que se devia realizar na manhã seguinte, mas que declinara o convite, demorava sôbre Josefa os seus olhares pensativos. As narrativas dos acontecimentos sucediam-se, chamando à triste realidade os que dela andavam alheados.

Contava-se que depois do primeiro grande abalo, as ruas estavam pejadas de mulheres, muitas das quais davam à luz na presença dos homens, que os monjes, de crucifixo na mão, acorriam em todas as direcções, que a um guarda que por ordem do Vice-Rei queria fazer evacuar uma igreja, tinham respondido: «já não há Vice-Rei no Chile», que este no meio de enorme confusão se vira forçado a mandar levantar fôrcas para impedir os roubos e que um desgraçado que se salvara por detrás de uma casa em chamas, fôra por engano apanhado pelo proprietário e imediatamente enforcado, apesar dos seus protestos de inocência.

Dona Elvira, cujo estado inspirava a Josefa profunda compaixão, num momento em que as conversas se tornavam mais animadas, informou-se do que se passara nesse dia terrível. Josefa relatou-lhe por alto a sua desgraçada vida e com prazer viu que a interlocutora se comovia até às lágrimas e de tal modo que lhe fez sinal para não continuar. Julgou-se transportada ao reino da bemaventurança e quasi agradecia a Deus a desgraça que se dera, pois só ela lhe poderia proporcionar a liberdade feliz, de que gozava. Com efeito, no meio destes horríveis transes, em que os bens mundanos desapareciam e toda a natureza ameaçava ser destruida, o espiríto humano desabrochava por assim dizer com mais viço e liberdade. Pelos campos, até onde a vista humana podia alcançar, pessoas de todas as condições jaziam indistintamente ao lado umas das outras; príncepes e mendigos, senhoras e camponeses, empregados públicos e jornaleiros, frades e freiras, todos compartilhavam das desgraças comuns, auxiliavam-se mútuamente, mostravam prazer em repartir o pouco que salvaram, como se a desgraça geral convertesse numa família unica todos os que tinham escapado. As conversas fúteis, em que noutros tempos se compraziam à hora do chá, cediam

o lugar à exposição de feitos sublimes; criaturas pouco consideradas na sociedade tinham mostrado uma grandeza romana, dado exemplos de intrepidez, do desprendimento mais completo do perigo, de abnegação e sublime sacrifício da vida, como se ela fosse qualquer bem que perdido se pudesse rehaver. Não havia ninguém neste dia que não tivesse experimentado qualquer coisa de tocante ou praticado qualquer acto grandioso; em cada peito humano a dor confundia-se de tal modo com o prazer que teria de se admitir que a soma do bem-estar geral aumentara tanto de um lado quanto decrescera do outro.

Depois de se entregarem silenciosos a profundas meditações, Jerónimo levou Josefa pelo braço a gozar o fresco das sombrias folhagens do romeiral proximo. Como as circunstâncias tinham mudado por completo, desistia agora de embarcar para a Europa, apelaria ainda para a generosidade do Vice-Rei e talvez pudesse ficar no Chile. Josefa replicou que também não perdera a esperança de se reconciliar com seu pai, cujo destino todavia ignorava. Aconselhava-o por isso a ir para La Concepcion e a dirigir-se por escrito ao Vice-Rei e se as coisas se encaminhassem bem, fácilmente poderiam voltar a Santiago. Depois de uma curta reflexão, Jerónimo aplaudiu a prudência do expediente, deu ainda algum tempo vôo a alegres devaneios sôbre o futuro, voltando a reunir-se à família de D. Fernando.

Ao cair da tarde, já o espírito dos fugitivos se havia acalmado, porque felizmente não se repetiram os abalos.

Entrementes, espalha-se a notícia que na egreja dominicana, a unica que o terramoto poupara, ía ser celebrada pelo prelado do convento missa solene para implorar do céu a não repetição de ulteriores desgraças. A multidão corria apressada para o templo; D. Fernando e os seus estavam indecisos, sôbre se devia ou não assistir à sole-

nidade. D. Izabel lembrava que não faltariam festas em acção de graças e então poderiam com mais tranqüilidade mostrar a Deus o seu reconhecimento. Josefa objectou: «era precisamente agora que o creador fazia compreender aos homens o seu alto poder, que todos se deviam prostrar no pó, pedindo clemência». Elvira partilhou a opinião de Josefa, em vista do que abandonaram os seus lugares. Como D. Izabel perante os preparativos da partida se mostrasse cada vez mais apreensiva, D. Elvira tranqùiliza-a, dizendo-lhe que podia ficar com ela e com o pai que também estava ferido.

«Então, fará favor, replicou Josefa, dirigindo-se à sua amiga, de tomar conta deste amorzinho que não me larga». «Com todo o gôsto», respondeu, pegando na criança que começou a chorar, por se ver longe da sua salvadora.

Josefa, comovida com a gratidão do pequeno, afogou-lhe as máguas com muitos beijos. D. Fernando que se mostrava muito sensibilizado por tantas provas de estima, ofereceu-lhe o braço. Jerónimo que levava o pequeno Felipe, ía ao lado de D. Constança e atrás os outros membros da família.

Poderia ter andado talvez uns cincoenta passos, quando D. Izabel que confidencialmente falara com D. Elvira, chamou de parte D. Fernando, segredando-lhe ao ouvido qualquer coisa que o fez ruborizar, respondendo contrafeito: «que estivesse tranqùila, que não havia de ser nada».

Ao chegarem à igreja dominicana, já o orgão fazia ouvir os seus tocantes acordes; o povo enchia por completo o templo, estendendo-se pelo adro e nas paredes viam-se pendurados verdadeiros cachos humanos sobretudo de rapazes, de olhar esgazeado com o barrete na mão. Os lampeões espalhavam em volta uma luz mortiça, das pilastras desprendiam-se sombras misteriosas;

a grande rosácea feita de vitrais coloridos, lá ao fundo da igreja, deixava ver o sol poente que a iluminava.

Por momentos, calara-se o orgão e o mais profundo silêncio dominava na assemblea, como se fosse constituida de gente muda. Nunca o fervor cristão se manifestara tão vivamente, como na catedral de Santiago; em nenhum peito humano ardera a chama da fé com mais intensidade do que no de Jerónimo e de Josefa.

A solenidade começou com um sermão proferido por um dos frades mais velhos da ordem.

Erguendo para o céu as mãos trémulas que a sobrepeliz quasi cobria, começou por entoar louvores a Deus, por ter permitido que nesta desditosa terra, depois de tal desastre, ainda houvesse homens para dirigir ao Creador as suas preces. Referiu o que se passara pela vontade do omnipotente, pintou em cores terríveis o que seria o dia de juizo, de que o terramoto da vespera fôra um simples precursor. A seguir, discreteou eloqùentemente sobre a corrupção dos costumes da cidade que pelos seus crimes abomináveis merecia o mesmo destino que Sodoma e Gomorra, atribuindo à misericordia divina não terem sido de todo exterminados pelos cataclismo; descreveu minuciosamente o crime cometido no jardim do convento das carmelitas, classificou de ímpia a indulgência que houvera para com os seus autores e numa imprecação furiosa votou às potestades infernais as almas dos criminosos, cujos nomes malditos proferiu do pulpito abaixo.

D. Constança chamou aflita por D. Fernando que em segrêdo lhe recomendou prudência e presença de espírito, a ver se conseguiam sair da igreja.

Contudo, quasi a seguir ás palavras do frade, esturgia pela catedral a voz possante de alguêm que gritava: «¡afastai-vos, burgueses de Santiago; estão dentro do templo êsses dois ímpios!».

No meio de grande sussurro, uma voz preguntava: onde? ao que um terceiro respondeu *aqui*, ao mesmo tempo que numa perversidade diabólica arrastava Josefa pelos cabelos que teria caido desamparada, se D. Fernando não tivesse vindo em seu auxílio, a gritar: «Estais doidos, não me conheceis? eu sou D. Fernando Ormez, filho do comandante da cidade». Um sapateiro, mestre Pedrillo, que conhecia a filha de Asteron tão bem como os seus pequenos pés, dirigindo-se-lhe com insolente arrogância, intimou-a a declarar quem era o paï da criança que tinha ao colo.

Josefa, forçada pelas circunstâncias, declarou que o pequeno não lhe pertencia; era filho de D. Fernando. O sapateiro não se desconcertou e com vários assistentes gritava, como um possesso: «¡Quem conhecer Jerónimo Rugera, adiante-se!».

Como o pequeno João, assustado com o barulho, se soltasse dos braços de Josefa para o de D. Fernando, tomaram-no por Jerónimo, a quem cobriram dos maiores impropérios, preparando-se desde logo para fazer justiça por suas próprias mãos. Rugera, adiantando-se, explicou: «Quem procurais, sou eu; soltai esse homem que está inocente!».

Um oficial de marinha de um pôsto mais elevado, acercou-se de D. Fernando, informando-se do que se passara, ao que êle com uma coragem, verdadeiramente de espantar, replicou: «Veja! D. Afonso, os assassinos; estaria perdido por completo, se êste digno cavalheiro para me salvar, se não tivesse feito passar por Jerónimo de Rugera. Para sua segurança e desta jovem senhora, detenha-os a ambos e também êste infame Pedrillo que provocou todo o tumulto!».

Pedrillo não perdeu a presença de espírito, exclamando: «Senhor Dom Afonso Onoreja, tenha a bondade me dizer, se esta menina não é Josefa Asteron?» E como D. Afonso hesitasse na resposta, pois conhecia

Josefa muito bem, de novo o populacho encolerizado, berrava: «¡É ela, é ela, matem-na, matem-na!»

Josefa pôs nos braços de D. Fernando as duas crianças Felipe e João e pediu-lhe insistentemente para se retirar, abandonando-a ao seu destino. Fernando preferia sofrer egual sorte a abandonar quem lhe fôra tão dedicada; ofereceu-lhe o braço e resoluto abriu caminho. Já quási se julgavam salvos, quando no adro da igreja também apinhado de gente, um homem enraivecido se destacou da multidão e avançando para Jerónimo, ao mesmo tempo que o prostrava com uma enorme pancada na cabeça, gritava: «¡Este é Jerónimo de Rugera, conheço-o bem, porque sou seu pai!». Dona Constança, aflita fugiu para junto do cunhado, mas de toda a parte a injuriavam, chamando-lhe rameira de convento, devassa, desbragada. A malta sanguinária caíu sôbre a infeliz, dando-lhe morte instantânea.

D. Fernando, ao vêr o cadáver de Constança que fôra assassinada por engano, colérico brandiu a espada, com que teria trespassado o fanático assassino, se êle ligeiro não tivera fugido ao furioso golpe.

Josefa, reconhecendo que não era possível dominar os desmandos da população, recomendava a D. Fernando que ao menos se salvasse com as crianças e voluntáriamente arremessou-se para o meio da turba.

Mestre Pedrillo, ávido de sangue, abateu-a logo com uma enorme maça que lhe despediu à cabeça, e ainda não satisfeito exigiu que lhe entregássem o bastardo, para lhe fazer o mesmo. D. Fernando, com as costas apoiadas à igreja, defendeu-se valorosamente, cometendo verdadeiros prodígios e assim conseguiu abater sete assassinos e ferir o chefe da quadrilha. Não poude evitar, no entanto, que o feroz algoz lhe arrebatasse uma das crianças e que depois de a sacudir violentamente, a despedaçasse de encontro a uma coluna do templo.

O desgraçado pai, numa expressão de indizivel dôr, implorava o socorro divino. O oficial de marinha que estava ao pé, justificava a sua inacção pela fôrça das circunstâncias, dirigindo-lhe palavras de confôrto. Os dois, já noite escura, transportaram os cadáveres para casa de D. Afonso em que D. Fernando passou a noite vertendo lágrimas angustiosas. Só mais tarde informou a esposa de todos os pormenores da desgraça; causava-lhe sérias apreensões o seu estado de saúde e também que o seu procedimento fosse apreciado com menos justiça. A infeliz senhora chorou em silêncio a sua grande dôr, consolando-se ao menos, por ter Felipe em substituição do seu João.

No meio de tantos infortúnios, ao menos essa circunstância, quási parecia dar-lhes motivo para se alegrarem.

CAPÍTULO IV

Àcêrca das causas dos tremores de terra, a propósito da desgraça que atingiu os países ocidentais da Europa pelos fins do ano passado [1]

Grandes acontecimentos que dizem respeito ao destino dos homens, causam com razão aquela louvável curiosidade que desperta tudo o que é extraordinário e nos leva a investigar as suas causas. Ao naturalista compete por atenção para com o público dar conta das opiniões que lhe possam provocar o interêsse e o amor do estudo. Por mim, desisto da honra de satisfazer êste dever por completo, deixo-o àquele que por ventura apareça, podendo vangloriar-se de ter investigado profundamente o interior

[1] Immanuel Kant's Sämtliche Werke in sechs Bänden. II^er B., Leipzig, 1912. Im Inselverlag., pág. 469-531.

da terra. As minhas considerações são simplesmente um plano ou, para me explicar melhor, conteem tudo o que até hoje se pode afirmar do assunto com verosemelhança, mas não o bastante, para contentar a crítica rigorosa que tudo examina, à pedra de toque da certeza matemática. Habitamos tranqùilamente sôbre um solo que com freqüência é abalado nas suas bases; edificamos descuidados sôbre abóbadas, cujas pilastras de tempos a tempos vacilam e ameaçam ruina. Despreocupados com o nosso destino que talvez não venha longe, compadecemo-nos, mais do que tememos, ao termos conhecimento da destruição que grandes cataclismos que se nos ocultam debaixo dos pés, exercem em terras próximas. É, sem dúvida, um benefício da providência não sermos acometidos pelo receio, desde que não podemos impedir com a nossa inquietação que só servia para aumentar o sofrimento, pelo pavor do que sucedesse, o que reconhecemos como possível.

Referindo-se em seguida ás causas dos terramotos, Kant começa por observar que o solo, sôbre que vivemos, é oco, constituido por vastas abóbadas que correm ao longo da terra até debaixo do mar. Teem essas imensas cavernas a direcção das grandes montanhas e por uma conexão natural, a dos grandes rios, pois estes ocupam geralmente vales que de ambos os lados são delimitados por cordilheiras paralelas. É também justamente esta a direcção que os terramotos seguem, como já se tem observado. Assim, segundo *Gentil*, quando uma cidade é abalada no seu comprimento por um sismo que toma essa direcção, quasi todas as casas aluem, enquanto se for no sentido da largura, só poucas abatem.' O facto explica-se bem : Se os edifícios se encontram na direcção em que a cidade sofre o choque, ao perderem a posição vertical, teem de suportar não apenas o proprio peso, como o das construções contíguas, o que infalivelmente os derruba, ao passo que se for abalada no sentido da lar-

gura, cada casa só tem de manter o equilíbrio próprio, de modo que em circunstâncias idênticas, na segunda hipótese, o mal deve ser menor.

Assim observa Kant: «a infelicidade de Lisboa foi acrescida pela posição que ocupa ao longo da margem do Tejo». E acrescenta que os homens, para de algum modo resistirem à força destruidora da natureza, deviam quando fosse conhecida a direcção dos terramotos, não construir as cidades no mesmo sentido, mas como o medo os priva da reflexão, julgam que a causa de tais desgraças contra as quais se deviam acautelar, é outra, sujeitando-se cegamente à dureza do destino, confiados na graça divina.

Seguindo os terramotos a direcção das altas montanhas, devem ser principalmente atingidas as terras circunvizinhas, sobretudo as que estão envolvidas por massiços montanhosos, pois assim o abalo combina-se dos dois lados. É o que explica a freqüência dos sismos no Perú e no Chile, onde, como precaução, nas casas de dois andares, construem o superior de junco ou madeira leve. A razão, por que os terramotos tomam essa direcção, é esta: sendo devidos a reacções químicas que se dão no seio da terra, como as cavernas são mais extensas nas regiões montanhosas, é ali mais livre a expansão dos vapores inflamáveis e também o contacto com o ar contido nas zonas subterrâneas, indispensável à inflamação. Além disso, como as camadas de terra nas montanhas são mais altas do que largas, oferecem menor resistência. As regiões de planície são pois as que menos teem a recear. Os tremores de terra são provocados por inflamações subterrâneas, pela acção das águas que se infiltram da superfície ou pela explosão de matérias inflamáveis por si, originada na expansão súbita de massas subterrâneas de vapor que, procurando dilatar-se, irrompem pelas crateras dos vulcões. Assim uma região, onde os vulcões estejam em plena actividade, está livre destas catástrofes

violentas; em Napoles, por exemplo, os tremores de terra foram mais terríveis e freqùentes, quando o Vesúvio se apresentava como um vulcão extinto.

«Deste modo, é muitas vezes um benefício o que nos aterroriza e um vulcão que se abrisse nas montanhas de Portugal, poderia ser indício de que a infelicidade pouco a pouco se afastava».

Uma circunstância notável do terramoto de 1 de Novembro de 1755 foi a agitação das águas que se fez sentir mesmo em costas muito afastadas de Portugal.

Sabe-se que as convulsões subterrâneas se repercutem até ao fundo do mar. O facto interessante é que essa agitação se notou em sítios que não sofreram o abalo. Houve quem explicasse o fenómeno como resultado do choque que o mar recebeu nas costas de Portugal, mas observa Kant que se deveriam ter levantado no litoral português ondas mais altas que as maiores montanhas, para a ondulação ser percéptivel nas costas de Holstein e da Dinamarca, e interpreta o facto por uma súbita e violenta pressão que o oceano recebeu desde o Cabo de S. Vicente até Finisterra e que o empurrou como um corpo sólido, sem lhe deixar tempo a fugir-lhe por uma ondulação e a propagar os seus movimentos gradualmente. A água comunicou a pressão ás massas vizinhas com a mesma violência e impetuosidade. Nas costas do Holstein, muito mais distante do suposto centro do terramoto que as portuguesas, o movimento, conquanto mais fraco, é ainda grande bastante, para se poder comparar à força de uma corrente muito rápida.

Também é digna de registo a agitação que se percebeu nas águas dos lagos que não mostram comunicação visível com o mar, como em Templin, na Noruega.

Isto parece confirmar a hipótese que os mares interiores comunicam com o oceano, sendo compensados da água que perdem, através dos canais subterraneos, pelas

correntes que lá vão desaguar, mas também é possivel que o fenómeno tenha outras causas. É sempre difícil nestes casos pronunciar um juízo definitivo; a natureza só pouco a pouco descobre os seus segredos. Por fim, Kant refere a correlação entre os abalos sísmicos e as alterações atmosféricas, salientando principalmente a côr avermelhada do céu, caraterística nessas ocasiões e aludindo também ao terror de que se encontram possuidos todos os animais, quando a terra é sacudida nos seus fundamentos.

A este segue-se um novo estudo dedicado à história e descrição dos factos mais interessantes dos terramotos do fim de 1755. Começa Kant:

«Não foi inutilmente que a natureza espalhou por toda a parte um tesouro de raridades que constituem um motivo de reflexão e admiração. O homem tem a capacidade e o desejo de travar conhecimento com o solo, louvando o creador pela sua inteligência. Mesmo os terríveis cataclismos que afligem o género humano, os tremores de terra, as tempestades marítimas, os vulcões convidam o homem à meditação e são tanto uma justa consequência de leis fixas como outras perturbações que já temos por naturais, por estarmos mais habituados a elas. A observação de acidentes tão terríveis é instrutiva: humilha o homem, por isso que lhe faz ver que não tem nenhum direito, ou pelo menos que o perdeu, a esperar das leis da natureza, estabelecidas por Deus, claras e cómodas consequências, aprendendo talvez deste modo a compreender que este mundo, onde se desencadeiam as suas paixões, não foi creado, para lhe satisfazer os interesses.

Referindo-se ao interior da terra, nota Kant que há sob os nossos pés um mundo desconhecido. As maiores profundidades, a que o homem conseguiu descer, são mínimas, comparadas com a distância ao centro da terra. Pelos fenómenos da natureza, conhecemos, porém, muitas coisas que ela nos oculta. Assim os terramotos

mostram que a terra é cheia de abóbadas e grutas, que por toda a parte há minas ocultas com extensas galerias. Polos fósseis existentes nas mais altas montanhas, sabe-se que o mar cobriu outrora toda a terra e que a sua permanência foi longa. Aqui e além a terra abateu, formando profundas bacias, para onde as águas correram e ainda hoje se encontram. As regiões mais elevadas desta crosta abatida ficaram sendo a terra firme, em toda a parte minada por cavernas, constituindo as zonas mais elevadas as montanhas.

Há em todas as cavernas, matéria inflamável que necessita apenas de um pequeno estímulo, para entrar em actividade e abalar o solo acima de si ou fendê-lo por completo. Estende-se êste fogo subterrâneo a toda a parte e poucas terras existem que lhe não tenham sentido os efeitos. Até a Islandia, a Inglaterra e a Suecia teem sido abaladas, mas as terras que mais sofrem, são as do sul, sobretudo as próximas do Equador. A Itália e as ilhas de todos os mares, principalmente as do oceano Índico, são abaladas com muita freqùência.

Entre estas últimas, quási não há uma que não tenha presentemente ou tivesse tido um vulcão em actividade. No Perú e no Chile, quási se não passa um dia que se não constate um ligeiro abalo.

O serem as terras equatoriaes as mais sujeitas aos tremores de terra não se deve atribuir à acção aí mais intensa do calor do sol. Numa adega que mal tem quarenta pés de profundidade, quási se não sente diferença entre o verão e o inverno, do mesmo modo o calor solar não pode atravessar a crosta a grandes profundidades, para ir provocar a explosão da matéria inflamável. A explicação está em que nas regiões equatoriaes as cavernas são mais vastas e portanto mais próprias para as reacções subterrâneas.

A seguir, ocupa-se Kant própriamente da história do

terramoto que destruiu Lisbôa. Considera como prelúdio da inflamação, que ocasionou a grande catástrofe, o fenómeno atmosférico observado em Lugano, no dia 14 de Outubro de 1755. Espalhou-se na atmosfera um vapor quente, como se saísse de um fogão que em duas horas se converteu num nevoeiro vermelho que para a tarde se desfez em chuva côr de sangue, deixando na terra um resíduo avermelhado e gelatinoso. A neve apareceu também colorida de vermelho. Esta chuva manteve-se durante quarenta horas, mostrou-se até na Suabia, seguíndo-se intensos chuveiros que não era hábito haver. Duraram pouco mais de quinze dias, embora nem sempre com a mesma violência. Os rios que tinham as suas nascentes nas montanhas da Suiça, alterosos inundaram as margens; sucederam-se terríveis furacões, conservando-se por muito tempo ainda esta desordem atmosférica. A causa do fenómeno atribui-a Kant aos resultados das reacções que se iam operando nas cavernas, sob as montanhas suiças. Dêste modo, se anunciou a desgraça que se daria dentro de pouco. A inflamação subterranea ía-se estendendo lentamente fortalecida pelo encontro com qualquer oleo inflamável, até que rompeu em fogo e abalou a terra.

Sôbre o terramoto de 1755, marca-o, como tendo-se dado em Lisboa, ás 9 horas e 50 minutos de manhã e acompanhado da simultânea agitação das águas. Da Finlandia ao Arquipélago das Índias ocidentais, poucas, ou nenhumas costas deixaram de a sentir, quási ao mesmo tempo, numa extensão de 1500 milhas.

Até as águas, sem ligação visível com o mar, foram agitadas mais violentamente que por uma tempestade. O lago de Neuchâtel desviou-se para abismos ocultos; com o de Meiningen passou-se o mesmo, mas voltou depressa ao leito natural. Facto análogo se deu com as águas minerais de Töplitz na Boémia que desaparecidas

por um instante, voltaram com as propriedades mais enérgicas. E a propósito observa Kant:

«Os habitantes desta cidade podiam bem cantar o *Te Deum Laudamus*, enquanto os de Lisboa soltavam exclamações muito diferentes. Assim são feitos os acontecimentos que dizem respeito ao género humano. A alegria de uns e a infelicidade dos outros teem muitas vezes causa semelhante».

Relata ainda factos notáveis de fontes que desapareceram, de outras que voltaram coloridas de vermelho ou brotaram do solo, de terramotos que se fizeram sentir em lugares diferentes, ao mesmo tempo que aquele que devastara as costas portuguesas. Deram-se todos perto do mar.

Outro facto interessante é que na mesma manhã, pelas 8 horas, o Vesúvio esteve agitado e sossegou depois durante todo o tempo, que em Portugal se deu o tremor de terra. Em capítulo especial, fez largas considerações sôbre a causa da agitação das águas. Não mencionando a história outro fenómeno semelhante, pondera Kant que é necessário o máximo cuidado, ao procurar por um caso único explicar as suas causas. Poderia ser êsse movimento causado por um forte abalo, produzido no fundo do mar em todas as regiões em que se sentiu, o que significaria que a inflamação subterrânea que provocou a catástrofe, se teria estendido a todas elas, mas nesse caso também a terra próxima deveria ter sentido os seus efeitos, o que não sucedeu, tendo, por isso, de se pôr de parte tal hipótese. Também admitir que um tremor de terra semelhante a uma mina de pólvora que explodisse, sacudiu a terra em volta, não é razoável, dada a extraordinária extensão do movimento das águas.

É mais natural explicar o fenómeno por um forte choque que o mar tivesse recebido num quadrado, cujo lado fosse igual à distancia que vai do cabo de S. Vicente ao de Finisterra e que se repercurtisse com fôrça

extraordinária. A carga espantosa, com que a imensa altura de água pesa sôbre o fundo do mar, não seria capaz de deter a fôrça muito maior do abalo subterrâneo. Deveria, pois, ser enorme a pressão que impeliu a água, não sendo de admirar que se sentisse ao mesmo tempo na Finlandia e nas Índias ocidentais. De mais, acrescenta Kant, a área do sismo, poderia na realidade ter sido maior do que se supõe. A influência primacial do choque das águas não exclui a expansão sob toda a terra do fogo subterrâneo que contribuira também para os abalos que ocorreram, produzindo uma ligeira oscilação pouco perceptível na terra firme, mas bastante grande na massa líquida, o que torna compreensível a agitação dos mares interiores. Kant explica o desaparecimento de lagos, como o de Neuchâtel, o de Como e o de Meiningen, alguns dos quaes voltaram a recuperar as águas, pelo seguinte: com a inflamação subterrânea, o ar é expulso das nascentes lacustres e a água é absorvida como que por uma poderosa bomba aspirante, voltando ao seu lugar, depois de restabelecido o equilíbrio do ar. O mesmo se deu com alguma fontes.

Eis os actos mais notáveis do terramoto de 1 de Setembro de 1755. Atribui Kant os sismos que se sentiram nos litorais, á pressão extraordináriamente grande da água. Outro facto interessante foi tanto o Tejo como o mar terem inundado as regiões vizinhas, ora subindo a grande altura, ora descendo mais do que a maior baixa mar, destruindo a inundação de Setubal tudo o que o terramoto tinha poupado.

Nos três capítulos seguintes fala dos terramotos de 18 de Novembro, 9 e 26 de Dezembro do mesmo ano de 1755 e depois refere-se aos intervalos com que os abalos se sucederam [1]. Ao dar-se a violenta reacção que

[1] Depois do terramoto de 1 de Novembro sentiram-se fortes abalos

os produz, todo o ar contido nas cavernas, é expulso e arrastando consigo as partículas ígneas dêsse fogo subterrâneo, vai irromper pelas crateras dos vulcões. O fogo extingue-se com a expulsão do ar que voltando a ocupar de novo os lugares, donde saira, provoca novas reacções. É nestes intervalos que cessam as convulsões sísmicas. Pode-se admitir que o ar muito mais denso no interior da terra que à superfície, sopra com violência extraordinária, e talvez que a ligeira oscilação da superfície terrestre no dia de todos os Santos de 1755, fosse em parte devida a essa furiosa tempestade subterrânea, maior que a dos mais enérgicos tufões.

Segue-se outro capítulo — Acerca do foco da inflamação subterrânea e dos lugares sujeitos aos mais funestos terramotos. O foco marca-o Kant no fundo do mar, do que há claros indícios, pois é sempre aí que se dão os terramotos mais terríveis, como o provam, entre muitos outros factos, ilhas que teem surgido sôbre as águas e outras que teem desaparecido. Os lugares que sofrem mais freqüentemente perigosos abalos, são as terras litoraes, as ilhas e as penínsulas. Ocupando-se da direcção dos terramotos, observou que se o solo sob que se dá a convulsão é horizontal, é abalado perpendicularmente, ora levantando-se, ora abaixando-se. Se as camadas do solo são oblíquas, a direcção será a do seu declive. A inclinação da parte superior do solo não é seguro indício da direcção

---

em Portugal, a 9, 21 e a 18 do mesmo mês. Êste último estendeu-se também a Inglaterra, Itália, África e America. A 23, sentiu-se um violento tremor de terra nas montanhas de Roussillon e a 27 na costa sul da Espanha, principalmente em Málaga. A 9 de Dezembro, voltou a repetir-se desde Portugal até à Baviera e em 26 de Dezembro desde a Suíça até ao mar do Norte, abalando a Alsacia, Lorena, Colónia, Brabante, Picardia, Clèves, parte da Westfalia e provavelmente ainda outras regiões renanas, de que não nos chegaram notícias.

que o abalo tomará, pois pode ser diferente da das camadas inferiores que assentam todas sôbre uma abóbada rochosa. Á beira-mar, esta abóbada inclina-se para o mar e é êsse sentido que o abalo tomará; perto dos grandes rios segue o curso da corrente.

No capítulo — Acerca da conexão dos terramotos com as estações — faz notar que os tremores de terra se dão mais freqüentemente no outono, devido às grandes chuvas da estação que infiltrando-se através do solo, vão provocar reações subterrâneas. Depois de falar da influência sísmica na atmosfera, dedica Kant um capítulo á utilidade de tão terríveis fenómenos da natureza:

«Causará certamente grande impressão de espanto que alguem se atreva a exaltar as vantagens de um flagelo tão grande para a humanidade, quando, ao que parece, só se deviam referir os receios, o perigo que a êle andam adstritos. Assim é a natureza humana. Depois de ilegitimamente reclamar todas as delícias da vida, renuncia a alcançar quaisquer benefícios, a troco de incómodos ou prejuízos que por ventura tenha de sofrer. Queremos que a crusta terrestre seja constituída de tal modo que se deseje viver eternamente sôbre ela. Alêm disso, imaginamos que em nosso proveito governariamos tudo melhor, se a providência nos pedisse a opinião sôbre o assunto. Assim desejariamos que dependesse da nossa vontade o regimen das chuvas, para as podermos repartir pelo ano fóra, segundo as nossas comodidades e de modo a que não nos faltassem os dias aprazíveis.

«Esquecemos, porém, que sem as chuvas secariam os poços, de que não podemos prescindir. Como ignoramos a utilidade das causas que provocam os abalos sísmicos, de bom grado as veriamos suprimidas.

«Os homens nasceram para morrer e no entanto não podemos suportar que alguns tenham sucumbido nos terramotos; na terra somos uns estranhos, sem bens

próprios e não obstante estamos inconsoláveis, por perder o que dentro em pouco pelas leis gerais da natureza teriamos de abandonar. É fácil prever que fazendo os homens as suas construções sôbre alicerces, cheios de matérias inflamáveis, estão sempre sujeitos a aluir, mas devemos por isso revoltar-nos contra a Providência?

« ¿ Não seria melhor pensar assim? é necessário que o globo terrestre seja convulsionado de vez em quando por cataclismos desta ordem, mas não é indispensável que edifiquemos sôbre êle maravilhosas habitações.

« Os habitantes do Perú vivem em casas que só a pequena altura são muradas; no resto compõem-se de junco. O homem deve aprender a acomodar-se á natureza, mas quere sempre que ela se acomode a êle ».

Mostra depois Kant como os terramotos são necessários para a conservação das águas terrestres, que devem as suas propriedades ás mesmas causas que abalam a terra; os jazigos minerais são lento efeito do calor subterrâneo e até a própria atmosfera inevitàvelmente se gastaria, se de tempos a tempos não fosse fortalecida por matérias activas e saes voláteis que as reacções subterrâneas espalham á superfície da terra. As próprias erupções vulcânicas são vantajosas, pois os vapores sulfurosos expelidos purificam o ar das exalações animais. Além disso, são ainda as causas dos terramotos as mesmas que manteem o calor natural da terra, tão útil á vida das plantas e economia da natureza. Por êsse motivo, conclui Kant não se deve ser ingrato para com a providência, pela conservação do fogo subterrâneo, apesar de todos os males que daí nos possam advir.

Cita ainda em nota factos para comprovar que na verdade, por ocasião dos terramotos, são lançados na atmosfera vapores sulfurosos, afirmando que em geral as costas ocidentais, sofrem maior número de abalos que as ocidentais, devido a serem mais escarpadas e portanto

aí as cavernas mais profundas. Por último, faz interessantes considerações que são um protesto contra a superstição religiosa, origem de tantas desgraças, como a que vem referida na dramática novela de Kleist.

Conclusão

«A vista de tantas misérias, como as que a última catástrofe causou entre os nossos concidadãos, deve mover o amor dos homens e fazer-nos sentir uma parte da infelicidade que os atingiu com tal dureza. Mas é um êrro interpretar êstes cataclismos como punições, com que a justa cólera de Deus castiga os crimes humanos. E um pecado grave pretender compreender as intensões divinas e interpretá-las, segundo o nosso critério. O homem preocupa-se tanto consigo próprio que se considera o único fim dos desígnios do Creador, como se êle não o pudesse perder de vista, para organizar o govêrno do mundo. Sabemos que em toda a natureza se patenteia a omnisciência divina; somos uma parte dela e queremos ser o todo; as regras da perfeição não as consideramos em absoluto, mas só em relação a nós. O que no mundo utilizamos para cómodo e prazer, imaginamos que existe na natureza só por nossa causa e que algumas perturbações que nos afligem, se dão exclusivamente para nos castigarem e ameaçarem.

«Não obstante, vemos que muitos malvados morrem em paz, que os terramotos teem sempre abalado certas terras, sem distinção entre os antigos ou novos habitantes, que o Perú cristão é tão convulsionado como o pagão e que desde o princípio teem sido poupadas muitas cidades que se não podem arrogar sôbre aquelas de nenhuma superioridade moral. O homem, quando pretende explicar as intensões de Deus, nada adianta; o que deve é limitar-se a aproveitar os recursos que a providência nos

facilita, conforme os seus fins. A sua vida tem um alvo mais elevado; a inconstância das cousas terrenas deve-nos advertir que não são os bens dêste mundo que nos podem grangear a bem-aventurança.

« Não pretendo significar que o homem esquecido por completo dos seus interesses, se deva entregar ao destino imutável das leis naturais; a omnisciência, de que o curso das leis da natureza é reflexo, concilia as nossas necessidades com os interesses mais elevados e permite ao homem governar-se o melhor possível.

« É difícil compreender os meios, de que se serve a natureza para os seus fins incompreensíveis.

«Um príncipe de nobre coração que, deixando-se comover por êste flagelo do género humano, se esforça por afastar a calamidade da guerra das muitas desgraças que nos ameaçam de todos, os lados é um benéfico instrumento na benigna mão de Deus e um dom que faz aos povos da terra, cujo valor êles nunca poderão apreciar na sua justa grandeza ».

NOTA FINAL

No *Miguel Kohlaas*, como de resto em quási tôdas as suas obras, Kleist toca, embora de passagem, o mundo fantástico do ocultismo. Nas fontes que o poeta aproveitou, o *Mikrochronikon* de Pedro Hafftitz e a *História da Marca de Brandenburgo*, de Lentinger fala-se do algoz, mestre João, afamado nigromante que pelas suas artes conseguiu, obedecendo às ordens do príncipe eleitor, atrair à cidade Kohlaas e a sua quadrilha, na qual havia também um cultor da magia negra que aparecia nos telhados na figura de um gato a correr. Essa nota fantástica na novela alemã sobressai ao aparecimento da cigana, em que o desgraçado alquilador reconhece extraordinária semelhança com sua defunta mulher, deixando-o bastante intrigado e ainda mais ao ver que ela acaricia os filhos e dá ao mais novo uma maçã e por fim lhe escreve assinando-se: Tua Izabel.

Os problemas de magnetismo animal que eram estudados com preocupações meio scientíficas, meio charlatanescas, estavam na ordem do dia, bastando lembrar que até espíritos superiores os abor-

daram, como Schiller no *Geisterscher* e Goethe nas *Unterhaltungen deutscher Ausgewanderten* e *Wahlverwandtschaften*. Para a investigação da vida íntima (inneres Leben), fundou o poeta Kerner os *Blätter aus Provorst* e como continuação o *Magikon*. Em interessante tese de doutoramento, Guilherme Lechner, procura estudar a influência do médico Schubert em Kleist, Justinus Kerner e Teodoro Hoffmann. Como é sabido, êste curioso personagem, a-pesar do desdem com que Brandes em *Die Literatur des 19 Jahrhunderts in ihren Hauptströmungen*, vol. II, pág. 341, fala da sua obra *Ansichten von der Nachseite der Naturwissenschaft*, ao contrário de Humboldt que em bastante conta tinha os *Naturphilosophen*, gozou de grande fama na sociedade do tempo, chegando a ser professor da Universidade de Munich, membro da Real Academia das Sciências de Baviera, sendo por fim nobilitado pelo rei, o que representava a maior consagração ao seu mérito. Lechner, àlém da obra referida, analisa outras de Schubert, como a *Simbólica do sonho* e a sua auto-biografia, *Doenças e perturbações da alma humana*, *História da alma*, estudando o reflexo das suas doutrinas na Peuthesilea e Catarininha de Heilbronn, na Marquesa de O, no Príncipe de Homburgo e Miguel Kohlaas, na Santa Cecília e Mendiga de Locarno, no Exposto e nas novelas de Hoffmann — *Das Gelübde* que lembra a Marquesa de O, e *Sanctus* em que trata o mesmo motivo de Santa Cecília, terminando com a análise das interessantes composições de Kerner: *Vier wahnsinnige Brüder* e *Der Arztan sein Hündchen* (Cfr. Gotthilf Heinrich von Schuberts Einfluss auf Kleist, Justinus Kerner e E. T. A. Hoffmann von Wilhelm Lechner. Borna. — Leipzig, 1911).

Ácêrca da Catarininha de Heilbronn, contesta Friedrich Köbbeling, a meu ver insuficientemente, a tese de Lechner, também já perfilhada por Du Prel, Wukadinoviê, Morris, de que foram as obras de Schubert a principal fonte de Kleist para as scenas com motivos de sonambulismo. Filia o *Leit-motiv* da Catarininha — a atracção mútua, extraordinária e irresistível de duas criaturas — na idea de simpatia dos escritos platónicos da mocidade de Wieland, publicados em 1797-1798, em 6 volumes, como suplemento à edição completa das suas obras, comparando a situação de Agatão e Psyche no famoso romance de Wieland à de Catarininha e do conde, e a de Pílhia à de Kunegunda. A propósito do duplo sonho na *Kätchen*, cita passo análogo de outra poesia, *Sixt und Klärchen oder Der Mönch und die Nonne auf dem Mittelstein*. A-pesar das acusações violentas dos românticos a Wieland, o que é certo é que os românticos muito lhe devem, e com razão repete a afirmação de Hirzel de que o autor do *Oberon* é um precursor do romântismo, mostrando também a influ-

ência de Wieland no *Martinho Lutero, ou a Consagração da fôrça* de Werner e na *Genoveva* de Tieck. As aproximações feitas por Köbbeling são perfeitamente admissíveis, mas elas não invalidam a tése hoje geralmente aceite de que as *Ansichten* de Schubert foram uma das fontes principais das scenas de sonambulismo, versadas em várias das obras de Kleist. (Vid. Kleits Kätchen v. Heilbronn. Inaugural Dissertation von Friedrich Köbbeling, Halle a S. 1913).

Gustavo Ramos.

FERNÃO LOPES

Foi dada a palavra ao sr. Agostinho de Campos, para fazer a sua comunicação sôbre Fernão Lopes.

Começou por dizer que êste grande escritor espera ainda a esta hora o alto lugar que merece no templo das nossas glórias, porque a fama e o culto devidos aos seus altíssimos dotes artísticos têm sido prejudicados desde séculos, não só pelas modas literárias, senão também pela nossa falta de objectividade crítica.

A Renascença foi naturalmente hostil ao prosador gótico, salvando-se apenas Damião de Góis de ser injusto com êle. Só no século XVIII, trezentos anos depois da sua morte, aparece quem faça justiça a Fernão Lopes: é Francisco Dias Gomes, *o homem talvez* (segundo Herculano) *de mais apurado engenho que Portugal tem tido para avaliar os meritos dos escritores*. Pouco depois um ilustre poeta inglês, Roberto Southey, veio a Portugal, leu Fernão Lopes e logo lhe chamou *the best cronicler of any age or nation* — o melhor cronista de qualquer tempo ou nação.

Em seguida surgiu o Romantismo, e com êle entrava na moda literária a Idade-Média; apesar disso, ninguém, a não ser Herculano, pôs em relêvo o valor genial do Cronista; e assim se chegou à geração dos Naturalistas, que quási o ignoraram totalmente.

Com o novo romantismo, iniciado por 1887 com o *John Bull*, de Ramalho Ortigão, pouco ou quási nada

lucrou ainda a glória de Fernão Lopes. Oliveira Martins, largamente tributário dêste nas suas últimas obras, não se mostrou tão grato com êle como se havia revelado Herculano. E na edição popular das Crónicas de Fernão Lopes, feita de 1894 a 1898 sob a direcção de Luciano Cordeiro, perduraram, se é que não se agravaram, os erros e desfiguramentos lamentáveis que deslustram a primeira impressão da *Crónica de D. João I.*

Aparte várias discordâncias que aponta, entende o autor da comunicação que o sr. Teófilo Braga é dos mais lúcidos críticos portugueses de Fernão Lopes. Mas o maior serviço por nós prestado à sua glória foi a nova edição da Primeira Parte da *Crónica de D. João I*, por Braamcamp Freire.

A crítica literária ou estética, necessária à vulgarização e propaganda das obras-primas do genial artista, brilhou pela ausência, quando não pela incompetência, até o momento feliz em que o sr. Jaime de Magalhães Lima, em cartas escritas ao autor da comunicação em Agôsto e Setembro de 1921, estudou com muita proficiência vários aspectos do carácter literário de Fernão Lopes.

Lê em seguida alguns belos trechos dêsse estudo, que será em breve publicado no 2.º volume de *Fernão Lopes,* da «Antologia Portuguesa»; e passa a referir-se aos recentes trabalhos do crítico inglês sr. Aubrey F. G. Bell sôbre o grande cronista português.

São dois êsses trabalhos, graças aos quais o seu ilustre autor colhe as honras, não só de haver arejado a velha opinião do seu compatriota Roberto Southey sôbre Fernão Lopes, mas de ter definitivamente *restituído êste grande vulto à civilização europeia* (como pedia o sr. Teófilo Braga), mostrando desenvolvidamente o valor literário universal do nosso cronista e pondo assim ao serviço de uma nobre tarefa, honrosíssima para o nome português, a sua grande erudição nas literaturas europeias, combi-

nada com uma capacidade crítica feita de argúcia, bom-gôsto e bom-senso.

O primeiro dêsses dois trabalhos do sr. Aubrey Bell intitula-se *Fernam Lopez*, e consta de uma monografia de setenta páginas de pequeno formato, escrita em inglês, impressa em 1921 pela Universidade de Oxford, e editada pela opulenta e benemérita *Hispanic Society of America*, na série portuguesa das suas *Notas e monografias*. Mas, além dêste estudo especial, publicou também recentemente o erudito e lúcido crítico inglês outro de maior tômo, de mais amplo tema, e de não menor serviço a Portugal e às letras portuguesas: *Portuguese Literature* (Oxford, at the Clarendon Press, 1922, 375 páginas de grande formato inglês) precioso guia, necessàriamente sucinto em muitos pontos, e sobretudo no que respeita à nossa literatura contemporânea, mas onde aparecem tratados com suficiente desenvolvimento as grandes figuras e os grandes problemas da nossa história literária medieval, clássica e romântica, e onde não só o público de língua inglêsa, mas nós próprios, Portugueses, temos muito que aprender, pois não há na nossa língua trabalho que se lhe compare e o substitua.

Com êstes livros, que muito convinha traduzir imediatamente, para benefício da educação literária de Portugal e Brasil, ganhou o sr. Bell sólidos títulos de crédito perante a nossa gratidão.

Estranha o sábio inglês, com tôda a razão, que não possa ainda ler-se todo o Fernão Lopes numa boa edição portuguesa, porque êle *escreveu para o povo e devia ter centenas de milhar de leitores*. Estranha em seguida, como *mais curioso ainda do que o desleixo português*, e como facto *dos mais interessantes da literatura*, que não se hajam publicado até agora, em língua estrangeira, extractos, ao menos, das obras de Fernão Lopes.

Entende e muito bem, que o estilista português actual

devo procurar modêlos não só entre os prosadores de Seiscentos e Setecentos, mas também na prosa dos séculos XIV e XV, de que Fernão Lopes é o melhor exemplar.

Embora concorde com Herculano, quando êste diz que o nosso cronista *leva reconhecida vantagem a Froissart,* e julgue poder sustentar-se que *Fernão Lopes é o maior de todos os cronistas,* acha o sr. Bell que êle não teria atingido tão alto nível de excelência (como historiador) se Froissart e Ayala não houvessem escrito antes dêle. Os seus predecessores italianos, Villani e Compagni, não passavam de honestos e diligentes cronistas; *e em inglês e neste género,* acrescenta, *nada temos tão antigo como Fernão Lopes.*

Referindo-se à prosa do grande cronista diz que *não há um só passo obscuro nas suas crónicas* e conclui: «Fernão Lopes não só *indicou o caminho aos escritores modernos,* mas é também, *pelo seu estilo literário, um génio original de primeira ordem*».

Mostra em seguida como, tratando da história de Castela e socorrendo-se para isso de Ayala, Fernão Lopes melhora e dá vigor ao original, acabando por acentuar que, a propósito de um escritor de génio, *e de génio tão constantemente manifesto* como Lopes, é impossível tomar muito a sério quaisquer acusações de plágio.

Atendendo o problema da autoria, tão misteriosa e discutida, da bela *Crónica da Condestabre,* resolve-o o sr. Bell de forma indirecta, mas arguta e convincente: «*¿Quem, a não ser Fernão Lopes, poderia tê-la escrito?... ¿Poderia ter havido dois Fernão Lopes numa só geração*»*?...*

A obra-prima do Cronista, a *Crónica de D. João I,* é, para o sr. Bell, *uma grande epopeia,* porque faz intervir constantemente o povo na história: «Mencionam-se as acções e os ditos dos grandes; mas os feitos e as próprias palavras do *poboo meudo,* da *arraia meuda,* são regis-

tados como assunto de não menor importância. *Nisto consiste um dos maiores títulos da originalidade de Fernão Lopes e do seu direito à fama. O povo é o verdadeiro protagonista da sua história*... E são inúmeras as scenas que vivem para sempre, nas páginas dêste príncipe de cronistas... *e colocam Fernão Lopes entre os maiores do mundo*».

Eis, emfim, um resumo das conclusões a que chega a excelente monografia do sr. Aubrey Bell:

«Fàcilmente excede Fernão Lopes tanto a Froissart como a Ayala, sendo muito mais largamente humano do que êles. Fernão Lopes tem uma profundeza e universalidade nunca atingidas por Froissart. Emquanto êste se contenta de pôr em crónica os feitos de senhores e de príncipes, aquele mostra-nos como vive, e actua, e fala, uma nação inteira. Froissart é o cronista palaciano de aparências e acções externas; Fernão Lopes, o historiador nacional das palpitações do coração de um povo, e ergueu um duradoiro monumento à nação. Se Portugal não possui epopeias primitivas, como o maravilhoso *Poema del Cid,* pode orgulhar-se ao menos de haver gerado um cronista a cuja fascinação é inevitável que cedam todos os que o lêem, e cuja preeminência não foi ainda universalmente reconhecida, só porque êle escreveu numa língua menos universal que o francês. Fernão Lopes é do melhor da Idade-Média. É um dos mais esplêndidos legados que ela deixou à humanidade, e enfileira com as grandes catedrais góticas, por ser, como elas, mais a expressão de todo um povo, que a dum simples indivíduo».

Na sua *Portuguese Literature* consagra o sr. Aubrey Bell cinco páginas a Fernão Lopes (81 a 85), e nelas confirma naturalmente o que dissera na monografia especial; mas toca mais de perto um ponto importante que naquela apenas indicara: a comparação com Ayala. Diz assim:

«Leva grande vantagem *(easily excels)* a João Villani

e a Pedro Lopez de Ayala, do último dos quais Menéndez y Pelayo disse (*Antologia*, IV, pág. XX) que *nada hay semejante en las literaturas extranjeras antes de fin del siglo XV.* Estas palavras convêm melhor a Fernão Lopes. Ayala *tem de descer do pedestal* em que Menéndez y Pelayo o colocou, visto que só por excepção *(ocasionally)* remonta *às alturas de Fernão Lopes*... Ao lado da prosa laboriosa e da precoce sapiência de el-rei D. Duarte, *esta criatura genial* parece dar rédea sôlta à sua pena; mas a sua grandeza, e o seu direito a colocar-se acima de todos os cronistas contemporâneos, não só de Portugal, *mas da Europa*, vem-lhe de ter combinado essa espontaneidade com o escrúpulo de um historiador exacto»...

*

Não será fácil agora, prossegue o sr. Agostinho de Campos, que Portugal continue a olhar distraïdamente, quando não a ignorar por completo, uma das suas mais belas glórias literárias; e que todo o mundo culto se demore muito a descobrir, emfim, o rival feliz e indiscutível dos Froissart e dos Ayala.

Para o ajudarem, como cumpre, nesse inevitável descobrimento, urge agora que as nossas instituïções literárias mais empreendedoras e beneméritas, como a Academia das Sciências e a Bibliotéca Nacional de Lisboa, auxiliadas pelo Govêrno, pelas Faculdades de Letras, pela nossa ilustre falange erudita, e, se tanto fôr preciso, pela munificência dos amadores e patriotas ricos — se empenhem na elaboração de edições correctas e acessíveis das *Crónicas de D. Pedro I e de D. Fernando*, e da 2.ª parte da *Crónica de D. João I*. E um dos aspectos da «obrigação que todos temos» a Fernão Lopes é êste: é que Portugal precisa de agradecer inadiàvelmente e de forma condigna, por intermédio do seu Govêrno e da

sua Academia das Sciências, o grande serviço que o sr. Aubrey Bell acaba de prestar à glória do Cronista e ao brilho do génio português.

Passando a tratar desenvolvidamente do génio literário de Fernão Lopes, o autor da comunicação acentua em seguida, nos termos seguintes, que a lição profunda e atenta de Fernão Lopes nos é necessária neste momento, pois que nêle se escuta, bem nítida e forte, a voz da Nação, do Equilíbrio e da Ordem:

¿E a voz do Patriotismo? Essa ouve-se, bem sonora, em Fernão Lopes, já cuidadosamente lido num ou noutro liceu, ao que nos dizem, por iniciativa de professores que mostram assim saber do seu ofício, corrigindo a pouca ou nenhuma importância que lhe dão, como educador cívico, os programas oficiais.

Nós, Portugueses, não temos só uma epopeia nacional: temos duas. E a *Crónica de D. João I* é mais épica do que *Os Lusíadas*, e muito mais nacional. «Os Lusíadas *são a epopeia, não de Portugal só, mas das Espanhas*» — gabam-se, com tal ou qual motivo, os Espanhóis. Fernão Lopes, êsse, não deixa lugar a confusões. Dêle e por êle temos a glorificação da nacionalidade a firmar-se; e sem esta não poderia Camões ter celebrado a nação que se expandiu.

O épico da Renascença culta é, por definição e por escola, cosmopolita e universal; o prosador gótico, ao contrário, ficou dentro das fronteiras que a velha Grei ajudara a fechar com o seu sangue e que êle quis deixar bem marcadas pelo pôder maravilhoso da sua pena. Tanto assim que a geração que no século XVII refez a Independência bem o sentiu e soube, quando, logo em 1644, deu pela primeira vez à estampa a *Crónica de D. João I,* com o intuito declaradamente cívico e pedagógico de *pôr a grande luz os feitos dos Portugueses daquele tempo, quanto mais que os exemplos*

que nos deram são poderosos para nos obrigar a os imitar [1].

Depois impõe-se-nos, entre Fernão Lopes e Camões, outra diferença grande, e de oportuno significado. Camões, o fidalgo, propôs-se apenas cantar, além das armas, *os barões assinalados;* e Fernão Lopes, vindo do povo, quis — manifesta e vitoriosamente quis — meter o povo na sua história. Quis metê-lo como actor principal, fazendo-o falar, e pulsar, e rugir, a par dos grandes, senão acima dêles, como não fêz no mundo inteiro nenhum outro historiador da sua idade e das seguintes. E quis atraí-lo e prendê-lo como ouvinte ou leitor, escrevendo tal qual o povo falava, chamando *sol* ao sol e *mar* ao mar, sem meter os Febos e os Neptunos de permeio entre o sábio que escreve e o ignorante que lê. E foi tão grande o seu triunfo, que ainda hoje, e amanhã como hoje, poderá senti-lo e gozar-lhe as melhores páginas qualquer cachopa ou rapazelho dos nossos campos, sem necessidade de aprender latim, mitologia e retórica, bastando que se lhe traduza aqui e além um ou outro nome ou partícula, que o rodar de cinco séculos foi lançando em desuso.

Há mais de cem anos andamos a imaginar que fazemos revoluções democráticas, e a triste verdade é que ainda nem sequer ensaiámos a primeira. Prova real disto, se ainda fôsse precisa, em presença do que para aí temos visto, dar-no-la-ia êste simples facto de havermos desprezado até agora o nosso velho e valente correligionário Fernão Lopes. Nem aos liceus o temos dado a ler, a meias com Camões, como devíamos — ¡e devíamos e

---

[1] Assim diz o P.^e^ M.^e^ Frei Inácio Galvão, na licença do Santo Ofício, dada em 14 de Novembro de 1642, para publicação daquela *Crónica*.

podíamos dá-lo a ler às próprias escolas primárias de continuação — se as houvesse.

¿E hoje, então?... Há já para aí jornais, possessos de internacionalismo delirante, que se gabam de ser *apatriotas* — palavra tão horrenda como a ideia desumana que quere representar. E pobres rapazinhos que os lêem matam e morrem com dinamite, e nas suas algibeiras aparecem retratos dos doidos lúcidos, tártaros ou judeus, que lá por fora assassinaram um povo de milhões de almas, em holocausto a práticas políticas ou sociais de manicómio borracho. Se algum dia tivermos em Portugal uma escola primária digna dêste nome, aí se lerão extractos de Fernão Lopes; e o comentário inteligente que dêles se faça, sem destruir os laços de tôda a ordem que podem e devem existir entre duas gloriosas nações livres e amigas, ensinará às crianças, indelèvelmente, que um povo pequeno, que mora ao pé de um povo grande e de língua diversa, tem de escolher por fôrça entre ser patriota ou ser escravo.

Agostinho de Campos.

RELAÇÃO DE CAPITAENS MORES E NAOS QUE VIERÃO DO REYNO A ESTE ESTADO DA INDIA DES DO SEU DESCOBRIMENTO [1]

O anno de 1497 «partio do Reyno o grande Vasco da Gama com tres naos do descobrimento da India: Almirante Paulo da Gama, e Nicolao Coelho: Náo Santa Fé, Náo Sam Gabriel, e Náo S. Raphael».

O anno de 1500 «Pedro Alvares Cabral dezabridor da terra para Cruz de Brazil com Armada de trese vellas; Capitão mor Pedro Alvares Cabral, Almirante Nuno Leytão, Bento Dias, Sancho de Tobar de Atayde, Simão de Rina, Ayres Gomes da Silva, Luiz Pires, Pedro Dias, Berthelameo Martins, Simão de Miranda, Gaspar de Lemos aribou, Vasco de Atayde aribou».

O anno de 1501, «Capitão mor João de Nova, com

---

[1] Esta relação das naus que foram à India é extraída de um grosso volume manuscrito existente no Arquivo do Ministério das Colónias. Tem o volume por título:

Catalogo verdadeiro e completo dos Bispos e Governadores, que successivamente regerão a Igreja de Macao.

«Estas noticias (acrescenta-se no ante rosto) trei de papeis antigos que se conservão no estimavel Cartorio de Collegio de São Paulo da cidade de Macao».

O volume é uma espécie de miscelanea de assuntos orientais, sendo o mais notável a discrição do Império da China e a segunda parte da História do Japão.

quatro Naos, Almirante Francisco de Nabay, Fernão Vicente, e Diogo Barbosa».

O anno de 1502 «Almirante Dom Vasco da Gama, por Capitão mor de nove Naos, e Vicente Sodres por Capitão de quatro, e Estevão da Gama por Capitão mor de sinco: 1.ª esquadra: Capitania Dom Vasco da Gama Almirante P.º Afonço de Aragão: Braz Sodre, Pedro de Souza, Ant.º de Quadro, Dom Luiz Coutinho, Alvaro de Atayde, Franc.º da Cunha, Gil Martins. 2.ª Esquadra Capitania Vict.e Sodre, Fernão Roiz, João de Bragança, Francisco da Cunha. 3.ª Esquadra, e Capitania Estevão da Gama, Almirante Diogo Fernandez Correa, Luiz da Costa, João Lopez, Thomas da Gama».

O anno de 1503 «Affonso de Albuquerq, e Franc.º de Albuquerque cada hum Capitão mor de tres Naos, e Antonio Saldanha de Ouraras de outras tres, huma Capitania de Affonso de Albuquerque; Almirante Nicolao Gomes, Diogo Fernandes Coelho, que hé a 1.ª Esquadra a 2.ª Capitania de Francisco de Albuquerque de ouvidas, aribou, Almirante Pedro Vaz de Viegas, Duarte Pereira. 3.ª Esquadra. Capitania Antonio de Saldanha de ovens, Almirante Vicente Tavora, Fernão Martins de Almeida aribou.

O anno de 1504 «Lopo Soares de Alvarenga com tres Náos Capitania Lopo Soares de Alvarenga, Almirante Lopo de Abreu, Pedro Dias, Vasco de Carvalho, Vasco da Silva, Manoel Telles Barreto, Felippe de Castro de Aguiar, Pedro de Mascarenhas, Leonel Couti.º Tristão da Silva, Lopo Martins».

O anno de 1505 «Vizo Rey Dom Francisco de Almeida com 12 naos, Capitania do d.º VRey, Almirante Lopo

Sancho, e Francisco de Castro, Ruy Freyre, Vasco de Abreu, João de Nabay, Sebastião Dias, Diogo Correa, Pedro Fernadez Tugasca, Estovão Serram, Lopo Dias, Antonio Gonçalves; Bento Dias, Fernão Gonçalves, Gonçalves Vaz, João Roiz, Antonio de Nabay, João Tomé, Lucas da Fonseca, Gonsalo Pereira, Lopo Sancho».

O anno de 1506 «Tristão da Cunha com des Naos; e Affonso de Albuquerque com seis Naos: 1.ª Esquadra Capitania Tristam da Cunha, Almirante Joam Gomes de Abreu, Alvaro Falcão Barreto, Leonel Coutinho, João Pereira, Christovão Ayres, Ruy Per.ª Coutinho, João de Veigas, Alvaro Fernandez, Ruy Dias, 1.ª, 2.ª Esquadra Capitania Afonso de Albuquerque, Almirante Antonio de Camara, João de Nova, Franc.º de Tavora, Manoel Telles, Affonso Lopes de Souza».

O anno de 1507 «Quatorze Naos e tres Capitaens, Mores, Jorge de Mello com duas, Fernão Soares com duas, Vasco Gomes com des 1.ª Esquadra Jorge de Mello Pereyra, Capitania Duarte de Mello Almirante. 2.ª Esquadra Capitania Fernão Soares Almirante, Diogo de Mello. 3.ª Esquadra Capitania Vasco Gomes de Abreu Almirante Martinho Coelho, e hum Gonsalo Carneiro, Pedro Cabral, João Chamio, Pedro Lourenço, João Gil aco, Ruy Gvz de Beladres, Henriques de Souza».

O anno de 1508 «Jorge de Aguiar Capitão mor de sinco naos, Capitania Jorge de Aguiar, Almirante Diogo Correa, Duarte de Lemos, Vasco da Silveira, Pedro Correa»; no mesmo de 1508 «oito naos sinco capitães mores, Cristovão da Silva, João Rodrigues Pereira, Vasco de Carvalho, Alvaro de Barreto Francisco Pereira Pestana, Gonsalo Mendez de Britto, João Collaço, Pedro Nunes»; No mesmo anno de 1508 «Diogo Lopes de Si-

queira p.ª Malaca com quatro naos Capitania Diogo Lopes de Siqueira, Almirante Gonsalo de Souza, João Nunes Hyeronimo Teixeira de Mello».

O anno de 1509 «Partio do Reyno Dom Francisco Couttinho Mariscal com quinze naos, Capitania Dom Francisco Coutinho, Almirante Ruy Ferreira, Pedro de Aguiar, Francisco de Souza, Sebastião de Sá, Leonel Fragaça Gomes Ferreyra, Francisco de Souza, Franc.º Corovinel, Jorge da Cunha, Braz Teixeira, Alvaro Fernandes, Antonio Pires Rupido, Francisco Moreno, João Roiz».

O anno de 1510 «partirão quatorze Naos repartida em sinco Capitaens, Diogo Mendes de Vasconsellos, quatro Diogo Lopo da Silveira com tres, Balthazar da Silva com outras tres, Lourenço Moureno com duas, Gonsalo de Siqueira com duas: 1.ª Esquadra Capitania Diogo Mendes de Vasconcellos, Almirante Antonio da Costa, Diogo Lopes, Francisco Serneque: 2.ª Esquadra Capitão Diogo Lobo da Silveira, João de Oliveira Lourenço Dias; 3.ª Esquadra Capitania Balthazar da Silva, Almirante Barreto de Souza Gomez: 3.ª Esquadra 4.ª Capitania Lourenço Moreno, Manoel da Cunha. 5.ª Esquadra Capitania Antonio da Silveira Gomes Teixeira».

O anno de 1511 «Dom Gracia de Noronha com seis Naos Dom Gracia de Noronha Capitania, Almirante Christovão de Britto, Pedro Mas, Dom José da Gama, Jorge de Britto, Manoel Castro Alcotão».

O anno de 1512 «Jorge de Mello Pereira, e Capitão de oito Naos, Capitania Jorge de Mello Pereira, Almirante Dom João de Souza, Pedro de Albuquerq., Jorge de Mello Pereira, Almirante Dom João de Sousa, Pedro

de Albuquerque, Jorge da Silva, Gaspar Per.ª, Simão de Miranda, Jorge de Baqueiros, Gonsalo Pereira», no mesmo ano de 1512 «Gracia de Sa por Capitão mor de quatro naos, Capitania Gracia de Sá, Almirante Tibão Nogueira, Simão de Miranda, Lopo Vaz de Samp.º».

O anno de 1513 «João de Souza de Lima por cap.ᵐ mor de sinco Naos: Almirante Francisco Correa, Jorge de Britto, Henrique de Souza, Lourenço Moreno».

O anno de 1514 «Christovão de Britto por Capitão mor de sinco naos, Almirante Luiz Dantas, Manoel Mendonça, João Serrão, Manoel de Mendonça». No mesmo ano de 1514 «duas naos para descubrimento dos portos de S. Lourenço hines, privaba, pader, canias».

O anno da 1515 «o Governador Lopo Soares Alvarenga com treze naos, Capitania Lopo Soares de Alvarenga, Almirante Antonio Pereira, Dom João da Silveira Fernão Pereira de Andrade Moraes, Jorge Mz, Alvaro Borto, Jorge de Britto».

O anno de 1516 «João da Silveira por Capitão mor de quatro naos e huma partio depois Capitania, João da Silveira, Almirante Affonso Lopes da Costa, Franc.º de Souza de Mascarenhas, Diogo da Cunha, Antonio de Lima».

O anno de 1517 «Antonio de Saldanha por Cap.ᵐ mor de seis Naos Almirante Fernão de Souza Sancho Coresma, Affonso Henriques, Manoel de Lacerda, Dom Tristão de Menezes».

O anno de 1518 «O Governador Affonso Lopes de Siqueira com nove Naos, Capitania Affonso Lopes de

Siqueira, com nove Náos o Governador Affonso Lopes de Siqueira, Almirante João Lopes Almerim, João Gomes, Pedro Paulo, João Ives de Gouvea, Gracia de Sá, Ruy de Mello, Lopo de Távora, Theodozio da Silveira».

O anno de 1519 «Jorge de Albuquerq, por Capitam mor de quatorze náos Almirante Dom Diogo de Lima Francisco de Sá, João de Britto, Pedro da Silva, João Rodrigues de Almeida, João de Mascarenhas, Raphael Peixoto Rizolfo, Dom Luiz da Gama, Gonsalo Roiz, Diogo Fernandes Beda, Raphael de Basto, Manoel de Souza, Francisco de Abreu».

O anno de 1520 «Jorge de Britto por Capitão mor de nove náos Almirante Pedro Lopes de Sampayo, Ruy Dias Pereira, Gaspar de Azevedo, Pedro Lourenc.º de Mello, Lopo de Azevedo, Pedro Paulo, Dom Diogo da Gama, Andre Dias».

O anno de 1521 «O Governador Dom Duarte com doze náos, Capitania o ditto Governador, Almirante Gonsalo Rodrigues Correa, Dom João de Lima, Ant.º Vresco, Vicente Gil, Dom João da Silveira, Martim Affonso Medeiros de Mello da Silva, Dom Diogo de Almeida, Francisco Pereira Pasca, Dom Luiz de Menezes».

O anno de 1522 «a nova do falecimento de El Rey Dom Manoel com tres náos, Capitania Dom Pedro Castello Branco, Almirante Diogo de Mello, Dom Pedro de Castro».

O anno de 1523 «Diogo da Silveira Cap.^m^ mor de oito náos Almirante Heytor de Silveira, Antonio de Abreu, D. Ant.º d'Almeida, Pedro da Fonseca, Manoel de Macedo».

O anno de 1524 «O Grande descobridor, Conde de Vidigueira, Almirante Francisco de Souza, Lopo Vaz de Sampayo, Pedro Mendes, Dom Henrique de Menezes, Dom Simão de Menezes, Dom Jorge de Menezes, Antonio de Silveira de Mz.es Dom Fernando de Moura, a sinco caravellas Lopo Sobo, Xpovão Rozado, Ruy Gonsalves, Gaspar Rodrigues, Franc.o Coelho».

O anno de 1525 «Sinco náos sem capitão mor, Vicente Gil, Antonio Galvão, Xpovão Vaz de Veiga, Antonio de Abreu, Francisco de Amaral».

O anno de 1526 «Nada».

O anno de 1527 «Manoel de Lacerda por cap.m mor de sinco náos, Almirante Pedro Rebello, Xpovão de Meudo, Balthazar Pavias, Gaspar de Paiva».

O anno de 1528 «O Governador Dimas da Cunha com onze náos, Capitania o Governador Dimas da Cn.a Almirante Pedro Vaz da Cunha, Gracia de Sá, Antonio de Saldanha, Francisco de Mendonça, Pedro Vaz, Duarte de Lima, João de Frettas, Francisco Vaz de Azaveido, Bernardo da Silva, Simão Coutt.o».

O anno de 1529 «Diogo da Silveira por cap.m mor de sinco náos Almirante Manoel de Macedo, Ruy Gomez de Aguiar, Henrique Moreira Barreto, Ruy Mendes de Mesquita».

O anno de 1530 «Seis náos sem capitão mor, Franc.o de Souza Taveira, Fernão Camello Vicente Pegozo, M.el de Britto, Pedro Lopes, Luiz Alvares de Payva».

O anno de 1531 «Sinco náos sem capitão mor, Fernão

de Moraes, Diogo Botelho, João Guides, Manoel de Macedo, Gabriel de Mendonça Macedo».

O anno de 1532 «Capitão mor Dom Pedro Vaz de Mareallo, Capitania Dom Pedro Vaz de Mareallo, Almirante Vicente Gil, Antonio Carvalho, Dom Estevão da Gama, Dom Paulo da Gama».

O anno de 1533 «Capitão mor Dom Joam Pereira, com tres Náos Capitania Dom José Pereira, Vasco de Paiva, Diogo Brandam».

No mesmo anno de 1533 «Capitão mor Dom Gonsalo Couttinho, quatro Náos, Almirante Simão de Veigas, Capitão Nuno Furtado, Dom Fernando de Noronha &.ª».

O anno de 1534 «Caravellas».

O anno de 1535 «Lourenço Pereira com seis Naos: Capitania Lourenço Pereira de Tavora, Almirante Dom Eenriq de Froes, Martim Affonso de Sá, Hyeronimo de Britto, Pedro de Gois, Antonio Trz. Jacome Tristão, Simão de Mello, perdeuse».

O anna de 1535 «Capitão mor Fernão Pires de Andrade com sinco naos: Capitão Fernão Pires de Andrade Almirante, Luiz Alvares, Mathias de Freitas, Jorge Mascarenhas, Antonio Homẽ de Souza».

No mesmo anno de 1535 «dez Caravellas».

O anno de 1536 «Capitão mor, Jorge Cabral com sinco naos Capitania Jorge Cabral, Almirante Gaspar de Azevedo, Duarte Barreto, Vicente Gil».

O anno de 1537 «quatro naos sem capitão mor: Capi-

tania Henrique de Souza, Diogo Rebello, Fernão da Costa, Aleixo Charo.

O anno de 1538 «O VRey Dom Gracias de Noronha com onze naos Capitania D. Gracias de Noronha, Almirante Dom Christovão de Viegas, Francisco de Pereira de Euzeredo, Diogo Soares, Dom João de Souza, Luiz Falcão, Bernardino da Silva, Ruy Lourenço de Tavora, João Gracia de Casora, Dom Francisco de Menezes, Alvaro Serne».

O anno de 1539 «Capitão mor Diogo Lopes de Souza com sinco naos, Capitania Diogo Lopes de Souza, Alvaro Barradas, Dom Henrique Felis, Simão Henriq de Sá; perdeuse huma de Diogo Lopes de Souza».

O anno de 1540 «Capitão mor Francisco de Souza Tavares, Capitania Francisco de Souza Tavares, Almirante Valentim Lourenço Barreto, Vicente Gil, Simão de Cuiga».

O anno de 1541 «O Governador Martim Affonso de Souza com sinco naos, Capitania Martim Affonso de Souza, Almirante Luiz Cazado, Dom Alvaro de Ataide, Alvaro de Varros, Francisco de Souza».

O anno de 1542 «quatro Naos sem Capitão mor, Henrique de Macedo, Vicente Gil, Lopo Ferreira. Balt.ar Jorge».

O anno de 1543 «O Capitão mor Diogo Silveira com sinco náos Capitania Diogo de Silveira, Almirante Simão Ovira da Cunha, Dom Rodrigo Telles, Simão Sodre, Jacome Tristam».

O anno de 1544 «Capitão mor Fernão Pires de Andrade

com sinco Naos, Capitania Fernão Pires de Andrade, Almirante Simão de Andrade, Luiz de Atayde, Simão de Mendonça perdeuse, Jacome Tristam perdeuse».

O anno de 1545 «Lourenço Pires de Tavora com seis Naos, Capitania Lourenço Pires de Tavora, Almirante Dom Henrique Frois, Martim Affonso de Souza, Hieronimo de Britto, Pedro de Goes, Antonio Fernandes, Jacome Tristão, Simão de Mello perdeuse».

O anno de 1546.

O anno de 1547 «partirão seis naos sem Capitão mor, Balthazar Lobo de Souza, Dom Francisco de Lima, Franc.º da Cunha, Alvaro Barradas, Bento Lobo, João Rodrigues Passanha».

O anno de 1548 partirão onze naos repartidas em tres Capitaens, Manoel de Mendonça com sinco naos, João Henriques com tres naos: Primeira Esquadra Manoel de Mendonça, Capitão mor, Capitania Manoel de Mendonça, Almirante Fernão Alvares da Costa, Manoel Rodrigues Coutt.º Jorge de Mendonça, Seb.am de Atayde. 2.ª Esquadra, João de Mendonça, Almirante Alvaro de Mendonça, Diogo Rebello. 3.ª Esquadra Dom João Henriques por capitam mor com tres naos, Capitania Dom João Henriques, Ayres Nuno, Antonio Sambolla».

O anno de 1549 «Capitão mor Dom Alvaro de Nor.ª com sinco naos, Almirante Diogo de Mendonça, Diogo Raphael Opera, João Figueira, João Gomes Tristão».

O anno de 1550 «O VRey Dom Antonio de Noronha com seis naos Capitania do ditto VRey, Almirante Dom Jorge Beraquel, Dom Alvaro de Atayde, Dom Diogo de Noronha, Lopo de Souza».

O anno de 1551 «Capitão mor Diogo Lopes de Souza com oito naos, Capitania do ditto Capitão mor, Almirante Dom Jorge Baracho Lopo de Souza, Francisco Lopes de Souza, Diogo de Almeida Ives, Nuno Barreto, Manoel Baracho, João Gomes de Mello».

O anno de 1552 «Capitão mor Fernão Soares Ruy, com seis naos Capitania do ditto Capitão mor, Almirante Antonio Dias de Figueiredo, Dom Joseph de Mincos, Francisco do Cunha, Braz da Silva, Antonio Nunes Barreto Amboce».

O anno de 1553 «o Capitão mor Fernão Alvares Cabral com quatro naos, Capitania do ditto Capitão mor, Almirante Dom Belchior de Souza, Pedro Domingos, e João Gomes».

O anno de 1554 «o VRey Dom Pedro Mascarenhas com seis naos Capitania do ditto VRey, Almirante Dom Diogo de Souza, Ruy da Cunha, Pedro de Albuquerq, Nuno Falcão, Luiz Alvares».

O anno de 1555 «Capitão mor Dom Leonardo de Souza da Silva com sinco naos Capitania do ditto capitão mor, Almirante Jacome de Mello, Francisco de Mello de Siqr.ª de Azevedo, Vasco Barbuda».

O anno de 1556 «Capitão mor Dom João de Menezes de Siqueira, com seis naos, Capitania do ditto Capitão mor, Almirante Antonio Mendes de Siqueira de Castro, João Rodrigues Salmeno Carvalho, Bras da Silva, Luiz Fernandes de Vasconsellos».

O anno de 1557 «Capitão mor Dom Luiz Fernandes de Vasconsellos, Capitania de sinco naos, Capitania do

ditto Capitão mor, Almirante Antonio Mendes de Castro, João Rodrigues, Bras da Silva, Luiz Fernandes».

O anno de 1558 «o VRei Dom Constantino de Bragança com sinco naos, Capitania do ditto VRey, Almir.te Pedro Peixo da Silva, Jacome de Mello, Aleixo de Souza, Dom Paulo de Noronha».

O anno de 1559 «Capitão mor Pedro de Siqueira com seis naos, Capitania do Capitão mor, Almirante Luiz Alvares de Souza, Ruy de Mello Camara, Francisco de Souza, Duarte de Andrade, Pedro Vaz de Siqueira».

O anno de 1560 «Capitão mor Dom Jorge de Souza com seis naos Capitania do ditto Capitão mor, Almirante Aleixo Dias Falcão, Vasco Lourenço, Francisco Marques Botelho, Dom Pedro de Gama, Dom Francisco do Souza».

O anno de 1561 «o Conde de Redondo por VRey com seis naos, Capitania do ditto VRey, Almirante Gonsalo Correa, João Rebello de Lima, Francisco Figueira, Manoel Jaques Gonsalo Falcão».

O anno de 1562 «Dom Jorge de Meneses Capitão mor com seis naos Capitania do ditto Capitão mor, Almirante Dom Rodrigo de Souza, Antonio Mendes de Castro, João Martins, Simão Montr.o, Lucas Madeira».

O anno de 1563 «Copitão mor Dom Joseph de Souza com quatro naos Capitania do d.o Capitão mor, Almirante Francisco Porto Cabral, Vasco Ferram de Paredes, Vasco Bard.a».

O anno de 1564 «VRey Dom Antão de Noronha com quatro naos, Capitania do d.o VRey, Almirante Frc.o

Porto Careiro, Antonio Med.as de Castro, Damião de Sa».

O anno de 1565 «o Capitão mor Francisco de Sa de Menezes com quatro naos, Capitania do ditto Capitão mor, Almirante Pedro Peixoto da Silva, Bertholameu de Vasconsellos, Martim Queimado da Valla».

O anno de 1566 «Ruy Gomes da Cunha, Copeyro mor de El Rey, Dom João por Capitam mor de quatro Naos, Capitania do ditto Capitam mor, Almirante Ruy Gomes da Cunha, Dom Diogo Mendes, Andre Bugalho, Francisco Ferreyra».

No mesmo anno de 1566 «VRey Antonio Barboza, que chegou a Monbaça com huma nao».

O anno de 1567 «João Gomes da Silva por Cap.m mor de quatro naos Capitania do ditto Capitão mor, Almirante Vicente Teixeira, Lourenço de Veigas, Pedro Leitão».

O anno de 1568 «O VRey Dom Luiz de Ataide s.or da Casa de Atoguia com sinco Naos, Capitania do ditto VRey, Almirante Vasco Barbado, Pedro de Salazar, Damião de Souza, e Manoel Jaques».

O anno de 1569 «Filippe Cazado com quatro Naos, Capitania do ditto Capitão mor, Almirante Belchior Rebello, Francisco Pereira, João de Barros».

O anno de 1570 «Joseph de Mascarenhas por cap.m mor de quatro Naos, Capitania do ditto capitão mor, Almirante Dom João de Castello Branco, Lourenço Carvalho, Francisco Luiz Nunes».

O anno de 1571 «Dom Antonio de Noronha; por VRey

com seis Naos Capitania do ditto VRey, Almirante Frc.º Monis, Antonio de Valverde, Ruy de Siqueira, Francisco de Figueiredo, Lourenço Barreto».

O anno de 1572 «Duarte de Mello por capitão mor de quatro Naos, Capitania do d.º Capitão mor, Almirante Luiz de Mello da Silva, Pedro Leitão de Gamboa, Luiz Francisco de Andrade».

O anno de 1573 «Dom Francisco de Souza por Capitão mor de quatro Naos, Capitania do d.º Dom Fr.^{co} de Souza, Almirante Luiz de Alça, Antonio Rebello Bonicio de Vasconcellos».

O anno de 1574 «Ambrosio de Aguiar por cap.^{m} mor de seis Naos Capitania do d.º Capitão mor, Almirante Pedro Alvares, Diogo Vaz Rodovalho, Manoel Pimentel Leitam, Bertholameu de Vasconsellos, Dom Diogo Rolim».

O anno de 1575 «Dom João de Castello Branco por Capitão mor de quatro Náos, Capitania do d.º Cap.^{m} mor, Almirante Fernão de Botto Machado, Alvaro Pires, Antonio Rebello».

O anno de 1576 «O VRey Ruy Lourenço de Tavora com quatro Naos, Capitania do d.º VRey, Almirante Dom Duarte de Souza, Francisco de Mello, Martim Per.^{a} de S.^{a}».

O anno de 1577 «Pantaleão de Sá por capitão mor de quatro Naos, Capitania do d.º Capitão mor. Manoel de Medr.^{os}, Pedro de Banchos, Lourenço Gomes de Mello».

O anno de 1578 «Jorge da Silva da Cunha por Capitão mor de tres Naos, Capitania do d.º Capitão mor, Almirante Nuno de Motta, Estevão Caleiro».

O anno de 1579 «João de Saldanha por Cap.^m^ mor de sinco naos Capitania do d.º Capitão mor, Almirante Nuno de Molederes, Estevão Alvaro, Pero de Poga, Nuno Roiz de Carvalho».

O anno de 1580 «Manoel de Mello por Cap.^m^ mor de quatro Naos, Capitania do d.º Capitão mor, Almirante Dom Simão de Menezes, Manoel Coelho, João de Betacôr».

O anno de 1581 «o VRey Dom Francisco Mascarenhas Conde de Villa com sinco Naos, Capitania do d.º VRey, Almirante Salvador Leonel de Lima, Pedro Lopes de Souza, João de Mascarenhas, Pedro Paulo Coutt.º».

O anno de 1582 «Capitão mor Antonio de Mello com sinco naos, Capitania do d.º Capitão mor aribou, Almirante Diogo Teixeira, Gonsalo Roiz Caldeira, Luiz Caldeira, João de Andrade».

O anno de 1583 «Capitão mor Francisco de Mello de Castro com sinco Naos, João Teixeira, Estevão Alasco Hylario, Arcebyspo Dom Frey Vicente».

O anno de 1584 «o VRey Dom Duarte de Menezes Snor da casa de Taroca, com sinco Naos, Mathias Leite, Lourenço Soares de Mello, Gomes Henriq e João Pires».

O anno de 1585 «João Gomes da Silva Capitão mor, Vicente Trigueiro, Lourenço Viegas».

O anno de 1586 «Dom Hyeronimo Couttinho Cap.^m^ mor, João Figueira, Capitania Francisco Carvalho perdeuse, Miguel de Abreu, Martim Affonso de Mello, Annogre Godinho.

O anno de 1587 «Capitão mor Francisco de Mello Heytor Velho Barreto, Gaspar de Araujo, Antonio de Barros, Alvaro de Payva, Francisco de Britto Lobato».

O anno de 1588 «Capitão mor João de Toar Caminha, Dom Paulo de Lix.ª Pedro Correa de Lacerda, Dom Francisco de Deveros, Dom Estevão de Targa Pedrosa».

O anno de 1589 «Capitão mor Bernardo Ribr.º Pacheco, Sebastião de Macedo, Christovão Correa da Silva, Dom João da Silva, hum desapareceo».

O anno de 1590 «o VRey Mathias de Albuquerque, com sinco Naos quatro aribarão».

O anno de 1591 «Capitão mor Fernão de Mascar.[as], Fernão Vaz Tello, Manoel de Souza Coutt.º Dom Francisco Mascarenhas, Affonso de Albuquerq, Antonio Teixeira dezapareceo».

O anno de 1592 «Capitão mor Francisco de Mello, Antonio Rodrigues Tarroca, Bras Correa, Julio de Faria, Sebastião de Valoalez aribouse».

O anno de 1593 «Dom Luiz Couttinho por Capitão mor, Pedro Giral, Antonio Teixeira de Macedo, Lopo Pina, João Lopes de Azevedo, perdeo-se».

O anno de 1594 «Capitão mor Ayres de Miranda, Sebastiam Gonsalves, Luiz de Souza Soutto Mayor».

O anno de 1595 «Capitão mor João de Saldanha Pr.ª, Antonio Carvalho, João Rodrigues Carneiro, Gp.[ar] Palha aribou se».

O anno de 1596 «O Conde Almirante por VRey, cap.[m]

mor João Gomes da Silva, Luiz da Silva, Gonsalo Tavares, Vasco da Fonc.ª Couttinho aribou».

O anno de 1597 «Capitão mor D. João de Noronha, Josè da Silveira Xpão de Siqueira».

O anno de 1598 «Dom Hyeronimo Coutt.º com quatro Naos, João Paes Fr.ᵉ, Diogo de Souza, Sebastião da Costa».

O anno de 1599 «Simão de Mascarenhas por Cap.ᵐ mor de tres Naos, perdeo-se, Capitão João Tavares, Gaspar Ferr.ª».

O anno de 1600 «Ayres de Saldanha o VRey com quatro Naos, Simão Roiz de Sá, por Capitam mor, Dom Julianes de Noronha, Gonsalo Rodrigues Caldeira».

O anno de 1601 «Capitão mor Antonio de Mello de Castro, com tres Esquadroens das Naos, Francisco Telles, Manoel Paes da Veiga, Joseph de Miranda, Francisco de Miranda, Henriq, Manoel Pinto, Antonio Pereira Pinto, Fernão Antonio, Manoel Paes da Veiga, Lourenço Pires, Miguel de Souza Pimentel, Constantino de Mello».

O anno de 1602 «Dom Francisco Tello, Cap.ᵐ mor das seis Naos, Sebastião da Costa, Vicente de Souza, Dom Diogo de Vasconsellos, Diogo Lopes de Castello branco, Sebastião de Macedo».

O anno de 1603 «Pedro Furtado de Mascarenhas Cap.ᵐ mor das sinco Naos, Pedro de Almeida Cabral, Vasco Fernandes Pimentel, Antonio Vaz, Andre Morr.ª de Almeida».

O anno de 1604 «Dom Martim Affonso de Castro, por

VRey, Braz Telles Cap.^{m} mor, Antonio de Mascar.^{as} Manoel Barreto Rollym, Christovão da Silva de Alvarenga».

O anno de 1604 «Capitão Antonio Barbosa que chegou a Monbaca».

O anno de 1605 «Braz Telles por Capitão mor de sinco Naos, Dom Francisco de Almada, Pedro da Silva. Marçal Barreto Rollim, Vicente de Britto de Menezes, Dom João de Menezes».

O anno de 1606 «Capitão mor Alvaro de Alencastro, Manoel Miz'Homé, Dom Francisco de Noronha, Manoel Telles de Tavora».

O anno de 1607 «Dom Hyeronimo Coutt.^{o}, Capitão mor com sinco Naos, Dom Francisco de Lima, Diogo de Souza. Dom João de Menezes, Hyeronimo Telles».

O anno de 1607 «Capitão João Correa de Souza, Luiz de Britto de Mello, com dous Galioens.

O anno de 1608 «o VRey Conde de Freyras, Miguel Correa, Capitania do dit.^{o} Dom Luiz de Souza, Christovão de Siqueira, Pedro de Torres, Dom Christovão de Noronha, Dom Pedro Mascarenhas, Francisco Sodre Per.^{a}, João Constantino Moniz, Miguel da Sylva da Cunha, Dom P.^{o} de Almeida, M.^{el} de Frias, Miguel Figueira, Dom Christovão de Noronha».

O anno de 1609 «Capitam mor Dom Manoel de Mz.^{es} com sinco Naos, Antonio de Pina, Mel. Barreto Rollym, Gaspar Frr.^{a}».

O anno de 1610 «Capitão mor Luiz Martins de Vasc.^{os}

com tres Naos, João da Costa, Francisco Manoel Telles perdeo-se».

O anno de 1611 «Capitão mor Luiz Martins, digo Antonio de Ataide, com tres Naos, Antonio de Mascarenhas, e Francisco Correa».

«No mesmo anno cap.^m^ Antonio Pinto da Fonseca, com dous galeoens, João de Mascarenhas».

O anno de 1612, «Capitão mor Dom Hyor.º de Almd.ª com tres Naos, Christovão de Siqr.ª de Alvarenga, Dom Luiz da Gama».

O anno de 1613 «Capitão mor Manoel de Menezes, com quatro naos, aribada, duas Caravellas, Pedro Rodrigues e Paulo Rodrigues».

O anno de 1614 «Capitão, mor Dom Manoel Coutt.º o Marialva, com sinco Naos, e dous Galeoens, Manoel de Vasconcellos; Paulo Rangel, João Soares Henriques, Ruy de Mello de Samp.º Francisco de Souza, Falta hum».

O anno de 1615 «Capitão mor Dom Hyeronimo Bacalhao com quatro Naos, Dom Antonio Tello, Francisco Lopes Carreiro, João Pereira Corte Real.

O anno de 1616 «Capitão mor Dom Manoel de Mz.^es^ com tres Naos Lancorote, Francisco Peixoto, Lancorote, Francisco de Mendonça».

O anno de 1617 «Dom João Coutt.º por VRey com seis Naos, João de Faria de Mascarenhas, João de Almeida, Nuno Alvares Botelho, João Pereira Corte Real, Dom Nuno Sqútto Mayor, aribou.

O anno de 1618 «Capitão mor Christovão de Noronha, com tres Naos, dous Pataxos, João Rodrigues Coxo, João Soares Henriques, Dom Luiz de Menezes na Vrqua aribou».

O anno de 1619 «Capitão mor Dom Francisco de Lima com quatro Naos, N. Senhora do Rozr° do Paraizo aribou-se, Nao Guia, Nao N. Senhora de taboas novas».

O anno de 1620 «Capitão mor Nuno Alvares Botl° com quatro Naos e seis Galeoens, João de Souza Rollym, quatro Naos, Diogo de Mello, João Pereira Cortel Real e outro».

O anno de 1621 «o VRey Dom Affonso de Noronha com quatro Naos e seis Galoens, João de Souza Rollim nove aribou-se».

O anno de 1622 «Dom Francisco da Gama Conde de Vidigueiras por VRey segunda vez com quatro Naos, e dous Galeoens elle perdido, Dom Francisco Mascarenhas perdido, Dom Francisco Lobo, perdido».

O anno de 1623 «Dom Antonio Tello por Capitão mor de tres Galeoens, e dous pataxos, Dom Diogo Castello Branco, Bento de Freitas Mascarenhas, perdido Pataxo, como Cascão de Britto, perdido, Manoel Pessoa de Carvalho».

O anno de 1624 «Capitão mor Nuno Alvares Botl° de duas Naos, e seis Galeoens, São Francisco, Capitão João Pereira Corte Real, Galião S. Pedro, Fernão da Costa de Lemos. Galião N. Sr^a^ de Conceição, Camp^m^ Francisco de Toar da Cunha, Galião Santiago, Capitão Simão de Quintal de Carvalho, Galeão Santo Antonio, Cap^m^

Sebastião de Menezes, Galião S. João, Seb^{am} da Costa, Nao Conceição».

O anno de 1625 «Capitão mor Vicente de Britto com duas Naos, e hum Galião».

O anno de 1626 «Capitão mor Dom Manoel Pereira Coutt^{o} com duas, e hum Galião, Lourenço Peixoto, Francisco Ribeiro Acaforado, Nao Cyattação Galião Batalha S. Gonsalo».

O anno de 1627 «Capitão mor João de Siqueira Varzão com huma Nao Capitania, Bom Jesus, Monte Carvalho, Pataxo N. S. de Guia, Capitão Lourenço Mousinho».

O anno de 1628 «Capitão mor Dom Francisco Mascarenhas com tres Naos, Antonio Pinheiro de Sampayo aribou, Dom João de Menezes chegou; tambem d.^{o} o capitão mor aribou».

O anno de 1629 «o Conde de Linheres por VRey, com tres Naos e seis Galeoens, Capitania do d^{o} VRey de que he Cap^{m} Francisco de Mello de Castro, Manoel Fernandes, Francisco de Souza de Castro perdeo-se Antonio Pinheiro de Sampayo, Andre Velho, Pedro Rodrigues Botl^{o} Andre Vasc^{os} Vicente Leytão aribou, e Luiz Martins de Souza aribou».

O anno de 1630 «Dom Jorge de Almeida Cap^{m} de duas Naos, Christovão Borges, Corte Real, Nao Bom Jesus do Monte, Almirante Nao St^{o} Ignacio por Capitn^{a}.

O anno de 1631 «Nada».

O anno de 1632 «Capitam mor Jorge Pinto Pereira com tres Naos, Capitania Nao S. Felippe, Manoel Masc^{as}

Homẽ, Nao S. Francisco, Antonio da Cruz, Nao N. Sr.ª da Guia».

O anno de 1633 «Capitam mor Antonio de Saldanha com tres Naos, Capitania N. Srª da Saude, Nao N. Srª de Bethlem, Almirante Joseph Cabreira, Nao Sacramento Capitania Francisco de Mascarenhas Furttº».

O anno de 1634 «Capitam mor Hyeronimo da Saldª na Nao Capitania Sacramento, em que veyo o ditto Cap.m mor, Nao N. Srª de Oliveira Capitão, Galião S. Francº de Borgea Capitão Naveta, S. Fellipe, e Santiago».

O anno de 1635 «veyo o VRey Pedro da Silva com duas embarcaçoens, hum Pataxo, Capitania N. Senhr.ª da Saude e Stª Catharina de Ribamar, e o Pataxo N. Srª da Conceição».

O anno de 1636 «Capitão mor Gonsalo de Barros da Silva com huma Nao São João de Deos, que chegou a 4 de Otubro do dº anno».

O anno de 1637 «partirão duas embarcaçoens, Capitania N. Senhora de Oliveira, e hum Pataxo, Capitam mor D. Luiz de Mello, Capitam do Pataxo Ayres de Souza da Silveira».

O anno de 1638 «Capitão mor João Soares, Viva Galião S. Bento, Naveta N. Senhora da Conceyção Capitão João Cardoso de Almeida».

O anno de 1639 «Nada».

O anno de 1640 «veyo o VRey, Conde do Alvres, João Tello com sinco Naos, Galião S. Antonio Capitania

Nao Atalaya, Capitão João de Siqueira Varião, naveta Me. de Deos, Capitão Luiz Ribº, Naveta N. Srª do Rosario, Capitão Pedro de Abreu Cabral, Caravella Santo An,^{do}, Capitão Antonio Cabral».

O anno de 1641 «Capitão mor Sancho de Farª com dous barcos, Nao N. Senhora da Quietação perdeo na barra, o Pataxo, Capitão delle Madoel da Silva».

O anno de 1642 «Cap^{m} mor Dom João da Gama, que perdeo em Mosambiq».

O anno de 1643 «Capitão mor João Rodrigues de Sá, e Menezes, com duas Naos, Santo Milagre, Capitania Almirante Pedro Araujo».

O anno de 1644 «Capitão mor Luiz Velho da Foncª com tres Galioens, Capitania N. Senhora de Candalrª Galião S. Pedro, Antonio Chamuso, Galião S. João Baptista, Capitão Antonio Cabral chegarão a Bombaym a 3 de 8tubro, e a Goa a 9 de Dezembro de 1644».

O anno de 1645 «Vierão quatro embarcaçoens, sem Cap^{m} mor Galião Santo Antonio, Capitão João da Costa, Nao Estrela Cap^{m} Glz' Corvo, Naveta Gadalupe, Capitam Antonio Salvador, Galião Santa Catharina, Capitam Manoel da Costa».

O anno de 1646 «Capitão Luiz de Miranda Henriq.^{s} com dous Galeoens, Galião Capitania S. Lourenço, Almirante N. Senhora de Atalaya, Capitão e Almirante Antonio de Camera, e Norª».

O anno de 1647 «Capitão e Cabo Domingos Antunes com quatro embarcaçoens, Nao Candelaria do dº Cabo,

Galião Santo Autonio, Capitão Gaspar Pereira dos Reys, Nao Bom Jesus Capitão Matias de Figueiredo, Nao Patta que se perdeo».

O anno de 1648 «Vrqua S. Roq., Capitão e Piloto Autonio da Costa e Lemos».

O anno de 1649 «Capitão Diogo Leite Per^a^ com duas embarcaçoens que se perderão em Mosambiq».

O ano de 1650 «o VRey Conde de Averos da 2.ª vez com quatro embarcaçoens, Galião Capitania, S. João Evangelista, Galião Sam Jorge, Capitão mor Luiz Velho, Nao Nazareth, Almirante, Antonio Barreto, a caravella que aribarão a donde falleceo o d° VRey em Lineungo, e chegarão a esta Barra em Junho de 651 partindo em Abril do ditto anno de Mosambiq».

O anno 1651 «Capitão Luiz de Mascarenhas com duas Naos, Capitania o Galiam S. Tomé, Santo Antonio de Marzagão, Almirante Antonio de Salazar, partiram aos 13 de Abril, e chegarão a 24 de Septembro».

O anno de 1652 «Veyo o V. Rey o Conde Obidos com quatro Naos Capitania N. Senhora da Graça, e Almirante Galião S. João Perola, Almirante Alvaro de Nabay, Galião S. Felippe, e Santiago, Capitão António de Abreo de Freitas, Naveta Nazareth, Capitão Augostinho Freyre».

O anno de 1653 «veyo Capitão mor Luiz de Masc^as^ Furtado com duas embarcaçoens: Nao Sácramento de Trindade, Capitania Galiam S. Joseph, Almirante Francisco Machado de Sâ, que chegarão a 2 de 8tbr^o^».

O anno de 1654 «Capitão mor D. Francisco Me.^l^ com

tres Naos, Capitania Nao N. Senhora da Graça, Galião S. Thomé Almirante Carlos de Araujo de Vasconsellos, Nao S. Ilena, Capitão Manoel de Pina, a Capitania Almirante, chegou a 12 do 8tubro, e S. Ilena a 19 de Septembro».

O anno de 1655 «o VRey Conde de Sargeda com quatro embarcaçoens, do Bom Jesus do Vidigueira, Capnª em que veyo o ditto VRey, Nao Sacramento de Trindade, em que veyo o Capitão Antonio de Sâ de Menezes, Galeão S. Francisco, Capitão Balthazar de Payva, Pataxo S. Tereza de Jesus, Capitão Manoel da Costa Facuba, que chegarão a 19 de Agosto do dº anno».

O anno de 1656 «Capitão mor Berthelameu de Vasconsellos da Cunha com duas embarcaçoens Nao Bom JESUS do Carmo Capitania Galião Senhrª de Esperança, Almirante Antonio Pereira, partirão do Reyno em 28 de Março de 656 e chegarão em 28 de Sepbrº do dº anno».

O anno de 1657 «o VRey Conde de Villa pouca de Aguiar, que falleceo na viagem em 4 de Agosto de 657 com quatro embarcaçoens, Nao Bom Jesus de Vidigueira, Capitania Nao Santa Maria Anica Almirante em que veyo por Capitão mor, Dom Pedro de Alemcastro, Galeão S. Lourenço, Capitão Hyeronimo de Almeida Soares, Pataxo N. Senhora da Boa Memoria, Capitam Verisimo Pereira, partirão em 28 de Março, e chegarão a 5 de Septembro do ditto anno».

O anno de 1658 «Capitão mor Dom Hyeronimo Manoel, com duas embarcaçoens: Nao Bom Jesus de S. Domingos, Capitania N. Senhora de Populo, Almirante Manoel Velho de Britto, que chegou em Mayo de 659 a Capitania, contra em 15 de Setembro de 658».

O anno de 1659 «Uma Caravella, Capitão Franc^{o} Gonsalves Ferraz, que pereceo em Bacahim».

O anno de 1660 «Galeão Sacramento de Espor^{a} Capitão, e Cabo Francisco Gonsalves Rangel Pinto, Vrqua N. Snra da Estrella, perdeo-se em Mosambiq Nao N. Snra da Conceyção perdeo se em Mosambiq. Capn^{a} chegou em 13 de Julho de 661».

O anno de 1661 «Charrua N. Senhora da Salvação».

O anno de 1662 «O VRey Antonio de Mello, e Castro, na Nao Ingleza Almirante Tambem Ingleza».

O anno de 1663 «Naveta N. Senhora dos R^{mos} de Cassabe, Cap^{m} e Cabo André Pereira dos Reys, Pataxo N. Sr^{a} da Esperança, Capitão e Piloto, Antonio Carvalho».

O anno de 1664 «Capitão mor Bernardo de Miranda Henriques, Nao N. Senhora da Conceição que aribou para Brazil, cujas vias trouxe a Caravella N. Senhora da Nazareth, Capitão Francisco Glz Ferraz que partio do ditto Brazil».

O anno de 1665 «Nao Capitania S. Pedro de Alcantara Capitam mor Dom Noitel de Castro que morreo na viagem Pataxo N. Senhora de Cassabe Almirante de que era Capitão Francisco Rangel Pinto; a Capitania chegou em seis de Abril de 666 e Almirante veyo de Mosambique em 27 de Mayo do ditto anno».

O anno de 1666 «partio o VRey e Conde de S. Vicente com quatro Naos Capitania S. Thereza Nossa Senhora de Nazareth S. Antonio, Capitão Manoel Pereira Coutt^{o} N. Snr^{a} da Penha de França, Capitão Francisco

Gomez de Lagos, e S. Bento Capitão Hyeronimo Carvalho, que aribou».

O anno de 1667 «Capitão mor Hieronimo Carvalho; Nao S. Bento, que partio do Reyno em 27 de Abril e chegou em 27 de Agosto do ditto anno».

O anno de 1668 «Capitão mor Francisco Ferreira Valdoneo que veyo por veador da Fazenda na Nao S. Gonsalo, que partio do Reyno em 23 de Abril, e chegou a 30 de Março de 668 por aribar a Bahia».

O anno de 1669 «Nao Nossa Senhora da Ajuda Capitam mor Christovão Ferrão de Castello Branco, que chegou e 28 de Septembro do d° anno».

O anno de 1670 «o VRey Luiz de Mascarenhas Furtado com sinco embarcaçoens, N. Senhora do Caedaes, Capitania Dom Antonio de Mascarenhas, que chegou a 20 de Maio de 671 Almirante N. Senhora e Santa Catharina, falleceo o d° Almirante, e chegou a 25 de Mayo do ditto anno a Nao N. S. da Guia, de que he Capitão mor Ruy Dorta Castello Branco que chegou a 30 de Mayo de 671 Caravella Bom Jesus de Trindade de que he Capitão Pero; e Nao N. Snr.ª dos Remedios de Cassabe de Bacahim de que era Capitão Simão de Souza de Tavora, que se perdeo em Mossambique».

O anno de 1671 «Capitão Xpão Ferrão de Castello Branco, e outra Bom Jesus de Trindade, que chegou a 24 de Settembro do ditto anno, que he Pataxo Almirante».

O anno de 1672 «Vieram tres embarcaçoens, Capitania N. Snr.ª de Ajuda, Capitão João Correa de Sá; Nao Al-

mirante S. Pº de Aratez; Almirante Hyeronimo Carvalho que he de Brazil, em 19 de Mayo de 663 em que veyo o Arcebyspo Primaz que falleceo na viagem, e Caravella Santo Antonio, e Santissº Sacramento que chegou a 29 de Agosto do dttº anno: na monção do mesmo anno hum Pataxo, que chegou em Mayo de 663 Capitão de mar e guerra e Pataxo, que he Santo Antonio, e S. Francisco Xavier».

O anno de 1673 «Vierão do Reyno tres embarcaçoens: Capitania Bom Jesus de S. Domingos, Capitão mor Dom Rodrigo da Costa, Almirante N. Senhora dos Cardaes, Cap^{m} Bernabe de Barros, Pataxo N. Senhora da Nazareth, Capitão Pero de Lamego Palha, que chegou a 23 de Agosto, e Capitania, e Almirante em 4 de Settembro».

O anno de 1674 «Vieram do Reyno duas embarcaçoens, Capitania N. Senhora do Rosario, e Sam Caetano, Capitão Simão de Souza Tavora, e chegou a 27 de Mayo de 675 a Caravella Bom Jesus de Trindade, Capitão Manoel Carvº chegou em 28 de 8tbrº de 674».

O anno de 1675 «Nao S. Pedro de aratez, em q. veyo o Arcebpº Dom Fr. Antonio Brandão: Capitão de mar e guerra Jº. da Silva Guia, que chegou a 24 de Septembro do dº anno».

O anno de 1676 «Nao N. Senhora dos Remedios, e S. Francº Borja: Capitão de mar e guerra Andre da Silva e Pataxo Bom Jesus de Trindade; Capitão Luiz Rodrigues, em 29 de Agosto do ditto anno».

O anno de 1677 «Nao Capitania S. Pedro de Ribrª que veyo o VRey Dom Pedro de Almeida: Capitão mor

Dom Rodrigo da Costa, que chegou a 23 de 8utubro do d° anno».

O anno de 1678 «Nao Capitania N. Senhora da Conceição, por Governador de quatro Naos, Antonio Ribeiro, Nao S. Bernardo: Capitão Lourenço Nunes) Fragata N. Snrª do Rosario e S. João Baptista; Capitam João da Silva de Guia, Pataxo N. Senhora de Pillar: Capitão Manoel Vaz Salgado, charrua Vizitação, Capitão Manoel Dias».

O anno de 1679 «Nao N. Senhora do Rosario, e Santo Antonio, Capitão de mar e guerra, Dom João Lourenço da Cnª a Nao S. Mª Izabel de Saboya, Capitão Manoel Pinto da Costa veyo dirigido a Mossambique, e foi para o Reyno»,

O anno de 1680 «Fragata Santo Antonio; Capitam mor Verissimo Carvalho da Costa, charrua Vizitação, Almirante Capitão de mar e guerra Manoel Glz. Morim, q. veyo de Socorro a Mossambique».

O anno de 1681 «vierão tres Naos: Capitania Sta. Mª de Saboya, em que veyo o VRey Francisco de Tavora, e por capᵐ de mar e guerra Dom João Lourenço da Cunha, Nao Almirante Santo Antonio, e S. Francisco Xavier Almirante Dom Henrique Manoel, em que o Arcbp° Primaz Dom Manoel de Szª de Menezes, Fragata N. Senhora de Milagres; Capitão de mar e guerra Manoel dos Santos Pinto chegarão Almirante em 11 de Settembro do d° anno, e Fragata Milagres em 27 de Agosto».

O anno de 1682 «o Galiam Santiago Mayor Capᵐ. mor Caetano de Mello de Castro, que partio do Reyno

em 30 de Março do dito anno, e chegou em 30 de Agosto delle».

O anno de 1683 «Charrua N. Senhora de Caridade, Capitão de mar e guerra, e Cabo Andre da Silva; charrua N. Senhora de Vizitação, Capitão de mar e guerra Domingos Barradas e por sua morte veyo João Paulo que chegarão em 19 de Septbr° do do ditto anuo».

O anno de 1684 «Nao Capitania S. Francisco Vavier, Capitam mor Dom João Carcome Lobo, Nao Almirante Sant° Antonia, e Sam Francisco Xavíer: Capitão D. Franc° Napollez, que chegarão em 8 de Setbr° digo Outbr° do ditto ã».

O anno de 1685 «Vierão sinco Naos: Capitania N. Snr^a^ da Conceição; Capitão mor Manoel de Saldanha na Nao Almirante S. Francisco de Borjas, em que veyo o Mc. do Campo João Tristão Mages.; Nao Fiscal N. Senhora de Conceição, e Santo Antonio; Capitão de mar e guerra Manoel da Sylva, que chegarão a 18 de Agosto do dito ano: Nao Sacrameato Capitão de mar e guerra Francisco Rodrigues, e charrua N. Senhora da Caridade, Capitão de mar e guerra Andre da Silva, que chegarão em 8 de Outubro ditto anno».

O anno de 1686 «Nao S. Francisco Xavier, Capitão de Mar e guerra Domingos Luiz de Oliveira, que partio do Rey° em Março do d° anno, e chegou em 3 de Setbr° delle».

O anno de 1687 «Nao Santiago Mayor; Capitam de mar e guerra Dom Francisco Naper de Alemcastro, em q. veyo o Arcebyspo Primaz Dom Alberto da Silva, e chegou em 21 de Setembro do d° anno».

O anno de 1688 «Nao Nossa Senhora da Conceição Cap.^{m} de mar e guerra Antonio Rodrigues Torres, em que o Vedor da Fazenda Thome de Souza Correa, que partio em 30 de Mrç.^{o} do ditto anno e chegou em 17 de Setembro delle».

O anno de 1689 «Nao S. Francisco de Borjas; Cap.^{m} de mar e guerra Domingos Froes que falleceu na viagem, e veyo a cargo do Piloto Manoel Godinho, em que veyo o Bp.^{o} de Cochim Dom Pedro da Silva, e chegou em 12 de Stbr.^{o} do dito anno».

O anno de 1690 «duas Naos Capitania S. Tiago Mayor: Capitão mor D. João Carcome Lobo: Almirante N. Senhora da Conceição, Capitão de mar e guerra Antonio Rodrigues de Torres, que chegarão a 2 de Novembro do ditto anno, que partiram em 8 de Março».

O anno de 1691 «Duas Naos: Capitania S. Francisco de Borjas, Capitam de mar e guerra Antonio Francisco com titulo de Piloto mor, em que veiyo o Senhor Arcebp.^{o} Primaz Dom Fr. Augostinho de Annunciação de ordem de Tomar. e o Bispo de Macao, Dom João de Cazal Clerigo que chegou em 11 de Setembro: Nao Almirante Sacramento, Capitam Bento Ferreira de Almeida, que aribou em Mossambiq, donde tornou a aribar em Baçahim com tormenta no Rio de turunbã e perdeo-se com a tormenta, estando de Baçahim para vir a Goa em Setembro de 692 e partirão em 24 de Março de 691».

O anno de 1692 «duas Naos: Capitania N. Snr.^{a} de Conceição em que veyo o Conde de Villa verde Dom P.^{o} Antonio de Noronha por V. Rey, que chegou a Mossambiq em 3 de Setembro do ditto anno aribado e chegou a Goa em 26 de Mayo de 693 e por capitam de mar e

guerra Roberto de Vilavy, que veyo por Secretario do Estado; e a ditta Nao veyo destroçada e quebrada de mastros com huma tormenta que deo em 11 de Mayo e partio do Reyno em 25 de Março; Almirante N. Senhora de Ajuda Luzitana, Capitam do mar e guerra Manoel Matozo, que partindo de Mossambiq desapareceo».

O anno de 1693 «não vierão Naos, por que S. Francisco de Borjas, que vinha aribou depois de 5 mezes de viagẽ pª o Reyno».

O anno de 1794 «vierão trea Naos e por capitão mor M. Estevão Joseph da Gama: Capitania N. Senhora de Nazareth e Santo Antonio em que veyo o ditto Capitam mor, e capitão de mar e guerra Antonio Francisco Almirante N. Senhora de Valle, Capitão de mar e guerra Antonio da Silva de Atayde, que todas chegarão em 30 de Setembro de 1694 quinta feira a tarde».

O anno de 1695 «vierão duas Naos: Capitania N. Srª de boa hora; Capitam de mar e guerra Manoel Gonsalves Nogueira; Almirante N. Senhora de necessidade; capitão de mar e guerra Domingos Cardoso, que chegarão a 15 de Setembro de 1695».

O anno de 1696 «duas Naos: Capitania N. Senhora da Gloria, Capitão de mar e guerra, o Cabo Henriq de Figrdº de Alarcão, Almirante Santo Antonio de Fama; Capitão de mar e guerra Francisco Antunes Mrª que faleceo na viagẽ, e chegarão em 16 de Setembro do ditto anno».

O anno de 1697 «duas Naos; Capitania N. Senhora do Cabo, Capitão de mar e guerra, Gaspar Aranha de Alencastre, em que veyo o Veador da Fazenda Geral, João Telles da Silva, Almirante N. Senhora de boa hora:

Capitão de mar e guerra Lucas da Costa, que chegou em 12 de Agosto, e não tornou em Mossambiq, e a Capitania tornou Mossambique, e chegou em 16 de Setembro do ditto anno».

O anno de 1698 «tres Naos: Capitania S. Pedro Glz em que veyo o VRey Almotaces Mor do Reino de Portugal que chegou a 15 de Setembro do ditto anno; Almirante N. Srª das Necessidades, de que era o capitão de mar e guerra João da Silva Manoel, que chegou a 7 de Setembro, Fragata Bom Jesus de Marzagão. Capitão de mar e guerra, Alᵉ Enacio Franco, que chegou a 17 de Setembro».

O anno de 1699 «Sinco Naos; Capitania N. Senhora da Estrella em que veyo o General dos Galeons, Henriq Jaques de Magalhaens: N. Senhora do Cabo em que vinha o Al.ᵉ de Campo Antonio de Castro de Sande, que falleceo na viage, e por Capitão de mar e guerra Gaspar Aranha de Alencastre: N. Senhora do Rozario em q vinha por capitão de mar e guerra Marcos Evenrella, que falleceo na viagẽ, e veyo nella o sargento mor do terço Estevão Bernardo de Macedo: Fragatinha N. Senhora da Piedade, e Santo Antonio; Capitão de mar e guerra Augostinho de Lemos de Britto, que chegarão em 26 de Setembro».

O anno de 1700 «Huma Nao S. Pedro Gonsalves, por Capitão de mar e guerra Antonio de Britto da Silva, que falleceo na viagem, e chegou a 12 de Setembro de 1700. Em Novembro de 1700 partio da Bahia a Nao N. Srª de Bentacor por ordem de S. Magestade de seccorro a Mossambiq, donde vindo aribou a Bonbaim, e chegou a esta cidade a 13 de Otubro de 1701 em que veyo por capitão de mar e guerra Antonio Saldanha».

O anno de 1701 «tres Naos: Capitania N. Srª da Piedᵉ das Chagas em que veyo o capitão mor Gaspar da Costa de Atayde, Almirante N. Srª do Valle; Capitão de mar e guerra Manoel Pereira de Castro: Fiscal N. Senhora de Boa Siia e S. João de bem casados; Capitão de mar e guerra Manoel Coyo de Faria todos chegarão em 9 de Setembro de 1701».

O anno de 1702 «tres Naos Capitania S. Pedro Glz' em que veyo o V. Rey Caetano de Mello de Castro que chegou em 29 de Setembro; Almirante Sam Salvador do Mdº; Capitão de mar e guerra, Manoel Duarte de Andrade, e o dito V. Rey veyo duas vezes a India; a primeira no anno de 1682 por Capitão mor e nesta por VRey».

O anno de 1703 «quatro Naos: Capitania N. Senhra da Piedade, e Chagas: Capitão de mar e guerra, e Cabo Antonio Lopes Francisco, Almirante N. Senhora da Batalha; Capitam de mar e guerra Antonio Franco; fragata N. Srª de Boaviagem; Capitão de mar e guerra João da Silva Mᵉˡ; Fragata N. Senhora de Penha de França, e S. Francisco Xavier; Capitão de mar e guerra, e Piloto Joseph dos S.ᵗᵒˢ que chegarão em 11 de Setembro de 1703».

O anno de 1704 «duas Naos: Capitania N, Snrª da Princesa do Ceo, Capitão de mar e guerra Sebastião de Almeida, Almirante S. Caetano Capitão de mar e guerra Antonio de Rezende, que chegou em 24 de Setembro, e a Nao Senhora da Princesa do Ceo a 4 de de 8tbrº do ditto anno».

O annno de 1705 «Huma Nao S. Pedro Gonsalves: Cap.ᵐ de mar e guerra Manoel Loyo de Faria, que partio

de Lxª em 27 de Abril do dito anno, e aribou em Julho do dito a Nao por bahia dondo sahio em 30 de Novembro, e chegou a esta Barra de Goa em 26 Mayo de 1706».

O anno de 1706 «huma Nao N. Senhora das portas dos Ceos, Capitão de mar e guerra Bertholameo Fernandes de Araujo».

No mesmo anno veyo a Nao N. Senhora das Brotas; Capitão de mar e guerra Francisco Machado da Silveira, que partio de Lisboa para Timor de seccorro, donde veyo de aribada sem tomar o dito porto de Timor em 9 de Dezembro de 1706 a esta barra, e tornou o dito capitão de mar e guerra na Fragata Bom Jesus de Marzagão para o dito porto».

O anno de 1707 «duas Naos; Capitania N. Senhora das Ondas, em que veyo o V. Rey Dom Rodrigo da Costa; Capitão de mar e guerra João Freyre da Silva, que partio do Reyno a 10 de Abril do ditto anno e sem tomar a Mossambiq, e chegou a esta barra em 25 de 8tubro: Nao N. Senhora dos Prazeres, e Santo Antonio: Capitão de mar e guerra João Ribeiro partindo de Lxª no mesmo dia aribou a Bahia, em 6 de Agosto, donde partindo em 21 de Novembro da dª era, e chegou a Mossambique, e de lá a esta Barra em 17 de Setembro de 1708».

O anno de 1708 «duas Naos: Capitania Princeza do Ceo, que a ribou a Bahia de donde partío em 15 de Novembro do ditto anno, e invernou em Mossambiq, donde chegou a esta cidade em 24 de Setembro de 1709; e S. Lucas de Pax, que tambem a ribando em Bahia donde partindo em conserva da Capitania, e chegando a Mossambique se perdeo; de que era capitão de mar e guerra

Manoel Pimenta e Capitão de mar e guerra Capitania Antonio Lopez Freyre' que chegou a 23 de Setembro de 1709».

O ano de 1709 «duas Naos: Capitania N. Senhora da Nazareth: Capitão de mar e guerra Manoel Andre dos St^{os} que chegou a esta Barra em 2 de Setembro de 1709 Bô Josus de Marzagão: Capitão de mar e guerra Estacio Franco. chegou a 23 de Agosto de 1709».

O anno de 1710 «huma Nao N. Senhora de Conceição, capitão de mar e guerra João da Silva Manoel, que partio de Lx^{a} a 29 de Março e chegou a Mossambique em 11 de Agosto do dito anno, dnde partio em 16 do ditto anno, e chegou a esta Barra em 16 de Setembro de 710 e partio p^{a} o Reyno em 20 de Janeiro de 1711».

O anno de 1711 «duas Naos: Princeza dos Ceos; Capitão de mar e guerra Custodio Antonio da Gama que partio de Lixboa em 27 de Abril, e chegou a Mossambiq em Setembro donde partio e chegou a esta Barra de de Mormugão a 30 de Mayo de 712 Nao S. Caetano chegou pela dita maneira: Capitão de mar e guerra Sebastião dos Reys».

O anno de 1712 «duas Naos: Capitania N. Senhora da Visitação, e S. Joseph: Capitão de mar e guerra Alvaro de Souza; e na mesma veyo o VRey Vasco Fernandes Cezar de Menezes: a Nao Santa Joanna: Capitão de mar e guerra Francisco de Moura q. partira de Lixboa em 16 de Abril, e tomarão Mossambiq em 19 de Junho do dito anno, donde partirão em 15 de Agosto da dita era, e chegou a esta Barra em 15 de Setembro do dito anno».

O anno de 1713 «tres Naos Capitania; S. Francisco

Xavier: Nao N. Senhora de Prazeres e Nao S. Francisco de Axis que partirão a 27 de Abril do Reyno do ditto anno, e chegou a esta Barra de Goa de Mossambiq em 21 de Setembro do dito anno Capitão de mar e guerra de S. Francisco Xavier, Joseph Fernandes».

O anno de 1714 «duas Naos Capitania N. Senhora de Esperança: Capitão de mar e guerra Manoel de Andrade; Nao S. Anna e S. Joseph Capitão de mar e guerra João Rodrigues da Costa, que chegou a 15 de Setembro, e a Capitania a 17 do dito».

O anno de 1715 «duas Naos Capitania N. Senhora de Piedade: Capitão mor Fernão de Barros de Vasconsellos: S. Francisco Xavier Capitão de mar e guerra João Rib° que partio de Lx^a^ ao primeiro de Abril, e chegou aos 21 de 7tb° de Mossambique a esta cidade, e a Capitania a 19 de 8tubro do dito anno».

O anno de 1716 duas naos: Capitania N. Senhra do Pillar, Santo Antonio, e Almas Santas: Capitão de mar e guerra Luiz de Souza Falcão: Nao N. Senhora de Aparecida, em que veyo o Arcebp° Dom Sebastião Paçanha, e capitam de mar e guerra Francisco de Moura, q. partio de Lixboa a 2 de Abril e chegou a Barra de Mormugão em 2 de 8tubro».

O anno de 1717 «duas Naos: N. Senhora de Pillar em q. veyo o VRey Conde de Ericeira, Dom Luiz de Menezes e Cap^m^ de mar e guerra João da Silva Manoel, que partio de Lx^a^ a 17 de Abril e chegou a esta Barra em 3 de 8tubro do dito anno. Nao S. Francísco de Axiz a ribou a Mossámbiq e chegou a esta Barra em 24 de 8tubro de 1718 em Comp^a^ da Nao N. Senhora da Luz: Capitão da Nao a ribou, era João Monteiro de Carvalho».

O anno de 1718 «duas Naos: Capitania N. Senhora da Luz: capitão de mar e guerra Custodio Antonio da Gama, e Nao S. Francisco de Axiz do monção passada».

O anno de 1719 «huma Nao: a qual chegando de a Mossambique se quebrou: a N. Senhora de Guia q. se perdeo na Ilha de Anxoga de que era capitam de mar e guerra Luiz Gomes».

O anno de 1720 «huma Nao em que veyo o V. Rey Franc° Joseph de Sampayo, e Castro: capitão de mar e guerra Francisco de Moura, que partio de Lixboa em 13 de Abril, e chegou a esta Barra em 9 de Setembro».

O anno de 1721 «huma Nao N. Senhora de Piedade, capitão de mar e guerra Hyeronimo Roquete em que veyo o Illustrissimo Primaz Dom Inacio de Santa Thereza, e chegou a esta barra de Goa em 26 de Setembro de 1721 e partio de Lixboa em 26 de Abril do ditto anno».

O anno de 1722 «Huma Nao N. Senhora de Penha de França capitão de mar e guerra Alvaro de Souza, e chegou a esta barra em 19 de Setembro, e partio de Lx^a^ em 4 de Abril do ditto anno».

O anno de 1723 «tres Naos Capitania: N. Senhra de Pillar, de que era capitão de mar e guerra, e cabo, Custodio Antonio da Gama, a N. Senhora de Palma: Capitão de mar e guerra Hyeronimo Correia Freire, que veyo por tenente coronel, e a Charrua S. Tomé de Cantrearia cap.^m^ de mar e guerra Andre Ribeiro Couttinho; que veyo por sart° mor do terço de Gôa por tempo de Seis annos, que chegarão a esta Barra aos 11 de Settembro do ditto anno».

O anno de 1724 «huma Nao S. Antonio de Padua, aribada e chegou a esta Barra».

O anno de 1725 «duas Naos N. Senhora de Livramento, em que veyo o VRey João de Saldanha da Gama, e capitão de mar e guerra Felippe de Miranda, e chegou a esta Barra em 27 de 8tubro; e tomou posse do Governo em 30 do dt° mez dia da Senhora de Livramento, a Nao aparecida chegou de aribada em 25 de Mayo de 1726».

O anno de 1726 «duas Naos Madre de Deos, e Santa Thereza de Jesus do que era capitão de mar e guerra Augustinho de Mello, que chegou em 10 de Setembro do dito anno».

O anno de 1727 «huma Nao N. Senhora do Livramento capitão de mar e guerra Manuel de Fonseca que chegou em 21 de Settembro do ditto anno».

O anno de 1728 «huma Nao Santa Thereza de Jesus: capitam de mar e guerra Fernão da Costa Lopez de Lavre, que chegou em 14 de Setembro do ditto anno».

O anno de 1729 «Não veyo a Nao, que aribou a Bahia».

O anno de 1730 «Chegou a Nao Santa Thereza de Jesus e tambem veyo a Nao N. Senhora do Livramento, que tinha aribado a Bahia».

O anno de 1731 «veyo a Naọ Madre de Deos aos 19 de Novembro, era capitam de mar e guerra Miguel Henrqs. e trouxe as vias do Governo, por se recolher Joam de Saldanha da Gama pª o Reyno por ordem de El Rey».

Ernesto de Vasconcellos.

O BRASIL E SANTA IRIA

Encontrada, por um acto de pensado cálculo ou de méra sorte, a terra, a que o seu descobridor, o ilustre Pedro Álvares Cabral, na sua viva fé cristã, pôs o nome de *Vera Cruz* e o vulgo de *Santa Cruz*, esquecida ficou por nós, durante muitos anos, entretidos, como andávamos, com os *fumos* da Índia.

Passados estes um pouco, tratou o sucessor de D. Manuel, D. João III, rei que até hoje tão mal tem sido estudado, de a aproveitar, começando por povoá-la, o que constitui para o *Piedoso* um dos mais belos florões da sua coroa.

Dividiu, para isso, a comprida costa em nove capitanias, sendo a de S. Tomé, onde está a ampla baía que o grande em talentos e grande em façanhas — Martim Afonso de Sousa, supondo um rio, apelidou de Rio de Janeiro, dada a Pero de Góis da Silva, que não teve só o encargo de a arrotear, como também de civilizar a valente raça dos Tamóios.

Para ali, soldados e colonos muitos deviam ter ido, principalmente da Estremadura, onde havia, ao tempo, dois focos de intensa vida política, social e artística: Almeirim e Tomar.

Almeirim, na ampla lezíria que o famoso Tejo beija, defronte da acastelada e milagrosa Santarém, recebia a côrte nas horas de lazer que eram passadas nas longas e grandes caçadas, arrematando sempre pelos serões célebres, em que o imortal Gil Vicente punha uma alta

nota de arte; e Tomar, côrte da maior parte dos reinantes da dinastia de Aviz, intensificava essa côrte pelas estadas que D. João III ali fazia ao levantar a majestosa fábrica do rico e artístico Convento de Cristo, apegada aos gloriosos quartéis da nobilíssima Ordem, cujos membros foram os nossos pioneiros egrégios das conquistas e dos descobrimentos.

Daí, pois, muitos companheiros de Góis da Silva partiram e, ao deixar o torrão sagrado da pátria, levariam, de memória, o nome de seus santos e a vida de seus mártires.

Uma, de-certo, que não esqueceu, foi a da sua conterrânea, a popular Santa Iria, virgem e mártir das marges do Nabão.

E não esqueceu.

Por essas longíquas paragens a cantaram os primeiros íncolas portuguêses nas suas horas nostálgicas e de fé e, ficando por lá êsses versos, perpetuada foi a grande tragédia de amor.

As tradições poéticas da terra, que Mem de Sá fundou, quando das heróicas refregas contra os huguenotes de Durand, fixaram tais cantares, vendo-os nós hoje enriquecerem o *Romanceiro* do ilustre historiador da literatura portuguesa, o Sr. Dr. Teófilo Braga e os *Cantos Populares do Brazil* do Sr. Sílvio Romero, distinto escritor brasileiro.

No Rio de Janeiro se canta essa xácara, a mais popular de Portugal, onde conta, que nós saibamos, mais de 16 lições. Tem por tema a vida, morte e sepultura de Santa Iria, cujas relíquias as areias finas do áureo Tejo guardam, vai para treze séculos, no pé do monte que na sua encosta tem a ermida que, desde a sua fundação, tantos romeiros chamou, a ponto de a cidade, que mais acima se aninhava, a-dentro de seus valentes muros, trocar o antigo nome pelo da filha famosa e formosa das

terras de Nabância, eternizando-o através das gerações.

Bastante dessemelhança há, todavia, entre a xácara e o romance em prosa que a contar do século xv anda impresso, mas que, sem dúvida, anteriormente a essa impressão; se narraria por Braga e Évora, antes de fazer parte dos seus *Breviários*. Contudo na essência não há diferença; esta sòmente se nota no contexto.

Deixando para depois o romance em prosa e a sua interpretação, reproduzamos a versão poética que originou êste escrito, a qual bem prova o quanto foi, em tudo e por tudo, no Brasil, operosa a acção portuguesa, mostrando, é bem que se diga mais uma vez, a unidade étnica das raças portuguesa e brasileira.

Iria a fidalga

Estando assentada
Na minha costura,
Passou um cavalleiro
Pedindo pousada.
Si meu pae não dera,
Muito me pesara.
Botou-se a mesa
Para o de jantar;
Muito comeria,
Pratas lavradas.
Si fez a cama
Com lenções de renda,
Cobertas bordadas.
Lá pr'a meia noite
Elle alevantou-se,
Ninguem achou,
Só a mim levou.
Acabo de sete leguas,
Elle me perguntou:
= Na minha terra
Como me chamava?
« Na minha terra

Iria a fidalga;
Na terra estranha
Iria a coitada.
— Minha Santa Iria
Meu amôr primeiro...
Me degolaram
Que nem um carneiro. »

Não está completa, faltando-lhe alguns versos, mas para o caso pouco importa.

Em pequeno número de palavras se resume a lenda cantada por esta e por tôdas as outras versões, que, com diferença de poucas palavras, é igual às de Portugal, e em tôdas elas se vê o mesmo tema: uma virgem resistir ao louco amor de um homem que a mata longe da terra natal, tendo-lhe a religiosidade da época levantado um templo que mais tarde é visto pelo assassino que se posta diante da imagem da Santa, pedindo-lhe perdão, como a Roma o vai implorar o Britaldo da lenda em prosa.

Esta, que através do tempo se tem vindo a opulentar, talvez ao contrário daquela que se terá vindo a simplificar, e que chega a encher páginas e páginas de Fr. Bernardo de Brito na sua *Monarchia Lusitana*, sem ainda a completar de todo, conta o seguinte:

Nas floridas margens do encantador Nabão, a esquerda, onde nos tempos dos romanos, decerto, tinha existido a cidade de Sellium, a fé dos vizigôdos levantou dois conventos: um de frades outro de freiras.

N'este, pelos annos de 653, em que o mundo cristão era governado por Martinho I, a igreja de Braga por Potamio, a de Coimbra por Siliberto, a de Idanha por Selva, a de Lamego por Filimiro, a de Evora por Aliencio, o imperio do Oriente por Constante II e a monarchia das Hespanhas por Resensvindo, havia uma linda rapariga, filha de Hermígio e Eugenia, que, por inclinação sua e da familia, tinha professado n'esse convento, onde já eram freiras suas thias de nome Casta e Julia.

Um dia Britaldo, filho do governador das terras que aquelle

poetico rio banha, o conde Castinaldo, apaixonou-se por ella, o que o fez estar ás portas da morte e só sarou por intermedio milagroso de Iria, assim se chamava a novel freira, por quem, a breve trecho, tambem se apaixonava o monge Remigio, seu professor.

Ella, firme na sua fé e na sua virtude, resiste ao amôr cego d'este, como tinha resistido ao vehemente d'aquelle, mas o arteiro mestre, mais valente, não cahe doente e arranja, n'uma beberragem, causa de fantastico pejamento para descredito da alumna e vindicta pelo repudio de seu afecto.

A suposta maternidade é sabida, como verdadeira, por Britaldo que, ardendo em amôr e vingança, manda matar, por Banão a inocente virgem que é lançada ao Nabão, d'este vai ao Zezere e depois ao Tejo, onde é sepultada no seu leito, junto ás faldas do monte, cujo cimo era coroado pelos muros e casaria da celebre Scalabiscastro.

O caso, por milagre, é revelado ao thio de Iria, Selio, o abade do convento de frades, que rodeado dos seus e do povo da região, vai, sem perda de tempo, no encalço da apunhalada de tanto amôr, a qual encontra, mas já encerrada em sepulchro de fino alabastro, obrado pelas venustas mãos dos anjos, para o que se tinham retirado as aguas do rio e como que parado.

Chegados ao pé do sarcophago, abriram este, viram e tocaram o corpo da Santa, mas não o poderam tirar, por mais deligencias que fiseram e, reconhecendo que era milagre, o que presenciavam, contentaram-se de levar para os viçosos campos do Nabão, reliquias dos seus cabelos e da tunica que a envolvia e, tornando-se a ajuntar as aguas, continuaram a correr sobre sitio de tanto prodigio, tendo proxima a piedade do tempo levantado uma capela em memoria da virgem e martyr nabantina, cujos algoses iam já a essas horas a caminho de Roma a implorar perdão.

*

Agora vejâmos a interpretação que damos a caso de tanta retumbância e que formará um capítulo da nossa obra em preparação: *Tomar e o Convento de Santa Iria.*

O que se conta nesta lenda, vulgar foi sempre.
Vulgaríssimo é ao presente.
Um drama de amor que passou a tragédia.

Hoje teria um fantasioso e exímio jornalista a desfiar-lhe todo o entrecho, chegando ao romance, à lenda. Na Idade-Média não havia o jornal a explorar o caso *à sensation,* mas havia a fé com a pureza da sua crença, na romantização dos seus milagres, na tragédia dos seus martírios.

Êste, como muitos outros acontecimentos milagrosos, para nós teve um fundo verdadeiro; mas temos que enquadrá-lo nos moldes do verídico, do aceitável, esclarecendo-o, mais ou menos, pela sciência.

Simples é êle.

Imagine-se uma mulher linda a valer, de tipo luso-godo: alta, esbelta, cheia de vida e mocidade, de ondeantes cabelos louros, caindo em bandòs, moldando uma airosa cabeça, onde dois largos e meigos olhos azuis se abriam num riso de bondade, um nariz se afilava numa linha de estatuária e uma bôca, em til, se desenhava numa expressão de castidade e de santidade, levantando-se todo êste esplendor de um torneado colo alabrastrino e pujante de frescura, como a flor que se espande, mergulhando sua haste elegante e viçosa numa ânfora de maravilha, saída, por milagre, da fantasia quente dum artista.

A sua voz tinha a ternura dos anjos e as suas palavras o ritmo harmonioso das aves do céu.

Sobrinha de abade e de duas freiras com quem vivia, de bem nova se entregou às práticas de puro misticismo, que imprime, pela idade adiante, a seu gentil corpo um ar de atracção, de fascinação e de modéstia, arredando-a de aparições entre as gentes, a exibições públicas.

Mas, por mais que faça, por mais que se oculte, uma ocasião tem que aparecer e ao vê-la um rapaz, cheio de fogo moço, prende-se de seus encantos, escraviza-se de seus enlevos.

Já dizia Sócrates que a formosura era uma tirania.

Tenta mais vezes vê-la, admirar-lhe a fascinante fi-

gura, ouvir-lhe a meiga voz, incendiar-se no lume de seus grandes olhos, mas em vão, originando, na sua pureza de intenções, na sua ardência de sentimento, doença que o arrebataria se não chegasse a saber da pureza das intenções e da grandeza do sentimento dela, que era do céu e não da terra.

Consolado com essa idea, vivendo ia.

¿Quantas vezes não iria êle, rio abaixo, e iria rio acima, em leve batel, espreitá-la, ver se, através das gelosias do convento, poderia enxergar a airosa figura da mulher amada, da mulher querida que lhe tinha roubado o sossêgo de sua alma de rapaz na alegria da mocidade?

¿Quantas vezes não se dirigiria êle à igreja conventual a ouvir o côro, a notar se, no meio dêle, destacaria a doce voz dessa mulher que era a constante figura de seus sonhos, dessa mulher que era, para êle, a expressão máxima da beleza e do amor?

¿Quantas vezes êle não procuraria o local primeiro, em que teve a dita de pousar os olhos no seu elegante vulto para tornar a encontrar essa mulher loura que lhe tinha fugido e cujos encantos o prenderam sem dêles se poder desenlaçar, sem lhe poder quebrar a sedução?

¿Quantas vezes, emfim, nas lides do dia, se não lhe pararia o cérebro ao pobre rapaz, prêso pela idea fixa da sua intensa paixão à mulher ennamorada que êle via casta, como os lírios dos campos, pura como as gotas hialinas de orvalho nas corolas das rosas dos balseiros do rio, onde o rouxinol, com seus *ritornelos,* pelo primaveril Maio, punha notas festivas de vida e de amor?

¡Um sem número de vezes; e assim gastava e consumia a vida triste e pesarosa!

Ela, a grácil moça, a mais não poder ser, cresce em perfeições materiais e espirituais, proporcionadas estas pelo preceptor que é homem de letras, mas, como homem, é... pecador.

Também a atraente formosura da discípula lhe sobe à cabeça e, endoidecido por tanto amor, começa padecendo diabólica sedução.

Bem dizia S. Jerónimo, que êle devia conhecer muito bem, como lido que era: a formosura é um esquecimento do uso da razão.

Sabendo-o, desculpava-se a si próprio e continuava.

Palavras sem sentido, frases misteriosas são proferidas que a candura de Iria não percebe, mas afincadamente renovadas e intendidas, por fim, são claramente desprezadas, o que mais atiça o pobre tresloucado.

Êste não desarma e a sensitiva religiosa começa a irritar-se.

Desta a tara nevropata é despertada e exquisita doença a assalta lentamente, desequilibrando-lhe o psíquico e desenleganteando-lhe seu airoso vulto, tão cheio de gracilidade.

Aborrece tudo e todos, até por ver quebrada a veneração que pelo mestre nutria, cujas insistentes importunidades lhe vão alimentando êsse mortificante mau estar.

Daí uma neurastenia se estabelece e o aparelho gastro-intestinal começa a ressentir-se, sobrevindo uma intercolite, cujas crises a alarmam e às suas íntimas.

Cada vez mais tristemente desapegada do mundo, mais pressurosamente se afervora nos sedentários serviços divinos que lhe fazem sôbre-maneira aumentar o mal.

As crises recrescem de intensidade e a indisposição, o cansaço, a anorexia, as náuseas, os vómitos e por fim o meteorismo abdominal denunciam a sua suposta gravidez de pecadora origem.

Na ignorância médica do tempo, êste último sintoma é que mais aguça os comentários que vão alargando de âmbito, até que galgam por cima do endemoninhado professor, que num despeito selvagem acaricia a perda daquela que o aborrecia.

O segrêdo claustral é rompido e a falsa notícia em breve, numa freima diabólica, chega ao mal-são rapaz, que, na sua dignidade de apurada e nobre estirpe, é sacudido por infame repelão.

De cogitação em cogitação, o seu veemente e cego amor ainda quere perdoar; mas, afastado, Britaldo prepara a vingança a cevar na que tão infielmente o enganara e pronto magano é armado a tirar-lhe a vida.

Gemendo aos efeitos da sua *prenhez fantasma,* Iria aparta-se para longe e, por vergonha também, do rancho alegre das companheiras.

Talvez por uma tarde dessa soberba estação, branda de luz e doce de temperatura, a que se chama Outono, à hora em que o sol escondendo-se, em ondas de ouro, por de trás dos além-montes do ocidente e vestindo o oriente com as côres esmaecidas, mas lindas, do seu morrer, com que a natureza enriqueceu o céu do entardecer da nossa terra, por ali ora em sítio calmo e ermo junto ao rio, onde é vista pelo comprado espiador, que de um salto a subjuga, mata e, para não deixar rasto do seu nefando crime, a arroja à corrente.

Vinte de Outubro, o rio já sem açudes, avolumado de águas por acabamento de regas e pelas chuvas outonais, esconde o alvo e puro corpo daquela que tudo e todos perderam, daquela que, como diz o grande padre António Vieira, era na realidade virgem prudente e prudentíssima, mas que na opinião do mundo era louca, e leva-o ao arrogante Zézere que o lança no brando Tejo, cujos salgueiros o prendem nas praias amplas e brilhantes que se estendiam aos pés dos altos montes, onde em famoso castelo se enrouqueirava a altiva e nobre Scalabis.

Como de calcular é, a ausência de tão falada menina, mais falada a faz e, de procura em procura, primeiro os parentes, depois o pessoal dos dois conventos e por último o povo são tomados pelo delírio das grandes ocasiões.

O local é esquadrinhado e nada é visto que denuncie o paradeiro da desventurada que só seu sangue rubro, nas bordas de recôndito pego, indica ter sido ao rio arremessada.

Êste é seguido, depois o Zézere; e a multidão, com o abade à frente, em vão procura, segue àvante e as margens do Tejo, ainda por milhas, são percorridas, até que os preciosos restos se lhes deparam. O que a justiça medieva fez não sabemos.

Hoje uma autópsia era ordenada e o subseqüente enterramento com grande e grave perda das finanças dos poderosos quotidianos da grande publicidade.

A fé, daqui por diante, tem a palavra, começando por erguer na margem do rio uma capela atraïdora de numerosa concorrência de romeiros, que, tendo sido encontrada pelos árabes no século seguinte, estes, senão já antes os cristãos, influenciados pela popularidade do nome, da nova Santa o deram à cidade que se levantava no alto do monte próximo.

Para nós acaba a hipótese histórica.

Nisto se resume, pois, o facto milagroso que até cantado anda em verso e música e nele faz entrar: Nabância, Hermígio, Eugénia, Júlia, Casta, Iria, Sélio, Igreja de S. Pedro, Britaldo, Castinaldo, Cássia, Remígio, Banão, Nabão, Zézere, Tejo e a predestinada Santarém para tantos milagres gerar em seu seio.

O povo da vasta região, banhada pelos três rios, avoluma o drama e a tragédia, e o tempo, perpetuando-a, engrinalda-a com as flores da lenda que tão linda é e que, ao lê-la, tanto nos dulcifica as horas tristes e amargorosas da insatisfeita vida que levamos.

Vieira Guimarães.

TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DO ANIMAL CHAMADO ZEVRO NOS DOCUMENTOS MEDIEVAIS.

Num breve estudo que há dias tive a honra de apresentar à Segunda Classe acêrca da influência que na toponimia do nosso país exerceu a sua fauna dizia eu que se me afigurava outra forma, por ventura de carácter mais popular, de *cervo* o nome *zevro*, que na mesma deixou tantos ou mais vestígios do que aquele, umas vezes só, em qualquer dos dois números e géneros, outras acompanhado de uma palavra determinativa, *monte, val,* etc., que o precede e se lhe liga pela preposição *de*, outras ainda em derivados constituídos pelos sufixos de sentido colectivo, *al,* e *eiro,* e, afora isso, ocorre freqüentemente nos forais mediévicos entre os animais sujeitos a direitos de portagem, por si ou pela sua pele. A circunstância de aparecer aí em grande número de casos ao lado do *gamo, corço* e *cervo* leva-me a suspeitar que se trata de algum dos vários representantes da espécie, conhecida pelo nome de *cervídea.* ¿Mas qual de entre êles? Eis o que me propús investigar, sem que todavia pudesse chegar a uma conclusão decisiva, isto é, à identificação completa, evidentemente por não ter encontrado ainda elementos que a isso me levassem.

Que o animal em questão era diferente do cervo ressalta bem dos textos, que perfeitamente os distinguem; que também não era essa outra denominação de «boi ou vaca, novilho ou vitela», como pretendia Viterbo, se-

guido pelo sr. Cândido de Figueiredo no seu *Dicionário*, infere-se dos mesmos documentos, mas que tenha sido «o animal bem conhecido e que entre nós em outros tempos era vulgar, dando-se contudo às suas peles mais valor que à dos outros animais e cuja criação abunda hoje em África», segundo interpretam João Pedro Ribeiro em nota exarada na 2.ª edição do *Elucidário* e Alexandre Herculano, a julgar da exclusiva forma *zevra* ou *zebra*, de que se serve no seu conto *Dama-Pé-de-Cabra*[1] tenho razões para duvidar, pois não me consta que o animal, hoje existente sobretudo na África Austral, tenha tido entre nós a vulgaridade que o primeiro dêstes escritores lhe atribui, nem tão pouco me parece crível que o *meio*, durante o espaço relativamente curto de cinco séculos e meio ou menos, que tanto é o tempo decorrido do seu uso até hoje[2], tivesse mudado por forma tal que houvesse forçado o animal a emigrar, contràriamente ao urso, sem falar de outros, que figura nos mesmos documentos e ainda actualmente se encontra em Espanha, nas montanhas de Santander, Astúrias, Leão e embora raramente, também na Galiza[3].

---

[1] Regulo-me pela primeira edição, publicada no *Panorama* do ano de 1843: cf. págs. 280 e 302 em que o autor ennumera respectivamente *cerdos*, *ursos* e *zevras* e *porco*, *urso*, *zebra* ou *veado*, usando anacrònicamente, como se verá do que adiante digo, o último dêstes nomes, que não se encontra na *Montaria* de D. João I (século XV), o que aliás não prova que êle já então se não aplicasse ao animal hoje assim conhecido. No vol. VIII (7.ª edição, pág. 221) em nota diz a propósito do animal: «Os costumes de Beja (*Inéditos* V, 539) e os de Tôrres Novas (idem, IV, 630) traduzem *zevro* por *gamo*. Nalguns forais, porém, distinguem-se duas espécies de animais. Acaso o *zevro* é uma espécie perdida».

[2] *O Foral de Lisboa*, na sua tradução portuguesa, que data de 1361, ainda traz *zevro*.

[3] Cf. *Dicionario Gallego-Castellano* de Valladarez Nuñez s. v. *oso*.

Da freqüência do seu nome na toponímia vê-se que o animal, chamado *zevro* pelos antigos, era realmente muito vulgar no nosso país e vivia em todo êle, desde o Norte até ao Sul, disseminado por tôdas as antigas províncias [1]; outro tanto não me consta, como disse, acontecesse com a actual *zebra*. Verdade seja que parece terem dela tido conhecimento os Romanos e Gregos e que êstes últimos lhe davam o nome de *hipotigre*, de certo pela sua similhança com o cavalo, especie de que faz parte, e por apresentar listas como o tigre, mas se tal facto se deu, foi apenas de vista, por o trazerem com tantos outros, segundo o seu costume, de regiões afastadas, para exposição nos seus circos, talqualmente nós fazemos hoje nos nossos jardins zoológicos, e não por que o conhecessem na Europa do Sul ou Centro. Há também quem pense que por essa forma era designado o onagro ou burro selvagem, mas sem razões convincentes, pelo menos para mim, que estou persuadido não ter êste animal jàmais existido na Europa [2].

---

[1] Assim: *Zebro* nos concelhos de Chamusca, Coruche, Silves, Moura, Odemira e Monchique; *Zebros* no de Felgueiras; *Zebra* nos de Arcos de Val de Vez e Mértola; *Zebras* nos de Val Paços e Fundão; *Zebrinho* no de Curuche; *Zebro de Baixo* e *Zebro de Cima* no de Almodovar; *Monte Zebro, Monte de Zebro*, *Monte de Val de Zebro* respectivamente nos de Santiago de Cacém, Trancoso e Monforte; *Val de Zebro* nos de Barreiro, Abrantes, Borba, Estremoz, Aljustrel e Santiago de Cacém; *Val do Zebrinho* no de Abrantes; *Val da Zebra*, *de Zebra,* ou *das Zebras,* nos de Cartaxo, Sátam, Arganil, Tavira e Figueiró dos Vinhos; *Zebral* ou *Azibral* nos de Fafe, Montalegre e Vieira; *Zebreira* ou *Azibreira* nos de Idanha a Nova, Coruche, Tôrres Novas, Tôrres Vedras, Sintra, Aviz e Castro Verde; *Zibreira da Fé* e *Zibreira de Fetais* no de Arruda; *Azibreiro* no de Baião; *Zebreiros* ou *Zibreiros* nos de Gondomar e Sever do Vouga.

[2] É verdade que o *Grande Dicionário* de P. Larousse diz que um escritor do século XIII traduziu o *Zebrero* castelhano por *mons*

À falta de outra base para a identificação do antigo *zevro,* entendo que é à filologia que se deve recorrer e quero crer que nela encontraremos solução a êste interessante problema. É o que procuro fazer. Afigura-se-me que o vocábulo *cervo* teve, antes desta, outra forma em que vislumbro aspecto mais popular e essa seria *zevro,* que teria resultado da metátese do *r*, letra de freqüente deslocação, sobretudo nos casos em que pode, como aqui, constituir grupo com outra, fenómeno que encontramos, por exemplo, em *fresta, quebrar, trevas,* etc. [1], o *z* inicial por *c* proviria da aglutinação do artigo, caso que também é vulgar e de que talvez dê testemunho a forma *ezevra,* se não é êrro de grafia, que aparece uma vez nos documentos e estaria por *azevra;* êsse artigo *o* ou *a* teria mais tarde caído, acidente que se deu igualmente noutros vocábulos. Depois por intermédio

onagrorum, por se lhe afigurar ser o *zebro* o mesmo que o *onagro* dos gregos, e que uma antiga versão castelhana dos Salmos serve-se daquele mesmo nome para reproduzir o termo hebraico que se traduz em geral pelo do último animal, mas, a ser assim, poderá talvez atribuir-se o facto a que ambos os autores reconheciam alguma qualidade comum aos dois. É fora de dúvida que Gregos e Romanos conheceram o onagro, que habita em especial ainda hoje os desertos da Ásia, pois dêle nos fala sobretudo Xenofonte, ao descrever no livro I da sua *Anábasis* a passagem das tropas através a Arábia, e da história consta que foi visto muitas vezes em Roma nos jogos do circo; no *Velho Testamento,* como era natural, também se faz menção dêle nos livros de *Job*, *Salmos*, *Eclesiástico,* etc.. Alexandre Herculano parece que acreditava ter êle existido na Península, pois no já mencionado conto da *Dama-Pé-de-Cabra,* com aquela liberdade de que fala Horácio (*Ars Poetica,* 9, 10), em vez do cavalo chamado Pardalo de que fala o *Nobiliario*, apresenta-nos Inigo Guerra, correndo montes e vales, montado num onagro.

[1] Embora Gonçalves Viana na sua *Ortografia Nacional* diga a pág. 128 ter sido desusado no antigo português o agrupamento *vr*, há, além de *zevro*, ainda no século XIII, *paravra, fevre, coovra, teevras,* etc.

dos eruditos o *cervo* entraria na língua, onde não tardou a ser recebido pelo povo, que todavia faz dêle escasso uso, preferindo-lhe *corça* ou *veado*. É evidente que a sua forma anterior continuava a subsistir, como própria do animal que antes designava, sendo a última dada a outro qualquer da mesma espécie, o que ainda hoje assim chamamos.

Para quem está um pouco familiarizado com a história da língua não é facto estranho o mesmo vocábulo originário estar representado por dois ou mais, consoante a época em que entrou a fazer parte do léxico e as leis que ao tempo regiam as transformações dos sons; abundam no nosso idioma, como noutros, os *divergentes*, que é a designação que em filologia se dá a tais palavras.

É possível que, como pretende Körting no seu *Lateinisch-Romanisches Wörterbuch*, n.º 9533, da 2.ª edição, os nossos antepassados tivessem ido buscar o nome *zevro*, que êle traduz por cabeça ou peça de gado *(ein Stück Vieh)*, não ao *cervus* latino, mas ao *zëber* do velho alto alemão, recebendo-o dos povos de procedência germânica, que na Idade-Média estanciaram na Hispânia [1]. Tal vocábulo, tendo significado originàriamente *animal de sacrifício*, em harmonia com a raiz *dap*, que vamos encontrar no grego δάπτω ou despedaçar e no latim *daps*, etc., parece haver depois tomado o sentido de *animal grosso*, segundo se deduz do antigo francês *toivre*, que queria dizer *gado*; é possível até que na Península essa generalização se especificasse no chamado *zebro*, como aconteceu com o arménio, que pelo nome *tvar* designa o carneiro [2].

---

[1] Sob êste nome compreendo, é claro, o território onde actualmente existem as duas nações, Espanha e Portugal.

[2] Cf. *Dictionnaire Étymologique de la langue grecque* de Boisacq, s. v. δαπάνη, *Lateinishes-Etymologisches Wörterbuch* de Walde s. v. *daps* e *Etymologisches Wörterbuch der deutschen sprache* de Kluge, s. v. *ungeziefer*.

Vejamos agora o que, na minha opinião, ocasinou o desaparecimento do vocábulo *zevro* da linguagem e se daí poderemos conseguir identificar o animal conhecido outrora por essa designação.

Da leitura dos diplomas dêsse tempo vê-se que houve um nome que tendo a princípio tido sentido geral passou depois a tê-lo especial. É *venado* ou *veado* que, consoante a sua primitiva significação, indicava qualquer animal de caça grada; confirmam-no estas expressões que nêles encontro: *Si occideritis venatum, detis de urso manus et de porco montes et de porca lumbum* (*Foralia* in P. M. H. pág. 638). *Si occideritis venatum in vestro termine, detis de urso manus et de cervo et de curzo (sic) lunbo et de porco quarazil* (Id. 677). *Si aliquis venator occiderit aliquod venatum in monte et noluerit vendere illum ad algazar* (Id. 743), etc. Sucedeu, porém, que tal sentido geral desapareceu e o nome foi dado em especial a um dos animais da mesma espécie, o *veado*, que os caçadores do tempo procuravam nas montanhas, a par do urso ou *osso* e *usso*, como então se dizia, do porco montês ou cerdo, do corço, do gamo, etc. Ora é obvio que, desde que o animal, que dantes se chamava *zevro,* começou a ser conhecido por *veado,* esta denominação havia forçosamente de suplantar aquela, como sucedeu com tantas outras que passaram à classe de arcaísmos, deixando por isso de ser usadas. No mesmo caso está o vocábulo *pescada,* que de sentido genérico passou a específico, aplicado ao peixe, dantes chamado *peixota* [1].

---

[1] Cf. *Elucidario* de Viterbo, s. v. *Peixotas.* Nos *Documentos Gallegos dos seculos XIII a XVI,* publicados pelo falecido Martinez Salazar, lê-se, por exemplo, a pág. 26: *Et en avento et en quaraesma deve ela a aver peixotas et sardinas*, etc. Informa-me o meu colega e amigo, Dr. J. M. Rodrigues, que o mesmo vocábulo vive ainda em Gondim, sob a forma *peixoto*, mas aplicado ao carapau.

Mas o facto não se deu só em Portugal, passou-se também na Espanha. A língua castelhana, ao lado de *ciervo*, deve ter possuido igualmente *zevro*, *zebro* ou *cebro*, como se infere dos seus toponímicos *Cebrero* ou *Cebreiro*, conforme o lugar está fora ou dentro da Galiza, *Cebral*, etc.; lá, como cá, *venado* designava a princípio qualquer animal de caça grossa e nesse sentido ocorre entre outros textos, no *Libro de Alexandre* do século XIII onde se lê, por exemplo, na estância 1476:

> De gamos e de ciervos e de outros venados,
> de osos e de osas e de puercos mal domados

e na 2455:

> fallaron grant abondo de venado montino

apenas, porém, deixou de ter o sentido geral e passou a aplicar-se ao animal conhecido hoje por essa designação, o antigo vocábulo *cebro* teve naturalmente de desaparecer do uso.

Mais tarde os nossos navegantes trouxeram para Portugal o animal e com êle o nome de *zebra*, que lhe davam os indígenas do Congo, nome que depois se comunicou às outras línguas da Europa [1]. A coincidência, porém, de tal vocábulo se achar nas antigas línguas, portuguesa (e portanto galega) e castelhana, embora com forma pró-

---

[1] En los tiempos modernos las (cebras) dieron a conocer los portugueses á raiz de sus exploraciones en las costas d'Africa, diz-se na *Enciclopedia* de J. Espasa de Barcelona, s. v. *cebra*. O excelente *Dictionnaire Géneral de la Langue Française* de Hatzfeld e Darmesteter confirma a proveniência que dou ao nome do animal e com um exemplo extraído do livro *Voyage de Fr. Drack*, impresso em 1641, mostra-nos que já então êle se tornara conhecido em França.

pria a cada género, levou os investigadores do passado a afirmarem a existência entre nós da actual *zebra* africana e de aí dizer o Padre M. Sarmento, distinto erudito do século XVIII, segundo informa o *Grande Dicionário* de P. Larousse, que o animal era oriundo de Espanha[1] e censurar não só os galegos de terem destruído ou deixado desaparecer os numerosos rebanhos de zebras, que existiam nas altas montanhas a que dão o nome de *Zebrero*, mas também os escritores que colocam a sua descoberta na época da conquista do Congo pelos portugueses, no século XVI. Essa opinião do frade espanhol, que sem dúvida êle tirou da toponímia, foi depois abraçada, segundo parece, entre outros, por J. Pinto Ribeiro

---

[1] Provàvelmente por informação que teve, já Bruneto Latini, escritor do século XIII e mestre do grande Dante, assim pensava do animal que no seu tempo tinha na Espanha o nome de *zebro*, pois, em seguida a tratar do *cavrivolo* e do *cervio*, faz, no capítulo L do seu *Tesouro*, a seguinte descrição dos *zevere*, na qual se me afigura ver alguns traços aplicáveis ao veado: Zevere — diz êle — sono una generatione di bestie che habittano nele parti di Spagna, cio é, di Castiglia Vecchia, et sono maggiori che cervi et hanno li loro orecchi molto lunghi et hanno una lista super le schiene infino in su la coda, come mulo, et hanno li loro piedi fessi et la loro carne é molto buona da mangiare et sono si correnti che l'huomo non li pote prendere in alcun modo se non che sono molto vaghi del fuoco. Et pero qñ. li cacciatori li trovano al bosco elli vanno intorno di loro di notte et fanno gran fiochi et ben chiari naquella parte onde possono essere veduti meglio et qñ. elle el veggono si ne sono si vaghi che non pongono boca in terra per pascere et, quando li cacciatori li hanno tenuti quasi el terzo di elli, vanno in verso di loro et danno gli traviando in verso quella parte ove dee havere acqua. Et, quando egli gli hanno condotti all'acqua, elli li danno tanto di spacio ch'elli possano bere et beono molto volontieri. Et, quando hanno molto bevuto et elli li cacciano. Et elle all'hora sono si lasse per lo grande digiuno che hanno fatto et per la molta acqua che hanno bevuta ch'elle non possono quasi correre et all'hora li cacciatori li prendono leggieramente.

e A. Herculano, como vimos; mas não pensava assim Viterbo, provàvelmente por conhecer melhor do que Sarmento os antigos diplomas, e também dela diverge a significação que ficou ligada ao adjectivo *zebruno* [1], que parece confirmar a proveniência que dou ao nome *zebro*, pois todos os dicionários portugueses explicam-no como *côr de cervo ou de lebre*, e o *Dicionario da Academia Espanhola* dá *cebruno* como sinónimo de *cervuno* e êste de *cerval*, definindo aquele, que diz aplicar-se ao cavalo ou à sua fêmea dêste modo: «que tem a pele de côr semelhante à do cervo» e êste assim: «pertencente ao cervo, parecido com êle».

Ainda em abono do meu parecer está a variante *zevra*, a par de *cerva*, que aparece a págs. 431 do mesmo *Livro dos Forais* e julgo de grande pêso, pois ela deve proceder, se não do tempo da redacção do primitivo documento, doutro pouco posterior e portanto quando ainda estava na mente da pessoa que o redigia o sentido que ao nome andava ligado. Mas, ainda quando não seja verdadeira a identificação que apresento, restará indagar como se chamava antes o animal a que depois se deu o nome de veado; um e outro problema, qualquer

---

[1] Os nossos dicionaristas, como os espanhóis, referem êste adjectivo só a cavalos e éguas, mas que êle na antiga língua não tinha êste sentido restrito vê-se das *Posturas de Coimbra*, insertas no mesmo livro *Leges et Consuetudines*, págs. 743, onde, juntamente com *bezerrunos, vacaris, cervunos, caprunos* e *carneirunos*, se aplica *zebrunos* a sapatos e se indica o preço respeitante a cada uma destas qualidades, sendo para notar que é o mesmo para os feitos de coiro de *zebro* ou *bezerro*, inferior aos restantes, com excepção dos de *carneiro* ou *carneira*, como dizemos hoje. Garcia de Resende, numa das suas composições poéticas (cf. *Cancioneiro geral*, edição de Coimbra, vol. v, pág. 326) fala em *çapatos de veado*. Nas *Cantigas d'escarnio e mal dizer*, n.os 950 a 952, usa-se *Zevron*, como substantivo, sinónimo de *cavaleiro*, quer-me porém parecer que em sentido figurado, talvez de *cornudo*.

dêles mais de molde a excitar a curiosidade e portanto as pesquisas dos competentes, deixo aos que disposerem de meios mais poderosos e convincentes do que os que até agora pude utilizar e por muito gostoso me darei se houver quem, tendo a fortuna de os encontrar, nos apresente a solução exacta, no caso de o não ser a que proponho.

13 de Julho de 1922.

J. J. Nunes.

O TRATADO DE CODRO RUFO

No volume XIII do *Boletim da Classe de Letras da Academia* (Coimbra, 1821) foi publicado o *Tratado da prática de hum lavrador com Arsano rei da Pérsia*, feito por Codro Rufo, conforme a cópia contida no Códice n.º 475 (n.º 297 moderno) da biblioteca do mosteiro de Alcobaça, actualmente depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa. Quando entreguei à Academia o traslado da cópia do tratado, eu não tinha notícia de outra cópia manuscrita, e julgava que o tratado ainda não tinha sido impresso.

No corrente ano a Biblioteca Nacional de Lisboa adquiriu um exemplar da impressão do mesmo tratado, feita em Coimbra em 1560, pelo impressor João da Barreira. Diogo Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana,* descreveu um exemplar desta impressão, que diz ter visto; e Inocêncio Francisco da Silva, no *Dicionário bibliográfico,* transcreveu a descrição de Barbosa Machado, por não ter visto nenhum exemplar. O tratado foi reimpresso por Bento José de Sousa Farinha no tomo II (pág. 173-227) da sua *Filosofia dos Príncipes.* Como a impressão de 1560 é muito rara, julguei por isso conveniente fazer aqui a descrição desta espécie bibliográfica.

O exemplar do tratado, impresso em 1560, tem na Biblioteca Nacional a designação de Reservado 2179. É um folheto encadernado, com as pastas cobertas de percalinas e a lombada de carneira, tudo vermelho. Ao

meio da face exterior da pasta anterior tem impresso em letras douradas:

TRATADO NOTAVEL

1560

O folheto é um caderno, actualmente de cinco fôlhas duplas (dez fôlhas de livro); contudo falta no meio uma fôlha dupla, que era a sexta.

As fôlhas são numeradas na parte inferior, do lado direito da página recto das primeiras fôlhas do livro com as seguintes notações: Aj (falta por ser na página de rosto) Aij, Aiij, Aiiij, Av, Avj (que devia estar na página recto da sexta fôlha do livro, que falta); as segundas fôlhas de livro, prolongamentos das primeiras fôlhas, não têm nenhuma notação.

As fôlhas do livro têm $0^{m},187$ de altura e $0^{m},135$ de largura, mas foram aparadas pelo encadernador. O papel é pouco encorpado, e algum tanto amarelado; a marca de água são três linhas rectas paralelas ao lado menor da fôlha de livro.

A página recto da folha (Aj) é o rosto do folheto, e disposta assim:

A chapa da página é limitada por uma larga tarja formada, de fora para dentro: por uma linha recta um tantó grossa; duas linhas rectas finas, paralelas aos lados da página; e uma silva de arbustos, ramos de árvores, aves e insectos. Na parte superior da página há um painel limitado por traços grossos e formando um rectângulo de $0^{m},075 \times 0^{m},055$. O painel representa dois compartimentos interiores de uma casa; na divisão da esquerda representa-se um rei, em pé, voltado para a direita, velho barbado e de aspecto venerando, vestido de opa e manto, tendo na cabeça a coroa, e na mão direita o Scetro;

e a mão esquerda, à altura do peito, parecendo receber uma oferta. Diante do rei está representado um homem, velho e barbado, de aspecto rústico, nu, coberto de pêlos por todo o corpo: está ajoelhado, tendo a parte inferior da perna esquerda sôbre o chão, a parte inferior da perna direita erguida; a mão esquerda sôbre o joelho direito; e a mão direita levantada à altura do rosto, parecendo apresentar uma oferta; o rosto erguido, voltado para o rei, parecendo falar-lhe. Na divisão da direita, que parece ser a antecâmara, são representados três homens em pé falando entre si. A tarja e o painel são desenhados com certa correcção, e a impressão foi feita por meio de gravura de madeira.

Por baixo do painel lê-se o seguinte título da obra:

Tratado notauel/de hũa pratica q̃ hũ laurador teue com/hũ rey de Persia que se chamaua Arsa/no. Feyto por hũ Persyo per nome Co/dio rufo, que naquele tempo se achou,/Ho qual foy treladado de grego em la/tim: e reduzido em portugues por frey/Hieronymo da ordẽ de sam Bernardo/do conuento de Alcobaça q̃ estando em/Paris lhe veo ter a mão: e elle ho trou/xe a el rey dom Sancho de Portugal, a/quem ho prologo vay dirigido.

As duas primeiras palavras são em grossos caracteres elzevires, e a parte restante em caracteres góticos.

O tratado consta de um prólogo e doze capítulos; a sua distribuição é:

Rosto	Folha (Aj) *r*
Prologo	(Aj) v
Capitulo primeyro	Aij, *r*
ij	Aiij, *r*
iij	Aiij, *v*
iiij	Aiij *v*

v	Aiiij, *r*
vj	Aiiij, *v*
vij	Av, *r*
viij	.....
viiij	.....
x	.....
xj	(8), *v*
xij	(9), *v*
Fala que o lavrador fez	(11), *r*
Subscrição	(12), *v*

Os números e títulos dos capítulos são em miudos caracteres elzevires; o texto é em caracteres góticos. Cada página completa tem trinta linhas; e cada linha, em média, quarenta letras.

A subscrição é na página verso da duodécima fôlha do livro; e assim:

FINIS

Foy impressa a presente obra por João da Barreyra impressor da vniuersidade de Coimbra. Com licença dos deputados do sancto officio. Acabouse aos iij dias do mes de Nouembro

De M. D. LX.

Aa custa de Miguel Maceyra.

A subscrição é em caracteres elzevires.

A lacuna da sexta folha dupla (quatro paginas) começa com a palavra *começos* (p. 1044, linha 16) e termina com a palavra *cada* (p. 1051, linha 26), da impressão feita no *Boletim da Classe de Letras*. Deve porém observar-se que no fundo da página verso da folha Av, por baixo das últimas palavras *bõs fins aos teus*, está o reclamo *hũ*, com que começa a pagina recto da folha (Aviij), *hum pera si ha de acquerir;* mas aquele reclamo é de letra manuscrita, imitando a letra impressa, certamente para

fazer crer ao leitor, de que nada falta, esquecendo-se de que a lacuna é acusada pela falta de seqüência do sentido do texto, e da numeração dos capítulos.

O texto desta impressão do Tratado é o mesmo que o da cópia do Códice n.º 475, impresso no *Boletim da Classe de Letras,* havendo apenas a notar alguma diferença no modo de escrever as palavras, e algumas variantes, umas das quais dão melhor lição do que a cópia do Códice n.º 475, mas outras inferior lição.

É para notar que na impressão de 1560 o autor do tratado é chamado Codio rufo, duas vezes, uma no título da obra (rosto) e outra no prólogo.

Observa-se ainda que a palavra *retrahimento,* que se lê no título do capítulo 3.º da cópia do Códice n.º 475, foi substituída na impressão de 1560 pela palavra *recolhimento;* contudo nesta mesma impressão a palavra *retrahimento* foi restabelecida no princípio do capítulo 2.º

Lisboa, 23 de Novembro de 1922.

Francisco Maria Esteves Pereira

O CONDE DE CASTELO MELHOR ENVENENADOR?

Os grandes estadistas têm uma psicologia especial, que o vulgo não consegue compreender e por isso êste fica muitas vezes surpreendido, quando ao cabo de longos anos e após estudos minuciosos a verdade relativa se lhe patenteia.

Quási sempre esses grandes homens são considerados pela posteridade como repletos de virtudes, atribuïção que, a ser verdadeira, os impediria de desempenhar com utilidade a função, que o favor de um monarca ou o poderio de um factor político lhes distribuíu.

Um estadista é um homem de realidades e nunca um idealista. Essa conclusão tira-se mesmo entre nós, onde têm sido raros os grandes administradores. Pombal é um exemplo português. Antes dêste ministro, tivemos o Conde de Castelo Melhor, a quem só faltou o prestígio de um monarca para poder realizar os seus planos brilhantes. Era pouco escrupuloso na escolha dos meios para se manter no poder e recentemente descobriu-se mais uma falta, que só tem por atenuante o poder, que exerceu sôbre êle, a sociedade onde viveu algum tempo.

Foi o sr. Eduardo Burnay, quem nas páginas da *Revista de História* registou pela primeira vez essa nódoa, mas não conseguiu ver as provas. como eu as não vi também, pôsto-que mais alguma cousa consiga dizer, do que êsse ilustre professor. As provas encontram-se no livro de Ravaisson sôbre os Arquivos da Bastilha, que utilizaram

Iung e Jules Loiseleur em 1882 no livro intitulado *Trois énigmes historiques.* O que êste autor escreve é o seguinte:

«Acabei de falar no duque de Sabóia; aqui nós tacteamos uma das faces mais misteriosas das tenebrosas intrigas de que Chasteuil e Vanens foram os chefes, e de que desgraçadamente os Arquivos da Bastilha não lançam aí luz bastante. Trata-se da morte de Carlos Manuel II, acontecida em 12 de Junho de 1675.

Era um homem robusto, grande caçador e na fôrça da idade; tinha apenas 41 anos quando morreu, depois de oito dias de doença. A sua mulher era aquela joven favorita de Ana de Áustria, Maria de Nemours, que, noiva do príncipe Carlos de Lorena, de quem ela gostava, viu-se forçada a casar com o Duque de Sabóia, filho de um irmão de Luís XIII e por conseguinte primo co irmão de Luís XIV. Pouco instruído para apreciar as graças e espírito da que se honrava com a amizade da madama de Lafayette, Carlos Manuel infligiu-lhe pelos seus amores grosseiros e mal escolhidos, os ultrages mais sensíveis, que uma mulher pode suportar.

Feita esta introdução, compulsemos o processo aberto em Paris contra Vanens e cúmplices. Soube-se, primeiro, que o Conde Ferrero, embaixador de Sabóia na côrte de França, recebia no seu palácio de *Place Royale* Vanens e um certo Conde de Bachimton. Depois da morte do duque, Luís XIV tendo mandado cumprimentar a viúva, que tomou então o título de *Madame Royale,* enviou ela a França um embaixador extraordinário, encarregado de agradecer ao rei. Esse enviado era o moço Conde de Saint-Maurice, de quem se dizia que era muito confiado nas boas graças da ama. A sua primeira visita ao chegar a Paris, foi a Condessa de Soissons, que era pelo casamento aparentada à família reinante de Sabóia, mas que passava por ter enve-

nenado o marido, facto muito duvidoso, e sôbre o qual voltaremos a falar.

Soube-se mais, por uma lavadeira, que Saint-Maurice estava em relações com Vanens e com dois associados seus, os senhores Delmas e La Chabaissière. Essa mulher, amante comum dêstes dois, tinha lhe ouvido dizer um dia «que havia caído uma grande cabeça no chão, e que Vanens tinha recebido muito dinheiro disso». Ora, Vanens estava ligado com um personagem muito suspeito, Robert de la Miré, senhor de Bachimont, no Artois, que só foi prêso em Maio de 1678, na época em que morreu Chasteuil, mas que teve de confessar ter feito uma viagem a Turim, em Março de 1675, pouco tempo antes da morte do Duque de Sabóia, na companhia de Vanens, a quem pagava as despesas. Ali, os dois cúmplices tinham-se reünido com um português. Louis de Vasconcelos y Souza, conde de Castelmelhor, que a duquesa de Sabóia honrava com amizade particular.

Êste personagem tinha governado Portugal sob o nome do rei Afonso; depois da morte do príncipe, tinha-se indisposto com a viúva, irmã da Duquesa de Sabóia e o infante tinha pretendido que Castelmelhor o tinha ameaçado com veneno.

O intrigante encontrara então asilo na côrte de Turim, junto da irmã da sua inimiga e não obstante as queixas da côrte de Portugal, gozava aí da grande influência. As suas aproximações com os envenenadores franceses duraram ainda depois da morte do duque: vê-se em fevereiro de 1676, acusar a Buchimont a recepção de certa água preparada pelos cúmplices dêste último.

Castelmelhor teria sido portanto o principal agente da morte de Manuel II; Chasteuil, Bachimont, Vanens, um certo presidente Truchi, seriam cumplices seus. Quanto ao meio empregado para praticar o crime, só se teve

um depoïmento sôbre um ponto, o de um lacaio de Bachimont, ouvido a 30 de Agôsto de 1678. Declarava ter ouvido dizer « que o Senhor Duque de Sabóia se tinha assado na caça, e que mudando de camisa, lhe tinha dado uma envenenada. As camisas envenenadas com arsénico eram então de uso frequente em Paris, onde se empregavam para comunicar à vítima sintomas de uma doença de pele, doença que se aumentava com veneno ministrados internamente.

« O lacaio, diz em nota o sr. Ravaisson, é o único que fez uma declaração precisa; mas é confirmada por tantos indícios que não se pode deixar de acreditar que é verdadeira, e logo que a côrte de França teve conhecimento disso, suspendeu o processo, que nunca mais foi continuado, pelo menos nesta direcção. Pode-se supor, com grande segurança, que Luís XIV receou ter provas muito certas contra os acusados, que a política obrigava a poupar ».

Os acusados, quem eram? Vanens, Bachimont, Chasteuil estes miseráveis secundários são evidentemente só comparsas. Castelmelhor pode dirigi-los, mas com que vistas, com que interêsse obrou? Aqui está o que o processo não diz e que seria preciso conhecer todavia para se poder desmentir a história oficial que dá à morte de Manuel II causas muito símples.

O historiador verídico não se pode contentar com suposições atrevidas, presunções fundadas sôbre aproximações de factos afastados e desconexos, e sôbre a única deposição de um criado, explicando a morte do Duque de Saboia por um processo muito conhecido que enchia de mêdo todo Paris. Seriam precisas provas mais seguras para fazer recair sôbre *Madame Royale* a responsabilidade do acontecimento. Que Bachimont e Vanens tinham levado a Turim um veneno; que êles tiveram relações com os embaixadores Ferrero e Saint-Maurice, isso pa-

rece constante. Ver-se há que personagens bem altos entram então em conivências com feiticeiras e pesquisadores das pedras filosofais. Mas que Chasteuil, que vivia na intimidade do duque, lhes desse uma camisa arseniacada, é já um facto despido de prova. Pretende-se, que êle próprio morreu envenenado pelos cúmplices, Castelmelhor e o presidente Truchi; mas ainda aqui, falta a prova, e se ela foi ministrada, o assassinato não bastaria para estabelecer que êle tinha participado no do amo.

. . . .

Luís XIV, ainda se diz, suspendera o proceso porque êle podia comprometer a prima e os ministros da princesa. Como então compreender que êle tenha mais tarde, em 1693, recebido Ferrero como embaixador de Sabóia na côrte? ¿Como explicar êle receber com distinção o conde de Castelmelhor tôdas as vezes que êsse personagem, tornado favorito do rei de Inglaterra Carlos II, atravessava França para ir a Londres? Perdidos neste dédulo de obscuridades e de contradições, os historiadores modernos mais graves fixam-se ao relato dos contemporâneos, quási todos de acôrdo em que Carlos Manuel morreu em consequência de uma partida de caça, de uma pleurisia produzida pela ingestão de uma bebida gelada. O mais judicioso todavia é de reservar a sentença. A viagem de Vanens a Turim, pouco antes da morte do duque, as relações dêste com Castelmelhor, sôbre quem pesam já suspeitas de envenenamento, a sua intimidade com Chasteuil, familiar do príncipe, a confissão que fez em contrário das negativas de Cadelou, que sôbre as letras de câmbio passadas por êste, 40.000 libras, entregues aos banqueiros de Venesa por mão desconhecida, tinham sido cobradas noutros banqueiros por um emissário de Chasteuil, são factos muito concordes e significativos para que se não tenha conta dêles.

Seja como fôr, no fim de 1678, o Rei, quere pelo receio de esclarecer muito um mistério que valia melhor deixar no escuro, quere, como diz o sr. Ravaisson, «por se impacientar com um processo que não trazia nenhuma descoberta nova, o rei, repetimos, mandou concluir o processo: sôbre a pretendida conspiração da familia real que tinha sido o principio dela, não se vê que êle tenha dado nenhuma luz».

Aqui está como o Conde de Castelo Melhor, o personagem mais elevado de Portugal, tendo passado a viver na côrte da irmã da raínha que o fizera baquear do poder, se tornou cúmplice desta princesa no propósito de fazer suprimir o soberano de Sabóia.

Nas cartas que se conservam de Castelo Melhor, amplamente exploradas por Fernando Palha e D. Francisco de Sousa Holstein, é possível que se encontrem provas que absolvam êsse estadista do hediondo crime, apontado no processo ainda hoje existente. Mas ainda que isso se não consiga, os seus méritos como ministro não sofrem diminuïção.

Pedro de Azevedo.

O P.ᴱ ANTÓNIO DE ANDRADE

Como foi participado à Academia na assembleia geral de 7 de Dezembro de 1922, o sr. Dr. Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, filho do Visconde de Oleiros, e que actualmente representa a família, a que pertenceu o P.ᵉ António de Andrade, ofereceu à Academia o retrato pintado a óleo do zeloso missionário e intrépido viajante. O doador é crèdor do reconhecimento da Academia pela valiosa oferta que fez, e que certamente a Academia guardará em memória dos serviços prestados à religião cristã, à geografia, e em geral à civilização pelo missionário que ennobreceu tão assinaladamente a sua família, e honrou de modo tão notável a sua pátria. Os principais feitos do P.ᵉ António de Andrade são narrados por êle mesmo em duas cartas, que a Academia mandou imprimir, e que foram publicadas na memória que tem por título — *O descobrimento do Tibet.* Estas cartas são uma contribuição valiosa para a história da maravilhosa actividade dos Portugueses no que respeita aos descobrimentos e explorações das terras do Oriente, e uma nova pedra trazida para a construção do edifício da grandeza da Pátria portuguesa.

O mesmo sr. Dr. Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro forneceu alguns esclarecimentos acêrca dos pais do P.ᵉ António de Andrade, e que devem ficar aqui consignados.

O pai do P.ᵉ António de Andrade chamava-se Bartolomeu Gonçalves, e sua mãe Madalena de Andrade, e não

Margarida de Andrade, como foi escrito pelo P.e António Franco na *Imagem da Virtude,* e repetido por Sommervogel na *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus.* O actual representante desta família é o Dr. Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, filho do Visconde de Oleiros. No tombo desta casa existe um título da compra que em 1602 Bartolomeu Gonçalves e sua mulher Madalena de Andrade fizeram a Catarina de Andrade, provàvelmente sua parenta, de um fôro no Casal de Orelhão, de um chão tapado à Fonte Nova, de uma horta no Ribeiro do Seixo, de um souto no Vale do Cervo, e de outro souto na celada do Gazendo. Em 1607, Madalena de Andrade, viúva de Bartolomeu Gonçalves, comprou um fôro de vinte e sete alqueires de centeio imposto no Casal da Sebola. Diz o mesmo Dr. Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, que os seus antepassados de Oleiros usaram o apelido de Andrade até 1684, e, depois dessa época, é que nos documentos da família aparecem os apelidos Rebêlo, Azevedo e Pinto.

. . . .

De outra carta do P.e António de Andrade, além daquelas que foram impressas, alcançamos notícia. William Marsden, que viveu na Índia desde 1771 até 1807, fez uma importante colecção de livros impressos e manuscritos, relativos ao Oriente; dêstes, uns estão actualmente depositados no Museu Britânico, e outros na Escola de Estudos Orientais, de Londres. No Catálogo que William Marsden fez dos seus livros, encontra-se a seguinte descrição de um manuscrito:

Cartas escritas pelos Missionários de Ajmir, Agrab, etc., durante os anos de 1627 a 1688, e também uma do P.e António de Andrade, no Tibet, para a missão em Cashgar, com a narração dos sucessos políticos e militares durante o reinado do imperador Akbar.

É bem para desejar que esta carta do P.e António de

Andrade seja publicada, pois ela poderá completar as notícias dos sucessos da missão do Tibet, por ser de data posterior às das cartas mandadas imprimir pela Academia.

A Luzac's Oriental List and Book Review deu (n.º Abril-Junho, 1922, pág. 44) a notícia bibliográfica da recente publicação da Academia, intitulada — *O descobrimento do Tibet pelo P.e António de Andrade.*

Apraz transcrever aqui a apreciação da obra do ilustre missionário:

«A 3 de Março de 1624 o P.e António de Andrade, acompanhado do Irmão Manuel Marques, partiram de Agra, e alcançaram chegar a Chaprang pelo caminho de Delhi, Çrinagar, Badrinath e Mona, depois de terem vencido terríveis dificuldades no meio das neves. Chaprang era então a capital do pequeno reino de Gugê, e o rei recebeu os missionários com benevolência, e deu-lhes permissão para prègar a sua religião. Depois de permanecerem ali durante vinte e cinco dias, êles regressaram à Índia prometendo ao rei de voltar no ano seguinte. Esta promessa foi devidamente cumprida; em Junho de 1625 o P.e António de Andrade, acompanhado do P. Gonçalo de Sousa e do Irmão Manuel Marques, abalaram de Agra, e reapareceram em Chaprang.

«O P.e António de Andrade e seus companheiros dedicaram-se então de todo aos trabalhos da missão; a prègação da sua religião e as práticas (discussões) com os Lamás parecem tê-lo levantado muito na consideração e estima do rei e da gente do país. Na sua segunda carta, escrita em 1626 aos seus superiores de Goa, apraz-se de recordar o auxílio que tinha recebido para a edificação da igreja, e os sucessos que nas práticas êle tinha obtido sôbre os Lamás. Sabe-se que êle permaneceu no Tibet ainda no ano seguinte, depois do que êle voltou para a Índia; morreu em 1634 em Goa, suspeitan-

do-se ter sido envenenado, quando se preparava para voltar para o Tibet. A missão continuou os seus trabalhos no Tibet, pôsto que as condições políticas do reino a obrigaram a mudar de residência, até que em 1650 parece que se extinguiu.

«As cartas publicadas provam que o P.e António de Andrade foi um homem de notável capacidade, sagaz nas suas observações, vivo na argumentação, e intrépido em frente do perigo. Apesar dos seus limitados conhecimentos, as suas observações acêrca dos Tibetenses são penetrantes, as suas descrições das paisagens, das montanhas e dos horrores das neves são singularmente vigorosas e apropriadas.»

. . . .

Aproveitamos êste ensejo para fazer algumas rectificações ao que foi escrito na introdução e notas da memória intitulada — *O descobrimento do Tibet*:

1. Os gentios (Carta primeira, 1, *v* e 2, *v*) que o P.e António de Andrade encontrou em Delhi, que iam em romaria ao Pagode de Badrinath, não eram Buddhistas, como se diz a pág. 10, e repetimos em nota (pág. 130), mas Viçnuistas, porque o Pagode de Badrinath era consagrado a Viçnu, como se diz na nota a pág. 5 (pág. 132).

2. O P.e António de Andrade conta que os Tibetenses têm a cruz no seu livro (sagrado), e a pintam com um triângulo no meio, e certas letras misteriosas; e que os ourives, que faziam destas cruzes, eram de outras terras, e que na língua das suas terras a cruz se chamava *landar*. Esta última palavra é provàvelmente a transcrição da sânscrita *yantra*, que significa instrumento e também amuleto. Veja-se o que foi escrito a pág. 28, e nota a pág. 24 (pág. 136).

Francisco Maria Estêves Pereira.

A FAUNA NA TOPONÍMIA PORTUGUESA

Entre os numerosos factores que contribuíram para denominar as cidades, vilas, aldeias, etc., em suma os centros, mais ou menos densos, do nosso Portugal, avultam, como em artigos anteriores mostrei, os nomes de antigos proprietários de latifúndios e os dos vegetais que em épocas remotas cresciam e vicejavam na região respectiva. De importância não inferior foram para essa nomenclatura os animais que em tempos passados aí viviam e dos quais um ou outro se foi pouco a pouco afastando por forma que hoje o seu nome apenas atesta a sua existência outrora ali.

E compreende-se perfeitamente que assim tivesse sucedido. Com efeito, ¿não são os animais os mais prestimosos auxiliares do homem, os seus companheiros mais dedicados, aqueles que com êle compartilham das labutas constantes da vida e por vezes lhe insuflam coragem para as continuar, desde o boi que o ajuda a arrotear as terras, o burro que o transporta a êle e os seus objectos com paciência sem limites, o cavalo que lhe faz transpor ràpidamente grandes distâncias, sem falar no cão, cuja fidelidade excede não raro a dos seus próprios semelhantes, guardando-lhe os haveres e chegando mesmo a defender-lhe a vida, até às aves que ora lhe prestam valioso concurso na conservação das suas sementeiras contra os insectos daninhos, ora com os seus cantos sedutores e trinados de infinda harmonia e doçura lhe suavizam e mitigam as agruras da existência? Razão mais que su-

ficiente tinha o homem para dar os seus nomes aos lugares que habita.

Mas não foram só os animais que êle domesticou, ligando por êsse facto a sua vida à dêles, que lhe subministraram os nomes de grande número dos seus povoados; doutros muitos que não possuíam essa qualidade o homem se aproveitou no mesmo sentido, utilizando até os de insectos que por vezes lhe devastavam as searas e, mais ainda, de peixes e mariscos que nas praias vizinhas eram arremessados pelas águas ou nas areias próximas se criavam, concorrendo para isso de certo não raro a sua abundância no local, como aconteceu com os vegetais; neste caso os sufixos que lhes ajuntou foram principalmente *-ar*, resultante de *-al*, ou êste mesmo, e *-eiro*, que igualmente naqueles entram com freqüência não menor.

Vou, pois, respigar na nossa toponímia os nomes que, provenientes dos de animais, vertebrados ou não, mais ou menos modificados na sua forma pela acção do tempo, ainda subsistem; por êles se verá como, ao lado da flora do país, a sua *fauna* desempenhou papel não menos importante na denominação dos povoados. Além de satisfazer a curiosidade natural pelo significado dêsses nomes, a minha investigação poderá ainda prestar algum, embora mínimo, auxílio a um dos ramos, de importância não inferior à de tantos outros, da nossa geografia, o que se ocupa dos variados animais que em épocas diferentes têm pisado o nosso solo.

Esta minha pesquisa seria muito mais convincente e profícua, se, ao lado dos nomes actuais, para justificação, eu desse as diversas transformações porque, desde a sua aposição até hoje, êles têm passado, e melhor ainda, se identificasse com as presentes essas antigas denominações; como, porém, isso me é impossível, já por desconhecer estas, já porque nem todos nos foram transmitidos, contento-me apenas, como procedi em estudos anteriores,

com guiar-me pelos ensinamentos da fonética, sem contudo deixar de indicar, sempre que elas se me deparam no *Onomástico Medieval* do dr. A. A. Cortesão[1], as formas que lhes correspondiam no latim bárbaro da Idade Média, porquanto elas nos dizem qual a idea que lhes ligavam os notários dêsse tempo, que assim as representavam na linguagem remendada e arbitrária de que então se serviam para exarar os documentos, de interêsse público ou privado, que, inéditos ou não, se encontram nos arquivos e cartórios. Por esta razão as minhas identificações não passam, na maioria dos casos, de hipóteses ou conjecturas, mais ou menos fundadas, e assim não será de estranhar que algũmas apresente dubitativamento, nem de admirar que estudos posteriores, meus ou doutrem, venham quiçá destruir uma ou outra das agora formuladas.

Escusado é advertir que o processo de denominar os lugares consoante os animais que, autóctones ou não, aí têm vivido, não nos pertence exclusivamente; em tôdas as línguas e tempos vemo-lo pôsto em prática. Também, tal qual aconteceu com outros nomes da mesma classe, a sua criação não é tôda contemporânea, foi-se fazendo em períodos vários e portanto de harmonia com a língua da época, resultando de aí serem uns mais antigos do que outros, apresentando por isso formas diferentes. Contràriamente ao que se dá com os de rios, montes e mesmo povoações de grande importância pelo número dos seus habitantes, que, de certo por haverem sido conside-

[1] Êste excelente repositório foi publicado no *Archeologo Português* e dêle se fez *separata;* guio-me pelo exemplar que devo à obsequiosidade do seu ilustre autor. É deveras para lamentar que a doença o tivesse impedido de continuar em suas pesquisas, tanto as relativas ao onomástico como à língua, as últimas das quais reüniu sob o título de *Subsidios para um diccionario completo*, e fazemos votos por que apareça continuador condigno, tanto para umas como para outras.

rados como propriedade dos sêres a que andavam ligados, conseguiram triunfar do tempo, numa tenacidade verdadeiramente titânica pela própria existência, tendo apenas um ou outro desaparecido por excepção, os de procedência animal, como os de vegetal, por terem nascido mais tarde com as povoações a que foram postos, tiveram necessàriamente de sofrer as contingências das denominações destas, conforme as línguas dos que os criaram. Ora, como o elemento preponderante do idioma que se fala em Portugal, há pelo menos treze séculos, é o latim, nêle, com raríssimas excepções têm origem os toponímicos que a fauna produziu entre nós. É o que mostrarão entre tantos outros, que certamente deixarei de citar, ou por me terem passado desapercebidos ou por não haver conseguido afastar o manto espesso que os envolve, os que passo a ennumerar, dispostos por ordem alfabética, seja qual fôr a classe de animais a que os seus portadores pertencem.

A *abelha* deu contingente não pequeno à nossa toponímia, o que aliás não é de estranhar, sabendo-se quanto ela se dá bem no nosso país, essencialmente agrícola, e cujos habitantes em todos os tempos têm apreciado o seu doce produto; vê-se isso da existência nela não só do nome primitivo como de muitos dos seus derivados, constituídos por sufixos, tais são: *Abelhal, Abelheira, Abelheiro* (todos em ambos os números), *Abelhão, Abelhoa, Abelhinha*, *Abelheirinha* e *Abelhoso.* O seu agrupamento com o lugar onde se entregam ao seu labor, isto é, o *enxame* e a *colmeia* [1] encontram-se também a denominar sítios, aquele nos dois números, êste só no plural.

O *abibe* ou *bibe,* embora ave de arribação, de-certo por freqüentar sítios apaulados, contribuíu para no plural

[1] O *Onomástico* regista *Colmearias, Colmenaria, Colmeiro* e *Colmeiros* (Casais dos).

denominar uma habitação isolada da freguesia do Cano, do concelho de Sousel.

Outra ave, o *abutre*, acha-se representada assim e no seu derivado *Abutreira*, do qual são divergentes *Abitureira*, *Avitureira* ou *Bitureira* e *Vitoreira*, que concorre com *Vitoreiro* [1].

Outra ave de rapina, o *açor*, contribuíu igualmente para a denominação de vários povoados, quer assim, quer no derivado *Açoreira*, ambas as formas nos dois números [2].

Da espécie de pato chamada *adem* tirou a sua designação uma freguesia do concelho de Almeida.

Ainda outra ave de rapina, a *águia*, entra na nossa toponímia nesta forma e seu plural e nas seguintes, dela derivadas, *Aguiar* com o respectivo diminutivo, *Aguiarinho*, *Aguieira*, *Aguieiro*, ambas nos dois números, e *Aguieirinho* [3].

Á *andorinha* em ambos os números foram buscar as suas designações alguns lugares.

A *aranha*, tanto no singular como no plural, denomina também vários povoados.

Do *asno* tiraram a sua denominação os lugares chamados *Asna*, *Asna Brava*, *Asneirinho das Courelas*, *Asneiros*, *Asnela*, *Asnela de Cima*, *Val d'Asna*, *d'Asno*, *d'Asnos* ou *Asnes* [4]. O nome por que hoje o mesmo

---

[1] No *Onomástico* do dr. Cortesão acham-se registados: *Avoitoreira* ou *Avuitoreira*, *Avuitoreiro*, *Avoitor morta* e *Voitorio*, *Voitorino* ou *Voitorinho*.

[2] Idem, *Azoraria* ou *Azoreira* e *Ezureira*.

[3] Idem, *Aquilar* no século XIII, *Aguiar*, *Aguieira*, *Aguieiras*, em diplomas do mesmo tempo, e ainda *Penedo d'Aquila*, *Ag*[*u*]*yar de Campos*, *Aquilar* e *Aquilar de Beira*.

[4] Nos seus tão eruditos como interessantes estudos sôbre *Toponymia Portuguesa*, publicados na *Rev. Lusitana* (vol. XVI e XVII), o dr. Joaquim da Silveira ennumera a vila de *Nelas* entre os nomes de lugares oriundos do *asno*, visto ter sido *Asnellas* a sua forma no

animal é mais conhecido, o *burro,* e lhe deve ter vindo da côr russa que em geral nêle predomina, ocorre na toponímia, já assim, e no feminino, já no plural *(Val dos Burros),* no diminutivo em *-inho,* em ambos os géneros, e nos derivados *Burral, Burrado, Burralhas, Burreiros, Burrela* e talvez ainda *Burreles.*

A lugares vizinhos do mar, sem dúvida pela sua arribada aí, deu a *baleia* o seu nome, ou só, ou precedida de outra designação, como *Atouguia da Baleia,* e nos derivados *Baleal, Baleeira* e *Baleeiro.*

O insecto a que damos o nome de *besouro* encontra-se nos toponímicos em ambos os números [1].

Bicho, como se sabe, é um têrmo genérico com que o povo indica sobretudo vermes ou insectos; pelo de *bicha* designa êle a *víbora,* que sob esta forma, só ou acompanhada de artigo, isto é, *Avíbora,* caracteriza um casal ou herdade da freguesia de Monforte; aqueles dois nomes aplicam-se a lugares, o primeiro nos dois números, no singular o segundo e ambos nos diminutivos em *-inho, -ico, -oca, -ana* e derivados *Bicheira* e *Bicheiro* ou *Abicheiro;* há ainda um casal na freguesia de Soure, chamado *Bechos,* que no português antigo correspondia ao actual *bichos,* e cujo feminino divergia do masculino apenas pela regular passagem do *-o* para *-a* [2].

Do *boi* provêm, além desta forma, só, ou precedida de *Val de-*, ou seguida dos adjectivos *alvo, morto, vivo,* os derivados *Boial, Boieiro* e *Boieira,* nos dois números; da

século XIII. No *Onomástico* citado, encontro *Asnela, Asnelina, Asnaes* e *Portus asinarius;* outros existentes em documentos antigos regista aquele mesmo senhor em notas a pág. 155 do vol. XVI.

[1] No mesmo *Onomastico Medieval* do dr. Cortesão há um *abesouro,* que tem tôdas as probabilidades de ser o mesmo nome que *besouro:* cf. pop. *alagar*, etc., por *lagar.*

[2] Num códice inédito, que suponho do século XIV, lê-se êste passo: *todos aqueles bechos... partirom-se do orto.*

respectiva fêmea estas: *Vacaria, Vacariça, Vacalar, Vaqueira, Vaqueiro* (e pl.), *Vaquinha* (idem) e *Val da Vaca, das Vacas, de Vaqueiros;* os filhos de ambos, isto é, o *Bezerro* e a *Bezerra* entram igualmente na toponímia nos dois géneros e o primeiro ainda no plural *(Val dos Bezerros)* e derivados *Bezerreiral, Bezerreira, Bezerros* e *Bezerrins.* O nome que o mesmo tem, quando novo e não castrado, isto é, *touro,* existe na toponímia nos dois números, no feminino *Toura,* nos correspondentes diminutivos em *-inho*, nos aumentativos *Tourão* (e plural), *Touroa* e derivados *Toural,* quer no singular, quer no plural, *Tourago, Tourigo, Touril* nos dois números e porventura também *Tourelhe,* que será um diminutivo [1].

O *bufo* denomina vários lugares; dêle procedem provàvelmente também *Bufinhos, Bufalhão* e *Bufareira.*

O *bugio* nos dois géneros e números e derivado *Bugiada* faz parte igualmente dos nomes de que me estou ocupando, mas isso não quere dizer que o respectivo animal cá existisse como o de *macaco*, porque êle é hoje mais conhecido e ocorre também na toponímia; tal nome deve ter sido importado com o seu possuidor.

A *cabra* figura assim e nos derivados em *-al, -il, -eira* e *-eiro* com os dois números; o macho respectivo, ou seja o *cabrão,* também no singular e plural; de ambos trazem origem ainda *Cabrela, Cabrelões, Cabrial, Cabriola, Cabrita* (e plural), *Cabritinha, Cabrito, Cabroeira* e *Cabrum* [2].

---

[1] No *Onomastico* encontram-se: *Castro de Bove, Mata Boi, Mata Vacas, Revoredo de Vacas, Vaccaricia* ou *Vaccariza* e *Vaccariça, Vacario (molendinum de), Touro, Toura, Toural, Touraes, Tourenzino, Touril, Tourim, Touriol, Tourona* e porventura ainda *Taurago.*

[2] O dr. Cortesão regista: *Caprarius, Capreiros, Capril, Capronello, Cabrazana, Cabreira, Cabril, Cabrito, Cabroelo, Cabronello, Cabroueira, Cabrones, Cabruno, Castro de Cabras* e *Cobellas de Capruno.*

O cabrito tem na Beira também o nome de *reixelo;* com a forma que lhe corresponde no feminino, ou seja *Reixela,* existe um lugar da freguesia de *Ovil,* concelho de *Baião.*

O *cágado* denomina alguns logarejos nos dois números.

A ave canora, conhecida pelo nome de *Calhandra,* contribuíu para a designação de dois casais; da mesma procede talvez *Calhandriz,* a de uma freguesia do concelho de Vila Franca de Xira.

O *cão* e respectiva fêmea ocorrem nos dois números *(Val de Cão, de Cães, Vila Cães, Cadela, Cadelas, Val de Cadelas);* é possível que *Cans* seja outra forma do plural e que dêle procedam ainda alguns dos muitos *Canal* e seu plural, *Canilho* e *Canhoso* [1]. Outro nome, *perro,* pelo qual o animal é também conhecido, deu *Val de Perro,* ou *Val Perro, Vila Nova do Perrinho.* Embora dito do filho de qualquer animal, aplica-se em especial ao do cão o nome *cachorro,* que nos aparece entre os toponímicos no plural e derivados *Cachorral, Cachorreira* e *Cachorrela.*

O *caranguejo* deu o seu nome no plural ao sítio do concelho de Tavira, chamado *Val Carangueijos:* dêle tomou talvez também a sua designação a freguesia da *Caranguejeira,* do concelho de Leiria.

O *Carneiro* aparece-nos em ambos os números, só ou acompanhado doutra designação *(Val de Carneiro),* em *Carneira, Vila Carneira* e no derivado *Carneiria.* Da sua fêmea há o seu nome nos dois números e derivados *Ovelheira, Ovelheiros,* diminutivo *Ovelhinha* e *Ovil* [2]. O

---

[1] O mesmo cita um *Cadeli,* que sem dúvida é um genitivo de *Cadelo* ou *Catellus* no latim, e *Caes,* a que provàvelmente se omitiu o til.

[2] Idem, *Obile, Obil* ou *Ovil, Dovelias,* que julgo estar por *d'Ovelias* (Pôrto), *Ovelia* (rio) e *Ovelioa.*

macho, quando ainda novo, é conhecido pela designação de *cordeiro, anho* e *borrego,* nomes estes que figuram entre os toponímicos, o primeiro em ambos os géneros e números, no diminutivo *Cordeirinho* e derivado *Cordeiral,* o segundo também nos dois géneros e por ventura ainda em *Anhões* e *Anhenhos,* e o terceiro na forma dita e seu derivado *Borregueiros* [1].

O insecto chamado *carrapato* entra na nossa toponímia nesta forma e, na correspondente ao seu feminino, ocorre no singular e plural; ministrou ainda os derivados em *-al, -eiro, -eira* (nos dois números), *-elo, -osa* e diminutivos *Carrapatinha* e *Carrapateirinhas.*

A avezinha conhecida vulgarmente pelo nome de *cartaxo* é provável que tenha contribuído para designar os lugares que na toponímia se chamam assim em ambos os números, no feminino que lhe corresponde e nos derivados *Cartaxeira* e *Cartaxaria.*

Do *cavalo* e respectiva fêmea tiraram os seus nomes os lugares chamados *Cavalo, Val de Cavalo, Cavalos, Cavalete, Cavalinho, Cavalinhos, Cavalões, Cavalaria, Cavalarias, Cavaleira, Cavaleiro, Cavaleiros, Val de Cavaleiros, Cavalum, Éguas* e *Val d'Éguas* [2]; quando novos, um e outra são indicados pela designação de *poldros* e *poldra;* daqui provêm *Val de Poldros, Poldra* (e plural), *Poldrinha, Poldraria, Poldreirinhos* e quiçá ainda *Poldrães.*

---

[1] No *Onomástico* do dr. Cortesão encontram-se *Agnia (S. Jacob de), Agniaos* (idem), *Ania, Agnia loura* ou *Anhaloura, Agno mao, Berrega* e *Berregam.*

[2] Idem, *Caballum. Caballus mortuus, Cabaliares, Cavalom, Cavalões, Cavalluno* e *Cavalum, Cavalones, Cavalliones* ou *Cavaliones, Petra Caballorum, Vado cavallar, Valle de Cavallos, Valle de Égua* e *Poldrin* (Fonte de). O nome *rocim,* pelo qual se designa o cavalo, quando pequeno e fraco (cf. Moraes), encontra-se também na toponímia, precedido da designação *Val (de-).*

A *cegonha,* tanto no singular como no plural, e ainda no diminutivo em *-ita* e derivados do sentido colectivo *Cegonhais* e *Cegonheira,* figura entre os toponímicos de que estou tratando [1].

O *cervo* denomina vários lugares em ambos os números, no seu feminino, no derivado em *-eira (Vila Nova da Cerveira)* e talvez ainda em *Cervães* e *Cervaínhos.* Por outra forma do mesmo nome, de feição mais popular, tenho eu *Zebro,* que, nos dois números, no feminino *Zebra* e derivados *Zebral* ou *Azebral*, *Zebreira*, *Zebreiros* ou *Zibreira, Zibreiros* e diminutivo *Zebrinho*, deu não pequeno contingente à nossa toponímia. Outras designações do mesmo animal, *veado* e *corço,* se é que não indicam variedades da espécie, figuram ali; a primeira assim, no derivado *Viadal* e ainda em *Veade* ou *Viade,* que se me afigura variante daquele; a segunda igualmente nesta forma, no singular, e em ambos os números o respectivo feminino, e quiçá ainda em *Corcitos*, *Corceal, Corcealinho, Corçães* e *Corçãos* [2].

A *cobra* ocorre em ambos os números, no masculino correspondente, *cobro,* e nos derivados em *-al, -eira*, *-osa* e nos diminutivos em *ica* e *inha*; é possível que tenham origem no mesmo nome também, alguns pelo menos, dos toponímicos *Cobrada* (e plural) e *Cobrados* [3].

O *coelho* encontra-se na toponímia em ambos os géneros e números e com os costumados sufixos em *-al, -eira, -eiro* (estes dois em ambos os números e o primeiro dêles ainda com diminutivo em *-inha*) e *-oso* nos dois géneros.

---

[1] No *Onomástico Medieval* acham-se *Cegoneiris, Cegooneira* e *Petra Cecunie.*

[2] O dr. Cortesão cita *Cervais* ou *Cervães* (S. Salvatore de-), *Cervaynos, Cerveira, Cervana, Cervelis, Cervia, Zebrario, Zebralio, Zebreiro, Ezebrario, Ezebreiro, Zevrario* ou *Zevreiro, Zibraria. Zevra* (planum de), *Venado* e *Veado.*

[3] No *Onomástico* há *Coovreiras* e *Fonte de Colubro.*

Entre os toponímicos acha-se ainda no plural o nome *caçapo* que o mesmo roedor tem, quando novo [1].

A *coruja* figura em ambos os géneros e números, nos derivados em *-al*, *-eira*, um e outro, já no singular, já no plural, *-eira* e diminutivos *Corujeirinha* e *Corujinho* [2].

O *corvo* igualmente encontramos nos dois géneros e números, *(Corvo, Lapa, Penedo do Corvo, Corva, Corvos, Corvas),* nos derivados em *-al, -ada, -eira, -eiro* (só no plural) e nos diminutivos *Corvacho, Corvatos, Corvel, Corvela, Corvete, Corvite* e talvez ainda em *Corvaceira* (singular e plural) [3].

A *cotovia* também nos aparece nos dois géneros e números e derivados *Cotovial, Cotovieira* e diminutivo *Cotoviote.*

O *cuco* acha-se representado nos dois números e porventura ainda em *Coqueira* ou *Cuqueira, Cuqueiro* e *Coqueda.*

Com o apelido de *Doninhas* há um lugar na freguesia de Talhadas, concelho de Séver do Vouga; é possível que *Donim* tenha idêntica proveniência.

A *eiró* ou *iró* foram buscar os seus nomes os lugares chamados assim e também *Eirol* e *Eiroz,* a que se pode juntar talvez ainda *Eirozo* [4].

Com a denominação de *Esquilo* existe igualmente um casal na freguesia de Algalé, concelho de Monforte.

---

[1] Idem, *Coneliaria, Coneliosa* e *Cazapedo.*

[2] Idem, *Corugeira* ou *Curugeira, Curugeiro* e *Curugios.*

[3] Idem, *Corva* (Castineiro da), *Corvaceira, Corvazal, Corvazaria, Corvazeiras, Corvido* (Moíno de), *Corbiti* ou *Corviti* (Santa Maria de), *Corvim, Corvio* (Rio do), *Curvaria, Curveira, Curvela, Curvete* ou *Curviti, Curvos* (S. Cróio de) *Curveiros* e *Pena do Corvo.* Assim como em castelhano há *Corvato* e no galego *corvinho*, assim também poderia ter havido um aumentativo *corvaz,* donde ao lugar habitado por essa espécie se chamaria *Corvaceira.*

[4] O dr. Cortesão cita *Eiroo* ou *Aeiroo, Eiroos, Heiroho* e *Garganta d'eiroo.*

O *falcão* aparece-nos com o respectivo feminino *Falcoa*, o plural *Falcões* e o derivado *Falcoeira*, nos dois números, e porventura ainda em *Falcatos*.

Da *formiga* tiraram as suas designações os lugares chamados assim e no respectivo masculino, como também com os sufixos *-al* nos dois números, *-eira*, *-eiro* e *-osa* [1].

A ave conhecida pelo nome de *francelho* deu êste e mais o seu feminino e derivado em *-eira* com o respectivo diminutivo *Francelheirinha*.

O *gafanhoto* entra com esta forma no plural, o feminino *Gafanhota* e ainda com *Gafanhão*, que julgo ser de onde aquele vocábulo procede, e seu derivado *Gafanhoeira* em ambos os números.

O *gaio* figura já no singular, já no plural, no diminutivo *Gaiinhos*, no talvez aumentativo *Gaião* e derivados *Gaioso* e *Gaiosa*. Não serão *Gaia*, só ou precedida de *Vila*, e *Gaias* o seu feminino?

Com o nome de *gaivota* e seu plural há dois casais no distrito de Évora.

O *galo* e respectiva fêmea subministraram à toponímia os seus nomes em ambos os números, no diminutivo *Galinhos* e derivados, *Galinheira* (o pl.), *Galinheiro* e *Galinhoso;* as suas designações, de quando novos, estão representadas em *Pinto*, *Pinta*, tanto no singular como no plural, *Pintaínha*, *Pintaínhos*, *Pintalhos*, *Pintim*, *Pitins* e talvez em alguma das *Pitas*, em *Piteira*, *Pitela* e *Pitões* [2].

A espécie de pato, conhecida pelo nome de *ganso*, é

---

[1] Idem, *Fromigosa* ou *Frumigosa* e *Fromigueiro*.

[2] No *Onomástico* citam-se *Galinario*, *Galieira*, que talvez esteja por *Galĩeira* e *Portela de Galo*. Como é sabido, no norte do país chama-se *pito* e *pitinho* ao que no sul se diz *pinto* e *pintaínho;* daí poderá ter-se formado, pelo processo conhecido, o colectivo *Piteira*, quiçá preferível ao vegetal da mesma denominação, o diminutivo *Pitela* e o aumentativo *Pitão*, dando o plural *Pitões*.

possível que se encontre em *Gançaria,* um lugar da freguesia de Alcanede, do concelho de Santarém [1].

Do *gamo* provêm, além de *Achada dos Gamos*, os derivados *Gameiro, Gamela* (e plural), *Gamita* (e plural), *Gamitinha*, *Gamito*, *Gamosa* e talvez ainda *Gamenha, Gamenhos, Gamoal, Gamoalete* e *Gamoalinho*.

De *gardunho,* outra designação da fuínha, é possível que tomasse nome a serra assim chamada.

O *gato* aparece-nos nos dois géneros e números, nos derivados *Gataria, Gateira* (e plural), nos aumentativos *Gatão,* com plural e feminino respectivo, isto é, *Gatoa,* dos quais se tirou provàvelmente *Agatoeira* [2].

Da ave que chamamos *Gavião* tomaram nome os lugares designados assim, só ou com a adjunção doutra palavra, como *Penedo do Gavião,* pelo respectivo feminino *Gavioa,* pelo plural masculino, *Gaviões* e *Gaviães,* diminutivos do mesmo género, *Gavianito, Gaviãozinho, Gavielo,* e talvez ainda por *Gavieira* [3] nos dois números.

Da frequência do *gralho* no nosso país dão testemunho os lugares conhecidos tanto por esta forma e respectivo plural nos dois géneros como pelos derivados *Gralhal* e *Gralheira* [4].

Com a denominação de *grifo* há um casal na freguesia de Malpica, concelho de Castelo Branco.

O *grilo,* que tanto abunda nos nossos campos, não

---

[1] A ser exacta a minha hipótese, deverá escrever-se *Gansaria;* neste como em muitos outros casos, conservo a grafia adoptada por Baptista.

[2] No *Onomástico* encontram-se *Gateira, Gatom, Gatones* e *Gato.*

[3] No *Onomástico* acham-se registados: *Gaviam* (S. Jacobo de), *Gaviom*, *Valle de Gaviom, Fonte de Gaviom* e *Gaviães* (Fonte de).

[4] Idem, *Graliaria;* quanto a *Gralal, Graleira* e *Graloo*, que também lá se lêem, devem, a meu ver, ter *l* por *lh*, o que não é raro em grafias antigas.

admira que contribuísse para denominar muitos povoados em ambos os géneros e números e no derivado *Grileira.*

Do *grou* tomaram nome os sítios chamados assim, tanto no singular como no plural, e diminutivo *Grouzinho.*

Á ave marítima chamada *guincho* foram pedir as suas denominações os lugares denominados *Alagoa do Guincho* e *Guinchosos;* outra forma do mesmo nome é provável que seja *Aguincho,* que igualmente se encontra na toponímia com o seu derivado *Aguincheira* em ambos os números.

A *lebre* figura entre os toponímicos nos dois números, diminutivo *Lebrinho* e derivados *Lebreira, Laboreiro, Lobreiro, Liboreiro, Laborato, Laborim* (de que deve ser plural *Laboris*), *Lebrém* e *Lubreu*[1].

O *lagarto* forneceu denominação a alguns lugares, quer assim, quer no plural dos dois géneros e nos derivados *Lagartal, Lagarteira* e diminutivo *Lagartixo*[2].

Lugares há chamados *Leão* e *Leões;* afigura-se-me, porém, que tais designações terão origem antes pessoal do que animal, se não é que alguns dêles as tenham ido buscar à província de Espanha assim conhecida e cujo nome reproduz em forma popular a literária *legião.*

Do *lôbo,* que ainda vive em algumas partes do país, provêm numerosos toponímicos, tais são: *Lôbo* (com plural e feminino e ainda acompanhado doutras designações: *Val do* ou *de Lôbo, Val de Lôbos, Val de Loba, Monte,* (*Lapa do Lôbo, Lôbo Morto,* etc.), *Lobeira* (e *Val de-*), *Lobeiras, Lobeiros, Lobaes,* os diminutivos *Lobato* (e plural), *Lobelha, Lobelhe, Lobio, Lobatinha, Lo-*

[1] Idem, *Leboreira, Leborim, Leverino* e *Lebor,* que se me afigura o primitivo daqueles derivados e deve ter precedido a actual forma *lebre,* por mais próxima da originária *lépor(em).*

[2] Idem, *Lagarto* e *Lagartaria* ou *Lagarteira.*

batinhos e provàvelmente ainda *Lobagueira, Lobazes* e *Lobegada* [1].

A *lontra* deu esta forma e a derivada *Lontreira.*

Do pernalta conhecido por *maçarico* deve ter tomado êste nome uma quinta ou herdade existente na freguesia de Nogueira, do concelho de Sinfães.

O *melro*, tão freqüente entre nós, deu *Melre* (e plural), *Melros, Melres,* com os respectivos diminutivos *Melrinho, Melroínha* e derivados *Melreira, Melroeira* e talvez ainda *Melriça* e *Melrissal* [2].

O *mexilhão* forneceu esta forma e a derivada *Mexilhoeira* [3] a lugares assentes em proximidades de rios ou esteiros dos mesmos.

O *milhano* ocorre entre os toponímicos nos dois números.

Mais freqüente do que esta ave parece ter sido o *minhoto,* a julgar da sua existência na toponímia, já nesta forma e respectivo plural, já no feminino com seu diminutivo *Minhotinha* e derivado *Minhoteira* e talvez ainda *Minhotães.*

O *mocho* está representado pelos seus dois números (*Mocho, Penedo do Mocho, Mochos*) e diminutivo *Mochinhos* [4].

---

[1] O dr. Cortesão cita: *Lobafarta, Lobagaria* ou *Lobagueira, Lobazim, Lobeira, Lobela*, a par de *Lubagueira, Lubazim, Luparia, Lubaria* ou *Lubeira, Lobal, Lopone* ou *Lobom, Lobatenos, Lubata, Fogo* (ou *Fofo*) *lobale, lobal* ou *lopare, Fonte de lupo, Valle lupi, Vilar de lobos, Villalobos* e *Carvalio de lobo.* É possível que façam igualmente parte do mesmo grupo *Lobiam, Lobile* e *Lobeilhe.* Sá de Miranda usa o aumentativo *lobaz.*

[2] Idem, *Merla, Merlim, Merloa* e *Mereli* (*agro*), que talvez esteja por *meruli.*

[3] Idem, *Mexilhueira.*

[4] No *Onomástico* acha-se registado, como têrmo geográfico, *Petra de Moucho.*

A *môsca* forneceu esta forma e as derivadas *Mosqueiro* em ambos os números, *Mosqueira*, aumentativo *Mosqueirão*, diminutivos *Mosqueta*, *Mosquito* e ainda *Moscoso*.

O *mulo*, hoje mais conhecido por *macho*, encontra-se com a respectiva fêmea na forma que dantes tinha; assim: *Val de Mu*, *Mua*, *Val da Mua* e derivado *Muar*; há, é certo, *Mulas* e *Val de la Mula*, tais designações, porém, ou são modernas ou foram tomadas do castelhano [1].

O *murganho* prestou à toponímia o seu plural e os derivados *Murganheira* e *Morganhal*.

O *ouriço* acha-se representado por esta forma e ainda por estoutras: *Ouriçais*, *Ouriçosa* e *Ericeira* [2].

Do *papagaio*, de que já fala o nosso rei-trovador, D. Denís, numa das suas lindas pastorais (n.º 137 do C. N.), encontra-se o plural e o feminino correspondente, isto é, *Papagaia*, o que parece indicar ser já antiga a importação desta ave.

O *pardal* prestou à toponímia o seu nome em ambos os números, derivado *Pardaleira* e quiçá também *Pardaínhos*, *Pardeiro* e algum dos muitos *Pardieiros*. É possível que *pássaro* tinha sido, como já o era em latim e o é ainda em italiano e francês [3], a antiga designação da ave entre nós, passando depois ao sentido genérico

---

[1] Idem, *Petra mularis*, Vale de *la mulla* e *Pee de Mua*.

[2] O seu antigo nome era *Eyriceira*, mas já *Erizeira* em documento do séc. XIII: cf. *Onomástico*, que cita também *Heirizosa*. Creio que *Erygo*, que o *Onomástico* cita como nome geográfico, pertence à mesma família.

[3] O italiano diz *passera*, mas o francês usa, a par de *passereau*, a forma *moineau*, que literalmente quer dizer *pequeno monge* e lhe veio, segundo o *Dictionnaire Général de la Langue Française* de Hatzfeld e Darmesteter, da côr parecida com a mais vulgar do hábito dos religiosos, isto é, *parda*, como aconteceu entre nós, que todavia não passamos dela ao seu portador. No *Onomástico* há *Pardães*, *Pardar de Braa* e *Passaral* (Casal do).

que actualmente tem; evidentemente a que hoje lhe damos foi tirada da sua côr; dêle se tomaram, além dessa forma, as derivadas *Passareiro, Passaria* nos dois números, *Passarela, Passarola, Passarinho* (e plural) e *Passarinhas.*

O *pato* deu à toponímia, afora o seu nome nos dois números e o da respectiva fêmea no plural, os aumentativos e diminutivos *Patão, Patões, Patinho, Patelos, Patelas* e colectivos *Pataria, Pateira, Pateiro* e *Pateirão.*

Com a designação de *pêga* em ambos os números existem alguns lugares; afigura-se-me que de entre os chamados *Pegada e Pegado* poderá talvez um que outro ter origem no mesmo vocábulo.

A ave popularmente denominada *peneireiro* subministrou igualmente a dois lugares o seu nome, tanto no singular como no plural.

Da *perdiz* há, além dos dois números, o masculino *Perdigão,* tanto no singular como no plural, o seu feminino *Perdigoa,* os diminutivos *Perdiganito* e *Perdigoto* e derivados *Perdigueira* e *Perdigueiros* [1].

Do *picanço* existem o feminino respectivo o derivado *Picanceira.*

Com o nome de *Pintassilgo* existe uma quinta em Évora.

O *pisco* denomina vários lugares ou só ou acompanhado de *Val;* é possível que no mesmo tenha origem também alguma das *várias Pesqueira* e *Pisqueiredo* [2].

De *piolho* e *pulga,* nomes que, afora os conhecidos parasitas, têm também outros insectos que atacam as

---

[1] No *Onomástico* há um *Perdigão* mas como apelido de homem.

[2] Evidentemente *Pesqueira* ou *Pesqueiro* designa lugar abundante em peixe (de água doce) e, como tal, onde se *pesca.* No, tantas vezes aqui citado, repositório encontram-se *Vale de Piisco, S. Jacobo de Piiscos, Fonte de Piisco* e *Piscos.*

plantas, há, além destas formas e do plural da segunda, só ou precedido doutra designação (*Pulgas, Val de Pulgas, Venda das Pulgas*), os diminutivos *Piolhinho, Val de Pulguinhas* e derivados, *Piolhosa* e *Pulgueiros* [1].

O *pombo* acha se bastante representado na nossa toponímia, pois entra nela com os dois géneros e números e derivados *Pombal, Pombeiro,* ambos no singular e plural, *Pombares, Pombaria, Pombalinho, Pombarinho, Pombeira* (e pl.), *Pombeirinha, Pombinha* e respectivo plural. Do *columbus* — designação duma variedade da mesma espécie — devem provir *Comba, Combinho* e quiçá *Combada* [2].

O *porco* fornece esta forma, a que lhe corresponde no plural do género feminino, os diminutivos *Porcel,* talvez também *Porcelha, Porcalho, Porcalhota* e ainda *Porcariça, Porcariço, Porqueira* nos dois números, *Porqueiros* e *Porquinha.* Outro nome do mesmo animal, que já de si representa um derivado, é *cochinho;* dêle trazem origem provàvelmente *Cochão, Cochada* e quiçá ainda *Cocharro* e *Cocharrinho.* Do lugar em que o mesmo é criado, a *pocilga,* existem os derivados *Possilgão* (e plural) e *Possilgais.* Ao mesmo animal, quando novo, dão-se os nomes de *leitão* e *bácoro,* os quais, aquele nos dois números e respectivo feminino no singular, êste em ambos os géneros, diminutivo *Bacorinho* e derivado *Bacoreira,* vamos encontrar designando lugares. Do *bravo* ou criado nos montes, isto é, o *javali,* provêm *Javaril,* que assim se chama uma aldeia da frèguesia de S. Brás de Alportel [3].

---

[1] Idem, *Pulgaria, Pulg[u]ido* e *Senrra de pulgaria.*

[2] No *Onomástico* acham-se arquivados *Palumbare, Palumbarinum, Palumbario* ou *Palumbeiro*, isto é, *Poombeiro, Monte de Poombeiro, Mata palombas, Casal Columbae* e *Coombaes.*

[3] O dr. Cortesão cita *Monte Porco, Porcas, Porceli, Porqueira, Portela de Leitões, Santo de Porcas, Vila de Porcas, Vilar de Porcos,*

A *poupa* prestou igualmente o seu nome e diminutivo *Poupinha* a alguns sítios [1].

Á *rã* nos dois números e a seus derivados foram buscar os seus nomes os lugares chamados: *Rãs, Val da Rã, Val de Rãs, Relas, Ranhó, Arranhó, Ranholas* e talvez *Arrão,* se é que está por *Arrã,* como diz o povo, que não raro ajunta aos nomes o artigo correspondente ao seu género no singular [2].

O animal a que geralmente chamamos *raposa,* afora esta designação, tem, como se sabe, a de *zorra* e já teve a de *golpelha,* que corresponde à de *vulpecula,* que os Romanos lhe davam; pois de todos esses nomes há vestígios na nossa toponímia, como mostram: *Raposa,* em ambos os géneros e números, *Raposinha, Raposal, Raposeira* (e plural), *Raposeiros, Raposeirinha; Zorra* (e plural), *Val da Zorra, Zorro, Zorrinho, Zorral, Zorreiras, Zorreiro; Golpilhal, Golpilhares* ou *Gulpilhares, Golpilharinhos, Golpilheira, Gulpilheiras* e porventura ainda *Golpilhães* [3].

Porca fixa, Porcariça, Porcarigum, Cima de Porcaa, Armada de porco, Cochinas, Cochoncel, Cochela, Leitones (Portela de).

[1] No *Onomástico* há *Petra de Poupa.*

[2] Idem, *Rana, Ranadelo, Ranatorium* ou *Ranadoiro;* talvez tenham idêntica origem *Ranhosa, Rania* (casal de) e *Ranhados,* que o mesmo regista.

[3] No seu *Onomástico Medieval Português* arquivou o dr. Cortesão: *Raposal, Raposeira, Petra de Raposeiro, Golpeleira, Gulpeleiras, Vulpeleiras, Cumenaria de vulpeleiras,* em que o *l* deve estar por *lh*, e *Vulpeliares* ou *Volpeliores.* Além do diminutivo *vulpecula,* existiu na língua vulgar a primitiva denominação, *vulpes,* como se evidencia do italiano *volpe*, que todavia o toscano diz *golpe;* tal forma deve ter também possuído a nossa língua, a ajuïzar dos toponímicos *Golpe* e *Golpa* (*Val da-*) no último dos quais o *-a* em vez de *-e* resultou de-certo do género do animal. A proveniência dos dois últimos nomes foi já vista pelo abade de Miragaia, Pedro Augusto Ferreira, que os cita na sua *Tentativa etymologico-toponimica,* o que, afora

O *rato* deu a vários lugares o seu nome, nos dois números, o da respectiva fêmea, os seus diminutivos em *-inho* nos dois géneros e plural do masculino, o aumentativo *ratão,* em ambos os números e derivados *Ratoeira,* quer no singular, quer no plural com o plural do competente diminutivo, isto é, *Ratoeirinhas.*

Sítios há também que tomaram a sua designação da *rôla,* em ambos os números; é possível que dela procedam igualmente *Rolão, Roleira* com plural e *Roleiro.*

Rouxinol se denominam um casal e uma quinta respectivamente nos distritos de Santarém e Lisboa.

A *sanguessuga* contribuíu para denominar dois sítios, como o *sapo* deu à toponímia o seu nome nos dois números e os derivados *Sapeira, Sapeiros, Sapinho, Sapinha* e provàvelmente ainda *Sapal* e diminutivo *Sapalinho* [1].

Do *sardão* provêm, afora êste nome, os colectivos *Sardoal, Sardoeira* (e plural) e *Sardoeiro* [2].

Pela designação de *Serpe* e *Serpente* são conhecidos dois lugares, respectivamente nos distritos de Vila Real e Pôrto [3].

Ao *teixugo* ou *texugo* foram buscar os seus nomes os sítios chamados, quer assim, quer no plural respectivo o feminino *Teixuga* e derivado *Teixugueira,* em ambos os números [4].

A *truta* denomina lugares, tanto no singular como no plural, e ainda talvez sob as formas *Truite* ou *Trute.*

---

outros exemplos, prova que, se em uns o seu autor, por falta de método verdadeiramente scientífico, claudicou, dando-nos etimologias inaceitáveis e por vezes disparatadas, do que êle próprio não raro tem consciência, noutros viu claramente.

[1] No *Onomástico* há *Sapelos, Saparia* e *Sapis* (*Lama Outarii de*).

[2] Idem, *Sardon* e *Sardoeira.*

[3] Idem, *Serpe* (bouzas da) e *Serpente* (Monte).

[4] Idem, *Teixogueira, Teixogueiras* ou *Teixugueiras, Teixugueiros, Teyxoqueira, Texygueiras, Lomba da Texuguetis* e *Petra taxucaria.*

Da existência do *urso* no nosso país dão nos testemunho os historiadores, mas o actual nome do animal representa uma forma literária, cedo introduzida na língua, onde não tardou a sofrer a costumada assimilação do *r* ao *s*; a mais antiga e verdadeiramente popular foi *osso*; ora tôdas estas três formas persistem entre os toponímicos, como se vê dos seguintes: *Pego do Urso, Pia d'Urso, Val da* ou *de Ursa; Lapaduços, Peraduça, Paraduça, Val da Uça, Val do* ou *d'Usso, Povoa da Ussa; Val d'Ossa, Baldossa, Ossos, Val d'Ossos, Vilar d'Ossos, Ossa, Val d'Ossa, Ossela, Ossais, Ossada* e *Val d'Ossada* [1].

Um enxame de *vespas* ou *bespas* chama-se *vespeiro* ou *bespeiro*, mas ao nome do insecto o povo acrescenta por vezes um *r*, dizendo *bespra* ou *abespra*; de aí, ao lado de *Vespeiro, Vespeira*, a toponímia subministra-nos, *Bespeiro, Bespeira* e ainda *Bespral.*

A concha de marisco chamada *vieira*, ou concha de Vénus, que os romeiros usavam trazer, deu talvez mo-

---

[1] A primeira das formas citadas usa-se tanto em galego como em castelhano; *usso* vive ainda no povo. O já citado abade de Miragaia, na obra referida (vol. I, ano 1907, pág. 235), cita também *Saes*, que diz ser «o mesmo que *Ossaes*», afirmativa que da demonstração feita pelo dr. Leite de Vasconcelos nas suas *Lições de Filologia Portuguesa* (ano 1911, págs. 234-235) se reconhece ser verídica, o que corrobora ainda o que disse atrás. O mesmo autor conta ainda entre os nomes de lugares provenientes do mesmo animal *Chentaduços*, cujo primeiro elemento êle não explica e eu julgo estar por *Chentado* (cf. Viterbo s. v.), tendo caído a sílaba final por haplologia, se não é um regressivo de *chentar* ou *chantar*, o representante popular do erudito *plantar*, poderá, pois, traduzir-se por *estância*, *assento*. O dr. Cortesão regista no seu *Onomástico: Ossa, Ossas, Ossela, Pena d'Osso*, *Rio d'Ossos* e *Vilar d'Ossos*. Note-se que o patronímico *Ossada*, que acima indico, também poderá considerar-se um derivado do ainda existente *osso;* parece-me, porém preferível a origem que lhe dou de *urso*.

tivo a serem designados por êsse nome os lugares chamados assim ou no plural.

Zângão se chama um casal no concelho de *Sesimbra;* dêle devem derivar os toponímicos *Zanganilho, Zangaria, Zangalho* e *Zanguilho.*

Com os nomes indicados poderia organizar-se um mapa indicador dos lugares em que em épocas passadas, mais ou menos remotas, predominavam as várias espécies zoológicas e, comparando com o estado actual, verificar-se as alterações e mudanças que sob tal aspecto se têm dado no nosso solo, passando-se depois ao estudo das causas qne as teriam motivado; isso, porém, fica já fora do que me propus apresentar, que foi uma pequena amostra da influência que entre nós têm exercido na nomenclatura dos lugares do nosso país os variados animais que, com algum raro desaparecido para outras regiões, nêle ou já viveram ou ainda vivem.

J. J. Nunes.

NOTAS DE UM AGENTE DA POLICIA DO MARQUÊS DE POMBAL

O grande Marquês achou insuficiente para se manter no poder os meios de que dispunham os seus antecessores, os secretários, de Estado e por isso se criou a Intendência da polícia no reinado de D. José I, o exercício da qual se prolongou até o advento do constitucionalismo com êsse nome.

Durante a existência de meio século nunca sofreu diminuição de atribuições, se bem que teve conflitos graves com súbditos estrangeiros pertencentes a nações poderosas, e de um dêsses resultou a demissão do celebrado Pina Manique, da escola pombalina.

O cartório da Intendência conserva-se em grande parte e é um manancial precioso para a história dos costumes portugueses.

Em umas estantes da Biblioteca Nacional, atulhadas de livros impressos, encontrei recentemente quatro cadernos manuscritos, muito curiosos por conterem o resultado das observações de um agente, como hoje se diz, da Policia de Segurança do Estado, então Intendência da policia.

O primeiro caderno começa em 13 de Dezembro de 1766 e termina em 3 de Fevereiro de 1767. A pessoa visada era o Cônsul de Espanha.

O segundo caderno começa em 4 de Fevereiro de 1767 e termina em 5 de Abril do mesmo ano. A pessoa vigiada era o mesmo Cônsul de Espanha, morador a São José Nepomuceno, local que tem agora outro nome.

O terceiro caderno está mutilado no comêço e principia em 18 de Setembro de 1767, e termina a 17 de Novembro. O indivíduo vigiado era Fernando de Miranda.

O quarto caderno começa em 1 de Julho de 1768 e termina em 2 de Novembro do seguinte ano. Continua aqui Fernão de Miranda a ser vigiado. As comunicações ou partes sôbre êste suspeito subiram a 525.

As partes são muitos sumárias e apenas dão indicações das horas de entrada e saída dos personagens nas habitações e os nomes das visitas. A personalidade do agente não se nos revela e apenas nas suas partes se vê um vestígio dialectal ao escrever *recolhei-se* por *recolheu-se*.

Não obstante o seu laconismo, estes cadernos são valiosos, tanto para o estudo dos costumes como para a história da polícia política em Portugal [1].

Os quatro cadernos têm a cota 9277 na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

Pedro de Azevedo.

LIVRO 5.º

Dia 13 de Dezembro de 1766

Parte

Antes das nove horas da manhãa entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha, esteve com o consul da mesma the as dez e meya.

Depois das dés horas entrou D. Boaventura de Capo de Villa que mora na Rua do Caldeira, esteve la the as onze.

---

[1] Latino Coelho, na sua *História* explorou consideràvelmente a Intendência, *Tinop* (Pinto de Carvalho) do mesmo modo na *Lisboa de Outros Tempos.* Em 1835 publicou-se uma *História da policia secreta.*

Antes das onze horas entrou hum Biscainho que he cappitam de huma embarcação que está ancorada defronte da Ribeira das Naos, esteve la thé quazi ao meyo dia.

Ao meyo dia entrou hum homem Portugues vestido de saragoça e capote escuro por sima, o qual esteve com o consul cousa de meya hora e indo em seu seguimento soube se chama Luis Eusebio de Sousa que mora a Encarnação, dizem que corre com cauzas.

Dia 14 do dito mez

Parte

As onze horas da manhãa entrou D Andre Erera sahio dahi a hum quarto acompanhado do consul de Espanha e forão ambos para a missa a Igreja de S. João de Nepumcsseno, de donde sahirão ao meyo dia e forão ambos pela Rua da Bica e pella mesma se recolherão a huma hora da tarde.

Depois das quatro horas da tarde entrou o Mordomo do Embaivador de Espanha com outro companheiro com quem tem vindo das mais vezes que dizem ser criado particular do dito Embaixador, estiverão lá athe depois das Ave Marias.

A estas mesmas horas sahio o consul para fora e foi para caza athe depois das Ave Marias.

A estas mesmas horas sahio o consul para fora e foi para caza de D. Andre Erera de donde sahio as outto horas da noute.

Dia 15 do dito mes

Parte

Depois das outo horas entrou hum Alferes de Alcantara a quem chamão por alcunha o Conde dos Monturos e sahio as outo e meya e veyo a cavalo.

Depois das nove e meya entrou hum Portugues chamado Luis Eusebio de Sousa que mora a Encarnação, esteve com o dito consul couza de hum quarto de hora.

Depois das des horas entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha sahio depois das onze.

A estas mesmas entrou hum Espanhol que he cappitão de hum Navio Biscainho esteve com o dito consul mais de huma hora. Ao meyo dia entrou o Padre Carllos que he Frances esteve la thé quazi a huma hora.

Depois da huma hora da tarde entrou hum soldado do regimento de Alcantara da Companhia de Mascarenhas chamado Elias José, e veyo a caza do dito Consul por parte do Alferes do dito re-

gimento chamado o Conde dos Monturos, e quando este sahio que foi dahi a pouco tempo levava hum papel na mão.

Depois das quatro horas da tarde entrou hum Portugues chamado Domingos Gonçalves de Sousa e que mora atrás de Santo Andre he procurador da causa, sahio logo.

Dia 16 do dito mez

Parte

Neste dia não ha parte que escrever pela razão de estar toda a manhã em caza do Senhor Corregedor, e de tarde não vir a caza do consul ninguem.

Dia 17 do dito mes

Parte

Depois das nove horas da manhãa entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha e pouco tempo se demorou lá.

Depois das dés horas entrou o Padre Joaquim Gonçalves que mora na Rua da Bica, esteve lá pouco menos de huma hora.

As onze horas da manhãa entrou o Militar Antonio Jozé da Maya que he do habito, e cadete do Regimento da segunda armada, esteve lá the depois das sinco horas da tarde.

Depois das onze horas entrou hum Portugues chamado João Baptista Esteves que mora ao pé de Santo Alberto e sahio depois do meyo dia meya hora.

Ao meyo dia entrou o Padre Carrolos que he Frances sahio a huma hora.

Quazi a huma hora entrou o Conigo da Patriarchal Paulo Iosé Pereira que mora aos Anjos, esteve la cousa de meya hora.

Depois da huma hora entrou D. Boa Ventura e sahio as duas horas e meya.

As quatro horas e meya entrou hum homem de negocio Portugues chamado Francisco Pereira que mora na Rua dos Mastros sahio quazi as sinco horas.

Perto das seis da manhã sahio o consul para fora foi para caza de D. Andre Erera de donde se recolheo para casa as outo.

Dia 18 do dito mez

Parte

Serião nove horas e meya entrou D. Boa Ventura e sahio as dés.

As dés horas entrou hum clerigo Portugues chamado o Bene-

ficiado Luiz Jozé Salema que asiste na Rua da Atalaya o qual se domorou couza de hum quarto.

Depois das onze horas da manhãa entrou o Padre Carollos que he Frances sahio ao meyo dia.

Ao meyo dia entrou o Melitar Antonio Jozé da Maya que he do habito e cadete do regimento da segunda Armada esteve la the as tres da tarde.

As sinco horas da tarde entrou o Portugues Francisco Pereira que he homem de negocio e morador na Rua dos Mastros sahio as sinco e meya.

Dia 19 do dito mez

Parte

As outo horas e meya do dia vinha Joze Mayor a cavalo para caza do consul, e porque topou o secretario deste na Rua se apeou e deu o cavalo ao dito secretario para hir ao correyo buscar cartas, e elle veyo a pé para casa do dito consul donde esteve thé depois das des e meya e sahio a cavalo porque ja a este tempo tinha vindo com as cartas o dito secretario.

As nove horas da manhãa entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha sahio as dés.

Depois dellas entrou D. Andre Erera e sahio as des e meya:

As onze horas entrou D. João de Larrusa e sahio dahi a hum quarto.

Depois do meyo dia entrou o Melitar Antonio Joze da Maya que he do habito e cadete do regimento da segunda Armada, esteve la the depois das tres horas da tarde.

Dia 20 do dito mez

Parte

As outo horas da manhã entron pera caza do Consul D. Boa Ventura que mora na Rua da Caldeira sahio antes das nove horas.

As nove horas da manhãa entrou hum Portugues a quem chamão João Coelho que asiste na Rua dos Mastros sahio as nove e meya.

Antes das dés horas entrou o tal estudante que ajuda as Missas em Santa Catherina sahio seria hum quarto depois das des horas.

As des horas da manhãa entrou D. Antonio Bisconsul da Espanha sahio quazi as onze.

As onze horas entrou o Padre Carrollos que he Frances, sahio antes do meyo dia.

As onze horas e meya entrou D. Francisco Lhoreda a cavallo sahio a huma hora da tarde.

Ao meyo dia entrou o Melitar Antonio Jozé da Maya que he do habito e cadete do regimento da segunda Armada, sahio as Ave Marias.

Dia 21 do dito mes

Parte

As nove horas da manhãa entrou o Portugues Manuel Ayres da Silva que mora ao Salitre sahio dahi a hum quarto de hora.

As onze horas da manhãa entrou o Melitar Antonio José da Maya e sahio as Ave Marias.

As onze horas e meya entrou D. João de Larruça, e logo atras delle D. Andre Érera, e ambos sahirão ao meyo dia.

E as mesmas horas sahio o Consul para fora e foi a missa a Igreja de S. João de Nepumeseno, e sahindo de la foi a caza de D. Andre Erera e se recolheo a sua caza seria hora e meya.

Dia 22 do dito mez

Parte

As nove horas da manhã entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha, e sahio perto das des horas.

As nove horas da manhã entrou D. Boa Ventura e sahio as dés e meya.

Antes do meyo dia entrou o Padre Carrolos que he Frances, sahio a huma hora.

Ao meyo dia entrou o cadete da segunda Armada Antonio José da Maya sahio as tres horas e meya.

As tres horas e meya entrou José Mayor a pé e sahio as quatro horas e meya.

Dia 23 do dito mez

Parte

As des horas da manhãa entrou D. Antonio Bisconsul da Espanha sahio as onze horas.

As quatro horas da tarde entrou o conigo da Patriarchal Paulo Jozé Pereira sahio as quatro e meya.

As sinco horas da tarde entrou D. Boa Ventura que mora na Rua da Caldeira, sahio as seis da noute.

Dia 24 do dito mes

Parte

Depois das nove horas da manhãa entrou para caza do consul

de Espanha o Padre Joaquim Gonçalves que mora na Rua da Bica sahio despois das dez.

As onze horas da manhãa entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha sahio seria meyo dia.

Ao meyo dia entrou o Melitar Antonio Joze da Maya que he do habito e cadete do regimento da segunda Armada, e sahio as Ave Marias.

Depois do meyo dia entrou o Padre Carrolos que he Frances sahio a huma hora.

Depois das duas horas da tarde entrou o conigo da Patriarchal Paulo Jozé Pereira que mora aos Anjos, esteve la hum quarto.

Depois das sinco horas da tarde entrou o secretario do Embaixador de Espanha, e sahio depois das seis.

Dia 25 do dito mez

Parte

Antes das onze horas da manhãa entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha e sahio as onze e meya.

Depois das onze horas sahio o consul para a missa a Igreja de S. Paulo e recolheisse depois do meyo dia.

Ao meyo dia entrarão D. André Erera, e D. João de Larruça e como o consul não estava ainda em caza se retirarão logo.

As sinco horas da tarde sahio o consul para fora a tempo que chegava a porta do dito o Tenente do correyo que vinha em huma sege, o qual apiandosse esteve conversando com o dito consul hum pouco e depois forão a pe tambem conversando, the a porta de D. Andre Erera aonde se despedirão e o dito consul subio para caza do dito D. Andre.

Depois das sinco horas entrarão para caza do consul D. Andre Erera e D. João de Larruça e como este não estava em caza forão ambos para a banda da Boa Vista levando o dito D. Andre para sua caza na sua companhia o dito Dom João onde estava tambem o mesmo consul e de la se recolheo serião outo horas.

Dia 26 do dito mez

Parte

As outo horas e meya da manhã entrou Joze Mayor a cavalo e sahio as onze depois do secretario do consul vir do correyo para onde tinha hido no cavalo do dito Mayor.

As onze horas da manhã entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha sahio dahi a hum quarto de hora.

Depois das onze horas entrou D. Boaventura sahio as onze e meya.

Ao meyo dia sahio o consul para a missa a Igreja de S. Paulo e de donde se recolheo para caza.

Ao meyo dia entrou o mordomo do Embaixador de Espanha chamado João Antonio o qual jantou com o dito consul e sahio depois das tres horas.

Depois do meyo dia entrou Jaques Francisco Laquetinier que he Bisconsul dos Franceses e assiste em Belem sahio a huma hora.

Perto da huma hora entrou João Coelho que he Portugues e assiste na Rua das Madres, sahio a huma hora.

Depois das tres horas da tarde entrou Manuel Ayres da Silva que foi escudeiro da Marquesa do Louriçal que assiste ao Salitre, esteve la couza de hum quarto de hora.

As Ave Marias entrou o secretario do Embaixador de Espanha, e sahio dahi a couza de hum quarto.

Dia 27 do dito mez

Parte

As des horas e meia da manhã entrou para caza do consul de Espanha D. Antonio Bisconsul da mesma Espanha e estaria perto de meia hora e sahio junto com o sacartario.

Depois das des e meia entrou o Padre Joaquim que mora na rrua da Bica e estaria la hum coarto de hora

As onze horas e meia chegou a porta do consul o Mestre da aula e falou com D. Antonio o Bisconsul que estava a janela e não introu que nisto gastaria meio coarto.

Depois das onze e meia introu para caza do consul D. Andre Erera e sahio ao meio dia com o dito consul e a porta estiverão conversando meio coarto de hora que se despedirão e o consul foi pela rua abaixo direito a S. Paulo e quando se rrecolheu hera huma hora da tarde vindo da parte de D. Andre Erera.

Depois do meio dia introu o Padre Carrolos Frances e logo sahio por conta de não estar em caza neguem.

As duas horas da tarde Baterão a porta do dito consul dois padres com habitos pretos e cruzes encarnadas no peito e estiverão falando com o moso e pouco se demorarão.

As tres horas da tarde entrou Jozé Moresque e pouco se demorou.

As sinco horas e meia sahio o consul para fora a pe a tempo que chegava hum espalhol e se pos a conversar e logo chegou huma sege que hera D. João de Larrusa e o outro conhesi hera o Mestre

da aula e nesta conversa gastarião hum coarto de hora bom e se despedirão e o consul foi para caza de D. Andre Erera.

Dia 28 do dito mes

Parte

Perto das des horas da manha entrou D. Francisco Lhoreda e sahio depois das dez e meia.

E antes das onze horas entrou para caza do consul o cadete da segunda armada e jantou com o dito consul e quando sahio foi depois das Ave Marias.

E ao meio dia sahio o consul para fora e foi pela rua abaixo direito a S. Paulo dahi a meia hora se rrecolheu.

Antes da huma hora da tarde entrou para caza do consul D. João de la Russa e jantou com o dito consul e quando de la sahio herão Ave Marias dadas.

A huma hora da tarde introu para a dita casa do consul D. Andre Erera e jantou com o dito e quando de la sahio foi depois das Ave Marias.

Perto das duas horas da tarde intrarão para caza do consul o camarista e o Mordomo e o estribeiro de caza do Embaixador de Espanha e jantarão todos com o dito Consul e depois das Ave Marias sahio o camarista e o Estribeiro e se meterão na sege e se forão.

E depois das seis horas da noute sahio o Mordomo junto com o Consul e o sacartario e a deante o mosso com arxote asezo e forão para a hopra do Bairro Alto que de la se foi o dito Mordomo e herão depois das onze horas quando se recolheu o consul e o seu sacartario.

Dia 29 do dito mes

Parte

As nove horas da manha entrou para caza do consul D Antonio o Bisconsul da mesma Espanha e quando sahio herão onze horas.

Depois das onze horas do dia esteve D. Andre Erera da rrua fallando com o consul e mais ao secartario que estavão a janela e estiverão meio coarto de hora.

Despois das quatro horas da tarde bateo a porta do dito consul hum criado do Menistro da conservatoria com hum papel que la o intregou.

Dia 30 do dito mez

Parte

As nove horas da manhã entrou hum homem de capote cor de

canela e vestia e calsam incarnado que a dita caza tem vindo mais vezes sube morava No terreirinho que Era lavrador e tambem compadre do sacartario o qual tem muita amizade em sua caza e la estaria hum coarto de hora.

E sendo des horas tornou o dito homem outra ves e pouco se demorou.

Serião des horas e meia da manhã entrou para a dita caza do consul Joze Moresques e sahio com hum papel na mam e estaria meio coarto de hora.

As onze horas da manhã entrou na caza do consul hum homem que asiste em casa de João Rodrigues Pereira na rua do Machadiuho e pouco se demorou.

Depois das onze horas introu D. Antonio o Bisconsul e estaria la hum coarto de hora.

As onze e meia tornou a intrar Joze Moresque e pouco se demorou.

E depois das quatro horas e meia da tarde entrou para a dita caza D. Boa Ventura e sahio depois das sinco.

Dia 30 do dito mez

Parte

Ao meio dia sahio o consul para fora a pe e foi pela rua abacho direito a S. Paulo a ouvir Missa e quando sahio foi direito a caza de D. Andre Erera e quando de la veyo para sua caza hera hora e meia. Depois do meio dia entrarão para caza do consul tres Biscainhos os quaes estiverão esperando que viese o consul para caza que asim como chegou logo sahirão para fora hum deles com hum papel na mam.

As tres horas da tarde sahio o consul de Espanha, e o sacratario para fora e tornarão pela rua abaicho que no fim dela se meterão em huma sege e tive a noticia que forão a caza do Ex.^{mo} Sr. Conde de Oeiras a dar lhe as boas festas e quando se recolheu herão sete horas da noute.

As tres horas e meia da tarde bateram a porta do consul dois homens hum vestido de veludo cor de pinhão e o companheiro vestido de pano cor de canela e o vestido de veludo se chama Nicolao Roda que mora na rrua da Roza e como o consul não estava em caza se demorarão pouco tempo.

Primeiro de Janeiro de 1767

Dia 1 do dito mez

Parte

As des horas da manhã introu para caza do consul de Espanha D. Antonio o Bisconsul e estaria la meia hora boa.

Depois das des horas e meia do dia esteve D. João de la Rusa falando da rrua com o consul que estava a Janela mas pouco se demorarão.

Perto do meio dia sahio o consul para fora e a porta esteve falando com D. João de la Rusa e nesta conversa gastarião meio coarto de hora que se despedirão e o dito consul tomou pela rua abacho e perto da huma hora apareceu uindo da parte de sima e foi direito para caza de D. André Erera e coando se recolheu a sua caza hera perto das duas horas.

Perto das sinco horas da tarde sahio o consul para fora e mandou a sege adeante e hele esteve a porta de Simam Pinto falando hum pouco de tempo e dahi foi pela rua asima e se meteo na dita sege.

Dia 2 do dito mez

Parte

As oito horas e meia do dia entrou para caza do consul de Espanha Jose Maior a cavalo e dahi a pouco tempo sahio o sacartario a cavalo no que veio o dito Joze Maior e se rrecolheu as duas horas e Joze Mayor sahio as des e Meia.

As duas horas e Meia introu para a dita caza D. Antonio o Bisconsul e estaria la hum coarto de hora.

As tres horas da tarde introu para a díta caza D. Boa Ventura e la se demorou athe as tres e meia.

E perto das quatro horas da tarde introu hum homem para caza do consul vestido de Pano azul do qual já dei parte que mora a Bica e o conheso muito bem e pouco se demorou.

As quatro horas esteve D. João de la Rusa falando da rrua com o sacartario por tempo de meio coarto.

Depois das quatro horas e meia sahio o consul junto com o sacartario para fora e forão para a parte de Santa Catherina e Monte Sinay a pe e se rrecolherão bastantemente tarde.

As sinco horas dadas chegou huma sege a porta do consul de Espanha com hum cavalheiro dentro vestido de preto com abito de Malta e fita verde e sube ser o Menistro de Sardanha mas logo se

foi por causa de não estar em caza o dito consul e Mora ao Senhor da Boa Morte.

Dia 3 do dito mez

Parte

As nove horas da manhã introu para caza do consul de Espanha João Coelho que mora na rrua das Madres e se demorou athe as des.

Depois das des horas entrou hum hespanhol que dizem assiste na rua de S. Amaro e estaria hum quarto bom.

E as tres da tarde o mesmo espanhol tornou com outro e estaria la perto de meia hora.

As des e meia introu para a dita caza o que assiste com João Rodrigues Pereira na Rua do Maxadinho e pouco se demorou.

Perto do meio dia introu para a dita caza do consul o Medico do Embaixador dEspanha e se demorou meia hora.

Dia 4 do dito mez

Parte

Antes das des horas do dia introu para a caza do consul D. Francisco Lhoreda a cavalo e sahio depois das des e meia. Que a estas mesmas introu D. Antonio o Bisconsul e sahio depois das onze.

E ao meio dia sahio o consul e tomou pela rua a Baxo e quando veio hera perto da huma hora junto com D. Audre Erera e D. Antonio Bisconsul e o sacartario e tomarão pelas escadinhas todos juntos e quando o consul se rrecolheu hera perto das duas horas.

As tres horas da tarde veio em huma sege João Mendes o Escrivam da conservatoria espanhola com hum homem dentro na mesma o qual ficou dentro e o Escrivam introu para caza do consul e esteve conversando a Janela com o Consul mais de meia hora que sahio.

As quatro horas da tarde sahio o consul para fora junto com o sacartario e forão pela rua asima e quando se recolheu herão oito da noute.

Dia 5 do dito mez

Parte

As nove horas da manhã intrarão para caza do consul de Espanha D. Antonio Bisconsul da mesma com hum capitam de navios e estarião hum coarto de hora.

Perto das des horas introu D. Boa Ventura e estaria hum bom coarto.

Depois das des horas introu outra vez D. Antonio o Bisconsul e sahio depois do meio dia.

As duas horas e meia da tarde tornou outra vez a intrar para a dita caza do consul o Capitam de navios e quando sahio herão tres dadas.

Dia 6 do dito mez

Parte

Serião oito horas da manhã entrou hum homem vestido de verde e estaria la hum coarto e sube que hera carpinteiro e mora aserca de S. Bento.

E As nove horas tornou a intrar o mesmo homem e atom pouco se demorou.

E seria meia hora depois do meio dia quando veio outra vez o dito homem e esteve a porta falando com o sacartario e intrando para dentro se demorou meio quarto de hora que sahio.

As nove horas introu D. Boa Ventura e estaria la hum quarto.

Depois das nove horas da manhã introu D. Antonio o Bisconsul e estaria perto de hum coarto.

Antes do meio dia sahio o consul pera S. João Nepumuseno e sahio depois do meio dia conversando com D. João de la Rusa e tomarão para a parte donde mora D. Andre Erera e a huma hora veio o consul so e tomou para a rua da Bica e quando se rrecolheu hera hora e meia.

E perto das duas horas chegou hum criado de D. Francisco Lhoreda a cavalo com capote azul com hum papel na mam e se apiou e entrando para dentro o deu ao sacartario e pouco se demorou.

Dia 7 do dito mez

Parte

Depois das nove horas introu para caza do consul de Espanha D. Antonio o Bisconsul e la se demorou athe perto das des.

Depois das onze horas introu para a dita caza hum homem com vestido de pano cor de flor de Alecrim e capote por sima de Baetam cor de canela e esteve mais de hum coarto e sube se chamava Joaquim Antonio Xavier de Pontes e que asiste ao Senhor da Boa Morte e he irmam do Escrivam João Manuel de Pontes.

Antes do meio dia entrou o Padre Carrolos Frances e sahio perto da huma hora da tarde.

E Ao meio dia dado introu D. Francisco Lhoreda e o tal Joaquim

Antonio Xavier de Pontes e sahirão juntos depois da huma hora da tarde.

Depois das quatro horas introu outra ves para a dita casa D. Francisco Lhoreda a cavalo e sahio as sinco dadas.

Dia 8 do dito mez

Parte

Perto das des horas da manha introu para caza do consul de Espanha o Padre Joaquim Gonçalvez que mora na Rua da Bica e sahio depois das onze.

As onze horas introu para a dita caza Joaquim Antonio Xavier de Pontes que mora a Boa Morte e sahio perto do meio dia.

Ao meio dia entrou D. Antonio o Bisconsul e sahio perto da huma hora.

Depois das quatro horas da tarde entrou o que asiste em caza de João Rodriguez Pereira que mora na rua de Maxadinho e estaria la hum quarto.

Serião sinco da tarde entrou para a dita caza o sacartario do do Embaixador de Espanha e sahio herão seis horas dadas.

E antes das sete horas da noute introu hum homem de capote escuro e sahio perto das oito e indo ver quem hera me pareceu D. Antonio o mesmo Bis cousul e certificando me achei hera o mesmo.

Dia 9 do dito mez

Parte

As oito horas da manhã introu para caza do consul de Espanha Joze Major a cavalo e dahi a meia hora sahio o sacartario do mesmo consul no mesmo cavalo do dito Joze Maior e se recolheu perto das des horas e Joze Major sahio perto das onze.

As des horas do dia introu D. Boaventura e sahio dahi a meia hora. As des horas dadas introu o criado de D. Andre Erera e logo sahio com humas cartas na mam.

Seria meia hora depois do meio dia entrou hum cavalheiro com vestido incarnado e com abito de Christo e capote cor de canela por sima e montado em hum cavalo murzelo amortalhado e esteve a Janela falando com o consul por tempo de hum coarto de hora e sube ser o guarda mor do tabaco que assiste em huma barraca ao pe de Santa Izabel.

Serião seis horas e meia da noute sahio o consul de Espanha para fora e foi para caza de D. Andre Erera e sahio as nove.

E As sete introu para a dita caza D. Antonio Bisconsul e se demorou meia hora.

Dia 10 do dito mez

Parte

Antes das des horas do dia introu o que asiste em caza de João Rodrigues Pereira que mora na rrua do Maxadinho e lá se demorou mais de meia hora.

Dia 11 do dito mêz

Parte

Depois das oito horas do dia introu para caza do consul de Espanha João Coelho que asiste na Rua das Madres e sahio perto das des horas dadas.

As oito horas e meia do dia introu para a dita caza hum home que he sarrador e compadre do sacartario e mora ao Terreirinho o qual se demorou hum quarto de hora.

As onze horas do dia introu D. Antonio Bisconsul e sahio ao meio dia.

Depois do meio dia sahio o consul para fora e foi pela Rua abacho e quando se recolheu veio foi da parte donde mora D. Andre Erera e ja hera hora e meia.

As tres horas da tarde introu para a dita caza D. Antonio o Bisconsul e sahio depois das sinco horas junto com o sacartario.

Dia 12 do dito mez

Parte

As des horas introu para caza do consul de Espanha o que asiste em caza de João Rodriguez Pereira que mora na rua do Maxadinho e la estaria perto de hum quarto.

D. Antonio Bisconsul da mesma Espanha introu para a dita caza asima dita e estaria la meia hora que sahio.

As coatro horas da tarde introu para a dita caza Manuel Aires da Silva que asiste ao Salitre e foi criado do Marques de Lourisal e estaria hum quarto.

As sinco horas da tarde entrou D. Boa Ventura e sahio depois das Ave Marias.

Dia 13 do dito mez

Parte

As nove horas e meia do dia entrou para caza do consul de Es-

panha D. Antonio Bisconsul da mesma e estaria hum quarto de hora.

Depois do meio dia entrou pera a dita casa hum homem com vestido de pano cor escura e Botoins amarelos e Regingote Alvadio com canhois de veludo preto e com abito de Cristo montado em hum cavalo castanho escuro com xarel verde e estaria hum quarto de hora e quando vinha saindo veio o consul a janela com papeis na mam e lhe falou o qual tornou a intrar e atam pouco se demorou e sube ser procurador do fidalgo Asasanha que foi Embaixador de Espanhá e asiste em caza do mesmo fidalgo a Junqueira.

Dia 14 do dito mez

Parte

As nove horas e meia introu para caza do consul de Espanha João Coelho o que asiste na rua das Madres e sahio quaze as onze horas.

Depois das des horas introu o Medico do Embaixador de Espanha e sahio depois das des e meia.

Antes do meio dia intrarão pera caza do consul de Espanha tres Biscainhos asiados e pouco se demorarão e se forão recolher em caza do Bisconsul da mesma Espanha e de tarde tornarão outra ves a intrar para a dita caza do consul os ditos Biscainhos e estarião meia hora.

E as tres horas introu para a dita caza D. Antonio o Bisconsul e sahiu dahi a meia hora junto com o sacartario. Depois das sinco horas da tarde entrou pera a dita caza Dom Boa Ventura e sahio perto das seis horas da noute.

Depois das seis horas dadas sahio o consul de Espanha para fora em sege e tomou pela rua asima e sube tinha hido para caza do Medico do Embaixador de Espanha adonde se ajuntarão muitas pessoas sube dava o Medico Baile e quando se rrecolheu o dito consul herão onze horas.

Dia 15 do dito mez

Parte

As nove horas do dia introu pera caza do consul de Espanha D. Antonio Bisconsul da mesma e la se demorou athe as des dadas.

Depois das nove e meia introu para a dita caza hum capitam de navios e hera de Cataluna o qual sube que se hia inbora para a dita Terra e se demorou mais de huma hora Boa.

As seis horas da noute introu para a dita caza D. Boa Ventura e la se demorou hum quarto de hora que sahio.

Dia 16 do dito mez

Parte

Depois das oito horas da manhã introu pera caza do consul de Espanha Joze Major a cavalo, e dahi a hum quarto sahio o sacartario da dita caza, no mesmo cavalo, e Jozé Major sahio a pe e quando veio o sacartario passava das des horas e dahi a hum quarto chegou hum criado de D Andre Erera e sahio dahi a pouco tempo com cartas na mam, e depois das onze horas mandou Jozé Major Boscar o cavalo pelo seu Moso.

Depois do meio dia introu para a dita caza D. Antonio Bisconsul e estaria meia hora.

Perto da huma hora da tarde entrou o sacartario junto com dois Biscainhos e pouco se demorarão os ditos que logo sahirão.

Dia 17 do dito mêz

Parte

As nove horas do dia intrarão para caza do consul de Espanha dois Biscainhos e sahirão depois das des.

Dia 18 do dito mes

Parte

As des horas da manhã entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha e sahio as dez e meia.

Ao meyo dia sahio o consul de Espanha acompanhado de seu secretario e forão para a Igreja de S. Paulo aonde ouvirão missa e depois se recolherão para caza ainda conversando com D. Andre Erera do qual se apartou a sua porta seria huma hora.

Depois das tres horas e meya da tarde entrou o mordomo do Embaixador de Espanha e sahio depois das sinco.

Perto das sinco horas da tarde entrou o camarista do Embaixador a cavallo e sahio depois das seis da noute.

Dia 19 do dito mes

Parte

Depois das nove horas da manhãa entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha e saio serião des horas.

As onze horas da manhã entrou hum homem Português vestido de Alvadio e sahio as onze e meya e indo no seu seguimento soube asiste aos Piais de S. Bento e que se chama Joaquim Annes de Miranda.

As tres horas da tarde entrou hum homem de capote cor de pinhão, o qual sahio dahi a hum quarto e soube se chama João Vilemo e que asiste a S. Roque e este passa para Espanha e depois a Roma onde he seu natural.

Depois das tres horas entrou o Mordomo do Embaixador e sahio serião sinco.

Dia 20 do dito mez

Parte

Serião des horas e meya da manhã quando entrou D. Francisco Lhoreda a cavallo e sahio antes das onze.

Antes do meyo dia entrou D. Andre Erera e sahio logo.

Ao meyó dia entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha e sahio seria huma hora da tarde.

As tres horas e meya da tarde entrou D. Boa Ventura e sahio as quatro e meia.

Dia 21 do dito mez

Parte

Depois das des horas da manhã entrou para caza do consul de Espanha o Medico do Embaixador da mesma Espanha e sahio ao meyo dia.

As des horas e meya entrou hum Português chamado Joaquim Annes de Miranda que asiste aos Piais de S. Bento e sahio dahi a couza de hum quarto de hora.

Depois do meio dia entrou D. Antonio o Bisconsul de Espanha, e sahio a huma hora.

A huma hora da tarde tornou a entrar segunda vez Joaquim Annes de Miranda e sahio dahi a meya hora.

As duas horas da tarde entrou hum criado de D. Andre Erera com dous Livros grandes de pasta branca e sahio logo deixando la os ditos livros.

As quatro horas da tarde entrou o cadete da segunda armada Antonio Jozé da Maya e sahio perto das seis da noute. Ás mesmas horas entrou o secretario do Embaixador de Espanha e sahio as sete horas da noute.

Dia 22 do dito mez

Parte

Depois das onze horas e meya da manhã entrou D. Andre Erera para caza do consul de Espanha e sahio ao meyo dia.

Pellas duas horas da tarde entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha e sahio depois das tres,

E antes do meio dia entrou o Militar que he cadəte do regimento da segunda Armada e sahio as seis horas da noute.

Ao meyo dia sahio o consul de Espanha para fora e foi á missa a Igreja de S. Paulo, e depois se recolheo a sua caza indo pela de D. Andre Erera onde esteve couza de hum quarto.

Depois da huma hora da tarde entrou o Mordomo do Embaixador e sahio ás sinco acompanhado do secretario do consul.

As quatro horas da tarde chegou á porta do consul de Espanha huma sege na qual vinha o Dezembargador conservador da Nação hespanhola, que he Luiz Ignacio da Sylva Duarte, esteve la thé depois das sinco.

Ouve noticia de que seria meya noute entrara outra ves o mordomo do Embaixador com o mesmo secretario do consul, e que o dito Mordomo está despedido da caza do Embaixador, e que esta em caza do consul the se ausentar para Espanha.

Dia 23 do dito mez

Parte

As outo horas da manhã entrou Jozé Mayor a cavalo, e logo sahio no dito cavalo o secretario do consul para o correyo buscar cartas, de donde veyo serião des horas e o dito Jozé Mayor sahio as des e meya.

As des horas e hum quarto mandou D. Andre Erera a caza do consul buscar cartas por hum seu mosso, o qual levou humas poucas na mão

Depois das onze horas entrou o Medico do Embaixador de Espanha e sahio ao meyo dia.

Antes do meyo dia entrou o cadete da segunda Armada Antonio José da Maya sahio as quatro da tarde.

Depois do meyo dia entrou D. Antonio Bisconsul da Espanha e sahio seria huma hora.

Depois da huma hora entrou para caza do Consul de Espanha hum criado do Ministro de Sardanha e pouco se demorou.

As duas horas entrou hum Português de capote jardo esteve pouco tempo lá e depois serião tres horas tornou a entrar e esteve com o consul mais de meia hora e o tal contrata em louça, e asiste em huma loge della em Alcantara.

Depois das quatro horas da tarde sahio o consul em huma sege de aluguel e foi para Palhavãa e depois foi para hum bailhe que se fez em caza de D. Francisco Pissollas o Medico do Embaixador e de la sé recolhe a sua caza serião nove horas da noute.

Dia 24 do dito mez

Parte

Serião quazi nove horas quando entrou o tal homem que tem loge de louça em Alcantara e sahio as des.

As nove horas e meya entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha e sahio depois das des.

Depois do meio dia entrou para caza do consul hum Português que mora a Boa Morte e o qual se chama Joaquim Antonio Xavier de Pontes, sahio de la seria huma hora.

Depois da huma hora da tarde entrou Dom Francisco Lhoreda a cavalo e sahio serião quazi duas horas.

As tres horas da tarde entrou o Estribeiro do Embaixador de Espanha e sahio as sinco.

As tres e meya entrou D. Boa Ventura que mora na Rua do Caldeira e sahio as quatro.

As quatro horas da tarde entrou D. João de Larrea e sahio antes das sinco.

Dia 25 do dito mes

Parte

As nove horas e meya entrou hum Espanhol que he criado grave de caza do Embaixador de Espanha e sahio serião des.

A estas mesmas horas entrou D. Antonio Bisconsul e sahio logo. Depois das onze horas da manhãa entrarão D. Andre Erera e D. João de Larruça e sendo passado couza de hum quarto sahirão acompanhados do consul para a banda da rua da Bica e pela meia hora depois do meyo dia tornarão a vir pella mesma parte e se recolheo cada hum a sua caza.

A huma hora da tarde entrou o Militar que he do habito e cadete do regimento da segunda Armada sahio depois das seis e meya da noute.

Depois das duas horas da tarde entrou D. Antonio Bisconsul e sahio ás quatro e meya.

Depois das tres horas da tarde entrou hum Português que asiste na Rua do Maxadinho em caza de João Rodrigues Pereira e pouco se demorou.

Depois das seis horas da tarde entrou o secretario do Embaixador de Espanha e sahio dahi a meya hora.

Dia 26 do dito mez

Parte

Antes das des horas da manhãa entrou para caza do consul de Espanha, hum Espanhol que he da caza do Embaixador da mesma Espanha chamado D. Joze Valhaes esteve thé depois do meyo dia

Depois das dés horas da manhã entrou D. Boa Ventura esteve lá couza de hum quarto de hora.

Ao meyo dia entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha sahio antes da huma hora.

Tambem ao meyo dia entrou D. Francisco Lhoreda a cavalo e sahio a huma hora da tarde.

A huma hora entrou Joaquim Antonio Xavier de Pontes que mora a Boa Morte esteve la couza de meya hora.

As quatro horas da tarde sahio de caza do consul o Mordomo do Embaixador de Espanha que por se achar despedido da dita caza asiste na do dito consul.

Dia 27 do dito mez

Parte

As outo horas e meya da manhã entrou hum homem Português que he cabileireiro do comandante que veio na frota da Bahia e se chama João e he morador as Portas da Cruz, esteve em caza do dito consul the noute fechada.

Antes das onze horas da manhã entrou D. Antonio Bisconsul e sahio a huma hora da tarde.

Ao meyo dia entrou o Melitar Antonio Joze Maya que he do habito, e cadete do regimento da segunda Armada, esteve la the as seis horas da noute.

Dia 28 do dito mes

Parte

Depois das outo horas da manhã entrou o tal Portugues chamado João que he cabileireiro e morador ás Portas da Cruz.

As nove horas da manhã entrou D. Boa Ventura sahio antes das des.

Antes das onze horas da manhã entrou D. Francisco Lhoreda a cavalo e sahio herão quazi duas horas da tarde.

Depois do meyo dia entrou o Melitar Antonio José da Maya, que he do habito e cadete da segunda Armada sahio depois das tres horas.

As quatro horas da tarde entrou para caza do consul de Espanha hum frances de vestido azul que asiste em caza de Monsieur Chapel esteve la couza de meya hora.

Dia 29 do dito mes

Parte

Depois das nove horas da manhãa entrou para caza do consul de Espanha hum Espanhol que he de caza do Embaixador da mesma Espanha. Sahio depois das onze horas com outro Espanhol que foi mordomo do mesmo Embaixador e agora assiste em caza do consul.

Depois das dez horas da manhãa entrou D. Andre Erera, esteve la pouco tempo.

As onze horas e meya entrou D. Boa Ventura que mora na Rua do Caldeira sahio depois do meyo dia.

Dia 30 do dito mez

Parte

Depois das outo horas da manhãa entrou Jozé Mayor a cavalo, e dahi a pouco sahio o secretario do consul no dito cavalo para o correo, recolheisse ás dés horas e Jozé Mayor sahio as onze.

Depois das des e meya entrou D. Andre Erera sahio logo lendo huma carta.

Ao meyo dia entrou o Melitar Antonio Jozé Maya que he do habito e cadete do regimento da segunda Armada, sahio depois das Ave Marias.

As duas horas da tarde entrou o Padre Joaquim Gonçalves que asiste na Rua da Bica, esteve la couza de hum quarto.

Antes das quatro horas da tarde entrou D. Francisco Lhoreda a cavallo e sahio já bem de noute.

Dia 31 do dito mez

Parte

Depois do meyo dia entrou hum Espanhol que he de caza do Embaixador e sahio logo.

Depois das duas horas da tarde entrou D. Antonio Bisconsul e pouco se demorou.

Antes das tres horas da tarde entrou hum padre dos Caetanos, já de idade e baixo, esteve couza de hora e meya.

As quatro e meya da tarde entrou hum homem Portugues que asiste em caza na Rua do Machadinho com João Rodrigues Pereira esteve couza de hum quarto.

As sinco horas da tarde entrou Francisco Pereira que he homem de negocio e morador na Rua dos Mastros e sahio as Ave Marias.

A esfas mesmas horas entron D. Antonio Bisconsul e sahio logo.

Dia 1.º de Fevereiro de 1767

Parte

As des horas da manhã entrou D. Antonio Bisconsul de Espanha esteve couza de hum quarto.

As onze horas da manhãa entrarão D. Andre Erera e D. João de Larruça e sahirão ao meyo dia.

A estas mesmas horas sahio o consul para fora e foi para a Igreja de S. Paulo onde ouvio missa e se recolheo a sua caza depois della.

Ao meyo dia entrou hum Português de capote chamado Mauricio Queiroz que asiste a S. Cristovão, esteve hum quarto.

As duas horas e meya da tarde entrou D. Antonio Bisconsul sahio as quatro.

As tres horas da tarde entrou Francisco Pereira que he homem de negocio e morador na Rua dos Mastros, esteve huma hora.

As quatro horas sahio o consul para fora com o seu secretario e tomou para a Rua da Bica.

As sinco horas da tarde chegou o secretario do Embaixador de Espanha, e como o consul não estava em caza se retirou logo.

As Ave Marias entrarão para caza do consul o camarista do Embaixador e mais D. Joze de Volhaes, estiverão hum quarto.

Dia 2 do dito mez

Parte

As nove horas da manhã entrou D. Joze Valhaes a cavalo, e sahio depois das des com D. Antonio que tambem tinha entrado.

Ao meyo dia sahio o consul para fora e foi para a Igreja de S. Paulo onde ouvio missa e se recolheo a sua caza.

As duas horas da tarde entrou D. Antonio Bisconsul e sahio de-

pois das tres com o secretario do consul e mais o mordomo que foi do Embaixador.

As tres horas entrou o Padre Joaquim Gonçalvez que asiste na Rua da Bica e sahio as quatro.

Depois das quatro e meia da tarde entrou D. Boa Ventura que mora na Rua do Caldeira esteve la couza de tres quartos de hora.

Dia 3 do dito mez

Parte

Depois das dés horas da manhãa entrou hum Espanhol de capote cor de pinhão, já velho chamado João Barbo que asiste ao Posso de Burratem esteve pouco tempo.

As onze horas e meya da manhãa entrou o Medico do Embaixador de Espanha que mora ao Arco de S. Roque esteve la thé depois das tres horas e meya da tarde por quanto jantou com o dito consul.

As onze horas entrou D. Boa Ventura e sahio depois do meio dia.

Antes das duas horas entrou hum frade hespanhol com habito branco e huma cruzinha no peito, esteve la couza de meya hora, e indo no seu seguimento se meteu em caza do Padre Joaquim Gonçalvez que mora na Rua da Bica donde ficou.

As tres horas da tarde entrou Jozé Orne que he hespanhol e morador na Rua da Bica esteve la couza de hum quarto de hora.

LIVRO 6.º

1767

São João de Nepumesseno

Dia 4 de Fevereiro de 1767

Parte

Antes das quatro horas da tarde entrou para caza do Consul de Espanha hum criado do Consul de França e juntamente com elle hum homem de capote escuro, o qual soube hera de caza de João Calabuz que mora defronte da caza da Moeda; sahirão dahi a hum quarto de hora.

As quatro horas da tarde entrou para a dita caza hum Espanhol

chamado João Brabo que assiste com outro Espanhol ao posso do burratem, pouco se demorou.

Depois das quatro horas da tarde entrou para a dita caza o Estribeiro do Embaixador de Espanha, esteve la thé perto das sete horas da noute.

Depois das seis horas da noute entrou o Bis Consul de Espanha sahio ás sete.

Dia 5 do dito mês

Parte

Despois das dez horas da manhãa entrou o Bis Consul de Espanha sahio dahi a cousa de meyo quarto de hora.

Depois das onze da manhãa entrou D. Boa Ventura que mora na Rua do Caldeira sahio às onze e meya.

A Estas mesmas horas entrou D. Francisco de Lhoreda a cavalo e sahio a huma hora da tarde.

As quatro horas da tarde entrou o Espanhol que mora ao posso do Burratem chamado João Brabo sahio perto das cinco horas.

Serião seis horas da noute quando entrou hum criado do Embaixador de Espanha a cavalo e sahio serião sete.

Dia 6 do dito mez

Parte

Depois das sete horas da manhãa entrou José Mayor a cavalo, e dahi a cousa de hum quarto sahio o secretário do Consul no dito cavalo para o correo e veio serião dez horas e depois delles sahio José Mayor.

Depois das des horas entrou para a dita casa hum catalão vestido de Azul e calção de veludo preto esteve lá hum quarto e quando sahio soube se chama o Capitam Sardol e que tem nauio seu.

As onze horas da manhãa entrou o criado de D. Andre Erera e sahio com humas poucas de cartas na mão.

As onze horas da manhãa entrou D. Antonio Bis Consul sahio dahi a meia hora.

Depois das tres horas da tarde entrou D. Boa Ventura e sahio depois das quatro.

Logo atrás deste entrou hum Portugues chamado João Baptista Esteves que mora ao pé das Albertas e com elle juntamente entrou tambem outro com vestido cor de saragoça que dizem he Sobrinho do capitam Sardol e soube que o Consul lhe emprestara sem mil reis, sahirão depois das quatro.

Depois das quatro horas da tarde sahio o Consul para fora acompanhado do que foi mordomo do Embaixador e ambos se meteram em huma seje e forão para Palhavan. E logo assim que o dito Consul sahio, chegou hum criado do Embaixador de Espanha, que vinha a chamalo da parte do mesmo embaixador, o Consul recolheisse serião nove horas da noite e tive noticia que o dito Consul fora falar ao Embaixador por muitas novidades que lhe tinhão vindo no correio. Antes das sinco horas da tarde tornou a entrar D. Boa Ventura sem embargo de não estar em caza o Consul saio depois das seis e soube estivera endireitando huns papeis.

Dia 7 do dito mez

Parte

Depois das des horas entrou hum Espanhol inda rapaz com gabinardo Aluadio e canhões de veludo azul esteve quasi meya hora e indagando quem hera soube que hera criado do Embaixador de Espanha.

As onze horas e meia da manhã entrou hum Portugues chamado João Coelho que mora na rua das Madres sahio perto da huma hora da tarde.

Antes das quatro horas da tarde entrou hum Português que assiste com João Rodrigues Pereira na rua do Machadinho esteve mais de hum quarto.

Depois das seis horas da noute entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha e sahio às seis e meia.

Dia 8 do dito mes

Parte

As outo horas e meia entrou hum francês com vestido de saragoça com botões amarelos faca de mato e liga de ouro no chapeo esteve lá thé depois das nove e indo no seu seguimento o perdi de vista.

Perto das dez horas da manhã entrou hum Português vestido de aluadio com botoins amarelos sahio despois das dez e meia e indo no seu seguimento soube se chama o Doutor M.el Pires que mora na rua dos calafates.

Perto das onze horas entrou hum portugues de capote cor de pinhão cabeleira redonda, sahio quasi ao meio-dia e indagando quem hera soube se chama M.el e que tem huma tem[da] aos piais de S. Bento e que tinha vindo por ajudante da cozinha do comandante que veio na frota da Bahia.

As onze e meya entrou D. André Erera sahio perto do meio-dia,

quasi ao meio-dia entrou D. Antonio Bis Consul e sahio ao meio dia com o Secretario do Consul.

Ao meio-dia sahio o Consul para a Igreja de S. Paulo e de lá se recolheo a sua caza seria perto da huma hora.

As três horas entrou segunda vez D. Antonio o Bis Consul e sahio as quatro e meia.

As Ave Marias sahio o Consul para fora e foi para caza de D. André Erera recolheisse serião outo.

Dia 9 do dito mês

Parte

As des horas da manhãa entrou para casa do Consul de Espanha hum Francês vestido de Azul chamado o Monsieur Sabar que mora na rua dos calafates, sahio logo, e pelas onze horas tornou a entrár e sahio quasi ao meio-dia.

Ao meio-dia entrou D. Antonio o Bis Consul de Espanha sahio depois da huma hora.

As três horas e meya da tarde entrou D. Boa Ventura sahio antes das cinco.

Depois das quatro horas da tarde entrou hum Padre dos caetanos ja velho e pouco se demorou.

As cinco horas da tarde entrou a cavalo hum Espanhol de caza do Embaixador chamado D. Antonio Robolles sahio perto das nove horas da noute.

Dia 10 do dito mez

Parte

Depois das oito horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul e sahio depois das nove.

As nove entrou D. Boa Ventura, sahiu ás dez e meia.

Antes das onze horas da manhã entrou hum Portugues vestido cor de flor de alecrim e gabinardo cor de canela com canhões verdes, sahio depois das onze e me disseram se chamava João que mora a S. Cristovão e que hé dos que entrão no presepio.

As duas horas da tarde entrou o francês que mora na rua dos calafates e se chama monsiur Sabar, sahio dahi a meia hora.

Dia 11 do dito mês

Parte

As nove horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul sahiu às dez.

A huma hora depois do meio dia entrou hum clerigo já vélho Espanhol chamado Christovão José e mora na rua das Atafonas sahio logo.

Serião três horas e meia da tarde quando entrou o tal Português que se chama João e falla no Presepio de S. Christovão onde hé morador.

As quatro horas da tarde entrou hum criado de D. João de Larrea e sahio logo.

Dia 12 do dito mês

Parte

As nove horas da manhã entrou hum Espanhol vestido cor de flor de Alecrim que hé mordomo do Embaixador de Espanha sahio ás dés e meia.

Depois das des e meia entrou hum com vestido azul com botoins amarelos e sua bengala esteve lá cousa de hum quarto e indo no seu seguimento se meteu dentro na Alfandiga e não o tornei a ver motivo porque não dou noticia do seu nome.

As onze horas da manhã entrou para casa do Consul o Medico Espanhol que he do Embaixador de Espanha sahio quasi ao meio dia.

Ao meio dia entrou D. Antonio o Bis Consul de Espanha sahio logo.

Antes das quatro horas da tarde entrou hum Português que mora na rua do Machadinho em Casa de João Rodrigues Pereira sahio as quatro e meia.

Depois das quatro horas da tarde sahio o Consul para fora a pé tive noticia que hia vesitar José Mayor que estava doente recolhei-sse já bem de noite.

Dia 13 do dito mês

Parte

As nove horas da manhã entrou hum Espanhol chamado D. José ainda mosso porem não pude saber a sua habitação mas poderá saber-se em outra ocazião, sahio antes das dez.

As des horas da manhã entrou hum homem de capote aluadio e cabello preto o qual soube que hé filho de D. José Rabello que mora na escada de D. João de Larruça e que esteve lá meia hora.

Antes das onze horas da manhã entrou o Espanhol que tem loge de Livros as portas de S.to Antão sahio ás honze e meia.

As onze horas da manhã entrou o Militar Antonio José Maya

que he do habito e cadete do regimento da segunda Armada e foi a Cavalo, sahio ao meio dia.

A huma hora da tarde entrou hum Português que hé procurador de causas que asiste ao posso novo, e o mais do tempo em casa de huma veuva de hum comfeiteiro que assiste ao pé do mesmo poço e estêve lá cousa de hum quarto, e se chama M.el da Costa.

Dia 14 do dito mês

Parte

Depois das oito horas e meia entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha sahio ás nove horas.

As nove horas e meia da manhã entrou hum Espanhol que é mordomo do Embaixador de Espanha chamado D. Antonio Roboles sahio ás onze e meia.

As onze horas e meia da manhã entrarão dous Espanhois de Riguingotes escuros hum de cabelo branco digo de cabelo preto e outro de Barrete branco sahirão ao meyo dia e soube que assistião na Rua de Santo Amaro e são contratadores de Sedas de Espanha.

As duas horas e meia da tarde entrou D. José que he espanhol ainda mosso esteve meia hora.

Depois das três horas e meia da tarde entrou o desembargador conservador da Nação Espanhola Luis Ignacio da Silva Duarte sahio as quatro e meia.

Antes das quatro horas da tarde entrou hum Espanhol que he cavalharissa do Embaixador de Espanha e vinha montado em um macho preto esteve lá té ás quatro e meia e tem a perna esquerda muito gróça.

Dia 15 do dito mez

Parte

As dés horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul e sahio ás dés e meia e ás onze tornou a entrar e sahio logo. As onze horas da manhã entrou o Militar Antonio José Maia que hé do habito e cadete do regimento da 2º Armada esteve lá thé ao meio dia que sahio juntamente com o Consul e forão á Missa a Igreja de S. João de Nepomeseno de donde se recolheram outra vez a caza e o dito cadete sahio as quatro horas da tarde.

Dia 16 do dito mês

Parte

As nove horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha e sahio dahí a hum quarto.

As dés horas da manhã entrou hum mordomo do Embaixador de Espanha chamado D. Antonio Rebolles vinha a cavalo sahio ás onze e meia.

As dez horas e meia entrou hum moso que hé de hum estrangeiro que mora ao posso Novo chamado Carollos Brun que dizem he o que fas as listas de todos os Navios que entrão aqui no porto esteve cousa de hum quarto.

Depois das onze horas da manhã entrou hum Português chamado Luis de Paiva que tem sejes que aluga no Terreirinho de Santa Catharina sahio logo.

As duas e meia da tarde entrou hum Espanhol de capote pardo baixo e de cabelo ruivo soube asestia em caza do Almotaçe mor na rua de Santo Antonio.

Antes das trez horas da tarde entrou o segundo Mordomo do Embaixador que esteve lá meia hora.

As quatro da tarde entrou D. Francisco Lhoreda a cavalo sahio ás cinco e meia.

Antes das cinco entrou o Português Manuel Ayres da Silva que assiste ao Salitre e foi criado da Marquêsa do Louriçal e sahio logo.

Dia 17 do dito mês

Parte

Antes das nove horas da manhã entrou o P.e Christovão José que assiste na rua das Atafomas, esteve cousa de hum quarto.

As nove horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha sahio ás nove e meia.

Ao meio dia entrou o Militar Antonio José da Maya que é do habito e cadete da segunda Armada e sahio depois das três horas da tarde.

Depois das nove horas da manhã tinha entrado hum Português que assiste na rua do Machadinho em caza de João Rodrigues Pereira esteve mais de hum quarto.

Dia 18 do dito mês

Parte

Serião nove horas quando entrou para casa do Consul hum Es-

panhol que hé contractador de sedas e morador na Rua de Santo Amaro esteve lá depois das des.

As dez horas da manhã entrou D. Boa Ventura sahio as onze horas.

Depois da huma hora sahio o Consul para fora em huma seje da praça tive noticia fora jantar com o Embaixador de Espanha de donde se recolheu bastantemente noute.

As duas horas entrou hum Espanhol que hé recoveiro de Madrid chamado Marcos Carrenho sahio depois das tres.

As duas horas da tarde entrou D. Francisco Lhoreda a Cavalo sahio depois das três sem embargo do Consul não estar em caza mas sim estava o mordomo que foi do embaichador que está por hospede em casa do dito Consul.

Depois das quatro horas chegou á porta do Consul José Morésque porem como o mosso lhe disse que este não estava em caza se retirou logo e o tal José Moresque he Bis Consul de Napoles.

Dia 19 do dito mês

Parte

Eram quasi nove horas quando entrou para casa do Consul de Espanha D. Boa Ventura sahio ás des horas.

Depois das nove horas da manhã entrou D. Antonio o Bis Consul sahio serião nove e meia.

Depois das dés horas da manhã entrou o Espanhol que he Recoueiro de Madril chamado Marcos Correnho esteve lá meya hora.

Depois do meio dia tornou a intrar D. Antonio o Bis Consul sahio logo.

Ao meio dia entrou hum homem vestido de Saragoça com botois amarelos e Reguimgote aluadio a cavalo em hum macho preto esteve com o dito Consul thé depois das sinco horas da tarde.

As sinco horas da tarde tornou a entrar o recoveiro de Madril sahio dahi a meia hora.

Dia 20 do dito mez

Parte

As outo horas da manhã entrou o mosso de José Mayor com o cavalo do dito em que o Secretario do Consul foi para o correyo.

As outo horas da manhã entrou o Espanhol que he Recoveiro de Madril sahio logo e depois das nove horas tornou a entrar e sahio ás dez e meia.

As dez entrou o filho de D. José Rebelo o qual mora na casa

adonde morava D. João de Larruça esteve lá pouco mais de hum quarto.

As onze e meia da manhã entrou hum Português vestido de jardo com botois amarellos baixo e magro esteve pouco tempo não sei dizer quem he por não poder sabêlo.

A huma hora da tarde entrou o tal sugeito que no dia antecedente tinha estado com o Consul the ás cinco horas e hoje esteve somente meya hora

As duas horas veio a dita Caza hum criado do Embaixador a cavalo e sahio ás trez horas.

Dia 21 do dito mez

Parte

As nove horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul esteve hum quarto.

Depois das onze horas da manhã entrou o P.e Christovão José que assiste na Rua das Atafonas sahio ao meyo dia.

Ao meio dia entrou o Militar Antonio José Maya que hé do habito e cadete do regimento da segunda Armada sahio ás sinco e meia.

Depois do meio dia entrou o Espanhol que he Recoueiro de Madril e sahio depois da huma hora.

As duas horas e meia entrou hum Espanhol de caza do Embaixador de Espanha trazia hum gabinardo Alvadio com canhois de veludo azul esteve meia hora.

Dia 22 do dito mez

Parte

As outo horas da manhã entrou para caza do Consul de Espanha hum Espanhol que hé Contratador de sedas e mora na rua de Santo Amaro sahio ás nove.

Depois das outo horas da manhã entrou D. Boa Ventura sahio as nove horas.

As dez horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul sahio logo.

As honze horas da manhã entrarão D. André Erera e D. João de Larrusa, sahirão perto do meio dia acompanhados do Consul o qual foi para a missa a Igreja de São Paulo de doude se retirarão cada hum para sua caza.

As quatro horas da tarde tornou o Consul a sahir para fora e foi para a banda do Arsenal.

Dia 23 do dito mez

Parte

Perto das nove horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul esteve lá cousa de hum quarto de hora.

Ao meio dia tornou a entrar D. Antonio sahio depois da huma hora da tarde.

Depois das duas horas entrou o mosso de Carrolos Brun que he o Estrangeiro que faz as listas dos Navios, sahio logo.

As quatro horas da tarde entrou hum espanhol que he mordomo do Embaixador de Espanha sahio ás cinco.

Dia 24 do dito mez

Parte

As dez horas e meia da manhã entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha sahio logo.

Ao meio dia sahio o Consul para fora e foi á missa a Igreja de S. Paulo de donde sahio e foi a casa de D. André Erera e de lá se recolheo a sua caza depois da huma hora.

Depois do meyo dia entrou hum Estrangeiro que mora na Rua do Condr.ª chamado Samuel e esteve esperando pelo Consul sahio de lá depois das duas horas.

As duas horas da tarde entrou D. Francisco Lhoreda a cavalo sahio ás sinco.

As trez horas e meia entrou o primeiro Mordomo do Embaixador de Espanha sahio depois das quatro.

Dia 25 do dito mez

Parte

As outo horas da manhã entrou D. Boa Ventura que mora na Rua do Caldeira sahio depois das nove.

As outo horas e meia da manhã entrou hum Espanhol que he contratador em Sedas e mora na Rua de Santo Amaro sahio depois das nove comversando com o dito a sima.

Antes das nove da manhã entrou hum Português vestido de pano jardo que já no dia viute e trez tinha entrado porem não se

tinha sabido quem hera porem hoje soube se chama João de Freitas que assiste ao chafariz de Anda Luz esteve com o Consul cousa de hum quarto.

As dez horas entrou hum Espanhol de capote o qual hé sobrinho de hum Capitam Espanhol chamado o Sardoal e sahio ás dez e meia.

Depois do meio dia entrou o Militar Antonio José Maya que he do habito e cadete do regimento da segunda Armada sahio depois das quatro horas da tarde.

As duas horas e meia entrou para casa do Consul dous Espanhois os quais heram hum Camarista e o outro Mordomo do Embaixador de Espanha sahirão depois das trêz horas acompanhados do Espanhol João António que foi o primeiro Mordomo do mesmo Embaixador e hoje se acha por hospede do Consul.

Dia 26 do dito mês

Parte

As outo horas da manhã entrarão o Espanhol que contracta em livros e tem loje delles as portas de Santo Antão sahiu depois das nove.

As outo horas e meia da manhã entrou D. Boa Ventura que dizem hé procurador de causas e morador na rua do Caldeira sahio dahi a huma hora.

Depois das nove horas entrou o Espanhol que contrata em Sedas e é morador na Rua Nova de Santo Amaro e sahio ás nove e meia comversando com o dito a sima.

Depois das nove horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha sahio depois das des.

Depois das onze horas do dia entrou o Português João de Freitas que assiste ao Chafaris de Anda Luz sahio pela huma hora da tarde.

Ao meio dia entrou hum Português chamado João Moureira de Couto que hé Procurador e asistente na Travessa das Trinas sahio antes da huma hora.

Dia 27 do dito mês

Parte

Depois das sete horas da manhã veyo a casa do Consul o Criado de José Mayor trazer o cavalo do dito, no qual sahio o Secretario

do dito Consul para o Correio de donde veyo as dez horas e logo o dito Consul se retirou com o cavalo.

Perto das nove horas entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha sahio depois das nove.

As nove horas e meya entrou o catalão que dizem hé sobrinho do Capitam Sardal esteve lá cousa de hum quarto.

Antes das dez horas da manhãa entrou o filho de D. José Rebelo que mora na escada donde morou D. João de Larruça sahio dahi a pouco tempo com huma carta na mão.

As dez horas e meia da manhã entrou D. André Erera e D. João de Larrusa sahirão depois das onze.

Quasi ao meio dia entrou o Segundo Mordomo do Embaixador de Espanha sahio seria huma hora.

As quatro horas da tarde entrou D. Boa Ventura que mora na Rua do Caldeira sahio dahi a um quarto.

As quatro horas da tarde entrou hum a Cavalo em hum macho preto que dizem hé de casa do Embaixador o qual tem a perna esquerda muito gorda e esteve muito tempo com o Consul á janéla e sahio depois das seis horas

Dia 28 do dito mês

Parte

Antes das nove horas da manhã entrou D. Boa Ventura que mora na Rua do Caldeira sahio logo.

As nove horas da manhã entrou hum criado do Embaixador a cavalo e sahio dahi a pouco levando a diante de si hum pano branco atado.

E ás dez horas e meia entrou o segundo Mordomo do mesmo Embaixador e sahio depois das onze.

Ao meio dia entrou o Militar Antonio José Maya que he do habito e cadete da Segunda Armada sahio às quatro.

As sinco horas da tarde entrou o Espanhol de Capote que dizem está em caza do Almotacé Mor na Rua de Santo Antonio sahio logo.

Dia 1 de Março de 1767

Parte

As dez horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul sahio às dés e meia.

Antes das onze horas entrou D. Boa Ventura que mora na Rua do Caldeira sahio depois do meyo dia.

As onze horas entrou D. Andre Erera e sahio depois do meio dia.

Depois do meio dia sahio o Consul para fora e foi para a Igreja de Santa Caterina onde ouvio missa e se recolheu a casa seria huma hora em Companhia do seu Secretario e do Cadete Antonio Jose da Maya o qual sahio de lá ás sinco horas da tarde.

As seis horas e meia da noute sahio o Consul para fora e foi para caza do Vianna que mora na Boa Vista donde esteve depois das outo horas da noite e a estas mesmas se recolheu a caza.

Dia 2 do dito mes

Parte

As dez horas da manhã entrou hum criado de Libré azul, vestia e calção encarnado tudo agaluado de prata chapeu tambem de galão com sua bengala na mão e bolça no cabelo o qual dizem ser do Ministro de Napoles, sahio dahi a pouco.

As onze horas da manhã entrou João Coelho que hé Portugues e asiste na Rua dos Mastros e sahio ao meyo dia.

Antes do meyo dia entrou o secretario do Embaixador de Espanha sahio dahi a meya hora.

Depois do meio dia entrou o Cadete da 2.ª Armada Antonio José Maya e sahio as quatro da tarde.

Antes das tres horas da tarde entrou D. Francisco Lhoreda a cavalo vindo com alguma pressa sahio dahi a hum quarto de hora da mesma sorte.

As trez horas da tarde entrou o Espanhol que comtracta em Sedas da Rua de Santo Amaro acompanhado de outro Espanhol que se chama João Barbo que assiste ao posso de Burratem sahiram depois das três e meia.

Dia 3 do dito mez

Parte

Depois do meyo dia entrou hum Francês que mora na Rua dos Calafates chamado Monsieur Sabar e pouco se demorou.

Depois do meio dia entrou o Militar Antonio José Maya que hé do habito e cadete do segundo regimento da Armada sahio ás quatro e meia.

Antes das duas horas da tarde Bateo á porta do Consul hum criado do Embaixador digo do Ministro de Sardanha com hum papel na mão e pouco se demorou.

As tres horas da tarde entrarão dous frades Espanhois a saber hum Sacerdote e outro leigo trazião o habito de Santo Antonio sahirão ás trez e meya.

Dia 4 do dito mez

Parte

Antes das nove horas da manhã entrou o Francês que mora na Rua dos Calafates chamado Monseur Sabar sahio dahi a hum quarto.

As dez horas da manhãa entrou o Espanhol que hè primeiro Mordomo do Embaixador e sahio ás onze e meia.

As tres horas da tarde entrou o 2.º Mordomo do Embaixador de Espanha e sahio depois das três e meia acompanhado do Espanhol João Antonio que está por hospede em caza do Consul.

Depois das seis horas e meia da noute entrou D. Antonio Bis Consul e sahio depois das sete.

O tal Francês que digo nesta parte em primeiro lugar hia vestido de preto e terá de idade de Sesenta annos com sua bengalla na mão, dizem se chama Monsieur Subam e não Sabar.

Dia 5 do dito mez

Parte

Perto das outo horas da manhã entrou D. Boa Ventura e sahio ás outo e meia.

As dez horas da manhã entrou Manuel Ayres da Silva que hé Portugues e morador ao Salitre criado da Marqueza do Louriçal sahio dahi a hum quarto de hora.

Antes do meio dia entrou o Monsiur Sabam que mora na Rua dos Calafates sahio depois da huma hora.

Ao meio dia entrou o clerigo que hé Espanhol chamado P.e Christovão Jose que mora na Rua das Atafonas sahio depois dahi a huma hora.

Depois do meyo dia hum quarto entrou para caza do consul o Medico do Embaixador de Espanha e sahio depois da huma hora.

As três horas da tarde sahio o Consul para fora acompanhado do seu Secretario e D. João Antonio seu hospede e soube forão

para a Igreija de São Bento aonde se achava o Embaixador de Espanha e outros ministros Espanhois sendo para isso avizados por cartas para asistirem á entrega do corpo do Conde de Prelada embaixador de Espanha que nesta Corte morreo e se achava depositado na dita Igreja cuja entrega se fazia para hir para a Espanha o qual com effeito se entregou e acompanharão todos o dito corpo athé á praya de Santos aonde embarcaram em hum escaler e levarão a bordo de huma Nao que estava por baixo da Torre de Belem.

Dia 6 do dito mês

Parte

As sete horas e meia da manhã entrou o mosso de José Mayor trazia o cavalo do dito para o Secretario do Consul hir ao Correio como foi e se recolheu às nove horas e meia e o dito mosso se retirou logo com o cavalo.

As outo horas e meia da manhã entrou D. Antonio o Bis Consul de Espanha e pouco se demorou.

Depois das nove da manhã entrou D. André Erera junto com D. João de Larruça e sahirão ás dez e meia.

Depois das dez horas e meia entrou o filho de D. José Rabello que asiste na Escada de Pedra na Rua da Bica e pouco se demorou.

Depois das duas horas da tarde entrou hum Espanhol vestido Cor de flor de Alecrim que dizem hé de casa do Embaixador de Espanha e pouco se demorou.

Dia 7 do dito mês

Parte

As nove horas e meia entrou o que dizem hé segundo mordomo do Embaixador de Espanha sahio ás onze.

Ao meio dia entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha esteve lá cousa de hum quarto.

As quatro horas da tarde entrou hum Português que asiste em caza de João Rodrigues Pereira na Rua dos Machadinhos sahio dahi a meia hora.

Antes das cinco horas da tarde entrou D. Francisco Lhoreda a cavalo esteve couza de meia hora.

Dia 8 do dito mes

Parte

Depois das onze horas do dia entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha e sahio dahi a meya hora,

Quasi ao meio dia entrou o Militar Antonio José Maya que hé do habito e cadete do regimento da segunda Armada esteve lá até as sinco horas.

Ao meyo dia tornou a entrar D. Antonio Bis Consul e sahio. passado o tempo de meya hora.

Antes do meyo dia tinha entrado D. André Erera e sahio com o Consul ao meio dia e na Rua se despedirão hindo o consul para a Igreja de São Paulo onde ouvio missa e se recolheu a sua casa.

Depois das três horas da tarde sahio o Consul para fora em huma sege de Praça e se recolheo bastantemente tarde.

Dia 9 do dito mez

Parte

As outo horas e meya da manhã entrou hum Português chamado Salvador Simoens que asiste ás Janellas Verdes e sahio dahi a hum quarto.

Antes das nove horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha e sahio depois das nove.

Dia 10 do dito mês

Parte

As outo horas da manhã entrou o Medico do Embaixador de Espanha esteve lá cousa de duas horas.

Depois das duas horas da tarde entrou D. Francisco Lhoreda sahio dahi a huma hora boa.

As sinco horas da tarde entrou hum homem a Cavalo baixo refeito e trigueiro com vestido cor de sinza com botoins amarelos calção preto rabixo no cabêlo e capote cor de canella o cavallo era Bayo com estrella branca na testa com mantas Alvadias e chairel de pello.

Depois das seis horas entrou hum Espanhol que dizem asiste em caza do Almotaçe Mor na Rua de Santo Antonio e pouco se demorou.

As duas horas da tarde tinha entrado o Portugues que mora na Rua do Machadinho em caza de João Rodrigues Pereira sahio logo.

Dia 11 do dito mez

Parte

Depois das nove horas da manhã entrou D. António Bis Consul de Espanha sahio ás dez.

Quando me recolhi da deligencia de hir seguir João Antonio achei em casa do Consul o tal homem que no dia antecedente tinha vindo a dita caza no cavalo Bayo sahio seria huma hora da tarde.

Antes das três horas da tarde entrou hum Espanhol que hé de caza do Embaixador de Espanha que dizem hé segundo Mordomo sahio depois das trez.

Depois das três horas da tarde entrou hum homem vestido de Aluadio e vestia de veludo Laurado encarnado com habito de Christo na casaca o qual era baixo refeito e gordo e veio em huma seje sahio serião quatro horas a pè pella rua abaixo e a sege atraz.

Dia 12 do dito mês

Parte

Antes das nove horas entrou o tal homem do cavalo Bayo que nas duas partes antecedentes tenho dado noticia sahio depois das des horas.

As onze horas do dia entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha esteve the depois do meyo dia.

As quatro da tarde entrou hum criado de librè do Embaixador de Espanha sahio logo.

Dia 13 do dito mês

Parte

Antes das des horas da manhã entrou o filho de D. José Rebelo que assiste na escada de pedra na rua da Bica e pouco se demorou.

Antes das des horas do dia entrou hum espanhol que mora na Rua de Santo Amaro sahio as dez e meia.

Ao meio dia entrou D. Antonio Bis Consul e sahio logo. E Logo

entrou D. Boa Ventura que mora na Rua do Caldeira sahio depois da huma hora.

Depois das duas entrou hum Espanhol que dizem hé segundo Mordomo do Embaixador de Espanha sahio às três com o Secretario do Consul e do seu hospede José Antonio.

Dia 14 do dito mez

Parte

As outo horas da manhã entrou o Medico do Embaixador de Espanha e sahio às dez horas.

Depois das outo horas da manhã chegou huma sege a porta do Consul de Espanha e dentro José Antonio que hé Catalão e morador á Cruz dos Boinos Ayres dizem é contratador do Tabaco de Espanha esteve lá couza de meya hora.

As nove da manhã entrou D. Francisco Lhoreda a cavallo e sahio às onze.

Depois do meyo dia entrou D. Antonio Bis Consul sahio dali a hum quarto.

As trez horas da tarde entrou o Espanhol que he amigo de D. João Antonio e sahio às quatro.

Dia 15 do dito mez

Parte

Antes das dez horas da manhã entrou D. Antonio e sahio logo.

Depois das onze horas da manhã entrou D. André Erera sahio ao meyo dia com o Consul e na rua se despedirão hindo o dito Consul para a Igreja de S. Paulo onde ouvio missa e depois della se recolheu.

As duas horas e meya da tarde entrou hum Portugues de Capote Aluadio escuro e por baixo seu vestido de pano de Selecia esteve lá couza de hum quarto e indo no seu seguimento não achei quem me desse noticia certa de quem hera só sim que seria hospede de Domingos da Silva Ferreira que tem loje de Merciaria defronte dos Barbadinhos da Esperança a donde se meteu e tirou o capote.

Depois das trez horas da tarde entrou o Mosso de José Mayor com o cavalo do dito e nelle foi o Secretario do Consul para fora.

Depois das sinco horas da tarde entrou D. João de Larruça e sahio ás sinco e meia.

As sinco horas dadas entrou o Espanhol D. Antonio Roboles que dizem he agora o primeiro Mordomo do Embaixador de Espanha sahio quasi ás sete horas.

Dia 16 do dito mês

Parte

Depois das outo horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul e sahio as nove.

As nove horas e meia entrou hum mosso chamado Manuel que he criado do Estrangeiro Carrolos Brum a trazer as listas dos Navios dos Reynos ao Consul de Espanha.

As dez horas do dia entrou o Medico do Embaixador de Espanha que tem vindo algumas vezes vezitar o mosso do Consul por estar doente sahio dahi a hum quarto.

As trez horas entrou hum frade Espanhol de habito preto sahio dahi a hum quarto.

Dia 17 do dito mez

Parte

As nove horas da manhã entrou o Estrangeiro José Antonio Catalão que hé contractador dos Tabacos que vão para Espanha e asiste a Cruz dos Bonos Ayres, esteve com o Consul de Espanha the quazi as des horas.

As onze horas da manhã entrou hum Português vestido de côr de canella, sahio dahi a hum quarto e indo no seu seguimento soube se chamava Joaquim de Oliveira mestre do Officio de tanueyro que foi Juiz do Povo.

A huma hora da tarde entrou hum frade de missa com hum habito esbranquiçado estaria cousa de meyo quarto. E ás tres horas da tarde tornou a entrar e esteve outro tanto tempo.

As quatro horas da tarde entrou D. Boa Ventura e sahio as sinco.

Dia 18 do dito mez

Parte

Depois das des horas da manhã entrou hum Português vestido de cor aluadia escura esteve cousa de hum quarto e hindo no seu

seguimento soube hera cirurgião e que asiste na Rua da Barroca.

Depois das onze horas da manhã entrou o Militar Antonio José Maya que he do habito e cadete do segundo regimento da Armada sahio as sete horas da noute.

Depois das quatro horas da tarde entrou outra vez o tal Português que hé cirurgião que dizem morador na Rua da Barroca a S. Roque esteve cousa de hum quarto.

Dia 19 de Março de 1767

Parte

As nove horas e meia entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha sahio as dez.

Depois das nove horas da manhã entrou o Português que hé cirurgião esteve cousa de meya hora.

As dez horas do dia entrou o Medico do Embaixador de Espanha sahio antes das onze.

Antes das onze horas entrou D. André Erera e D. João de Larruça estiverão lá the ao meyo dia porque as mesmas horas sahio o Consul para a missa a qual ouvio na igreja de S. Paulo e se recolheu a casa.

Perto das quatro horas da tarde entrou o Português que hé Cirurgião dizem vai sangrar o mosso do Consul que esta doente sahio daì a hum quarto.

Depois do meyo dia tinha entrado o Militar Antonio José Maya que he Cadete da segunda Armada e sahio às seis na companhia do Consul.

As sinco horas e meya da tarde entrou o Secretario do Embaixador de Espanha e sahio de lá da hi a cousa de meya hora.

As seis horas da tarde o Desembargador Conservador Luis Ignacio da Silva Duarte sahio as seis e meya.

Dia 20 do dito mez

Parte

Depois das sete horas veyo o mosso de José Mayor trazer o cavalo para o Secretario do Consul hir ao Correio e com effeito foi e se recolheu as dez horas com as cartas.

As nove horas da manhã entrou o filho de D. José que mora na escada de pedra na rua da Bica sahio logo.

Depois das dez horas da manhã mandou D. André Erera buscar cartas pelo seu criado a caza do Consul.

E tambem a hestas mesmas horas entrou D. João de Larruça e sahio logo.

As onze horas entrou D. Boa Ventura e sahio depois dellas.

Quasi ao meyo dia entrou o Espanhol que tem loge de livros as Portas de Santo Antam sahio logo.

Depois das quatro horas e meia da tarde entrou hum Português vestido de pano de selecia azul branco que dizem hé hospede de hum tendeiro chamado Domingos da Silva Ferreira que assiste defronte dos Barbadinhos da Esperança pouco se demorou.

As sinco horas da tarde entrou o Português que hé Cirurgião sahio logo.

As seis horas e meia da noute entrou D. Boa Ventura sahio as sete.

Dia 21 do dito mez

Parte

As sete horas e meya da manhã entrou o Português que na parte do dia antecedente digo he hospede do Tendeiro Domingos da Silva Ferreira sahio as outo e meya.

Depois das nove horas entrou D. André Erera sahio dahi a hum quarto.

Ao meyo dia entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha sahio logo.

As quatro horas da tarde entrou hum homem que pella cor parecia ser pardo com um vestido azul forro e botoins brancos calção preto e cabeleira de rabixo e capote jardo a cavalo em hum macho preto com sela preta e retranca estribos de pao e chairel azul ferrete com galão de seda amarela.

Depois das sinco horas e meya da tarde entrou o Português que assiste na Rua dos Machadinhos com João Rodrigues Pereira sahio dahi a hum quarto.

Depois das sinco e meya entrou D. Francisco Lhereda a cavallo e sahio perto das sete horas.

As sete horas da noute entrou o Medico do Embaixador de Espanha sahio depois das outo.

Dia 22 do dito mez

Parte

Depois das outo horas da manhã entrou para casa do Consul de Espanha hum Espanhol que he contratador de sedas e morador na Rua de Santo Amaro esteve lá meya hora.

As nove horas do dia entrou hum Português que tem officio de serrador e dizem he compadre do secretarió do Consul mora no Terreirinho de Santa Catharina sahio logo.

As onze horas do dia entrou D. André Erera e D. João de Larruça os quais sahirão quasi ao meyo dia em companhia do Consul e despedindosse a porta da Rua cada hum foi para sua parte e o dito Consul para a Igreja de S. Paulo honde ouvio missa e depois della se retirou a sua casa.

As seis horas da tarde sahio o Consul para fora e foi para a banda da Bica e recolhei-sse depois das outo horas.

Dia 23 do dito mez

Parte

Depois das sete horas da manhã entrou D. Boa Ventura que mora na Rua do Caldeira sahió as outo.

Antes das duas horas da tarde entrou D. Antonio Bis Consul e sahio depois delles.

Depois das sinco horas entrou o Português que he cirurgião e se tem dado nas mais partes sahio dahi a hum quarto.

As sinco horas da tarde entrou hum Estrangeiro que dizem asiste na Rua da Bica com o Monsiur chapel esteve cousa de meya hora.

Dia 24 do dito mez

Parte

As outo horas da manhã entrou o filho de D. Josè que asiste na escada de pedra na Rua da Bica esteve pouco tempo com o Consul á janella e este tirou dinheiro da bolça lho deo e logo se foi.

As nove horas do dia entrou D. Antonio o Bis Consul e sahio as nove e meya.

Depois do meyo dia entrou o cadete da Segunda Armada Antonio José Maia e sahio as sinco da tarde.

Dia 25 de Março 1767

Parte

Depois das sete horas entrou o Português que he serrador morador no Terreirinho de Santa Catharina e pouco se demorou.

As outo horas da manhã entrou D. João de Larruça e sahio logo.

Antes das onze horas da manhã entrou D. André Erera e sahio perto do meyo dia.

Ao meio dia sahio o Consul para fóra e foi para Igreja de S. Paulo onde ouvio missa e depois se recolheo a casa.

A huma hora da tarde entrou o Militar Antonio José Maya que hé do habito e cadete do regimento da segunda Armada e sahio as seis horas da tarde.

As duas horas da tarde entrou hum Espanhol rapás ainda alto e vestido de Azul que mora na rua da Atalaia e hé amigo de João Antonio sahio as trez horas e meia e agora sei com mais certeza que este tal he filho de hum fulano Albam e que mora na rua da Era.

Dia 26 do dito mez

Parte

As nove horas da manhã entrou D. Antonio o Bis Consul sahio ao meyo dia.

As dez horas do dia entrou o cirurgião que hé Português sahio as dez e meya.

A estas mesmas horas entrou D. Boa Ventura e sahio as onze.

Depois das duas horas da tarde entrou hum Português sahio ás dez e meya.

A estas mesmas horas entrou D. Boa Ventura e sahio as onze.

Depois das duas horas da tarde entrou o Espanhol que dizem hera segundo Mordomo do Embaixador e amigo do dito João Antonio sahio ás Ave Marias.

As quatro horas da tarde entrou hum Português que foi Alferes do Regimento de Auciras está agora reformado e se chama Manuel Antunes sahio as sinco.

As quatro horas da tarde entrou o Secretario do Embaixador de Espanha sahio ás quatro e meia.

As seis da tarde entrou o Português que hé cirurgião sahio dahi a hum quarto.

Dia 27 do dito mez

Parte

Antes das sete horas da manhã entrou o mosso de João Mayor e trazia o cavalo do dito no qual sahio o secretario do Consul para o Correio de donde veio antes das dez horas com cartas.

Serião nove horas da manhã quando entrou o Espanhol que tem loje de livros as portas de Santo Antão sahio as des horas.

As nove horas e meia da manhã entrou o Medico do Embaixador de Espanha sahio as des.

Depois das dez horas entrou D. André Erera e sahio dahi a meia hora.

Tambem depois das dez horas entrou o filho de D. José e sahio logo.

As dez horas e mais de meia entrou o Espanhol que hé amigo de D. João Antonio sahio depois das onze

Ao meio dia entrou D. Antonio Bis Consul e sahio logo.

Depois do meio dia entrou o cadete do segundo regimento da Armada Antonio José Maya e sahio depois das seis.

Dia 28 do dito mêz

Depois das nove horas da manhã entrou hum frade Espanhol do habito de Santo Antonio sahio logo.

Serião onze horas do dia entrou hum Estrangeiro gordo com hum reguingote azul o qual se chama Salvador sahio as honze e hum quarto.

As quatro horas da tarde entrou o Medico do Embaixador de Espanha sahio antes das sinco.

Quasi as sinco horas entrou D. Antonio Reboles que serve de primeiro Mordomo do Embaixador de Espanha e vinha a cavalo sahio depois das dez.

Dia 29 do dito mêz

Parte

Depois das outo horas da manhã hia para casa do Consul de Espanha José Vianna homem de negocio e donde o Consul costuma ir algumas vezes e como este estava á janela dali mesmo falarão e se despedio.

As nove horas da manhã entrou D. Antonio Bis Consul de Espanha e sahio ás dés horas.

Antes das onze horas da manhã entrou D. André Erera e D. João de Larruça estiverão á janela a lêr papeis e depois sahirão sendo pasado o tempo de quazi huma hora.

Quazi ao meio dia sahio o Consul para fóra e foi para a Igreja de S. Paulo onde ouvio missa e depois dela se retirou para caza.

Depois do meyo dia entrou D. Francisco Lhoreda a cavalo sahio depois do meyo dia.

As quatro horas da tarde entrou o secretario do Embaixador de Espanha sahio quazi ás sinco horas.

Dia 30 do dito mez

Parte

Serião seis horas e meia da manhã veio o mosso de Carlos Brum trazêr as listas dos Navios do Reino.

As nove horas da manhã entrou o Medico do Embaixador de Espanha sahio às dez e meia.

As onze horas do dia entrou D. Boa Ventura sahio logo.

Depois das onze horas do dia entrou D. Francisco Lhoreda a cavalo sahio seria quazi huma hora.

As trez horas da tarde entrou D. Antonio Bis Consul sahio serião sinco.

As quatro horas entrou D. Vicente que hé Estribeiro do Embaixador esteve lá meia hora.

Ao meio dia tinha entrado o cadete da seguuda Armada Antonio José Maya, sahio depois das sinco horas.

Dia 31 do dito mez

Parte

As outo e meia da manhã entrou D. Antonio Bis Consul sahio as nove.

Depois das nove horas entrou o Biscainho que ali costuma vir com vestido azul e vestia encarnado sahia logo.

As onze horas entrou hum espanhol a cavalo em hum macho que dižem hé de caza do Embaixador e o tal espanhol tem a perna esquerda muito grossa.

Dia 1 de Abril de 1767

Parte

As sete horas da manhã entrou hum criado do Embaixador de Espanha a cavalo e sahio ás sete e hum quarto.

As dez horas do dia entrou hum Espanhol que hé contractador de sedas e morador na Rua de Santo Amaro estêve lá cousa de meya hora.

Quazi ás onze horas entrou D. João de Larruça sahio depois do meyo dia.

Depois das onze horas do dia entrou D. Vicente que hé Estribeiro do Embaixador e mandou a sege embora e sahio depois das trez da tarde.

As sinco horas e meia da tarde entrou hum Português chamado José de Brito da Gama que hé Capitam e morador a S. Roque.

Dia 2 do dito mez

Parte

Perto das nove horas do dia entrou o Capitam José de Brito da Gama que assiste a S. Roque sahio dahi a hum quarto.

As dez horas entrou o padre Christovão José que mora na Rua das Atafonas sahio logo.

Dia 3 do dito mez

Parte

As nove horas da manhã entrou o Espanhol dos livros que tem loge as portas de Santo Antão esteve hum quarto de hora.

As nove horas entrou o filho de D. José Rebelo que mora na escada de pedra na Rua da Bica sahio logo.

As dez horas do dia entrou D. Audre Erera sahio as onze.

Dia 4 do dito mez

Parte

As outo horas da manhã entrou o P.e Espanhol Christovão José que assiste na rua das Atafonas sahio as outo e meia.

Depois das outo entrou D. Boa Ventura sahio ás nove.
As nove entrou D. Antonio Bis Consul sahio logo.
As quatro horas da tarde entrou o Biscainho e sahio ás sinco.

Dia 5 do dito mez

As nove horas entrou D. Antonio Bis Consul sahio as dez.
As onze horas entrou D. Andrè Erera e sahio antes do meyo dia.
Perto do meyo dia sahio o Consul para a missa a Igreja de São Paulo e hia vestido de luto.
E as seis horas da tarde tornou a sahir para fora e foi para casa do Erera.

LIVRO 7.º

(Setembro de 1767)

. . . .

Padres Camilios e se demorarão la quazi toda a tarde.

Dia 18 do dito mêz

Parte 120

As outo horas da manhã entrou para caza de Fernando de Miranda uma sege e dentro dela Luis José Pereira de Mello que assiste na Rua de São Bento na caza de Pasto de Monsieur de Bosquè hà mais de quatro annos dizem he do Alentejo e que fora cazado com huma irmãa ou parenta do Marquês de Valença esteve lá the perto das onze horas.
Depois do meio dia entrou o Irmão do Conde de Valladares e se demorou té as duas horas da tarde.
As quatro horas da tarde entrou a Cavalo hum filho do Marques de Injeja esteve lá mais de meia hora.
Depois das sinco horas e meia sahio Fernando de Miranda e foi para S. Roque onde ficou até á noute.

Dia 19 do dito mez

Parte 121

As quatro horas da tarde entrou Luis José Pereira de Mello demorouse somente hum quarto de hora.

Dia 20 do dito mez

Parte 122

De manhã não ouve novidade E de tarde somente entrou para caza de Fernando de Miranda o irmão do Conde de Valladares e esteve lá até depois das outo horas da noute.

Dia 21 do dito mez

Parte 123

As nove horas da manhã entrou D. Verisimo de Alemcastro esteve lá até ao meio dia.

As onze horas do dia entrou Antonio da Fonseca que hé Cavaleiro do habito de Cristo esteve lá té perto da huma hora.

Depois das trez horas da tarde entrarão dous Padres Camilios estiverão lá mais de hora e meia.

As sinco horas da tarde entrou o Conego da Basilica M.el da Costa Cruz esteve lá té a noute.

As sete horas da tarde entrou o irmão do Conde de Valadares sahio depois de noute.

Dia 22 do dito mez

Parte 124

As nove horas do dia entrou Sebastião Luis que he mercador sahio quasi as dez horas.

Depois das quatro horas da tarde entrou a cavalo hum criado de El-Rey já velho e chamado Pedro Figueira he morador defronte do dito Miranda sahio logo.

Dia 23 do dito mez

Parte 125

As nove horas do dia entrou para caza de Fernando de Miranda Sabastião Luis que hé Mercador esteve lá hum quarto de hora.

As trez horas da tarde entrou a Condessa de Valladares a qual logo sahio trazendo consigo na sege a filha do dito Miranda.

As trez horas e meia entrou hum Frade arrabido já velho e se demorou lá mais de duas horas.

As quatro horas entrou D. Verisimo de Alemcastro esteve lá toda a tarde.

Perto das sinco horas entrou o Conde digo o irmão do Conde de Valladares esteve lá tambem toda a tarde.

As sete horas tornou a Condessa de Valadares a trazer o filho do dito bisconsul e esteve la thé depois das sete horas.

Dia 24 do dito mez

Parte 126

As outo horas da manhã sahio Fernando de Miranda para fora a pé e foi para a Patriarchal e lá se ajuntou com Luis José Pereira de Mello e ambos estiveram conversando thé as onze horas os quais sahirão da dita Igreija e vierão continuando a mesma conversa até a caza do dito Miranda, não dou noticia do quando sahio Luis José pello não o ver sair.

As nove horas do dia entrou o frade arabido que no dia antecedente tinha entrado para a dita caza esteve lá té as dez.

As tres horas da tarde entrarão dois frades do Carmo e sahirão as quatro.

Perto das quatro horas entrou D. Verisimo de Alencastre esteve lá toda a tarde.

Depois das quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda a pe e foi a S. Roque em procura do Conigo Luis Pedro que he Inquizidor do Santo Officio e com ele esteve conversando té as Ave Marias.

As sinco horas da tarde entrou hum frade de Jesus e pouco se demorou.

Depois das sinco horas entrarão dous frades Camilios estiverão lá hum quarto de hora.

As seis horas entrou hum irmão do Conde de Valladares e lá ficou até á noute.

Dia 25 do dito mez

Parte 127

As seis horas da manhã entrou para caza de Fernando de Miranda D. Joaquim Sargento Mor do Regimento do Lippe esteve lá mais de hora e meia.

As sete horas e meia sahio Fernando de Miranda a pé e foi para S. Roque em procura do Conego Luis Pedro que hé Inquisidor do Santo Officio e se demorou lá até as onze horas.

As dez horas do dia entrou huma sege dentro nella huma fidalga já idosa a qual jantou lá e me diserão èra avò de Antonio de Mello que mora na rua dos Caetanos.

Perto da huma hora entrou para a dita caza o filho do Marques de Injeja a cavalo e sahio antes das duas.

As quatro horas da tarde entrou hum filho ou sobrinho da Vacas que hé Tenente Coronel da segunda Armada esteve lá cousa de duas horas.

As sineo horas da tarde entrou o Padre Secretario do Carmo e seu Companheiro estêve lá té as seis horas.

Dia 26 do dito mez

Parte 128

As nove horas da manhã entrou digo sahio Fernando de Miranda a pé e foi para S. Roque e quando se recolheo herão onze horas.

As dez horas e meia entrarão dous frades Camilios sahirão depois das onze.

Depois das trez horas da tarde entrou o irmão do Conde de Valladares esteve lá duas horas.

Dia 27 do dito mez

Parte 129

As sete horas e meia da manhã entrarão dous frades Camilios e sahirão as dez e meia.

As outo horas da manhã entrou o Irmão do Conde de Valladares e sahio as nove.

As dez e meia sahio Fernando de Miranda para fora na sege de seu filho, e como he sege que roda muito depressa não pude seguilla.

Depois do meio dia entrou o Irmão do Conde de Valladares e sahio logo levando consigo o filho 2.º de Fernando de Miranda.

As sinco horas da tarde entrou o Conego Manoel da Costa Cruz e lá esteve té há noute.

Perto das seis horas entrou D. Verisimo de Álemcastro esteve lá té à noute.

Dia 28 do dito mez

Parte 130

As outo horas e meia da manhã entrou D. Verisimo de Alemcastro esteve lá té ao meio dia.

As dez horas do dia entrou o Monteiro Mor a cavallo vestido de encarnado com vestia e canhões amarellos tudo agaluado de ouro esteve lá meia hora.

Quazi as onze horas do dia saio Fernando de Miranda para São Roque e foi para o cubiculo do Conego Martinho Afonso onde esteve té depois do meio dia.

As onze horas e meia entrou para caza de Fernando de Miranda o Padre Secretario do Carmo o qual jantou lá e sahio depois das trez horas da tarde.

As trez horas da tarde entrou a condessa de Valadares sahio logo levando consigo a filha de Fernando de Miranda e ás Aves Marias tornou a trazêla.

Depois das trez entrarão dous frades Camilios e hum delles se chama o Padre Manoel de Oliveira e se demorou lá té ás seis horas.

Quasi as quatro horas entrou o Irmão do Conde de Valadares a cavalo e sahio dai a meia hora.

Depois das quatro horas entrou o Capitão José Vicente Leite a cavalo e sahio logo.

Depois das sinco horas da tarde sahio Fernando de Miranda a pè e foi para a Patriarchal e de là foi para caza do Monsenhor Valença donde esteve té as Ave Marias, e sahindo foi para S. Roque donde ficou as outo horas da noute.

Dia 29 do dito mez

Parte 131

As onze horas dadas sahio Fernando de Miranda e foi para S. Roque ouvio missa e depoes foi para lá para dentro e sahio depois da huma hora.

As trez horas da tarde sahio Fernando de Miranda a pè e foi para S. Roque onde tambem estavão o Monteiro Mor, Luis de Miranda o irmão do Conde de Pouolide o irmão do Conde de Val de Reis e todos se forão jà noute.

Dia 30 do dito mez

Parte 132

As outo horas da manhã entrou Antonio da Fonseca que hè cavaleiro do habito de Cristo esteve lá mais de huma hora.

As dez horas da manhã entrou em huma sege Luis José Pereira de Mello que assiste em huma caza de Pasto de Monsieur de Bosque e dizem fora cazado com uma irmãa do Marquez de Valença esteve lá té depois do meio dia.

As dez horas e meia entrou a Condessa de Valladares sahio logo levando consigo a filha de Fernando de Miranda a qual tornou a trazer depois do meio dia.

As quatro horas da tarde entrou o Irmão do Conde de Valadares e saio as sinco horas.

Depois das quatro horas da tarde tornou a entrar a Condessa de Valladares e tornou a levar consigo a filha do dito Miranda a qual tornou a trazer as sete horas e a sege em que tinha vindo hera do Monsenhor S. Payo.

As sinco horas entrarão dous frades de Jesus e hum delles se chama Fr. José de Santa Anna estiverão lá té depois das seis horas.

Depois das seis horas entrou huma sege com huma Sr^a^ já idosa que disserão ser avò de hum fidalgo chamado Antonio de Mello que mora aos Caetannos.

Fernando de Miranda tinha saido pellas trez horas da tarde e hido para S. Roque e lá esteve té as sete horas da noute.

Dia 1 de Outubro de 1767

Parte 133

Antes das outo horas da manhã entrou para caza de Fernando de Miranda hum frade arrabido esteve lá mais de hora e meia.

As dez horas do dia entrou o Padre Braz que mora na Travessa da queimada a São Roque e se demorou té onze horas.

As trez horas da tarde sahio Fernando de Miranda a pé e foi para São Roque e lá asistio a novena de São Francisco de Borja donde se ajuntou tambem o Monteiro Mor o Irmão do Conde de Pouolide, o Monsenhor Val de Reis, o Monsenhor São Payo, o Irmão do Conde de Valladares e Luis de Miranda Tenente Coronel do Regimento do Lipe e filho do Snr Fernando de Miranda e todos sahirão depois das Ave Marias.

De tarde foram a caza do dito Miranda quatro frades Camillios e hum delles se chama o Pe Manuel de Oliveira estiverão lá pouco tempo.

Dia 2 do dito mez

Parte 134

As outo horas entrou D. Verisimo de Alemcastro esteve lá té depois das dez horas.

Depois das nove horas da manhã entrou o Padre Braz que mora na Rua da queimada, sahio logo.

As trez horas e meia sahio Fernando de Miranda e foi para S. Roque aonde se ajuntou com o Monteiro Mor o Bisconde de Ponte de Lima o Conego Manoel da Costa Cruz e Luis de Miranda e todos sahiram depois das Ave Marias.

Dia 3 do dito mes

Parte 135

Logo pela manhã entrou D. Verissimo de Alemcastro jantou lá e sahio depois das duas horas da tarde.

As nove horas da manhã entrou a Condessa de Valladares sahio logo levando consigo a filha de Fernando de Miranda a qual tornou a trazer depois do meio dia.

As dez horas entrou o Irmão do Conde de Valadares e sahio dahi a meia hora.

As onze horas e meia entrarão dous Padres Camilios hum delles chama-se Manoel de Oliveira estiverão lá té ao meio dia.

As trez horas e meia sahio Fernando de Miranda e foi para São Roque e lá se juntarão o Bisconde de Ponte de Lima o Irmão da Condessa de Val de Reis, o Monsenhor Val de Reis, o Monsenhor Pinto, o Monsenhor S. Payo, o Irmão do Conde de Povolide o irmão do Conde de Valadares dous filhos do dito Miranda, o Conego Manoel da Costa Cruz, o Padre Braz, o Monteiro Mor e hum militar que hé filho do Marquez de Valença e dizem hé Tenente Coronel.

Dia 4 do dito mez

Parte 136

As outo horas e meia da manhã sahio Fernando de Miranda para fora e foi para São Pedro de Alcantara donde esteve té as onze horas.

Perto do meyo dia entrou o Padre Braz que mora na Rua da Queimada, sahio logo.

As tres horas e meia sahio Fernando de Miranda e foi para São Roque e lá se ajuntarão o Monsenhor S. Payo, o Monsenhor Val de Reis e seu Irmão, o Monteiro Mor, o irmão do Conde de Valadares, o Conde de Pouolide, o Conego Manoel da Costa Cruz, e o Padre Braz da travessa da Queimada.

Dia 5 do dito mez

Parte 137

De manhã não ouve nada de novidade. E de tarde pellas trez horas e meia sahio Fernando de Miranda e foi para São Roque Juntaram-çe lá com elle o Monteiro Mor, o irmão do Conde de Pouolide, o irmão da condessa de Val dos Reis, o Monsenhor S. Payo, o Monsenhor Pinto, o irmão do Conde de Valladares, o Conego Manoel da Costa Cruz e Luis de Miranda Tenente Coronel do Lipe e filho do dito Fernando de Miranda sahirão todos já bem de noute.

Dia 6 do dito mez

Parte 138

De manhã não ouve nada de que se dê parte.

E de tarde depois das trez horas sahio Fernando de Miranda e foi para São Roque asistir a novena de São Francisco de Borja donde tambem se ajuntarão as pessoas do dia antecedente.

Dia 7 do dito mez

Parte 139

As outo horas da manhã entrarão dous Padres Camilios e hum delles se chama o Padre João quelhas estiverão lá té quasi as nove horas.

As nove horas do dia entrou hum frade da Santa Theresa e sahio logo.

As trez horas e meia sahio Fernando de Miranda e foi para São Roque asestir a novena donde tambem se juntarão as pessoas do dia antecedente.

E as quatro horas da tarde entrou para caza do dito Miranda Antonio da Fonseca que he Cavaleiro do habito de Christo e sahio logo.

Dia 8 do dito mez

Parte 140

As nove horas da manhã entrou D. Verisimo de Alemcastro jantou com Fernando de Miranda e sahio as trez da tarde.

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi para S. Roque assistir a novena e sahio de lá depois das Ave Marias.

Dia 9 do dito mez

Parte 141

Depois das outo horas entrou D. Verisimo de Alemcastro e sahio as des.

As duas horas e hum quarto entrou o Medico Cabreira e sahio as trez e hum quarto.

As trez horas da tarde entrou hum frade arrabido e sahio logo.

As trez e meia sahio Fernando de Miranda e foi para S. Roque. asistir a novena de São Francisco de Borja e sahio de la as seis horas

Dia 10 do dito mez

Parte 142

As outo horas e meia sahio Fernando de Miranda e foi para São Roque e recolhei-çe a huma hora e veyo a pé conversando com o Monsenhor que hé Irmão do Conde da Ribeira até à sua porta.

As trez horas e meia tornou Fernando de Miranda para S. Roque de donde sahio as seis horas.

Dia 11 do dito mez

Parte 143

As sete horas e meia entrou D. Verisimo de Alemcastro e sahio às nove.

Depois das nove horas entroû o irmão do Conde de Valadares sahio as des.

Depois das dez horas da manhã entrou o Padre Tomás de Almeida que hé Capelão da Igreja da Encarnação esteve lá té ás onze horas e meia.

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi para S. Roque e esteve com o Padre Braz quasi até as Ave Marias e depois foi para a Opera do Bairro alto esteve em hum Camarote com seus filhos e mais Luis José Pereira de Mello e deixando ahi os

filhos foi com o dito Luis Pereira de Mello para o Camarote do Duque donde estiverão thé se acabar a função.

Dia 12 do dito mes

Parte 144

Neste dia não ouve nada de que dar parte.

Dia 13 do dito mez

Parte 145

Antes das dez horas entrou para caza de Fernando de Miranda Luis José Pereira de Mello que assiste na Rua de São Bento em casa de Monsieur de Bosque esteve lá té depois do meio dia.

Perto das onze horas entrou hum criado Grave do Conde de Valadares chamado Francisco Pires.

As tres horas entrou o Irmão do Conde de Valadares sahio as quatro.

Perto das quatro sahio Fernando de Miranda para fora e foi a Patriarchal e depois para S. Roque donde esteve té á noute.

E as quatro e meia entrarão dous frades de S. Pedro de Alcantara e hum delles hera o sanchristão Mór sahirão as seis e meia.

Dia 14 do dito mez

Parte 146

As nove horas da manhã entrou hum criado grave do conde de Valadares chamado Francisco Pires sahio quazi as des horas.

Depois das dez horas entrou a Condessa de Valadares sahio dahi a hum quarto.

As quatro horas entrou Luis José Pereira de Mello esteve lá té as seis horas.

Dia 15 do dito mez

Parte 147

As nove horas do dia entrou para casa de Fernando de Miranda D. Joaquim Sargento Mor do Regimento do Lipe a cavalo e sahio dahi a meya hora com Luis de Miranda na sua sege.

As des horas do dia entrou o Padre Bras que mora a São Roque na travessa da queimada sahio as onze e meia.

Dia 16 do dito mez

Parte 148

As nove horas entrou para caza de Fernando de Miranda Francisco Pires que he criado grave do Conde de Valadares esteve lá mais de huma hora.

Quasi as onze horas do dia entrou Antonio da Fonseca que hé Cavaleiro do habito de Christo e asistente no Patio do Hospital sahio dahí a meia hora.

As quatro horas da tarde entrou para a dita caza o Padre Secretario do Carmo e seu Companheiro estiverão lá té perto das Ave Marias.

Dia 17 do dito mes

Parte 149

Depois das nove horas entrou para a dita caza a Condessa de Valadares sahio dahi a hum quarto de hora levando consigo a filha de Fernando de Miranda a qual tornou a trazer depois do meio dia.

As nove e meia sahio Fernando de Miranda para S. Pedro de Alcantara recolhei-çe para caza a huma hora.

Perto das duas horas sahio de caza do dito Miranda hum clerigo do habito de Cristo vestido de pano azul ferrete e capote escuro por cima homem ja de Annos o qual foi a travessa do Cascão a caza do Desembargador Caldas e soube que hé de Evora e que se chama José de Moura.

As sinco horas e meia entrou o Monsenhor Valença para caza de Fernando de Miranda e sahio dahi a hum quarto de hora.

Dia 18 do dito mez

Parte 150

As sete horas e meia entrou D. Joaquim Sargento Mor do regimento do Lipe sahio depois das outo.

Perto das dez horas do dia sahio Fernando de Miranda e foi para S. Pedro de Alcantara e recolhei-sse ao meio dia.

As tres horas da tarde entrarão para a dita caza dous frades de Santa Tereza sahirão dahi a meia hora.

As tres e meia entrou o Irmão do Conde de Valladares e levava consigo na sege sua Irmãa a qual ficou lá e elle sahio depois das quatro horas.

As quatro sahio Fernando de Miranda e foi para S. Roque onde ficou ainda as sete horas.

Dia 19 do dito mez

Parte 151

As nove horas e meia entrou a Condessa de Valadares e sahio antes das des levando consigo a filha de Fernando de Miranda.

Perto das des horas sahio Fernando de Miranda e foi para S. Pedro de Alcantara, tornou a caza logo e foi outra vez para a Igreja e recolhei-se ao meio dia.

Ao meio dia entrou o Medico Cabreira em huma sege nova a qual mandou apiar e asim que chegou mandarão logo pelo preto chamar o dito Miranda a São Pedro de Alcantara e este logo veyo e o dito Cabreira sahio de lá depois das quatro horas.

Depois das quatro horas entrarão dous Padres Camilios hum deles chama-se João queilhas sahirão as sinco horas.

Dia 20 do dito mez

Parte 152

As sete horas da manhã entrou D. Verissimo de Alemeastro e sahio as outo.

As nove horas entrou o Padre Braz que mora na Travessa da queimada sahio depois das dez.

A huma hora da tarde entrarão dous Padres Camilios hum delles chama-se o Pe Manoel de Oliveira estiverão lá té as quatro horas.

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi a caza do Monsenhor Valença e como o não achou em caza foi para S. Roque onde esteve té as sete horas.

Dia 21 do dito mes

Parte 153

Depois das outo horas da manhãa entrou o Sargento Mor do regimento de Lipe D. Joaquim e sahio logo.

As outo e meia entrou D. Verisimo de Alencastro e sahio depois das dez horas.

As quatro horas da tarde entrou o Padre Camilio Manuel de Oliveira e ontro Companheiro e sahirão depois das sinco.

Dia 22 do dito mez

Parte 154

As sete horas da manhã entrou para caza de Fernando de Miranda D. Verisimo de Alencastro esteve lá té ás nove horas.

As des horas do dia entrou o Padre Braz que asiste na travessa da queimada e sahio depois das onze horas.

E depois dellas tornou a entrar D. Verisimo de Alencastro e sahio quasi as duas horas da tarde.

As quatro horas da tarde entrou o Conde das Galueas esteve com Fernando de Miranda pouco mais de meia hora.

E logo sahio Fernando de Miranda e foi para caza da Condessa de Valadares de donde sahio as seis horas e foi para S. Roque subio para os cubiculos dos Conigos e la ficou ainda as sete horas e meia.

Dia 23 do dito mez

Parte 155

As nove horas e meia entrou para caza de Fernando de Miranda o Medico Cabreira esteve là mais de huma hora.

As tres horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi para São Roque e lá esteve até à noute.

As quatro horas da tarde entrou o Padre Braz que mora na Rua da queimada e como não achou Fernando de Miranda se retirou logo.

Dia 24 do dito mes

Parte 156

As nove horas e meia entrou o Padre Braz que mora na Rua da queimada e sahio as dez.

As des horas e meia entrou D. Verisimo de Alencastro e sahio dahí a meia hora.

Dia 25 do dito mez

Parte 157

As onze horas do dia entrou para caza de Fernando de Miranda Fr. Jose de Santa Catherina Religioso Capucho e Thio do Arcebispo que morreo esteve là mais de duas horas.

Ao meio dia entrou D. Verisimo de Alencastro e sahio depois das duas horas.

As quatro horas e meia entrou o Medico Cabreira em sua sege nova e esteve là té perto das seis horas.

Dia 26 do dito mez

Parte 158

As outo horas e meia esteve Fernando de Miranda, no Pateo embrulhado em hum Ropão emcarnado dando esmola aos pobres.

E as nove horas sahio seu filho Luis de Miranda Tenente Coronel do regimento do Lipe e foi para caza do Monsenhor Valença.

As nove horas e meia entrarão para caza do dito Miranda dous frades Mariannos estiverão là té perto das onze horas se fôr preciso saberey os nomes delles pois os conheço de vista.

As trez horas da tarde entrou em huma sege o irmão do Conde de Valadares e esteve là té as quatro.

Depois das quatro entrou hum desembargador chamado Luis José que há pouco veio da Bahia e hè morador ao Arco da Graça sahio ás sinco e meia e foi direito a Juda a caza do Ex.^mo^ S.^r^ Conde de Oeiras.

Dia 27 do dito mez

Parte 159

As outo horas da manhãa entrou D. Verisimo de Alencastro e saio as onze.

As onze horas do dia chegou ao Patio de Fernando de Miranda na sua sege o Marquêz de Lauradio e mandou saber a sima se estava o dito Miranda em caza e disserão lhe que não motivo porque o dito Marquês se retirou e logo nas suas costas apareceo o dito Miranda por entre as vidraças da Janela conversando com Luis Jose Pereira de Mello o qual tinha entrado para là pella porta da Ermida e he certo que estava em caza e que não quis fallar ao Marques.

As quatro horas da tarde entrou o Padre Comissario dos Treeeiros do Carmo esteve lá té as seis horas.

Dia 28 do dito mez

Parte 160

As nove horas sahio Fernando de Miranda para fora e foi para a Patriarchal esteve falando com o Monsenhor Valença e recolhei-sse depois do meio dia.

As dez horas do dia entrou para caza do dito Miranda D. Verisimo de Alencastro sahio quasi ao meio dia.

As três horas e meia da tarde saío Fernando de Miranda para fora e foi para São Roque e metei-se no quarto do Conigo Marti-

nho Afonso que he irmão do Tenente Coronel João de Mello Lobo que hé do Regimento do Principe esteve no dito quarto te depois de noute e se recolheo a sua caza serião sete horas.

Dia 29 do dito mez

Parte 161

As outo horas da manhã entrou para caza do dito Miranda hum estudante que he formado chamado o Doutor Vicente da Costa Ribeiro e hé morador na Rua da Mouraria esteve lá mais de huma hora.

As quatro horas da tarde entrou hum frade de S. Pedro de Alcantara do qual se não pode saber o nome esteve là hora e meia boa.

E as seis horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi para S. Roque donde esteve até á noute.

Dia 30 do dito mez

Parte 162

As nove horas da manhã entrou para caza de Fernando de Miranda Francisco Xavier que hè Mercador de Vinhos e morador ao Biato Antonio e se demorou pouco tempo.

Perto do meio dia entrou D. Verisimo de Alencastro jantou na dita caza e sahio depois das duas horas da tarde.

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi para São Roque donde esteve té noute.

Perto das seis horas entrou para caza do dito Miranda hum fidalgo chamado Jose Carneiro Sobrinho de D. Manuel de Mello Carneiro *(sic)* o qual sahio logo por não achar em caza o dito Miranda.

Dia 31 do dito mez

Parte 163

As outo horas da manhã entrou D. Verisimo de Alencastro e sahio depois das dez horas.

Depois das nove horas do dia entrou hum criado de D. Manoel de Mello Carneiro e sahio logo.

Perto das onze horas tornou a entrar D. Verisimo de Alemcastro jantou na dita caza e sahio depois das quatro horas.

As trez horas da tarde entrou o Padre Braz que mora na Travessa da queimada e sahio depois das sinco.

Dia 1 de novembro de 1767

Parte 164

As nove horas e meia da manhã sahio Fernando de Miranda e foi para a Patriarchal comfessou-se e recolhei-se para caza ao meio dia.

Perto das onze horas entrou para caza do dito Miranda hum homem vestido de preto o qual me disserão era escrivão e que tinha o escritorio ao Arco da Graça

As quatro horas e meia entrou o Padre Braz que mora na travessa da Queimada esteve lá té depois das seis horas.

Dia 2 do dito mes

Parte 165

As dez horas sahio Fernando de Miranda a pè e foi para a Patriarchal e là se ajuntou com Luis Josè Pereira de Mello e sahiram ambos juntos recolhei-se o dito Miranda ao meio dia levando consigo o mesmo Luis José o qual não o vi sahir.

As trez horas e meia sahio Fernando de Miranda a pè e foi para São Roque e là esteve té às sete horas da noute.

As quatro horas entrou o Irmão do Conde de Valadares a cavalo e lá esteve té à noute.

Dia 3 do dito mez

Parte 166

Depois das sete horas da manhã entrou D. Verisimo de Alemcastro e sahio as outo.

As dez horas entrarão hum furriel e hum Cadete do Regimento do Lipe e se demorarão couza de hum quarto de hora.

Perto das onze horas entrou hum criado grave do conde de Valadares chamado Francisco Pires.

Depois das sinco horas da tarde entrou o Padre Manuel da Costa Cruz que hé Conigo na Basilica de Santa Maria esteve la té às nove horas da noute.

Dia 4 do dito mez

Parte 167

As dez horas do dia entrou para o Patio de Fernando de Miranda huma sege da qual sahio hum militar com farda encarnada

com canhois e vestia amarela com galão de ouro esteve lá té depois do meio dia foi em seu seguimento e não pude saber mais do que se achar por hospede de hum letrado chamado hum fulano de S. Payo que mora ó pé da rua da Barroca em huma travessa chamada Espera.

Dia 5 do dito mez

Parte 168

Depois das dez horas do dia entrou D. Verisimo de Alemcastro e sahio perto do meio dia.

As trez horas da tarde entrou hum frade de S. Pedro de Alcantara e sahio depois das quatro.

Antes das quatro horas entrou o Padre Braz que mora na rua da queimada e saio as Ave Marias.

Dia 6 do dito mez

Parte 168

As nove horas e meia do dia sahio Fernando de Miranda a pé e foi para a Patriarchal e la esteve dentro té as onze horas e meia.

Depois das dez horas entrou para caza do dito Miranda o escrivão que mora ao Arco da Graça o qual já no dia primeiro deste mes veio a dita caza como consta na parte do dito dia.

As quatro horas e meia entrou o Padre Braz e sahio perto das seis da noute.

E depois do meyo dia tinha entrado o Medico Cabreira e sahio à huma hora e com elle juntamente o dito Fernando de Miranda e ambos na sege do mesmo Cabreira forão para o Carmo onde se demorarão té as seis horas e dalí veio o dito Miranda para S. Roque onde esteve té depois das outo horas.

Dia 7 do dito mez

Parte 169

Neste dia perto do meio dia vi que o dito Miranda veio para caza porem não posso dizer onde fora pella razão de elle sahir pela porta da Ermida que tem para a rua da Rosa.

As sinco horas da tarde entrou o conego Manuel da Costa Cruz e se demorou té as sete horas da noute.

As sinco e meia entrou para caza do dito Fernando de Miranda o Capitão de Mar e Guerra José Sanchens de Brito em huma sege e sahio as seis.

Dia 8 do dito mez

Parte 170

Perto das onze horas do dia entrou o Padre Braz entendo jantou com Fernando de Miranda porque quando sahio herão trez horas da tarde.

As onze e meia entrou o Capitão Manoel Monteiro que o he do Regimento da Segunda Armada.

As quatro horas e meia entrou o irmão do Conde de Valadares e sahio as sinco.

E as seis entrou a Condessa de Valadares e sahio logo.

Dia 9 do dito mez

Parte 171

As sete horas da manhã entrou D. Verisimo de Alemcastro e sahio as outo.

E as trez da tarde tornou a entrar e sahio as quatro e meia.

As sinco horas entrarão em huma [sege] dous frades Loios e sahirão as seis e meia.

As sinco e meia entrou hum Alferes do Regimento de Peniche e sahio as seis horas.

Dia 10 do dito mez

Parte 172

As nove horas do dia entrou Antonio da Fonseca que hé cavaleiro do habito e asiste dentro do Patio do Hospital, saio antes das des.

Neste dia não ouve mais novidade.

Dia 11 do dito mez

Parte 173

As nove horas e meia entrou para caza de Fernando de Miranda Luis José Pereira de Mello esteve lá tè perto do meio dia.

Perto da huma hora entrou a Condessa de Valladares e pouco se demorou.

E as trez horas da tarde entrou o filho mais pequeno da dita Condessa e sahio as seis.

Dia 12 do dito mez

Parte 174

De manhã não houve novidade.

E as trez horas da tarde sahio Fernando de Miranda a pé e foi para S. Roque e recolhe-sse as seis horas e meia.

Dia 13 do dito mez

Parte 175

As dez horas do dia entrou para caza do dito Miranda Luis Jose Pereira de Mello e sahio ao meyo dia.

As sinco horas entrou o Padre Braz esteve lá té há noute.

Dia 14 do dito mez

Parte 176

As outo horas da manhã entrou o Padre Manoel da Costa Cruz que hé conigo na Basilica de Santa Maria sahio as dez.

As outo horas e meia entrou o D.r Jose Inacio que mora na travessa demorou-sse mais de huma hora.

As trez horas e meia sahio Fernando de Miranda e foi para a Patriarchal esteve com o Monsenhor Valença mais de hora e meia e as Ave Marias se retirou para caza.

Dia 1 do dito mez

Parte 177

As nove horas sahio Fernando de Miranda a pé e foi para a Patriarchal donde esteve té as onze horas e de lá foi para S. Roque e recolhei-sse depois da huma hora.

As tres horas da tarde entrou para caza do dito Miranda o irmão do Conde de Valadares e sahio perto das seis horas.

Dia 16 do dito mez

Parte 178

As nove horas e meia entrou para caza de Fernando de Miranda Luis Jose Pereira de Mello e sahio perto das onze horas.

Depois das onze horas entrou o Conigo Martinho Afonso e sahio depois do meio dia.

As tres horas e meia entrou em huma sege o Padre Secretario do Carmo e mais seu companheiro e sahirão depois das quatro horas.

E antes das quatro entrou outra sege com o Padre Comissario do mesmo Convento e sahio as sinco.

Dia 17 do dito mez

Parte 179

As outo horas e meia entrou hum Padre de São Pedro de Alcantara e sahio as dez e meia.

As dez horas entrou a Condessa de Valadares sahio logo levando consigo a filha de Fernando de Miranda a qual tornou a trazer a huma hora depois do meio dia.

As dez horas entrarão em huma sege dous Padres Camillos e sahirão dahi a meia hora.

As trez horas dadas entrou para caza do dito Miranda o Irmão do Conde de Valladares e sahio perto das sinco,

1768

S. Pedro de Alcantara

LIVRO 5.º

Dia 1.º de Julho de 1768

Parte 404

As nove horas do dia entrou para casa de Fernando de Miranda Frei Thomas da Conceição de S. Pedro de Alcantara sahio ás onze horas.

As tres horas da tarde sahio Fernando de Miranda no Pacabote e foi para São Francisco da Cidade e recolhei-ce depois de noute.

Dia 2 do dito mez

Parte 405

De manhã não houve novidade.

E de tarde as sinco horas da tarde foi a sua caza o Des.or Luis Estanislau e pouco se deteve porque logo sahio Luis de Miranda e se meteo com ele no Pacabote e forão direitos a caza de Caetano dos Santos mestre de obras estiverão lá couza de meya hora e sahindo veyo Fernando de Miranda para caza do Monsenhor Valença donde esteve té as outo horas.

Dia 3 do dito mez

Parte 406

As dez horas do dia entrou para caza de Fernando de Miranda Luis José Pereira de Mello e sahio as nove horas.

As seis horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi para a Patriarchal recolhei-çe as outo horas.

Foi a sua caza o Conigo M.[el] da Costa Cruz e sahio logo.

Dia 4 do dito mez

Parte 407

As seis horas e meia entrou D. Verisimo de Alencastro e sahio as nove horas.

As dez horas entrou o Conigo Martinho Afonço e sahio as onze horas.

As onze horas entrou Luis José Pereiza de Mello sahio depois do meyo dia.

As seis horas e meia entrou a Condessa de Valladares digo a Condessa de Val do Reis e sahio as nove.

As outo horas entrou o P. Braz e sahio depois de noute.

Dia 5 do dito mez

Parte 408

As outo horas da manhã entrou Pedro Figueira que hé criado de El-Rey e sahio as nove.

As trez horas da tarde entrou Caetano dos Santos que he mestre de obras e sahio depois das quatro horas,

As seis horas entrou o P.[e] Braz e sahio depois da noute.

Dia 6 do dito mez

Parte 409

As outo horas da manhã entrou a Condessa de Valadares e sahio as nove horas.

Depois das dez horas entrou o Medico Cabreira e sahio as onze horas.

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda no seu Pacabote e foi para S. Francisco da Cidade e recolhei-çe as outo horas e meya.

As sete horas entrou o filho da Condessa de Valadares e sahio logo,

Dia 7 do dito mez

Parte 410

De manhã não houve novidade.

De tarde sahio Fernando de Miranda as sete horas a pé e foi para o Carmo e recolhei-çe as outo horas.

As sete horas e meya [entrou] a Condessa de Pouolide, sahio depois das nove horas.

As outo horas entrou o filho do Conde de Valladares e sahio depois de noute.

Depois das outo horas entrou o Conigo Manoel da Costa Cruz e pouco se demorou.

Dia 8 do dito mez

Parte 411

As outo horas da manhã entrou Jacinto de Freitas que hé sobrinho do Monsenhor Ochiolli sahio as nove horas.

As nove horas entrou o P.e Braz e sahio as onze horas.

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda para fora no seu Pacabote e foi para S. Francisco e recolhei-çe as outo horas.

As seis horas da tarde foi a sua caza o Medico Cabreira e sahio ás sete horas.

Dia 9 do dito mez

Parte 412

De manhã não houve novidade.

De tarde as sinco horas sahio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Monsenhôr Valença recolhei-çe as outo horas.

As quatro horas foi a sua caza o Medico Cabreira e sahio ás sinco.

As sete horas e meia entrou o P.e Braz e sahio depois de noute.

Dia 10 do dito mez

Parte 413

As dés horas e meia sahio Fernando de Miranda a pé para a Patriarchal e recolhei-çe perto da huma hora.

Foi a sua caza as outo horas Jacinto de Freitas sobrinho de Monsenhor Ochiolli e sahio as dez horas.

As dez horas entrou o Padre quadigitor da Fréguesia da Encarnação e sahio as onze.

As sinco horas e meia da tarde sahio Fernando de Miranda e

foi para a Portaria do Hospicio dos clerigos pobres e lá esteve falando com o Padre quadigitor da Encarnação couza de meia hora e depois foi para o carmo e recolhei-çe as outo horas.

Foi a sua caza as sete horas o Conde de Val dos Reis não se apiou e logo se retirou.

Dia 11 do dito mez

Parte 414

As dez horas do dia sahio Fernando de Miranda no seu Pacabote e foi a casa do Conde de Val de Reis esteve lá té á huma hora.

As nove horas entrou o Pe Braz e sahio as dez horas.

As seis horas da tarde sahio Fernando de Miranda a pé e foi direito ao Carmo e recolhei-çe depois de noute.

Dia 12 do dito mez

Parte 415

Perto das des horas entrou o Padre Bras e sahio ás onze.

Perto das onze horas entrou Luis José Pra de Mello e sahio ao meio dia.

Depois das onze horas entrou Caetano dos Santos mestre de Obras esteve lá mais de huma hora.

As sete horas da tarde sahio Fernando de Miranda no Pacabote e foi para o Carmo recolhei-çe depois de noute.

Dia 13 do dito mez

Parte 416

As nove horas entrou o Pe Braz sahio depois das onze horas.

Depois das seis horas sahio Fernando de Miranda a pé foi para o Carmo e recolheiçe depois de noute.

Dia 14 do dito mez

Parte 417

As outo horas e meia entrou Fr. José de Jesus Maria que hé marianno Leuaua consigo outro e sahirão as dez horas.

Ao meio dia foi a caza de Fernando de Miranda o filho de Matias José de Castro homem de negocio morador na Travessa da Condessa e sahio à huma hora.

De tarde logo as sinco horas entrou o conego Mel da Costa

Cruz sahio as seis horas e meia e mais Fernando de Miranda e forão para o Carmo de donde sahirão as outo horas.

Dia 15 do dito mez

Parte 418

As outo horas da manhã sahio Fernando de Miranda e foi direito a Igreja de S. Camilo e de lá veio direito para o Carmo e de lá se recolheu pella huma hora.

As sete horas da tarde sahio Fernando de Miranda no Pacabote e foi para a Igreja do Carmo recolhe-ce depois de noute.

Dia 16 do dito mez

Parte 419

As outo horas e meia sahio Fernando de Miranda e foi para S. Pedro de Alcantara donde se confessou e foi commungar a S. Roque recolhei-ce as des horas e mais o Pe Bras.

Foi a sua casa as onze horas Fr. André Leigo Barbadinho e pouco se deteve.

De tarde sahio Fernando de Miranda no Pacabote depois das sete horas e foi para o Carmo recolhei-çe depois de noute

Dia 17 do dito mez

Parte 420

As nove horas do dia foi a caza de Fernando de Miranda a Condessa de Valadares levando consigo o filho do dito o qual tornou a trazer ao meio dia.

As dez horas entrou o Pe Bras e disse là missa e sahio as onze.

De tarde não houve novidade.

Dia 18 de dito mez

Parte 421

As dez horas entrou o Pe Bras que foi dizer missa e sahio as onze.

Depois das seis horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi a Patriarchal e pouco se deteve e foi logo para caza do Monsenhor Vallença e esteve lá the as nove horas.

As quatro horas foi a sua caza Caetano dos Santos mestre de bras e sahiu ás sinco horas.

As sinco horas entrou Antono Martins dos Reis procurador de Causas e não se deteve.

As outo horas foi a sua caza o Principal Faro e sahio as dez.

Dia 19 do dito mez

Parte 422

As outo horas entrou hum criado grave do Duque de Cadaval e hera do habito esteve là pouco tempo.

As dez entrou o Pe Braz para dizer missa e foisse depois das onze horas.

Depois das seis horas sahio Fernando de Miranda foi para a Patriarchal e de la sahio e foi para caza do Monsenhor Vallença e se recolheo depois de noute.

Dia 20 do dito mez

Parte 423

As sete horas da manhã entrou o Pe Antonio da Silva que he de Villa Franca e assiste em huma fazenda de Fernando de Miranda foisse depois do meio dia.

Ao meio dia entrou Caetano dos Santos e sahio logo.

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi para S. Roque e de la se recolheo as sete horas.

As sinco horas foi a sua caza Fr. José de Jesus Ma e sahio as seis horas.

Dia 21 do dito mez

Parte 424

De manhã não houve novidade.

As seis horas da tarde sahio Fernando de Miranda a pé e foi para o Carmo e no caminhoe steve falando mais de meia hora com o Conde de S. Miguel e do Carmo sahio as outo e se recolheo.

As sete horas entrou a Marqueza de Penalua e sahio as outo.

As sete horas entrou Luis José Pra de Mello e sahio logo.

Dia 22 do dito mez

Parte 425

As onze horas do dia entrou Luis José Pra de Mello e sahio ao meio dia.

As sinco horas da tarde sahio Fernando de Miranda no seu Pa-

cabote e foi para S. Francisco da Cidade e se recolheo as outo horas.

As seis horas entrou a filha da Condeça de São Miguel e sahio às sete horas.

Dia 23 do dito mez

Parte 426

Perto do meio dia sahio Fernando de Miranda e foi para caza da Condessa de Valladares esteve lá té as duas horss.

As des horas entrou o conigo Manuel da Costa Cruz e sahio depois das onze horas.

Depois das onze horas entrou o Principal Telles e logo sahio.

Dia 24 do dito mez

Parte 427

As sete horas da manhã entrou Fr. José do Vencimento frade do Carmo e sahio depois das dez.

As onze horas e meia entrou Luis José Prª de Mello e sahio perto do meyo dia.

As seis horas da tarde entrou digo sahio Fernando de Miranda e foi para o hospicio dos clerigos pobres esteve conversando com o Padre Braz e recolhei-ce as Ave Marias.

Dia 25 do dito mez

Parte 428

De manhã não houve novidade.

Depois das seis horas sahio Fernando de Miranda e foi para o hospiçio dos clerigos pobres e la se demorou te as outo horas que foi para sua caza com o Padre Braz.

Dia 26 do dito mez

Parte 429

As nove horas do dia sahio Fernando de Miranda e foi para a Igreja dos clerigos pobres e pouco tempo se deteve porque logo sahio e foi para o Carmo donde esteve mais de huma hora e depois foi para a Patriarchal e la se meteo na sege do Monsenhor Val do Reis e veio té a sua porta.

As seis horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi para a Patriarchal e de lá foi para caza do Monsenhor Valença donde esteve té há noute.

Dia 27 do dito mez

Parte 430

As des horas sahio Fernando de Miranda e foi para a Patriarchal e de la foi para caza do Monsenhor Valença e maes o filho e lá jantarão, sahio de lá e foi para o Colegio dos Nobres as tres horas assistir ás conclusoins sahio de lá as sete horas e mais o Padre Lourencio mestre das serimonias da Patriarchal e ambos estiverão conversando a porta do dito Monsenhor Valença tempo em que chegou o Marquês de Valença e mesmo na ség̃e esteve falando com Fernando de Miranda perto de huma hora e se recolheo a caza depois das outo horas.

Dia 23 do dito mez

Parte 431

As dez horas do dia entrou o cura da Encarnação e pouco se deteve.

As sinco horas sahio Fernando de Miranda e sua mulher no Pacabote e forão ao convento do Sacramento donde estiverão té depois das sete horas e vierão por caza de D. Thereza de Mello donde estiverão té as dez horas.

Dia 29 do dito mez

Parte 432

As dez horas do dia entrou o Médico Cabreira e sahio as quatro horas porque jantou lá.

Perto das sinco horas sahio Fernando de Miranda e foi para São Francisco da Cidade esteve lá té a noute porque esperou pello enterro da viscondessa de Barbaçena.

Dia 30 do dito mez

Parte 433

De tarde depois das seis horas entrou o Principal Faro e pouco se deteve.

Dia 31 do dito mez

Parte 434

As des horas sahio Fernando de Miranda e foi para S. Pedro de Alcantara e sahio depois do meio dia.

Depois das seis horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi

para casa do Monsenhor Valença e não subio porque não achou em caza e se recolheu a sua.

Dia 1.º de Agosto de 1768

Parte 435

As dés horas e meia entrou o Médico Cabreira e sahio as onze.

As sinco horas da tarde entrou o conde de São Miguel e esteve lá cousa de meia hora.

As seis horas a Condessa de Povolide e sahio as sete e meya.

As sete horas entrou a Condessa de Val do Reis e sahio as outo

Dia 2 do dito mes

Parte 436

As outo horas sahio Fernando de Miranda e foi para S. Francisco da Cidade e recolhei-ce à huma hora.

As onze horas entrou o Padre Antonio da Silva que he de Vila Franca e rendeiro de Fernando de Miranda jantou com elle e sahio as Ave Marias.

As quatro horas da tarde entrarão dous frades Camilos e pouco se detiverão.

Dia 3 do dito mez

Parte 437

As nove horas entrou o Padre Antonio da Silva e sahio depois das dez.

As dez horas entrou o Pe Braz e sahio as onze e meia.

As seis horas tornou a entrar o Padre Antonio da Silva e foisse depois da noute.

As seis horas entrou a Bis Condessa de Mesquitella e pouco se deteve.

As sete horas entrou o Bisconde de Ponte de Lima e sahio as nove.

Dia 4 do dito mez

Parte 438

As nove horas do dia entrou o Padre Antonio da Silva e sahio depois do meio dia.

As seis horas da tarde sahio Fernando de Miranda e mais sua mulher no Pacabote e foi para caza da sogra D. Theresa de Mello e lá deichou ficar a mulher e foi a caza do Monteiro Mor e recolhei-ce as outo e meia.

Depois das sete horas entrou a Condessa de Val do Reis e sahio logo.

Dia 5 do dito mez

Parte 439

De manhã não houve novidade.

As três horas da tarde entrou o filho da Condessa de Valladares e sahio as quatro e meia.

As quatro horas sahio Fernando de Miranda no Pacabote e foi para S. Francisco da Cidade donde esteve the as sete horas e foi para caza do Monteiro mor e recolhei-se as nove horas.

As seis entrou o Principal Almeida e logo se retirou por não achar o dito Miranda em caza.

Dia 6 do dito mez

Parte 440

As trez horas da tarde entrou o Monsenhor Valença e sahio as quatro horas.

As seis horas sahio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Conego M.el da Costa Cruz e recolhei-ce depois das nove.

Depois das sete horas eutrou o Monsenhor Val do Reys e logo sahio.

Dia 7 do dito mez

Parte 441

As nove horas sahio Fernando de Miranda no Pacabote e foi a caza do Conde de Val do Reis e recolheiçe depois do meio dia.

As dez horas do dia entrou Frei Tomas da Conceiçam e sahio as onze.

As tres horas da tarde entrou José Gomes que hé Cavaleiro do habito e morador na Charneca em huma fazenda de Fernando de Miranda e sahio as sinco.

As sinco horas entrou o Conego Manuel da Costa Cruz e sahio com Fernando de Miranda a pé e forão para o Carmo e recolhei-çe as sete horas e meia.

Dia 8 do dito mez

Parte 442

As quatro horas entrou Luis José Pra de Mello e sahio as sette.

As sinco horas da tarde entrou o Bisconde de Ponte de Lima e sahio as seis.

Dia 9 do dito mez

Parte 443

Perto do meio dia entrou Caetano dos Santos mestre de obras e sahio depois da huma hora.

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda no Pacabote e mais o filho segundo e foi para São Francisco da Cidade asestir a meza da Ordem 3ª porque he Ministro da mesma e recolhei-çe as outo horas.

Dia 10 do dito mez

Parte 444

Depois das trez horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi para São Roque asistir a eleição dos irmãos da Mezericordia e recolhe-çe as sete.

As seis horas entrou a Condessa das Galueas e sahio as outo horas.

Dia 11 do dito mêz

Parte 445

As outo horas e meia sahio Fernando de Miranda em huma sege de Aluguer e foi a Caza de Pedro de Moura que asiste em Palma de Sima em huma fazenda do dito Fernando de Miranda e recolhei-çe depois do meyo dia.

As tres horas da tarde entrou o filho da Condessa de Valadares e sahio as quatro horas e meia.

As sinco horas sahio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Monsenhor Valença e porque não achou foi para a Igreja dos Clerigos pobres donde esteve conversando com os Padres da freguesia cousa de huma hora e depois foi para caza do conigo Mello da Costa Cruz e recolhei-çe as nove horas.

Depois das seis horas entrou D. Diogo que he filho de D. Rodrigo e Capitam do regimento de Cascais e sahio as sete.

Dia 12 do dito mes

Parte 446

As dez horas do dia entrou o Monsenhor Luis Pedro e sahio depois das onze.

As quatro horas da tarde entrou o filho da Condessa de Valladares e sahio as sinco.

As seis horas sahio Fernando de Miranda e foi para a Patriarchal e como não achou o Principal Almeida foi para caza do Conego Manuel da Costa Cruz e recolhei-çe as outo e meia.

Dia 13 do dito mez

Parte 447

As onze horas do dia entrou André ...... que hé cavaleiro do habito sahio perto de huma hora.

Dia 14 do dito mez

Parte 448

As nove horas e meia sahio Fernando de Miranda a pé e foi para a Patriarchal pouco se demorou lá e veyo para S. Roque donde esteve té depois do meio dia.

As dez horas entrou o filho do Marquez de Valença e saio as onze.

As seis horas sahio Fernando de Miranda a pè e foi para casa do Monsenhor Valença e recolhei-çe depois das outo.

Dia 15 do dito mez

Parte 449

As outo horas da manhã entrou Caetano dos Santos pouco se demorou.

As nove horas sahio Fernando de Miranda a pè e foi para São Pedro de Alcantara e recolheise as dez.

Depois das dez entrou Luis José P.ª de Mello e sahio as onze.

As onze horas sahio Fernando de Miranda a pè e foi a Patriarchal ter com o Principal Almeida jantou com elle e mais o Principal Faro e recolhei-ce as sete horas da tarde.

Dia 16 do dito mez

Parte 450

As nove horas do dia entrou o Monsenhor Miranda e pouco se demorou.

As sete horas entrou a Condessa das galueyas e sahio as outo e meia.

Dia 17 do dito mez

arte 451

As dez entrou o Padre quadegetor da Encarnação e sahio as onze e meia.

As seis horas da tarde entrou o Conego Mel da Costa Cruz e sahio depois de noute.

Dia 18 do dito mez

Parte 452

As quatro horas da tarde entrou o Medico Cabreira e sahio as seis.

Depois das seis horas sahio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Monsenhor Valença e recolhei-çe depois de noute.

Dia 19 do dito mez

Parte 453

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda no Pacabote e foi para São Francisco da Cidade e recolhei-çe depois de noute.

As seis horas entrou o filho do Conde de São Miguel que he cazado com D. Antonia de Mello homem que mora aos Paulistas e sahio as outo horas.

Dia 20 do dito mez

Parte 454

As quatro horas da tarde entrou Joaquim Pinto que he Cavaleiro do habito de Cristo e sahio as sinco e meia.

As seis horas sahio Fernando de Miranda a pè e foi para São Pedro de Alcantara e recolhei-çe perto das sete horas.

Dia 21 do dito mez

Parte 455

As dez horas do dia sahio Fernando de Miranda e foi para São Pedro de Alcantara e recolhei-çe ao meio dia.

As trez horas da tarde tornou Fernando de Miranda a sair e foi para a Igreja de Nossa Senhora das Mercês asistir a hum baptisado de que foi padrinho sahio de lá as sinco horas e foi para caza da Condessa de Valladares esteve lá quasi huma hora e depois foi para

caza do Monsenhor Valença e porque o não achou se recolheo a sua caza.

Dia 22 do dito mez

Neste dia não há que dizer.

Dia 22 do dito mez

Parte 456

As nove horas do dia entrou Luis José Pª de Mello e sahio depois do meio dia.

As quatro horas entrarão dois padres Camillos e hum delles he o Pe Mel de Oliveira sahirão as sinco e meia.

Dia 24 do dito mez

Parte 457

As nove horas do dia entrou D. Veresimo de Alencastro e sahio as dez e mais Fernando de Miranda a pé e forão para S. Pedro de Alcantara e recolheram-se as onze.

As trez horas da tarde entrou o Capitão Tenente José de Mello e sahio as quatro horas.

Depois das trez horas sahio Fernando de Miranda a pé e fopara caza do Monsenhor Valença e recolheiçe depois das seis.

As seis horas da tarde entrou o Coronel do Regimento de Cascais e sahio logo.

Dia 25 do dito mez

Parte 458

As nove horas do dia entrou Antonio da Fonseca que hé do habito e sahio as onze.

As onze entrou o Medico Cabreira jantou lá e sahio as sinco da tarde.

As quatro horas e meia entrou o filho da Condessa de Valladares.

Dia 26 do dito mez

Parte 459

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda no seu Pacabote e foi para S. Francisco da Cidade recolhei-çe depois de noute.

Dia 27 do dito mez

Parte 460

As onze horas sahio Fernando de Miranda em sege de aluguer e foi para caza de José Gomes que hé seu rendeiro e morador no lugar da Charneca e recolhei-çe as sinco horas.

As seis tornou a sahir e foi a pé para caza do Monsenhor Valença e recolhei-çe depois de noute.

Dia 28 do dito mez

Parte 461

As dez e meia sahio Fernando de Miranda a pé e foi para a Patriarchal e recolhei-çe depois do meio dia.

As onze horas entrou D. Tereza de Mello e la jantou e saio depois das outo horas da noute.

As sinco horas entrou a Condessa das Galueias e saio as seis e meia.

Dia 29 do dito mez

Parte 462

Depois das nove horas da manhã entrou o P^e^ quadigitor da Encarnação e saio ás dez.

As onze horas entrou o Padre Thomas de Aquino que foi Capelam da Freguesia da Encarnação e mora defronte de Fernando de Miranda sahio depois do meio dia.

As quatro horas da tarde entrou a Condessa de Valladares e sahio as sete horas.

As seis entrou o Padre Braz e sahio depois de noute.

Dia 30 do dito mez

Parte 463

Neste dia somente sahio Fernando de Miranda a pé e foi as dez horas do dia para caza do Monsenhor Valença donde janton e esteve lá té as sinco horas da tarde.

Dia 31 do dito mez

Parte 464

As dez horas do dia saio Fernando de Miranda na sege do filho

e foi direito a caza do Ex^{mo} S^{r} Conde de Oeiras o qual não achou, e de la foi a caza do General e recolhei-ce as duas horas.

As sinco horas da tarde sahio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Conigo M^{el} da Costa Cruz e recolhei-ce as sete horas.

Dia 1 de Setembro de 1768

Parte 465

Neste dia não há parte que dar.

Dia 2 do dito mez

Parte 466

As dez horas do dia saio Fernando de Miranda na sege do filho e foi a caza do Ex^{mo} S^{r} Conde de Oeiras e recolhei-se as duas horas.

As trez horas da tarde entrou o Padre Agostinho João que foi cappelão da freguesia da Encarnação sahio as quatro juntamente com Fernando de Miranda e foi a Igreja da Mesericordia e depois a São Francisco da Cidade e recolhei-çe as sete horas.

Dia 3 do dito mez

Parte 467

As nove horas do dia entrou o Padre João Pereira que foi Capelão na fréguesia da Encarnação e saio as dez horas

As quatro da tarde entrou o Sargento Mor do Regimento de Aueiras e saio as seis.

As quatro horas e meia entrou o filho do Conde de Valadares e sahio as sete horas.

Dia 4 do dito mez

Parte 468

Neste dia não foi a caza de Fernando de Miranda se não a Condessa de Valladares as onze horas jantou lá e sahio as sete horas

Dia 5 do dito mez

Parte 469

As nove horas entrou Luis José Pr^{a} de Mello e saio as onze.

As quatro e meia sahio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Monsenhor Valença e recolhei-çe as seis horas.

Dia 6 do dito mez

Parte 470

As outo horas da manhã entrou o Padre Braz a cavallo o qual he agora confessor das freiras de Chellas jantou lá e sahio as sinco horas da tarde.

As duas horas da tarde sahio Fernando de Miranda a pé e foi a Caza do Conigo M^{el} da Costa Cruz e recolhei-çe as quatro horas.

Dia 7 do dito mez

Parte 471

As seis horas da tarde saio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Conigo M^{el} da Costa Cruz e recolhei-çe as outo horas.

Depois das seis horas da tarde entrou na sua sege o Conigo Martinho Affonço sahio logo pelo não o achar em caza.

Dia 8 do dito mez

Parte 472

Neste dia somente as nove horas da manhã sahio Fernando de Miranda a pé e foi para a Patriarchal e recolhei-çe ao meyo dia.

Dia 9 do dito mez

Parte 473

As onze horas do dia entrou José Antonio que he procurador da Casa da Fazenda e mora a Patriarchal sahio ao meyo dia.

As trez horas da tarde sahio Fernando de Miranda em huma sege de Aluguer e foi direito a São Vicente sahio de lá as sinco horas foi as obras de Santa Engracia e recolhei-çe depois de noute.

Dia 10 do dito mez

Parte 474

Somente neste dia entrou para caza de Fernando de Miranda o Padre Florencio que hé mestre das cerimonias e sahio depois de noute.

Dia 11 do dito mez

Parte 475

As nove horas da manhã saio Fernando de Miranda a pé e foi para a Patriarchal e recolhei-çe depois do meio dia.

As sinco horas da tarde tornou a sahir Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Monsenhor Valença e recolhei-çe as nove horas.

Depois das sinco horas entrou o Conigo Martinho Afonço e logo sahio.

Dia 12 do dito mez

Parte 476

As dez horas do dia entrou o Padre quadigitor da Encarnação e sahio as onze horas.

As trez horas entrou o filho da Condessa de Valladares e sahio as quatro.

As sinco horas da tarde entrou o Conigo Manoel da Costa Cruz e sahio depois de noute.

Dia 13 do dito mez

Parte 477

Neste dia não houve novidade.

Dia 14 do dito mez

Parte 478

As outo horas e meia entrou a Condessa de Valladares sahio logo levando consigo a filha de Fernando de Miranda a qual tornou a trazer ao meio dia e sahio logo.

Depois das nove horas do dia sahio Fernando e mais o filho em huma sege e foi a caza do Ex^{mo} Sr Conde de Oeiras e recolhei-çe a huma hora.

Dia 15 do dito mez

Parte 479

As nove horas do dia entrou o Padre João Pr^{a} que foi Cappelam da Encarnação e saio as des.

As quatro horas da tarde entrou a Condeça de Valladares sahio as nove da noute.

Depois das quatro horas entrou o filho do Marquez da Enjêja e sahio as sete horas da noute.

As sinco horas entrarão os dous filhos do Marquez de Castello Milhor que são Dezembargadores e sairão as seis e meia.

Depois das sinco horas entrarão dous Padres Camillos e hum delles hera o Padre João queilhas que dizem fora Padre da Companhia sahirão perto das seis.

Dia 16 do dito mez

Parte 480

As outo horas e meia saio Fernando de Miranda a pè e foi para a Patriarchal e recolhei-çe perto do meio dia.

As nove horas e meia entrou o Padre José de Almeida que he Secretario da Ordem 3ª de S. Francisco da Cidade saio logo por não achar Fernando de Miranda em caza.

As quatro horas da tarde entrou Caetano dos Santos que he mestre de obras e sahio as sinco.

As sinco horas da tarde saio Fernando de Miranda no Pacabote e foi para o recolhimento das convertidas que são sugeitas a ordem 3º e sahio as sete, foi ainda para o Convento do Carmo e saio de lá as nove horas.

Dia 17 do dito mez

Parte 481

As quatro horas da tarde entrou Frei Caetano do vencimento religioso do Carmo e saio as sinco horas.

As sinco horas entrou o filho do Conde de Valadares e saio depois de noute.

Perto das Ave Marias saio Fernando de Miranda a pé foi para caza do Conigo Manoel da Costa Cruz recolhei-çe depois de noute.

Dia 18 do dito mez

Parte 482

As quatro horas da tarde saio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Monsenhor Valença e depois para a Patriarchal e recolheice as sete horas.

Dia 19 do dito mez

Parte 483

As outo horas da manhã entrarão dous Padres Mariannos da Rua do Tilhal e hum deles é Frei José de Jesus Maria sahirão depois das dés.

As nove horas entrou o Padre quadigitor da Encarnação e sahio as dez.

Depois das três da tarde sahio Fernando de Miranda em sege de aluguer e foi a caza de Fellipe Teixeira de Matos que mora ó pé da Rua Agusta e hé homem de negocio sahio de lá as sinco horas

e foi a caza de D. Manoel que he Desembargador do Senado e filho do Marquês de Marialva e depois a caza do Conde de S. Miguel e recolhei-çe as outo horas.

Dia 20 do dito mez

Parte 484

As três horas da tarde entrou o filho da Condessa de Valadares e sahio depois das quatro.

E logo entrou tambem a dita Condeça de Valadares saio logo levando consigo a filha de Fernando de Miranda a qual tornou a trazer as sete horas e se recolheo logo.

As quatro horas entrou o Padre quadigitor da Encarnação e saio logo.

As sinco horas entrou o Principal Faro saio as sete horas.

Dia 21 do dito mez

Parte 485

As dez horas do dia saio Fernando de Miranda a pé foi para a Patriarchal e recolheo ao meio dia.

As sinco horas da tarde entrou o filho do Conde de Valladares sahio depois de noute.

Dia 22 do dito mez

Parte 486

As dez horas do dia entrou o Padre quadigitor da Encarnação e sahio depois do meio dia.

As duas horas da tarde entrarão dous Padres Mariannos hum delles chamado Frei José de Jesus Mª e sahirão depois das quatro.

Dia 23 do dito mês

Parte 487

Depois das nove horas do dia entrou o filho do Marquês de Valença a cavalo e sahio depois das déz.

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda no Paccabote e foi para S. Francisco da Cidade sahio delá as seis horas e foi para caza do conigo Manoel da Costa Cruz e recolheiçe as outo horas.

As seis horas e meia entrou Fr Caetano do Vencimento Religioso do Carmo e sahio perto das sete horas.

Dia 24 do dito mez

Parte 488

Neste dia somente foi a caza de Fernando de Miranda Fr Tomas da Conceiçam e sahio perto das onze tendo entrado as nove da manhãa.

Dia 25 do dito mez

Parte 489

As outo horas e meia da manhã sahio Fernando de Miranda a pé e foi para São Pedro de Alcantara confesarçe e recolheiçe as onze.

As onze horas do dia entrou D. Theresa de Mello sogra de Fernando de Miranda e sahio as outo da noute.

As sinco horas da tarde entrou o Conigo Martinho Afonço e sahio as seis horas.

Dia 26 do dito mez

Parte 490

As nove horas da manhã entrou o filho do Marquez de Valença a cavalo e saio as dez horas.

Depois do meio dia entrou o Monteiro Mor do Reino e sahio dahi a meia hora.

Dia 27 do dito mez

Parte 491

As outo horas e meia entrou D. Diogo filho de D. Rodrigo que hé Capitam do regimento de Cascais e saio as dés.

As onze horas entrou hum filho do Conde de Vnhão a cavalo e sahio ao meio dia.

As sinco horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi para a Patriarchal e sahio as sete.

Dia 28 do dito mez

Parte 492

As nove horas do dia entrou o Procurador Antonio da Fonseca que hé cavaleiro do habito e sahio as onze.

As onze horas entrou o Tenente Coronel do Regimento da Armada segunda jantou lá e sahio as quatro.

As dez horas entrou o Padre quadigitor da Encarnação e sahio ao meio dia.

As sinco horas da tarde entrou o Conigo Martinho Afonso e sahio as seis.

Dia 29 do dito mez

Parte 493

As nove horas do dia entrou o Padre quadigitor da Encarnação e sahio as des.

As dez e meia sahio Fernando de Miranda a pé e foi para a Patriarchal e de lá foi para caza do Monsenhor Valença donde janton e esteve lá té as sinco da tarde.

Dia 30 do dito mez

Parte 494

As dez horas da manhã entrou hum relegioso do Carmo que hé companheiro do Padre Comissario sahio as onze e meia.

As quatro horas da tarde sahio Fernando de Miranda a pé e foi para São Roque donde esteve perto da huma hora e depois foi para o Carmo e recolheiçe as seis horas.

Dia 1 de Outubro 1768

Parte 495

Perto das dez horas sahio Fernando de Miranda no Pacabote e oi a caza do Tabalião Francisco da Silva Freire que mora ó Rato e recolheice perto do meio dia.

As três horas da tarde entrou a Condessa de Valadares a qual sahio logo levando a filha de Fernando de Miranda consigo a qual tornou a trazêr as seis horas e meia da tarde e logo se retirou.

Depois das quatro horas sahio Fernando de Miranda a pé e foi a caza de D. Manoel de Mello Carneiro e recolheiçe as sinco horas e meia.

Dia 2 do dito mez

Parte 496

Neste dia não ouve nada de novo.

Dia 3 do dito mez

Parte 497

Perto das dez horas sahio Fernando de Miranda no Pacabote e foi direito a caza do Conde de Obidos e recolheiçe perto do meio dia.

As duas horas da tarde entrou Frei Tomas da Conceiçam religioso de Alcantara e sahio depois das tres horas.

As três horas entrarão dous Padres Camillos hum delles chamado João de Oliveira e sahiram as sinco.

As seis horas sahio Fernando de Miranda a pé foi para caza do Conigo Manoel da Costa Cruz e recolheiçe depois de noute.

Dia 4 do dito mez

Parte 498

Perto das nove horas sahio Fernando de Miranda para São Pedro de Alcantara donde se confeçou e se recolheo perto do meio dia.

As quatro horas e meia entrou o Conigo Manoel da Costa Cruz e sahio as seis e meia.

Dia 5 do dito mez

Parte 499

Neste dia somente sahio Fernando de Miranda no seu Pacabote e foi para São Francisco da cidade sahio de lá com a meza da Ordem 3ª e foram vesitar as irmans pobres da mesma Ordem e recolheiçe as sete horas.

Dia 6 do dito mes

Parte 500

As três horas da tarde entrarão dois Padres de S. Pedro de Alcantara dos quais hum hera o Guardião Fr. Tomas da Conceiçam e sahiram as sinco.

As três e meia entrou o filho da Condessa de Valladares e sahio logo levando consigo na sege hum filho de Fernando de Miranda e este se recolheo as sete horas.

As sinco horas da tarde entrou o Thio do Conde de S. Vicente que hé Conigo na Sé de Evora e sahio as seis horas.

Dia 7 do dito mez

Parte 501

As nove horas do dia entrou o Padre quadigitor da Encarnação e sahio as dez e meia.

Depois das duas horas sahio Fernando de Miranda no seu Pacabote e foi para São Francisco da Cidade e recolheiçe ás seis horas e meia.

As sinco horas da tarde entrou o filho da Condessa de Valadares e sahio as sete.

Dia 8 do dito mez

Parte 502

As outo horas entrou o Padre Caetano que he mestre das cerimonias da Patriarchal e sahio as nove.

As onze horas entrou D. Theresa de Mello que he sogra de Fernando de Miranda e sahio ao meio dia.

As sinco horas entrou o filho do Conde de Valladares e saio as seis.

As sinco e meia entrou o filho do Marquez de Marialva e sahio as seis.

Dia 9 do dito mez

Parte 503

Depois das nove horas do dia sahio Fernando de Miranda no Pacabote e foi para São Francisco da Cidade assistir á festa da ordem 3ª e recolheiçe as duas horas.

As onze horas entrou a Condessa de Valladares sahio logo levando consigo a filha de Fernando de Miranda a qual tornou a trazer a huma hora.

Depois das duas horas entrou o filho do Marques de Valença a cavalo e sahio as sinco.

Depois das tres horas sahio Fernando de Miranda e foi no Pacabote para S Francisco da Cidade, e recolheiçe as seis.

Dia 10 do dito mez

Parte 504

As nove horas do dia sahio Fernando de Miranda a pé e de capote e foi para caza de D. Manuel de Mello Carneyro que mora ao hospicio dos clerigos pobres e recolheice depois das des horas.

As onze horas tornou a sahir Fernando de Miranda a pé sem capote e juntamente Luis José Pereira de Mello e forão para São Pedro de Alcantara e ambos se recolherão a casa do dito Miranda ao meio dia e Luis José sahio á hnma hora

As trez horas tornou a sair Fernando de Miranda e foi no Pacabote para S. Francisco da Cidade de donde sahio as seis e meia e se recolheo.

As sinco horas entrou o filho do Marquês de Valença que hé Melitar e sahio as seis horas.

Dia 11 do dito mez

Parte 505

Perto das des horas da manhã sahio Fernando de Miranda em sege de aluguer e foi direito Ajuda falar com o Marquês de Injeja e depois foi a caza do Exmo Snr Conde de Oeiras e recolheiçe as duas horas.

As dez horas entrou o Conde de Vimieiro e sahio as onze.

As quatro horas entrarão dous Padres Camillos hum chamado João de Oliveira e sahirão as seis.

Neste mesmo dia pellas duas horas da noute partio Luis de Mirando para o Algarve.

Dia 12 do dito mes

Parte 506

As nove horas do dia entrou a Condessa de Valladares sahio logo levando consigo a filha de Fernando de Miranda a qual tornou a trazer as onze horas e a dita Condessa sahio á huma hora.

A huma hora entrou hum Padre Barbadinho chamado Frei Lourenço e sahio as trez horas.

As sinco horas entrou o filho da Condessa de Valladares e sahio depois das seis horas e meia.

Dia 13 do dito mêz

Parte 507

As outo horas do dia entrou hum Letrado chamado Fulano de Albuquerque que dizem mora a Mouraria e sahio as dez.

As nove entrou o quadigitor da Encarnação e sahio as dez.

Depois das nove horas entrou o Cavaleiro do habito Antonio da Fonseca e sahio as dez e meia.

As quatro horas sahio Fernando de Miranda a pé e foi para o Carmo e sahio de lá as sete horas e se recolheo a caza.

Dia 14 do dito mez

Parte 508

As nove horas do dia entrou Caetano dos Santos que hé mestre de Obras e sahio depois das des horas.

As onse horas entrou a Condessa de Valladares e sahio depois da huma hora.

As tres horas e meia sahio Fernando de Miranda e foi para São Francisco da Cidade e recolheice as sete.

Dia 15 do dito mez

Parte 509

As nove horas entrou a Condessa de Valladares saio logo levando consigo a filha de Fernando de Miranda a qual tornou a trazer depois do meio dia.

Perto das dez horas sahio Fernando de Miranda a pé e foi para São Pedro de Alcantara e depois para os Caetanos donde jantou sahio de lá as três horas e foi para o Carmo de donde se recolheo as seis horas e meia.

As onze horas entrou Luis José Pereira de Mello o qual saio logo.

As sete horas entrou o Conde da Galheta e sahio as dez e meia.

As seis horas entrou a Condessa de Valladares e sahio depois de noute.

Dia 16 do dito mez

Parte 510

As nove horas sahio Fernando de Miranda a pé e foi para a Patriarchal sahio de lá e foi para os Caetanos e de lá se recolheo para caza as duas horas.

As quatro e meia sahio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Monsenhor Valença e soube no dia seguinte pela manhãa que estivera lá té quasi à meia noute.

Dia 17 do dito mez

Parte 511

Depois das nove horas sahio Fernando de Miranda em huma sege de Aluguer e foi para caza do Monsenhor Valença sahio ás des e foi para casa do Marquez de Valença jantou lá e sahio depois das quatro e foí para o Carmo e recolheiçe as sete horas.

As tres horas entrou Luis Jose Pereira de Mello e sahio logo.

Dia 18 do dito mez

Parte 512

As nove horas entrou o Cavaleiro Antonio da Fonseca e sahio as onze horas.

Perto das duas horas da tarde sahio Fernando de Miranda na

sege do filho e foi a caza do Marquês de Castello Milhor donde esteve couza de huma hora e depois foi a caza do Marquez de Tancos dizem que assistir a humas escripturas que se fizerão do Conde Vimioso recolheice perto das dez horas.

Dia 19 do dito mez

Parte 513

As dez horas da manhã entrou o Padre Bras que hé confessor das Freiras de Chellas jantou lá, e sahio depois das quatro horas da tarde.

Depois das dês horas entrou a Condessa de Valladares sahio logo levando a filha de Fernando de Miranda a qual tornou a levar depois da huma hora.

Depois das tres horas entrou o Conigo Manoel da Costa Cruz e sahio depois de noute.

Dia 20 do dito mez

Parte 514

As nove horas entrou Frei Tomas da Conceiçam que he Guardião de S. Pedro de Alcantara e sahio as dez e meia.

Perto das quatro horas sahio Fernando de Miranda no seu Pacabote e foi para S. Francisco da Cidade e recolheice as sete e meia.

As seis e meia entrou o Monsenhor Valença e pouco se demorou.

Dia 21 do dito mez

Parte 515

As quatro horas e meia entrou Luis José Pereira de Mello e sahio depois de noute.

As seis e meya entrou D. Theresa de Mello que he sogra de Fernando de Miranda e sahio depois de noute.

Dia 22 do dito mêz

Parte 516

As nove horas entrou o Padre quadigitor da Encarnação e sahio as outo.

As nove horas e meia entrou Domingos Figueira que hé criado de El Rey e saio as onze e meia.

As três horas entrarão dous Padres Camillos e hum se chama João queilhas e sahirão as quatro horas.

Perto das sinco horas saio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Monsenhor Valença e de lá saio na sege com o dito Monsenhor Valença e forão para o Carmo e de lá sahirão e forão para caza do Montrº Mor e recolheice as onze horas.

Dia 23 do dito mez

Parte 517

As nove horas entrou Frei Tomas da Conceiçam Religioso de São Pedro de Alcantara dizer missa e retirouce as dez.

Depois das seis horas da manhã em huma sege de Aluguer saio Fernando de Miranda e foi ao Campo Grande a caza do Marquez de Valença e recolheiçe ao meio dia.

As duas horas tornou a sair Fernando de Miranda na dita sege e foi a caza do Conde da Ponte sahio de lá as seis horas e se recolheo.

Dia 24 do dito mez

Parte 517

As nove horas entrou a Condessa de Valladares sahio logo levando a filha de Fernando de Miranda a qual tornou a trazer perto das duas horas e logo se recolheo.

As dez horas saio Fernando de Miranda a pé e foi para São Pedro de Alcantara e depois para a Patriarchal e se recolheo as onze meia.

No dia 25 não há que dar parte.

Dia 26 do dito mez

Parte 518

As nove horas entrou a Condessa de Valladares a qual jantou lá e sahio as sinco horas da tarde.

As dez horas sahio Fernando de Miranda a pè e foi para a Patriarchal e recolheiçe ao meio dia.

As tres horas saio Fernando de Miranda a pé e foi para caza da Condessa de Valladares e recolheice as quatro horas.

Depois das quatro horas entrou o Conde da Ponte na sua sege e sahio perto das sinco horas.

Dia 27 do dito mez

Parte 519

As tres horas da tarde entrou o Conigo Manoel da Costa Cruz e sahio depois das sinco horas.

As quatro horas entrou o filho da Condessa de Valladares e pouco se demorou.

Depois de noute sahio Fernando Miranda a pé e foi para caza da Condessa de Valladares e se recolheo as dez horas.

Dia 28 do dito mez

Parte 520

As dez horas do dia saio Fernando de Miranda a pé e foi para a Patriarchal recolheice ao meyo dia.

As tres horas sahio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Principal Menezes e depois para caza da Condessa de Valladares e recolheiçe de noute.

Dia 29 do dito mez

Parte 521

As outo horas e meia entrou o Padre quadigitor da Encarnação e sahio as des horas.

As trez horas da tarde sahio Fernando de Miranda e foi a caza do Tabaliam Antonio da Silva Freire que mora ao Rato fazer huma Escriptura de arrendamento do seu cazal do Trosifal e saio de lá ás sinco horas e meia e foi para caza do Monsenhor Valença e recolheiçe depois de noute.

Dia 30 do dito mes

Parte 522

As nove horas do dia sahio Fernando de Miranda a pé e foi para a Patriarchal sahio de lá ao meio dia e foi para caza da Condessa de Valladares jantou lá e sahio as seis horas.

Dia 31 do dito mez

Parte 523

As dez horas sahio Fernando de Miranda a pé e foi para a Patriarchal e de lá para caza do Monsenhor Valença donde jantou e sahio depois da noute que se recolheo.

Dia 1 de Novembro de 1768

Parte 524

As nove horas sahio Fernando de Miranda para a Patriarchal

donde jantou e mais o Principal Faro e sahio de lá as sinco horas e foi para caza da Condessa de Valladares e recolheiçe depois de noute.

Dia 2 do dito mez

Parte 525

As duas horas da tarde sahio Fernando de Miranda a pé e foi para caza do Monsenhor Vallança e sahio de lá as quatro horas no seu Pacabote e não o pode seguir.

Ouvir dizer no dia seguinte que tinha hido dar os parabens aos camaristas novos e recolheiçe depois das dês horas.

RIBA D'AVE

ESTUDO TOPONÍMICO

SUMÁRIO:

Palavras prévias.

1. Nomes de povoações acompanhados dos dos rios em cuja vizinhança estão situadas.
2. Nomes de povoações ou regiões nos quais só se tomam em conta margens de rios.
3. Nomes de povoações ou regiões tirados de nomes próprios ou apelativos de rios. — Observação de geografia lingüística.
4. Nomes de povoações ou regiões referidos a duas correntes de água que as abrangem.
5. Nomes de povoações ou regiões referidos a rios que servem de linhas divisórias.
6. Sinónimos de *riba* na toponímia.
7. Nomes relacionados com outros acessórios de rios, que não riba.

Explicação de **Riba d'Ave.**

Muitas são as origens dos nomes de sítios, povoações, e regiões, tanto em Portugal como fóra, tanto na antiguidade, como no presente. Uma destas origens encontrá-la hemos em nomes próprios de rios, e também em palavras que designam apelativamente os cursos de água ou as suas margens e acessórios.

1. O modo mais expressivo de dar a conhecer uma povoação que jaz ao pé de um rio consiste em agregar ao nome dela o dêste, sob a forma de genetivo ou com-

plemento de posse [1], por exemplo: *Ferreira do Zêzere, Foz-Tua* = *Foz do Tua, Granja do Tedo, Maceiradão* = *Maceira do Dão, Paredes de Coura, Viana do Lima* (expressão antiga a par de *Viana da Foz do Lima*, hoje *Viana do Castelo*), *Vila Nova de Fozcoa*. Fica assim uma como que descrição física da povoação. Em vez de *Paredes de Coura* vai-se dizendo e escrevendo simplesmente *Coura*, e em vez de *Viana do Lima* (e *do Castelo*) o povo, na linguagem familiar, diz (ou dizia) por abreviatura *Viana*, visto que no Minho não há confusão com outra Viana.

Os nossos vizinhos têm, pelo seu lado: *Alba de Tormes, Añavér de Tajo, Miranda de Duero, Prado del Miño.* Os Italianos: *Taglio di Po.* Os Franceses: *Boulogne-sur-Seine, Neuilly-sur-Eure.* Os Alemães: *Frankfurt am Mein* «Francforte ou Francfort do Meno», *Ohrdruf* = Dorf an der Ohre «Aldeia do Ohre» [2]. Os Ingleses: *Blithburgh* = borough on the river Blithe [3]. Os Romanos empregavam adjectivamente o nome do rio em *insula Tiberina.* Vid também Slotty, «Der Typus *Châlons-sur-Marne* in Lateinischem» na *Glotta*, XI, 70 ss., onde cita: *Magnesia ad Maeandrum* em T. Liv., XXXVII, 45, 20; *Chalcidem cognominatam ad Belum* em Plin., *N. H.*, V, § 81; *Maconcia super Secona fluvio* em Fredegario (séc. VII), I, 63, 28; e ainda outros exemplos. Plínio, V, § 88, menciona mais: Seleucia quae vocatur *ad Tigrin.*

2. Descrição semelhante se faz, tomando só em conta as margens do rio. Quem diz *rio*, diz *ribeiro, regato* e outros sinónimos. Por exemplo: *Riba d'Ancora, Riba*

---

[1] Cf. Epiphanio Dias, *Syntaxe Historica*, § 174-*a*.

[2] Kluge, *Deutsche Namenkunde*, 2.ª ed., p. 34.

[3] Skeat, *The place-names of Suffolk*, Cambridge, 1913, p. 7.

Pinhão (=Riba do rio Pinhão), *Riba Tamega, Riba Tua*' *Riba d'Ul:* nomes de lugares ou de sítios.

Abrindo os *Nobiliarios* ou *Livros de linhagens,* que foram redigidos nos séculos XIII-XIV, mas que narram muitos factos respeitantes a épocas anteriores, aí encontraremos: *Riba do Douro, Riba de Douro, Riba de Doiro, Riba Douro, Riba Doiro,* pág. 143, 144, 148, 156, 163, 191, e *passim,* já com referência ao Baixo, já ao Alto Douro. Algumas vezes especificam-se melhor os sítios: « em Riba de Douro sobre Miranda », p. 156, 163, etc.; « em riba Doyro sobre Miranda », p. 328. Noutros lugares: « Egas Gosemdez, que se chamou *de Rriba de Doyro* e de Bayam », p. 131; « D. Pedro Tracosendes de Paiva e de *riba do Douro,* que começou a fazer o Paaço de Sousa », p. 159. Há clara alusão a Rèsende em: « Egas Moniz de *Riba de Doiro,* o Bemaventurado », p. 192. E também: Fulano « que matárão em *Riba de Minho* », p. 177, e explìcitamente com relação ao Alto-Minho: « esteve em *Riba de Minho* », falando-se de Ganfei (concelho de Valença), p. 193 e 290. Mais exemplos: « varzea de *Rriba de Cádauo,* huũa legoa de Barcellos », p. 294, e cfr. p. 326; « *Riba d'Homem* », falando-se da vizinhança do rio-Homem, p. 348; « Dom Martim Anes, de *Riba d'Avizela*, p. 297. No séc. XV: *Riba de Selho* [1]. Em alguns dos passos dos *Nobiliarios* o editor dos *Portugaliae Monumenta,* de que me sirvo, imprimiu *Riba* com *r* pequeno, mas vê-se que, se *Riba de Doyro, Riba do Minho* não fôssem frases esteriotipadas, isto é, nomes próprios, o autor ou autores dos *Nobiliarios* empregariam o artigo, e diriam *na* e *da*. Essas frases correspondem, quanto à sintaxe, a estoutras modernas: *Pégo*

[1] *Pergaminhos da colegiada de Guimarães,* do Ab.e Oliveira Guimarães (extr. d-*O Archeologo Portug.*), n.º 146.

Gontinho = *Pégo do Gontinho, Pena Lobo* = *Pena do Lobo, Vila Fernando* = *Vila do Fernando.*

Originàriamente as frases eram, realmente, *riba do Douro, riba do Minho,* por « margem do Douro », « margem do Minho », como em latim *ripa fluminis;* mas do sentido comum passou-se ao próprio. Escreve judiciosamente o P.e Viterbo, *Elucidario,* s. v. « *riba* »: « Assim chamaram os nossos bens authores a um outeirinho, ou collina, ou terra levantada, que está eminente, e sobranceira a um rio, caminho, povoação, etc.; mas êste não foi o sentido em que desde o sec. VIII até o XV os nossos maiores tomaram a *riba* ou *ripa,* que em nossos documentos freqüentissimamente se encontram: v. g. *Ripa Minej, Ripa Dorij, Ripa Páviae, Ripa Limiae,* etc. ou *Riba Tejo, Riba Douro, Riba Paiva, Riba Coa..,* pois naquele tempo a *ripa,* ou *riba,* não só significava a ribanceira, margem, vizinhança ou borda de algum rio, mas ainda todas as terras que ficavam superiores, e agoas vertentes para o mesmo rio ».

As expressões *Riba de Douro* (com as suas variantes), *Riba de Minho, Riba de Cavado, Riba de Homem* não passaram, que eu saiba, à língua moderna, apenas se usa *Douro* e *Minho;* contudo há hoje algumas expressões com *Riba,* significativas de regiões, como: *Riba-Coa* (no *Cancion. de Resende,* II, 497: *Riba de Coa*), subdivisão da Beira-Baixa; *Ribatejo,* região convizinha do Tejo, até certa altura dêste, de ambos os lados.

Fóra de Portugal observamos fenómenos análogos aos que ficam mencionados neste parágrafo: *Ribadavia* = Riba d'Avia, e *Ribadeume* = Riba de Ume, na Galiza; *Ribadesella* = Riba de Sella, nas Astúrias; *Rive-de-Gier,* em França. Cfr. *Saalfeld* « Campo do Saal », na Alemanha.

3. Ás vezes figura como nome de lugar ou sítio ape-

nas o apelativo (originário): *Rio, Riba*, ou um nome próprio de rio: *Agualva, Angueira, (quinta do) Mondego, Neiva*. Isto acontece, quer por associação da idea do lugar ou sítio com a de rio ou margem, e sua fusão no espírito dos habitantes, quer por sucessivo gasto e simplificação da linguagem.

A par com os nomes apelativos, usam-se plurais e deminutivos: *Ribas, Arribas, Ribela, Ribelas; Rio, Rios, Rielho*[1]. Também *Riba* se acompanha de epítetos: *Ribalta* = *Riba alta, Riba Boa, Riba Longa*. Estes epítetos podem datar, ou não, do começo das povoações. Em *Rio Maior, Rio Torto* (nomes de povoações), e congéneres, os epítetos pertencem originàriamente aos rios.

Tanto os nomes apelativos, como os nomes próprios dos rios, aplicam-se por vezes a regiões: já acima vimos *Minho* e *Douro;* de *Rio,* como nome de região, se falou no *Archeologo Português*, XXII, 294.

Lá fóra não faltam exemplos parecidos. Nomes de poveações provenientes dos de rios, ou nomes apelativos: *Holbrook, Rushbrooke* na Inglaterra[2]; *Katzbach, Rotsbach, Steinbach* na Alemanha, com *-bach* «ribeiro»; *Riba, Ribas, Ribas Altas, Ribas de Arriba, Ribela*, na Galiza; *Fiume,* nas costas do Adriatico; *Aa,* na Suiça e na Westfalia, palavra aparentada com o alto-alemão médio *ahe*, que significa «rio», «ribeira»[3]. Nomes de regiões: *Rheinland*, na Alemanha; *Seine, Marne,* e bem assim *Seine-et-Marne,* etc., departamentos da França. Já os Romanos diziam poèticamente *Rhenus,* por —

---

[1] *Rielho* apresenta o mesmo sufixo *-elho* de *Vilarelho* e *Montelhos*, no feminino *-elha*, em *Caselha.*

[2] Skeat, *ob. cit.*, p. 11. *Holbrook* significa *hollow -brook* «ribeiro côvo ou fundo»; *Rushbrooke* significa «ribeiro do junco, ao pé do qual nascem juncos».

[3] Kluge, *op. cit.*, p. 40.

habitantes das margens do Reno, ou Germanos, e *Rhodanus,* por — habitantes das do Ródano, ou Galos: o que Lucano juntou numa conhecida frase: *Rhodano Rhenoque subactis* [1].

Vem a propósito fazer uma observação de geografia lexicológica a respeito do uso de *riba* em Portugal. Como falta ainda entre nós uma obra comparável ao monumental *Atlas linguistique de la France,* de Gilliéron & Edmont, precisamos de, quando quisermos verificar qual a área ou território em que vive ou viveu um vocábulo que esteja representado na toponímia, recorrer aos dicionários geográficos. Possuímos neste sentido dois muito bons: a *Chorographia Moderna* de Baptista (vid. sobretudo o vol. VI, Índice), e o *Diccionario Postal* de Silva Lopes. Para o meu caso utilizo ùnicamente o segundo. Êle nos informa que há 40 lugares ou sítios com o nome de *Riba* (ou só, ou acompanhado de complemento), e que destes pertencem 13 à Estremadura, e os restantes ao Norte e ao Centro (Beira); que há 36 com o nome de *Ribas,* e que dêstes pertencem dois, ou pròpriamente um *(Ribas de Baixo* e *Ribas de Cima),* ao concelho de Loures (Estremadura), e os restantes ao Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira; que há 14 com o nome de *Ribela* ou *Ribelas* (deminutivos representantes de *Riba* e *Ribas*), todos êles do Entre-Douro-e-Minho, e Beira [2]. Que mostra isto? Mostra que *riba*

---

[1] *Pharsalia,* V, 268, na ed. de Leipzig, 1821, t. II, p. 67.

[2] Como antigos sufixos deminutivos topográficos temos, com certa freqüência, *-êlo, -ela (-elos, -elas)*, por exemplo:

Agrela, Agrelas, Agrelo, Agrelos, 80 vezes, no Norte, e 1 no Centro (Beira);

Campelo, Campelos, 30 vezes, no Norte e Centro;

Covela, Covelas, Covelo, Covelos, 130 vezes no Norte e Centro;

Fontêlo, Fontelos, Fontela, Fontelas, 81 vezes no Norte e Centro, 4 no Sul;

é uma palavra da língua antiga, que já tinha deixado de existir na língua comum, quando as armas portuguesas conquistaram o Sul do Tejo aos Muçulmanos, pois a não vemos fixada lá em topónimos; se ela, o que não sabemos, aí existiu em tempos anteriores, desapareceu sob o domínio da língua arábica. Ainda que um exame mais minucioso revelasse algumas *Ribas* na zona transtagana, o raciocínio não seria inteiramente aniquilado, porque, em todo o caso, o número dessas *Ribas* não se contraporia ao das que conhecemos ao Norte do rio. As *Ribas* da Estremadura foram talvez importadas do Centro ou do Norte. Levando mais longe o estudo, deparar-se-nos-hiam outros casos de diferenças lexicais antigas entre Sul (Estremadura, e Sul do Tejo) e as restantes províncias; não é porém aqui o lugar de tratar disso[1].

4. *Minho* e *Douro,* nomes de rios, vimos há pouco que passaram a nomes de regiões. A-pesar-de a região

---

Lamela, Lamelas, 54 vezes, no Norte e Centro ;
Penela, Penelas, 31 vezes, no Norte e Centro ;
Varziela, Varzielas, 53 vezes, no Norte e Centro ;
Vilela, Vilelas, 1 vez no Sul, 37 no Norte e Centro.

Deixo de lado muitíssimos outros, como *Mesquitela, Paradela, Portela, Portêlo,* etc.: quis apenas dar uma amostra do assunto.

Vê-se como pela toponímia, só por si, pode escrever-se a geografia física (covas, lamas, penedos, portelas) e a história social (*vilas* em sentido medieval, *mesquita, parada* em certos casos) de um país.

Outros sufixos antigos são também, por exemplo, *-ó* e *-ô* em *Alijó, Barrô, Grijó, Mosteirô, Vinhó; -elho, -elha,* em: *Lagarelhos, Pomarelho, Pontelha.*

Há nomes que têm três fórmas antigas, com: *Boucelha, Boucela, Bouçó* (modernamente também *Boucinha*).

Isto tudo, pelo geral, no Norte e Centro. — Para fazer esta estatística servi-me do *Dicc. postal* de Silva Lopes.

[1] Cfr. porém a nota antecedente onde o uso dos sufixos *-elo, -ela,* etc., quási exclusivo do Norte e Centro têm a mesma explicação.

chamada « Minho » ser também banhada pelo rio Douro, ficando entre os dois, escolheu-se só o primeiro: póde entender-se que a escolha foi feita pelos habitantes mais próximos do rio Minho. Quando há assim um trato de terra limitado por duas correntes de água, o normal porém é designá-lo pelo nome de ambas, ligados pela preposição *entre*. Isso mesmo se vê dos citados exemplos de Minho e Douro, pois antigamente a província designada vulgarmente por *Minho* (isto é *Alto-Minho*, e *Baixo Minho* com inclusão de parte do distrito do Pôrto), chamava-se *Entre Douro e Minho*, ou, com a fórma arcaica da preposição, *Antre Douro e Minho*.

Nos documentos da nossa idade-média a cada passo se notam expressões dessas, umas que foram meramente casuais, outras que pertenciam à linguagem toponímica. Para não acumular exemplos, que têm de ser referidos noutro trabalho, basta lembrar aqui: *inter Cadabo et Aliste*, séc. X; *inter rivulo Cadavo et Homem, inter Ave et Catavo, inter bis alveis Ave et Avizela; inter duo flumina Durio et Tameca, inter Ave et Alister, inter Doiro et Vouga, inter Pelelio et Alister, inter Ave et Selio, inter Durio et Sausa, inter Ave et Durio, inter Durio et Mondego, inter Páuia et Bestontia, inter Tamiga et Sausa*, todos de séc. XI; *inter ambas Aves* (isto é, o *Ave* e o seu afluente *Avizela*, hoje *Vizela*), *inter rivum qui dicitur Cabruncas et Ranam* (Leiria), ambos do séc. XIII; *antre Doiro e Vizela*, séc. XIV; *entre Douro e Mondego*, séc. XV. Nem sempre se declarava o nome do rio: *Ontrambos Ribulos*, séc. XI[1]; *inter ambos Rios*, séc. XIII[2].

---

[1] Parece que significa o mesmo que hoje *Entre os Rios* (Minho), célebre estação de águas termais, situada onde o Tâmega entra no Douro. — Em textos antigos aparece muitas vezes *ontre*, no sentido do moderno « entre ».

[2] Estes exemplos colhi-os nos *Diplomata et Ch.*, nas *Inquisitiones*, e nas *Dissert. Chronologicas*.

Hoje há muitos lugares ou sítios de nomes análogos: *Entre Agoas, Entre as Agoas, Entre amba' las Agoas, Entre ambos os Rios, Entre os Rios, Entre Rios, Entre Ribeiros.* O que se fazia ou faz com rios, fazia e faz-se com montes, serras, campos, vinhas, e assim por diante.

Já a antiguidade conhecia esta maneira de definir localidades, e dela veio o costume para épocas modernas. Tôda a gente sabe que a região contida entre o Tigre e o Eufratres se chamava *Mesopotamia,* palavra que os Gregos nos legaram. É servindo-se da palavra μεσοποταμία que Estrabão descreve o território que depois se chamou Antre Tejo e Odiana, ou Entre Tejo e Guadiana [1]. Na Arcádia e na Thessalia havia Μεδύδριον, palavra que Grasberger compara, quanto à fórma, a *Mediolanum,* e quanto à significação a *Interamnia,* nome de cidades itálicas [2]. Na própria Lusitânia temos Ἰντεραμνησία, com o étnico *Interannenses;* na Galecia *Interamnium Flavium;* e noutros pontos da Península: Ἰντεράμνιον, *Interamnio,* e o étnico *Interamnicus,* nomes de clara significação, e que constam de vários textos [3]. Pelo seu lado Schuchardt explica no mesmo sentido o velho nome hispânico *Complutum, Urbiaca* e *Urbicua* [4], estes dois últimos comparáveis respectivamente ao vasconço *Orabiague*

---

[1] *Geographia,* III, I, 6. Cfr. *Religiões da Lusitania*, II, 16.

[2] *Studien zu den griechischen Ortsnamen,* Würzburg, 1888, p. 261.

[3] Cita-os Hübner, *Monum. linguae Ibericae*, p. 250.

[4] In *Zeitsch. f. rom. Philologie,* XXXII, 77-83. O citado autor traz à colação outros vocábulos: *insula*, que significa o ângulo interno formado entre dois rios que se unem, por ex. a *Insula* dos Allóbroges; *furca*, ou ramificação de um rio em dois braços, por ex. *Fourco, Fourques*, no Ródano. De *insula* tinha já tratado na *Zs.*, XXV, 352. Podia êle comparar-lhe os nomes ingleses formados com *ey,* que não só significa «ilha» em sentido moderno ou «península», mas «any piece of land wholly or partially surrounded by breeks or marshy country», em nomes como *Eye*, etc. (vid. Skeat, *ob. cit.,* p. 21 seg.).

« lugar de duas águas », o *Orbigo,* rio « formado de duas correntes ». O artigo de Schuchardt foi escrito a propósito de outro de Meyer Lübke, publicado nas *Romanische Forschungen* [1], onde êste, partindo do latim *Confluentes,* com que se relacionam na Alemanha *Koblenz,* em França *Conflans* e na Itália *Confienti,* e do céltico *Condate,* que deu *Condé* em francês, estuda várias formações românicas, como *Entraygues, Entre-Deux-Eaux, Introdacqua,* comparáveis às portuguesas acima indicadas [2].

5. Se na criação de um nome, conforme acabamos de ver, se atendeu à circunstância de um rio estabelecer um limite, ou por si só, ou em conjunção com outro, vai atender-se agora a ser êle ao mesmo tempo uma linha divisória, a que podem referir-se lugares, sítios ou terrenos, situados numa ou noutra margem.

Assim nos aparecem topónimos como estes, já de localidades ou sítios: *Alem Pinhão, Alem Tamega;* já de regiões: *Alem Douro* (em documentos medievais: *trans Durio, Tras Doiro,* séc. XI; *ultra Dorium,* séc. XII); *Alem Mondego, Allende Tejo* (séc. XIII) ou *Alentejo* (modernamente); ou com apelativo: *Alem do Regato, Alem do Rego, Alem do Ribeiro, Alem Rio.* Com preposição sinónima: *Tras da Ribeira, Tras do Rio,* lugares; *Trasmondego* (séc. XII), o mesmo provàvelmente que *Alem-Mondego,* mencionado supra; *Tresáncora* (séc. XV). Entende-se que quem criou estas denominações estava do lado oposto ao das respectivas localidades, isto é, com a corrente de água de permeio.

---

[1] Tomo XXVIII, p. 591-596 (= *Mélanges Chabaneau*).

[2] Acêrca dêste assunto vid. também: o mesmo Meyer-Lübke, *Einführung*, 3.ª ed., p. 268; Gröhler, *Ursprung der französischen Ortsnamen,* I, 139-140; Longnon, *Les noms de lieu de la France,* p. 58.

Há igualmente expressões criadas por gente do mesmo lado: *Aquem Tejo* (usada por Manoel Severim de Faria na sua *Geographia* manuscrita, fls. 34). Nos *Costumes de Castelo Melhor* (séc. XIII, p. 932), lê-se: « alende Tejo e aquende ». Nos *Dipl. et Ch.* (sec. XI), n.º 753: « omnia mea hereditate.. quinta.. integra.. sive *aaquende Doiro,* sive *aalende Doiro* ».

Os nomes pròpriamente geográficos nasceram de expressões circunstanciais ou locativas, como algumas das últimas o serão.

Num documento manuscrito de 1341 diz-se « perante Afonso Eanes, corregedor por nosso senhor el rey *antre Tejo e o Diana* e *alem do Diana* », com *do Diana* por *d'Odiana*. A primeira destas duas expressões é muito conhecida, e já acima a vimos. A segunda publica-se aqui pela primeira vez [1].

Só com *Alem,* empregado como advérbio, temos, pelo menos, o « hospicio do *Senhor d'Alem* » (assim chamado com referência a Douro). Nos dicionários geográficos há muitos exemplos de só *Alem,* mas seria preciso fazer investigações locais para saber se é *além* de um rio, ou de um monte, ou de outra qualquer coisa tida como sinal de intercepção e comparação.

Numa lápide romana de Astorga há uma inscrição, publicada por D. Marcelo Macias [2] e reproduzida pelo P. Fidel Fita [3], na qual se lê: *Q. Valerius Maternus Seurrus Transmini;* comparável a êste texto é o de uma lápide que obtive em Trás-os-Montes, e está hoje no Museu Etnológico (ainda inedita): *Tridiae Modesti f(iliae)*

---

[1] Foi o meu amigo Mario Saa quem me comunicou o respectivo documento (existente no arquivo municipal de Avis); e disse-me que mais vezes encontrou a expressão *alem d'Odiana*.

[2] *Epigrafía romana de Astorga*, Orense, 1903, p. 91.

[3] In *Boletín de la Acad. de la Hist.*, XLII, 214.

Seurrae . *TRANSM*· *ex c(enturia* vel *gente) Serante*. Tanto Macias como Fita interpretaram o *Transmini* da inscrição asturicense por *Transminii:* « de Transminio ». Eu creio que o *Transmini* dessa inscrição há-de interpretar-se por *Transminiensis,* do mesmo modo que interpreto a abreviatura TRANSM· da inscrição transmontana por *Transminiensi*. O que tudo tem referência à tribu dos *Seurros de Alem-Minho* [1].

Outros exemplos de indicação adjectível de terras no-los dá a literatura latina: *provincia Transpadana, Germania Transrhenana, regiones Transtigritanae, regio Transtiberina, Germani Cis-Rhenani*. Em tempos modernos no-los dá também a Itália: *Traffiume, Oltrefiume, Transtévere* (bairro de Roma na margem direita do Tibre ou *Tévere*); a França, *Outreau;* a Galiza, *Alendorrio, Tras-do-Rio;* a província de Santander, *Allen del Agua*.

6. Quem buscasse sinónimos de *riba* no onomástico, encontraria: *Ribeira, Ribeira de Armamar,* lugares; *Ribeira do Sado* (região) [2]; *Beira* (nome de uma província e de vários lugares), *Beira do Rio, Beira d'Agoa*. Paralela, de algum modo, à expressão composta *Riba de x* ou *Ribeira* (ou *Beira) de x,* é *Sobre Tamega*. Ao repente parece que *Sobre Tamega* significa a parte alta do curso do Tamega, mais próxima da origem (cf. *Cima do Douro*), mas na *Chorographia* de Baptista, II, 727, lê-se: « A freguesia do Sobre-Tamega.. está situada

---

[1] Incidentemente observarei que o **Serante** (nome étnico ou geográfico) da nossa inscrição está ainda hoje muito bem representado na toponímia galeco-asturiana: *Serantes*, 9 vezes, na prov. da Corunha, 2 na de Pontevedra, 1 na de Orense, 1 na de Lugo, 2 na de Oviedo (regulo-me pelo *Dicc. postal*). A epigrafia antiga e a geografia moderna dão aqui de modo admirável as mãos uma à outra.

[2] Disto escrevi na *Folha do Sado* (Alcácer), de 5 de Fevereiro de 1922.

no declive de uma collina, para o rio Tamega, que lhe corre pela parte oriental»; logo *Sobre-Tamega* quer dizer «sobranceiro ou sobranceira ao Tamega», «a cavaleiro do Tamega», o que se confirma com outros nomes de terras ou sítios: *Sobre a Fonte, Sobre Igreja, Sobre Rego*. Igualmente na Hespanha há: *Sobre-do-Rio* (Galiza), *Sobrefoz* (ibidem), *Sobre os muiños* (ibidem), *Sobrerivas* (ibidem), *Sobreriba* (Asturias). E já vimos nos §§ 4 e 5 vários exemplos de nomes geográficos compostos com preposições, a que pode juntar-se mais: *Ante Lagar, Ante Paço, Ante Porta,* com *ante,* e os com *so(b)* estudados na *Rev. Lusitana,* VIII, 67, 69, e XV, 349 (*Suatorre* = so a Torre). A proposição *sobre* em *Sobre-Tamega* não é inteiramente comparável a *sur* em *Châlons-sur-Marne,* de que se falou no § 1, pois esta tem sentido mais atenuado, de mera situação, embora, já se vê, o terreno em que jaz uma povoação ribeirinha fique sempre, mais ou menos, a cima da água. A mesma idea simples do francês estava já contida no versículo 1 do Salmo CXXXVI: *Super flumina Babylonis, illic sedimus et flevimus, cum recordaremur Sion,* que o P.e Ferreira d'Almeida, *A Biblia,* Londres 1819, traduziu por: «ali junto a os rios de Babylonia nos assentámos etc.», e Camões parafraseou elegantemente assim (versos muito conhecidos):

> *Sobolos rios* que vão
> Por Babylonia, me achei,
> Onde sentado chorei
> As lembranças de Sião,
>
> 1.a das *Redondilhas*.

7. Um rio segue não raramente por uma planura, ou por um vale: povoações vizinhas, ou sítios, chamam-se portanto *Campo do Mondego, Val do Corgo, Val do Rio, Chã do Rio, Chã de Paiva, Chão da Ribeira.*

Pois que um rio é atravessado por pontes e poldras, daí vêm nomes como: *Ponte, Pontão, Pontinha, Pontelha, Pontilhão, Ponte Arcada, Ponte Nova, Ponte Velha, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Poldra, Poldras, Poldrinha, Alem da Ponte, Ponte das Taboas, Ponte Pedrinha.* Em *Pedrinha* temos um adjectivo formado em romanço com o sufixo *-īnus,* por oposição ao do latim *petrĭnus,* que era átono. Há também lugares em que a palavra *Ponte* se junta a nomes de outros lugares: *Ponte do Burgo, Ponte da Ucanha.*

Mas o autor destas linhas desejou sobretudo referir-se a topónimos provindos de *riba,* de *rio* e de expressões fluviais: por conseguinte contentar-se há do que fica exposto, e passará agora a ocupar-se de *Riba d'Ave,* assunto principal da presente memória, o qual, não obstante, será tratado de modo muito breve.

*

* *

Segundo mostrou Alberto Sampaio, as frèguesias rurais de Entre-Douro-e-Minho nasceram ordinàriamente de *villas* da idade-média [1], isto é, de domínios ou propriedades extensas, que não raro se dividiam em *agras, quintans, vilares,* e outras sub-unidades. De facto, na vasta região interamnense tais frèguesias não têm, em regra, por capital uma povoação, como, por exemplo, na Estremadura (quási sempre); a capital é simplesmente a igreja, às vezes com o presbitério, ou duas ou três habitações ao pé; o resto da frèguesia dispersa-se, entre campos e arvoredos, em casais, ínfimos lugarejos, ou quintas.

Uma destas frèguesias, no concelho de Guimarães, é

[1] *As «villas» do Norte de Portugal,* p. 117.

Ronfe, e aí fica a aprazível quinta de **Riba d'Ave**, possuída, pela nobre pessoa a quem dedico o meu trabalho, e que a herdou de seu avô paterno Henrique Cardoso de Macedo. A quinta, altiva do airoso palacete que a senhoreia, está ouvindo, como poderia dizer Faria e Sousa,

o som divino
Que faz, correndo, o Ave crystallino [1],

pois se estende pela *riba* ou lado direito do rio, vestida continuamente de vegetação, e regalada de todos aqueles dons naturais que tornam farta e cobiçada a adega, o fruteiro, e a tulha do lavrador ou do fidalgo minhoto.

O nome de *Riba d'Ave* entra na categoria estudada no § 2.º Êle se aplica mais vezes, não só a outras quintas do concelho de Guimarães, nas frèguesias de Brito e Silvares, mas a lugares e frèguesias doutros concelhos: lugar de Refoios de *Riba d'Ave,* séde da igreja e frèguesia de S. Cristóvão, no concelho de S. Tirso [2]; frèguesias de S. Pedro de *Riba d'Ave,* ou simplesmente *Riba d'Ave,* e S. Fins de *Riba d'Ave* (antiga: hoje pertence à de S. Pedro do Bairro, e chama-se *S. Fins do Bairro*), no concelho de Famalicão, onde Pinho Leal põe também a de Santo Estevam de *Riba de Ave,* dando-a como encorporada na mesma frèguesia de S. Pedro [3].

A Santo Estevam de Riba d'Ave, ou *Sanctus Stephanus de Ripa Ave,* se referem as Inquirições de 1220 [4]. Num

---

[1] *Fuente de Aganipe,* pt. IV, égloga 4.ª: versos já aproveitados por Bautista de Castro, *Mappa de Portugal,* 2.ª ed., t. I, p. 109, na descrição do rio Ave.

[2] No tempo do P.e Carvalho da Costa, séc. XVII-XVIII, *Refoios de Riba d'Ave* intitulara um concelho: vid. *Corografia Portuguesa* t. I, trat. VI, cap. 6.º, a p. 325 da 2.ª edição, de que me sirvo.

[3] *Portugal antigo e moderno,* III, 71, e VIII, 169.

[4] *P. M. H.*, p. 15.

pergaminho da colegiada de Guimarães, de 1326, fala-se do casal de Curveiras, sito em *Riba d'Ave*[1]. O *Nobiliario* chamado do Conde D. Pedro, mencionando a fundação do mosteiro de S. Nicolau, acrescenta: «em a villa de Moreyra de *Riba d'Ave,* que hoje chamão S. Tirso de *Riba d'Ave*»[2].

De tudo isto se conclue que **Riba d'Ave**, por causa do conjunto de localidades a que se aplica, nos dá a conhecer, pròpriamente falando, uma região. Aí ficam outras povoações, além das indicadas: Negrelos, S. Miguel das Aves, etc. O nome de S. Miguel das Aves é muito curioso: de facto *Aves* representa, não *ave,* mas *Ave,* nome do rio, e o seu deminutivo *Av-izela,* nome dum afluente, isto é, *duas Aves,* tendo o nome do rio recebido o género feminino, como outros muitos na lingua popular (*Coa, Tua,* etc.: estes em virtude da terminação; *Ave* talvez por confusão com *ave*). Cfr. o que acima se disse de *inter ambas Aves*[3].

Parece ficarem acima relacionados os principais casos gerais em que de *rio, riba,* ou de um nome próprio de corrente fluvial, vieram nomes de localidades, e regiões. **Riba d'Ave** foi apenas um pretexto para fazer a relação.

J Leite de Vasconcellos.

[1] Publicação do Abade Oliveira Guimarães, n.º 82.

[2] *P. M. H.*, p. 181. Cfr. p. 271.

[3] No concelho de Leiria há um lugar de Riba d'Ave, na frèguesia do Souto da Carpalhosa, mas aqui *Aves* nada tem evidentemente com o rio *Ave,* é o plural do substantivo comum *ave* São acasos da fonética.

EVOLUÇÃO DA LINGUA PORTUGUÊSA

(Continuado de pág. 972, vol. xv)

Fragmentos da mais antiga versão conhecida

[Capitulo lxxxvi]. *Da porta do moesteyro*

Á porta do moesteyro seia posto ancião sabẽte, que sabha receber respõso e rẽder, a maduridõe do qual o nõ leixe uagar, o qual porteyro deue auer cela aprés da porta, que os uĩjtes senpre achẽ presente de quẽ respõso recebã. E agĩa, como algũu puxar ou pobre chamar, *a Deus graças* respõda[1] ou beẽga e ẽ[2] toda mãssidõe do temor de Deus respõso rẽda[3] festĩosamẽte cũ feruor de caridade, o qual porteyro, se á mester cõpan[h]eyro, frade iunior receba[4]. Mais o[5] moesteyro, se pode seer feito, assi deue seer cõstruido que todalas cousas necessarias, assi é, a agua, o moĩo, 'orto, o fforno ou as outras artes desuairadas dentro no moesteyro seiã usadas, que nõ seia necessidade ous mõges de uagar fora, ca de todo ĩ todo nõ conuẽ aas almas deles. Mais aquesta regra queremos per muitas vezes seer leuda[6] na cõgregaçõ, que nẽhũu dos ffrades s'escuse de nõ saber.

---

[1] Ord. dir.: responda: *Graças a Deus,* isto é, *Deo gratias.*

[2] Seria preferivel *com* (cf. A. B).

[3] Na ordem directa *renda responso.*

[4] Idem: *receba frade junior.*

[5] O texto tem *no.*

[6] Cf. cap. anterior, nota 1.

[Capitulo lxxvii]. *Dos ffrades ĩuiados na carreyra*

Inuiados[1] os ffrades na carreyra comẽden-sse primeyramẽto a oraçõ de todolos frades ou do abade e sonpre á oraçõ prestumeira da obra de Deus [seía] feyta cõmemoraçõ de todos os que y nõ son. Mais os ffrades retornãtes da carreyra, esse dia que se tornã, per todalas oras canonicas, demẽtr'é cõprida[2] a obra de Deus, estrados solamente[3] de[4] todos peçã oraçõ espões os pecados, nẽ pela uentura soentrasse na carreyra uiso ou ouuido de maa cousa ou d'ocioso sermõ. Nẽ ouse nẽhũu a outro recõtar que quer que ffora do moesteyro uir ou ouuir, ca grã destruymẽto é, que se o ffezer, á uĩdicta regrar soiasca. Semelhauilmẽte[5] e aquel que ousar da clastra sair ou a algũu [logo] ir ou algũa cousa, pero pequena, sẽ ĩcomẽdamẽto do abade fazer[6].

[Capitulo lxxxviii]. *Se ou ffrade algũas cousas [son] ĩcomẽdadas nõ possiuis*[7]

Se [a] algũu frade pela uẽtura graues ou cousas nõ possiuis[7] son ĩcomẽdadas[8], a certas receba o ẽcomẽda-

---

[1] A verdadeira tradução seria: *Os ffrades que houverem de ser enviados* ou, pela activa, *que houverem de enviar*, como dizem AB.

[2] Preferivel seria: *se compre* ou antes *se acaba* AB.

[3] Lapso do tradutor em vez de *no solo* ou *chãao do oratorio* AB.

[4] Versão errada do *ab* latino em vez de *a*, que se lê em AB.

[5] Como sempre, o tradutor cingiu-se rigorosamente ao original; preferivel seria: *E semelhauilmente*, acrescentando-se a seguir: *se proceda com aquel* etc. ou então: *E esso meesmo façam aaquel* etc., como vertem AB.

[6] Na ordem directa seria: *ousar sair da clastra ou ir a algũ [logo] ou fazer algũa cousa* etc.

[7] No texto *posoiuis e possuivis*.

[8] Pela ordem directa: *Se pela ventura cousas graves ou nõ ... son incomendadas* [a] *algũu* etc.

mẽto do ĩcomẽdãte cũ toda mãssidõe e obedeẽça, que se [de] todo ĩ todo uir̃ o͂ pesume do ĩcarrego sobrepogar a mesura das ssas forças, paciĩtemẽte e conuenhauil demostre ass ssas razões de nõ poder a el[1] aquel que a ssi dauã seer[2], nõ soberuhãdo ou deffalecẽdo ou cõtradizẽdo. Que se, depois a ssa demõstraçõ, ĩ na sua sentẽça do priol o ẽcomẽdamẽto perdurar[3], sabha o iunior assi se conuijr[4] e, da[5] caridade, do aiudoyro de Deus cõfiãte[6], obedesca.

[CAPITULO LXXXIX]. *Que no moesteyro non ouse hũu outro defẽder*

Cauidadoyro é nẽ per qualquer cagõ ouse hũu outro deffender o monge[7] no moesteyro ou assi come ĩparar[8], aĩda se por algũa maneyra seiã aiũtados ĩ parẽtesco de lĩage[9]. Nẽ per nẽhũa maneyra esto seja feyto dos mõges[10] ca ĩde [mui] graves escandalos da cagõ pode nacer[11], que

---

1 Está a mais êste pronome, que traduz o latim *ei* (*qui*).

2 Em vez de *é*, em harmonia com o *praeest* do latim, o tradutor usou aqui o infinitivo, a não ser que omitisse escrever *u* entre os *ee*, i. é, *sever*.

3 A ordem directa seria : *o encomendamento do priol perdurar en na sua sentença.*

4 Entenda-se : assim convir a si (oração inf. por conjuncional).

5 Em AB. *de;* melhor seria *com,* como se lê no Cod. $\frac{44}{328}$; este complemento pertence para *obedesca.*

6 Ordem directa: *confiante do* (= no) *ajudoiro* etc.

7 Idem : *hũu (monge) deffender outro monge ;* está a mais o artigo que precede êste substantivo.

8 Este infinitivo junta-se a *deffender,* completando ambos o sentido de *ouse.*

9 A verdadeira tradução seria: *ainda se sejam ajuntados per qual quer lĩage em* (*de* em AB) *parentesco.*

10 Complemento de agente da passiva.

11 Corrija-se em [*mui*] *grave cagon d'escandalos pode nacer.*

se algũu estas cousas for traspassado, fortemẽte seia castigado [1].

[CAPITULO XC]. *Que nõ ouse hũu outro ferir* [2]

Sega uedado no moesteyro todo o cagon de presonçõ, porem ordĩamos e estabelecemos que nõ conuẽ a nẽhũu [nẽhũu] de seus frades escomũgar ou ferir [3], se nõ a quẽ for dado o poderio do abade [4]. Mays os pecãtes dãte todos seiã castiguados, que todolos outros agã medo. Mais o[u]s ĩffãntes ata o quinto decimo ano d'idade a guarda seia de disciplĩa e a guarda de todos aiũtadá [5], mais esto cũ mesura e cũ razõ, mays ena [mais] forte idade aquel que o [6] fezer de todo ĩ todo sẽ ĩcomẽdamẽto do abade ou ĩ esses ĩfantes sẽ descreçõ for ousado a fazer [7] á desciplĩa regral soiasca, ca escrito he: O que a ti nõ querias seer fleyto a outro nõ o ffarás.

[CAPITULO XCI]. *Que os frades [a ssi] hũus outros* [8] *seiã obedĩites* [2]

[O] ben d'obedẽẽça nõ solamẽte ou abade é auer mais [9]

---

[1] Ordem directa : *que se algũu for traspassado* (aliás *traspassar* cf. AB) *estas cousas seja castigado fortemente.*

[2] No Códice êste título encontra-se a seguir ao respectivo capitulo.

[3] Em ordem directa :... *a nẽhũu escomungar ou ferir* [*nẽhũu*] *de* etc.

[4] Cf. nota 10 da pág. anterior.

[5] A verdadeira tradução seria : *seja* (= haja) *de* (= da parte de) *todos* [*diligencia*] *de disciplina e guarda,* i é, que todos os castiguem e vigiem: cf. AB.

[6] Entenda-se *castigar.*

[7] Aliás : *pôr mãos,* como dizem AB; o latim diz *exarserit,* que poderia traduzir-se por *enfurecer-se.*

[8] Em AB *hũus a* (= *aos*) *outros.*

[9] Em ordem directa : *O ben de* (aliás *da* AB) *obedeença é aver* (isto é, deve-se obedecer) *non solamente ou abade, mais ainda os ffrades obedeescam a ssi hũus outros* etc.

aĩnda a ssi hũus outros [1] obedeescã os ffrades, sabẽtes per aquesta carreyra da obedeẽça ssi idoiros [2] a Deus. Ergo, inuiado o ĩcomẽdamẽto do abade ou dos priores, que del [3] son estabeleçudos, ou qual [4] nõ outorgamos priuados ĩcomẽdamẽtos davã põer, desi adeãte todos os iuniores [a] seus priores cũ toda caridade e aguça obedeescã, que sse algũu desprezidor for achado [5], seia castigado. Mays, se algũu ffrade por qualquer pequenina cousa de seu abade ou de qualquer seu priol é castigado [6] per qualquer maneyra, ou se leuemẽte sentir o coraçõ do priol ou de qualquer [7] cõtra ssi irado ou comu[u]udo, pero pouquetĩo, agĩã ssẽ detardãça tã perlõguadamẽte, estrado ĩ terra ante os pees del, iasca satisffazẽte ata demẽtres [8] per beeiçõ seia saado aquel [9] mouimẽto. Mais, se algũu o [10] desprezar e ffezer, á uẽdita corporal ssoiasca ou, se aĩda for mao, do moesteyro seia deitado.

[Capitulo xcii]. [*Do zeo bõo que deuem auer os monges*]

Assi como é o zeo mao da [11] amargura, que departe de Deus e duz ao ĩferno, assi [é] o boo zeo, que departe

---

[1] Cf. nota 8 da pág. anterior.

[2] Ou, como dizem AB, *que elles iram.*

[3] Complemento de agente da passiva.

[4] *ou qual,* cujo antecedente é *incomendamento,* serve de complemento indirecto a *davan põer* (i. é, preferir), sendo o directo *privados incomendamentos.*

[5] Ordem directa: *sse algũu for achado desprezidor.*

[6] Junte-se *de seu abade ou de* etc. a *é castigado,* de que é o agente da passiva.

[7] Aliás: *coraçom de qualquer seu priol,* cf. AB.

[8] *tam perlongadamente... ata dementres,* i. é, tanto tempo até que.

[9] No texto *daquel.*

[10] Seria preferivel *esto,* como tem A. A ordem directa seria: ... *algũu desprezar fazer-lo.* Note-se que o texto tem a mais a conjunção *e* entre os dois infinitivos.

[11] Tanto aqui como logo a seguir AB. omitem o artigo antes de *zeo* e em vez de *da (amargura)* empregam *de.*

dos uiços e duz a Deus e á uida perdurauil. Ergo aqueste zeo per [1] mui forte amor usẽ os mõges, assi é, que per onrra [hũus outros] [2] se preuenhã, as sas ĩfirmidades, assi dos corpos come dos custumes, paciĩ[t]emẽte soffrã, obedeẽça a ssi hũus outros [2] se dẽ, nẽ hũu o que a ssi proffeytar segua, mais o que mais ous outros [3], caridade de germaidade per [1] casto amor se dẽ, Deus temã, seu abade per [1] lĩpha e homildosa caridade amẽ, a Christo de todo ĩ todo nenhũa cousa preponhã, que [4] nos iá ensenbra á uida perdurauil aduga. Amen.

[CAPITULO XCIII]. *Daquel esguardamẽto que nõ de toda iustiça ĩ aquesta regra seia estabeleçuda* [5]

Aquesta regra escreuemos, que, os esguardãtes ela nos moesteyros, de todo in todo ou a onestidade dos custumes ou o cõpeço da cõuersaçõ nós demostremos auer [6], Todolos outros [7] [pera] aquel que festĩa á perffeyçõ da cõuersaçõ son doctrinas dos santos padres, das quaes o esguardamẽto duz o homẽ á alteza da perffeiçõ. A certas as [8] quaes cartas ou os [8] quaes sermões da santa auctoridade do uedro ou nouo testamẽto non [son] [9] senõ muy

[1] Seria preferivel a prep. *com* de AB.

[2] Cf. na pág. anterior nota 1.

[3] Em ordem directa *nẽ hũ segua o que proffeytar a ssi, mais o que mais* (scil. *proffeytar*) *ous outros.*

[4] O antecedente dêste pronome é *Christo.*

[5] Aliás: *De que nẽ todo esguardamento da justiça en aquesta regra é estabeleçudo.*

[6] A ordem directa seria: *que* (= para que) *nós os* (*nós* A B) *esguardantes ela* (= guardando-a AB) *nos moesteyros de todo en todo demostremos aver ou a onestidade* etc.

[7] O tradutor, tomando por pronome o *ceterum* do original, verteu-o assim, quando o devia fazer por *mais,* visto ser conjunção adversativa : cf. aliás AB.

[8] Estão a mais estes artigos, visto ser interrogativo o pronome *quaes.*

[9] No texto *é* em harmonia com o original, mas este em vez do plural usa o singular (*pagina* e *sermo*).

dereyta carreyra [1] da uida humanal? ou os [2] quaes liuros dos padres santos catholicos aquesto nõ demõstram se nõ [que] [3] per dereyto andamho uenhamos ou nosso creador? Nẽ as colações dos padres, estabeleçudas deles [4], e a[s] uida[s] deles e a regra do nosso padre santo Basilio, que nõ sum outra cousa senõ [5] eixẽplos de mõges, bẽ uiuẽtes e obediĩtes, e estrumẽtos de uertudes? Mays a nós, desegosos e mal uiuẽtes e negligẽtes, uergonha e cõfugõ é. Quẽ quer ergo que aquesta regra muy peqnenina d'aiũtamẽto escrita á terra celestial festĩa[s], aiudãte Christo, acaba [6], e estõce apocima aas maiores altezas, as quaes de suso dissemos, da doctrina e das uertudes, Deus aiudãte, peruerrás [7].

No verso da folha final lê-se:

Este livro he do mosteiro de sam Paulo, d'apar de Cojmbra ninguẽ lho nõ tome so pena d'escomunhom que ponho em seu nome.

Outra mão corrigiu em seguida a Coimbra: quem quer que lho furtar fara bem retornar-lhe so pena d'escomunham que ponho ẽ suas pessoa.

---

[1] Preferivel seria *regra* (AB), que traduzia melhor o *norma* do latim.

[2] Cf. nota 8 da pág. anterior.

[3] Esta oração explica o pronome *aquesto*, que vem atrás.

[4] O tradutor, na suposição de que o lat. *instituta* era um particípio, traduziu-o erradamente por *estabeleçudas*, como se se referisse a *colações*, e acrescentou-lhe *deles*, quando é um substantivo, correspondente ao português *estatutos*, cf. aliás AB.

[5] Corrija-se em: *que outra cousa sum senon*.

[6] A ordem directa seria: *quem quer ergo que festĩas á terra celesial, ajudante Christo, acaba aquesta regra mui pequenina escrita d'ajuntamento;* note-se porém, que a última palavra traduz erradamente o *inchoationis* do original; explanando dizem AB. *a qual non he ainda se nom começo.*

[7] Idem: *peruerrás aas maiores* etc.

GLOSSÁRIO

I

Vocábulos que ou divergem de forma, por haverem evolucionado no tempo que medeia entre as tres redacções ou tendo-se tornado obsoletos, foram na mais moderna substituídos por outros, ou ainda continuam a subsistir em todas, embora já hoje desusados.

C designa a versão mais antiga, B a mais moderna, A a intermédia; os números indicam os capítulos.

A

Formas	Capítulos
aa, aas A B á, ás B	3, 6, 10, 11, 13, 26, 56, 61, 68, 86 etc.
aaquel, aaqueles A aaquelle, áquelle, aaquelles, áquelles B	Prólogo, 6, 8, 10, 11, 17, 25 etc.
aaquella A B	61, etc.
aaquello A aaquillo, aquillo B	9, 14 etc.
aazo A azo B	56, 89 etc.
abastante A B bastante [1]	4
acabar A B satisfazer	10
acceptavil A aceitavel B	11
acerca A junto B	86.
achegamento A B ligação	89
achegar A chegar A B	44, 61 89
acima A assima B	61 71
aconselhar A aconcelhar B	18
acorrer A B aocorrer	10
sçoutar A asoutar B	63
adeante A adiante B	47
adouçom A adoação (*sic*) B adopção	5
adoutivo A B adoptivo	5
aduzer C A guiar B	2, 11, 93
affaago A affago B	8
afficadamente A aficadamente B com afinco	Prólogo
affiindo, a A ffindo, a B acabado, a B	27, 35

[1] Quando se não indica qual das versões, entenda-se que a forma dada é a que hoje corresponde à antiga.

Termos	Páginas
afora A fora B tirando B	68, 71, 75
agre A B áspero	48
agora (cavidamos) C A B aliás: igualmente	14
aguardar C A B guardar [1] ficar A B reservar A B	10, 55, 57 etc.
aguça C A cuidado A B presteza (*sic*) B	39, 73, 91
aguçoso, a C A agussozo, a B agusozo, a B diligente A B	8, 9, 14, 65, 78.
aguisar A apercever B aperceber ou preparar	8
ainda C A B até, mesmo	82
ajudoiro C A B ajutorio B ajuda, ajudante	34, 73 88, 93
ajuntadamente A juntamente B	61, 69
alançar A lançar A B	Prólogo 14, 39, 45, 90 etc.
alevantar A levantar B	29
alguum C A B algum B algũa C A B algũus C A B alguns B	14, 36, 57, 85, 87, etc.
alheo, a, alheos, alheas A B	8, 11, 64
almadraque A colchã (no texto cholchã) B	75
alvidrio C B alvidro C A B arbitrio	9, 11, 21, 42, 43, 57, 58, 85
ameestrar A amostrar (*sic*) B ensinar	9
amerger A confundir (*sic*) B mergulhar, deitar abaixo	14, 49
ameude C A B amehude A amiude B	40, 84
aministraçom A administração B	85
amoestamento A B admoestação	2
amoestar A B admoestar B	1, 7, 18, 36, etc.
amorio A amor B	10
anacorita C A B anacoreta	4
ante A B antes A B	18, 55, 61, 68, 73
antifãa C antiphãa A antiphona, antifona B	27, 29, 30, 31, 32, 35
antre A B entre	6, 26, 27, 36, 58
antredizer A B proibir	12
apasso, appasso A passo B de vagar	24, 61.
Apocalipsi C A B Apocalipse	30

[1] Nos cap. 78 e 80 de A, B parece estar *aguardar* (prometer) por *a guardar;* o mesmo em A 57.

Formas	Capítulos
apoer A apoor, poor B apor	2, [1] 3, 4
appronto A pronto B	23
aprazivil A aprazivel B	11
apremar A B oprimir, apertar	68
aprestes A prestes B	10, 23, 40
aprofeitar A aproffeitar[2] C aproveitar B	84
aprouguer A aprouver B	92
aquel A aquelle B	6, 11, 13, 29, 42, etc.
aquelo, aquello C A aquilo, aquillo B	4, 9, 12, 14, 37, 46 etc.
aqueste C A este B aquelle B aqesta C A B esta B aquesto C A isto B	2, 11, 17, 34, 36, 40, 51, 53, 62, 65, 66, 78, 79, 80, 83, 85, 89, 90 etc.
arça C A B arda	40
argulho A B ergulho C orgulho	10, 82, 85
arrar B errar	63
arrevatar A arrebatar B	1
arteirice A B manha, astucia	45
asconder C A esconder B	5, 64
ascondidamente A escondidamente B	18, 45
ascuitar A escuitar B	Prólogo
asínha A B azinha B depressa	11, 13, 25, 27, etc.
asseentamento A assento B	53
asseentar-se A assentar-se B ou asentar-se B[3]	53, 60, 61, 83
assessegado, a A asosseguado, a B	86
assi C, A B assim	6, 9, 14, 31 etc.
assiinar A asinar B C	10, 60, 61, 68, 73
assoluto, a A absoluto, a B absolvido	5
ataa A até a, B ou só atee ou ate B	16, 22, 26, 33, 40, etc.
atal C, A tal B	81
atanger C, A tanger B percalçar A alcançar B	13, 65
atees A atee A B ou ate B	62, 66, 68
attender A atender B C olhar B	10, 80, 82, 84

[1] Neste capítulo tem o sentido de *atribuir*.

[2] Tambem se poderá entender *a proffeitar*.

[3] No cap. 6 *asseentem-se* A *asentence*, B.

auto A B aucto B acto	5, 10, 14, 62
auto A B apto	10, 78
avantejado A B preferido	6
aveesse A socedesse A	87
aver C, A, B haver A	passim
avessar A avexar B quebrar	64
avondar A vondar B bastar	58
avondosamente A B bastantemente	73
avorrecer A aborrecer B	6, 10, 84
avorrecimento A aborrecimento B	20
avorrecivil A pl. aborreciviis aborrecivel B pl. aborreciveis	14
az A B pugna	4

B

bandoria A, B bando ou partido em guerra	85
batalhar A trabalhar (*sic*) B	4
bẽeçom A ou beençom A bençam ou benção B	27, 35, 73, 80, 91
bẽes A bẽs ou bens B	78, 84
Beento A Bento B	Prologo
bẽezer beenzer C A benzer B bendizer A B deitar benções A B	10, 58, 62, 86
bever A beber A B	53, 56, 57, 58, etc.
boo A boa A bõo B bõoa B	4, 6, 8, 49, 81
braadador A bradador B	24
braadar A bradar B	1, 86
braado A brado B	72
bragueiro A calsòis B	75
britar A B quebrar	60, 61

C

ca [1] A B porque B	1, 6. 11, 12, 14 etc.
cabo : *com de* — A B veja-se *condecabo*	00
caentura C A quentura B calor	28, 29, 58, 59
cajom A ocasiam ou ocasião B	56, 61, 68, 74 etc.

[1] No cap. 14 *e que*, em B, no 90 *ca* em A e B.

Formas	Referências
calças A calsas (*sic*) B	75
no lat. *caligas*, i. é sandalias	
camanha A B tamanha	48
candea A B candeia	59
cantica, C A B cantico	29, 33
careza A B dificuldade, custo	78
carreira, C, A, B caminho A B	25, 87, 91, 93 etc.
causa A cousa C B	87
cavidar C, A, B acautelar, evitar	8, 13, 14, 29, 81, 89, 90
cea A ceea B ceia	60
ceem A B conj. de *cear*	59
cenobitãao A B pl. cenobitaãos cenobita	4
(regno dos) ceeos A (regno de) deos B	93
chãamente A chãmente B	35
choro A coro A B	61, 62
christaaom A B cristão	57
cinco A cinquo B	60, 78
cinta C A cinto B	40
cinto, a C, A cingido, a B	40
claustra A B claustro	10, 87
cobiiça A cobiça B	4, 77, 84
cobiiçar A cobiçar B	1, 84
coitoso A B triste, carrancudo	84
colleita A B colecta (oração)	87
collo A pescosso B	49, 78
color A coor B côr	75
come C A como C B	5, 6, 10, 31, 32, etc.
começar A comesar B	25, 26
cometer A acometer (*sic*) B	10
cometida A comitida B	83, 85
cõmemoraçom C A comemoração B	87
complidamente A cumpridamente B perfeitamente	49
complir C, A comprir ou cumprir B	5, 10, 11, 14 etc.
componçom C compunçom A compunção B	38
compreissom A compreição B compleição	68
comprir A B veja-se *complir*	3
compla (conj.) A cumpra (conj.) B	11, 49, 60
comple (imper.) A cumpre (imper.) B	Prólogo 84, 85

completa A B uma das horas do ofício divino	24, 25
complido, a A comprido, a B acabado, com- pleto, inteiro	10, 14, 34, 36, 68, 78, 91
cõmuum A ou comuhũ, comũha comuũa A cõmũm A cõmũa B	21, 51, 61
condecabò A B outra vez	29, 66, 73, 77 etc.
condennar A condenar B	78
condoito A conduto B	57
confessar A confeçar B	10, 18, 34
confissom A confição B	18
confuso, a A confuzo, a B	20
consciencia A conciencia B	17
conhesce A conhece B	14
conselhar A aconcelhar B	2
consenta A B consinta B	9, 58, 84
consiiraçom A consiraçam B consiração B consideração	26, 52, 55, 73, 75
consiirar C A consirar B considerar B	8, 9, 37, 54, etc.
contego A contiguo B	19
contento, a A contente B	19, 81
conto A B conta B	5, 49, 84, 85
contradizedor A contradizidor B contraditor	10
contrairo, a C A B contrário, a	6, 9, 10, 17, 41. 57 etc.
conversaçom C A converçação B modo de vida	4, 39, 40, 93
convertimento A B conversão, mudança	78
convinhavil A pl. çonvinhaviis convinhavel B pl. convinhaveis conveniente, próprio	10, 42, 49, 65, 73, 88
convinhavilmente A covinhavelmente B convenientemente	88
convir C A B ser licito ou permitido	78, 90
cor (de) A coor (de) B	27
coonego A conego B	73
cordamente A B judiciosamente	37
corcesma A quaresma B	68, 69
correeiçom A correiçom A correição B correcção	7, 46, 51, 68, 84, 85
correger A B corrigir	8, 41, 46, 48 etc.
corregimento A B correcção, emenda	2, 3

Formas	Capítulos
corrumper A corromper B	81
creador A criador C B	23, 34
creer, C, A crer B	5, 20, 37, 57 etc.
criar C A B	84
crualdade A crueldade B	45
cruevil A cruel B	6
cubiiça C A veja-se *cobiiça*	10, 14.
cubiiçar C veja-se *cobiiçar*	10, 84
cuidaçom C A cuidação B pensamento (mau)	2, 4. 10, 14, 85 etc.
çujamente A sujamente B	50
çujidade A sujidade B	2, 14, 22
çujo, a A sujo, a B	46
cura A B cuidado	5, 39, 49, 54 etc.
custume A B costume	8, 25, 93
cutello A faca B	40, 75
criamento A A admoestação (?)	64 [1]

D

Formas	Capítulos
da, de (ind. e conj. de *dar*) A daa, dee » » » B dá, dê	3, 49, etc.
dayãao A B pl. daiãaes decano	39
deante A diante B	78
decania A B grupo de dez frades	39
decimo, a A descimo, a B	90
defender A B proibir	49, 84
degastador A deguastador B guastador B pródigo	49
deitar-se A lançar-se B	66
dela C A des a A B delas C des as A B	26, 28, 33, 67, 68
deleitamento A deleito A delleite B ou deleite B	Prologo, 4, 10, 11
deleixado A B desleixado	49
demonstrar C, A B mostrar	1, 2, 5, 6, 13, 36 etc.
departimento C A B repartimento A B divisão, distinção, dissensão	6, 36, 85
departir C A B estremar A B ir C distiguir dividir	6, 17, 35, 46, 81, 83, 84

[1] No cap. 61 incentivo, corresponde ao latim *fomitem*, enquanto no 46 traduz *fomenta*.

Formas	Capítulos
depois A B despois B	25
depos A B	29, 30, 35
dereitamente A direitamente B	14, 35, 83
dereito, a C, A direito, a B	9, 14, 93
des A B desd[e] B	26, 28, 40, 59, 65, 78
descender A desender B descer	13
descendimento A desendimento B descida	13
descriçom A descrição B descripção B ou descripçam	49, 84
desejo A dessejo B	1
desexerdar A deserdar B	Prólogo
desfalicimento A desfalecimento A B falta	5, 31, 87
desoccupar A desacupar B	11
desprezamento A B desprezo	9
desprezarom A desprezarão B desprezaram	5
desprouguer A desaprouver B	36
desramado A derramado B excessivo	10
destra A B direita	12
desvairadamente A B variadamente	58
desvairado, a C A B vario, diverso, a	4, 68, 73, 86
desvesta A desvista B dispa	78
desy ou desi C A B depois A B dahy B des hy	10, 27, 31. 35, 47, 83.
des hy adeante A ou des y adeante A ou desy adeante A desy adiante B desy en diante B des hy en diante B dahy adiante B dahy por diante	61, 77, 91
detardança C A tardança C B	11, 40, 59, 91 etc.
deteer A deter B	61
determinhar A determinar B	84
detiimento A detimento B demora	60
detraidor A traidor (*sic*) B detractor	10
detraimento C A B murmuração	85
Deus A Deos B	1, 2, 3, 4, 5 etc,
Deuterenomii A B Deuterenomio C	31
devoçom A devação B	36, 38, 73
diaboo A diabo B demonio B	2, 4, 61, 73, 74
diadeante A dabi a diante B	60

Formas	Capítulos
digestom A ou disistom degistão B	26
diligente deligente	65, 78
disciplina A desciplina B deciplina B desiplina B disiplina B	74, 80, 82, 83, 90
discipulo A, B ou discipolo A, B discipollo B descipolo B	5, 6, 7, 10, 11, 84
discreçom A descrição B ou descripçam B	5, 66, 90
discretamente A descreptamente B	84
discreto A descreto B discrepto B	5, 40 84
discriçom A descripçam B ou descripção	1, 3, 84
disposiçom A desposição B disposição	53
dissemos A B disçemos B	29
dissimular A dessimular B	8
diviindade A divindade B	14
divino A devino B	61
dolce A doce B	1, 11, 46
dolcemente A docemente B	24
domaa A somana A B semana	36, 56, 59
domaairo A domairo A B	53, 56
dõoes A B dons, presentes	74
dorma A durma B	26, 40, 78
dormir A B durmir B	40
dous A, B dois	31 etc.
du (= do) huum A de hum B	57
dulcidom A docidão B doçura	3
durar A B perdurar C persistir	88

E

Formas	Capítulos
edificar A edeficar B	2, 56, 60, 65, 73
egreja A igreja A B	1, 42, 62 63 etc.
el A elle B	Prologo, 2, 3, 5, 6, 8 etc.
eleger A enleger A B	4, 84, 85
eligido, a A elegido, a B	49
ello A ysso B elle (sic) B	9, 10, 46, 53, 58, 75
emenda A emmenda A B	2, 3, 61
emendaçom A enmendaçom C emmendação B emenda	8, 47, 64

Formas	Pág.
emendar A emmendar B	8, 10, 14, 39 etc.
emparamento [1] A B amparo	89
emina A, B $0^{1},27$ litros)	58
empeçar A encontrar B dar em	2
empeecivil A ou empecivil A pl. empeecivis empecivel B ou empesivel B pl. empesiveis que se não deve fazer	6, 10, 57
empero A B enpero C porem B	9, 29, 38, 60 etc.
enaquella A en aquella B naquela	53
encalçar A alcançar B	1
ençarrado A B afastado, solitario	4
ençarramento A B encerramento	10
ençarrar A B encerrar	79
encarrego A B encargo	39, 84, 88 etc.
enchemento A enchimento B	57
encitamento A incitamento B	2
enclinado, a A inclinado, a B	14
encomendamento C A B preceito, mandado	3, 10, 88, 91
encõmendar A encomendar A B	62, 67, 69, 73 82, 87
ençujentar A ensujentar B	46
endurentar A B endurecer	1
enduzer A B ou enduzir [2] A B induzir	45
enfirmidade A enfermidade B	52
(som) enganados A arrão B enganam-se, erram	63
enganamento A enguano B engano	73
enjuria A B injuria A B	17, 78
enleger A B eleger	84
enligido, a A enlegido, a B eleito	39
enmendar C A emmendar B emendar A	8, 10
engratidom A engratidão B ingratidão	54
enleiçom A enleição B eleição	82

[1] Talvez se deva corrigir em *em* (prep.) *paramento*.

[2] Nos textos *enduzam-no* A *enduzão-no* B.

Formas	Referências
enlouvaminhar A B adular	85
enhader A acrecentar B ajuntar B	46, 57
enhadimento A apelido (*sic*) B acrescentamento	83
enno ou en no A enna ou en na A ennos ou en nos A ennas ou en nas A en ou em o B em a B en ou em os B em as ou nas B	4, 8, 10, 12, 14, 17, 29, 31, 34, 37, 57, 59, 68, 73, 84, 85, 89, 90
enqueriçom A inquirição B	8
ensembra A juntos B	61
ensinança A B encinança B ensino	5, 39, 76, 80 etc.
ensobervecer A ensoberbecer B	2, 13, 52, 85 etc.
entẽeçom A ou entençom entenção B intenção questão, disputa	9, 10 72
enteiramente A inteiramente B	36, 68
entejar C A B entege (conj.) A B engeitar B aborrecer, odiar	6, 10, 84
entendiste A entendisti C entendeste B	14

Formas	Referências
entermeter A antremeter B entremeter	49
entramento A B entrada	3
entrevallo A entrevalo B intervalo	26, 60
enveja A B inveja	10, 85
envejoso A B invejoso	75
envergonçado, a A envergonhado, a B	20
envolver A embolver B	79
escarnecemento A escarnho A escarneo B escarnio	12, 73
escoldrinhar A B ou scoldrinhar A esquadrinhar	14, 75
escolheito, a A escolhido, a B	39
escriptura A escreptura B	8
esfalecer A falecer B faltar	8, 56 [1]
esguardar C A B olhar B atender, considerar	1, 10, 11. 14, 37, 49 etc
esmoer A disistir B digerir	57
esprovar A provar B	4

[1] No texto *ham desfalecer* e *deve desfalecer.*

esqueecer A esquecer B esquesser [1] B	14, 82
esso A ysso B isso	9, 53, 87
esso meesmo A ysso mesmo B igualmente	53
establecer A estabelecer B	84
estamago A B estomaguo B estomago	26, 56, 57
estê A estee B esteja	9, 42
estilo A B pena d'escrever	51
esto A ysto B ysso B isto	Prólogo, 3, 11, 12, 14, 31, 34, 36, 54. 58, 72 etc.
estonce C A então B	5, 8, 11, 14, 25 etc.
estorvar A estrovar B	72
estramado, a A estremado, a B	6
estramento A B cobertor, coberta	75
estremamento A B distinção, diferença	6, 52
exemplo A emxemplo B	84
exertar A B inserir, colocar	13
experiencia A esperiencia B	79
exuffre A enxofre B	10

F

falha A falta B	69
fallassem A falacem B impf. conj. de *falar*	87
falsamente A falçamente B	2
falso, a A falço, a B	17
farteza A B fartura	57, 58
fea A feea B feia	4
fee C B fé A	3
feira A fira B conj. de *ferir*	40
feria A B feira A B (subs.)	31, 32 59
ferida A firida B	91
ferir A B bater	84, 90
fermento A fromento	5

[1] No texto *esquessa*.

Formas	Referências
feze A fezeste, fezestes A B fezesse A B fezér A, B fez B fizesse A B fizer B fezeron A fezerão B	10, 14, 16, 20, 38, 54, 67, 69, 85, etc.
ficar A fincar B	25, 70
ficassem A ficaçem B	61
fim (fem. A B fim (masc.) B	14, 17, 31
fire A fere R imper. de ferir	7
firmidõoe A fermidão B firmeza, estabilidade	78
fisico A fizico B	45, 46
fize (1.ª pes.) A fiz B pret. de fazer	12
forteleza A fortaleza B	4
fraire A frade A irmão B monge B religioso B	9, 14, 26, 27 29, 39, 40, 41, 42, 43 etc.
fruita A B fruta	57
fruto A fruito B	79
fugir C A B escapar A B evitar	11
fundo (a —) A baixo (a —) B	61

G

Formas	Referências
gaançar A guanhar B ganhar	49, 53, 54, 78
gabamento A guavamento B gabo, elogio	10
gardar A guardar A B	22, 32
gargantom A guargantam B ou guargantão B comilão, glotão	10, 49
geeraçom A geração B	4
geolho A giolho B joelho	70
germãidade C A germãodade B companhia de irmão A B irmandade	4, 92
gimido A gemido B	10
girovago C A B monge ambulante	4
goivo A B gozo	69
graveza A B peso	12, 60, 61, 65
guardamento A A guarda	93
guiamento A B guia	2
guisa A maneira C A B modo B	7, 10, 28, 30, 31, 32 etc.

(en) guisa (que) A (en tal) » » B (de) maneira » B (de tal » » B (em tal » » B	31, 65

H

haver A aveer B aver C teer ou ter B hy ha A ha hy A B ahi ha B é C ha	1, 3, 4, 6, 10, 52, 57, 58, 92
haja hi A aja B	00
hi houver A ahi ouver B	00
havito A habito B	4
havudo, a A havido, a B	6, 69, 78 etc.
hermitãaes A yrmitãaes B ermitães	4
homẽes A homẽs B	92
hora : en boa — A em bõoa — B (ir-se) embora	81
hu C A onde B ou honde B hu quer A en qualquer parte B	6, 10, 29, 40, 45, 52, 58, 64 etc.
huum C A hum B hũa A B huuns A huns B um, uma, etc.	1, 4, 58, 76 etc.
hy ou hi A B ahy B aí	58, 63, 75, 76 etc.

I

idos A B uma das divisões do mês entre os Romanos	59
imiigo, a A ĩmiigo A imiguo, a A B inmiguo B inimigo	10, 66
impedimento A empedimento B	72
infermidade A infirmidade A B enfermidade B	52, 57, 75, 92
injuriar A jurar (*sic*) B	49
injurioso A enjurioso B	49

J

jaça A B jaza (conj. de *jazer*	62, 91
Jejuhum ou jejuum A B jejum	60, 73, 91 etc.
junior A B mais novo : cf. II	10, 83, 88, 91

L

laudes (m. pl.) C A B uma das horas canónicas	30, 31, 25 etc.
lea A B leea B leeia B leia (conj. de *ler*)	56, 60, 66 etc
lecença C A licença B	12, 44, 51, 61 etc.
leer C A B ler B	37, 56, 67
legar A atar B ligar	49
leixar A B deixar B	3, 4, 8, 10, 11 etc.
leteras A letras B cartas B	74, 78, 81 [1]
leudo, a C A lido, a B	27, 29, 60, 78, 86
levantar A alevantar B	13, 62, 65, 68
levar A B levantar, tomar	78
levidade A lyvidade B leviandade B	23, 61
ley A maneira B	61
lhes a A lha B	11
libraria A livraria B	68
libre A livre A B	5, 6, 83
ligeirice A B veja-se *levidade* e em II *ligeirias*	12, 61, 69
ligeiro: de — A, B facilmente	78, 85
lingaz A linguaz C linguarás B linguareiro	22
lingua A lingoa B	1, 12
litaril A leitiril C leitoril B estante de coro	27
livra A B libra	57, 58
logar A luguar B	10, 49, 58, 53 75, 80
logo C, A luguar B lugar	5, 6, 12, 37, 39 etc.
longo, a C A B afastado, a, distante	81
lutu A luto B	43

M

mao ou mau maa C A B má	5, 10, 14, 75 etc.

[1] No cap. 78 *não saber leteras* ou *letras* vale tanto como ser analfabeto, não saber escrever.

Formas	Capítulos
madre C A B; may B; mãy B; mãe	13, 79, 84 [1]
magoa C A B; mácula	14
mainças A B; emulações [2]	85
maior C A B; superior	83
mais que; mais do que	84
maldezidor A; maldezedor B; maldizente	10
maleza A; malicia B	18
mandamento A; encomendamento B; mandado	88
manhãa A; manham B; manhã	66, 67
manssidõe C; mansidõoe A; mancidão B; mãocidão B; manssidão B; mansidão	46, 86 88
mantiimento A; mantimento B	58, 84
mea A B; meia	26

Formas	Capítulos
meante A B; no meio de	66
meatade A; ametade B; metade	34, 59
medês A; medeses A; mesmo, a B; mesmos, as B	10, 34, 35, 44 etc.
meditar A; miditar B	26
meenzinha A; mezinha B	46
meesmo, a A; mesmo, a B	2, 5, 69, 85
meestre A; mestre A	Prologo, 11, 12
melhor A; milhor B	4, 6, 7, 9, 13, 36 etc.
melhorado, a A; milhorado, a B	54
memorial A; memoreal B	50
menino A; minino B	13, 49
mensura A B; veja-se *mesura*	29, 42, 43, 48 etc.
meo A; meio B	80
meor C A; menor B; meores (panos) A; milhores (*sic*) [3] B	48, 57, 75, 79, 83

[1] B só usa *madre* em sentido figurado, como *madre das virtudes* no cap. 84.

[2] Informa-me o sr. dr. Joaquim da Silveira, digno notario em Alcanena, que existe no povo a expressão (*andar*) *à mal mainça* por *desavindo, em discórdia;* o sr. dr. J. M. Rodrigues cita-me a forma *malmice.*

[3] Em vez de *menores.*

mercado (de —) A B barato	75
mercee A mercê B	Prologo, 58, 84
mesa A mensa B	42, 43, 56, 61, 62 83
messagẽes A messagẽs B mensagens	74
mesteiraal A mesteiral A B misteiral B	77
mester A B mister B mesteres A B	52, 54, 56, 58 etc.
mesturar C A B misturar B	7, 40
mesura C A B mensura A, B medida	29, 57,58, 88, 90
mesuradamente A B com medida	49, 66
mesurado A B sobrio; de me dida conveniente (vestidura)	49, 75
mi A mim A B	13
ministraçom A ministração B administração B	8, 84, 85
ministrar A B administrar	73
mixto A B pequena re- feição	56
mizquĩidade A mezquindade C misquindade B miseria	81
modorno [1] A B sonolento	10
moor C A B maior, mor, A B	8, 36, 39, 53, 81, 93
moormente C A maiormente B mormente	37, 54, 84
mosteiro A mõesteiro C moesteiro A B	4, 5, 8, 9, 10 etc.
mudamento A B mudança	78
muito A muy B	91
multidõe C multidõoe A multidam B multidão	1, 40
mundicias A B limpezas	53
murmuro A B murmuração	11, 52, 53, 59, 73
musitaçom A B voz muito baixa: lat.	56

N

naçõoes A naçõis B produções	57
nascer A nacer A B	7, 85, 89
natura A natureleza A B natureza B	3, 25, 26, 55
nẽ C A B com receio de que, para que não	1, 6,8, 10 etc,

[1] Ao povo tenho ouvido *madorna* por *modorra*.

necessidade A / neçecidade B / necessario B — 58, 86

negamento A B / negação, recusa — 78

neglegencia A / negligenncia A B — 6, 54, 64

nehũu, nehũa A / ninhũ, ninhũa B — 2, 3, 4, 5, 8, 9, 25 etc.

neiciamente A B / nesciamente — 9

nembrar C, A / lembrar B — 5, 7, 8, 10 etc.

noa A B / uma das horas do oficio divino — 24, 25 etc.

noble A / nobre B — 79

non *ou* nõ A / nam ou nã e não B — 3, 75, 78 etc.

nono C, B / nonno A / pai *lat.* — 83

noute A / noite A B — 10, 26, 27, 28 etc.

nouturno A / noturno B / nocturno — 27, 29, 33, 35

noviço A / nuviço B — 4

nuu C A B / nú — 10

O

o, oo A / o B — 14

obedeecer A / obedecer B / veja-se II — 9, 10, 11, 82, 88, 91

oblada A / obrada B / oblata — 79

obligar A / obrigar B — 80, 82

observança A / observancia B — 69

obstinado A / abstinado B — 84

ocasiom A / ocasiam B / ocasião: cf. *cajom* — 79, 85

occorrer A / correr B — 31

occupado, a A / acupado, a B — 53

ociosidade A / ouciosidade B — 68

ocioso, occioso, a A / oucioso, a B — 12, 61, 68, 87

octubro A / outubro A B — 66

offecina a A B / oficina C — 10

onde C A B / polo que, / donde — 14, 84

oolhar A B / olhar B — 10, 14, 36, 49, 54, 55, 58, 68, 78

ordeem A / hordem B / ordem — 80, 83

ordenamento A / hordenamento B / ordem — 80

ordinaçom A / ordenação B — 36

ordinar A B / ordenar B — 21. 80, 82, 85

ousado, a A / ouzado, a B — 90

Formas	Referências
ousio A ousadia B	68
outavo, a A oitavo, a B	31
outro si A B igualmente	8

P

Formas	Referências
padre A B pay B pai	Prólogo, 5, 49, 51, 79
parelhar C apparelhar A aparelhar B	2, 8, 40
parte C, A, B facção, partido	85
partir C, A, B repartir, dividir	39
pedir A pidir B	49
pee C, A, B pé	11, 14, 78, 83, etc.
pẽedença A penitencia B	62
peego A B fundo	49
pegulho A B pecúlio	75
pehugas A pehuguas B ou pihuguas piuga	75
pella A polla B	1
pensar A pençar B	10
pensom A penção B pensão	69, 70
peor A pior B	3
pequeno, a, A B pequetinho, a A piqueno, a B	2, 26, 56, 63, 83, 93
per, C, A, B por B	6, 11 etc.
pera C A B para	5, 26 etc.
percalçar A alcançar B cf. *atanger*	13
perdante A perante B	41, 63, 73, 78, 90
perduravil C A pl. perduraviis perduravel B pl. perduraveis eterno, perpétuo	10, 11, 92 etc.
peregrin C peregriim A pl. peregrĩis peregrino B	73, 76, 81
perfeiçom A perfeiçam B	93
perfia A B porfia	10
perfioso A B porfioso	41
perigoo C A periguo B perigo	7, 85
prejuizo (fazer) A B prejulgar	83
perlo, a A pello, a A pollo, a B pelo, a C	1, 2, 4, 5, 6, 10 etc.
perlõguadamẽte C B perlongadamẽte A por tanto tempo	91
perlongar C, A B prolonguar B	2, 4, 38, 78

peró A porem B	3, 42, 58, 69, 75 etc.
perseguiçõoes A persseguições B	10
perseverar A perceverar B	17, 80
persoa A pessoa A B peçoa A	6, 17, 52, 71, 73 etc.
perteecente A pertencente B	73, 80
perteecer A pertencer B	4, 9, 11, 32, 37, etc.
pero que A porem (*sic*) ainda que	58
pesume, C, A peso B	88
petiçom C A petição B pitição B	1, 78, 79
piadoso, a C A B piedoso, a B	2, 6, 7, 18 etc.
piedade A piadade B	46
plazentear A prazentear B adular	85
plazer A prazer B	Prologo, 11, 36, 69 etc.
poboo A povo B	1, 29
poderio (seer en—) A B poder	76
poer A poher[1] A poor B por B	2, 10, 14, 16, 41 etc.
porende A porem B por tanto B	45, 60, 78, 83, 85
porlo, a A pollo, a B veja-se *perlo*	6, 8, 11 etc.
pose A pos B pret, de por	13
postumeiro, a A B postomeiro, a B derradeiro, a B	61, 84, 87
poueo, a A pouquo, a B	26
pouco (mais —) A B menos	52
pouquetinho, a A tanto, a B pequeno, a B poucochinho cf. *pequeno*	3, 93
pousar-se A descançar B	66
precepto A B preceipto B preceito	3, 5, 6, 9, 10, 20
precipuu A precipuo B	72
preegaçom A pregação B	2
preegar A pregar C B	6, 78
preguiça B preguissa B prìguiça A	Prólogo, 36
preguiçoso, a A B preguisozo, a B preguissoso, a B	10, 49. 68, 93

[1] No Prologo ponhe A poem B por põe.

Formas	Capítulos
priguiçoso a A priguissozo, a B	10, 49, 68, 39
presença A prezença B	37
presentar C A B apresentar B	25, 49, 56
presente (logo no —) A B ao mesmo tempo	75
presumpçom A presunção B	90
prezes A B preces	1
prima A B umas das horas do oficio divino	24, 25, etc.
primo, C, A, B primeiro, lat.	31
profissom A proficam B	81
prol A proveito B	9
pronunciar A pernunciar B	5
propriedade A propriadade B propiadade B	8, 57, 75
propusi A propus B pret de *propor*	18
prougue A prouguer C A prouve B aprouver B pret. e fut. de *prazer*	Prólogo, 2, 92
prove A B pobre B	10, 49, 73, 75, 78, 79, 86
proveito (he —) A proveitoso (he —) B	86
proveja A B providencie	75
proveza A pobreza B	66
provisto, a A pervisto, a B previsto, a B providente	14, 84
publico, a A publicado, a B pubrico, a B	61, 82
pugnar A punhar B	3
pungimento A punximento B	38
puse A pus B pret. de *por*	12

Q

Formas	Capítulos
quaaes ou quaes A quais B	4, 10
qualidade A calidade B	8, 40, 42, 75
quantidade A cantidade B	28, 42, 43, 48, etc.
quanto (ja —) A aquanto (*sic*) B algum tanto	81
que A B para que: cf II	12
quebranto A quebrantamento	68
quedar A cessar B	73
quẽete A quente B	78
quer (quanto —) A B veja-se: quanto[1] (já —)	75, 77
quer (se —) A B ao menos	1

[2] No Cap. 75 repete-se a mesma ideia por *hũu pouco.*

querer A buscar B	8
queria A quiria B imperf. de *querer*	81, 90
questõoar A questoar B queixar-se, questionar	75
quitar A B tirar B separar, livrar	1, 10, 31, 69, 92

R

raçom A reção B	6, 49, 53
raer C, A esfreguar *(sic)* B raspar	84
razoar A rezoar B	66
razoavil A pl. razoaviis B razoavel B pl. razoaveis B	6, 24, 42
razoavilmente A razoavelmente B	85
razom A rezão B	3, 5, 6, 8, 9, 49, 83 etc.
rebel A revel A B	41, 82, 91
recebemento A recebimento B	73, 78
recibe A recebe B imp. de *receber*	Prologo
recontar C A B contar referir	87
recriar A recrear C B aliviar, confortar	40
rẽes (fem.) C A rins (masc.) B	14
refeeiçom A refeição B	57, 61
referta A B contenda, disputa	11, 49
refugar A recusar B fugir C	84
regla A regra C B	Prólogo, 4, 9, 21, 50, 74, 82, etc.
regno A B reyno C A B	2, 3, 8, 78, 91, 93
renembrar A lembrar B veja-se *nembrar*	5
repairamento A B reparamento	54
repeender A repender B arrepender	9
repeta A repita B conj de *repetir*	78
repetido, a A repitido, a B	53
reprehender A reprender B	81, 90
reprehensivil A reprehensivel B	39
requere A requer B ind. pr. de *requerer*	73
requerer A B procurar	45
requerido, a A requirido, a B	5, 8
responsom A resposta A reposta B	11, 49, 86
retever A B retiver fut. 2.º de *reter*	22

Formas	Referências
reverença C A reverencia B	12, 27, 29, 38 etc.
revezes (a —) A B alternadamente, por sua vez	50
riiso A rizo B riso C	12, 23, 24

S

Formas	Referências
sãamente C, A, B sãmente B	62, 68, 81
saar C, A sarar B	64, 91
saba A saiba B conj. de *saber*	5, 8, 10, 45, 64, etc.
sabeduria A sabedoria B	49
sabudo, a A sabido, a B	64
sages C A B sabedor A B	24, 46, 84
sagesmente C A B sabiamente	5, 37, 73, 81, 84
saia A tunica B	75
salmo C, A psalmo A B	36, 61, 62, 63 etc.
salteiro C A psalterio B	26, 36
san A são (= santo) B	2
sarabaita C, A, B sarabaytãao A B certa especie de monges	4
satisfezer A satisfizer B fut. 2.º de *satisfazer*	11
sahude ou saude C, A, B salvação	8
scaada B escaada C escada A	13
scanno A escano C escano ou escabelo	27
scapulairo A escapulario B	75
scarnho A escarneo B	23, 69
scripto A B escrito	9
scriptura A screptura B escritura	1, 13
seeda C, A cadeira B	27, 29
seer C, A, B ser B estar [1] veja-se *asseentar-se* seja estee ou esteja (conj. pres.) sever se vir (sic) estever (fut. 2.º)	5, 25, 42, 49, 61, 73, 83, 84, etc.
seestra A sestra B esquerda	13
sega A sigua A B siga (conj de *seguir*)	84, 92
segral A B sagral B secular	73, 77

[1] Em B, cap. 68, está erradamente *estiverem* por *estão* = *seem* de A.

segredamente A
secretamente B } 45, 72
sacretamente B

semelhavil A
semelhavel B } 2, 61, 72
semelhante

semelhavilmente C A
semelhavelmente B } 44, 61, 70, 79, 87
semelhantemente

senço A
silencio B } 61

senhos, senhas A
cada hum seu, sua } 53, 68
cf. II

senom ou se nom A
senam B } 3, 39
ou senão

servam A
sirvão B (conj. de *servir* } 53, 54, 73

servidoõe A
servidõe C } 6, 34
servidão B
serviço C

sex C, A
seis B } 27, 29, 33, 78

sexsagesimo a A B
sexagesimo, a } 30

sexta A B
sesta B } 59
a 6.ª hora do dia ou
meio dia

signal A
sinal C B } 56, 78, 40

signo A
sino A B } 40, 61, 67

sigui A
segue (imper. de *seguir*) B } 1

simplezmente C, A B
simplesmente } 79, 81

simplices A B
simplezes B } 6, 58
simples

sinificaçom A
sinificação B } 52
significação

siquer A
sequer B } 61

so C A
sob B } 4, 6, 17, 39, 58 etc.
debaixo de B

sobegidoõe A
sobegidõe C } 57, 81
sobegidão B
sobejidão

soberva A
soberba B } 13, 20, 39, 46, etc.

soberbo, a A
soberbo, a B } 5, 13

sobervosamente A
soberbosamente B } 9
soberbamente

sobervoso, C, A
soberboso, B } 7, 10, 41. 49 etc.
soberbo

sobrepojar C A
sobrepujar B } 17, 64, 88
superar C

spaço A
espaço B } 26

sobreveer A
sobrevẽer C } 60, 73, 81
sobrevier B
(fut. 2.º de *sobrevir*)

sociedade A
sociadade B } 81

soentrar A B
entrar } 77

sogeiçom A
sugeyçom C } 9
subjeição B
sujeição

sojeito, a A
sobjeito, a B } 85
sujeito, a

Forma	Referência
sojugar-se A subjuguar-se B subjugar se someter-se C submeter-se	16, 82
solamente C A soomente A B somente B	Prologo, 11, 62, 73, 81 etc.
solaz A B alívio	53
som A são B ha	93
somana A B semana	36, 53
sometido, a A somitido, a B submetido, a	9
somno A sono B	40
sonnorento A sonorento B sonolento	10
soo C A B só	4, 10, 43, 61
são ou som C A sam ou são B sou (1.ª pes. sing. ind. de *ser*) som ou son C A saão, sam ou são B som A são B ha	1, 2, 4, 6, 8, 11 etc.
sospeita (poer e haver —) A sospeita (poor e aveer —) B sospeito (aver, seer —) C ter diante, olhar, ver	10, 84
soterrar C A B enterrar	10
spacioso, a A espaçoso, a B	3

Forma	Referência
spaço A espaço B	36
spantar A espantar B	10
spanto A espanto B	3
sparger A esparger B espargir	5
specie (so —) A specia (sob —) B aparencia, pretesto	58
sperança A esperança B	10
spinha A espinho	31
spiraçom A espiraçom C ispiração B inspiração	38
spiritu A B espirito	5, 43, 85 etc.
spiritual A B spirital C espiritual	10
stá A estaa ou está B	78
stabelecer A estabelecer B	3; 5
stabelecimento A estabelecimento B	3
stabeleza A estabeleza B estabilidade	78, 81
stamago A estomaguo B estómago	26
star A estar B	61
stavil (pl. staviis) A estavil C estavel (estaveis)	4

Forms	References
stê A estee ou estê C B esteja	9, 37, 61 81, etc.
stever A estever B estiver	62, 78, 80, 88
stillo A estilo B (tinteiro e) pena	75
strado, a A estrado, a C prostrado, B	62, 73, 91
strangeiro A estrangeiro B	81
streitamente A estreitamente B	3
streito, a A estreito, a B	3, 11
strumento A estrumento C instromento B instrumento A§B	10, 93
studo A estudo B	5
sujugar-se A sojugar-se A subjugar-se B subjugar-se someter-se C submeter-se	16, 82
suso (ou de —) C A acima ou asyma B	28, 29, 32, 79
suspeiçom C suspeeiçom A sospeição B suspeição	79
suspeito (seer —) A sospeito (seer —) C respeito (*sic* aver—) B olhar, atender	84
suspeitoso, a A sospeitoso, a C B	84
suspiro A sospiro B	69
sustancia A substancia B	49, 50
suxar A B leixar C relaxar	80

T

Forms	References
taaes A tais B	4
talante A B arbitrio, vontade	11
talhar C A B cortar	7, 46, 75, 84
tanger C A tocar B	40, 46, 85
tavoas A B papel d'escrever	51, 75
teebras A trevas B	1
teer A B ter B	9, 25, 60 etc.
teer (missas) C A B cantar ou dizer (?)	80
tego (con —) A tigo (con —) B	19
temido, a timido, a	84
tempo (se quer em alguum ou algum —) A B finalmente	1
terça A B uma das horas do oficio divino	24, 25
tercio, a C A B terceiro, a lat.	31
terminhar A terminar B	35
tersorios A B panos de limpar mãos ou pés, toalhas	53

Formas	Páginas
temperamento A temperança B	60
testimunha A testemunha B	79
testimunho A testemunho B	39, 79, 82
teudo, a C A tido, a B	28, 29, 32, 55, 56
tever A B tiver (fut. 2.º de *ter*)	8, 49, 61, 73
tibo. a A tibio, a B	36
tirannaria A tirãnia B tirania	85
todo A B tudo B	5, 31
todolos, todalas, A, C todollos, todallas B todos os, -as B	5. 6, 8, 9, 28, 49 etc.
tolher A B privar de	64
tornamento A B tornada, conversão	Prologo
torvamento A B perturbação, comoção	91
tractar C A trautar A tratar B	8, 9, 50, 81
trage A traz B	11, 93
trage-os A tra-los B	92
trager A trazer B cf. *trage*	2, 4, 11, 14, 75, 82
traspassar C A trespassar B passar deixar de cumprir	10, 70, 73, 80
traspoer A traspor B deixar passar	7
tres C A trez B	35
trigueza À B pressa	11
triigo C A trigo B	84
tristom A tristonho B	84
trouve A B trouveste A B trouxe trouxeste trouver A B trouxer (pret. e fut 2.º de *trazer*)	2, 17, 45, 75

U

Formas	Páginas
usu A uso C B huso B	25, 54, 79 81

V

vãa (fem. do adj. *vão*) 10, 82

Formas	Páginas
vãa A vãao B 3.ª pl. conj. pr. de *ir*)	61
vee A B vê veemos A vemos B veede A vede B veẽ A vem B	8, 11, 14, 57, 73, 77, 78, 83, 85

vĩi A; vĩ ou vim C B; veeste, -s C A; vieste-s B; veo A; veio B; veeron C A; vieram ou vierão B; viinrá, -s A; vinrá, virás B; veer, -em C A; vier, -em B; viinde A; vinde B; viindo A; vindo B (pret., futuros, imperativo e gerundio de *vir*) — 1, 15, 25, 47, 54, 60, 78, 80, 83, 84, 86, 87, 93, etc.

veer A B; ver B; cf. *vee*, etc. — 1, 2, 14, 85

vergonça A; vergonha C; verguonha B — 61, 93

vermẽ C B; verme A — 20

vespera C A; vespora B — 31, 33, 34, 42 etc.

vesta A; vista B; conj. de *vestir*: cf. *desvesta* — 78

vestiaria A; vistiaria B — 75

vestiduras A; vestidos B — Taboada das materias

vestir C A; vistir B — 10, 40

vezinho, a A; vizinho, a A B — 11, 84

viinte C A; vinte B — 40

vĩir ou viinr A; vir B; cf. *vĩi* etc. — 70, 93

virtude A, B; vertude C B — 10, 93

visitar A; vizitar B — 54

vituperar A; vitoperar B — 18

vivirá A B; viverá (fut. de *viver*) — 2

võotade A; vontade B — 64, 69

vultu A; vulto B — 49, 84

Z

zeloso, a A; zelozo, a B — 84

zeo A, B C; zelo — 10, 84, 85, 92

II

VOCÁBULOS

Exclusivos da Regra fragmentária com os que lhes correspondem nas duas outras versões. [1]

A

acabar, 93 cf. I *complir*
acaesce 85, acontece, A B
aceptavil, 11 cf. I *acceptavil*
acendedoiro, a 13, de ou para
acender, 13, subir
acompanhado, a: *seer — no* 80 ou *ao* 81, ser recebido em A B 81 ou á sociedade e companhia A B 81
acorrer 31 cf. I *occorrer*
aduga 92 conj pres. de *aduzer:* cf. I este verbo
adusse 81 pret. perf. de *aduzer:*
aduzudo, a 82, part. perf. de *aduzer*
affaagamento ou affagamento 7 cf. I *affaago*
aga (leia-se *aja*) 8, 21 conj. pres. de *aver*
agardar 79 cf. I *aguardar:* em 36 oolhar A, B: cf. *observar*
agĩa, 7. 10, 11, 25, 26, 29 cf. I *asinha*
aguça cf. *aver — sobre* 40, seer solicito e discreto sobre A B
aguçosamente 85 com muito estudo e cuidado A B
ajudante 93, com a ajuda de
algũu 86 alguem A B
alhẽo, a 8, 11 alheo, A B
amante 15, amando, A B
ameude, 40, aqui no sentido de sempre, A B
andamho 93 carreira, A, B ou caminho
andante 11, 25 andando
amoestante 18, admoestando
amudici 12, 1.ª pessoa do pret. de *amudecer* ou *emmudecer*, como hoje se diz; fize-me mudo A B
angosto, a 11 estreito, A B
antrecanbadamente 27, hora hũus hora outros, A B ou alternadamente
antremetimento: sem —, 33, continuadamente, A B
antrevalo 26, entrevalo, A B
apellaçom 83, chamamento, A B
apocima 93, depois, A B ou finalmente
após 6, 19, ante A B

---

[1] Quando há referências às duas versões, indicadas por A B, entende-se que os capitulos são os mesmos.

aprés 14, 40, 86, acerca ou junto de A B, — *de ssi*, 9 en seu coraçon A B
aquelho 9 cf. I *aquello*
aquisto 84 cf. I *aquesto*
ascendente 13. ascendendo : cf. *acender*
ascendimento 13 sobimento, A, B
ascondudo, a 18, part. perf. de *asconder:* cf. em I este verbo,
assi : — *é*, 6, 7, 25, 26, 29, 31, 35, etc. convem a saber A ou scilicet, isto é, B
as[s]inado 25. simples, sem acompanhamento
ata, 3. 22, 26, 28, 40, 90 cf. I *ataa*
atender 82 cf. I *attender*
atrevudamente, 36, mui nobremente A B
avagar ou a vagar 30 cf. I *chãamente*
avangelho 25, 30, 35, evangelho, A B
aver, 3, 6, 8, 21, nos dois primeiros e último passos e no 3.º talvez fazer, A B, traduz o lat. *agere* ou *fazer*.
avorricivel (no pl. avorricivis 14), cf. I *avorrecivel*
avudo, a 5 part. arc. de *aver*
azedado 23, açodado (?)

B

baralha 85, batalha A, B
batalhante 4, batalhando
beeiçom 35, 91 ou bẽiçom 29 e beiçom 83, cf. I *bẽeçom*
beeiga 27 e beenga 86, conj. pres. de I *beenzer*
beenzente 29, part. pres. de I *beenzer*, hoje benzendo.
bevedor 10, bebedor (de vinho) A B
bõo 6, 37 bõa 6 etc. cf. I *boo*: bõas cousas 84, bẽes ou bens, A B
bravidõe 85, honra e senhorio de tirannaria ou tirania (A B)

C

ca, 11 pron. rel. *o qual* (A B); 3. 81, 84 conj. comp. *que* (A B) integrante 5, 8 etc.
cabeça 33, começo A B
cabo: de —, 5 peró ou porem, 7, 8, 14, 17 mais, 29, 37 ainda, 8, 14, 15 ainda mais (A B), mas em 14 — (rogamos) esto ou isto (A B)
caenda 26 calenda A, B
caeu, 2 pret. perf. do arc. *caer*, hoje *cair*
cagom (leia-se *cajom*) 89, 90 cf. I *cajom*
canavee [1] 84, canna, A B
caivil 8 que falece (AB) ou caduco
cantante 29, o que canta, A, B ou cantor
cântiga 29, cf. I *cantica*
cântigo 30, 33, 35, 36, cantico A, ou cantica (A B)
carta 93, pagina
castigamento : — de feridas 7 açoutes A, B

---

[1] Sôbre êste vocábulo cf. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Rev. Lus* XIII pág. 284.

castigar 7 repreender A, B
cavidadoiro 14, 89 de ou para cavidar: cf. I *cavidar*
ceenço 12, 22 cf. *seenço*
cedo, 80, mui — logo A B
cender 10 cf. *acender*
cenobaita 4 cf. I *cenobitão*
certas 8 a —, 4, 5, 7, 11, 14, 34, 79, 84, 88, 93, certamente A B
chagar, 40 ferir em A B
chamar 13, clamar ou bradar A' B
chreschão, 84, cristão A B
chus, 6, 8, 84, mais (A B)
cinquaenta 36, cincoenta A B)
clamoso 24 cf. I *braadador*
clastra 10, 87 cf I *claustra*
coidante 84, cuidando (A B)
comendar 87, encomendar A B)
como, 8, 14, quando
comõiom 83, comunhom ou comunhão A B)
compeçadoiro' a 3 de ou para começar (A B)
compeçante 26, começando ou quando começar (A B)
compeçar 7, 25, 27, 29, 35, começar (A B)
compeço 3, 7, 36, 85, 93, começo (A B)
compedra 34, 35, completa (A B)
complinte 17, cumprindo: cf. I *complir*
componçom 38, compunçom ou compunção (A B)
comprir 30, 31, acabar (A B)
comunal 11 juntamente (A B)
comuvudo 91, comovido ou só movido (A B)
confiante 88 confiando (A B)
conhocença 84, conhecimento ou noticia (A B)
conhocer 18, conhecer ou notificar (A B)
conhoçudo 4, 81, conhecido (A B)
consentinte 84, part. pres. arc. de *consentir* ou consentindo
consiirado, a 84, considerado ou discreto A B
construir 79 fazer ou ençarrar e ordenar A B
contar 10 atribuir ou poer ou por A B
contecer 29 acontecer A B
conteudo 19: cf. I *contento:* seer — 81 contentar-so (A B)
conto: cf. I; *pelo* — 26 em numero ou per conto (A B)
contorvar 83 perturbar ou só torvar (A B)
contrario: e — 84, loc. latina porlo contrairo A B
contrarioso. a 17: cf. I *contrairo*
convenhavil 10 cf. I *convinhavil;* 83 cf. I *convinhavilmente*
convertente 6 que se converte (A B)
convertudo, a: son—s, 83, veeron ou vierão (A B)
conviintes 31 os que estão juntos ou os assistentes [1]
conviir (ou convir) 84, 85 comprir ou cumprir (A B) poder (A B) 81,— a, 83 ser licito ou permitído, 35 ser forçoso ou fatal

[1] Em A B 31 erradamente *vencidos,* pois o latim diz *conventi.*

coraçon: de —, 27 mas *de cor* em 28 (A B)
corõa 15, coroa (A B)
corrimento 36 espaço A B
corrompudo 14, corrompido ou corruto (A, B)
corrudo, a 3, corrido, a
costrengua 7 pres. do conj. de *costrenger* ou *constranger* (hoje)
cousa 6, 83 causa (A B)
cousecer (cousesca 8) dar como causa, desculpar-se com ou murmurar e querelar-se (A B)
creudo, a 5 83 part. de creer, hoje crido
cruevildade (no texto crueuudade) 7, crueldade (cruevil A B)
cuitelho 40 cf. I *cutello*
cuitoso, a 184 cf. I *coitoso*
cum *passim*, com (A B)
cunselho, 9 ou conselho (ibidem etc.

D

dante 14, ante (A B) 79, 90 cf. I *perdante*
davan: — dito, 11, sobredito (A, B); — *põer*, 6, 91 preferir; — *seer*, 5, 6, 11, 84, 88, estar à frente, presidir, governar; — *viir*, 83 prevenir, em A B honrar
davante 5, mui grande e mui forte (A B)
de 7, etc. em vez de *com* A B — 83 (daquel), segundo termo de comparação, *que*, A B
decebudo, a 79, 85 part. p. de *deceber* ou enganar (A B)
defalecer, 8 desfalecer (A B) i. é. faltar
deffalecer (?) 88 resistir
deitado (?) 20, deve ser lapso do copista; A B diz engeitamento e avorrecimento, como correspondentes ao latim *abjectivo*
deitado, a 81, 85, 91 part. p. de *deitar* ou lançar fora (A B); em 39 usa-se no sentido especial de lançar fora de emprego ou demitir
dela 26, 33, delas 28, prep. des (cf. I s. v.) mais artigo definido feminino
deleixar 10 cf. I *leixar*
delheitaçom 14 deleitação (A B)
domandante 14 o que demanda (A B)
dementre 3, 27, 29, 40, 84, 85, quando (A B); 36 contanto que (A, B); *ata* — 83, ataa ou atee que (A, B)
dementres 84, 85; ata —, 91 cf. o antecedente e A, B respectivamente
demergente 14. part. pres, de *demerger*
demerger 11, 14, levar ou trager (A B) ou impelir; 14 cair ou abaixar e inclinar (A B) — *se*, 10, achegar-se (A B) — (a culpa) 5, cair sobre, ser impultado
demergudo, a 25 part. p. do antecedente
demostrar cf. I, em 10 proferir ou dizer (A B)
deosto 20, doesto (A B)
departimento, cf. I, em 36 repartimento (A B)
departir: cf. I; 6, 83 distinguir ou fazer departimento ou extremar (A B); 7, descurar ou leixar hir (A. B) 31, 36, repar-

tir (A B); 92 apartar (A B) — as cousas, 83, o mesmo que só *departir*, i. é, discernir
depodar 14, deputar ou dar por guarda (A B)
depois 88, depois de, depos 6, 27, 31, depois de (A B); 14 atrás ou após (A B) deitar —, deitar para tras, não fazer caso: cf. I
deprehender 79, aprender (A B)
deprender 6, 20 (A B) cf. o antecedente
dereitamente 9, 83 justamente (A B) cf. I
desasperar 10, desesperar (A B)
descantando 27 que deve ser cantado
descendente 13 part. pres. de descender ou descer, hoje descendendo ou descendo
desciplĩa 80, 90 ou descipiina 80, 82, disciplina (A B)
descobrir 10 em A B quebrantar
descordante 10 discorde ou com quem se tem discordia (A, B)
descreçom 84, 90 cf. I *descriçon* e *discreçon*
descucimento (?) 5 exame (lat. *discussio*)
desego (leia-se *desejo*) 5 cf. I *adouçom,* 7, afecto
desegoso, a, 93 preguiçoso (A B)
desem 30, 35, depois (A, B): cf. I *desy.*
desembarguar 11 soltar
desemelhar, dissimular (A, B)
desordĩaçom 85, desordenação (A B) ou desordem
I desplizinte 9 neiciamente (A B)
II desplizinte 5, desprezador (A, B)
despõer, 4, 9, 36, 85 ordenar (A B)
despolo, a 27, 30, 31, 35. 80, junção da prep. *despos* (cf. *depos*) ao artigo definido i é, depois do, da, (A, B)
desposiçom 27, exposição (A, B)
desprezidor 85 91 desprezador (A B)
desprezinte 14, o que despreza (A B): cf. desplizinte II
despuimento. 40, ordem, mandado (A B)
despos 35 cf. *depos*
destruymento 87, destruição (A, B)
detraedor 10 cf. I *detraidor*
diagoo 82 diacono ou de evangelho (A B)
dicipolo 11, 12, discipulo (A B)
dilargado, a, 3 largo (A B)
dimitir 18, perdoar (A B)
dipartir 3 cf. *departir*
disciplĩa 82, 85, 90 disciplina (A B)
disciplĩado, a: nõ — 7, indisciplinado ou mal ensinado (A B)
displizinte 7 cf. *desplizinte*
dixi, 12, 34 etc. 1.ª pessoa do pret. de dizer ou disse (A, B)
dizente 5, 13, 14, 15, 17, 19 etc. part. do pr. de dizer, dizendo (A, B ou que diz (A B)
dizimento 35 recitação
do: em 10 (do coraçon e da boca) está por com o ou por o A B
doblez 6 dobrado ou duplo, a
doctor 11 doutor (A B)
doctrina 6, 39, 84, 93 doutrina (A B)
domaa 36, semana, A B: cf. I *domaa*

domear (?) 6, exercer, fazer, prestar, mas supportar (A B)
domınga: (oraçom) *de*,—35, aliás dominical ou do Senhor (A, B)
donno 83, dom (A, B)
dorminte 40 part. pres. de dormir, ou dormindo (A B)
dormha 40 conj. p. de dormir: cf. I *dorma*
dovida 9, 11, 13, dúvida (A B)
dovidança 37, duvida (A, B)
dulcidõe 3 cf. I *dulcidom*
duz 11, 92, 93, 3.ª p. do ind. pres. de *duzer* cf. I *aduzer*

E

eigleja 31 ou eigreja 25, 29, 83 vide I *egreja*
eivigamento 12 R, edificação (A B)
eivigar 2, edificar
eixalçar 83, exalçar
eixemplo 21, 80, 81, 93 vide I *exemplo*
eixete 28, 32 excepto ou tirado A, B
eixetes 83 vide o antecedente
elegua 82 pres. do conj. de eleger
eliçom 82 cf. I *enleiçom*
eligudo, a, p. arc. de *eleger*, 39, 84
encomendar 84 cf. I *encõmendar*
ende 29, por isso; *por* — 11 a mesma significação, mas em A, B pera esto ou isto.
engeo 6, nobre ou livre e de boa geração por ho sangue nobre de hu vem, A, B
eno 80, ena 85, 90 cf. I *en no*
enposesti 17, 2.ª pes. do pret. de enpõer
ensembra 92, A, B juntamente
envega (leia-se enveja), enveja A B
ereito, a 12. erecto ou erigido
ergo 11, 12, 13, 14, 34, 37, 84, 91, 92 por esto ou isto, pois, e assi pois por esto ou isto, portanto A B
escaesca 82, conj. pr. de *esqueecer* cf. I este verbo
escandalho 31 cf. I *scandalo*
escorreguado, a 13, sobervo, alevantado (A B)
esfachar 84, ameude abalar e ferir A, B
esguardamento 2, 9, 80, 93, observancia, guardamento ou guarda A B, em 14 vista A, B
esguardante 93 part pres. de esguardar ou guardando, A, B
esmolna 79, esmola, A, B
espaçar 3, haver tempo A B
esparger 5 hoje espargir
espavorescer 10 haver temor e pavor de A B
espĩa 31, espinha
espĩaço 17, espinhaço.
espido, a 85, despido ou livre A, B
espões 12, 28, 31, 40, 85, 87, por causa de ou por amor e guarda de A B ou so por A B
esprovamento 7 espanto A, B 79 experiencia
esquaecimento (leia-se escaecimento) 14, esquecimento
esse 6. 10, 11 cf. I *el*
estabelesca 84 conj. pres. de estabelecer ou estabeleça, A B
estabeleçudo, a 39, 82, 84, 91, 93 part. arc. de estabelecer ou estabelecido, A B

estabelidade 80, estabilidade
estante 25 part. pres. de estar, hoje estando
estavis 4 plural de estavil: cf. I *stavil*
estrado 87, 91 deitado A B, cf. I *strado: leitos* — s 40, traduz o latim *lectisternia*
estremança 8, distinção ou demanda e enquiriçom A, B, em 19 corresponde a: vileza e baixeza e desprezamento A B
exouvir 38 ouvir, A B

F

familias: padre — 5, latinismo; em A B deus padre
farteza 4 enchimento ou cobiiça e desejos da garganta A B
fazedor 14, criador A B
fazente 85, part. do presente de fazer hoje, fazendo
fazer: em 35 (sejam feitas) corresponde a enviar (sejam enviadas) de A B
fezisti 14 2.ª pes. do sing. do pret. em A B fezeste
fecto 6, latinismo, em A B feito
festas. 31 solennidade A B
ffestĩança 11 trigueza em A B
festĩar (festĩi 14 festĩĩ 40 (leia-se *festie festiem*) festĩas 93) apressar-se: latinismo
festĩosamente 13, 86 muito asinha A B
festivaaes 32 solemnidades A B
fĩir (fĩida 27 cf. I *affiindo*
filhante 17 o que filha ou toma A B
filhar 6, tomar A B
folgado: nom — 7, inquieto
fornigar 10, fornicar ou cometer adulterio A, B
frade 6, 17, 83 irmão, A B: cf. I *fraire*
frio 11, friamente ou negligentemente A B
fruito: uso do —, 79, usofruto ou uso dos frutos ou fruitos A B

G

gabança 10 cf. I *gabamento*
garda 85, guarda A B
gegũio (leia-se jejũio) 10 cf. I jejuum
geitar 25 deitar ou lançar fora em A B
gouvha ou gouvia conj. pres. de gouvir 8, gozar ou alegrar-se A B
gouvinte 17, pert. do pres. do mesmo verbo: gozando ou alegre
gualhardom 17 galardão A, B
guiamento 13 guia

I

idoiro, a 91 que ha de ir ou irá A B
iguar, igual: per — conselho 84, por voto unanime ou en hũu conselho A B
ĩmendar[1] 82 85 cf. I *enmendar*

---

[1] Nos nomes que começam por *i* ou *in* e *im* deve ler-se *en* ou *em* talvez até mesmo *inverno*

impeçar 2 cf. I *empeçar*
impoer 2, atribuir ou apoer A B, 83 levantar, A B
imprestar 84 ministrar ou dar A B in, em *passim* incarrego 39, 84. 88 encarrego A B
in, em *passim*
incobrir 18, encobrir A B
incomendamento, 5, 6. 10, 11, 39, 84, 85, 87 mandamento, mandado A B cf. I *encomendamento*
incomendante, 11, 88, aquel que encomenda, A B ou manda, A B 10 maior A B
incomendar 5, 11, 14, 80, 85 cf. I
encõmendar; 8, 83, cometer A B em 3 tem o sentido de mandar
incurvado, a 25 encurvado, a
inde 89 cf. *ende*, em A B desto
induças 2 treguas, A B
inderençar 21, enderençar
indurado, 84 duro ou obstinado, A B
induxesti 17 2.ª pessoa do pret. de induzer, em A B 17 trouveste
infermo, a 10, enfermo, A B
inparar 89, emparar ou defender A B
impero 11, 37, 40, 80 cf. I *empero* e *pero*
inpoçõar 81, empeçonhar ou viciar ou corromper A, B
insembra 38 juntamente: cf. *ensembra*
insinado, a, 6 ensinado ou capaz e entendido, A B
insinar 6, 81, 84 cf. I *ensinar;* 36 amoestar A B
integar (leia-se *intejar*) 10, avorrecer A B cf. I *entejar*
integasti 6, 2.ª pes. sing. de *integar*, avorreceste A B
integramente 36 cf. I *enteiramente*
intendente 14 o que entende A B
intendudo a 7, 13, 83 part. arc. de entender ou entendido
intramento 14. entrada, no — 27 primeiramente A B
invega (leia-se inveja) 85 enveja A B
invernho 26, 27, 29 inverno A B
inviar 11, 15, 35, 87 A B enviar, em 79 proporcionar ou dar A, B 91 fazer ou conplir antes A B
inviĩ (leia-se enviem) 79, conj. do verbo antecedente
involver 79 cf. I *envolver*

J

jasca 91 conj. pres. de jazer: cf. I *jaça*
juigar 9, 19, 36, 82, 83 julgar A B
iunior 9, 10, 86 91 mais pequeno, mancebo ou mais junior, mancebo ou só junior

K

kalenda 28 calenda, A B

L

laudes, 30, 31, louvores A B
lascesca 17 conj pres. de lascecer ou enfraquecer A B
ledãia 27, 30, 31, 35, ladainha A B
lhi 81 lhe, A B
leixar 80, suxar ou relaxar A B cf. I leixar
letera cf. I — s incomendadas, i e.

de encomenda (A B) ou de recomendação
levantante 40 part. pres. arc. de levantar, hoje levantando-se
levar-se 25 levantar A B
lĩagem 4 geeraçom, 89 achegamento A B
liçom 35 capitulo
ligeirias 12 ligeirices, joguetes e escarnhos A B
limpho, a 25, 38, 92, limpo a A B
limphar 31 limpar ou alimpar A B
limpidõe 38 limpidão ou limpeza A B
lo, 34 o (A B)
lousiar(?) 85, enlouvaminhar ou prazentear, A, B
louvar 2, gloriar ou alegrar (A B)

M

maduridõe 86 madureza
maes 2, 10 males A B
maestra 9, mestra
maestre 7, 9, 11, 12 cf. I *meestre*
maestria 3, mestria, ensiuo ou doutrina de mestre (i. e. de Deus A B)
mais: — 82. mais e mais A B isto é, cada vez mais
maldizente 17 o que maldiz A B
malvazmente 9 cf. I *sobervosamente*
matutĩos, 28, 29, 30, 31, 33, talvez se deva ler *matutinos;* em A B vigilias das noutes e laudes
mau 91 em A B contumaz ou revei; *maas cousas* 10, pecados A B
meixente 7, part. pres. do arc. meixer, em A B mesturando
menĩo 79, 83 menino, mas em A, B, moço
meos 5, 28, 36, menos A B: aver — 3 faltar
mercee cf. I: *per ssa* —, 79, por bem das suas almas, A B
meresca 3, 81 conj. arc. de merecer ou mereça A B
mericimento 6, 82, 83, merecimento A, B: pelo — 14 bem e dereitamente (A B), isto é, com razão
mesquino, a 4 mesquinho, a A, B
mesura: cf. I em 32 modo ou maneira A, B
mesurado, a 29, cantado, a, A B
mha 6, 11, 12, 12, 14, 15, 84, minha A B
mho 13, o mesmo que mi o ou m'o
milheiro 17 milha
mĩstrar (leia-se *mĩstrar* ou *ministrar*) 3, 8, 84. ministrar A, B
moĩo 86 moinho, A B
mole (adv.) 31 espaçosamente huum pouco, A, B
moordomadigo 84, mordomado ou ministraçom e cura A B
mormoiro 11 cf. I *murmuro*
morte; de —, 17 mortal ou gravemente A B
movente 12 que move A B
munge 20, 22 a par de monge 21, 23 etc.
murmurante 11, murmurador A, B

N

nacer 85, 89 cf. I *nascer*

nada: teer em —, 7 desprezar, não fazer caso.
nẽ hũu 6, 10, 92 ou nẽhũu 86, 90 ou nenhũu 9, nẽ hũa 11, nẽhua 85, nenhũa 92: cf. I *nenhuum*
nemigalha 19 nehũa cousa A, B
niinte (leia-se *niente*) 3, nada eu cousa nehũa, A, B: cf. fr. *néant*, ital. *niente*
nostro: usa-se esta forma do pron. possessivo só quando acompanhada da palavra *senhor*, 10, 11, 14, 15, 18, 25 etc.

O

obedeecente 11 part. do pres. de obedecer (cf. I), obedecendo
obedeesca, 9, 88 conj. arc. de obedeecer, em A B obedeeça
obedeença 11, 16 etc. obediencia A B
obediinte 5, 7, 16, 85, 91, 93, obediente A B
ocaiom (em 90 *ocagom*, escrito erradamente *o cagom*) 79, 82 ocasiom A B cf. I *cajom*
octro, a 36 81 a par de outro, a
offeresca 79 conj. arc. de oferecer ou offereça A B
ordĩaçom 80, 84, 85, ordenamento ou ordenação A B
ordĩadoiro 84 o qne houver de seer ordenado, A B
ordĩar 36, 84, 85, 90 cf. I *ordinar*
ordĩi (leia-se ordĩe) 36, conj. pres. de *ordĩar* hoje *ordenar*
ordĩi, 29, 36, 83 cf. I *ordeem*
osmante 25, 85 part. do pres. arc. de osmar 17, julgar ou teer-se pensar, cuidar A B
ospedadigo 81, hospitalidade A B
ou 7, 8, 10, 33, 84 etc. ao A B
outorgamento 81 consentimento A, B
outorgar 10, confiar ou cometer A, B
outoridade 27, autoridade
ouvinte 9, part. pres. arc. de ouvir ou ouvindo.
oveença 39 decania A B
oveençal 39, 82, 85 daião ou decano, A B

P

paceença 2, 17 paciencia A B
paciinte 7 paciente A B
paçiintemente 10, 89, 92, pacientemente ou com paciencia, A B
padernal 83 paternal ou de padre A B
padesca 8 conj. pres. arc. de padecer ou padeça A B i. é, sofra, consinta
parar 17 apparar A B
paravoa 6, 7, 90, palavra
paravra, 12, 24, 85, o mesmo que o antecedente
parelhado, 40, aparelhado, pronto ou aprestes A B
parelhar, 8, 10, aparelhar A B, em 15 parir ou gerar A B
parescente, part. pres. de parescer ou parecer, parecendo ou publicado e manifesto A B 82
passo 35, a passo, de vagar ou chãmente
pẽa, 5, 10, 11, 12, 15, pena A B
pecante, 6, 7, 90, part. pres. de pecar, pecando, o que peca ou pecador, A B.
pẽeder 9 cf. I *repeender*

pendença 2 cf. I *pẽedença*
penticoste 33 pentecoste A B
perdito, a acabado (de dizer) A B
perigoado, a: seer —, 85 andar em perigoo A B
perleudo, a 29 part. arc. de perleer ou acabar de ler
permaesca 6, conj. arc. de parmanecer ou permanecer
pero: cf. I — 87, 91 ou — que 12, ainda que A B
perteesce 3.ª pess. do sing. do ind. pres. de perteecer: cf. I pertorvar 81 torvar A B.
perseguçom 10, 17 cf. I *perseguiçom*
persõa 6, cf. I *persoa*
persolver 34, fazer ou pagar A B: latinismo
perverrá 25, 93, fut. arc. de perviir: cf. I *viinrá*
perviir 3, 13. 40 cf. I *viir*
pessõa 6, 84 cf. I *persoa*
pigriçoso, a 10 cf. I *priguiçoso*
podente 38, poderoso, A B
pugi 12 1.ª pes. do pret. do arc. poẽr: cf. I *puse*
possivis, 88 plural de *possivil* ou que se pode fazer A B
pouquetĩo 26, 91 pouco ou mui pouco A B
pousar 26, descansar ou dormir A B
pregante 6, part. pres. arc. de *preegar* ou preegando, A B
preguntaçom: atá — 22 ataa que o preguntem A B
prejuigar 83, fazer prejuizo A B, i é, julgar antecipadamente
prepõer 6, 92, preferir ou propõer A B
presente: in — 79, então, nessa ocasião, A B tomam erradamente como adjectivo
presonçom 90 cf. I *presumpçom*
prestumeiro, a 21, 33, 84 87 cf. I *postumeiro*
preveer 85, prever ou veer per' ao depois A B
previir: — per onra 92 honrarem-se huũs aos outros A B
primeiramente: ín —, 10, primeiramente, A B: cf. lat. *in primis*
priol (mas no plural priores 89 91) 12, 31, 38, 83, 85, 88, prior ou preposto A, B
proffeitança 5, 9, 85, proveito ou prol A B
proffeitar 7, 9, 82, 84, 92 aproveitar, seer proveitoso ou cf. I *aprofeitar*, A, B
proffeitoso, a 14, o que aproveita em sentido activo ou proveitoso A B
proffesso, a: som — s, 11 prometerom, A, B
propõer 10 o mesmo que *prepõer*
proviudo, a 84, providente ou provisto A B
provivil 9. discretamente A, B

Q

qual, que A B 4 etc.
quando 5, por quanto A B ou visto como
quareesma 33 cf. I *coreesma*
que 10, 14, 17, 20 etc. para ou por tal que A B, em 12 e 34 (in fine) e A B, em 11 porque A B, — se 6, 82, 84 85, mas se, e se (A B) — quer — 5 qualquer cousa A B

querria, 10 cond. arc. de querer, mas em A B queria

R

rafece 23, 85, leve, facil e tambem vil desprezivel
razõavilmente 85 cf. I *razoavilmente* e 81, com razom A B
recebedoiro, a 84 que receberá A B
recebimento 6 cf. I *departimenio*
recebudo a, 11, 80, 81 part. arc. de receber ou recebido A B
recontamento 8, razom A B
recontar 10 dar A B
recontavil 3 que se pode contar ou dizer
regedoiro, a 8 que deve ser regido
regral 85, 90 regular ou da regla, A B
regrar 9, 87 o mesmo que o antecedente
rendedoiro, a, 9, 85 que ha de dar A, B ; seer — 8, 83, 84 haver de dar A B
render 8, 10, 86 dar A B
reprehendivil 39 cf. I *reprehensivil*
respondimento 11, 31 cf I *responsom*
respondudo, a 31 part. arc. de responder ou respondido
responso 86 resposta A B
retornante 87 part. do pres. de retornar, tornando ou quando se tornar A B
revel 82 cf. I *rebel*
rezar 27, 35 recitar ou dizer A B
rigonha 10 sanha A B

S

sa ou ssa forma femenina do pron. pos. *seu* 5, 8, 10, 14 etc. mas tambem *sua* e plural *suas* 14, 81 e em 88 as duas formas, em A B sempre *sua*, *suas*, por exemplo 10, 34 etc.
sabença 39, 84 sabedoria A B
sabente 7, 9, 82 84, 91 part. do pres. arc. de saber ou sabendo A B, mas em 86 o que sabe ou sabedor A B
saber 14, conhecer A B
sabha 5, 8, 10 etc. conj. pres. de saber : cf. I *saba*
sacerdotes, 83, velhos A B
satisfazmente 91 part. do pres. arc. de satisfazer ou satisfazendo A B
scrudante, 14 part. pres. arc. de escrudar ou scrudando ou que scruda ou escoldrinha Á B
se, pron. refl. no cap. 88 em vez de si ou antes lhe A B, cf. *si*
se, conj. cond. : ainda — 10 89; e — 11, 82, ainda ou posto que A B ; que — 6, 85, 86, 88 etc. e se A B
secundo 31, segundo A B (latinismo)
seenço 12 silencio A, B : cf. I *senço*
seente 25, 27 participio do pres. arc. de seer : cf. este verbo
seer : é 92, A B ha hy que nom seja (que nõ sega 10) 29, 79, 84, o que Deus nom mande A, B ; seja 80, seja feito A B, isto é, aconteça ; — mais infinitivo : — a abreviar, 29 —

a fazer, 31 — a rezar 35, — a dizer 36 etc., indica a obrigação, no sentido de *estar* 37 A B e no de estar sentado 83 cf. I
segre 4, 10, 13, 84 mundo A B, no — 18 pera todo o sempre A B
segua ou sega, 9, 10 27, 31, etc. cf. I *sega*
seguinte 11, part. do pres. arc. de seguir ou seguindo
seguir: a voz activa em 3, seguido de *a* toma-se no sentido de *participar* ou *haver parte* (A B 3), a passiva em 26, 27 em vez da reflexa em A B e ainda em C 27, 31; em 11, 84 toma-se uo sentido de alcançar ou haver A B, em 83, guardar A B
seixagesimo 31 cf. I *sexagesimo*
semelhavilmente 79 por esta medês guisa cf. I
senhos, as 31, 40 duas, i. è. uma para cada metade, cada um .. o seu A B
senlheiro, a 4, só ou cada um em sua parte A B, em 35, corresponde A, B *cada um per si com sua Gloria*, o que não é exacto, aliás simples, dizendo-so a Glória só nos fins dos tres
sermom 87, 93, palavra A, B: latinismo
servidõe: cf. I: cavalaria de — 6 trabalho de servidom A B
servinte 4, part. do pres. arc de servir ou servindo A B
servir: em 26 usa-se no sentido de empregar: é servido, 81 serve-se ou servimos A B
si 37, cf. I *assi:* outro —, 84 outro sim ou tambem etc.
si 79, 84 dativo do pron. reflexo: em A B *pera si* ou *lhe*; acusativo do mesmo pron. 8, 10, 14, 20, etc. el ou se A B
soa, 4 fem. de soo 4
sobervesca 85 conj. de sobervecer ou ensobervecer A B
sobervha 13, 39, 82, 85 cf. I *soberva*
sobervhar 83 ensobervecer A B
sobervhoso, a 7, 81 cf. I *sobervoso*
sobre pogar 3 (leia-se *sobrepujar*) seguir-se A B
sobrexaltante 84 participio do pres. arc. de sobrexaltar, ou sobrexaltando ou exalçando A B
sobrenomeado, a, 27 mui nomeado, A B
sooentrar 85, 87 ser posto (no lugar d'alguem), aveir ou acontecer A B: cf. I *soentrar*
sofrente 17 part, do pres. arc. de sofrer ou sofrendo ou o que sofre A B
sofri 17, imperativo de sofrer ou sofre, A B
sojasca 87 pres. do conj. do arc. sojazer ou seja castigado com, posto a A B
solto, a 5 cf. I *assoluto*
someter 16, submeter
sometudo, a 80, 82 part. arc. do antecedente, i. é. sometido cf. I: nos lugares citados diz A B sogeito
sõo 2, etc. som A B isto é, 1.ª pessoa do pres. ind. de *seer*
soseguir 17 seguir-se, A, B
sospecto, a 79, suspeita, mas *outra* em A B; seer — 84 cf. I *sospeita*

sossacamento (?) 8, rogo e conselho; A B, traduz o lat. *suasio*
stabeleçudo, a 36 part. arc. de estabelecer ou estabelecido
stante 29 cf. *estante*, em A B stando levantado
superar 17 sobrepojar ou vencer A, B: latinismo
suplicamento 27 suplicação A B
susseguir 17 cf. I *soseguir*
sustança 8 cf. I *sustancia*

T

ta, forma fem. do pron. pos. *teu* 5, 14, 18 tua A B
tabernagoo 3 tabernaculo ou casa de (Deus) A B
tanto 5, 9, 29, 33, entanto e tan soomente A B
teente, 22 part. pres. arc. de teer ou teendo A B
teer: — *missas* 80, missas cantar e teer A B
temedoiro, a 5. 25 temeroso A, B
temente 8, 14 participio do pres. arc. de temer ou que teme ou temendo A B
temperadamente 29 mais cedo A B
temudo, a 84, part. arc. de temer ou temido, A B
termĩar 35 terminar A B
terral 8 terreal A B
testemõia 79, 84 testimunha A B e exemplo
testemõio 10, 39, 82 testimunho A, B
ti 34, te
tigo 19 cf. I *contego*
todo: de — em —, 84, 92 per algũa maneira A B
tolheito 85 ueja-se a obeservação ao respectivo logar
torvoento 84, turbulento A B
trager: — mal 7 doestar, A B
traspassado, a 8 transitorio, a A B
transpassante 83 part. pres. arc. de traspassar, i. é, traspassando ou quando passar A B

U

u 10, 83 cf. I *hu:* — quer 25 en qualquer logar A B
una 30, 35 cf. I *huum*
usante 83 part. do pres. arc. de usar ou usando, A B
ũu 31, etc. cf. I *huum*

V

vedar (na passiva) 84, defender e fazer que não valha A B
vedro, a 27, 28, 84, 93, velho, a, A B
vegada: a — 6. 7, 9, 31 em alguum tempo A B, nem a — 81 A B, nunca, per quantas — s 9, sempre quando A B.
veleza, 19 vileza A, B
vendita 91, vingança A B: latinismo
ventura: se nom pela — 29, 38 salvo per ou perla ventura A. B
vẽo 83 cf. I *veo*
ver: na passiva igual a parecer: som vistas 14, parecem A B, visto for, 6 parecer A, B
vermem 20 cf. I *verme*
vertude 10, 25, 93 cf. I *virtude*
vesso 27, 29, 30, 31, 35, verso ou versete A B

viço, 4, 8, 25, 84, 92 vicio A B

viinte 10, 18, 86 part. pres. arc. de vĩir, i, é, vindo, que vem ou veer A B; davan — s per onrra 83, honrando (em A B honrade) — vos hũus os outros

vĩir: em 29 tem o sentido de acontecer, A B

viso 87 vista, latinismo

vivente 11, 93 part. pres. arc. de viver ou vivendo ou que vive A B

vizĩo, a 11, 84, cf. I *vizinho*

voontades 4, 14, em A B. deleitamentos, maaos desejos.

Y

ymno 27, entenda-se o de S. Ambrosiano A B

Z

zeoso, a 84 cf. I *zeloso*.

A REFORMA POMBALINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, DE 1772, E A SUA APRECIAÇÃO POR ALGUNS ERUDITOS ESPANHOIS

PROÉMIO

O estudo que segue constitui o segundo trabalho da primeira série de *Estudos pombalinos*, que temos vindo a publicar, e ocupa-se da reforma pombalina da Universidade e da maneira como ela foi acolhida por três dos mais ilustres eruditos espanhóis da 2.ª metade do século XVIII.

Destinada esta nossa colecção a tratar de assuntos ainda desconhecidos e de pontos duvidosos da vida e govêrno do marquês de Pombal pareceu-nos interessante tornar públicas três cartas inteiramente inéditas, e até desconhecidas — cremos bem — de três distintos homens de sciência e de letras espanhóis: Pedro Rodrigues Campomanes, Frei Rafael Rodrigues e Fernando José de Velasco. Fomos encontrar esses preciosos e curiosos autógrafos no maço R. 39 do antigo arquivo do Ministério da Justiça, acompanhados duma interessante carta de Frei Manuel do Cenaculo para o marquês de Pombal. Além dêsses outros documentos servem de firme socalco a êste trabalho onde estudamos, posto que fugidiamente, a famosa reforma universitária de 1772, a qual — diga-se de passagem, mas desde já — constitue uma das mais im-

portantes inovações no ensino superior do século XVIII, e um dos mais gloriosos acontecimentos da história da pedagogia portuguesa.

A. F.

CAPÍTULO I

A Universidade de Coimbra antes da reforma pombalina

Quando se chega à reforma da Universidade, do marquês de Pombal, em 1772, o ensino ministrado nesse estabelecimento encontrava-se num estado de horrível atrazo, porque essa escola havia permanecido no mais atroz obscurantismo tanto scientífico como pedagógico. Efectivamente, o que ali se ensinava não estava só atrazado de um e dois séculos, porque a própria organização dos estudos, a orientação do ensino e a forma de o ministrar eram igualmente obsoletos.

Mas não era só a nossa Universidade que se encontrava na mais lamentável decadência. Outro tanto sucedia às Universidades dos países mais civilizados, como a França e a Inglaterra. Por isso, Liard, na sua *História do Ensino Superior em França de 1789 a 1889,* não deixa de assinalar que muitas das 22 Universidades então existentes em França tinham sómente duas Faculdades, não sendo raras, mesmo, aquelas que só dispunham de uma.

Quanto a bibliotecas, colecções scientíficas e material didático, de tudo isso havia nas Universidades, com raríssimas excepções, a mais completa ausência.

As Universidades inglesas nem estavam mais progressivas nos seus planos de estudos, nem melhor apetrechadas para o ensino dos seus discentes; e quanto às Universidades espanholas nem é bom falar, por tal forma

a decadência dos estudos e o obscurantismo dos professores desafiavam as censuras dos críticos — como Saavedra Fajardo, na *Republica Literária,* — e a veia cómica dos autores de sainetes. O mesmo acontecia às Universidades italianas — como escreve Ribeiro Sanches.

Apenas, as Universidades da Alemanha constituiam já excepção, devendo tal explicar-se pelas liberdades de exposição e de crítica concedidas aos professores, e que eram, sem dúvida, reflexos da liberdade religiosa, não se devendo esquecer que a existência de professores livres — os *privat docenten* — em muito contribuiu para a conservação dum alto nível no ensino superior alemão [1].

Como diz Liard, e o repetem numerosos historiadores da pedagogia, no século XVIII nota-se um absoluto contraste entre o estado da sciência — constantemente progressiva e liberta de todos os preconceitos, — e a situação do ensino rotineiro, obsoleto, imobilizado no escolasticismo e tão submisso ao dogmatismo religioso como ao autoritarismo docente.

Ao passo que fora das Universidades a sciência renova-se, abandonando a senda do metafisicismo e deixando cada vez mais de ser verbal para se tornar crescentemente experimental, que a matemática progride a olhos vistos, que a física cautelosamente se desenvolve, que a química se constitue, que as sciências biológicas passam de sua fase descritiva para um estado analítico que ha de vir, mais tarde, condicionar as grandes sínteses de

---

[1] Havia, mesmo, na Alemanha universidades caracterizadas pelo seu espírito liberal. Assim, a Universidade de Bonn foi o teatro de diversas agitações entre 1761 e 1790. Ver um estudo de J. R. Haarhns sôbre os movimentos anti-ultramontanos nessa universidade católica durante o século XVIII, in *Historische Vierteljahrschrift,* IV Jahargany, Helft 3.

Darwin e Lamarch, ao passo que — iamos dizendo — tudo isso se dá fora das Universidades, nestas nada se reflecte de tais avanços, continuando fechadas ciosamente a esses progressos e conquistas da filosofia e da sciência. Por isso, é hoje princípio incontroverso que no século XVIII tais renovações da filosofia e tais adiantamentos da sciência deram-se fora das Universidades, sem elas, e, até, contra elas.

Só no fim do terceiro quartel dêsse século uma reacção se manifesta neste canto da Península contra tal estado de cousas, e uma excepção surge: a da Universidade de Coimbra reformada pelo marquês de Pombal, em 1772.

Mas, para se avaliar o que de progressivo, de elevado, de monumental representa essa reforma essencial é estudar, ainda que em rápido escorço, o estado em que se encontrava a Universidade nas vesperas da reforma pombalina.

Se bem que houvessem sido diversas as reformas por que passou a nossa Universidade atravez dos séculos XVI, XVII e nos primeiros três quartéis do século XVIII, o que é certo é que com elas nada ganhou o ensino. Como diz D. Francisco de Lemos na *Relação geral do estado da Universidade de Coimbra:* «todas as reformas que a êste tempo se fizeram limitaram-se à interpretação, declaração, revogação e extensão de alguns Estatutos antigos, e poucas foram as providências que de novo se acrescentaram a benefício das Letras».

Efectivamente, a Universidade era uma instituïção muito mais teocrática que pedagógica, e muito mais destinada à defeza da intangibilidade dos dogmas que a cuidar dos progressos do ensino, e, isto sem excluir as práticas da hagiologia e do ascetismo, como se prova pelas diligências junto do papa em favor da canonização de D. Afonso Sanches e de sua mulher D. Tereza Martins,

da serva de Deus Maria do Lado, e do padre Bartolomeu do Quental[1].

Sob o ponto de vista filosófico, a Universidade permanecia no escolasticismo medieval, mantido pelos jesuitas contra a liberdade crítica da Renascença.

Sob o ponto de vista scientífico, a Universidade debatia-se no mais crasso obscurantismo, não se salvando, sequer, o ensino da teologia, pois, como dizia Verney no seu *Verdadeiro Methodo de estudar*, a êsse respeito: «Esta Faculdade trata-se pessimamente em Portugal, não só nos conventos mais ainda nas Universidades». O mesmo pedagogista, referindo-se a tal ensino e às suas consequências, escreve: «O primeiro prejuizo que tira o estudante do methodo das Escholas é persuadir-se que a *Escriptura* para nada serve ao Theologo. O segundo é persuadir-se que não ha outra theologia no mundo senão quatro questões de Especulativa, e que tudo o mais são arengas superfluas e ociosidades de estrangeiros».

---

[1] Há, também, a lembrar a canonização de S. Camilo de Lellis que foi muito celebrada em Lisboa. Ver a obra do P.e João Chevalier — *Relação das magnificas festas, com que na cidade de Lisboa foy, applaudida a Canonização de S. Camillo de Lellis, Fundador da Congregaçam dos Clerigos Regulares Ministros dos Enfermos: e Sermoens prègados no festivo Oitavario, que pelo mesmo fim se celebrou no Hospital Real de Todos os Santos*, com XLIII-251 págg., que foi publicada em Lisboa, em 1747.

Nêsse ano apareceu, igualmente, uma *Vida do Glorioso S. Camillo de Lellis*, escrita em italiano pelo P.e Sancho Cicatelli e traduzida em português pelo oratoriano Salvador Martiniano, com XV-362 págg.

E, outro tanto sucedeu com a beatificação do P.e João Francisco Regis, cujas solenidades vêem descritas na obra do P.e Luís Gonzaga — *Relaçam das festas que os padres da Companhia de Jesus, da Caza Professa de S. Roque, em a Cidade de Lisboa, Fizerão em a Beatificação do Bento Padre João Francisco Regis* — opúsculo de 27 págg. que aparecem em Lisboa em 1717.

Falando dos lentes, escreve Luiz Verney: « Uns dizem que estas theologias foram inventadas pelos herejes, e por consequencia são suspeitas. Outros querem defender os longos tratados da Escholastica com a doutrina e santidade de seus autores: S. Anselmo, Pedro Lombardo, Alberto Grande, S. Thomaz, S. Boaventura, S. Raymundo Penaforte, etc., e d'aqui deduzem a prescripção, mostrando que desde esse tempo foi frequentada por todos os theologos, quando a moderna ha muito pouco tempo se introduziu ».

Efectivamente, como informa o dr. Teófilo Braga, por provisão de 6 de Agosto de 1717 era concedida ao lente de prima de Teologia, Fr. Martinho Pereira, uma gratificação para a impressão dos *Comentários* de Pedro Lombardo.

O ensino de teologia estava, pois, em extrema decadência quer pela sua orientação antiquadissima, quer pela decrescente frequência, a ponto de, nas vesperas da reforma de 1772, aparecer escrito numa Consulta da *Mesa da Consciencia e Ordens*: « Várias são as providencias que por esta Mesa se tem expedido para animar os Estudantes Theologos a frequentar esta Faculdade que se acha quasi deserta, considerando-os com annos de mercê, e de lhes levar em conta os que tiveram exercitado na Faculdade de Canones; porem nada basta...».

Emfim, quem precorrer o *Verdadeiro metodo*, de Verney; o *Compendio Historico;* e a *Relação do estado da Universidade de Coimbra*, de D. Francisco de Lemos, encontrará a cada passo as provas da decadência dos estudos teológicos e de direito canónico na Universidade.

Na verdade, Verney, que, na carta XV da sua citada obra, se ocupa do ensino do direito canónico nota a decadência dêle, a forma elementar, inepta e inutil como eram tratadas as matérias e a completa ausência duma base históricà em tal ensino. D. Francisco de Lemos

corrobora, mais tarde, escrevendo: «Parece incrivel; mas é certo, que nos ultimos tempos não havia ensino publico nas Escolas juridicas. Todo o grande apparato de Cadeiras e de Lentes juridicos, ordenado para o ensino de Jurisprudencia, se reduzia unicamente ás lições de *Instituta* de Justiniano, as quais tambem tinham longos vazios. Todas as mais cadeiras estavam sem exercício. Os lentes não liam, e os estudantes não frequentavam as aulas, e nem rezidiam. Assim, viam-se as aulas desertas; a Universidade despovoada de estudantes, e só frequentada na ocasião das matriculas; na qual concorria uma innumeravel multidão de estudantes de todas as partes do Reyno a pôr o seu nome no Livro de matricula».

Dêste modo, o ensino era de tal forma deficiente que os estudantes nem compareciam nas aulas nem estudavam particularmente, e lá passavam todos, pois como diz aquele reitor: «Mas a reprovação de um estudante, ainda que fôsse conhecidamente ignorante e negligente, era um caso rarissimo, e o que se via era sahirem todos da Universidade com as suas cartas correntes, para gosarem dos privilegios que as leis concedem aos bachareis e doutores verdadeiramente letrados; para terem o uso livre de uma profissão que não sabiam; e para enredarem os povos com mil varedas e gyros forenses, de que he fecundissima a rabulisse» [1].

Não era melhor que os antecedentes o ensino na Faculdade de Leis.

Verney, na citada obra, escreve, com *charge*, àcerca do ensino do Direito civil na Universidade; «Com isto vai para a Universidade e lhe dão as *Instituições* de Justiniano, que elle estuda pelo Manzio [2], ou outro semelhante.

---

[1] *Relação geral do estado da Universidade de Coimbra*, pág. 25.

[2] Gasp. Manzius era o autor de uma *Bibliotheca aurea*, *juridico-*

Acabado este primeiro anno de *Instituta,* como elles lhe chamam, no qual talvez não acabou de passar o primeiro livro [1], dão-lhe uma ou duas Postilhas das gavadinhas sobre algum tratado particular de Leis, e nelas se empregam até fazerem Conclusões em uma materia, o que sucede no quinto anno, se acaso não teve algum anno de Theologia, etc. No seguinte faz o seu Bacharel com um ponto que lhe saiu por sorte, cuja lição o bacharel nem faz, nem entende, mas um Doutor a faz e explica mui bem, e até lhe aponta os argumentos que lhe devem pôr. Segue-se o acto, no qual se o estudante é confiado e repetiu bem de memoria a lição, ou responda ou não aos argumentos, sae approvado e com boas informações; e se o prezidente tem empenho, é infalivel o bom successo. Faz Licenciado no seguinte anno, que é outro acto semelhante, metade em Portuguez, e tomando o gráo fica capaz de seguir a Curia ou Universidade... » [2].

Depois, critíca que o estudo das *Instituições* seja feito atravez de comentadores « diffuzissimos », como Manzio, Oinotom, Vinio e outros, e continua mostrando a deficiência de tal ensino [3].

Quanto ao estudo de medicina, longe de ser excepção ao estado geral da decadência do ensino universitário

---

-politica-theoretico-pratica, cuja ed. de Francfort-sobre-o-Meno, em 3 vols., de 1695-1701, foi bastante conhecida no nosso pais.

[1] O mesmo diz, mas muito mais categóricamente, o *Compêndio histórico.*

[2] Verney *ob. cit.*, 1746 t. II, pág. 141.

[3] Há a notar que as *Instituições* de Justiniano podiam estudar-se sem ser atravez da obra de Manzio. Em 1737 era publicada em Lisboa uma tradução, feita por Francisco de Almeida Jordão, da obra de Francisco Bermudez de Pedraça, — *Arte legal para estudar a jurisprudencia, com a exposição aos Titulos da Instituta do emperador Justiniano.*

pré-pombalino, antes mais o confirmava [1]. Por isso, escreve D. Francisco de Lemos: « Pelo que pertence á disciplina, estava o ensino publico da Medicina no mesmo estado das Faculdades teologica e juridica. Não havia tambem lições nas aulas de Medicina. Os Mestres cuidavam mais na utilidade particular de curar do que na publica de ensinar; os estudantes eram poucos em numero, e supposto que particularmente dirigiam os seus estudos não podiam fazer mais uteis progressos, assim porque a authoridade dos professores mais velhos os continha no cháos da Medicina Escholastica, como porque não tendo conhecimento dos principios solidos e verdadeiros da Medicina não podiam entender os authores que liam, os quaes fundavam a Theoria medica nos ditos principios ». E continua:

«Ordenavam os Estatutos que se ensinasse a Anatomia e se fizessem demonstrações [2]. Que se ensinasse a Ci-

---

[1] Para se reconhecer qual o estado dos conhecimentos médicos em Portugal na primeira metade do século XVIII, basta manusear a obra de Bràs Luís de Abreu que tem o edificante e curioso titulo: *Portugal Medico ou Monarchia medico-lusitana. Historica, pratica, symbolica, ethica, e politica. Fundada, e comprehendida no dillatado ambito dos dous Mundos Creados Macrocosmo, e Microcosmo*... Essa obra de XLII-763-1-16, saiu impressa em Coimbra, na oficina de João Antunes, em 1726.

Há, comtudo, excepções tanto mais honrosas quanto mais raras e notáveis. Importa lembrar, sempre, o nome de Fr. João Ferreira da Rosa que com a sua obra — *Tratado unico da constituiçam pestilencial de Pernambuco,* aparecida em Lisboa, em 1694, foi o primeiro médico que escreveu sôbre a febre amarela e o seu tratamento. Também, o Dr. Simão Felix da Cunha publicou, em 1726, sôbre o mesmo assunto uma obra classificada de preciosa pelo Dr. José Pereira Mendes, em 1857, quando a febre amarela assaltou Lisboa. É o *Discurso e observaçoens apollineas sobre as doenças que houve na Cidade de Lisboa*...

[2] Verney, sempre mordente, afirma que tais demonstrações se limitavam à dissecção de um carneiro.

rurgia, e se apprendesse a pratica da Medicina no Hospital. Todas estas disposições se illudiam, ou faltando-se totalmente a estes deveres, ou cumprindo-os de um modo perfunctorio e inutil. Tudo porque estes estudos encaminhavam para o estudo simples da Natureza, dos quaes se apartavam os Escholasticos; porque só queriam esgrimir syllogismos na Escola, e evaporar-se em discursos sofisticos e idéas, que promovessem o paiz das quimeras » [1].

Efectivamente, a contumácia da filosofia de Aristóteles e a mania silogística tornavam impossível uma orientação progressiva baseada nos progressos que a filosofia vinha apresentando, de Descartes a Leibnitz e Wolff, e nos avanços das sciências.

Verney fazendo a descrição crítica do curso médico, escreve: « O primeiro anno de Medicina costuma pela maior parte ser o quarto de Philosophia, no qual fazem Conclusões e Licenceado... é superfluo repetir-lhe que cousa sejam as Filosofias naturaes d'aquelle anno, as quaes são todas talhadas pela medida Periptetica. Nos seguintes, obrigam a estudar temperamentos, humores, espiritos, partes, faculdades, etc., depois, causas das doenças, febres, pulsos, crises em alguma das quaes materias fazem no terceiro e quarto anno as duas Tentativas. Depois disto, de *locis affectis, de victus ratione, sanguinis emissione, purgatione*, etc., em que faz terceiro acto no quinto anno. No sexto anno, *de methodo, et recto praesidiorum usu*, em que fez quarto e ultimo acto, e vae algumas vezes á Pratica. E com isto lhe dão licença para curar... De que nasce, que não é possivel formar conceito da Medicina quem estuda por este estilo.

« Acrescento a isto que se servem de *Villa Corta, Heredia, Bravo* e outros taes galenicos, que são capazes de

---

[1] *Relação geral do estado da Universidade de Coimbra*, pág. 38.

fazerem perder, não digo só a paciencia, mas o juizo, e embrulharem a mesma Logica natural, quanto mais a Physica, com os maos principios que ensinam »[1].

Se as matérias do ensino médico eram as que acabamos de ver, o método de ensino, êsse atingia as raias do fantástico. O *Compendio Historico* conta: « Grande parte do tempo das aulas se consumia em fazer os estudantes escrever as Postillas que dictavam, as quaes ou eram traslados d'aquellas que haviam já sido dictadas por outros, ou eram taes que mereciam justamente o desprezo dos sabios.

« O outro espaço que restava da hora se passava em conversações de pouca importancia... ». De resto, isto poucas vezes sucedia por falta de ouvintes que os professores não sabiam atrair.

Mas, durante os actos e exames tudo mudava, como por encanto, e a paz octaviana das aulas cedia o lugar á mais infrene das algazarras, Conta, pitorescamente o *Compendio Historico:* « Enfurecia-se o presidente; gritavam os arguentes; accendia-se o deffendente; todos queriam ter razão, e como estavam d'ella distantes, nenhum socegava, todos clamavam, e só vencia quem era mais destro e subtil em lançar palavras picantes. O defendente saia comtudo approvado, podia ser promovida á honra dos gráos academicos, e depois ir exercer livremente a Medicina em prejuizo commum de todo o reino »[2].

Quanto ao ensino da Matemática, na Universidade, nem chegava ali, a ser, como o de Direito e de Medicina, uma méra formalidade. O ensino da Matemática só existia de direito, mas não se ministrava de facto, pois a cadeira que fôra ocupada pelo P.e João Coning foi, depois, preen-

---

[1] In *Verdadeiro methodo de estudar,* 1746, t. II, pág. 103.

[2] In *Compendio historico,* pág. 354.

chida por Fr. Inácio de Ataíde, estando, à data da reforma pombalina, vaga havia 60 anos. Por isso, e com razão, escreve D. Francisco de Lemos: « O estudo d'esta sciencia, que produziu tantas utilidades a este Reyno, e que do seculo passado para cá se tem cultivado com tão feliz successo em todas as nações civilisadas da Europa, se achava inteiramente abandonado na Universidade »[1].

Os processos do ensino matemático reduziam-se a pouco: « são disputas de nomes — diz o famoso Verney, — applicadas aos Ceos, Meteoros, Geração, etc. Estas materias estudam elles pelo Suares lusitano ou pelo Comptono, ou Rhodes, ou cousa que o valha; a Geração e Corrupção por uma postilla impressa de P. Francisco Ribeiro; os outros por outros semelhantes manuscriptos... Estes bons Religiosos passaram a sua vida no seu cubiculo escrevendo; serviram-se do que acharam escripto, e assim não podiam compôr obras melhores d'aquellas por que se guiaram. Diga-me V. P. quem ensinou Philosophia natural aos Suares, ou Comptono, ou Arriaga, etc. ou aos outros que os seguiram? Onde fizeram as experiencias? »[2]. O que Verney diz acerca da idéa que aqui se fazia da forma do ensino e da cultura dos professores das outras disciplinas, corrobora-o ao tratar da matemática, escrevendo:

« Sei que a maior parte dos professores d'este reino consideram a Mathematica como alheia da Physica; e quando ouvem fallar em Mathematico, logo lhe perguntam se hade chover ou fazer bom tempo; confundindo loucamente as conjecturas de alguns máos physicos e peores astrologos com a verdadeira Mathematica. E já assisti a umas conclusões de Mathematica em que, ven-

---

[1] In *Relação geral do estado da Universidade*, pág. 45.
[2] Verney — *Verdadeiro methodo de estudar*, pág. 29.

do-se o defendente obrigado a mostrar o que dizia com uma figura, gritou o arguente: *Que bicharoco é esse? tire para lá isso.* O auditorio applaudiu muito este dito; mas eu tive compaixão de uns e outros, tal é a ignorancia d'estes paizes... E finalmente, nunca vi Conclusões de Mathematica em que não houvessem risadas; de sorte que vão ás ditas conclusões como quem vai á comedia, porque entendem que são ridicularias que só servem para divertir »[1].

Mais tarde, D. Francisco de Lemos — a pág. 46 da sua *Relação geral do estado da Universidade* — não deixa de referir-se ao « esquecimento e abandono total dos estudos mathematicos ».

Igual fase de decadência apresentava a chamada *Faculdade das Artes,* onde, para cúmulo da venalidade, se vendiam aprovações em exames, pois no *Palito metrico* lá vem a sangrenta alusão aos « que no Collegio das Artes se examinaram de Latim por procurador ».

Eis, pois, o que era a Universidade sob os aspectos filosófico, scientífico e pedagógico. Sob o ponto de vista moral e disciplinar a situação estava longe de ser melhor. Até à reforma do marquês de Pombal a vida dos estudantes em Coimbra não era nada modelar.

Os que ali ficavam, depois de feitas as matrículas, longe de justificarem tal permanência com as necessidades do estudo, antes a utilisavam na prática de desordens e motins, e até de crimes, pois contavam com a protecção, ou, pelo menos, com a benignidade do fôro académico que os libertava do possível rigor dos tribunais civis.

Daí, as constantes brigas entre os estudantes e entre estes e o povo de Coimbra e arredores, e as ameaças e os tumultos contra os oficiais da justiça.

Umas vezes tais actos de violência, indo até ao bandi-

---

[1] Verney, *Ibid.*, pág. 44-45.

tismo, eram praticados individualmente, mas outras não era assim, pois os estudantes reüniam-se em grupos ou *troupes*, e, até, se associavam em agremiações, sendo destas a mais característica e afamada o chamado *Rancho da Carqueja* que cometeu as maiores violências com o rapto e violação de filhas-famílias e de senhoras casadas, assassinatos, arruaças, desordens, espancamentos, etc., tornando-se necessária uma força de 400 soldados para acabar, em Janeiro de 1721, com tal bando de malfeitores, sendo na madrugada de 20 dêsse mês presos os componentes de tal sociedade[1].

Apesar-da repressão violenta contra os membros do *Rancho da Carqueja* não foi êste o último conluio, de tal natureza, pois em 1737 há notícia de um outro Rancho[2].

Emfim, a Universidade, deliquescia no seu corpo docente, imobilizado na matéria e nas práticas do ensino, esgotando a sua actividade nas ostentações dos actos, nos cortejos, nos *in forma praestiti,* nas discussões infindas dos conflitos de jurisdição entre a Universidade e os corpos e tribunais civis e nas questões de precedência.

Tal era a Universidade que ia ser atingida pelo ciclone irresistível da reforma de 1772, tal foi a Universidade que derruiu cerce para sôbre os seus escombros se erguera dominadora e imortal a Universidade pombalina.

---

[1] Acêrca do *Rancho da Carqueja*, ver o *Conimbricense* de 1866-1870; Dr. Teófilo Braga – *História da Universidade de Coimbra*, t. III, pág. 161 e seggs.

[2] O espírito de turbulência e desordem havia-se tornado endémico nas gerações que vieram passando pela Universidade, como se vê pelas provisões de 1648, 1656 e 1671, acêrca das desordens e arruaças cometidas pelos estudantes e dos hábitos licenciosos dêstes.

CAPÍTULO II

O marquês de Pombal e o ensino. Como os acontecimentos impeliram êsse estadista para as reformas pedagógicas

Ao contrário do que têm afirmado alguns historiadores e publicistas o marquês de Pombal foi um político de sistema, mas não foi nm político de programa. Quere dizer, quando subiu ao poder levava concepções definidas em assuntos de govêrno e de administração, tinha ideas gerais, claridades, e, mesmo, conhecimentos concretos em materia financeira, agrária, industrial, comercial, de fomento colonial, etc. [1].

Mas, em 1750, quando foi chamado ao poder não levava — como hoje sob dizer-se — um programa ordenado de reformas a fazer. E, se tal sucedeu no que respeita às reformas administrativas e económicas ainda mais se passou com as reformas de ensino que, muito mais que quaisquer outras, foram inteiramente condicionadas pelos acontecimentos, surgiram, brotaram senão dêles, pelo menos, das circunstâncias provenientes dêles.

Efectivamente, estudando-se a cronologia das reformas do marquês de Pombal, nota-se o arbitrário das suas medidas de govêrno, o que mostra bem que foram os acontecimentos que o levaram a legislar sôbre cada uma.

Abstraindo das questões de política externa que Pombal, pelo seu carácter de antigo embaixador em Londres e de negociador em Viena, muito bem conhecia, não é de estranhar que êle, permanecendo ausente do país, des-

---

[1] Gosava, ainda nesse tempo, de certa nomeada a obra de Gasp. de Rial — *La science du gouvernement,* em 8 volumes, que aparecera entre 1661 e 1664, e que Pombal conheceu.

conhecesse, por uma forma concreta e detalhada, a situação económica e financeira do país. Mas, êle que não passara em vão doze anos no estrangeiro, antes, olhara com atenção às práticas de govêrno dos principais países da Europa, e, até, estudara, com admirável cuidado e meticulosidade, vários assuntos de administração, tinha ideas definidas e princípios assentes que, proporcionadas as circunstâncias, seriam postos em prática.

Como já dissemos, êsse carácter arbitrário, ocasional, das suas medidas governativas salienta-se atentando na serieção cronológica delas. Assim, a abrir o reinado de D. José encontramos, além de diversas providências sôbre o luto pela morte de D. João V e acêrca da aclamação do primogénito, dois contratos com António de Oliveira Guimarães, sendo um dos dizimos reais da Capitania de Baía, e outro de dizima das Alfândegas de Pernambuco e Paraiba, e ainda o contrato dos dizimos do Rio de Janeiro feito com José Francisco Rolim.

A primeira providência com a referenda de Sebastião José de Carvalho tem as datas de 11 e 18 de Janeiro de 1751, e diz respeito à forma de abreviar e simplificar o despacho e saída do linho, chumbo, arroz, amendoa, figo, etc., e, talvez não seja estranha à vontade de Carvalho a reorganização do serviço e da instrução de pilotos, e, certamente, colaborou no *Novo Regimento da Alfandega do Tabaco do Brazil,* de 16 de Janeiro de 1751, e no decreto sôbre as providências tendentes a melhorar a cultura e o comércio do açúcar e do tabaco. Mas, já o mesmo não é fácil assegurar quanto ao *Regimento das Intendências e Casas de fundição,* que só traz a referenda de Diogo de Mendonça Corte-Rial, nem é fácil atribuir-lhe a curiosa «Lei, por que Vossa Magestade ha por bem fazer caso de devaça o delicto de porem córnos nas portas, e sobre as casas de pessoas casadas, ou em partes em que claramente se entende se dirige este excesso contra as

mesmas pessoas: na forma assima declarada», que tem a data de 15 de Março de 1751.

Mas, deixemos tal enumeração das medidas do govêrno levadas a efeito no início do reinado de D. José, pois, mesmo, não passando dum simples enunciado, e abstraindo do mais pequeno estudo de tais diplomas, tornaria muito extenso êste trabalho, e ficaria aqui um pouco deslocada.

Não há dúvida que a preponderância de Sebastião de Carvalho foi em grande parte devida às providências inteligentes, rápidas e proficuas por êle tomadas logo a seguir ao terramoto. Foi essa preponderância — já por si só, já pelo orgulho que ela despertou em Carvalho — uma das mais poderosas causas do descontentamento da nobreza e do clero, se bem que outros fôssem de considerar, como os interêsses materiais e morais de muitos feridos pelos diplomas e decisões do Secretário de Estado.

Não houve então influência que se não movesse, astucia de que se não usasse, intriga a que se não recorresse. Mas, tudo foi vão, inútil, e, até contraproducente. D. José e Sebastião de Carvalho estavam cada vez mais conformes, mais identificados, um com o outro. Daí, o raciocínio simplista dos inimigos de Carvalho segundo o qual para alijar êste era necessário matar ou, pelo menos, apavorar o rei. Tal raciocínio pôsto em prática deu a tentativa de regicídio.

Se o ódio não fôsse um sentimento tão absorvente que obceca o espírito onde se gera e obnubila, por completo, a capacidade de raciocinar os inimigos de Carvalho poderiam compreender que a tenebrosa emprêsa em que se iam meter tinha uma percentagem de insucesso de 90 contra 10, e que em tal caso a desforra de Carvalho, confundida com a vingança de D. José, seria horrível, e, diga-se o que se disser, inteiramente lógica dentro do espírito e dos costumes da época.

Não se captam áditos nem se convencem adversários a tiros de clavina.

Assim, antes, mais se radicam ódios e se géram perseguidores, pois quando o homem, como as feras, só se embosca para melhor matar o homem, natural é que a defesa se torne por sua vez, um ataque, e que a mais prudente defensiva ceda logo a vez á mais violenta perseguição. Em tais casos só há uma forma de pensar e uma norma de proceder: mata antes que te matem, porque tal sentimento de defesa é de todos o mais forte, tendo como socalco indestrutível o instinto da conservação.

Não tem faltado, especialmente entre aqueles a quem nunca repugnaram as brutais torturas do Santo Ofício e as scenas e os espectáculos horríveis dos autos de fé, quem flagele a memória de Pombal pela fereza com que foram castigados os acusados de regicidas, querendo ver em tal acto de Pombal uma prova concludente da maldade do seu espírito, da deshumanidade do seu coração, da brutalidade do seu carácter. Contudo, deve dizer-se que quem por essa forma interpretou o castigo dos regicidas não compreendeu que tal fereza obedeceu a um juízo de govêrno, foi uma obra de cálculo político.

De resto, os regicidas sempre teriam que sofrer as penas a que foram condenados. Aplicar tais penas com maior ou menor exibição e crueldade era dar com tais execuções uma séria lição e uma conveniente prevenção a quem quisesse repetir a façanha: era aterrorizar, e, por isso, desarmar, os inimigos do primeiro Secretário de Estado de D. José.

Emfim, àqueles que tanto se revoltam com o rigor das execuções da marquesa de Távora, D. Leonor, e dos seus companheiros de infortúnio têm-se esquecido de preguntar quantas outras tentativas de conspirações semelhantes evitou Pombal, e quantas outras vítimas de iguais suplícios poupou o *feroz* Secretário de Estado com as

scenas de terror de tais execuções — bem mais convincentes que quantos conselhos e humilias!

Mas, perguntará o leitor, a que propósito é chamado aqui, ao tratar-se da reforma pombalina da Universidade, o caso do regicídio? Já lá vamos.

Durante a instrução do processo respectivo, por várias denúncias e em vista de diversas atitudes que os jesuítas haviam tomado, especialmente logo a partir do terramoto, Pombal chegou à conclusão que êles não haviam sido estranhos ás intrigas urdidas e às cabalas organizadas contra êle, sem exceptuar a conspiração do regicídio. Foi, pois, a partir dêste acontecimento, e imediatamente por causa dêle, que se iniciou a luta contra a Companhia de Jesus.

Efectivamente, após a execução dos acusados de regicídio a Junta da Inconfidência, por onde correu o processo daqueles, reüniu-se para tratar dos jesuitas. Acêrca dêstes foi deliberado fazer se o sequestro dos seus bens; recomendar aos bispos que explicassem em pastorais a parte que os jesuitas haviam tido no atentado contra o rei; dissolver as casas da Companhia, indo os religiosos do 4.º voto missionar para a Africa, e sendo presos aqueles cujo procedimento tal justificasse. Também, a Junta emitiu parecer que as escolas dos jesuitas fôssem substituidas por escolas oficiais do Estado. Deixemos as outras providências, para só cuidarmos aqui da criação das escolas regias. Na verdade, por alvará de 28 de Junho de 1759 eram extintas as escolas e as classes dos jesuítas, e organizavam-se, com um carácter nacional e secular, os *estudos menores,* isto é, os ensinos primário e secundário.

Numerosas e importantes foram, então, as providências tomadas sôbre os estudos menores, sendo inteiramente postos de parte os métodos e processos do ensino dos jesuitas, já então muito criticados pela Congregação

do Oratório, pelas famosas cartas de Luís António Verney, por Jacob de Castro Sarmento e António Nunes Ribeiro Sanches. Efectivamente, pelo aludido alvará era, de todo proïbido, no ensino do latim, a *Arte* de Manuel Alvares, sendo adoptado o *Novo método da gramática latina*, de António Pereira, usado nas escolas da Congregação do Oratório, ou a *Arte de gramática latina*, reformada por António Felix Mendes. Á reorganização do ensino segue-se a nomeação de D. Tomás de Almeida, principal da Igreja de Lisboa, por alvará de 6 de Julho de 1759, para Director geral dos Estudos, seguindo-se depois, a nomeação de vários professores, a importante medida da impressão, em edições oficiais, de vários livros de ensino, como as *Instituições*, de Quintiliano; a *Minerva*, de Francisco Sanches; a *Ortografia*, de Verney, as *Orações selectas*, de Cicero; os primeiros livros de Tito Lívio, etc.

Outras medidas que se seguiram diziam respeito aos exames de preparatórios para a entrada na Universidade, ao provimento das cadeiras de retórica dêste estabelecimento, ao ensino da filosofia etc. [1].

Mas, entendia Sebastião de Carvalho que não bastava fornecer instrução ao povo e à classe média, antes, essencial era ministrar à nobreza uma boa cultura humanista a uma sólida instrução scientífica, de forma a fazer sair essa classe da sua existência parasitária, do seu analfabetismo, e a fornecer-lhe estímulos de progresso e um novo ideal da existência humana. Emfim, Carvalho pensava criar um instituto tendente a fazer da nobreza uma

---

[1] Êste ponto da criação e funcionamento das escolas menores da reforma pombalina foi já estudado, pôsto que muito elementarmente, na nossa obra: *O Marquês de Pombal e a reforma dos estudos menores*, 1915.

classe útil a si e prestante ao país pela sua encorporação no exército.

Tais foram os objectivos da fundação do Colégio dos Nobres que veio a dar-se pela carta de lei de 7 de Março de 1761, sendo quási certo que o ideal de tal fundação e o plano da sua organização foram devidos ao eminente Dr. Ribeiro Sanches [1].

Se bem que fôsse grande o interêsse de Pombal pela criação do Colégio dos Nobres, êste só começou a ser organizado em 1765, fazendo-se ali o ensino de aritmetica, algebra, geometria, trigonometria e desenho, física, filosofia, história, gramática, arquitectura civil e militar. A razão de tal demora consistiu nos cuidados que mereceram, por êsse tempo, ao Secretário de Estado os assuntos diplomáticos relativos ao Pacto de família, à extinção da Companhia de Jesus, e as questões militares emergentes da guerra com a Espanha, e da organização do exercito pelo Conde de Lippe.

A-pesar-da boa vontade do Secretário de Estado a vida do Colégio dos Nobres foi efémera. Tempo depois, escreve a êsse respeito Bento José de Sousa Farinha: «Nos primeiros dez annos da sua existência nelle se criaram uns trinta fidalgos, dos quais aí estão e fazem vulto os que nêlle vingaram e se aproveitaram; mas, depois que deu esta primeira camada, nunca mais medrou nem luziu». A seguir, atribui tal decadência ao «pouco zêlo e actividade dos Mestres», e ao facto da pensão anual ser muito elevada — 120 mil réis.

Vamos tratar agora da reforma da Universidade, mas antes disso revejamos o caminho percorrido. Vimos já a que gráu de decadência chegara a Universidade nas

[1] Como escreve o principal Almeida num relatório de 23 de Setembro de 1767: «A guerra embaraçou o estabelecimento de todos os Estudos, assim no Reino como nas conquistas . . .».

vésperas da reforma pombalina, e notamos, também, que Pombal longe de levar para o govêrno um plano geral de reformas, de ter um programa — como diriamos hoje, — com excepção de algumas medidas económicas e de administração, foi impelido pelos acontecimentos para muitas das suas reformas,

Assim, foi a política do *Pacto de família*, e, muito directamente, a guerra com a Espanha, que o levou a chamar a Portugal o conde de Lippe e os oficiais seus camaradas estrangeiros, e a reformar o exército.

É a mesma lógica dos acontecimentos que o põe em frente da necessidade de reformar a Universidade de Coimbra. Essa lógica, que é evidentíssima, leva Pombal a perseguir, até o aniquilamento, a nobreza que figura em todas as intrigas e cabalas contra êle e o seu govêrno; e pelo mesmo motivo combate, até o extermínio, a Companhia de Jesus. Mas, dava-se o caso da Companhia ser a principal detentora do ensino médio e a exclusiva ministradora do ensino superior.

Por isso, expulsa a Companhia essencial era reorganizar todo o ensino, secularizando-o e tornando-o oficial, nacional. A partir de 1759 tratou-se de organizar o ensino popular e médio humanista, e entre 1761 e 1765 criou-se o ensino médio scientífico com a fundação e a organização do Colégio dos Nobres.

Agora cabe, a vez à Universidade de Coimbra.

Havendo sido extinta a Universidade de Evora — pertença dos jesuítas, — restava reformar profundamente, e secularizar, a nossa unica Universidade: a de Coimbra.

CAPÍTULO III

A reforma da Universidade de Coimbra. Sua natureza e importância

A reforma da Universidade, de 1772, constitui, sem a menor reserva nem o mais pequeno favor, a maior, a mais notável, obra governativa de Pombal.

Se é quási certo que já de há muito o famoso Secretário do Estado vinha ruminando na imperiosa necessidade de reorganizar o ensino universitário, especialmente quando, em 1759 expulsou os jesuítas e reformou os *estudos menores*, e, de 1761 a 1764 organizou o Colégio dos Nobres, não há dúvida que foi a partir de 1765 que Pombal mais se começou a interessar pelo assunto, havendo ainda que ter em conta as influências externas, e, principalmente, a de Ribeiro Sanches.

Na verdade, se foi grande a acção inspiradora e orientadora de Ribeiro Sanches na fundação do Colégio dos Nobres, não foi menor a sua influência na reforma da Universidade, e, em especial, na completa reorganização dos estudos médicos. Efectivamente, quem percorrer o *Método para aprender a estudar a medicina*, de Ribeiro Sanches, lá encontrará muitas das ideas básicas da reorganização do ensino médico da Reforma de 1772.

Com efeito, é em 1765 que o Dr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, desembargador da Casa da Suplicação, foi encarregado de reorganizar as Faculdades de Direito civil e canónico, além da regulamentação de outros estudos. A José Monteiro da Rocha e a Ciera coube a missão de organizar os estudos da Faculdade de Matemática, e a Franzini e Vandelli os da Faculdade de Filosofia, competindo a Galter Wade a função de

rever e articular o que escrevera Francisco Sanches sôbre o ensino da Medicina [1].

Adiantada a elaboração do material para a organização das novas Faculdades e reforma das antigas, instituiu-se, por carta de lei de 23 de Dezembro de 1770, a *Junta de Providência literária*, que funcionava sob a direcção do cardeal da Cunha e de Pombal, fazendo dela parte o bispo de Beja, os desembargadores do Paço, drs. José Ricalde Pereira de Castro e José de Seabra da Silva; o dr. Francisco António Marques Giraldes, deputado da Mesa da Consciência e Ordens; o dr. Francisco de Lemos de Faria, reitor da Universidade; o dr. Manuel Pereira da Silva, desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação; e, por último, o dr. João Pereira Ramos de Azeredo.

Sabe-se hoje, pelo *Diário* de Fr. Manuel do Cenáculo como funcionava a *Junta*, quais os assuntos que se debatiam nas sessões, a marcha do estudo da reforma, a fixação dos métodos de ensino, a escolha dos compêndios e dos livros de consulta dos alunos, emfim, pela leitura dessas *Notícias secretíssimas da Junta reformadora da Universidade*, ficam-se conhecendo as pequenas intrigas que formaram o *bas-fond* da *Junta*. Porém, há duas cousas que o carácter crítico, entre aspero, dicas,

[1] Mais tarde, Monteiro da Rocha, numa carta a D. Francisco de Lemos, em 12 de Agôsto de 1800, desdenha a colaboração de Ribeiro Sanches, dizendo «que a Sanches se deu uma tença de 300$000 reis pelos *Apontamentos* que fez para o Estatuto médico, e que não serviram para nada», concluindo-se do seu arrazoado que Rocha trabalhou nos Estatutos das Faculdades de Matemática, Filosofia e Medicina. O seu orgulho leva-o a desdenhar Sanches e a calar a colaboração de Ciera, Franzini, Vandelli e Wade.

Ver a aludida carta in *Instituto*, de Coimbra, vol. xxxvi, pág. 513; Dr. Teófilo Braga, a *História da Universidade de Coimbra*, t. III, págs. 395-396, 399-400.

anedótico e faceto do escrito do Cenáculo não pode deixar de patentear com exuberância: é a dedicação suma que Pombal põe no estudo e discussão da reforma, assistindo, não obstante os seus múltiplos afazeres, à maior parte das sessões; e a forma zelosa, elevada, meticulosa e scientífica como eram estudados os diversos pontos da reforma.

A metódica de trabalho da *Junta* era a melhor possível. Assim, à medida que se iam discutindo e fixando as diversas partes da reforma fazia-se logo a composição em português, seguida da versão em latim por António Pereira de Figueiredo, e feitas as duas versões eram as provas enviadas ao dr. João Pereira Ramos, « porque — como diz Cenaculo — elle é o compositor e coordenador, pois ha seis ou sete annos que El-Rei lhe determinou que fosse ajuntando e compondo o que fosse preciso para a Reforma da Universidade... ». A seguir, conta Cenáculo que a Pereira Ramos competia em especial a parte jurídica « e ao seu irmão o Reitor da Universidade, Francisco de Lemos, se incumbia coordenar e ajustar o que pertence a Mathematica, Philosophia, Theologia e Medicina; mandando o Marquez ao Dr. Gualter Wade que lhe mandasse alguns apontamentos que lhe mandou; e o mesmo Reitor se tem servido muito do Dr. Sacchetti. E quanto ás Mathematicas mandou o Marquez ao Dr. Ciera, Prefeito do *Collegio dos Nobres*, que lhe mandasse apontamentos e instrucções, que mandou; e muitas pessoas tem mandado livros... » [1].

Como se vê, Pombal adoptou aqui o critério moderníssimo do especialismo, encarregando um ou mais espe-

---

[1] As *Notícias secretíssimas da Junta reformadora da Universidade,* que fazem parte do *Diario* de Cenáculo, apareceram no *Conimbricense* de 1869, n.^os 2.328 a 2.331, e foram reproduzidas por Teófilo Braga — *ob. cit.*, pág 398-414.

cialistas da elaboração de cada parte dos Estatutos, sem faltar, para a ligação, com a inteligência coordenadora de Pereira Ramos.

Terminados os trabalhos da *Junta* foi apresentado ao rei, a 28 de Agosto de 1771, o famigerado *Compêndio histórico*, onde é largamente descrito o estado de decadência em que se encontrava a Universidade devido «aos denominados jesuitas». A 25 de Setembro seguinte era notificado ao Claustro da Universidade que estavam suspensos os velhos Estatutos bem como todo o movimento de matrículas, abertura de aulas, juramento de lentes, etc., e finalmente a 28 de Agosto de 1772 o rei assinava a Carta régia nomeando o Marquês visitador e reformador da Universidade.

A-pesar-de não estarem completamente acabados os Estatutos, pois lhes faltava, além de outras cousas, a parte relativa ao *Curso das Humanidades* do Colégio das Artes, foram logo postos em vigor.

CAPÍTULO IV

A crítica do ensino na Universidade antes da reforma de 1772. O que diz o «Compêndio Histórico»

Mas, vejamos, em rápida digressão, o que é o *Compêndio Histórico* que a Junta de Providência literária apresentou em 28 de Agôsto de 1771 a D. José e cujo título completo, prolixo, estopante, é: *Compendio Historico, e Appendix, que dão huma clara, e especifica ideia dos estragos, que os denominados Jesuitas fizeram; primeiro na Universidade de Coimbra; e consequentemente nas aulas de todos estes reinos: para que pelo conhecimento de tão grandes, e tão inveterados males se possam indicar mais sensivelmente os remedios, que hão de constituir os objectos*

das paternaes providencias de Sua Magestade pelo que pertence á theologia, á jurisprudencia canonica, e civil, e á medicina.

O *Compêndio Histórico* é, como a *Dedução Cronológica e analítica*, uma obra de crítica, de polémica, de combate, se bem que seja, naturalmente, muito mais do que esta uma obra didática, ao passo que e *Deducção* é uma obra de méros intuitos políticos. Contudo, os objectivos, duma como doutra, consistem em atacar os jesuítas e provar a sua culpabilidade na decadência moral e material do país, sendo lógica e cronològicamente o *Compêndio Histórico* um desenvolvimento da *Deducção*, especializando a sua análise e crítica à influência nefasta dos jesuítas no nosso ensino.

Vejamos, agora, através do *Compêndio Histórico* o que era o ensino na Universidade antes da reforma do marquês de Pombal.

Como tôda a obra bem metodisada começa o *Compêndio Histórico* por citar e transcrever diversas e extensas passagens da *Deducção*, mostrando assim, a sua relação com esta. Aí na Parte I, faz a história da infiltração dos jesuítas no ensino, desde a acção de Simão Rodrigues, até à completa dominação da Companhia sôbre a instrução. A leitura dêsses dois primeiros *Prelúdios* faz-nos assistir à evolução lenta, gradual e sempre capciosa da influência dos jesuítas no ensino, primeiro até o fim do reinado de D. Sebastião, depois, até à morte de Filipe II, de Castela.

O primeiro *prelúdio*, é todo transcrição da *Deducção,* sendo o segundo já original. O ataque é sempre veemente e, até por vezes, exaltado, contendo, por vezes, enormidades inverosímeis.

Assim, logo no princípio do *prelúdio II* depois de se referir ao desejo que os jesuítas tinham de aniquilar «o grande numero de Professores, e de Homens doutos em

todas as Sciências, que então abundavam no mesmo infeliz Reino», diz o *Compêndio*. «Tomando os ditos Jesuitas o pretexto de que os referidos Doutores sentiam mal do Direito de El Rei Dom Filipe II, fizeram matar occultamente, e affogar no mar mais de dous mil Ecclesiasticos, Regulares, e Homens de Letras», acrescentando, o que já é mais lógico. «... e fizeram, com que muitos outros das mesmas boas qualidades fossem buscar refugio nos Paizes Estranhos, fugindo, como de inimiga, da sua própria Patria...»

O terceiro *prelúdio* é destinado ao estudo sumário dos sete Estatutos primeiros da Universidede, da sua elaboração, e dos objectivos, e características de cada um. O seguinte, destina-se à descrição: «Dos Estratagemas, que foram maquinados, e praticados pelos mesmos Jesuitas para fazerem prevalecer contra o público escandalo os estragos por elles feitos no corpo da Universidade, e nos seus Lentes, e Professores, e nos seus Estatutos, sem que houvessem forças capazes de poder resistir-lhes». Aqui, são apontados três *estratagemas* dos jesuítas, sendo o primeiro o da guerra feita contra a ida de portugueses ao estrangeiro para se instruirem, e à vinda de estrangeiros para ensinarem em Portugal, classificando estes de herejes; o segundo residiu nas intrigas movidas contra o prior do Crato, D. António, tido como judeu por ser filho de judia Violante Gomes, e a favor da dominação espanhola de Filipe II; consistindo o terceiro *estratagema* na reforma universitária de 1592, cujos *Estatutos* foram obra dos jesuítas, e na de 1612 também obra dêles e do «seu Francisco Soares Granatense».

A segunda parte do *Compêndio Histórico* é destinado a descrever os «*estragos*» que os jesuítas fizeram no ensino, tendo o capítulo I por objectivo a descrição «Dos estragos feitos no Estudo da Theologia, e dos impedimentos para ella poder resuscitar da ignorancia, em que

foi sepultada». Esses *estragos ou impedimentos* promovidos pelos jesuítas no ensino da Universidade consistiram: na introdução, pelos *Estatutos* de 1598, da «*Theologia Escolástico — Peripatetica*»; na omissão dum sólido estudo da Bíblia, acaudilhado pelo estudo dos conhecimentos auxiliares da história, cronologia, geografia, filosofia, filologia, crítica e hermeneutica sagrada; na omissão do estudo da Tradição do cristianismo — um dos mais sólidos fundamentos de Teologia; e na ausência do estudo dos Concílios e das biografias e obras dos santos Padres — assuntos esses também muito importantes para um sólido e bem fundamentado conhecimento da Teologia. Ainda outros *estragos* atribui o *Compêndio Histórico* à reforma universitária dos jesuítos, como «o doloso silencio, com que os Authores dos mesmos Estatutos cubriram a falta do estudo da Historia, especialmente sagrada e eclesiastica»[1]. Por sua vez, o exposto acêrca do «*Setimo estrago*», onde se trata dos teólogos estudados nas cadeiras da Universidade, como Pedro Lombardo, S. Tomás, Scot, Durando e Biel, constitui um estudo muito interessante do ensino da filosofia nas Universidades dos séculos XIII a XVII — muito influenciado pelas concepções adulteradas de Aristoteles — e um comentário muito elevado e claro das ideas filosóficas e teológicas daqueles autores[2].

[1] Este ponto é muito interessantemente tratado, mostrando que os inspiradores e autores do *Compêndio* estavam ao facto dos progressos que já então apresentavam a erudição e a crítica históricas, citando as obras de Mabillon, Du Pin, Gerbert, Lami, etc. Efectivamente, a importância dos conhecimentos históricos no estudo das sciências é aqui salientada com o que diz o *Compêndio* sôbre o critério de Cujacio acêrca da história do direito. Ver, sôbre o assunto, a nossa *Teoria da História*.

[2] Êste estudo do ensino da filosofia escolástica no ocidente europeu, a-pesar-de necessàriamente breve, é muito importante pela

O capítulo II é destinado ao estudo e comentário: « Dos estragos feitos na Jurisprudencia Canonica, e Civil, e Impedimentos, com que lhe cortaram os meios para poder restituir-se ao estado florente, em que se achava antes de ser corrompida pelos Maquinadores dos novos Estatutos, e para poder apraveitar-se dos progressos, que nos tempos subsequentes fizeram estas necessarias Disciplinas ». O primeiro dêsses *estragos* consistia na « falta de bom conhecimento da Lingua Latina » — o que impedia um mais fundo conhecimento do direito romano e o estudo « dos Corpos de Direito Civil e Canonico, que ambos só se acham escritos em Latim» [1].

Outro *estrago* resultou do desconhecimento do grego, então muito necessário no estudo da jurisprudência para se « poder ler nas fontes primitivas, as *Novellas de Justiniano*, muitas Constituições Imperiais originalmente concebidas em grego » bem como « para comprehender com mais perfeição a *Parafrase da Instituta de Theofilo* . . .

---

vista de conjunto que apresenta, pelos característicos que atribui aos principais seguidores da filosofia escolástica, e pela elevada noção que ali se dá do « uso da critica, e da razão », contra o ensino dogmático e « a authoridade dos Mestres, como se fosse infallivel ».

[1] A propósito dêste ponto o *Compêndio*, depois de acentuar quanto o movimento literário da Renascença contribuiu para o progresso do estudo do latim e, por essa razão, para um melhor conhecimento do direito romano, aproveita o ensejo para criticar veentemente o método alvarístico seguido pelos jesuítas no ensino do latim, fazendo a tal propósito excelentes considerações pedagógicas, ainda hoje muito de observar no ensino das línguas mortas. Termina por notar a coïncidência do facto de D. João III entregar, em 1555, aos jesuítas o ensino do Colégio das Artes com a decadência que depois apresentou a literatura portuguesa, onde haviam brilhado Jerónimo Osório, Teive, Rezende, Caiado, Sanches, Estaço e Paiva de Andrade, tirando disso várias conclusões contra o ensino da Companhia.

o *Promptuario* de Harmenopulo; os Livros *Basilicos*, e geralmente todos os mais dos Interpretes do Direito grego-Romano», não esquecendo a necessidade de estudar nas suas fontes as obras dos filósofos gregos, a versão grega da Bíblia, a obra dos quatro concílios Universais, as obras de S. Bonifácio, S. João Crisóstomo, Santo Atanásio, S. Gregório Nazianzeno, etc.[1]. O outro inconveniente consistia no desconhecimento da lógica que se consentia aos estudantes de direito, resultando daí a ausência dos conhecimentos da *metódica*, da *hermaneutica* e da *crítica* — «que todas são de hum uso perpetuo, e continuo em todas as Sciencias», e mais necessárias ainda na Jurisprudência que tem em vista interpretar e aplicar as leis[2]. E, depois de notar que o ensino da Filosofia acusara um grande avanço no reinado de D. João V, substituindo-se a Filosofia peripatética pela «lógica já reformada de Pedro de Ramo, Bacon, Descartes, Gassendo, e outros modernos», que devia continuar em progresso pelo conhecimento das ideas de Nicole, Malebranche, Mariotte, Thomasio, Locke, la Clerc e Wolf, ocupa-se da pessima orientação dada pelos jesuítas

[1] O *Compêndio* neste ponto exagera, pois, ao sustentar que para conhecer as obras dos autores gregos deve saber-se lê-las na língua original, argumenta que não basta conhecer as traduções dessas obras, porque «os tradutores podiam enganar-se, como na verdade se enganaram», mas esquecendo que se os helenistas traduziram com êrros as obras dos gregos o que sucederia aos modestos habilitados com o estudo do grego feito nos termos do alvará de 28 de Junho de 1759!

[2] O *Compêndio* salienta que ao passo que o estudo da lógica era exigido pelo Estatuto de 1431 deixa de sê-lo pelo de 1598, e refere-se à lógica escolástica que desde a entrada dos jesuítas no Colégio das Artes sempre ali se ensinou. A propósito cita sôbre «os vicios da Logica dos Escolásticos», Luis Vivés no Livro 3.º da *De causicorruptarum Artium*, e Jacob Bruckner, na *História crítica da Filosofia*, t. III.

ao ensino da metafísica. Êste ponto é muito bem tratado, mostrando, quem o redigiu, que tinha um claro conhecimento da orientação filosófica da época. Assim, começa por expôr as partes em que ela se divide as quais são: a ontologia ou a sciência do ser em geral; a cosmologia ou sciência do mundo ; a pneumatologia, «que trata dos Espiritos; e comprehendendo esta debaixo de si a Psycologia, que tem por objecto e explicação da natureza da alma racional, e das suas potencias, liberdade e immortalidade» — e que se relaciona com a ética e com a teologia racional. Depois, escreve que « os perniciosos Regulares daquella má Sociedade [de Jesuz] de nenhuma das sobreditas Partes deram as mais remotas noções aos seus Alumnos. Muito pelo contrário continuaram sempre a ensinar nas suas Aulas a Metaphysica vulgar da Escola, imputada a Aristoteles pelos seus primeiros Interpretes, que a viciáram; amplificada pelos Arabes, que ignorando a Lingua Grega, e a antiga Filosofia, a explicaram não pela fonte dos Livros de Aristoteles, mas sim pelos corruptos Commentos dos Interpretes . . . ».

Assesta, agora, o *Compêndio* as suas baterias contra a forma como os jesuítas ensinavam a Filosofia moral que « he sem controversia a parte mais nobre da Filosofia ; a Rainha das Disciplinas Filosóficas; o ultimo termo, e objecto final de toda a Sciencia da Razão ». Mais adiante, continua; « He pois a Filosofia Moral a Directora dos Pensamentos; a Norma das acções; a Disciplina dos costumes; o orgão da Razão, pelo qual a natureza racional se explica, e communica com o homem; e a Arte de viver bem, e felizmente . . . Ella he só a que mereceo, e conseguio a antonomasia da Sciencia do Homem ». E, após outros elogios á Filosofia moral e de uma transcrição de Cícero, fala do seu papel na educação e expõe a divisão dessa matéria em Etica, Política e Económica, e passa a tratar das suas relações

com a Jurisprudência, e, portanto, da importância do seu estudo para os juristas, citando a êsse respeito Aristoteles, Ulpiano, Zabarella, Cristiano Tomasio, Marbacchio e uma enfiada de mais nove tratadistas. Faz, depois, um estudo sôbre as concepções de Aristoteles acêrca dos objectos da filosofia moral, como deus, a justiça, o sumo bem, a virtude, combatendo-as bem como ao escolasticismo, outro tanto fazendo contra os jesuítas pelo desprêso com que nos Estatutos universitários de 1598 trataram o *direito natural*, pois nada determinaram sôbre o ensino desta matéria, não ser «notoriamente a disciplina mais útil, e a mais necessária, com que os Juristas se devem dispôr, e preparar para fazerem bons progressos nas Sciências Jurídicas». Seguem-se trinta e nove excelentes parágrafos, cheios de eruditas considerações e documentados com muitas *notas* cheias de bibliografia, onde o Compêndio desenvolve a sua tese da crescente importância do direito natural na jurisprudência, não faltando as citações de Bohemer, Tomasio, Daries, Martini, Heinetio, Grocio, Puffendorf, e de muitissimos outros.

A descrição e crítica do oitavo *estrago* destina-se a fazer uma tão erudita quão entusiástica apologia do «Estudo da História do Direito Civil, Romano, e Patrio: do Direito Canonico Commum, e Particular destes Reinos; e tambem o da Historia dos respectivos Povos, Nações, e Sociedades, para as quaes foram promulgadaas as Leis, que compõem os referidos Direitos». Efectivamente, nos dezesseis parágrafos o *Compêndio*, depois de notar a enorme relação da História com o Direito, dizendo que «a Historia deve preceder, e acompanhar perpetuamente os Estudos do Direito», critíca acerbamente os jesuítas; e sem deixar de citar «o insigne Alciato» que mostrou «o feliz uso da Historia na Jurisprudencia», «o incomparável Cujacio», o «egregio jurisconsulto Francisco Balduino», para melhor se justificar, reprova o

silêncio dos « perniciosos Maquinadores » dos Estudos — os jesuítas — quanto ao estudo da cronologia, da geografia, da crítica, « e de todos os mais subsidios, e fundamentos da Historia ».

Mas, o *Compêndio* não censura só a falta do estudo da história geral, também fala da « grande ignorancia da Historia Literaria Geral, e particular de huma, e outra Jurisprudencia » no ensino universitário, não obstante ser « a Historia Literaria de hum indispensável soccorro ao Jurista », levando quinze parágrafos a expôr, com judiciosas e eruditas considerações, a utilidade da história e da bibliografia jurídicas no estudo e na prática da jurisprudência.

Em seguida, aponta o *Compêndio* a falta do estudo do método jurídico no ensino do direito, pois nada aqui se explicava sôbre o « metodo natural, demonstrativo, scientifico, geometrico, matematico, dicotomico, ramistico e erotematico » aplicados aos estudos jurídicos.

Trata, depois, da « total falta, que havia nas Aulas da Universidade das Lições Elementares do Direito Canonico ; e a grande desordem, com que nelas se liam as Instituições do Direito Civil » ; censura asperamente « o grande cuidado, com que os Maquinadores dos Estatutos não quizeram que as Sciencias Juridicas se ensinassem, e aprendessem na mesma Universidade pelo *Methodo Synthetico,* e *Compendiario* », « antes muito pelo contrario sómente estabelecêram Lições pelo *Methodo Analytico* e para estas precisamente he que destinaram todas as Cadeiras que instituiram » ; e crítica com acrimónia « a prejudicial separação da Theorica, e da Prática do Direito ; e a inteira falta de attenção, e respeito ao uso moderno das Leis, ou Civis, ou Canonicas, que davam matéria ás Lições Academicas », pois « toda a occupação das Escolas Juridicas daquella Academia tem sido até agora e he ainda hoje, a exposição simplés, e méra

Theorica das Leis ... », o ensino de leis obsoletas e caídas em desuso e de cousas redundantes e inúteis, e a falta da aplicação das leis e da prática jurídica.

A seguir, vitupera os *Estatutos* jesuíticos pelo silêncio que fazem acêrca do direito pátrio, das Ordenações, dos forais, etc., utilizando « unicamente o Direito Romano » « em lugar das Leis Patrias, e domesticas, accomodadas ao genio, e costumes da Nação, ao clima do Paiz que habitamos, á Constituição Civil do Imperio Lusitano; e estabelecidas sobre os sólidos principios da Arte Nomothetica ... » — assunto êste em que o marquês de Pombal e os seus colaboradores têm inteira razão e demonstram a funda e alta compreensão dos fenómenos políticos e sociaïs, muitos anos antes do aparecimento das obras de Condorcet e de Savigny, criando o ensino do direito pátrio português que, depois, vem imortalizar o nome de Pascual José de Melo Freire. Por último, o *Compêndio* critica a organização dos estudos jurídicos, segundo os *Estatutos* de 1598: o regime dos estudos, a distribuïção das matérias, os processos de ensino, as provas, actos e exames finais, etc., etc., notando que tudo isso, executado no ponto de vista de Acúrsio e de Bártolo, estava muito abaixo do estado da sciência quando tais *Estatutos* foram promulgados, isto é, muito depois da Universidade de Paris haver seguido no ensino jurídico os princípios e métodos da escola cujaciana, e de Miguel de L'Hopitel haver reformado, sob o mesmo aspecto, a Universidade de Bruges. Depois, ao terminar o capítulo fala do pouco tempo lectivo e da forma inconveniente como mesmo êsse era utilizado; nota a falta de residência dos Estatutos na Universidade, e « a excessiva liberdade » dos estudantes, pela ausência duma bôa polícia, e alude à falta dos exames nos quatro primeiros anos do curso jurídico e à extrema benevolência dos professores nas lições, nos actos, etc.

No capítulo III, da Segunda Parte, trata o *Compêndio* «dos Estragos feitos na Medicina, e dos Impedimentos, que os pretendidos ultimos Compiladores puzeram para que Ella não pudesse sahir do chaos da ignorancia, em que a precipitaram; e para se aproveitar dos grandes descubrimentos, que a favor do Bem commum da Humanidade se fizeram nestes ultimos tempos».

Começa o capítulo por notar a falta que faz ao médico a cultura literária, necessitando da aprendisagem da gramática, da poetica, e retórica, do grego e latim, e da história e das línguas vivas, e sôbre a necessidade dos médicos serem instruidos na matemática, na filosofia para o exercício da lógica e conhecimento da ontologia, e na física — para o conhecimento da mecânica, da hidrostática e da hidraulica; e traça, a seguir, um quadro resumido, mas interessantissimo, da evolução do ensino médico em Portugal desde os fins do século XV até á reforma de 1598. Depois, analisa a parte dos *Estatutos* dos jesuítas relativa ao estudo da medicina, notando as deficiências de tal ensino, pois a física que ali se ensinava era a «arabico-peripatetica» — que já Luís Vives criticara, — isto é, não era a baseada no estudo da natureza, e na experiência. Outro tanto era de comentar quanto à ausência do ensino da química «filosofica, ou farmaceutica», pois «de ambos estes modos considerada offerece ao Medico hum rico fundo de conhecimentos naturaes», e acêrca do estudo da botânica, «instruindo-o [o medico] na História Natural do reino vegetavel, donde a Medicina tira grandes soccorros para formar os remedios, ou medicamentos», pois êste estudo limitava-se a umas prelecções no fim do curso médico — no sexto ano — do livro dos símplices, de Galeno — obra já então atrasadíssima. Com relação ao ensino da anatomia, era êste feito sumarissimamente, pois, não obstante a tradição de Guevara em Portugal, ainda os *Estatutos* de 1598 determinavam «que o Lente Anato-

mico explicasse os Livros de Galeno de *Usu partium* » — o que rebaixava muito tal ensino em relação ao estado progressivo dos estudos da anatomia no século XVI. Outras, e curiosíssimas, considerações surgem, a seguir, no *Compêndio*, sendo, porém, de salientar a maneira verdadeiramente superior, notável, como ali se nota a influência que a filosofia, tão progressiva, do século XVI exerceu sôbre os avanços da medicina.

Assim, referindo-se ao ensino da filosofia escreve: « Este estudo pois tão necessario, e tão util, do qual pendia a felicidade da Medicina, começou a ser frequentado do principio do Seculo XVII por diante, depois que os Sabios, sacudindo o jugo Aristotelico, tomaram a liberdade de filosofar de outro modo. Não he necessario mais do que olhar para os incomparaveis homens, que produziram o Seculo passado, e o presente. Os nomes de *Bacon*, de *Descartes*, de *Gassendo*, de *Galilei*, de *Basson*, de *Boile*, de *Paschal*, de *Newton*, de *Torricelli*, de *Hallei*, de *Leibnitz*, de *Thomasio*, de *Wolfio*, e de outros muitos, serão sempre ouvidos com admiração ». E, continúa: « São estes Espiritos creadores, os que deram nova face ás Sciencias; que abriram hum espaçoso caminho para o interior da natureza; que lançaram os fundamentos da verdadeira Fysica; que inventaram os instrumentos, e máquinas admiraveis; que fortemente combatêram a Filosofia Aristotelica; e deram occasião ao estabelecimento de tantas Academias, e Sociedades Literarias para o fim de se cultivar, e aperfeiçoar-se este util estudo ».

E, para vincar melhor a influência da nova filosofia sôbre a Medicina, diz:

« Se reflectirmos sobre o estado da Medicina nestes felices tempos; que augmento não vemos receber ella da nova Fysica? Os Medicos se animáram do mesmo espirito geometrico, que dirigia os Filosofos. E logo se

viram nascer deste espirito de clareza, de ordem, e de evidencia, multiplicados, e successivos descobrimentos, que deram hum conhecimento mais perfeito do mecanismo do corpo; que aperfeiçoaram a Theorica da Arte; que fizeram deduzir della Regras verdadeiras, e solidas para a Prática; que reformaram a Farmacia, e livráram da inumeravel multidão de remedios inuteis, de que a tinham enchido os Medicos Arabico-Galenicos, e de que se usavam sem parcimonia, nem escolha». E, continúa logo: «Devem-se estes bens á indagação, e aos superiores talentos dos Sabios *Harveio, Malpighio, Borelli, Bellinio, Pitearnio, Sydenhão, Baglivio, Boherave*, e outros muitos, os quaes enriquecêram a Medicina de luzes; estabelecêram os principios de huma Doutrina mais extensa, e exacta».

Depois, notando o contraste entre o progresso filosófico e scientífico no estrangeiro e o estado de obscurantismo que atravessava Portugal, escreve: «Ao tempo, que em todas as Nações da Europa se recebiam as benignas influências de todos estes Espiritos vivificantes; se reformavam a Filosofia, e a Medicina; se multiplicavam os estabelecimentos para promover o estudo da Natureza, e se extenderem os verdadeiros conhecimentos de ambas as referidas Sciencias; trabalhavam os Jesuitas em Portugal por involver este Reino, e os Senhorios delle na mais espessa ignorancia: Mostrando-se cada vez mais insensiveis ao progresso das Letras: Fazendo-se adoradores cegos da Escola Peripatetica: E declarando huma viva guerra a todos quantos se atreviam a pensar de modo differente do que era por Elles affectado». Expostos tais juísos, apresenta as provas pelas quais «ver-se-ha claramente, que elles (jesuítas) foram a causa, de que estes Seculos tão illustrados para as outras Nações, fossem para Portugal escuríssimos: Porque banníram das Escolas todo o gosto da boa Literatura; intro-

duziram nellas a ignorancia das Linguas; eternizaram a Filosofia Arabico-Aristotelica, etc. ».

A seguir, faz uma descrição dos métodos e autores seguidos no ensino médico da Universidade, das lições, dos actos, etc., e pregunta: « E que diremos da innumeravel Copia de Cirurgiões, de Boticarios, de Barbeiros, de Charlatães, de Segredistas, de Mezinheiros, de Impostores, e até de mulheres Curadeiras, que pelas Cidades, pelas Vilas, pelos Lugares, e Campos se metiam a praticar a Medicina ... » ; e expõe as diligências feitas no tempo de D. João V para melhorar tal estado de cousas e aperfeiçoar os estudos médicos, segundo as indicações fornecidas, da Inglaterra, pelo ilustre médico português Jacob de Castro Sarmento, diligências essas que não passaram de vãs tentativas em vista da oposição surda, mas invencivel, dos jesuítas, que depois se tornou clamoroso destempero quando apareceu o *Verdadeiro Método de Estudar*, de Verney.

Aqui, e assim, termina o *Compêndio Histórico* própriamente dito, seguindo-se o « *Appendix ao Capitulo segundo da Segunda parte para servir de Supplemento ao Sexto dos Estragos, e Impedimentos, que a Sociedade Jesuítica fez, e accumulou para corromper, e impossibilitar o Estudo da Jurisprudencia Canonica, e Civil com a introdução, e propagação da Moral de Aristoteles* ».

Este *Apêndice* inicia-se por umas considerações sôbre filosofia moral, notando a diferença entre a ética ecletica de S. Gregório Magno e de S.to Ambrósio e a ética sectaria de Aristoteles — tão seguida pelos jesuítas, — depois, passa a estudar a Companhia de Jesus, segundo a sua Constituïção, notando os carácteres de universalismo e imperialismo da Companhia de a — patriotismo e utilitarismo e oportunismo dos seus membros; e de pirronismo e probabilismo da sua ética. Logo, passa o *Compêndio* a analizar as formulas de conduta moral e as dotri-

nas admitidas pela Companhia de Jesus no que respeita à observância das leis; à interpretação e prática da simonia, da blasfemia, do sacrilégio, da magia e feitiçaria, da astrologia judiciária, da irreligião, da idolatria, da impudência e obscenidade, do perjurio e da falsidade dos documentos e testemunhos, do homicídio em geral, e do parricídio, filicídio, regicídio e crime de leza-magestade — em particular, não se esquecendo de falar da participação dos jesuítas no scisma do sigilismo.

Acabamos de mostrar, ainda que por uma forma sumária, o que é o *Compêndio Histórico* pombalino. Esta obra e a *Dedução Cronológica e Analítica* são os dois mais formidáveis libélos escritos contra os jesuitas, não só em Portugal como em tôda a Europa. Mas, ao passo que o primeiro era um formidável ataque de natureza política, o *Compêndio Histórico* é uma cerrada crítica de carácter scientífico, pedagógico e moral.

Ali, não se sabe que mais admirar, pois que tudo nos espanta: a grandeza de vistas, a extraordinária erudição, a profundeza dos raciocínios, a subtilesa das análises e, a um tempo, a sagacidade e a energia dos ataques. Por isso, a impressão que causou o aparecimento, em 1771, dessa obra foi de assombro na opinião culta e liberal da Europa, e de terror entre os jesuítas e os seus sequases. Assim se explica que o côro de louvores tivesse a contrariá-lo, por parte dos atacados, uns leves vagidos, muito mais de dôr que de resposta, de reacção, de réplica.

Mas, não bastava vituperar, destruir, aniquilar o ensino dos jesuítas, segundo a sua reforma universitária de 1598. Era necessário, forçoso, essencial sôbre essas ruínas construir *ab-ovo* um organismo ensinante superior — obra essa que, sob o ponto de vista espiritual, constituísse o *símile* da reconstrução de Lisboa após o terramoto. Foi êsse o objectivo da reforma universitária de 1772. Por isso, o *Compêndio Histórico* — obra negativa,

por excelência, trabalho muito mais de crítica e de combate que de exposição didática — tem como complemento lógico e essencial os admiráveis *Estatutos* de 1772.

Em tôda a história da pedagogia pouquíssimas vezes, e na história do nosso ensino nunca, como então, se teve uma vista global do problema pedagógico nacional e se procurou resolver êste, no seu gráu superior, com uma reforma tão completa e progressiva. Analisemos, pois, por uma forma rápida, os famosos *Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772.*

CAPÌTULO V

A reforma pombalina da Universidade. Os Estatutos de 1772

A *Junta de Providência Literária*, que fôra criada pela carta de lei de 23 de Dezembro de 1770, apresentou, a 28 de Agôsto de 1771, ao rei D. José o *Compêndio Histórico,* e a 28 de Agôsto de 1772 aparecia a carta de roboração dos novos *Estatutos*, surgindo, com essa mesma data, a carta nomeando o marquês de Pombal lugar tenente do rei, para ir a Coimbra pôr em execução a nova reforma que vinha substituir os velhos Estatutos, já então, suspensos por Aviso régio de 25 de Setembro de 1771.

Como já dissemos, há uma íntima relação espiritual entre as afirmações do *Compêndio Histórico* e as determinações dos *Estatutos* — o que é natural e lógico, pois os colectores do *Compêndio* foram, em parte, os mesmos do diploma orgânico de 1772 e, assim o *espírito,* o ponto de vista e o critério que presidiram a uma obra dirigiram, também, a outra. Há, efectivamente, aqui e ali, diferenças entre os *votos* de carácter pedagógico do *Compêndio* e as determinações dos *Estatutos,* mas isso não é

de admirar, porque bem diferente, mesmo sem atinjir a atmosfera ideológica, é expôr concepções pedagógicas e traçar planos de natureza didática que legislar sôbre tais assuntos. Aqui, nesta função é tantas vezes necessário debelar vôos de imaginação, encurtar fugas de *ideal*, abrandar ânsias de perfeição para os legisladores se limitarem à fixação de possibilidades, a fim de se atingir o que é real e prático, o que é possível e exècutório! Por isso, a tal respeito diz, com razão, o Dr. Teófilo Braga: «Se foram os mesmos homens que redigiram os dois documentos, como explicar esta antinomia senão porque no relatorio expunham o que se lhes oferecia á sua ilustração teórica, mas ao legislarem viram-se forçados a restringirem-se ao meio que não podiam modificar» [1].

São os *Estatutos* constituídos por Livros, ocupando-se o primeiro do *Curso Teológico*.

Trata o *Título I:* «Da preparação para o Curso Theologico», ocupando-se: «da educação, vida, e costumes, que devem ter os que se destinam ao Estudo da Theologia»; «da idade, que devem ter os Estudantes para poderem matricular-se em Theologia»; «da instrução prévia dos Theologos, e do modo das suas habilitações para os exames, em que devem mostralla», exigindo que os estudantes tivessem uma «boa instrução da Lingua Latina, da Rhetorica, das Disciplinas Filosóficas» — lógica, metafísica, ética, e, ainda, do grego e do hebreu; «do exame das disciplinas preparatorias do estudo teologico»; e das matrículas dos estudantes...». Com o *Titulo II* inicia-se a regulamentação dos estudos teológicos.

Aí, depois de dizer que o curso teológico será de cinco anos, passa a tratar das disciplínas de que êle se com-

---

[1] In *História da Universidade de Coimbra*, t. III, pág. 419.

põe, fazendo antes uma dissertação sôbre as partes da teologia, dividindo-a em *teorética* ou *especulativa* e *prática* ou *moral,* e subdividindo a primeira em *dogmática, adiafora, polémica, simbólica,* e *catequética;* e a prática ou moral em *canónica, casuística, mística, homilética, paradigmática* e *litúrgica.* A seguir, enumera as cadeiras do curso que são: história eclesiástica, testamento velho, teologia dogmático-polémica — três cadeiras, testamento novo, teologia litúrgica, e teologia moral, sendo o ensino da teologia canónica feito no curso de Direito.

É o *Titulo III* destinado a tratar: «Da ordem, e distribuïção das disciplinas pelos anos do Curso Theologico; do Methodo das Lições, que hão de ouvir os Estudantes Theologos em cada anno do quinquennio Theologico». Há, aqui, disposições interessantíssimas de metódica pedagógica ainda hoje actuais. Assim, depois de fazer a apologia do *método demonstrativo* que «se chama tambem *natural* e *scientifico*», com uma vista admirável do assunto, trata logo do programa da cadeira de *história eclesiástica,* havendo já, anteriormente, falado do «uso continuo da *Historia Ecclesiastica* nas Sciencias Theologicas e a grande necessidade, que delle tem os Theologos», e dito «que a Historia Literaria de cada Sciencia contribue para facilitar o estudo della, e para promover os seus progressos...», pelo que determinavam os Estatutos «que no mesmo Curso [de Teologia] hajão lições da *Historia Universal e Literaria* da Theologia Revelada, e de todas as suas partes»[1]. Como parte propedêutica do ensino

[1] Não é a primeira vez que vemos os reformadores pombalinos darem grande importância à história geral e literária e à história de cada sciência. No *Compêndio Histórico,* tanto ao tratar-se das causas da decadência do ensino da teologia e da jurisprudência canónica e civil, como ao descrever o abandono em que jaziam os estudos médicos os legisladores têm sempre o cuidado de salientar a importância da cultura histórica, como parte essencial dos conheci-

da história eclesiástica exige o estudo da cronologia e da geografia geral, sagrada e eclesiástica, sem esquecer a bibliografia da história eclesiástica[1]. Passa, depois, a tratar do ensino da história eclesiástica, indicando os processos a seguir, e as divisões e períodos a estabelecer, sendo de notar a função educativa que os legisladores atribuíam à história quando diziam: «Acompanhará tambem o Professor os successos Historicos com as mais judiciosas reflexões, que permitirem as circumstancias, e qualidades delles; não se contentando com a arida, e secca narração de huma multidão de factos, e especies historicas, que sem a luz destas reflexões seriam todas infecundas, e estéreis; e não serviriam mais, do que de opprimir a memoria dos ouvintes». E continua:

«Por isso observará, indicará e ensinará a observar em cada facto, e circumstancias d'elle, tudo o que houver, que possa contribuir para a illustração, e demonstração dos mesmos Dogmas; para a reforma dos costumes; para o bom conhecimento da verdadeira disciplina da Igreja; e geralmente para lhes inspirar as verdadeiras Maximas da Prudencia Christã, e da sólida Piedade...».

E, muito judiciosamente, comenta: «Porque sem estas prudentes reflexões toda a Historia he falta de alma, e cadaverica: Fica reduzida a huma Carta de nomes, de idades, e de lugares: Não pode assim nem ser Mestra da Vida, e luz da Verdade; nem produzir aos Ouvintes

mentos de qualquer sciência e base dos estudos teológicos, jurídicos e médicos, não se esquecendo de destacar, igualmente, a importancia da história e da bibliografia de cada sciência para o seu melhor conhecimento.

[1] Os *Estatutos* aqui descem a interessantes minucias de programa, tanto para o estudo da geografia matemática como da física e política, só depois disso entrando no ensino da história eclesiástica.

as infinitas utilidades, e commodos do seu admiravel magisterio... »

Depois, recomenda que o *Compêndio da história sagrada e eclesiástica* contenha a reprodução das « fontes originais e dos monumentos mais authenticos; e dos Authores coetaneos das mesmas Historias » ; e dá excelentes conselhos de crítica interna e externa, dizendo que: « nelles examinará, e verificará os factos históricos com as devidas luzes da *Critica* e da *Diplomatica:* Averiguando se as ditas fontes, e monumentos são verdadeiros, ou apocryfos: Se os referidos Authores coetaneos foram homens prudentes, e probos: Se escreveram com critica: Se são conhecidos por Authores de boa nota: Se foram parciaes de alguma Seita, Sociedade, ou Familia, cuja contemplação os fizesse desviar da verdade: Alegando fielmente nas margens os lugares das mesmas fontes, monumentos e escritores coetaneos; para não ficarem os successos sobre a fé do Author do *Compendio;* e para que este possa servir aos Principiantes como hum Indice, por meio do qual possam consultar as verdadeiras fontes das noticias, e sucessos, que nelle se referirem quando lhes for necessario adquirir delles huma mais ampla, e completa noticia ».

A seguir: « continuão as Regras para os Estudos do primeiro anno do Curso Theologico », alongando-se os Estatutos na exposição dos programas das cadeiras e nos métodos e processos de exposição das lições das diversas disciplinas, fazendo-o sempre por uma forma elevada, erudita, notavel [1].

---

[1] Todo o *Livro I*, como já dissemos, é destinado a tratar « Do Curso Theologico », seguindo-se ao programa das disciplinas de cada um dos cinco anos, a regulamentação dos exercicios escolares, dos actos e exames publicos, da concessão dos graos, da distribuição das cadeiras pelos lentes substitutos; sobre o provimento dos

O Livro II, que trata « dos cursos juridicos das faculdades de Canones, e de leis », inicia-se, lògicamente, por tratar « da preparação para os cursos juridicos », começando por legislar acêrca da idade para a matrícula, nas faculdades jurídicas, passando a ocupar-se da instrução preparatória dos estudantes juristas, da forma de efectuar os exames das disciplinas preparatórias dêsses estudos e da maneira de realisar as matrículas na Universidade.

Depois, legisla sôbre a duração do curso que devia ser de cinco anos, e mais um ano para os gráus de licenceado e doutor, entrando nas disposições sôbre as « disciplinas, que se hão de ensinar no Curso de Direito Civil ». Começando por dividir o Direito Civil em romano e pátrio, acrescenta, logo, que «destes dous Direitos o Primeiro, e Principal na authoridade he o Patrio». E, continua:

« O Romano só he subsidiario e o Patrio constitue Lei, obriga sempre, e em todos os casos, a que deo providencia. E quando concorre com qualquer outro Direito Humano, a todos deve sempre prevalecer nas materias da sua competencia pelo unico principio da vontade dos Legisladores, que o establecêram ». E, após outro parágrafo onde diz a forma de combinar as disposições dos dois Direitos, dando sempre lugar primacial ao pátrio, insiste: que no *curso jurídico* « se ensine tambem, e muito mais principalmente o Direito Civil Pátrio; assim Particular, como Publico: Introduzindo-se nelle de novo estas indispensáveis lições que, devendo em todos os tempos ocupar o primeiro cuidado da Legislação do Curso do Direito Civil de Portugal; e devendo ser sempre nelle impreteríveis, por serem notoriamente os mais importantes, as mais proveitosas, e as mais necessarias ao bem

doutores teologos nas becas teologais dos três colegios de S. Pedro, S. Paulo, e Ordens militares; acêrca das congregações da Faculdade, e dos vários cargos desta e das atribuições de cada um destes.

commum dos meus fieis Vassallos; não puderam conseguir lugar na sobredita Universidade até o presente Reinado».

Estava fundado o ensino de Direito português, cabendo essa glória a Pombal; e ficava, assim, condicionado o triunfo que, depois, haviam de obter Pascoal José de Melo e Coelho da Rocha.

E, para justificar a sua providência sôbre a exclusão do direito romano do lugar primacial que até então ocupava, nota que tais providências tanto mais se impunhão «quanto maiores, e mais prejudiciais tem sido as desordens, as más consequencias, e os absurdos, com que nestes ultimos Seculos havia suado tão estrondosamente por tôda a parte nas Escolas Jurídicas e nos Auditórios Forenses de Portugal o Direito Romano, peregrino, adventicio, e unicamente subsidiario nos seus casos: Jazendo ao mesmo tempo as Leis Patrias em hum vergonhoso e profundo silencio; quando estas por constituirem o Direito principal, proprio da Nação Portugueza, dominante no Foro, e da mais indispensavel observancia nestes Reinos; eram as que devêram andar sempre diante dos olhos, e impressas na lembrança; não só por se applicarem, e executarem na Pratica; mas tambem para se ensinarem, e se explicarem na Theorica; tendo sido a reprehensivel falta do ensino, e de Lições Publicas das sobreditas Leis Patrias a verdadeira, e principal causa do esquecimento, em que ellas se chegáram a pôr, ainda nas mesmas Relações, e nos Auditórios destes Reinos, e da abusiva, e perniciosa extensão da authoridade, que em gravissimo, e escandaloso detrimento da boa administração da Justiça erigio sôbre as ruinas das Leis Nacionaes a supersticiosa authoridade dos Romanos».

A seguir, depois de justificar o motivo por que o ensino do direito pátrio se devia fazer separado inteiramente do do direito romano, diz: «Determino, que o

Direito Patrio seja ensinado nas Escolas de Coimbra com total separação do Direito Romano por hum Professor proprio, e privativamente deputado para as Lições delle; e para as indagações de que depende todo o bom conhecimento, e illustração das Leis Nacionaes».

Após a ampla justificação do ensino do direito português continua a enumeração das disciplinas, as quais eram: o Direito natural, público, universal, e das gentes; a história civil do povo e direito romano; a história civil de Portugal e das leis portuguesas; a «Doutrina do Methodo do Estudo Juridico»; a história literária; a bibliografia da Jurisprudência civíl, tanto romana, como pátria; e as regras da crítica e da hermeutica jurídicas. Acaba a enumeração das disciplinas por determinar que os legistas estudem as instituïções da Jurisprudência canónica, a história da Igreja e do direito canónico.

Quanto às disciplinas do curso de direito canónico, entendia que a primeira, e basica, fôsse a de jurisprudência canónica tanto geral como a relativa a Portugal, tendo como matérias auxiliares e subsidiárias o direito natural, a história do direito canónico e as lições de Instituta e de Canones, e ainda os elementos e a história do direito civil, etc. Em síntese, as Faculdades de direito civil e do direito canónico constariam de 16 cadeiras, sendo uma comum — a do direito natural público, universal e de gentes — às duas Faculdades, oito pertencentes à Faculdade de leis, e sete à Faculdade de canones. As oito da Faculdade das leis eram: a de *história civil dos povos e direitos, Romano e Português;* as tres cadeiras sintéticas — duas de direito civil romano, e uma de direito pátrio; e duas cadeiras analíticas, sendo ambas de direito civil romano e pátrio.

Quanto às sete cadeiras da Faculdade de Canones, uma era subsidiária — a de «historia da Igreja universal e portuguesa, a do direito canónico e commum e proprio

destes Reinos»; outra, elementar — a das Instituïções do direito canónico; as tres sintéticas — uma de Decreto de Graciano e duas de Decretaes; e duas analíticas do direito canónico.

A seguir, os Estatutos fixam os horários dos estudos, e conteem determinações sôbre a freqüência das aulas e as matérias principais, preparatórias e subsidiárias dos cursos de direito civil e canónico, e o tempo lectivo e feriado.

Depois, os Estatutos ocupam-se, longamente, «da distribuição das disciplinas juridicas pelos annos dos Cursos de Direito Civil e Canonico; da Escola da Jurisprudencia, que se ha de seguir: e do Methodo das Lições das Aulas Juridicas». Nesse capítulo, depois de se ocupar da distribuïção das disciplinas pelos anos das faculdades, determina «que nas Aulas de Coimbra não possa professor algum daqui em diante adoptar, nem seguir as antigas, e barbaras Escolas, que para as Lições da Jurisprudencia Romana, depois de restaurada no Occidente, abriram, e establecêram *Irnerio, Accursio*, e *Bartholo*», justificando, com desenvolvimento, o ostracismo das ideas dêsses tres mestres da velha jurisprudência, defendendo, pelo contrário, a Escola de Cujacio, isto é, a fundada por André Alciato e muito desenvolvida por Cujacio, pelo que diz: «Devendo ter entendido os Professores, que esta he a unica Escola, que acertou com o verdadeiro caminho da genuina intelligencia de todas as Leis; ou sejam Civis; ou Canonicas; ou sejam Commuas; ou Patrias: Que nisto se tem assentado entre os Jurisconsultos mais sabios». E, insiste: «Que não ha, nem pode haver, outro algum caminho para a boa Jurisprudencia, senão o que descobrio, e mostra a dita Escola», esclarecendo: «Que os Juristas, que não a seguem, por mais que aprendam, e mettam de cor grande numero de textos, não passarão jámais de *Legulejos;* e em nenhum

tempo poderão merecer o verdadeiro nome de Jurisconsultos».

Porém, não se imagine que os Estatutos aderiam incondicionalmente às ideas da escola cujaciana, considerando-a indiscutível e absoluta, porque tal corpo de doutrina devia ser observado « pelo que pertence ao methodo, e ao modo de interpretar e entender os Textos», e logo esclarecia: « e não para que na authoridade do sobredito *Cujacio* se fique estabelecendo a superstíciosa crença, que os Estatutos por Mim derogados mandáram jurar aos Doutores Patronos das Escolas por Elles adoptadas ».

Depois, fala das materias, cujo estudo « se deverá sempre unir, e associar aos estudos de Direito », e que eram o grego, o latim, o português, a retórica, a « boa logica », a « sã Metaphysica », a « Ethica reformada », e a história, fazendo, após isso, uma larga exposição sôbre os métodos a seguir nas lições, devendo utilizar-se o método sintético, demonstrativo e compendiário, sem excluir o analítico no estudo, compreensão, interpretação e aplicação das leis.

Entram, depois, os Estatutos nas determinações sôbre as disciplinas a ensinar no primeiro ano do direito civil, especialmente no ensino do Direito natural, do « direito publico universal », do direito das gentes, e do estudo da história do Direito civil romano e português. Essas determinações que, com as suas longas explanações, ocupam nove capítulos contem magnificos princípios sôbre os métodos e processos de ensino das matérias acima indicados, além de outras muito valiosas informações e comentários não só sôbre a história daquelas sciências como acêrca da história do seu ensino.

Efectivamente, algumas dessas disposições são tão notáveis, mesmo tão geniais, que em tôda a história da legislação pedagógica do século XVIII em parte alguma se

encontram melhores. Assim, depois de tratar, desenvolvidamente, dos métodos e processos a seguir no ensino do *Direito Natural*, das disciplinas suas subsidiárias e auxilíares, e no do *Direito das Gentes*, recomenda que o professor, no que se refere à filosofia, só siga as luzes e os princípios da razão, exclamando: « Não haverá Systema algum Filosófico, a que Elle inteiramente subscreva na exploração, e demonstração das Leis Naturais: Antes pelo contrario a Filosofia, que Elle deverá seguir, será precisamente a *Ecclectica* ». E, depois de recomendar que não haja um autor exclusivo a seguir, nem mesmo Grocio ou Puffendorf, escreve, com nobresa, o legislador

« Como Cidadão livre, do Imperio da Razão procurará o Professor a verdade, a ordem, a deducção, o metodo, e a demonstração onde quer que a achar . . . » E, insiste: « O Codigo da Humanidade será sómente o Authentico. Os preceitos, que a natureza escreveo no coração do homem, serão unicamente os que nesta Jurisprudencia tenham authoridade, e força de lei ».

E, continuando a expressar-se como um seguidor de Voltaire ou um discípulo de J. J. Rousseau e do *Enciclopedia,* escreve o legislador : « O magisterio perpetuo, e sempre indeclinavel, será só o da Razão. Este lume divino participado ao homem pelo Supremo Author da Natureza, será a Estrella, que o encaminhe para não se perder nos cachopos da vã e desordenada especulação, em que infelizmente tem naufragado grandes engenhos. . . A razão será pois a sua primeira mestra, o oraculo, a que elle primeiro recorra, e que primeiro consulte. Esta he a fonte de toda a Legislação da Natureza. Della deduzirá os preceitos naturaes, e por ella os demonstrará; pondo-os na maior luz, e evidencia, de que elles possam ser susceptiveis ». E esclarece : « O instrumento destas deducções será a meditação . . . ».

Passam, depois, os *Estatutos* a tratar do ensino da história dos direitos romano e português, e contém êste são e moderno princípio da influência do meio e da raça sôbre a vida moral e jurídica dum agrupamento humano, escrevendo: « Como porem para a boa intelligencia das leis de qualquer Reino, ou Estado, não só he necessaria a verdadeira historia delles; mas tambem o conhecimento particular do genio, do caracter, dos costumes, e da forma dos seus governos; pelo respeito, que no estabelecimento das Leis se tem sempre às sobreditas circunstancias... », justificando assim as lições sôbre « História Universal, por ser esta o fundamento de todas as Histórias particulares », seguindo a esmiuçar o programa do ensino da história de Roma, e de Portugal, findo o qual o professor entrará na história do direito civil romano de que, também, traça largamente o programa.

A seguir, os Estatutos iniciam um dos pontos mais interessantes, porque é um dos que maiores conseqüências tiveram no ponto de vista da nacionalização das sciências jurídicas: o ensino do direito pátrio.

Começando por expôr o programa do ensino da história do direito português, dizem os *Estatutos* que nesse ensino « se fará tambem cargo das referidas tres partes... começando pela *Historia das leis*, usos, e costumes legítimos da Nação Portugueza: passando depois à *Historia da Jurisprudencia theoretica*, ou da Sciencia das leis de Portugal: e concluindo com a *Historia da Jurisprudencia pratica*, ou do exercicio das leis; e do modo de obrar, e expedir as causas, e negocios nos Auditorios, Relações, e Tribunaes destes Reinos ». A seguir, ocupa-se das matérias a ensinar, começando pelas fontes da nossa legislação, indo procurá-las: « Nas leis originais, e primitivas, usos e costumes legitimos dos antigos lusitanos: nas leis do Direito romano anterior a Justiniano, as quais tiveram introducção, e uso na Lusitania, quando ella foi

dominada pelos Romanos; nas leis das nações, que ganharam a Lusitania sobre os Romanos, como foram os Suevos, e os Alanos, etc.; nas leis dos Godos, geralmente dominantes na Hespanha...; nos livros de direito canonico...; no Direito dos livros de Justiniano, que depois de restaurado no Occidente insensivelmente se foi introduzindo logo nestes Reinos por meio dos Portuguezes, que foram estudar a Italia...; nas leis nacionaes, e domesticas, que foram establecidas pelo Senhor Rei Dom Affonso II, e pelos Senhores Reis, que lhes succederam no throno; e pelos alvarás com força de leis, provisões, decretos, edictos, e cartas regias dos mesmos Senhores Reis; nas respostas com que os Senhores Reis meus predecessores deferião aos requerimentos dos Estados do Reino...; nas resoluções, que deram os mesmos Senhores Reis ás Consultas dos Tribunaes; e nos assentos tomados nas relações sobre a intelligencia das leis nos casos duvidosos...; nas Leis municipaes, e Estatutos particulares: nas posturas, e acordãos das camaras, e senados das cidades, e villas do Reino...; nos foraes que se davam ás cidades e villas, logo que ellas se hiam povoando...».

Para o ensino dessas fontes de direito pátrio mandam os *Estatutos* consultar os diplomas, os artigos das cortes, as compilações das leis; os historiadores, as crónicas dos reis portugueses e espanhóis, os comentadores e interpretes das nossas leis «e todos os outros monumentos da *Historia civil* e das *Antiguidades Lusitanas:* observando em todos estes monumentos com critica madura, e prudente tudo o que puder fornecer-lhe materia para o fim da *Historia do Direito Portuguez:* E indicando com muito cuidado as fontes originaes em que houver bebido as noticias».

A seguir, recomendam os *Estatutos* que o professor dê conhecimento «das Collecções e copilações das leis

patrias », começando « pelas que foram anteriores á fundação da Monarquia destes Reinos, e tiveram nella observancia... », citando logo as varias ordenações e colecções.

Não podemos resistir à tentação de transcrever a passagem onde o legislador nota a decadência a que chegou a nossa legislação no tempo de D. Sebastião. Era a perda da autonomia jurídica que, entre nós, antecedia e previa a perda da independência política. Assim, lê-se nos *Estatutos:* « No Reinado do Senhor Rei Dom Sebastião observará com muita attenção as alterações, que padeceo a Legislação Portugueza; a decadencia, em que se começaram a ir pondo as Leis Patrias; as bréchas que artificiosamente se foram maquinando contra os Direitos da Nação, e contra as regalias adherentes, e inseparaveis da coroa: mostrando visivelmente como se começaram a ir introduzindo, e prevalecendo algumas maximas ultramontanas, contrarias aos ditos direitos nacionaes, e regios: E como então se foram permittindo e relaxando ao clero muitos artigos, que até aquella epoca lhe haviam sempre sido constantemente recusado em justa, e necessaria conservação, e defeza dos direitos legitimos da coroa: como foi depois continuando a mesma perniciosa desordem, e negligencia no seguinte reinado, até se maquinar trinta e dous annos depois do anno de 1565, em que se estampou a quarta edição das sobreditas Ordenações do Senhor Rei D. Manuel para confundir os direitos da coroa, e capear os abusos delles, (com espirito identico ao outro, com que no mesmo tempo se perverteram os Estatutos da Universidade de Coimbra) o desnecessario, e novo corpo de leis do anno de mil quinhentos e noventa e sinco, publicado depois no anno de mil seiscentos e tres: E como o Senhor Rei Dom João o IV necessitado pela urgencia de não fazer parar a administração da justiça, mandou observar a compilação filippina pelo Alvará de vinte e novo de Ja-

neiro de mil seiscentos quarenta e tres; em quanto o estrondo das armas lhe não permittia, que vindicasse as Ordenações destes Reinos dos estragos, que nellas tinha feito a referida compilação filippina ».

Depois, manda que o professor ensine como, em Portugal, foi até à data tratada e estudada a jurisprudência fóra e dentro da Universidade, exclamando num grito de alma nacionalista: « Mostrará [o professor] o abuso, com que em todas ellas se ensinou sempre, como principal, o *Direito Civil Romano,* que só era accessorio, e subsidiario: Não tendo havido até agora Cadeira, nem Professor privativo, e proprio para as lições das leis patrias, que eram só as principaes, e dominantes no foro, e auditórios de Portugal: E não se tendo dado mais lições do *Direito Portuguez:* do que algumas que se davam confundidas, e commixtas com as do *Direito Romano,* as quaes todas foram sempre ordenadas sómente pelo methodo analytico em observancia dos reprovados Estatutos do anno de mil quinhentos noventa e oito », recomenda que se mostre a influencia que tem na nossa jurisprudência a escola bartolina « plantada... primeiramente no foro pelo *Doutor João das Regras,* discipulo de Bartholo, introduzida depois nas aulas de Coimbra pelo Mestre *Navarro,* na occasião da Reforma da Universidade do Senhor Rei Dom João III, quando a *Jurisprudencia cujaciana* se achava ainda no berço... e sempre dominante nas Escolas juridicas de Portugal até o dia de hoje ».

Depois, insiste que o professor « fará ver a perniciosa legislação dos sobreditos Estatutos, por que até agora se tem governado as Faculdades Juridicas: o máo methodo, que elles estabeleceram para as lições, adoptando para ellas sómente o *methodo analytico,* e não dando lugar, nem quartel ao *synthetioo.* A seguir, ocupa-se do compendio para o ensino dessa historia do direito, e, notando

que nenhum existe que para isso se possa adoptar, diz: « será o professor obrigado a formar hum Compendio Elementar da dita Historia do Direito, e de todas as suas partes, proprio e acommodado para as Lições annuaes desta Cadeira: Formando-o com todas as circunstancias, e qualidades, que devem concorrer em semelhantes compendios: E applicando-se para a composição delle com muito fervor, actividade, e diligencia, para poder ordenallo com a maior brevidade possivel».

O marquês de Pombal, que compreendia quanto êste ensino da historia do direito português relacionado com o do próprio direito pátrio, ministrado no ano da nova reforma, havia de contribuir para a nacionalização da jurisprudência e para o próprio progresso desta entre nós, escrevia, a 25 de Fevereiro de 1774, do reitor Francisco de Lemos: « A Cadeira de Direito Pátrio já terá feito a sua utilissima abertura, e della espero admiraveis progressos para a utilidade dos que seguirem os estudos da Jurisprudencia; e sendo a disciplina desta cadeira auxiliada pela outra da cadeira da *Historia do Direito Patrio*, tenho por sem duvida que poderemos esperar mancebos capazes de bem entenderem as Leys e de bem as executarem. As especies concernentes a esta util *Historia*, que a V.ª Ex.ª mandei remetter, julgo que poderão ainda ser de alguma utilidade, e por esta causa mereciam ser communicadas ao Professor da referida Disciplina » [1].

Foi para satisfazer à injunção dos *Estatutos* sôbre a publicação de uma história do direito pátrio que mais tarde, em 1788, Pascoal José de Melo Freiro fêz apare-

---

[1] In: *Colecção geral das Ordens e Providências para a nova fundação da Universidade*, pág. 148-149 da Col. do *fundo* do Ministério do Reino, do Arquivo da Tôrre do Tombo. Foi todo o ofício publicado, com muitos outros, pelo Dr. Teófilo Braga na *História da Universidade*, T. III, pág. 549-551, etc.

cer as suas *Historiae Juris Civilis Lusitani Librer singularis*, e, em 1789, as *Institutiones Juris Civilis et Criminalis Lusitani*, em 5 tômos.

Como, mais tarde, dizia Stockler no *Elogio* de Pascoal José de Melo: « Portugal viu pela primeira vez a sua vasta e complicada legislação reduzida a um sistema scientifico, breve e intelligivel ».

Os *Estatutos* entram na parte relativa aos estudos jurídicos, ocupando-se, depois: « *Das Instituições do Direito Civil Romano, que se hão de ensinar no Primeiro anno do Curso dos Legistas* », tratando, com muito detalhe do que se devia lecionar nesse ano inicial e da forma como conduzir o ensino das diversas matérias. Contem êsse capítulo X interessantíssimos conselhos de carácter metodológico, algum dêles ainda hoje muito actuais, como o que diz: « E porque nenhũma cousa conduz mais para bem se entenderem, e se fixarem mais tenazmante na memoria as Doutrinas, que se aprendem, do que he a conferencia, e a comunicação dos Estudos com outrem; aconselharão mais os Professores aos Ouvintes, que escolham entre os seus Condiscipulos alguns dos que tiverem engenho mais feliz e forem mais applicados; e que se ajustem com elles para fazerem estudos communs, e para conferirem reciprocamente entre si sobre as materias, que estudarem ». E, justifica admiràvelmente: « Porque não ha meio algum, que possa fazer tão fecundas de frutos as Lições públicas das Escolas, como he a repetição regular, e frequente destas conferências, e communicações particulares de estudos: »

Como se sabe, é, pouco mais ou menos, êste trabalho em comum, em conferência que no ensino universitário constitui o fundamento dos trabalhos e lições dos seminários — à maneira alemã, ou dos institutos — à forma francesa, com a diferença de aqui tal estudo em comum ser presidido e orientado por professores.

A seguir, os *Estatutos* ocupam-se com grande minucia, da forma de ensino das disciplinas do segundo ano do curso jurídico, a começar no estudo da história eclesiástica e na do direito canónico, recomendando muito concretamente ao professor: «Finalmente não se esquecerá nos lugares competentes de dar sempre huma boa noticia das contendas, e dissenções, que tem havido entre o Sacerdocio, e o Imperio: Fazendo ver o muito, que para elles influiram a confusão, em que se tinham posto os objectos dos dous Supremos Poderes, Espiritual e Temporal; a falta de huma verdadeira noção dos justos, e impreteriveis limites de cada hum dos ditos Poderes; e a ignorancia, com que por parte do clero se sustentava, e defendia como propria, e recebida do Christo, a Authoridade, que só havia entrado na Igreja por graça, e mercê dos Soberanos Christãos», seguindo-se outras instruções sôbre o mesmo ponto. Traça, depois, o plano do ensino da história da Igreja portuguesa, desde a entrada do cristianismo na Peninsula, mas aconselhando sempre um ponto de vista regalista e lusitano ou nacionalista.

Depois de expôr a forma de ensinar a história do direito canónico e as instituïções dêsse direito, insistindo sempre na destrinça dos dois poderes — o espiritual e temporal, o eclesiástico e o real — explica qual o método a seguir nas lições das disciplinas do 3.º e 4.º anos do curso do direito, a começar no ensino do direito civil romano e no das aplicações dêste a Portugal, devendo para isto o professor comparar o direito do *Digesto* com o do *Codigo* e o das *Novélas*, e com a legislação pátria e explicar a razão por que as leis romanas devem ser observadas nos casos omissos da legislação moderna. Passa, depois, a expôr o que deviam ser as lições de direito civil pátrio, público e particular, do 5.º ano.

Neste capítulo, como em tantos outros lugares dos

Estatutos, há que salientar a forma admirável como o legislador aconselha a prática da coordenação no ensino de matérias afins, escrevendo: «Porém como nas confrontações, e exames dos sobreditos Direitos; e na indagação da origem delles; necessariamente devem também trabalhar os dous Professores das *Cadeiras syntheticas do Digesto*, para poderem formar o Compêndio, de que hão de usar nas suas lições: E porque conferindo Elles com o Professor do *Direito Pátrio*, participarão todos de mais luzes, e se poderão descobrir melhor as verdadeiras origens dos referidos Direitos ... Ordeno a este repeito o seguinte:

«Os ditos Professores conferirão, ajustarão, e assentarão todos tres entre si...» Ha, ainda, neste capitulo a notar os conselhos dados ao professor no sentido de explicar cuidadosamente a significação, a etimologia e a evolução do sentido das palavras de importância jurídica «que se acham nas ... Ordenações e nas outras Leis Pátrias, e tambem das que são usadas no Foro, nos Auditorios, e nas Relações destes Reinos», insistindo em mostrar que a lexicologia constitui um auxiliar importante da Jurisprudencia.

Um dos pontos mais interessantes desta parte dos Estatutos é a que se refere á «instrução, e exercicios da prática do direito» — que, lá se diz: «até agora reputada por impropria das Escolas», devendo os estudantes, nos fins do 5.º ano jurídico, aprender «não só as Regras, que constituem a Theorica da mesma Pratica; mas tambem façam nellas o tyrocinio dessa mesma Prática», e encarregando dessas lições práticas o professor de *direito pátrio*. Mas, não esquecendo nunca que o ensino de uma matéria só é completo e claro quando se faz a sua história, logo recomenda ao menos «huma brevissima noção da *Historia do Foro Portuguez*.

Seguem-se várias instruções sôbre o ensino da «*Juris-*

prudência civil analytica», a começar nas lições de «*Jurisprudência exegetica* », e de «*Hermeneutica Juridica* », sendo muito interessante o que dizem os Estatutos sôbre a importância da hermeneutica em Direito e àcerca de necessidade de uma preparação filosófica ou, pelo menos, de uma cultura da lógica para o exercicio de Direito pela prática da interpretação.

Por fim, ocupa-se, sempre com detalhe, penetração e erudição sumas, « Das Prenoções, Subsidios Presidios, e Adminiculos da Hermeneutica », « Da applicação do Direito », e « Das Lições da Jurisprudencia Civil pelo Methodo Analytico, com que se deve concluir o Curso do Direito Civil ».

Veem, depois, as instruções sôbre o ensino das matérias do Curso do Direito Canónico, indo do Titulo VII ao XI. Começa por falar dos ensinos comuns aos cursos de direito civil e de direito canónico, das condições de matrícula, e das lições subsidiárias de Direito Civil — no 1.º ano, e do direito conónico — no segundo; passa a expôr, desenvolvidamente, o plano e o método de ensino das disciplinas do 3.º e 4.º anos, isto é, do direito canónico, história e direito do Decreto de Graciano, e das Decretais de *Gregório IX*, do *Livro Sexto*, das *Clementinas* (de Clemente V), e das *Extravagantes de João XXII* e das «*Comuas*», de 1484, etc., ocupando se, no Título IX, das disciplinas do 5.º ano — estudo analítico do direito canónico (Jurisprudência canónica exegetica e hermeneutica-juridico canónica) e estudo do direito civil pàtrio.

Os Estatutos tratam, depois: « Dos exercicios literários dos juristas nas aulas juridicas» — sua utilidade e natureza: exercícios vocais diários ou lições, repetições semanais ou sabatinas, repetições mensais, e exercícios escritos, sendo multados pecuniariamente os estudantes que faltarem a tais repetições e exercícios. O Título XI trata dos actos e exames públicos dos estudantes juristas

e canonistas; o XII dispõe sôbre os lentes substitutos e os opositores a nomear para as substituïções dos professores efectivos; o XIII ocupa-se das lições extraordinárias no tempo lectivo, isto é, dos cursos dos professores livres — doutores ou bacharéis que quizessem fazer cursos especiais, devendo recair sôbre matérias importantes, pois, assim «ficarão sendo as Lições Extraordinarias Subsidiarias das Ordinarias». Nesse Titulo ocupa-se o legislador dos *Cursos de férias*, do 1.º de Junho ao fim de Setembro, — cursos êsses, que, como se vê, têm no nosso ensino universitário uma longa tradição, ficando tais cursos a cargo dos opositores, seguindo-se os mesmos métodos, processos de ensino e livros dos cursos ordinários ou lectivos.

Termina esta parte dos Estatutos por legislar sôbre as atribuïções e funções, a constituïção e funcionamento das congregações ordinárias e extraordinárias ou gerais das Faculdades de leis e de Cânones, sendo as primeiras formadas só pelo reitor e os lentes, e as segundas pelo reitor, lentes e todos os doutores da Faculdade, mesmo que ainda não exercessem o ensino.

Como se acaba de ver, tais Estatutos das disciplinas literárias — teologia, direito e canones — são verdadeiramente notáveis, marcando um enorme progresso sôbre o seu tempo. Vejamos agora os que tratam das matérias scientíficas — matemáticas, física, e química, sciencias naturais e medicina.

*

Como já dissemos, o livro terceiro inicia-se com a reorganização do ensino medico. Os estudos medicos eram, com os estudos naturais e os matemáticos considerados estudos filosóficos, «pois o corpo da filosofia» era formado pelas «sciencias da razão», e estas consis-

tiam — no dizer dos Estatutos — em tôdas as que não eram fundadas « na Authoridade das Leis Divinas, e Humanas », isto é, as teológicas e as jurídicas. E, logo para mostrar a coordenação entre todos êsses ramos do conhecimento escreve, admiràvelmente, o legislador: «Por huma parte he manifesto, que os mesmos Estudos *Theologicos* e *Juridicos* não podem florescer na Universidade, sem que as Sciências Filosóficas se cultivem com o maior cuidado, sendo as que subministram os princípios da *Theologia Natural*, e da *Moral*, que são os preliminares necessários, a quem houver de estudar fructuosamente a *Theologia Revelada*; e os principios do *Direito Natural*, que são o melhor commentario da *Jurisprudencia Positiva*, a qual deve grande parte das suas Leis á Filosofia», continuando : « E faltando os ditos principios, ou sendo viciados, não pode deixar de se experimentar huma necessaria ruina em toda a *Theologia*, e *Jurisprudencia* ».

E, acrescenta: « Por outra parte he notorio, que a mesma Filosofia contem muitas outras Sciencias; principalmente as Naturaes, que são de grande importancia, tanto por si mesmas, como pelo influxo, que tem sobre as Artes; as quais de qualquer modo que trabalhem sobre a materia, dependem dos principios da *Filosofia Natural;* e do progresso della depende o seu adiantamento, e perfeição: Sendo manifesto que a Filosofia he a Sciencia Geral do homem, que abraça, e comprehende todos os conhecimentos que a luz da Razão, tem alcançado, e ha de alcançar em Deos, no Homem, e na Natureza».

A seguir, ataca fortemente « os sofismas Arabigos que com discredito da Razão occuparam por tanto tempo o lugar da Filosofia », considerando a « *Filosofia Arabiga* a ruina geral das Artes, as quais não podem adiantar-se, e promover-se, nem tirar fruto algum de huma Sciencia irrisoria de méras palavras, e inteiramente vazia de conhecimentos fysicos, e verdades certas da natureza ».

E, resolve: «Sou servido abolir, e desterrar não sómente da Universidade, mas de todas as Escolas publicas, e particulares, Seculares, e Regulares, de todos os Meus Reinos, e Dominios, a *Filosofia Escolastica*...» E, depois de um novo ataque contra a escolástica ostensiva e a encapotada «com algumas noções superficiaes de *Geometria*, e *Mecanica*...», e de justificar o ensino das «Sciencias Filosoficas» na Universidade, determina que êle aqui se faça «de hum modo completo, e superior ao que permitem as lições dos cursos ordinarios».

A seguir, divide a Filosofia em três profissões: naturalista, medicos e matemáticos, e esclarece: «Entendendo-se comprehendidas na *Medicina* todas as Sciencias, que pertencem à Filosofia do corpo humano são e enfermo: Na *Mathematica* todas as Sciencias, que tratam da quantidade em geral, e particular, como a *Theoria* mais sublime da *Fysica*, que fóra de hum curso profundo de *Mathematica* se não pode estudar nem entender: E na *Filosofia Natural* todos os conhecimentos de facto, que pela observação se tem achado na Natureza, e formam o Corpo da *Historia Natural*, com tudo o mais. que por experiencia se tem descuberto ácerca das qualidades dos differentes productos da mesma Natureza; ficando tambem annexos, e aggregados a esta ultima Profissão os Estudos da *Filosofia Racional*, e *Moral*; de sorte que se forme hum Systema completo das Sciencias Filosoficas».

Logo em seguida, aparece uma determinação de tal modo importante e de um alcance tão transcendente que bastava tal disposição para dar aos *Estatutos* um lugar eminente na historia da pedagogia. Diz-se nessa disposição que sendo constantes os progressos das sciencias era essencial que tais avanços fossem pouco a pouco sendo incorporados no ensino, passando logo a tornarem-se objectos da vulgarização escolar, determinando

que para isso se organisasse uma confederação das três faculdades que, na realidade, funcionaria como uma Academia.

O Dr. Teófilo Braga viu — e com sobeja razão — nesse organismo uma embrião da futura Academia das Sciencias, especialmente, da sua 1.ª classe — a de sciências. Mas, transcrevamos, na íntegra, essa passagem que não se pode ler sem desvanecimento. Diz êle: « E porque todas estas Sciencias se aperfeiçoam cada vez mais; e se enriquecem com descubrimentos novos, que logo devem incorporar-se nos respectivos Cursos das lições publicas: Tendo mostrado a experiencia, que as Universidades nem tem felizmente promovido estes conhecimentos; nem tem recebido com a promptidão necessaria os descobrimentos, que de novo se tem feito em todas estas Sciencias; porque sendo destinadas ao ensino público, se julgam limitadas a hum Curso de Lições Positivas; e só trabalham, e se occupam em conservar, e defender as que huma vez começáram a ensinar, com grande prejuizo do Bem commum, e do adiantamento das Letras: Hei por bem confederar as ditas tres Profissões, de Naturalistas Medicos, e Mathematicos, em huma Congregação Geral, a qual tenha por Instituto trabalhar no progresso, adiantamento, e perfeição das mesmas Sciencias: do modo que felizmente se tem praticado, e pratica nas Academias mais célebres da Europa; melhorando os conhecimentos adquiridos; e adquirindo outros de novo, os quaes se façam logo passar immediatamente aos Cursos respectivos das ditas Profissões . . . » .

Entram, depois, os Estatutos na organização do ensino médico, que resulta notável para o seu tempo. Começa tal organização por estabelecer quais os estudos preparatórios necessários aos estudantes de medicina, e que deviam ser: o latim, o grego, o inglês e o francês, se

bem que, quanto a estas linguas vivas, lá se diga: «Porem não obrigo a que os estudos desta Lingua preceda necessariamente á matricula do Primeiro anno, nem que dellas se faça exame». E, acrescenta: «Somente encarrego aos Lentes, que os recommendem muito aos seus Ouvintes, dos quaes espero, que sem prejuizo das Lições, a que são obrigados, se instruam nellas por todo o tempo do *Curso Medico*...» Tambem determina que os estudantes «deverão ser préviamente instruidos nos Estudos *Filosoficos*, e *Mathematicos*, necessarios para entrar com sólidos principios no Estudo da Medicina...», ordenando, para a aquisição desses *solidos principios*, «que alem de terem ouvido a *Filosofia Racional*, e *Moral* por espaço de hum anno, estudem tres annos efectivos de *Fysica*, e *Mathematica*».

E, se bem que quanto ao estudo da Logica e da Moral poderia êle ser feito «em qualquer parte», já o mesmo não sucedia acerca do da fisica, pois lá determinava que: «pelo que respeita á Fysica, serão obrigados a fazer na mesma Universidade o sobredito Curso de trez annos: Ouvindo no primeiro delles as Lições de *Geometria* no Geral de Mathematica, e de *Historia Natural* no Geral de Filosofia; no segundo as Lições de *Calculo* no Geral de Mathematica, e de *Fysica Experimental* no Geral de Filosofia; e no terceiro as Lições de *Phoronomia* no Geral de Mathematica, e de *Chymica* no Geral de Filosofia: Tudo na fórma, que nos respectivos Cursos, *Mathematico* e *Filosofico*, será ordenado, e estabelecido». E acrescenta: «E não serão os Estudantes Medicos dispensados deste triennio simultaneo de *Mathematica*, e *Fysica*, a titulo de qualquer tempo, que em outra parte tenham estudado o Curso ordinario de Filosofia; por este não conter os conhecimentos necessarios da *Sciencia Natural* de hum modo completo, como são indispensaveis a quem pertende fazer progressos na Medicina».

Seguem-se várias disposições sôbre a freqüência dos estudantes e os exames das matérias preparatórias, admitindo a exames os estudantes livres, isto é, aqueles que não freqüentaram as aulas.

Acêrca da matrícula e freqüência no curso medico determina que os professores marquem faltas com tôda a exactidão e zêlo, perdendo o ano quem faltasse um mez sucessiva ou interpoladamente, e sem motivo importante, ou quem faltasse dois fôsse qual fôsse a razão.

Depois, determina que a duração do curso medico seja de cinco anos, findos os quais e completados os exames «ficarão habilitados para obterem partidos publicos das Camaras, Conselhos, Hospitaes, etc...», necessitando mais um ano de freqüência os que se quizessem graduar em licenciados e doutores.

Quanto à metódica geral do ensino medico, são notáveis as disposições que ao assunto se referem. Assim, começando por dizer que tal ensino nem deve ser puramente empírico, nem exclusivamente racional, ordena: «que se tenha sempre o meio entre os dous reprovados extremos; cultivando-se a Medicina *Empirico-Racional*, na qual as luzes da Theorica sirvam para se poderem ler sem equivôcação nas experiências as verdades, que ensinar o magisterio da natureza: E as observações bem feitas, examinadas, e comparadas, sirvam de rectificar, verificar, ampliar, limitar, e aperfeiçoar os conhecimentos da Theorica». E, depois de declarar que tal ensino teórico não será fundado em «*Hypothese*, ou *Systema* algum antigo, ou moderno, a cujo serviço se verifiquem as observações, e experiencias por meio de explicações forçadas, e sómente imaginadas...», acrescenta, que também êle não se fundamentará «no *Syncretismo* de differentes Systhemas... nem finalmente no *Eclectismo* vago, que tem feito tão grande ruina nas Letras; tomando cada hum a liberdade de escolher as opiniões,

e probabilidades do seu gosto...», e determina «que as Disciplinas principais do *Curso Medico* sejam as cinco partes, de que se forma o Corpo das Instituïções a saber: *Physiologia*, *Pathologia*, *Semeiotica*, *Hygiene*, e *Therapeutica,* com os *Aphorismos*, que de todas ellas se derivam». E, acrescenta luminosamente:

«Porque nem *Physiologia,* e *Pathologia* se podem estudar, sem preceder a *Anatomia;* nem a *Therapeutica*, sem preceder o estudo fundamental da *Materia Medica;* no qual se aprendam as propriedades medicinaes dos differentes productos da Natureza, e as preparações *Chymicas*, e *Pharmaceuticas*, que pela Arte se lhes podem dar, a fim de os fazer utilmente applicaveis conforme as diversas circunstancias das enfermidades: Ordeno, que as Lições de Medicina principiem pela *Materia Medica*, e *Anatomia*». E, após a indicação de quão correspondentes devem ser os estudos médicos, e os cirúrgicos, determina que todos os medicos sejam também cirurgiões, e que a cirurgia seja estudada, praticada e «considerada na mesma graduação e nobreza, em que até agora se teve a Medicina interna...», devendo tais estudos ser feitos independentemente de quaisquer preconceitos de sistema, «mas imitando quanto possivel for o methodo dos Geometras... e olhando sempre para os principios demonstrados na *Fysica*, *Mecanica, Hydraulica*...». E, esclarecendo com admiravel penetração, diz: «porque he evidente, que as propriedades medicinaes dos remedios não são virtudes occultas, mas consequencias, que resultam das suas propriedades fysicas...». Depois, trata da já então complexa questão dos compendios, passando logo a ocupar-se da distribuïção das cadeiras e das horas das lições.

Quanto às cadeiras eram elas, pela sua ordem: Materia médica, anatomia, operações cirúrgicas, arte obstetrícia, instituïções medico-cirúrgicas, aforismos, prática de

cirurgia e de medicina. Quanto ao pessoal docente, para os impedimentos dos lentes efectivos havia os substitutos, existindo demonstradores para as lições práticas de matéria medica e de anatomia. Acerca da distribuïção das cadeiras, fazia-se ela pela seguinte forma: no primeiro ano — matéria médica e prática da arte farmaceutica; no segundo — anatomia, e prática das operações cirúrgicas e da arte obstetrícia; no terceiro — instituïções e começo da prática da medicina e cirurgia no hospital; no quarto — aforismos e continuação da prática hospitalar; no quinto — só prática hospitalar de medicina e cirurgia [1].

Depois das determinações sôbre os dias lectivos e os feriados, entrão os Estatutos na descrição dos programas e métodos de ensino das diversas disciplinas. Não é sem desvanecimento que hoje se lêem as instruções sôbre o carácter prático e demonstrativo que as lições deviam apresentar sempre.

Assim, no ensino da *matéria médica* devia fazer-se o estudo « das differentes raizes, cascas, sementes, gomas, balsamos, partes de animaes, e mineraes, que tem uso na Medicina. E isto à vista das mesmas cousas, que para isso estarão guardadas, e dispostas por boa ordem

[1] Ao contrário de que se vê no *Compêndio histórico*, e, mesmo, do que acabamos de ver, o ensino médico em vez de começar pela anatomia, seguindo-se-lhe o estudo da fisiologia, higiene, e patologia geral, começa pela matéria médica. O dr. Mirabeau, na sua *Memoria historica e commemorativa da Faculdade de Medicina*, nota essa inconsequencia, criticando que a anatomia fosse atirada para o 2.º ano contra a opinião de Boerhaave, e da propria Junta ao elaborar o *Compendio* e os próprios Estatutos. O dr. Mirabeau procura explicar tal facto pela falta de professores o que obrigou o legislador a limitar o numero de Cadeiras, vendo-se, por isso, forçado a agrupar em cada uma o ensino de diversas matérias. Ver *ob. cit.*, pág. 87 etc.

em Armarios, que se mandarão fazer ao redor da Aula». E, continua, referindo-se ao professor:

«Huma vez em cada semana fará huma lição prática no *Laboratorio Chymico.* Nelle ensinará aos discipulos a fazer as differentes preparações Chymicas, que relativamente aos usos da Medicina se costumam dar aos differentes productos, que tiver mostrado e explicado em toda semana no Geral». Também o ensino da botânica médica se deveria fazer, tanto quanto possível, com os exemplares à vista, e, em último caso, com boas estampas, não esquecendo a lição semanal no jardim botânico. E, insistindo sôbre o carácter prático do ensino, diz:

«Em todas as Lições de Materia Medica, terá o Lente grande cuidado em satisfazer aos dous pontos capitaes, em que consiste a sua obrigação: O primeiro hé fazer, que os seus Discipulos adquiram o conhecimento ocular de todos os productos da natureza, que tem uso na Medecina; e saibam julgar da sua qualidade, e bondade; discernindo os genuinos, sãos, e legitimos dos falsos viciados, e contrafeitos: O segundo mostrar as virtudes, e usos Medicinaes que nos ditos productos se tem descuberto; os meios, por onde se descubriram; e por onde se poderão fazer novos descubrimentos; e enriquecer a *Materia Medica* de novos remedios em beneficio do publico». E, depois de recomendar que os ensinamentos da matéria medica não se deverão basear em circunstâncias ou acidentes casuais nem nos símples raciocínios nem nas puras especulações, recomenda ao lente, dizendo-lhe: «mostrará como se ha de discorrer pelos principios da *Fysica*, e da *Chymica*...».

Depois de muitos outros conselhos e instruções admiráveis sôbre os métodos e processos experimentais e scientíficos a observar, apresenta a seguinte determinação ainda hoje, e sempre, digna de seguimento universal. Assim, diz êle, o professor «fará todo o possível por

plantar logo desde o princípio nos animos dos seus Discípulos as ideas da exactidão rigorosa; e da probidade, com que se deve proceder em matéria de tão grandes consequencias». E, continua, admiràvelmente: «Mostrando-lhes a obrigação grave que tem de se segurarem por todos os meios possíveis do verdadeiro prestimo dos medicamentos; e de proporem com a mais exacta verdade, e sem encarecimento algum, o resultado das suas observações: Fazendo-se ver, e acreditando-se observadores exactos, e diligentes da natureza...»

E, para nada faltar nesse magnifico conspecto de instruções lá aparece uma providência sôbre a regionalização e a nacionalização da sciência, determinando que o professor «tratará particularmente das plantas, aguas mineraes, e outros productos da *Materia Medica* deste Reino. Aos quaes se deve recorrer com preferência na pratica da Arte; por se poderem haver com toda a sua virtude».

A seguir, ocupa-se do ensino da *Arte Farmaceutica*, seguindo o mesmo ponto de vista prático, e recomendando: «Huma vez cada semana fará a Lição no *Dispensatorio Pharmaceutico*. Nelle mostrará aos seus Discipulos as operações, e preparações, que em toda a semana lhes tiver explicado no Geral: Resumindo à vista das mesmas operações a substância de todas as Lições». Aparece-nos, então, uma determinação que não só celebrisa os Estatutos, como honra o nosso país, dando-lhe um lugar proeminente na história da metodologia do ensino superior. Nesta disposição preceitua-se o princípio ainda hoje tão proclamado, mas tão pouco cumprido, do ensino activo, recomendando-se:

«Advirtirá porém, que estas demonstrações práticas não hão de ser offerecidas á vista dos seus Ouvintes, como em espectaculo; mas que os deve obrigar a trabalhar pelas suas mãos: Dando-lhes para isso elle mesmo

o exemplo; de sorte que aprendam a fazer expeditamente xaropes; unguentos; pirolas; electuarios; e todas as mais preparações da *Pharmacia;* como o mais habil Boticario; e ainda melhor; pois que tem a vantagem de adquirir o habito de obrar, prevenidos com o auxilio dos principios scientificos, que o facilitam e dirigem». E, para que a prática farmaceutica se realizasse mais completamente determinava que os estudantes fôssem divididos em turnos de dez, e que cada turno trabalhasse um dia na semana no dispensatório e laboratório «applicando-se no aviamento das Receitas para o Hospital; e nas mais preparações, que forem necessarias para provimento do mesmo Dispensatorio».

Mas, não consentiam os Estatutos que o ensino se fizesse sôbre matérias velhas e com processos antiquados, pelo que recomendava: «terá o Lente cuidado de instruir os seus Discipulos nas cousas, que se tiverem descuberto, averiguado, e approvado na Congregação Geral das Sciencias: Acomodando-as de hum modo elementar nos seus competentes lugares», acrescentando logo: «Ao mesmo tempo procurará inspirar-lhes o desejo, e nobre emulação de indagarem, e averiguarem as cousas por si mesmos; fazendo tentativas, e experiencias Chymicas e Pharmaceuticas...» E, tal importancia ligava ao ensino activo e progressivo, e sempre baseado na observação e na experiencia, que logo cominava:

«O Lente, que nesta parte proceder com negligencia, repugnando fazer por si mesmo as ditas operações; e animar com o seu exemplo a diligencia, e trabalho dos Discipulos; com o pretexto vão, e frivolo de não serem as operações práticas, e manuaes decentes ao seu caracter, e profissão, inspirando deste modo nos animos incautos dos seus Ouvintes os mesmos prejudiciaes sentimentos, em prejuizo do seu aproveitamento, e do adiantamento

da Medicina; alem de ser reputado como inimigo do Bem público, e fautor das idéias ociosas dos Medicos Arabigo-Peripateticos, será privado da Cadeira, e de todas as honras, que de Mim tiver».

Entram, depois, os Estatutos nas disposições sobre as materias do segundo ano. A respeito da anatomia, determina que, como na materia médica, o seu ensino comece pela historia de tal especialidade, «passando depois a explicar com individuação, e miudeza as partes desta Sciencia: A saber: A *Osteologia*, que mostra a figura e situação dos ossos: A *Splanchnologia,* que ensina a estructura, e posição das entranhas: A *Angeiologia*, que descobre o calibre, e communicação dos vasos: A *Adenologia,* que explica a forma, e a configuração das glandulas: A *Neurologia,* que indaga a origem, e ramificação dos nervos: E a *Myologia,* que demonstra o mecanismo, e acção dos musculos».

Depois, determinam os Estatutos que se ensinem « as melhores Regras, e Methodos até agora descubertos para dissecar, preparar, injectar, e embalsamar as differentes partes do Corpo humano: Explicando o uso dos instrumentos que servem para fazer as ditas operações... E não se esquecendo de incorporarem todos os Annos no Curso das suas Lições, e Demonstrações as observações, ou descubrimentos, que de novo se tiverem feito em qualquer parte do Corpo, sendo verificados, e authorizados pelo juizo da Congregação Geral».

E, após diversas indicações sobre o ensino da anatomia tanto nas aulas como no teatro anatomico, determina que os alunos façam dissecções e preparações anatomicas por uma forma efectiva, para o que as aulas serão divididas em turmas, sendo o ensino individual, para o que se destinará o numero de cadeiras necessario, fornecidas elas pelos dois hospitais de Coimbra. A seguir, dá indicações e determinações sôbre o ensino da « cirur-

gia operatoria» «e farmaceutica», e, sôbre a obstetricia. Uma cousa que nos fere com muito interesse é o grande cuidado que aos Estatutos merece o ensino pratico, objectivo — «ocular». Já, ao tratar-se do ensino da anatomia escreve: «O lente da Anatomia terá grande cuidado em dar a conhecer aos seus discipulos todos os meios de adiantar esta arte, depois de os ter instruido em tudo o que até o presente se tem descuberto». Mais adiante, insiste: «As demonstrações oculares de todas as referidas operações, serão primeiro feitas em cadaveres, e na falta delles em corpos artificiaes. E quando houver de fazer-sè amputação, ou qualquer outra operação mais rara, e importante em algum enfermo do hospital, serão obrigados a assistir não somente os Estudantes deste anno, mas, tambem os das Classes superiores».

Depois de tratar da medicação e pratica da sangria, passa a ocupar-se da materia das lições do terceiro ano, as quais são: a teoria medica, a fisiologia, a patologia, a semeiotica, a higiene e a terapeutica. Ao ocupar-se destas materias dos estudos médicos mais uma vez os Estatutos mostram a suma atenção que lhes merecia o ensino objetivo e pratico. Assim, lê-se: «E porque todo o estudo da Medicina se encaminha ao exercicio da prática, sem a qual debalde são adquiridos todos os conhecimentos da Theorica; e por essa razão devem os Estudantes Medicos principiar, quanto mais depressa for possivel, e frequentar a prática do Hospital, para se irem familiarizando com as enfermidades Medicas, e Cirurgicas; e para irem ganhando a habituação de discorrer com acerto ás cabeceiras dos enfermos; e de observar na praxe o que aprendem na Theorica: Mando, que todos os Estudantes Medicos logo desde o principio deste Terceiro Anno do seu Curso ouçam as Lições dos dous Lentes de *Prática* no Hospital...»

Para as lições do 4.º ano ordena que elas «tenham por

objecto a *Therapeutica* em particular, tratada, quanto possivel for, de hum modo « *Aphoristico*», e, para isso aconselha que «todos os seus Discipulos aprendam de memoria os ditos *Aphorismos*», e recomenda Galeno. Mas vai dizendo que quanto á razão deles « a deduzirá sempre dos principios *Physiologicos* e *Pathologicos* demonstrados na Theorica», e quando isso não baste deve-se recorrer à « via de facto», isto é, à observação e à experiência, continuando a dar instruções sôbre o ensino, a comparação dêsses aforismos ou regras gerais, recomendando os *Aforismos* de Boerhaave, mas com aditamentos sôbre « as febres *exanthematicas; nervosas;* e outras, que vulgarmente se chamam *malignas*; as doenças *convulsivas;* os males *hypocondriacos, histericos,* etc.», E depois de recomendar o maior cuidado na escolha de um livro para esse ano lá vai dizendo que « alem das Lições assima referidas, continuem a frequentar as Lições práticas do Hospital».

Quanto ao 5.º ano, começa logo por recomendar mais prática, dizendo que êle será «inteiramente empregado na mesma prática no Hospital, onde ouvirá de manhã, e de tarde aos dous Lentes para isso destinados», e irá repetindo as matérias dos anos anteriores. Depois, « a fim de que os Lentes de *Prática* possam explicar as doenças com miudeza, não convem que cada hum delles tenha grande número de enfermos». Os doentes do hospital eram divididos pelos dois lentes, excepto os mais graves que eram visitados por ambos. Cada um visitaria os seus doentes de manhã e de tarde, mas um daria a lição da manhã e o outro só da tarde.

A seguir, os *Estatutos* instruem como devem ser ministradas essas lições práticas, e qual a forma dos estudantes efectuarem tal prática, e chama a atenção para a *Arte Sphygmica* ou o discernimento dos pulsos», para o estudo dos sintomas, para a forma de preencher o «*Diario*

Clinico», para a forma de receitar em face dos doentes. Visitados todos os enfermos seguir-se-ia a prelecção. « Por cada hum dos ditos enfermos lerão as indicações, e symptomas, curativo, e regimento... Depois disso farão sobre tudo a explicação conveniente...».

Após ter exposto demoradamente os objectivos e fins das lições práticas, salienta a importância da probidade profissional para o medico, recomendando muito sèriamente « aos Lentes, que acompanhem as suas Lições com huma instrucção solida na Moral privativa do Medico: Mostrando aos Discipulos... a probidade, com que devem conduzir-se no exercicio da Arte».

A seguir, os *Estatutos* discorrem demoradamente sôbre as lições orais, as repetições semanais e mensais, as lições práticas no «jardim botanico», no «laboratorio quimico», no «dispensatorio farmaceutico», no «teatro anatomico» e nos pequenos cursos de Ataduras, operações cirurgicas e partos», e sôbre os exercícios escritos. Depois, ocupa-se da maneira de realizar os exames e os actos grandes, e da forma de conceder os graus de bacharel, licenciado e doutor. Vêm logo as disposições sôbre a organização do futuro hospital, pois o que então existia era improprio para o ensino e até mesmo, para o tratamento dos doentes; e dispõe àcerca « do Theatro anatomico, instrumentos cirurgicos, e Maquinas Obstetricas», e do «Dispensatorio Pharmaceutico», sôbre a organização de uma Farmacopeia, e sôbre os cargos da Congregação da Faculdade.

*

A 2.ª Parte do Livro III dos Estatutos é destinada a legislar sôbre a Faculdade de Matemática, e fá-lo notavelmente. Começa o preambulo por dizer: « Tem as *Mathematicas* huma perfeição tão indisputavel entre todos

os conhecimentos naturaes, assim na exactidão luminosa do seu *Methodo*, como na sublime, e admiravel especulação das suas Doutrinas, que Ellas não sómente em rigor, ou com propriedade merecem o nome de *Sciencias;* mas tambem são as que tem acreditado singularmente a força, o engenho, e a sagacidade do Homem. Por isso he indispensavelmente necessario, ainda para segurança, e adeantamento das outras Faculdades, que estas Sciencias tenham na Universidade hum establecimento adequado ao lugar, que occupam no Systema Geral dos conhecimentos humanos: Sendo manifesto, que se a mesma Universidade ficasse destituida das luzes Mathematicas, como infelizmente esteve nos dous Seculos proximos precedentes, não seria mais do que hum cháos, semelhante ao Universo, se fosse privado dos resplandores do Sol». E, continuando a mostrar «o interesse geral, que resulta do estudo profundo das *Sciencias Exactas*», justifica: «porque ellas não somente caminham ao seu objecto por uma estrada de luzes, desde os primeiros *Axiomas*, até os *Theoremas* mais sublimes, e reconditos; mas tambem illuminam superiormente os entendimentos no estudo de quaesquer outras Disciplinas: Mostrando-lhe praticado o exemplo mais perfeito de tratar huma materia com ordem, precisão, solidez, e encadeamento fechado, e unido de humas verdades com outras: Inspirando-lhe o gosto, o discernimento necessario para distinguir o Solido, do Frivolo; o Real, do Apparente; a Demonstração, do Paralogismo: E participando-lhe huma exactidão, conforme ao *Espirito Geometrico;* qualidade rara, e preciosa, sem a qual não podem conservar-se, sem fazer progresso algum os conhecimentos naturaes do Homem em qualquer objecto que seja». E diz, a seguir, que as épocas de maior progresso foram aquelas em que se cultivaram eficazmente as sciencias matematicas: « onde se acha a unica Regra, e methodo de exactidão, pela qual se deve

regular o entendimento, para se não precipitar nos abuzos sofisticos da Razão; nem tambem se restituiram ao estado actual de perfeição, a que tem chegado neste tempo, senão depois que o estudo profundo das Mathematicas abriu o caminho, e acostumou os Entendimentos a conhecer, e sentir os caracteres da evidencia, e da verdade, e a desprezar os raciocinios vãos, frivolos, escuros, ociosos e gratuitos, nos quaes por hum gosto corrompido, e estragado se tinham transformado as Faculdades Literarias nos seculos tenebrosos da Filosofia *Arabigo-Peripatetica,* a qual despoticamente supprimio, e affugentou das Escolas as *Sciencias Exactas*, para deslocar mais facilmente o Entendimento dos Homens».

A seguir, os Estatutos falam das aplicações da matemática à geografia, à agrimensura, à nautica, às sciências militares, à arquitetura, à mecânica e engenharia, etc., contribuindo para o progresso de «hum grande numero de Artes uteis e necessarias ao Estado». E, conclue: «Por todas estas razões pede o Bem Publico dos meus Reinos, e Senhorios, que entre os meus Vassallos haja sempre Mathematicos insignes, de cujas idéas se utilizem os Povos, e que possam ser proveitosamente empregados no meu Real Serviço». Assim justifica o legislador a creação do «Curso Mathematico», isto é, da Faculdade de Matematica.

Depois de mostrar a coerência de tal creação com a orientação positiva e racional dada ao ensino nas Faculdades de Teologia, Canones, Leis e Medicina, «reduzindo-as aos seus verdadeiros, e sólidos Principios; expurgando-as das questões *Quodlibeticas*, e *Sofisticas* dos *Escolasticos;* e trazendo-as ao caminho seguro do *Methodo Mathematico*», ocupa-se das insignias, honras e privilegios da nova Faculdade, e da sua constituição professoral, com lentes efectivos, substitutos e opositores.

Em seguida, volta a mostrar a importância dos «co-

nhecimentos matematicos » não só como conhecimentos auxiliares para outras sciencias e pelas suas aplicações, mas ainda, e sobre tudo, por constituirem um método de investigação e de estudo, isto é: « Porque nella [na Mathematica] se adquire seguramente o habito precioso de combinar justamente as idéas, e proceder com exactidão das verdades mais simples, até às mais compostas, por huma cadeia seguida de raciocinios efficazes, tanto *Syntheticos,* como *Analyticos* ».

Haveria tres classes de ouvintes: os *ordinários* — isto é, os que se destinavam à formatura; os *obrigados* — os que tinham que cursar algumas cadeiras «como subsidio, e preparação para o estudo das Faculdades, para as quaes se destinarem »; e os *voluntários* — que « somente quizerem instruir-se por curiosidade em qualquer das partes della, para ornamento do seu espirito, como muito convem a todas as Classes de Pessoas, e principalmente à Nobreza ». A êstes ouvintes voluntários estariam sempre abertas as aulas de matemática « pela grande utilidade, que resulta de se propagarem êstes conhecimentos; principalmente, sucedendo muitas vezes, que de hum principio de mera curiosidade se passa a Estudos profundos nestas Sciencias, que arrebatam o entendimento de quem chegou huma vez a entender nellas alguma cousa ».

E, como se tudo o que acabamos de dizer não fôsse digno da nossa admiração, porque, em grande parte, tudo isso é ainda actual, oportuno, temos mais a notar que os estudantes de teologia e de direito eram obrigados a cursar o 1.º ano de matemática, sendo digno de transcrição, na íntegra, a passagem dos *Estatutos* onde se justifica tal frequência, e na qual se diz:

« E porque os Elementos de Geometria, que no primeiro ano do dito Curso se ensinam, são a Logica, praticada com a maior perfeição, que he possível ao entendimento do

homem; cujo exemplo he mais instructivo, do que todas as regras, e preceitos, que se podem imaginar, para dirigir, e encaminhar o discurso: Hei por bem, e Sou servido ordenar, que todos os Estudantes, destinados aos Cursos, Theologico, e Juridico, sejam tambem obrigados a estudar privativamente o Primeiro Anno do Curso Mathematico, como subsidio importante ao aproveitamento, que devem ter no Estudo das suas respectivas Faculdades».

Seguem-se outras disposições tendentes a facilitar a frequência dos estudos matemáticos e a dignificar quem os seguir «para que se faça em tôda a Nação o apreço destas Sciencias, que he necessario para se cultivarem com o bom sucesso, que requer o Bem commum do Reino, e credito da mesma Universidade: E os que assim o fizerem, serão preferidos por Mim nos Concursos das suas Faculdades».

Vêem depois as disposições sôbre a idade de admissão à matrícula na Faculdade; os preparatórios necessarios para essa matricula; a duração do curso e, as disciplinas e cadeiras deste, como a aritmetica, geometria, algebra, trignometria rétilinea e esférica, geodesia, a foronomia, a mecânica, a astronomia, desenho, e arquitectura. Seguem-se as determinações sôbre os dias lectivos, e feriados, a distribuïção das lições pelo curso e o modo de as conduzir, isto é, o programa e a metódica do ensino de cada disciplina, dos quatro anos do curso da Faculdade.

Uma das mais interessantes e inconfundiveis características da metodologia recomendada para o ensino das disciplinas desta Faculdade — como já o vimos para as outras — é a preocupação do legislador em determinar que se faça paralelamente o ensino histórico e dogmático de cada matéria, isto é, os professores eram obrigados a expor como se deu a evolução de cada sciência

que ensinavam à medida que o seu ensino se ia desenvolvendo. Termina esta parte dos *Estatutos*, por legislar sôbre as lições, repetições, exercícios escritos e práticos, os exames e os actos, o observatório astronómico e seu material, a criação de dezoito «partidos mathemáticos», distribuidos aos seis melhores estudantes do 2.º, 3.º e 4.º anos da Faculdade.

*

A terceira parte do Livro III dos *Estatutos* é destinada ao «*Curso Flosófico*», no qual « alem dos Principios solidos, e elementares da *Filosofia Racional, e Moral,* por onde ha de principiar; tratará completamente da *Filosofia Natural;* tanto em geral, como em particular... Mostrando-lhes pela inducção de experiencias decisivas os Principios, e Leis da Natureza Corporea, sôbre as quaes ha de começar a *Filosofia da Quantidade* o edificio sublime das Sciencias *Fysico-Mathematicas:* E descubrindo, e analyzando as propriedades, e qualidades dos Corpos; que hão de servir de Preliminares á Filosofia do corpo humano, são, e enfermo, em que consiste a Medicina ».

Expostos os objectos e fins, legislam os *Estatntos* sôbre a idade e os preparatórios exigidos para a matrícula nessa Faculdade, passando a ocupar-se das « disciplinas filosóficas» agrupadas em três partes: « Na *Filosofia Racional* se entenderá comprehendida a *Logica*, que dirige as Operações do entendimento; e a *Ontologia*, que prepara os primeiros Principios ideaes de todas as Sciencias. A esta se ajuntará a *Pneumatologia*, na qual se comprehende a Sciencia dos Espiritos, e se divide em *Theologia Natural*, e *Psychologia;* formando-se do concurso dellas a *Metaphysica*, que trata dos primeiros Principios, e da Natureza Espiritual. Na *Moral* se comprehende

tudo o que pertence á *Ethica*: Deixando-se o *Direito Natural* para a cadeira privativa delle... Na *Natural* finalmente se comprehenderão todos os ramos das Sciencias, que tem por objecto a contemplação da Natureza: Exceptuando sómente o que pertence em particular aos Cursos Medico, e Mathematico...». E, continua, muito interessantemente:

«Não havendo outros meios de chegar ao conhecimento da Natureza senão a Observação, e a Experiencia; começará o *Curso da Fysica* pela *Historia Natural*, em que se ensinam as verdades de facto pertencentes aos tres Reinos da Natureza, havidas pela Observação. Sendo porem a Observação limitada aos factos, e Fenomenos, que a mesma Natureza offerece aos olhos dos homens no Curso ordinário das suas Operações; depois das verdades conhecidas pela Observação, será necessario passar ás que sómente se podem haver por meio da Experiencia; a qual obriga a mesma Natureza a declarar as verdades mais escondidas, que por si mesma não quer manifestar, senão sendo perguntada com muíta destreza, e artificio». E insiste:

«A Parte Experimental da Filosofia Natural deve ter dous objectos differentes. O primeiro he indagar as Leis, e propriedades geraes dos Corpos considerados, como móveis, graves, resistentes, etc. e descubrir a razão dos factos conhecidos tanto pela Observação, como pela Experiencia; e he o que constitue o que propriamente se chama *Filosofia Experimental*. O segundo he indagar as propriedades particulares dos Corpos: Analyzando os Principios delles: Examinando os Elementos, de que se compõem: E descubrindo os effeitos, e propriedades relativas, que resultam da mistura, e applicação intima de huns aos outros. Isto he o que constitue o objecto da *Filosofia Chymica*»,

A nova Faculdade de Filosofia — cujo curso era de qua-

tro anos — compunha-se de seis disciplinas: logica, metafísica, ética, história natural, física experimental e química, agrupadas em quatro cadeiras — *Filosofia racional e moral, historia natural, fisica experimental* e *quimica teorica e pratica,* — tendo cada uma um lente, e sendo cada uma lecionada em seu ano, por essa ordem, do primeiro ao quarto. As lições eram de hora e meia, e o ensino era bastante prático para o que «O Lente de *Historia Natural* [lerá] no primeiro espaço da tarde no Geral, no Museu, ou no Jardim Botanico. O Lente de *Fysica* no segundo espaço da tarde no Geral, ou na Casa das Maquinas. E o Lente de *Chymica* no segundo da manhã na Aula, ou no Laboratorio, conforme pedirem as circumstancias das Lições, cuja *Theorica* será explicada sempre no Geral, e a *Prática* nos respectivos lugares que ficam declarados».

Deixando as instruções para as lições do 1.º ano, de *Filosofia racional e moral,* é de notar que no 2.º ano, depois de aconselhar o ensino da evolução da *historia natural,* recomenda «huma descripção exacta de cada hum dos produtos da natureza», e, logo, o estudo das classificações. Depois, devia seguir-se o ensino de *zoologia,* e a este o da *botanica,* recomendando: «Para dar hum conhecimento exacto das Plantas, fará a demonstração dellas no *Jardim Botanico*». Seguia-se o ensino da *mineralogia,* devendo o lente «fazer conhecer bem aos seus disciplos os differentes produtos, e substancias do *Reino Mineral:* Costumando-lhes os olhos a distinguillos pelos sinaes exteriores, que os caracterisam: Mostrando-lhes as particulas delles, que se guardarão no Museu ou Gabinete da Historia Natural...».

O terceiro ano era — como já dissemos — destinado ao ensino de *Física experimental,* « em que se incluem os factos conhecidos pela experiencia; que he huma observação mais subtil, procurada por artificio para descubrir

o véo da Natureza». O ponto de vista do legislador é como se vê, e vai continuar a ver-se, maximamente progressivo.

Depois de recomendar que o ensino deve iniciar-se pelo « Prolegomenos », isto é, pelo objecto dessa sciencia, origem e evolução, diz ao lente: « Tambem mostrará as qualidades, e requisitos necessários para se estudarem fructuosamente as Lições desta Sciencia; e dará huma idéa geral da sagacidade, e attenções, que se devem aplicar na Arte de fazer as Experiencias; como se hão de repetir, e combinar; como se hão de distinguir os factos accessorios, dos principaes; como se hão de distribuir os effeitos complicados de huma Experiencia, por meio de outras experiencias parciaes, que excluam successivamente as circumstancias da primeira; e como se deve fazer uso da Razão; para se conjecturar o effeito antes de o experimentar; e para se escolherem as circunstancias, em que se devem fazer experiencias decisivas, e izentas de toda a equivocação ».

Com uma ou outra variante de termos e de forma o que os Estatutos aconselham é ainda hoje preceituado.

Depois, para evitar as obscuridades da teoria corpuscular patenteada por Gassendi, Descartes e Boyle que explicavam os fenomenos pela forma e movimento dos corpusculos da materia e para não cair nas dificuldades dos geometras — com a sua concepção dos corpos continuos, nas dos fisicos — com o conceito do isolamento das particulas ponderaveis, e nas dos pontos materiais, depois sustentados por Boscovich, os *Estatutes* vão dizendo: « Geralmente se terá advertido, que as causas dos Fenomenos, e effeitos da Natureza, estão fóra do alcance das especulações do Entendimento humano; e que toda a sciencia da Fysica se reduz primeiramente á colecção dos factos averiguados pela experiencia; e depois disso á combinação, e generalização delles, até se chegar ao descubrimento de hum facto primordial, que faça as

vezes de causa... abstendo-se de imaginar hypotheses e de fabricar Systhemas gratuitos...» E, remóe:

« O principal fructo das Experiencias, em que se deve empenhar o Professor, he descubrir as Leis geraes, que segue a Natureza nas suas operações; e preparar os Principios das Sciencias Fysico-Mathematicas... sendo sempre do seu objecto o *como*, e *porque* dos Fenomenos naturaes; e da obrigação da Mathematica averiguar o *quanto* delles ».

E, após ter recomendado que se faça um uso moderado da *conjectura* e da *analogia*, diz: « Usando pois o Professor das referidas cautellas, tratará todas as materias, que pertencem ás Lições da *Fysica Experimental* pela ordem dos Elementos, que lhe servirem de Texto, recolhendo, e ajuntando todas as verdades de facto, que decisivamente se provarem pelas Experiencias, bem feitas, e bem discutidas». A seguir, expõe o programa das matérias e os processos de ensino a utilizâr, e não se esquece, ao terminar, de dizer, admiravelmente, que o estudo de tais matérias devia ser encaminhado: «não por mero capricho da Fantasia, mas pelos factos seguros de Experiências bem descutidas, e combinadas ». E aduz que para isso « terá o mesmo Professor o cuidado de dar aos seus Discipulos a idea intuitiva das mesmas Experiências. Para isto fará as Lições na Casa das Máquinas, tôdas as vezes, que fôr necessário. E procurará que os discipulos não sejam meros espectadores; mas que trabalhem, e façam por si mesmos as Experiencias; como he necessario para adquirïrem o habito, e sagacidade, que ellas requerem; e para se formarem no gosto de observar a Natureza ».

Se bem que dos *Estatutos* não se possa concluir claramente se aqui já eram conhecidos e seguidos os aperfeiçoamentos porque haviam passado e estavam experimentando as diversas partes da Física, não há dúvida que,

em termologia, eram já então por cá usados, como registadores de temperaturas, os termómetros de Fahrenheit, de Reaumur, e de Celsius — o centígrado, — construído em 1742, e, naturalmente, seria aqui seguida a teoria do calor latente, de Black, inventada em 1762.

Quanto à luz, duas eram as doutrinas então dominantes: a *teoria da emissão*, de Newton, e a das ondulações num meio imponderável, de Huygens, e, se no que se refere ao magnetismo era este explicado por uma matéria magnética, a electricidade era — dizia-se — proveniente de um ou dois fluídos electricos. Independente dêsse atraso, quanto às causas e origens do calor, da luz, da electricidade e do magnetismo, a mecânica como a termologia, e a optica como a electricidade progrediram bastante atravéz o século XVIII, sendo numerosos os instrumentos e aparelhos inventados e usados no tempo de Pombal, sem excluir as máquinas electricas. Mas, voltemos ao estudo dos *Estatutos*.

O 4.º ano do *Curso filosofico*, era destinado ao ensino de *Quimica*.

Tudo levava a cuidar de tal disciplina. A química estava, então, e cada vez mais, na ordem do dia, mercê dos progressos que essa sciência vinha experimentando. Como diz Paul Tannery, depois de falar dos progressos da física: « A química ainda devia dar passos mais rápidos e mais decisivos. Dum montão de receitas praticas ia sair uma sciencia definitivamente constituida » [1].

Efectivamente, posta de parte a teoria do *flogístico* de Stahl, onde se procurava a origem da combustão num princípio volátil, num princípio igneo, numa origem de fogo, que se encontrava latente nos corpos combustíveis — o *flogístico*, — a química ia entrar em pleno progresso.

---

[1] Ver P. Tannery — *Les Sciences en Europe*, in *Histoire General*, de Lavisse e Rambaud, t. VII, pág. 726-762.

Hales, já em 1727 indicava, na sua *Statica dos vegetais*, a forma prática de, numa distilação ou numa combustão, recolher todos os gazes desprendidos; Black analisa o ácido carbónico, — o *ar fixo,* — encontrando-o na respiração, nas combustões, nas fermentações, etc.; Priestley faz progredir a química dos gazes — a *química pneumática,* — estuda o hidrogénio — o ar inflamável, descobre o bioxido de azote — o ar nitrozo, e faz experiências sôbre o oxigénio e o azote, o amoníaco e o ácido clorïdrico; Brandt ocupou-se do arsénico branco ou oxido de calcio, do cobalto, e Cronstedt obteve o nickel. Ainda, Bergman estudou o ar, encontrando nele misturados: o azote — o *ar viciado,* — o oxigénio ou *ar puro,* e o ácido carbónico — o *ácido aério,* e desenvolveu muito a quimica analítica, podendo ser, sem favor, considerado um dos mais notáveis precursores de Lavoisier; e Scheele que muito fez progredir a química mineral e orgânica com os seus estudos sôbre o cloro, o fluor, o ácido cianhidrico, e os ácidos cítricos oxálico, gálico, láctico e úrico, a glicerina, etc. Finalmente, com Lavoisier Berthollet e Cavendisch a química moderna ficava definitivamente estabelecida.

Era pois essa sciência — que tanto e tão ràpidamente progredira — que os *Estatutos* pombalinos escolhiam para o ensino do 4.º ano da Faculdade de Filosofia.

Como é de calcular, nem todos os progressos que acabamos de assinalar, na química, foram aqui conhecidos e ensinados na nova Faculdade, nos termos dos seus *Estatutos,* pois algumas dessas descobertas — como as de Scheele, Lavoisier, Cavendisch e Berthollet — são posteriores à reforma de 1772, mas por esta reorganização estava criado o meio favorável ao ensino desses e de muitos outros avanços da química.

Porém, ouçamos o legislador. Começa êle por recomendar que se inicie o ensino pela história de tal sciên-

cia: «Mostrando a origem que teve; os progressos que fez; as revoluções; os sucessos...», e, depois de traçar o programa do ensino tanto da química mineral como da orgânica, lá vai dizendo: «Para isso dará as Lições competentes de *Pratica* no *Laboratorio;* nas quaes não fará dos seus Discipulos meros espetadores; mas sim os obrigará a trabalhar nas mesmas Experiencias, para se formarem no gosto de observar a Natureza; e de contribuirem por si mesmos ao adiantamento, e progresso desta Sciencia». E, continua, significativamente: «A qual não se enriquece com Systemas vãos, e especulações ociosas, mas com descubrimentos reaes, que não se acham de outro modo, senão observando, experimentando, e trabalhando».

Seguem-se as disposições àcerca das lições, exercícios práticos e escritos, exames e actos de formatura, concessão de gráos e a constituïção da Congregação da Faculdade.

Mas, não podia a Reforma esquecer os meios práticos de realizar o ensino. E, na verdade, não os esqueceu. Ocupa-se ela do *Gabinete de história natural,* justificando a sua criação pela seguinte forma: «Sendo manifesto que nenhuma cousa pode contribuir mais para o adiantamento da *Historia natural* do que a vista continua dos objectos, que ella comprehende; a qual produz idéas cheias de mais força, e verdade, de que todas as Descripções as mais exactas, e as figuras mais perfeitas: He necessario para fixar dignamente o Estudo da Natureza no centro da Universidade, que se faça uma Collecção dos Productos, que pertencem aos trez Reinos da mesma Natureza». Seguem-se as instruções sôbre a instalação e as colecções, sendo conveniente notar que, para serem melhor compreendidos os intuitos e fins do legislador ao criar tal museu, lá recomendava que o director dêsse Museu devia ser o professor de *história natural.*

Os mesmos desígnios de ensino objectivo conduzem à criação do *jardim botânico* «no lugar, que se acha mais proprio, e competente nas vizinhanças da Universidade... para que nelle se cultive todo o genero de Plantas; e particularmente aquellas, das quaes se conhecer, ou esperar algum prestimo na Medicina, e nas outras Artes; havendo o cuidado, e providencia necessaria, para se ajuntarem as Plantas dos meus Dominios Ultramarinos, os quaes tem riquezas immensas no que pertence ao Reino Vegetal». Também aqui a Direcção ou «Intendencia» estaria entregue ao professor de história natural.

Por último, ocupam-se os *Estatutos* do *Gabinete da Fysica Experimental»*, contendo «huma Collecção de Maquinas, Aparelhos, e Instrumentos» necessarios ao estudo dos «Exploradores da Natureza», e do «*Laboratorio Chimico»*, respectivamente dirigidos pelos professores de *física experimental* e de *química*.

Assim terminam os famosos *Estatutos* pombalinos.

Por mais de uma vez temos dito: nunca no nosso país se promulgou uma reforma de ensino de tão grande elevação, de tão extenso alcance e de tão notáveis conseqüências.

A criação das Faculdades de Matemática e de Filosofia, e a completa reorganização da Faculdade de Medicina constituem, indubitavelmente, a parte mais notável da Reforma de 1772.

O século XVIII marca uma grande época de progresso na história das sciências. Se a dinastia dos Bernoulli, de Bâle, se Euler — o mais notável génio matemático do século, se Lagrange — o fecundo génio sintético da *Mecânica analítica,* e se Taylor e Maclaurin haviam feito avançar muito as matemáticas puras, Clairaut, d'Alembert, Lalande e Lacaille levam muito longe as aplicações da matemática à geodesia e à mecânica celeste. Quanto à astronomia de observação, Bradley e Herschel — com

os seus estudos sôbre Saturno e Urano, — Bode e Tobias Mayer tornaram-a grandemente progressiva. Acêrca da física e da química já deixámos dito o bastante para se aquilatar dos seus progressos, mas já outro tanto não se pode dizer da história natural — que continua na sua fase descritiva com os estudos de Rèaumur — sôbre os insectos, de Lyonnet, de Peysonnel — sôbre o coral, de Tremblay — sôbre os zoofitos, Lacépéde — sôbre as serpentes, os peixes e os cetáceos, além de outros naturalistas da observação.

Todo êste imenso material que de longe vinha sendo acumulado estava a pedir uma coordenação e, sendo possível, uma sistematização, vindo encarregar-se disso Buffon — com a sua *História natural*, — auxiliado por Daubenton, Guéneau de Montbeillard, o abade Bexon, Sonnini, etc., e o eminente Adanson, com as suas *Familles des Plantes*, sendo as classificações botânicas obra de Lineu e Jussieu. Assim, não admira que a biologia ou, melhor, a anatomia e a fisiologia das plantas e animais não avançassem muito, sendo, contudo, de salientar os trabalhos de Haller sôbre fisiologia animal, de Spallanzani — sôbre a circulação, respiração e digestão, e Vicq d'Azyr. Em fisiologia vegetal destacam-se: Senebier — com os seus estudos sôbre a respiração das plantas, em 1783; Halles — acêrca da circulação, transpiração e absorpção vegetais; Duhamel de Monceau — sôbre a circulação da seiva; e Sebastien Vaillant, em 1717, sôbre a fecundação e reprodução, e cujos resultados foram depois ratificados por Lineu.

Com respeito às sciências médicas, é de notar que elas estagnaram durante muito tempo nas discussões das teorias metafísicas do *animismo* de Stahl e de Barthez — que procuravam no princípio pensante a origem dos fenómenos animais, se bem que Barthez distinga as leis vitais das leis inorgânicas, e considere o principio vital

distinto da alma; e do *vitalismo* de Brown — que definia a fôrça vital como uma incitabilidade, sendo, segundo êle, as doenças causadas por um excesso ou por uma falta de tal incitabilidade, devendo, por isso, tôda a medicação ter em vista diminuí-la ou aumentá-la, segundo os casos.

Mas, deixemos Mesmer onde a metafisica e o charlatanismo se dão as mãos, e digamos que tanto a medicina como a cirurgia sérias, objectivas, scientíficas só mais tarde, nos fins do século XVIII, surgem com a vacina de Jenner, e com a cirurgia de Hunter William e John e de Louis e Desault.

Se, por tanto, todos êsses progressos da medicina e da cirurgia não poderam ser incorporados na reforma universitária de 1772, com esta foram integrados no nosso ensino superior uma grande parte dos progressos das sciências matemáticas, físico-químicas e naturais.

*

Razão tinha, por isso, o marquês de Pombal de se orgulhar dessa Reforma.

Porém, não tem faltado quem critique nos *Estatutos* a minucia da regulamentação, e ache deslocadas as instruções sôbre os métodos de ensino das diversas matérias, figurando, entre os que tal fazem, João Pedro Ribeiro. Este considera muitas dessas disposições como: «luxuario e exorbitante do seu objecto, a especifica declaração das doutrinas que se deveriam ensinar em cada uma das aulas, subministrando até aos professores definições triviais... transformando um Regulamento de Estudos em um Tratado scientifico».

Teófilo Braga contesta, com razão, tal ponto de vista, dizendo: « Ao contrario de João Pedro Ribeiro, parece-nos que o estabelecimento de bases pedagogicas para

a reforma da Universidade é que deu a esses Estatutos a estabilidade que ainda conservam». Mas, não bastava promulgar a Reforma: era necessário cuidar dos seus executores, sem o que tudo ficaria na mesma, e a Reforma claudicaria.

O marquês de Pombal, e nisso reside a grandeza do estadista, teve, logo de inicio, a visão justa e segura do que era necessário fazer.

Tratava-se, primeiro que tudo, de reunir um grupo de homens, cada um dêles com uma cultura profunda e sólida sôbre os assuntos que lhe respeitava, com êsse grupo de homens eminentes fez a Reforma, e cuidou logo que para executar nenhumas pessoas mais idóneas havia que aquelas que a haviam elaborado.

E, assim foi. Por despachos de 3, 11, 12 e 28 de Setembro de 1772 eram jubilados os antigos lentes da Universidade que nenhuma garantia ofereciam que podessem compreender e executar os novos *Estatutos* completamente, isto é, no seu espírito como na sua letra. E, por Despachos de 11 e 28 de setembro eram nomeados para as diversas Faculdades os lentes e seus substitutos [1].

Já antes, por Carta régia de 28 de Agôsto, fôra o marquês nomeado Reformador e Visitador da Universidade, não se esquecendo tal diploma de acentuar, como natural justificação, que êle havia dirigido « o trabalho da *Junta de Previdencia litteraria*, animando-o com infatigavel desvello e guiando-o com claros conhecimentos e experimentada prudencia »,

Os poderes que tal Carta lhe conferia eram verdadeiramente magestáticos, isto é, « todos os privilegios que

[1] Ver essa lista na Biblioteca da Academia das Sciências. *Livraria dos frades. Papeis vários*, vol. 28, in 4.º que vem transcrita por Teófilo Braga, nos *Hist. da Universidade,* T. III pág. 421-424.

são concedidos aos Vice-reis, e ainda aquelles — diz o rei — que Eu reservo para Mim ». É com êsses poderes soberanos que êle parte para Coimbra a inaugurar a Reforma.

A 15 de Setembro de 1772 — uma terça feira — deixa Lisboa, numa galeota real, desembarcando em Vila Nova da Rainha, e indo dormir a Tagarro.

A 16 janta em Venda da Costa e vai ficar a Alcobaça visitando, no dia seguinte, o mosteiro; a 19 chega a Pombal, passando ali o domingo 20, em que visita a fabrica de chapeus, « e planea outras de hollandas e cambraias» — diz o cronista da viagem [1]. A 21 segue em direcção a Soure e vai ficar a Condeixa. No dia seguinte, de manhã, aparece ali o reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos, seguido de várias corporações que chegam durante o dia. De tarde, segue, já em cortejo de grande acompanhamento, para Coimbra, onde chega às 4 horas, havendo nesse e dias seguintes, recepção, várias festividades e iluminações [2].

A 26 de Setembro dava-se, com todo o aparato e solenidade, a inauguração da Reforma, seguindo-se, na Capela, o *Te-deum;* e a 29, com o maior brilho, Pombal oferecia, no salão grande da Universidade, um exemplar dos *Estatutos* ao reitor. A 30 era o juramento dos lentes; a 2 de Outubro abriam-se, com solenidade, os cursos de teologia; a 5 inauguravam-se os da Faculdade de

---

[1] A descripção, relativamente minuciosa, desta viagem, consta de um *Diario da Jornada do Ill.mo e Ex.mo S.r Marquez de Pombal para Coimbra neste anno de 1772, escripto por João Christiano de Faria e Sousa de Vasconcellos e Sá, secretario da Fundação da Universidade*... e que se encontra no Vol. 436, dos *Livros do Arq.° do Ministerio do Reino*, in Torre do Tombo. Teófilo Braga, *ob. cit.*, pág. 425 e segs., transcreve varias passagens desse *Diario*,

[2] Para mais detalhes ver: o já citado *Diario*... e a obra de T. Braga, pág. 427 e segs.

Cânones; a 6 iniciavam-se as aulas da Faculdade de leis; no dia 9 inaugurava-se a Faculdade de Medicina; a 10 a de Matemática, e a 11 a Faculdade de Filosofia.

O desejo de não alongarmos êste trabalho força-nos a omitir as solenidades com que decorreram todos os actos oficiais relativos à inauguração e inicio da Reforma e em que Pombal, sempre cercado de grande pompa, tomou parte, tais como nomeações e juramentos de lentes e seus substitutos, concessão de gráus, abertura de cursos, etc., etc.

Basta que se diga que Pombal — quer por seu natural pendor para a exibição brilhante e faustosa, quer pelo justificado orgulho de dar realização à sua mais notável obra de govêrno, quer, ainda, pela convicção em que estaria de que tal brilhantismo e aparato imporia melhor no espírito dos seus coevos, em geral, a admiração pela obra, e no dos executores da Reforma um maior entusiasmo no seu cumprimento — não deixava escapar um acto por mais simples que parecesse ou uma manifestação por mais efémera que se apresentasse sem regulamentar cuidadosamente a solenidade da sua execução, com o fim obvio de que tal *maravilhoso* se imprimisse bem no espírito dos que a tais actos assistiam, levando-os a um maior respeito e acatamento dos *Estatutos*, e a uma mais zelosa execução dêles [1].

Para bem se analisar o estado de espírito do famoso marquês durante êsse período de constante hiper-excitação, que marca a sua estada em Coimbra para a inauguração da Reforma, transcrevemos, a seguir, uma carta sua ainda inteiramente inédita, e até desconhecida para o Arcebispo de Braga, D. Gaspar, carta essa tanto mais

[1] Quem quizer conhecer tais pompas e solenidades, procure o já citado *Diario da Jornada;* Teófilo Braga, *ob. cit.*, pág. 427 e segs.

expontânea quanto era puramente particular, confidencial[1].

Mas, vejamos a Carta que é um documento interessantíssimo não só pelo que ali nos diz, como por constituir um excelente elemento da sua autobiografia espiritual.

«Senhor Dom Gaspar Arcebispo Primaz. — «Não cabe em mim acabar de render a Vossa Alteza as infinitas Graças, a que me obrigam os preciozos, e singulares favores, com que V. A. me honrou *na* sua Carta de 23 do Mez passado. Supprirei porem esta feliz impossibilidade; confessandoa; e repetindo gostozamente na prezença de V. A. com os vivissimos sentimentos da minha incomparavel gratidão — os do obsequiozissimo Respeito, com que sempre venerei, e nunca deixarei de venerar, na Real, e Sagrada Pessoa de V. A. as qualidade de hum Grande Principe unidas ás Virtudes de hum exemplarissimo, e Luminozissimo Prelado.

Ninguem melhor que V. A. conhece que a Grandeza do interessante objecto, com que ELREY Meu Senhor me mandou a esta Universidade, tem tanta proporção com o Real Espirito, e com a Paternal Providencia do mesmo Senhor, como superioridade ao tal ou qual prestimo, que em Mim reconheço.

Sua Mag.^{de} conhecêo porem que Eu costumo supprir estas faltas com o meu constante zelo, e com a minha infatigavel deligencia no seu Real serviço: E que neste Negocio accresciam de mais para me animar as Noçoens de que vinha ser instrumento para se establêcer huma *das Epocas* mais gloriozas do Faustissimo Governo de Sua Mag^{de}; e do Bem Commum, e Universal da Igreja; do Estado; e de todos os Fieis Vassallos do mesmo Senhor.

Assim o annunciei já a todo este Corpo Academico, quando nelle me Legitimei no dia 26 *de Setr.º prox.º precedente* com a carta Regia da Minha honroza Commissão, cuja copia incluirei nesta. E assim tenho por certo que V. A. o conhecerá com as suas Clarissimas Luzes, quando a Ellas vir os trez Livros das Leys da Funda-

[1] Já no nosso trabalho *O Marquês de Pombal e os «Meninos de Palhavã»*, nós mostrámos com a publicação de várias cartas do arcebispo D. Gaspar para o Marquês como foram sempre amistosas as relações entre os dois, e como era grande o respeito e admiração de D. Gaspar por Pombal.

ção da Nova Universidade q[e] Sua Mag.[de] manda establêcer: Não tendo achado *nos velhos Estatutos* couza alguma, que fizesse Assumpto de Reforma; porque *nelles* todas as Disposiçoens forão reprehensiveis; foram abominaveis; e consistiram em Sinistros meyos de semear Zizanias; de fomentar discordias; de fechar ás Sciencias, e Artes as Portas, e Janellas; e de precipitar todos os Trez Estados da Monarquia nas Trevas da Ignorancia.

Tudo isto será prezente a V. A. pelos dous Exemplares das referidas Leys da Nova Fundação, de cuja entrega vão encarregados *o Provizor, e Estribeiro, que mostraram aqui a Justiça com que V. A. os elegeo para o seu serviço.*

Considerando Sua Magestade com a sua incomparavel Clemencia que as malignidades dos Authores dos referidos Estatutos não deviam prejudicar aos Lentes que athé agora fôram adstrictos a observallos por juramento (que foy o mesmo q obrigallos a ser ignorantes por força) consolou a todos com Beneficios, com Lugares de Letras, e com Jubilaçoens. Para as Trez Faculdades, de Theologia, de Canones, e de Leys ja se poderam achar Lentes Nacionaes escolhidos entre os que se tem applicado aos bons Estudos nestes ultimos annos.

Para as Mathematicas vieram os dous Insignes Mestres, Mig.[l] Franzini, e Miguel Ciera, Para a Botanica Domingos Vandelli.

Foram jubilados os Medicos, que até agora explicaram o Mouro Razis; o Tratado *ad Regem Almanzorem;* e as outras Futilidades, a que os Estatutos os sogeitáram de baixo da mesma obrigação do juramento.

Acaba de chegar de Viena de Austria hum habel Medico, que eu dirigi ha annos ao meu antigo, e bom Amigo o D.[or] Van Suiten para o instruir, e se fica trabalhando em habelitar Estudandes com as Prenoções e subsidios, que devem preceder necessariamente a matricula de huma Profissão; que sendo tão util e necessaria, se acha inteiramente extinta.

No dia 23 de Setembro fui apresentar empublico á Universidade o Original do Corpo dos Novos Estatutos. E foram recebidos com as mayores demonstraçoens de Jubilo ao agradavel Som de infinitas vivas, e Acclamaçoens ao Augustissimo Nome do Seu Grande Creador, e Benignissimo Bemfeitor.

No dia 30 de menhã houve a Função *das entradas dos* Novos Collegiaes que *se receberam* no Collegio dos Millitares e na Tarde *todos* os novos Lentes juraram *nesta Caza, e* na Minha Presença a observancia dos Novos Estatutos pela Formula, que tambem ajuntarey a esta carta.

Na menhã do Prim.ro do corrente se cantou nesta Real Capella a Missa do Espirito Santo. Depois della prestáram na Minha Prezença e na de todo aquelle numeroso Concursso, os Juramentos, da Profissão da Fé, e da Deffeza da Immaculada Conceição de Nossa Senhora, todos os referidos Lentes das Trez Faculdades, cujas Cadeiras se acham já providas. Na tarde do mesmo dia tornei á Salla em publico a abrir os Estudos; fazendo. a Oração de Sapientia *com grande eloquencia* o Novo Lente de Thêologia Bernardo Ant.o Carn.ro.

Na tarde de hontem se abrio a Aula da mesma Sagrada Faculdade com outra tão bem eloquente Oração de Carlos Maria Pimentel de Figueiredo antes Conego Regular, e hoje Clerigo do habito de São Pedro.

Ambos estes Lentes, e Oradores cauzarão a V. A. novidade; conhecendo que a Theologia vivia ha muitos annos fechada nos Claustros dos Regulares. *Havendo se porem ultimt*e descuberto que *isto* fôra effeito de huma horrenda intriga Jesuitica; foy *logo* desmascarada, e repellida por Sua Mg.de. Os dous Livrinhos de Oitavo de que tambem tenho a honra de remeter a V. R. alguns exemplares, fôram ordenados pelo mesmo Senhor para Instrução do Clero de todas as Dioceses do Reyno; obrigando os Prelados Diocesanos todos os Parrochos a comprallos. Com este fim dei os Originaes ao Impressor Miguel Manescal da Costa, em cuja Officina se acharam todos os Exemplares que se procurarem pelo moderado preço, de 360 reis, e me parece que o Clerigo, que bem souber aquelles dous livrinhos de algibeira, será hum bom Theologo Dogmatico, ehum Moralista Livre de preocupaçoens, ede enganos.

Com este Compendio do Estado, em que fica a minha Commissão tenho a honra de offerecer a V. A. a minha obsequiozissima e Cordialissima vontade de me empregar no seu serviço [1].

D.s G.de a V. A. por muitos, muito felices e m.to dilatados annos. Coimbra em 3 de Outubro de 1772 [2].

---

[1] As passagens em itálico são emendas do próprio punho do Marquês de Pombal na minuta ou rascunho do oficio para o arcebispo D. Gaspar.

[2] In Maço R. 41. dos Papeis Pombalinos do antigo Arquivo do Ministerio da Justiça.

CAPITULO IV

As apreciações elogiosas dos eruditos espanhoes

De resto, era bastante justificável o orgulho do ilustre reformador.

Como diz Garção Stockler, falando da Reforma pombalina da Universidade: «De todos os institutos do Senhor Rei D. José, esta he talvez a que mais honra faz á sua memória, e he sem duvida uma d'aquellas pellas quaes a nação Portugueza lhe deve tributar eternamente os mais vivos signaes de sincero reconhecimento» [1].

Um estrangeiro ilustre — Adrien Balbi, no seu *Ensaí de Statistique,* 2.º vol. pág. XVIII, lá escreve: «Pode dizer-se que a reforma da Universidade de Coimbra foi o signal de renascimento scientifico em Portugal», E, insiste: «Depois desta epoca a nação melhorou a sua educação civil e religiosa, não obstante os rigores excessivos da Inquisição, especialmente após a queda do marquez de Pombal, e as opiniões espalhadas pelo clero após o completo desenvolvimento das luzes propagadas pela Academia real das sciencias e pela universidade».

Entre as pessoas que mais de perto acompanharam todos os actos relativos à implantação da Reforma universitária de 1772 encontra-se Gaubier de Barrault. Trata-se de um francês bastante viajado, que era um espírito muito culto e muito brilhante e que, dispunha de uma vasta ilustração e muito perspicaia. Por isso, estando êle em Lisboa quando foi decretada a Reforma não se dispensou de ir estudar *sur place* a sua implanta-

[1] Garção Stockler, — *Ensaio historico,* 1819, pág. 67.

ção, acompanhando o marquês de Pombal a Coimbra, e seguindo-o ali em tôdas as solenidades e festejos.

Dêle restam algumas cartas muito interessantes remetidas para Lisboa, ao primogénito do marquês, onde conta o que na Atenas lusitana se ia passando. Efectivamente, na carta de 29 de Setembro de 1772 relata êle, com bastante detalhe, o que até então se havia passado de importante no que respeitava à celebração da nova Reforma. Ali descreve, igualmente, o que foi a cerimónia da leitura da carta de roboração do rei; e na carta de 1 de Outubro fala, com minucia, do acto soléne do juramento dos lentes.

Mas, não eram só as cerimónias relativas à implantação do novo regime de estudos que Gaubier descreve, pois, também êle trata de vários casos relativos ao marqués e a sua família. Assim na carta de 4 de Outubro diz êle:

«Vendredi 2 nons cèlèbrames les années de M.^me^ Votre Mére. Toute la noblesse vint lui faire ses compliments le matin, une grande partie resta au diner». Segue-se agora o descritivo das cerimónias da Universidade: «a l'insue du quel [diner], M.^r^ Votre Pére, se rendit en Grande ceremonie et avec la pompe accoutumèe à l'Universite, et nous y entendimes le Discours que prononça Dom Carlos de Figueiredo second Régent de Theologie, au sujet de l'ouverture des Ecoles de cette Faculté. Le Discours dura 40 minutes, et fut admirable a tous egards, l'orateur le debita avec un feu et une energie que lui donne un double prix. De retour au Palais, avec la même pompe, nous y trouvames nombreuse compagnie. M.^me^ Votre Mére ne sortit pas ce jour la; et on passa la soirée a jouer et a converser».

A carta de 1 de Outubro contem o descritivo da publicação dos Estatutos.

Mas, agradariam a tôda a gente os Estatutos que atraz

deixamos analisados? Não. Gaubier, na sua carta do dia 4, depois de ter falado das grandes faculdades de trabalho do Pombal e de satisfação que êste sentia em ver, finalmente, posta em execução o que êle considerava a sua melhor obra, escreve espirituosa e subtilmente: « Les Estatuts ont été reçus avec la plus grande avidité, et ils ont produit sur les esprits l'effet que le Soleil produit sur deux oiseaux d'especes différentes, il enflamme l'aigle qui vole les yeux ouverts au devant de ses raions et fait fuir le hibou qui court se cacher au fond des Forets». E, acrescenta: «Tel a été l'effet des nouveaux Statuts. A peine ont ils été divulgués que tous ceux que ont le veritable desir d'etudier, d'acquerir de la science, d'allumer le feu du Genie aux raions de l'astre qui les eclaire; les ont embrassés avec un ardeur, qui promet au Portugal des flots de lumieres et des siecles de splendour». E, depois de dizer que os espíritos ineptos e ignorantes e as criaturas de habitos preguiçosos ficaram desiludidos ao conhecerem os Estatutos, escreve que tais pretensos estudantes tendo vindo para se matricular na Universidade: « ils ont disparu de Coimbre avant le jour, et ont debarassé le sanctuaire de la sagesse de mauvais sugets » acrescentando que as pessoas laboriosas, e honestas haviam ficado satisfeitas [1].

Uma das manifestações que mais impressionaram Gaubier de Barrault, e que êle melhor descreve numa das suas cartas, foi a cerimónia do juramento da nova Reforma

---

[1] Gaubier de Barrault, falando da grande utilidade scientífica e nacional da Reforma, escreve nessa carta: «Quelle utilitè, quel bonheur, et quel gloire ses travaux promettent à l'Etat, à sa Patrie et á son Maitre. Son visage respire la gaité; la sérénité, et la santé».

As cartas de Gaubier de Barrault ao conde de Oeiras, acerca da Reforma da Universidade encontram-se no Codice 619 da Colecção Pombalina, da Biblioteca Nacional, da fl. 345 a 356.

feita pelos lentes. Dessa cerimónia resultou o respectivo auto, cujo original encontramos, e que diz o seguinte:

«O Marquez de Pombal do Conselho de Estado de El Rey Meu Senhor, e seu Lugar Tenente e Plenipotenciario com Livre e Geral Faculdade para a Fundação desta Universidade de Coimbra etc.

Attesto que não só em observancia das Ordens Geraes, com que Sua Magestade me honrou; mas tambem por Especial Commissão do dito Senhor; procedi (na prezença de toda a mesma Universidade, achando-se congregadas todas as Faculdades, que a constituem; assim na Capella Real, como na salla Grande dos Paços della) a inquirir todos os Lentes, de Theologia. de Canones, de Leys, de Medecina, de Mathematica, e das Sciencias Filosoficas, que fôram providos pelo mesmo Senhor, para o Ensino Publico dos Estudos novamente fundados, em todos os Actos em que perante Mim lêram a costumada Profissão da Fé contheuda na Formula do Santo Padre Pio IV, sobre a intelligencia, e declaração do verdadeiro conceito, que tinham formado da palavra Geral e indiffinita *Constitutions*, inserta na referida Formula: E attesto outro sim que por todos, e cada hum dos referidos Lentes me foy nos mesmos Actos respondido (em prezença de todas as referidas Faculdades) que conhecendo muito perfeitamente. que a dita palavra se não podia juridicamente entender extensiva aos Absurdos; nem de se jurar a observancia das *Decretáes de Isidóro Mercador*, depois de se acharem publicamente reconhecidas por falsas, e inventadas; nem do capitulo *Novit* XIII. de Indiciis; nem do Capitulo *Grandi* II *de supplenda negligentia Praelatorum, in sexto;* nem do Capitulo *Ad Apostolica Dignitatis* II *de sententia, et re judicata, eodem libro;* nem da Extravagante *Unam Sanctam* no Titulo *de Majoritate, et obedientia;* nem da *Bulla* chamada *da Cêa do Senhor;* nem das outras semelhantes Constituiçoens, concebidas nos seculos escuros, em que com igual incompetencia, e universal desolação se confundio o poder Espiritual da Igreja com a Jurisdicção Temporal dos Princepes Soberanos: Rompendo-se com interpretaçoens de Textos da Escriptura inapplicáveis os sagrados vinculos, com que o supremo Legislador estableceô as impreteriveis balizas, que sepáram o sacerdocio do Imperio, para pelo meyo desta separação os unir indissoluvelmente na perfeita Armonia, e na perpetua e Santa Paz, que o Redemptor do Genero humano veyo trazer ao Mundo; rubri-

cada com o Sacro Santo Sello do seu Preciozissimo Sangue; como Fundador da Caridade, e Tranquilidade Publica de todo o Universo: Declarando, e protestando todos, e cada hum dos Sobreditos Lentes, que, sobre estes claros conhecimentos, o que prometiam, e juravam, pelo que pertencia á palavra *Canstitutiones,* era observarem as constituiçoens seguintes: A saber: As *Constituiçoens Conciliares; as Constituicoens athé agora recebidas pela Igreja Universal;* e as *Constituiçoens, que se acham aceitas, e recebidas; e que se aceitarem, e receberem pela Igreja Lusitana*: Ficando nestas Constituiçoens por Elles juradas sempre salvas comtudo aquellas impreteriveis balizas, com que o Supremo Legislador separou o mesmo Poder Espiritual da Igreja da dita Jurisdição Temporal dos Soberanos. E para perpetua memoria de que este foi o verdadeiro sentido, em que todos os sobreditos Lentes juraram a observancia da sobredita palavra *Constitutiones;* e o verdadeiro sentido, em que por Mim lhes fôram recebidos os sobreditos juramentos: Fiz lavrar este Acto pelo Secretario da Universidade, que prezenciou tudo o referido, para ser por elle sobscripto: por Mim authenticado com o Meu Nome; e com o Sello da dita Universidade; por todos os sobreditos Lentes assignado; e registado no Livro dos referidos Provimentos; remetendo-se o Original delle para a Torre do Tombo. Coimbra em Dez de Outubro do Anno do Nacimento do Nosso Senhor Jesus Christo de Mil e Sete centos, e setenta, e dous. — Marquez Visitador [1].

D.or Miguel Carlos da Motta e S.a Secretario da Universid.e = o sobscrevi. =

Jurei a Profissão da Fe na conformidade da formula asima escripta, e tão bem a Conceição de N. S. Coimbra 10 de Outubro de 1772. — D. Carlos M.a de Fig.do Pim.el.

Jurei a Profissão da Fé entendendo a palavra Constitutiones nella Conteuda no Legitimo sentido da attetação acima. Coimbra 10 de Outubro de 1772. — D. Bernardo da Annunciação.

Jurei a Imaculada Conceição nos proprios termos da Formula a folhas Coimbra, dia est supra. D. Bernardo da Annunciação.

Na m.a conformid.e M.el Fr.co da Costa.

Na mesma Conformid.e jurey Fr. Joze da Trind.e

Jurei na mesma conformidade Jayme Antonio de Magalhaens.

Jurei na mesma Conformidade Fr. Bernardino de S. Rosa.

Jurei na m.a conformid.e Bernardo An.de dos S.os Carnr.o.

---

[1] Pelo punho do Marquês de Pombal.

Jurei na mesma conformid.^{e} D. Ant.^{o} da Annu.^{ção}.
Jurei na merma conformidade Fr. Antonio de S. Joze.
Jurei na mesma conformidade Fr. Manoel de N. Snr.^{a} da Estrella.
Jurei na mesma conformidade Antonio Joze de Souza e Arruda.
Jurei na mesma conformid.^{e} Andre Teix.^{ra} Palla.
Jurei na mesma conformid.^{e} João Pinheyro e Sampayo.
Juro a Profissão da Fe na mesma conformidade acima escrita e tambem a Conceição de N. Sn.^{ra} Coimbra 10 de Outubro de 1772. D.^{or} M.^{el} Joze Al.^{es} de Carvalho.
Jurei na mesma conformidade Joseph Ant.^{o} Barb.^{a}.
Jurei na mesma conformidade João Teixr.^{a} de Carvalho.
Jurei na m.^{a} conformid.^{e} M.^{el} Tavares Cout.^{o} da S.^{a}
Jurei na mesma conformid.^{e} Ant.^{o} Henriques da Sylveira.
Jurei na mesma conformidade Vicente Roiz Ganhado.
Jurei na mesma conformidade Sebastião Pitta de Castro.
Jurei na mesma conformid.^{e} Antonio Caetano Maciel Calheiros.
Jurei na mesma conformidade Gabriel de Villas boas Palmeiro.
Jurei na mesma conformid.^{e} Fran.^{co} X.^{er} da S.^{a} e Moura.
Jurei na m.^{a} conformid.^{o} Fran.^{co} Jose Ribr.^{o} Dos guimarãins.
Jurei na mesma Conformidade Marcellino Pinto Ribeiro.
Jurei na mesma conformidade Manoel Luiz Soares.
Jurei na mesma conformidade Thomaz Pedro da Rocha.
Pedro de Araujo jurei na mesma Conformidade.
Jurei na mesma conformidade Joseph Joachim V.^{ra} Godinho.
Jurei na mesma conformid.^{e} Alexandre de Abreu Correa.
Jurei na mesma conformid.^{e} Antonio Freire Gamr.^{o} de Souza.
Jurei na mesma conformid.^{e} Antonio Pr.^{a} da Rocha Faria Gajo.
Jurei na mesma conformidade Antonio Lopes Carneiro.
Jurei na mesma conformidade Manoel Pedrozo de Lima.
Jurei na mesma conformid.^{e} Francisco Xavier de Vas.^{los} Cout.^{o}
Jurei na mesma conformidade Francisco Monteiro Pereira.
Jurei na mesma conformidade Duarte Alexandre Holbeche.
Jurei na mosma conformidade Pascoal Jozé de Mello.
Jurei na mesma conformidade Bernardo Joze Carneiro.
Jurei na mesma conformidade Joze Cardozo Ferr.^{a} Castello.
Jurei na mesma conformid.^{e} Antonio José Pereira.
Jurei na mesma conformidade Luiz Cecchi.
Jnrei na mesma conformidade Jozé Fran.^{co} Leal.
Jurei na mesma conformidade Antonio Joze Fr.^{co} Aguiar.
Jurei na mesma conformid.^{e} M.^{el} Ant.^{o} Sobral.
Jurei na mesma conformid.^{e} Jozé Montr.^{o} da Rocha.

Jurei na mesma conformid.ᵉ Miguel Franzini.
Jurei na mesma conformid.ᵉ Antonio Soares »[1].

Efectuados, enfim, todos os actos relativos ao estabelecimento da nova Reforma, Pombal retirou para Lisboa, dirigindo à Universidade a seguinte mensagem:

« Despedida á Universid.ᵉ p.ˡᵒ S.ʳ Marquez de Pombal de 22 de 8br.ᵒ de 1772.

A benignid.ᵉ, e Magnanimid.ᵉ de El Rey Meu Senhor nunca se manifestarão mais poderozas, do q. se fizerão ver q.ᵈᵒ se servio de hum instrumento tão debil como Eu, p.ᵃ consumar a magnifica obra desta Illustre Universidade.

Ella tinha f.ᵗᵒ ja ha mais de 22 an.ᵒˢ hum dos primeiros, dos grandes, e continuos objectos da quella Paternal, e Augusta Providencia; a qual foi necessario profligar, e debellar com as forças do seu Potente Braço tantos monstruos domésticos, e tantos inimigos estranhos antes de poder chegar á mêta da sua gloriozissima Carreira e ella constituirá agora hum dos maiores, e mais dignos motivos, com q.ᵉ no Regio Espirito de S. Mag.ᵗᵉ se pode fazer completa a satisfação q.ᵉ tem dos seus fieis vassálos, vendo autenticam.ᵗᵉ justificada pelas Contas da m.ᵃ honroza Commissão, q. neste louvavel Corpo Academico se havião já principiado afundar os bons, e depurados estudos desde a promulgação das sacrossantas Leis, q. deciparão as trevas com q. os inimigos da Luz tinhão inseparavelm.ᵗᵉ cuberto os felices engenhos Portuguezes.

Este fiel testemunho de q. em Coimbra achei m.ᵗᵒ q. louvar; e nada p.ᵃ advertir, será na Alta Mente de S. Mag.ᵈᵉ hũa segura caução das bem fundadas esperanças, q. hade conceber a favor dos progressos Literarios de huns dignos Academicos, q. de tal sorte prevenirão as novas Leis, e dos Estatutos depois dese acharem socorridos desde a Eminencia do Trôno com as sabias direcçoens, e regulares Methodos q. em Portugal jazião sepultados debaixo das ruinas de mais de dous seculos de funestissimos Estragos.

No meu particular tenho p.ʳ certo q. os successos hão de corresponder em tudo á Espectação Regia, e esta plauzivel certeza he o q. só de algum modo me hade suavizar o justo sentim.ᵗᵒ com q. a

[1] Todas as declarações e assinaturas dos lentes figuram autógrafas no documento que reproduzimos.

urgencia das m.as obrig.oens na Corte, faz indispensavel, q. eu me despeça desta illustre Academia, assegurando-lhe felicid.es iguaes aos consumados adiantamentos litterarios com q. tenho previsto, q. hade ressuscitar em toda a sua anterior integrid.e o Explendor da Pgx.a Luzitana, a Gloria da Coroa de El Rey Meu Snr., a fama dos mais assinalados Varoens, q. com a sua memoria honrarão os faustos Portuguezes; com estes fastissimos fins deo o d.o S.r á Universid.e o Prelado q. athe o prezt.e agovernou como Reytor, com tão feliz successo, e q. do dia da m.a partida em diante a hade dirigir como Reformador, confiando justam.te das suas bem cultivadas Letras, e das suas exemplares virtudes, q.e não so conserverá nesta Illustre Academia a exacta observancia dos sabios Estatutos, de cuja execução fica encarregado, mas tambem q, ao mesmo tempo a hade illuminar com as suas direcçoens, a hade edificar com a sua consumada prudencia, a hade animar com as suas fructuozas applicaçoens a tudo o q. for de maior adiantam.to, e de maior honra de todas as faculd.es Academicas.

Mas, o Marquês, nem pelo facto de regressar a Lisboa, nem pelos muitos afazeres que aqui o solicitavam, deixou de seguir zelosa e assiduamente tudo o que se referia à execução da sua Reforma, antes, tudo procurava conhecer, tôdas as dificuldades tentava remover e solucionar, tôdas as dúvidas esclarecer, e tôdas as hesitações alentar.

Quem percorrer o códice 436 do *Arquivo do Ministério do Reino*, da Tôrre do Tombo, e o 3.º vol. da *História da Universidade de Coímbra*, de Teófilo Braga, pág. 444 e segg., fica admirado que Pombal, absorvido aqui pelas mais diversas e complexas questões de govêrno e de administração, désse a todos os factos relativos à execução da Reforma a maior atenção. Efectivamente, na sua correspondência, muito amiudada e extensa, com o reitor D. Francisco de Lemos de tudo se ocupa: dos requerimentos dos lentes, das obras do Jardim Botânico, do Observatório Astronómico, do gabinete de física experimental, do laboratório químico, da «collecção de Instrumentos anatomicos e cirurgicos», da impressão

e venda dos livros de ensino, dos préstitos, do número de matrículas dos estudantes, opinando sensatamente: «Quando porem chegaram a mil e duzentos, creio que se entenderá que são bastantes; porque quatro mil (na maior parte bohemios) que até aqui se matriculavam seriam prejudiciaes ao Reino, faltando n'ella homens para outras profissoens; não podendo haver logar para todos, e ficando com a sua ociosidade fazendo perturbações entre os seus compatriotas».

A Universidade, reconhecendo os enormes benefícios que para ela representava a protecção solícita de Pombal, pouco depois dele regressar a Lisboa enviou aqui uma deputação constituída pelos lentes Carlos Maria Pimentel de Figueiredo e Manuel José Alvares de Carvalho a agradecer-lhe o que êle fizera em favor da instituïção.

Mais tarde, na terça, 13 de Maio de 1773, era lançada a primeira pedra do novo edifício universitário, ficando lavrada em bronze uma inscripção alusiva à acção do Marquês na elaboração e execução da nova reforma.

A-pesar-do que se tem dito, não há dúvida que Pombal, fôssem quais fôssem as dificuldades que lhe surgissem no govêrno, mesmo depois de 1773, continuou a cuidar solicitamente da Universidade, e esta continuou gratamente a distingui-lo com as maiores homenagens.

O ofício que segue mostra a verdade desta nossa afirmativa.

«Ex.^mo^ e R.^mo^ Snr. — Sendo apprezentádo ao Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Snr. Marquez de Pombal do Concelho de Estádo Pleniponteciario, e Lugar Tenente de El Rey Nosso Senhor em a nova fundação dessa Universid.^e^, a carta de V. Ex.^cia^ datada em 20 de Maio prox.^o^ preced.^o^ com o theor do assento a q. procedeu a Assembléa geral das Faculd.^es^ Academicas, sobre os perennes testemunhos q. a mesma Universid.^e^ procura dar, e q. sejão p.^a^ os tp.^os^ vindouros memorias efficazes do reconhecim.^to^, e gratidão, com q. tem receb.^o^ os exubetes benefi.^os^, com q. a Real Liberalid.^e^ do mesmo Augusto S.^r^ a tem enriquecido e sobre os outros novos, e bem merecidos testemunhos,

com q̃. a sobre d.a Universid.e quer honrar a illustre memoria, e claro nome de S. Ex.cia; forão diversos, e contrarios os sentim.tos q. o mesmo Ex.mo S.r mostrou aos refr.os resp.tos.

Por q.to approvado tudo q.to essa Universid.e havia julgado proprio p.a perpetuar a memoria dos benef.os, q̃ recebeu, do seu Real, e Augusto Bemfeitor e Fund.or. não foi possivel, q. assentisse as honras q̃ a mesma Universid.e destinava á sua memoria pessoal. Nenhũa das q. a Europa, e o Mundo civiliz o tem eregido a outros grandes Heróes, e raros Homens, o poderia mover á condescendencia. A sua modestia fazendo-lhe vẽr as suas obras em ponto mais pequeno do q. nós as vêmos o fazia negar-se aos testemunhos, em q. m.tas vezes entrão a adulação offerecendo-os; e em q. rarissimas vezes deixa de sahir a vaidade a recebêllos; e ainda q nenhum destes dous perigos se podessem temer, o do espirito de hũa Academia illustre até no seu reconhecim.to, o da ssseitação delle em hũa alma tão modesta, como a de S. Ex.a, a sua mesma honra q̃. o conduz a caminhar p.r hũa estrada de gloria mais solida do q̃. a dos outros homẽs, q̃. sempre se allegrão de ver flores no Caminho q̃. pizão, o desviava invencivelm.te de aceitar Louvores tão destinctos, e consentir na erecção de memorias tão extraordinarias; fexado em hũ profundo silencio tomando as suas grandes acçoens p.r meros efeitos das suas m.tas, e bem compridas obrigaçoens, e hũa necesr.a Correspondencía a R.l Confiança, q. nelle está depositada, julgava fazer-lhe hũa violencia em aceitar obsequios, e honras, q. nunca havião sido o objecto da sua modesta e desinteressada Consideração: eu mesmo o experimentei nas m.tas, e repetidas vezes, q̃, lhe rogava o favor arduo de assestir aos votos da Universid.e, e da m.ta circumspecção, com q̃. me houvia, nunca pude reconhecer outra couza, allem da grande violencia, q̃. sentia nestes rogos.

Fazendo-se porem já publico o dezejo da Universid.e, e sendo reconhecido p.r hũ sincero reconhecim.to do m.to q̃. devia a S. Ex.a, fizerão hũa Cauza Commũa o Ex.mo S.r Cardeal da Cunha, o Ex.mo S.r Ayres de Sá, e o S.r Conselhr.o Joaq.m Inacio da Cruz Sobral, p.r forsarem a repugnancia de S. Ex.a a consentir no q. a sua modestia teria sempre invencivelm.te recuzado. Convindo a seu pezar em fazer a essa Universid.e a gosto, sobre os extraordinarios modos de honrar-lhe a memoria, e de a deixar recomendada à posterid.e, e não devendo, nem paressendo praticavel, q. o houvessemos de constranger a assinar hũ consentim.to, q. lhe alterou a manssidão, me paresseo q. he esta o unico modo de assím o fazer constante a V. Ex.a e a toda a Universid.e, debaixo da fé, q. nella devo ter, como primr.o, e unico secretr.o da vezita, e fundação della, e como

aquelle, q. tão conhecidam.[te] se interessa na sua gloria, e no seu explendor.

Desta sorte pode V. Ex.[a] ficar na inteligencia do custozo, mas irrevogavel consentim.[to] do Ex.[mo] S.[r] Marquez, dos illustres Cooperadores q. o conseguirão p.[a] assim o fazer prez.[e] á mesma Universid.[e], á q.[l] não será estranho, q. se leia nos seus fastos, entre os louvores, q. dedicarem a S. Ex.[a]. q. elle foi constrangido a açceitallo, e q. quiz, q. ficasse antes attestada a sua modestia, do q. desgostosa hũa Academia tão Illustre como essa.

D.[s] g.[de] a V. Ex.[a] Oeiras 8 de Julho de 1775.

Ill.[mo] e R.[mo] Sñr Bispo Rey.[tor], e Reform.[or] da Universid.[e] O Secretario da vezita, e nova fundação da universid.[e]

João Chrisostomo de Faria e Souza de Vasconcellos e Sá [1].

Tratemos agora dos eruditos espanhois que elogiaram a Reforma de 1772, destacando, logo no primeiro plano, Campomanes.

Pedro Rodrigues Campomanes, conde de Campomanes, foi não só um diplomata de grandes méritos, como um escritor sumamente erudito, e um notável economista e homem de Estado.

Como jurista teve também grande celebridade no fôro, advogando durante 11 anos. Em 1748 foi admitido na Real Academia de la Historia, trabalhando ali muito, e vindo, mais tarde, a ser presidente dessa notável instituïção. Foi ainda como erudito e Academico que Campomanes emprendeu em 1753 a elaboração de uma colecção de inscrições e de diplomas, para o que estava bem habilitado, pois além de conhecer profundamente a história e a literatura do seu país sabia o grego e o árabe.

Como homem de Estado a sua acção foi notabilíssima. Conhecendo excelentemente a administração espanhola foi ministro de Estado em 1788. Mostrou como era in-

---

[1] Êste ofício foi já publicado pelo ilustre erudito de Coimbra, Sr. Dr. Simões de Castro, na *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. I, pág. 701 etc.

conveniente e desastrosa para o país visinho a confiança desmedida nas minas do México e do Perú, pois a base do poderio económico da Espanha não estava na América mas sim na Europa, no próprio território metropolitano.

Como se vê, Campomanes antecipou a sua época, por isso, as suas ideas foram incompreendidas dos seus coevos.

Como economista prático e reformador êle constitui um dos grandes iniciadores dos progressos da Espanha, a partir dos fins do século XVIII. Libertou a indústria das peias de uma legislação emaranhada e confusa, desenvolveu o comércio interno e externo; concedeu numerosas liberdades e protecções, e suprimiu muitos impostos vexatórios e contraproducentes.

Manifestou-se contra a acumulação de estabelecimentos religiosos, por serem anti-económicos para o Estado, e secundou Aranda na luta contra os jesuitas.

A-pesar-de uma vida tão intensiva deixou uma obra notável, numerosa e variada. São de notar, entre outras: as dissertações históricas sôbre os Templários; a *Noticia geografica del reino y caminos de Portugal, Itinerario de los caminos de España,* uma obra sôbre o mecanismo das línguas, um discurso sôbre a cronologia dos reis godos, uma *Dissertacion sobre el estabelecimiento de las leys,* uma tradução do árabe de *Elm-el-Assan,* uma tradução do grego das *Antiguidades maritimas da Republica de Cartago,* um *Memorial do Principado das Asturias,* uma *Noticia sobre los gitanos;* uma *Resposta fiscal sobre abolir lo tasa y estabelecer el comercio de granos,* várias *Alegaciones fiscales,* um importante *Discurso sobre las fuentes de la industria,* etc.

Campomanes, antevendo bem o futuro que estava reservado às classes populares, interessou-se pela educação do povo, publicando a tal respeito, em 1775, um *Discurso sobre la educacion popular de los artisanos y su fomento.*

Além dêsses deixou vários trabalhos inéditos, como uma legislação primitiva da Espanha, e uma *Historia geral da marinha espanhola.*

De Campomanes apareceu em 1878, uma colecção de *Cartas políticas e oconómicas,* com uma Introdução por Rodrigues Vila [1].

Não é de admirar que pessoa tão eminente como homem de Estado, economista, erudito e Académico tenha provocado diversos estudos sôbre a sua pessoa e a sua obra, sendo de citar : o *Elogio del Conde de Campomanes,* traçado por Garcia Domenech, em 1803, por ocasião da morte do notável polígrafo ; o *Elogio del Conde de Campomanes,* por González Arnao, e que apareceu nas *Memorias da R. Academia de la Historia,* t. V, pág. 1–35; e um importante estudo sôbre *Campomanes,* de Pedregal e Canedo na *Rev. de España,* de 1882, t. LXXVIII, pág. 537-552.

Tal era o homem de grande mérito que escreveu, a respeito da reorganização pombalina da Universidade, a desenvolvida analise, cheia de vistas penetrantes e de rendidas homenagens, que adiante vai transcrita na íntegra.

Quanto a Fr. Rafael Rodrigues nada temos a acrescentar ao que diz Fr. Manuel de Cenáculo. É êle o famigerado autor de vários trabalhos de erudição, entre os quais é de destacar uma História da literatura espanhola. A crítica — a-pesar-de rápida — que Fr. Rafael Rodrigues faz da Reforma pombalina mostra como êle era para o seu tempo um espírito esclarecido e desempoeirado, e uma inteligência funda, lucida e perspicás, que não se esquece de notar duas das características interessantes da Reforma — a que respeita ao ensino da história de cada sciência, e a que se refere ao propósito de

[1] Ver Desdevizes du Dezert — *Les lettres politico-èconomiques* de Campomanes, in *Rev. Hsipanique,* de 1897, pág. 240-265.

incorporar no ensino as descobertas e invenções que se fossem dando nas sciências, o que constituiria a missão da congregação das Faculdades scientíficas, pois lá salienta êsse erudito; «En la ciencias naturales se unen los objectos y las utilidade de Universidad y da Academia.

Quanto a Fernando José de Velasco sabe-se que foi um homem de suma erudição cujos conselhos e luses eram muito desejadas e apreciadas nos meios cultos espanhóis do seu tempo. É a Velasco que D. Maria Madalena Carrilho de Albornoz, duquêsa de Montemor, dedicou umas cartas que vão de 6 de Junho de 1763 a 4 de Setembro de 1777. São estas cartas originais e, na maioria, autógrafas, encontradas no Museu Britânico [1].

DOCUMENTOS

I

Oficio do Bispo de Beja, Fr. Manuel de Cenaculo, acompanhando os de Campomanes, Fr. Rafael Rodriges e Fernando José de Velasco

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor. — Interpretei que não seria molesto a V. Ex.^{a} na remessa das duas Cartas incluzas, em que se qualificão os Estatutos da Universidade de Coimbra. A de folha he de hum Min.^{ro} do Concelho de Castilla, capaz de significar muito em poucas palavras. A de quarto he do Autor da Historia Literaria de Hespanha, Relig.^{o} da Ordem Terceira: e posso assegurar a V. Ex.^{a}, que he muito douto, e falla porque assim o entende. He natural de Cordova, epor isso conclue o seu Discurso, identificando os seus Beticos com os Lusitanos, o que faz com energia. Nem a nossa legislação merece menos; nem eu devo fatigar mais a V. Ex.^{a}, depois de rogar,

---

[1] Acerca dessas cartas ver Manuel Serrano y Sans — *Apuntes para una biblióteca de escritoras españolas*, 1903, t. I, pág. 217.

queira V. Ex.ª persuadir-se dos meos votos, para que se verifique absoluta, e promptamente aquelle Projecto original, e incomparavel de V. Ex.ª, e admittir os meos humildes respeitos, e fiel obediencia. D.s g.e a V. Ex.ª m.s an.s Salvaterra em 17 de Janeiro de 1773.

— De V. Ex.ª, o menor s.º fiel ven or e cr.º obrig.mo — *Fr. Manoel Bispo de Beja.*

Ill.mo e Ex mo Sn.r Marquez de Pombal.

II

Oficio de Campomanes

Excm̃. S.or — Mui señor mio. Il s.or Pagliarini Director dela Imprenta R.l de Lisboa me ha remitido los tres volumenes de Estatutos, y methodo de Estudios dela Universidad de Coimbra.

Como habia leido de antemano el Compendio Historico del Estado, y abusos della misma Universidad he tenido mucha complacencia en ver perfeccionada una obra, que hace honor al Reinado de S M. F. y a V. E. ensu Ministerio.

No he podido leer radicalm.te. estos volumenes; mas la curiosidad me ha hecho recorrer antecipadam.te sus principales partes, iuterim me actuo á fondo del todo.

Ensu contexto por maior encuentro mucho orden, y sistema reciproco en lo que son analogas las diversas facultades; y en lo que diferencian, veo anuniadas prevenciones dirigidas á huir del espiritu de partido en la facultad de theologia.

No parecia creible que tan divina enseñanza hubiese degenerado en tantas facciones, quantas eran las Escuelas, ni que hombres dados al estudio ocupasen su tiempo en las futiles questiones que distrahiam en inepcias pueriles a muchos sugétos, que hubieran podido ser utiles á los demás. A caso las heregias no habrian hecho tanto progreso en Occidente, si hubiera habido mejor, y mas solido estudio.

Aristoteles, cuios discipulos pretendian ser, no dio tales preceptos, y hay en él tratados technicos excelentes: Ojála corrieran traducidos en idioma vulgar acompañados del texto Griego para desengañar a los que se creen peripateticos: pues advertirian con el mero cotejo quan distante estuvo aquel Filosofo delos sofismas, y qüestiones reflexas que hacian las delicias de nuestros theologos.

No incluio en estos tratados las materias fisicas en que fue poco feliz el Stagirita. La natureleza jamás se rinde á los raciocínios de los hombres; antes estos deben indagar con diligencia las leyes

eternas, que el Criador puso constantes en ella, para producir la variedade inmensa de sus combinaciones progressivas, y continuas.

El celebre Cardenal Cisneros meditaba publicar una edicion de Aristoteles con el texto griego en una coluna: otra de la version vulgar, que con razon en el methodo de Coimbra se llama Arabica por que fue tomada de los Arabes. La tercera coluna debia contener la version correcta, y exacta conforme al texto Griego: para lo qual estaba entonces en Alcalá Demetrio Ducas cretense, uno de aquellos sabios que la ocupacion de Constantinopla, y del Imperio Oriental por les turcos arrojo desu Patria, y vinieron á ilustrar el resto dela Europa.

En las materias theologicas conviene gran pulso en no admitir palabras nuevas ni adherir á Escuelas. El texto sagrado, la tradicion de que son depositarios los santos Padres, y las difiniciones dela Iglesia, habrian de todo tiempo debido ser la regla de los estudios.

La variacion dela liturgia, y dela disciplina especialm.te en la materia de penitencias canonicas, nada deroga ala unidad delas Iglesias; ni tan poco las materias jurisdicionales, en que ha influido necessariamente la suerte, y variacion civil de los Imperios, dentro de cuios limites estan las Iglesias como decia Optato Milevitano.

En quanto à derecho Romano sin leer á Dionisio Halicarnaseo, á Livio, y á otros Historiadores dela Republica, y á los que traen la vida delos Emperadores, como ha podido florecer su enseñanza donde tales conocim.tos eran desconocidos, ó despreciados?

Esta lectura no se puede hacer enteram.te por los Cursantes en las aulas: és la ocupacion delos Cathedraticos, eligiendo las mejores obras publicadas en este genero, mientras pueden ellos formarlas completas. Se carece todavia en Europa de tales libros.

Conviene mucho huir de cargar á los oyentes con aquellas noticias, que no son absolutam.te conexas con su estudio. Es tam perjudicial casi como privarles delas necessarias, sin las quales no entenderam jamás las formulas, el espiritu ni aun las palabras de las leys Romanas. Gravina hizo muy buen trabajo en este genero de estudio con buena lenguage.

En el methodo de Coimbra no se olvidan estes auxilios, ni el dela buena latinidad, y lengua griega, cuias palabras estan continuamente ala vista de Cathedraticos, y oyentes en las fuentes del Digesto; y las leyes del Codigo fueron muchas originalm.te escritas en aquel idioma.

Para hacer un estudio sofistico basta decir con Accursio grecum est, non legitur, mas para ser Jurisconsulto conviene absolutamente

seguir á Alciato, Cujacio, y Antonio Agustin, que en la inteligencia de estas fuentes encontraron la llave para ilustrar la Jurisprudencia, de que fueron lumbreras.

¿ Que diremos del derecho Canonico, ó eclesiastico antiguo, pues habiendo sido tomado de los Concilios de Oriente en gran parte; inutilm.[te] se desearia subir al origen, careciendo dela inteligencia delos originales primitivos:

El theologo necessita recurrir á las mismas fuentes en parte, y alas diferentes versiones de la Escritura? Como entenderá muchos idiotismos hebraicos, y griegos en la misma vulgata sin hablar á hora del texto hebreo, ni de la version delos Setenta, si se halla destituido delas lenguas orientales. En los criticos noevos se hallará el desengaño.

Quando yó examino las nociones que tenian los Santos Padres, no solo delas lenguas, sino tambien dela erudicion, y antiguedades Griegas, y Romanas, no puedo dejar de admirarme, que en muchas partes de Europa se haia creido compatible ser un gran theologo e ignorar los idiomas orientales.

No és una novedad del siglo la introdución de estos estudios: el Concilio generale de Viena del Delfinado mandó establecer la enseñanza delas lenguas en las Universidades que eran entonces celebres como necessario p.[ra] los estudios theologicos, y combatir los enemigos dela Religion.

Con razon ha promovido áhora V. E. estas enseñanzas, no solo enla Universidad de Coimbra, sino tambien en el resto del Reino de Portugal, y sus conquistas: conociendo que los idiomas solo se pueden adquirir facilm.[te] en la juventud, y en la tierna edad: no todos pueden aprenderles en la Universidad.

Yó confieso, que a estas nociones anticipadas á las que hoy forman mi profesion actual, he debido algunas combinaciones, que tal vez, ni el ingenio, ni el maior estudio, ni los mejores Maestros habian podido hacerme entender.

La mitad delas ciencias está en el conocim.[to] delas palabras, y en saber discernir la progresion que estas han traido de las lenguas matricas; hasta las vulgares, que áhora hablamos.

Hay comercio de voces como de mercadorias. Qualquiera, que haga una corta pausa en su idioma materno, verá de donde ha ido enriqueciendose, y aumentandose.

La Medicina sin geometria, fisica, anathomia, y lengua griega, y será en tudo Pais perjudicial. Mas vale en tal caso que haia curanderos empiricos como los habia antes de formarse en cuerpo de ciencia con obligacion de depositar sus secretos.

Todo esto lo veo atendido, y preeavido en el nuevo plan, y estimulada la juventud, que se destina a esta util facultad con premios anuales distribuideros a los que vayan sobre saliendo en cada curso. Tal methodo es muy acertado para estimular los muchachos de ingenio pobres, á que se dediquen desde luego a tan util facultad, y eso se logra quando se maneja bien la distribucion. Se atienden proporcionalm.te en el methodo la Cirurgia y la Farmacia sus necessarias auxiliares ó por mejor decir parte integrante de la Medicina. que se compone tambien de estas otras dos clases: por no ser dado a un hombre estudiarlas, y exercer las juntas con utilidade de la salud publica.

Estas faculdades curativas en España ha hecho menos progresos, por que non han estado en el debido honor, y estimacion de las gentes sus profesores. La utilidad, que de las ciencias medicinales resulta quando se usan con verdaderos conocim.tos y principios es grande. De donde resulta la necesidad de que la legislacion honre a sus profesores, condecorandoles y a sus familias con la aptitud a los puestos civiles, y el goce dela distincion que les pertenezca.

Este ineonveniente se observa con especialidade en la Cirurgia cuios professores se han envilecido exerciendo el mecanismo de Barberos: ocupacion bien distante de su verdadera profesion.

En la Farmacia son muchos les compuestos verdaderam.te nocivos, como por exemplo eordiales, e Arabes cuios medicamentos han sido invencion delos Arabes, y se han adoptado en Europa copiandoles de los Arabes con poco discernim.to. Por cuya razon esta util profesion, ateniendose á los simples, y aiudada del conocim.to dela Historia natural en sus tres Reinos, és una Ciencia digna de personas decentes, y estudiosas. La naturaleza produce los simples con virtudes á propriadas á las dolencías, y los hombres con sus compuestos arbitrarios, ó enervan la virtude delos simples, ó talvez en la composicion los hacem nocivos ála salud que desean restaurar con ellos.

Yó no sé si la Chimica trae grandes utilidades al genero humano: no me atrevo a meter la hoz en mies agena: desearia que los sabios de Europa demonstrasen las que verdaderam.te nos pueden resultar para las curaciones del uso desu laboratorio. Entretanto no me arriesgo á condenar su estudio para el curso Farmaceutico por el respeto que me debe el gran Boherave.

Ninguno como V. E. auxiliado de un Rey favorecedor delas Ciencias, puede dar a estos estudios, y exanines aquellas solidas reglas que exige su importancia con una madura especalacion de

hombres capaces da hacerla, y en nada se convierten mejor los fondos del Erario publico.

Los hombres pueden en muchos cosas ser mas felices apartandose de varias invenciones, que corren con estimacion, y se fueron adoptando sin examen, siguiendose unos à outros, y sin pensar en la esencia, y pruevas necesarias desu provecho, o daño. Es dichoso un gobierno que sabe emplear los talentos, y distinguir ĺos que son â proposito para adelantar solidamente las respetivas faculdades. La Emperatriz Reina de Hungria supo aprovechar los talentos del famoso Van Swietten, discipulo de Boherave, y no son menos celebres enla posteridad los Reys, y Ministros, que fomentan las ciencias que los mismos sabios dedicados a ilustrarlas con sus Estudios, y especulaciones. Horacio pagó bien a Macenas su proteccion, perpetuandole la memoria en sus poesias.

Las ciencias mathematicas son a la verdad las mas susceptibles de demostracion y las que con mas exactitud dirigen las operaciones mecanicas delos hombros : esto és aquellas artes, que fomentan la industria, la navegacion, la tactica, y todos los productos artificiales del Comercio.

Encuentro en el plan de Coimbra estabelecidos tales estudios, y premios anuales á los que sobre — salgau en ellos.

Aun que sean muchos los Cursos mathematicos publicados hasta aqui ; carecemos todavia de uno completo, y bien organizado. Es facil la enumeracion de las materias que comprehenden las ciencias exactas; pero un Curso completo de esta naturaleza requiere el estudio de algunos hombres habiles, que bajo de un buen plan se destinen á escribirle con la precision que exigen estos tratados.

Su importancia merece biene la R.l proteccion y no serán cortos los frutos, que resulten ala enseñanza, si se diese ala luz publica.

Yó me he dilatado demasiado ocupando á V. E. su precioso tiempo, conociendo su deseo del bien publico, y dela gloria desu Patria.

Cun esta ocasion la tengo de dar á V. E., gracias por la memoria, que lo merezco, sin otro merito de mi parte, que el desear motivos de acreditar á V. E. mi respeto.

Dios gu.e á V. E. m.s an.s como deseo. — Madrid 31 de Diciembre de 1772. — Ex.o S.r B. l. m. de V. E. m. seg.o ser.os D.n *Pedro Rodrigues Campomanes.*

Ex.mo S.r Marqués de Pombal.

III

Carta de Fr. Rafael Rodriguez

M.d 7 de En.o de 73 — Ex.mo Señor — Mũi. S.r mio y mi Dueño: ofreci á V. E. hablar cun alguna extension de los admirables Estatutos de la Universidad de Coimbra. I aunque los he leido casi todos cun sumo gusto, me reservo aun p.a otra ocasion, porque á causa de un gran destemple de cabeza no corresponden las fuerzas del cuerpo al vigor del animo com que merecer se tratarse un assunto tan digno de las mayores recomendaciones.

Eu general me parecen un establecimiento literario el mas solido, el mas amplo, el mas sublime el mas util que pudo caber en mente humana. Io me poseo del entusiasmo quando veo cosas grandes, y se me eleva el discurso à proporcion de la materia. La vasta y selecta erudicion, la eleccion de doctrinas, el orden de enseñarlas, el metodo excelente y uniforme, la comprehension y claridad de las materias, la digestion de tantas especies heterogeneas, a prudente libertad en separarse da todo lo inutil ó perjudicial, las sabias cautelas y precauciones q̃ se toman p,a evitar los abusos en lo sucesivo, y p.a hacer inexcusables todos los vanos y frivolos pretextos de la pereza, de la corruptela y de la ignorancia; todo en fin me parece perfectisimo, capaz de producir sumo honor, copioso fruto, y toda felicidad á la Nacion. Es uno de los grandes proyectos de una sabia legislacion. Me atrevo a decir q̃ ninguna Nacion culta de la Europa tiene un establecim.to literario tan perfecto.

A mi me ha gustado con particularidad lo siguiente. 1 No solo se manda, sino se enseña, se mueve y se guia. 2. se tiene por condicion precisa p.a los grados y los ascensos el estudio de la eloquencia, de las lenguas, de la Historia, etc Este es un principio radical y fecundo de reforma, sin el qual nada se hazia con todo lo demas. 3. Enseñando la Historia de las facultades, se lleva de la mano á las fuentes y á los modelos, quitando la sequedad y abstraccion q̃ hasta aqui ha sido tan dañosa. 4. En las ciencias naturales se unen los objectos y las utilidades de Universidad y de Academia: exercicios q. hasta aqui han estado divididos por una inaccion, extravagancia, ó inconsequencia del espiritu humano. 5. En la Theologia se prescriben reglas admirables para hacer la solida, luminosa, util, sublime: en una palabra, un cuerpo bien formado de facultad, que hasta aqui no ha havido en siglo alguno;

reduciendo todo à giros y retazos. 6. Lo mismo digo en la Jurisprudencia Que luz en esse caos! y que hilo de oro en este laberinto! Ia no se confundiran las leyes con los abusos, los derechos con las corruptelas; ya tendrá sus justos limites el estudio y la aplicacion del Derecho Romano; las leyes no se aprenderán á la casualidad, en la ocasion, y por un mero mecanismo: se sabran completta y metodicam.[te], se entenderan á fondo, se penetrará su espirito, su verdadera extension, sus motivos, sus razones etc: en fin no estudiaran una cosa, y praticaran otra: no se verá la monstruosidad de aprender lo que no se ha praticar, y praticar lo que no se ha aprendido. Sed manum de tabula. Sutor, ne ultra caepidam. Ia vê V. E. q̃ hablo de la abundancia de mi corazon, y salto de gozo al ver renovarse tan magnificam.[te] el buen gusto y la grandeza de animo de mis españoles. Tales son p.[a] mi los Lusitanos, como pudieran los Beticos.

Si V. E. ó el Ex.[mo] S.[r] Marques de Pombal, no ha enviado un exemplar al S.[r] Campomanes, me parece conveniente que venga, y que en oportunidad V. E. le renueve la recomendacion q̃ por mi tiene hecha. No sé si ha recebido V. E. el Memorial q̃ le envié p.[a] obtener el Breve de... ó revalidar mi eleccion de Custodio ad causelam: de q̃ V. E. se ha servido encargarse, y no dañará la brevedad.

No vino en el Caxon el Compendio historico, ni las Constituciones de la Prov.[a], y la Regla como está allá impresa. Asimismo si V. E. en un rato libre me insinua, porque juzga no necesario el Breve sobredicho, me podrá servir de gobierno. Mil cosas á N. M. R. P. D.[e]... gen,[l], la fam.[a] de Gran.[a] está buena; y yo soy opue apasion.[o] y recon.[o] servi.[r] y capp,[vo] de V. E. q̃ le ama y b. s. m. Ex.[mo] S.r Obispo de B.[a] — *Fr. Raf.l Rz*

IV

Carta de Fernando José de Velasco

Ex.[mo] S.r — Muy S.r mio y mi venerado dueño: Recivi la Carta de V. E. de 14 del pasado; celebro como siempre su buena salud, y ofrezco la que me asiste asu disposicion para quanto guste mandarme.

El ordinario Carreño, me entregó los Libros que V. E. se ha servido remitirme; de los quales, sin embargo de ser el tiempo de Pasquas tan ocupado, y mas estando aqui la Corte; he leydo con mucho gusto, la mayor parte de ellos, y me ha parecido una delas

mejores obras; que sobre igual assunto basta aqui se han publicado lo que nunca dudaba yo por ser producc. de tantos hombres savios como han concurrido asu formac.on

Repito a V. E. mil gracias por semejante mem.a mi verdadero afecto deque nxos.ro s.or dilate su vida m.s an.s Madrid 5 de En.ro de 1773.

«S r Ex.mo mi Ven do Dueño y Am.o Repito milhares de gr.as à V. E. por tan excelent s libros: y mande sin limite à su mas obb.do yo f.me S.s q̃ le besa L. M. — *Fan^do^ J.ph de Velasco*»[1],

Ex.mo S.or D.n Fr. Man.l de Cenaculo, Ob.po de Veya.

[1] A passagem entre aspas é do punho de Velasco.

75

ÍNDICE DO VOLUME XVI

I. — Actas e pareceres.

Sessão de 10 de Novembro de 1921, pág. 1-4.
Sessão de 24 de Novembro de 1921, pág. 5.
António Baião. — Parecer a respeito do trabalho intitulado «Diccionario Bibliográfico da guerra Peninsular» do sócio efectivo sr. Cristóvam Ayres, pág. 6.
Júlio M. de Vilhena. — Parecer acêrca da candidatura do sr. dr. Abel Pereira de Andrade a sócio correspondente, pág. 7.
Sessão de 8 de Dezembro de 1921, pág. 8–10.
Sessão de 22 de Dezembro de 1921, pág. 11–12.
Francisco Maria Esteves Pereira. — Parecer acêrca da candidatura do sr. Afonso de Dornellas a sócio correspondente, pág. 12–14.
José Maria Rodrigues. — Parecer acêrca da candidatura do sr. Agostinho Celso de Azevedo Campos a sócio correspondente, pág. 14–15.
António Baião. — Parecer a respeito da candidatura do sr. dr. Vieira Guimarães a sócio correspondente da Academia, pág. 15–16.
Francisco Maria Esteves Pereira. — Parecer acêrca da candidatura de Mr. Mansel Longworth Dames a sócio correspondente estrangeiro, pág. 16–18.
Sessão de 12 de Janeiro de 1922, pág. 19–27.
Sessão de 26 de Janeiro de 1922, pág. 28–33.
Lopes de Mendonça. — Proposta do sócio efectivo Lopes de Mendonça àcerca da homenagem da Academia das Sciências na comemoração de Molière em França, pág. 33–34.
Antonio Baião. — Parecer a respeito da candidatura do sr. dr. Joaquim de Carvalho a sócio correspondente, pág. 35–36.

Julio Dantas. — Parecer favorável à candidatura a sócio correspondente estrangeiro do sr. Afrânio Peixoto, pág. 36-38.

Sessão de 9 de Fevereiro de 1922, pág. 39-49.

Júlio Dantas. — Parecer acêrca da candidatura do sr. Charles Eudes Bonin a sócio correspondente estrangeiro, pág. 49-51.

Sessão em 23 de Fevereiro de 1922, pág. 52-55.

António Baião. — Parecer a respeito da candidatura do sr. Visconde de Faria a sócio correspondente, pág. 55-56.

Sessão de 9 de Março de 1922, pág. 57-64.

Henrique Lopes de Mendonça. — Parecer de secção de literatura sôbre a cândidatura do Prof Fitzmaurice-Kelly a sócio correspondente estrangeiro, pág. 64-65.

Sessão de 23 de Março de 1922, pág. 66-67.

Júlio de Vilhena. — Parecer acêrca da candidatura do sr. dr. José Soares da Cunha e Costa a sócio correspondente, pág. 67-68.

Sessão de 27 de Abril de 1922, pág. 69-73

Sessão de 11 de Maio de 1922, pág. 74-88.

Sessão de 25 de Maio de 1922, pág. 89-91.

Visconde de Carnaxide. — Parecer da secção de sciências morais e jurisprudência redigido pelo Visconde de Carnaxide acêrca duma obra inédita do dr. Artur Montenegro, pág. 91-93.

Sessão de 8 de Junho de 1922, pág. 94-97.

David Lopes. — Parecer acêrca da candidatura do sr. Francisco Rodrigues Marin a sócio correspondente estrangeiro, pág. 98-99.

Julio Dantas. — Parecer acêrca da candidatura do sr. Medeiros e Albuquerque a sócio correspondente estrangeiro, pág. 99-101.

Sessão de 22 de Junho de 1922, pág. 102-109.

Sessão de 13 de Julho de 1922, pág. 110-111.

Sessão de 27 de Julho de 1922, pág. 112-114.

Sessão de 9 de Novembro de 1922, pág. 115-281.

Sessão de 24 de Novembro de 1922, pág. 282-286.

Júlio Dantas. — Parecer acêrca da candidatura do sr. dr. António Austregésilo a sócio correspondente, pág. 286-288.

Sessão de 14 de Dezembro de 1922, pág. 289-290.

II. — Estudos, documentos e notícias.

Rodolfo Dalgado. — Tradução inglesa anotada do «Livro» de Duarte Barbosa por Manzel Longworth Dames, pág. 291-296.

Pedro de Azevedo. — A Sepultura de Tomé de Sousa, pág. 297-298.

António Cabreira. — «Mona Lisa» Portuguêsa, pág. 299-300.

Gustavo Ramos. — A propósito de uma novela de Kleist inspirada dos estudos de Kant sobre o terramoto de 1755, pág. 301-368.

Agostinho de Campos. — Fernão Lopes, pág. 369-377.

Ernesto de Vasconcellos. — Relação de Capitaens Mores e naos que vierão do reyno a este estado da Índia dês do seu descobrimento, pág. 378-416.

Vieira Guimarães. — O Brasil e Santa Iria, pág. 417-426.

J. J. Nunes. — Tentativa de identificação do animal chamado Zevro nos documentos medievais, pág. 427-436.

Francisco Maria Esteves Pereira. — O Tratado de Codro Rufo, pág. 437-441.

Pedro de Azevedo. — O Conde de Castelo Melhor envenenador, pág. 442-447.

Francisco Maria Esteves Pereira. — O P.e António de Andrade, pág. 448-451.

J. J. Nunes. — A fauna na toponímia Portuguesa, pág. 452-473.

Pedro de Azevedo. — Notas de um agente da polícia do Marquês de Pombal, pág. 474-571.

J. Leite de Vasconcellos. — Riba D'ave, pág. 572-587.

José Joaquim Nunes. — Evolução da Língua Portuguêsa, pág. 588-637.

António Ferrão. — A Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, de 1772, e a sua apreciação por alguns eruditos espanhois, pág. 638-755.